

# Paleografia

## E SUAS INTERFACES

Alicia Duhá Lose  
Livia Borges Souza Magalhães  
Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni  
(organizadoras)



ALÍCIA DUHÁ LOSE  
LÍVIA BORGES SOUZA MAGALHÃES  
VANILDA SALIGNAC SOUSA MAZZONI  
(Organizadoras)

# PALEOGRAFIA E SUAS INTERFACES

Volume 2

2021





## **Memória e Arte**

### **Diretora**

Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni

### **Conselho Editorial**

Maria da Glória Bordini (UFRGS)

Célia Marques Telles (UFBA)

Isabel Lousada (Univ. Nova de Lisboa)

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP)

Alícia Duhá Lose (UFBA)

Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)

Sandro Marcío Drumond Alves Marengo (UFS)

Fabiano Cataldo de Azevedo (UNIRIO)

## **FICHA TÉCNICA**

Projeto Gráfico e Diagramação: Livia Borges Souza Magalhães

P156 Paleografia e suas interfaces / Alícia Duhá Lose, Livia Borges Souza Magalhães, Vanilda Salignac Mazzoni, organizadoras. – Salvador : Memória & Arte, 2021.

v. : il. (algumas color.).

ISBN: 978-65-87693-03-3

1. Paleografia. I. Lose, Alícia Duhá. II. Magalhães, Livia Borges Souza. III. Mazzoni, Vanilda Salignac. IV. Título.

CDD 417.7 – 21. ed.



# Apresentação

Em novembro de 2017, realizando um antigo sonho, foi organizado, na Universidade Federal da Bahia, o I Seminário Nacional de Paleografia. Desde essa primeira edição, o evento tem como diferencial colocar a Paleografia no centro de uma discussão inter e multidisciplinar. Em 2017, o evento contou com a participação de 24 convidados, de diversas áreas do conhecimento que dialogavam em suas pesquisas com a Paleografia de forma primordial. Foram 147 participantes de 13 instituições diferentes do Brasil, de Portugal e da Espanha.

Dois anos depois, em novembro de 2019, foi realizada a segunda edição do Seminário, tendo como subtítulo e tema central permanente, a **Paleografia e suas Interfaces**. Essa nova edição foi composta de conferências, palestras, mesas-redondas, comunicações e minicursos. Entre convidados e inscritos, circularam pelo evento, aproximadamente, 200 participantes.



As duas edições do Seminário Nacional de Paleografia (e suas interfaces) tornam cada vez mais evidente “a importância do intercâmbio entre as diversas áreas que dialogam de perto com os objetivos, as funções e as metodologias da paleografia, dando a ela novas roupagens ou seguindo de perto a tradição do trabalho paleográfico” (LOSE; SACRAMENTO, 2018).

Com objetivo de ampliar os conhecimentos e as pesquisas apresentadas durante os três dias do evento, foi organizado este livro que traz os textos dos professores, que, atendendo ao nosso convite, fizeram deste segundo Seminário, mais uma vez, um grande sucesso!

Na presente publicação, os textos estão dispostos pelas variadas temáticas abordadas ao longo do evento. Assim, iniciamos historiando a antiga parceria entre a Paleografia e a Filologia na Universidade Federal da Bahia, resultado da emocionante conferência proferida por Célia Marques Telles (UFBA). Ainda no âmbito historiográfico, Vanessa Monte (USP) mostra a atualidade e a vitalidade da Paleografia, que durante os seus séculos de existência, foi vista como ciência e como arte. Maria Helena Flexor (UFBA) aborda o ensino das letras na história da colonização do Brasil.

Joana Balsa de Pinho (Universidade de Lisboa), Sandro Marengo (UFS), Edna Matos Antônio (UFS), Rafael Magalhães (UFBA) e Alícia Duhá Lose (UFBA) lançaram olhares variados sobre a produção autógrafa do Marquês de Pombal. Vanilda Mazzoni (Memória e Arte); Fabiano Cataldo (UNIRIO), Libânia Santos (SEEB), Jan Van Holthe (UNIFACS), Aline Krüger (UFSC) e Glaucia da Silva (UFSC) abordaram pontos relevantes sobre patrimônio documental.

Livia Magalhães (UFBA), Lúcia Xavier (Projeto Resgate Barão de Rio Branco) Isabela de Almeida (UFBA), Fabiana Léo (Oficina de Paleografia da UFMG) e Expedido Ximenes (UEC) dialogaram no âmbito das novas tecnologias e das Humanidades Digitais. André Moreno (UNEB) trouxe o diálogo com a História da Cultura Escrita. Risonete Batista (UFBA) e Fabiana Prudente (UFBA) situaram suas pesquisas no âmbito da produção escrita do medievo. Débora de Souza (UFBA) mostrou como a Paleografia e a Filologia dialogam para o estudo de textos teatrais. Eliana Brandão Gonçalves (UFBA) se

debruça sobre textos referentes à escravidão. Rosinês Duarte (UFBA) aborda textos literários produzidos por mulheres negras; Celina Abbade (UNEB) faz considerações paleográficas em manuscritos baianos de crime de curandeirismo; Pablo Magalhães (UFOB) e Pablo Sotuyo Blanco (UFBA) se dedicam à história e a produção musical de Antonio da Cunha Brochado; e Arivaldo Sacramento de Souza (UFBA) nos leva por uma passeio entre a memória, a religiosidade e a cultura por meio do estudo de um manuscrito pessoal da trezena de Santo Antônio.

Portanto, entre as mais quinhentas páginas deste livro podemos ver a Paleografia nas interfaces com a História, a Filologia, a Linguística, a Literatura, a História da Cultura Escrita, a Conservação e o Restauro, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Musicografia, as Humanidades Digitais e a Arquitetura, deixando claro que a Paleografia está cada vez mais viva, presente e produtiva nos quatro cantos do país.

Alicia Duhá Lose

Livia Borges Souza Magalhães

Vanilda Salignac Sousa Mazzoni

# Sumário

|   |     |
|---|-----|
| <b>PALEOGRAFIA E FILOGIA: UMA ANTIGA PARCERIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</b><br>Célia Marques Telles .....  | 10  |
| <b>HISTÓRIA DA PALEOGRAFIA: MOVIMENTO ENTRE A CIÊNCIA E A ARTE</b><br>Vanessa Martins do Monte .....  | 36  |
| <b>PALEOGRAFIA, HISTÓRIA E FILOGIA: FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS</b><br>Maria Helena Ochi Flexor.....   | 63  |
| <b>QUESTÕES PALEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: A EDIÇÃO DAS OBRAS<br/>COMPLETAS DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA E DO MARQUÊS DE POMBAL</b><br>Joana Balsa Pinho .....   | 110 |
| <b>MANUSCRITOS ANTIPOMBALINOS E OLHAR PALEOGRÁFICO</b><br>Sandro Marcio Alves Drumond Marengo e Edna Maria Matos Antônio .....  | 126 |
| <b>QUEM É E QUEM NÃO É O SCRIPTOR DO CÓDICE 132 - UMA BIOGRAFIA DO MARQUÊS DE<br/>POMBAL?: ANÁLISE DIPLOMÁTICO-PALEOGRÁFICA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS MÃOS DOS<br/>DOCUMENTOS POMBALINOS</b><br>Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães e Alícia Duhá Lose ..... | 144 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>RESTAURAÇÃO DE DOIS MANUSCRITOS HISTÓRICOS BAIANOS: COMPLEXIDADES E RESSONÂNCIAS</b><br>Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni .....   | 158 |
| <b>PERSPECTIVA E APONTAMENTOS SOBRE PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL</b><br>Fabiano Cataldo de Azevedo .....  | 177 |
| <b>ACESSIBILIZANDO O PASSADO: O EXERCÍCIO PALEOGRÁFICO EM ARQUIVOS PÚBLICOS</b><br>Libânia da Silva Santos .....   | 222 |
| <b>TERMOS DE ALINHAMENTOS E VISTORIAS (1724-1891): TESTEMUNHO DOCUMENTAL DA EVOLUÇÃO URBANA DE SALVADOR</b><br>Jan Maurício Oliveira Van Holthe .....  | 234 |
| <b>TRANSCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS DA COLÔNIA DE BLUMENAU DO SÉCULO XIX -ACERVO QUE INTEGRA O SETOR DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA</b><br>Aline Carmes Krüger e Gláucia da Silva ..... | 247 |
| <b>"CAN MACHINES THINK? ": POR UMA PALEOGRAFIA DIGITAL PARA TEXTOS EM LINGUA PORTUGUESA</b><br>Lívia Borges Souza Magalhães e Lucia Furquim Werneck Xavier .....   | 259 |
| <b>CODIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES PALEOGRÁFICAS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS TEATRAIS: UMA EXPERIÊNCIA COM AS <i>GUIDELINES DO TEXT ENCODING INITIATIVE</i></b><br>Isabela Santos de Almeida .....  | 270 |
| <b>"E SENDO VISTOS OS SERVIÇOS REFERIDOS, PARECEU AO CONSELHO VOTAR": UMA ANÁLISE DAS CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO PARA GOVERNADOR DA REGIÃO MINERADORA (1708-1724)</b><br>Fabiana Léo .....  | 291 |
| <b>A ESCRITA ALÉM DO MUNDO DE PAPEL: OS SUPORTES DOS TEXTOS NA ATUALIDADE</b><br>Expedito Eloísio Ximenes .....  | 315 |
| <b>DA PALEOGRAFIA PARA A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA: CONEXÕES TEÓRICAS E DESDOBRAMENTOS DE UM NOVO CAMPO DE PESQUISAS</b><br>André Moreno .....   | 334 |
| <b>PAR DEUS DONA MARIA MHA SENHOR BEN TALHADA: ALGUNS PERCALÇOS EM EDIÇÕES DE TEXTOS DA LÍRICA PROFANA_GALEGO-PORTUGUESA</b><br>Risonete Batista de Souza .....  | 368 |
| <b>INTERFACE PALEOGRAFIA E FILOLOGIA: PROBLEMAS DE LEITURA E EDIÇÃO DAS CANTIGAS DE AMIGO ATRIBUÍDAS A JOÃO DE REQUEIXO</b><br>Fabiana Prudente .....  | 390 |

**FILOLOGIA E PALEOGRAFIA EM RELAÇÃO PARA LER O TEXTO TEATRAL (ESCRITA, SUJEITO E CENSURA)**

Débora de Souza ..... 408

**PALEOGRAFIA E FILOLOGIA NO ESTUDO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A ESCRAVIDÃO**

Eliana Correia Brandão Gonçalves ..... 428

**GESTOS DE ESCRITAS DE MULHERES NEGRAS NA BAHIA DOS ANOS 80**

Rosinês de Jesus Duarte ..... 441

**CONSIDERAÇÕES PALEOGRÁFICAS EM MANUSCRITOS BAIANOS DE CRIME DE CURANDEIRISMO**

Celina Márcia de Souza Abbade ..... 44155

**ANTONIO DA CUNHA BROCHADO (1689-1749): TRAJETÓRIA, BIBLIOGRAFIA E OBRA MUSICAL**

Pablo Sotuyo Blanco e Pablo Iglesias Magalhães ..... 469

**O LATIM DE SANTO ANTÔNIO OU AS TREZENAS MANEIRAS DE REZAR**

Arivaldo Sacramento de Souza ..... 497





# **PALEOGRAFIA E FILOGIA:** UMA ANTIGA PARCERIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Célia Marques Telles  
Universidade Federal da Bahia

Para dar conta historiar essa parceria, é necessário retornar ao início dos anos 60 do século XX. Para tanto, foi o arquivo de Nilton Vasco da Gama que forneceu a documentação necessária.

Entre 1955 e 1956, Nilton Vasco da Gama esteve na França, onde fez cursos na Université de Paris, Sorbonne, e na École Pratique des Hautes Études, e entre esses cursos o de Paleografia, tendo sido aluno de Jean Boutière, Pierre Fouché, O. Nandriş e I. S. Révah, entre outros.

E na Universidade da Bahia, quando e onde entram a Filologia e a Paleografia? Para responder a essa pergunta, é preciso, então, que se recue mais um pouco, até a formação acadêmica de Nilton Vasco da Gama. Licenciado em 1953, em Letras Clássicas pela

Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia; em 1954, docente, como Professor Titular, de Filologia Românica e de Linguística, na Faculdade Católica de Filosofia da Bahia – FCFB. Seu ingresso na Universidade da Bahia deu-se em 1955, como professor de *Língua Portuguesa* nos três cursos de Letras: Clássicas, Neolatinas e Anglo-Germânicas, função para a qual, em 1956, ao voltar da França, foi nomeado Assistente Voluntário. A partir de 1957, assume como Professor Regente a Cadeira de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia – FFUBA (TELLES, 1996).

Soluciona-se, desse modo, a primeira parte da questão formulada, quando entra a Filologia: em 1954, como Professor Titular de Filologia Românica na FCFB, e em 1957, como Professor Regente de Filologia Românica na FFUBA, função que exerceu até 1995, já Professor Adjunto-4, quando se aposentou; e na Pós-Graduação em Letras, até 2012, quando faleceu.

A Filologia era entendida segundo a clássica definição de Erich Auerbach, datada de 1949, ainda hoje muito utilizada, que cito pela tradução de José Paulo Paes, na primeira reimpressão da Cosac Naify, de 2015:

A filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas. Uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica e até hoje [em 1949] considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos (AUERBACH, 2015 [1949], p. 11).

Assim, resta responder à segunda parte da questão: quando entra a Paleografia? Como se disse, entre 1955 e 1956, o professor Nilton Vasco da Gama cursou Paleografia durante a sua estada na França, de lá trouxe o principal referencial teórico que vai utilizar no curso, entre eles o *Manuel de paléographie latine et française*, de Maurice Prou (1904; 1924); os três fascículos da *Palaeographia ibérica*, de John Burnam (1912-1925); o *Tratado de paleografia española*, de A. Millares Carlo (1932 [1929]) e as *Lezioni di paleografia*, de Giulio Batelli (1949).

E, finalmente, quando se começou a ensinar Paleografia? Em 1962, com a criação da disciplina Paleografia, na Escola de Biblioteconomia, Nilton Vasco da Gama assumiu o ensino dessa disciplina, que ficou sob sua responsabilidade até 1968. Era oferecida uma única disciplina, em regime anual, para os alunos do primeiro semestre do Curso de Biblioteconomia, como parte do então chamado Currículo Mínimo. Em 1963, a Escola de Biblioteconomia, fundada em 1942, reestruturada em 1948, foi incorporada à Universidade Federal da Bahia (CATÁLOGO GERAL..., 1977, p. 33).

## O ENSINO DA PALEOGRAFIA

A partir de 1968, o ensino da Paleografia foi compartilhado com Célia Marques Telles (docente concursada em 1970, para Filologia Românica); depois de 1972, com Albertina Ribeiro da Gama, que fez concurso para Paleografia e Ecdótica, em 1976, função que exerceu até 2002, nos cursos de Graduação em Biblioteconomia, História e Letras, e até 2009 na Pós-Graduação em Letras.

Com a reforma da universidade, instalada nos anos 70, a disciplina Paleografia, agora intitulada Paleografia e Ecdótica, foi incorporada ao Departamento de Linguística, Teoria da Literatura e História da Literatura (depois Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras, hoje extinto como os demais departamentos do Instituto de Letras). De início, era intitulada apenas Paleografia e Ecdótica, disciplina de caráter anual, logo desdobrada em Paleografia e Ecdótica I (ministrada no primeiro semestre do curso) e Paleografia e Ecdótica II (ministrada no segundo semestre do curso), ficando a antiga disciplina residual como Paleografia e Ecdótica V. Nesse momento, foram criadas mais duas disciplinas, uma optativa para os cursos de Letras, a Paleografia e Ecdótica III, e outra obrigatória para o curso de Bacharelado em História, a Paleografia e Ecdótica IV.

Com a reestruturação do Curso de Biblioteconomia, foram desativadas três disciplinas: Paleografia e Ecdótica I, Paleografia e Ecdótica II e Paleografia e Ecdótica V, e criada uma única disciplina, com o conteúdo programático das duas primeiras, Paleografia e Ecdótica VI. A disciplina oferecida para os cursos de Letras foi desativada e

criada uma disciplina, ainda hoje ministrada, Introdução à Crítica Textual. A disciplina para o curso de História *pervive* ainda hoje com o mesmo nome, Paleografia e Ecdótica IV.

Na primeira fase do ensino (1962-1970), a primeira disciplina tratava da evolução da escrita latina, partindo-se do esquema geral simplificado proposto por Giulio Batelli (1949), dele destacando-se os tipos de letra gótica, a angulosa e a arredondada. No início do curso, na primeira parte (mais tarde a disciplina Paleografia e Ecdótica I), como se tratava de uma disciplina para preparação de bibliotecários, sistematicamente buscava-se mostrar aos alunos a terminologia básica com que iriam trabalhar, levando-os a consultar dicionários gerais de língua portuguesa: Caldas Aulete (1968) e A. B. H. Ferreira (1986), além dos dicionários terminológicos – como os de Buonocore (1952), Faria e Pericão (1988) – e os de abreviaturas – como os de Chassant (1965 [1884]) e de Capelli (1985 [1899]). Os alunos preparavam fichas descritivas para cada termo: *paleografia, filologia, diplomática, manuscrito, letra gótica, transcrição paleográfica, rolo, códice, cartas, diplomas, pergaminho, edição diplomática, edição semidiplomática, edição fac-similar* etc.

O programa centrava-se em noções gerais sobre os tipos de letra usados na Europa Ocidental durante a Idade Média, sobretudo em Portugal, uma vez que os textos selecionados para a prática eram em língua portuguesa.

Para a conceituação de Paleografia começava-se o curso dando a clássica definição do *Manuel de paléographie*, de M. Prou (1910, p. 1-2):

La paléographie est la science des anciennes écritures. Elle a pour objet le déchiffrement des écritures de l'antiquité et du moyen âge. Son domaine s'étend à toutes sortes de documents écrits: inscriptions, monnaies, sceaux, actes et livres: [...] leur étude regarde plus spécialement l'épigraphie, la numismatique et la sigillographie.

[...]

Parmi les manuscrits, il faut distinguer les *livres* d'une part, les *chartes* ou *actes* d'autre part. Les livres sont les manuscrits contenant la transcription d'oeuvres littéraires, historiques ou scientifiques, et liturgiques, / ou sous seing On entend par chartes, au moyen âge, et par actes, dans les temps modernes, les écrits, authentiques ou sous seing privé, destinés à faire connaître l'accomplissement d'un acte juridique, que cet acte se réfère au droit public ou au droit privé: privilèges et édits des souverains ou diplomes, mandements administratifs, topus contrats,

testaments, inventaires, etc. Les diplomatistes font même entrer dans cette classes les registres des cours de justice et des administrations.<sup>1</sup>

Dessa definição, outros termos da metalinguagem paleográfica deverão ser entendidos pelos alunos:

- Termos relativos às chamadas *ciências auxiliares*: epigrafia, numismática, sigilografia;
- Termos relacionados à *autenticidade* do documento: original, cópia, autógrafo, apógrafo, apócrifo;
- Tipos de documentos: livros, cartas ou atas, privilégios, éditos, diplomas, normas administrativas (regras), contratos, testamentos, inventários.

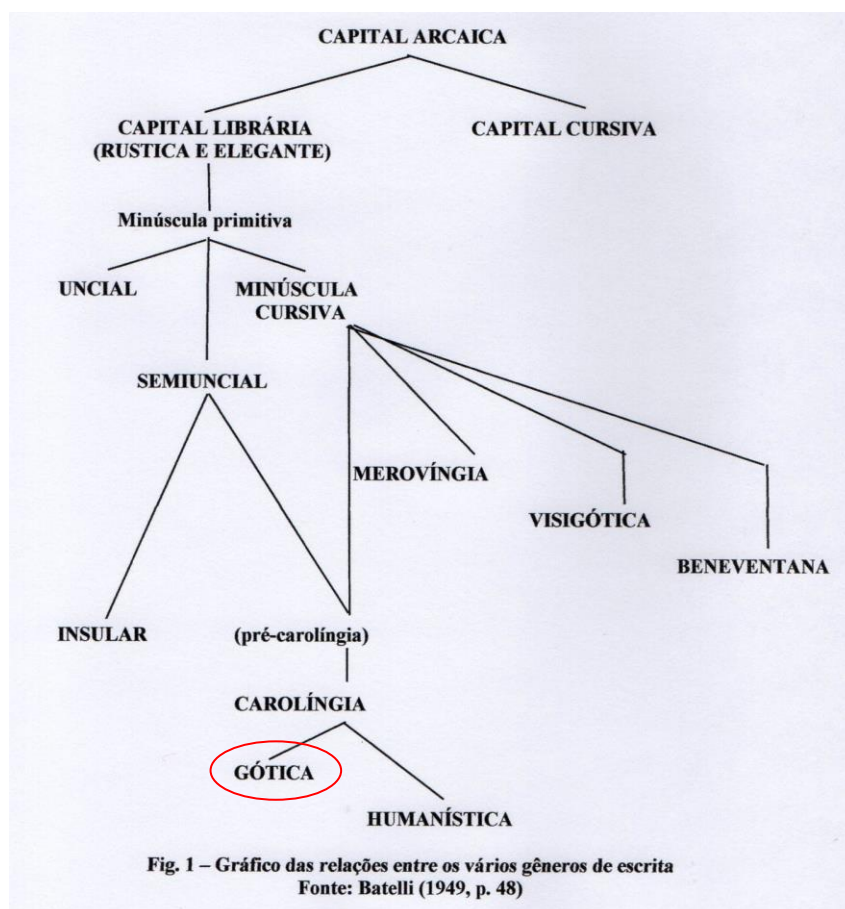
Na direção historiográfica da Paleografia fazia-se um resumo geral do surgimento dessa disciplina e da diferença entre ela e a Diplomática. Após isso, como ainda hoje se faz, passava-se para o material de escrita: pergaminho, papel, tinta, pena etc. Munidos de toda essa matéria teórico-técnica, era o momento de passar à prática, retomando-se o esquema de evolução da escrita (cf. Figura 1) e nele situando o momento da escrita gótica.

---

<sup>1</sup> Traduzindo: “A paleografia é a ciência das antigas escritas. Ela tem por objeto a decifração das escritas da antiguidade e da idade média. Seu domínio se estende a todas as espécies de documentos escritos: inscrições, moedas, selos, atas e livros: [...] seu estudo foca mais especialmente a epigrafia, a numismática e a sigilografia. [...] entre os manuscritos, é necessário distinguir os *livros* de uma parte, as *cartas* ou *atas* de outra parte. Os livros são os manuscritos que contêm as transcrições de obras literárias, históricas ou científicas, e litúrgicas, / ou de caráter privado. Entende-se por cartas, na idade média, e por atas, nos tempos modernos, os escritos, autênticos ou de caráter privado, destinados a tornar público o cumprimento de um ato jurídico, quer esse ato se refira ao direito público quer ao direito privado: privilégios e éditos dos soberanos ou diplomas, normas administrativas, acordos contratuais, testamentos, inventários, etc. Os diplomatistas colocam também nessa classe os registros das cortes de justiça e das administrações”.



Figura 1 – Gráfico das relações entre os vários gêneros de escrita  
(Tradução de Nilton Vasco da Gama)



Fonte: Batelli (1949, p. 48).

A partir desse momento, após uma primeira avaliação de ordem teórica, dava-se início à parte prática, com aplicação de leitura e transcrição em documentos em letra gótica, de início a angulosa, depois, a redonda. Os exemplos, na sua maior parte, eram extraídos da *Palaeographia ibérica*, de John Burnam (1920).

## O DESENVOLVIMENTO

A primeira etapa da metodologia era a leitura inicial do texto seguida da tentativa de transcrição, com uso do quadro de giz, resolvendo o docente as dificuldades que se apresentavam. Naquele tempo, a tecnologia de reprodução da imagem seguiu três etapas: o epidiascópio, o projetor de slides e o retroprojetor.

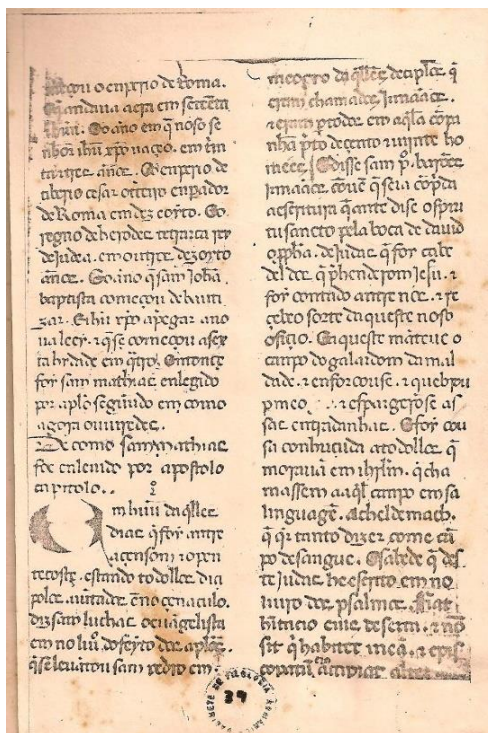
Escolhia-se como primeiro texto, geralmente, uma escrita clara, sem maiores dificuldades, exceto as abreviaturas. A metodologia seguia um pequeno roteiro de etapas:

- 1) Identificação do texto, indicação da biblioteca onde se encontrava, seguida do número de registro;
- 2) Descrição prévia de como esse texto se apresentava: número de colunas e linhas.

O material didático foi elaborado, nos anos 1970, por Nilton Vasco da Gama (1971) e Albertina Ribeiro da Gama (1972), dentro do Programa de Monitoria nas disciplinas de Paleografia e Ecdótica. O primeiro resultado foi a preparação do *Álbum de paleografia* (GAMA, N., 1971; GAMA, A., 1972), em cópia xerox e mimeografado.

De início, a escrita gótica, estudando-se dois tipos de letra, a angulosa e a redonda. A título de exemplo, mostram-se:

Figura 2 – *As vidas dos apóstolos e dos evangelistas*  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaca, 282 (280), fol. 11r;  
annis 1442-1443



Fonte: Burnam (1925, fasc. 3, lâm. LVI)

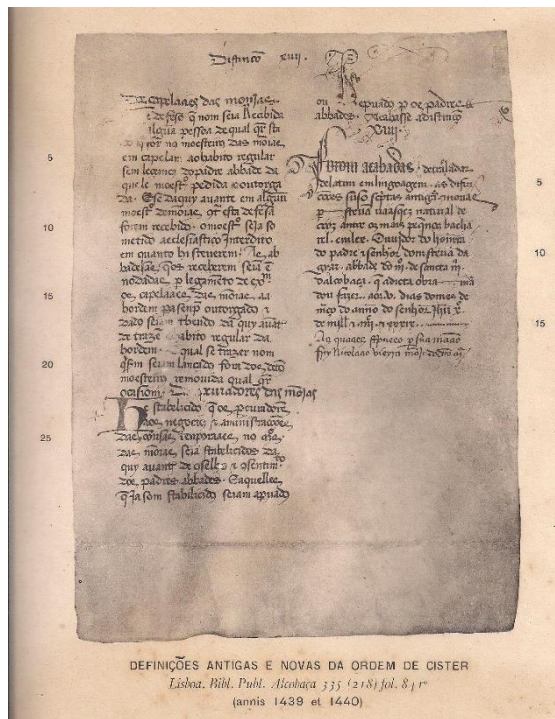
Figura 3 – *Dom Duarte de Portugal O Leal*  
*Conselheiro*  
Paris: Bibl. Nat. Fonds Port. N. 1, fol. 19r, séc. XV



Fonte: Burnam (1925, fasc. 3, lâm. LIX).

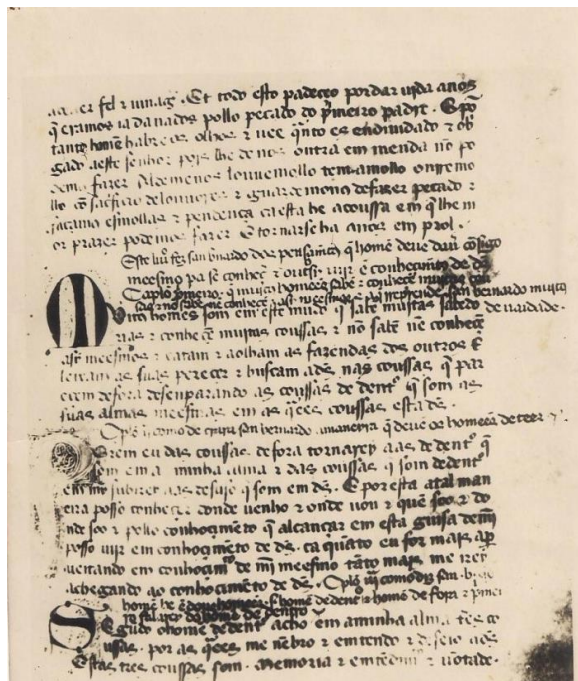


Figura 4 – Definições antigas e novas da Ordem de Cister  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaça, 335 (218), fol. 8, séc. XV



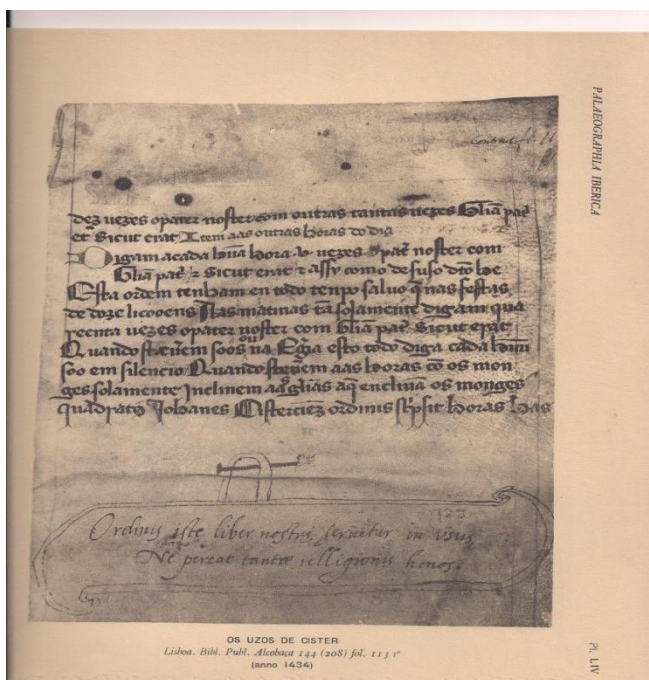
Fonte: Burnam (1912, fasc. 1, lâm. XX).

Figura 5 – Francisco de Melgaço. Espelhos dos monges de São Bernardo: pensamentos  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaça, 291, fol. 195, séc. XIV



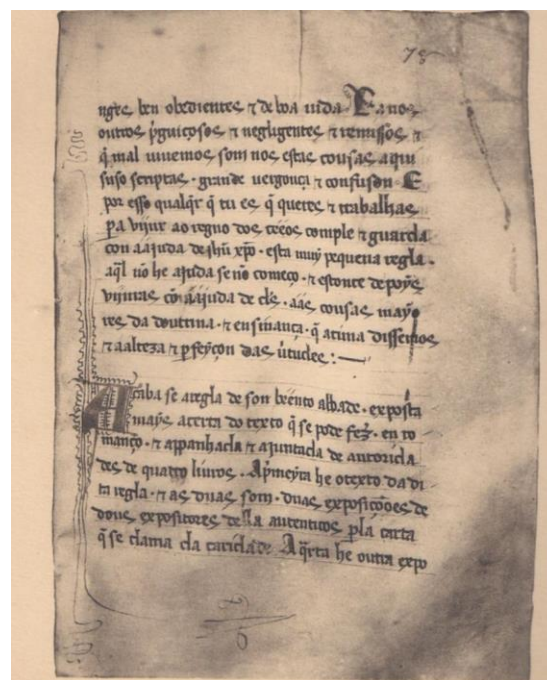
Fonte: Burnam (1925, fasc. 3, lâm. LII).

Figura 6 – Os uzos de Cister  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaça, 144 (208), fol. 113r, séc. XV (anno 1434)



Fonte: Burnam (1925, fasc. 3, lâm. LIVa).

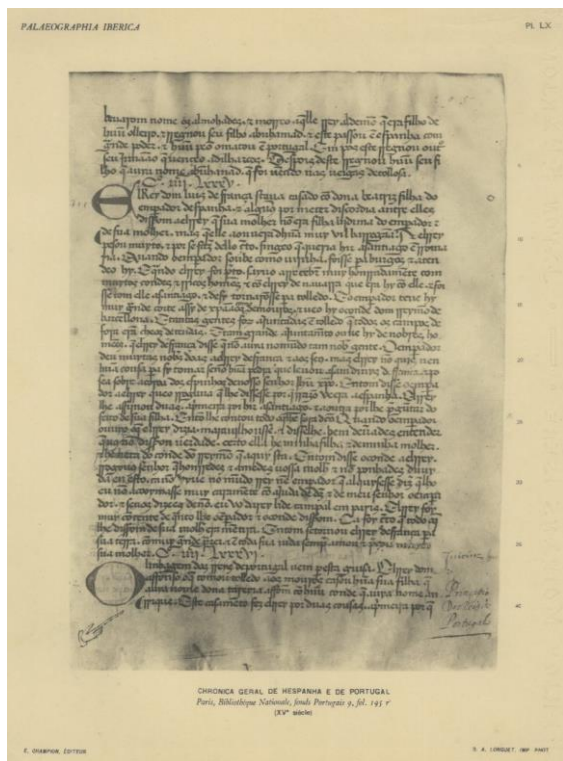
Figura 7 – Regra de Sam Beento  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaça, 326 (73), fol. 78r, annis 1461-1475



Fonte: Burnam (1925, fasc. 3, lâm. LIVb).

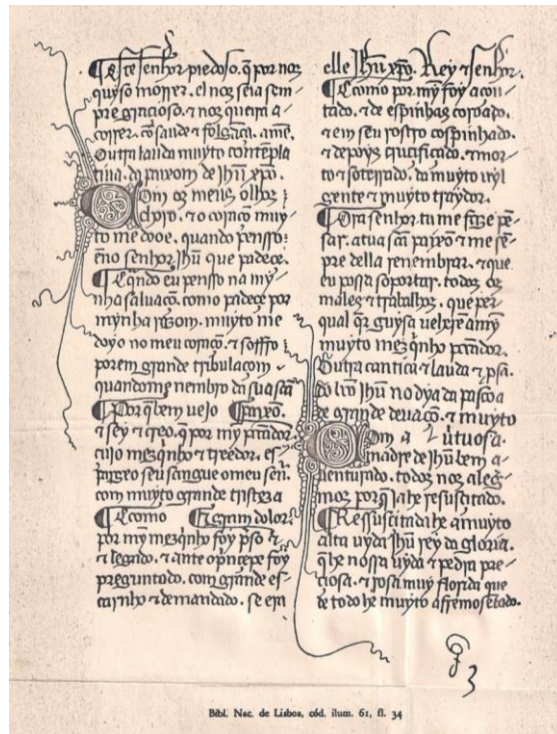


Figura 8 – *Chronica geral de Hespanha e de Portugal*  
Paris: Bibl. Nat., Fonds portugais 9, fol 195r, séc.  
XV



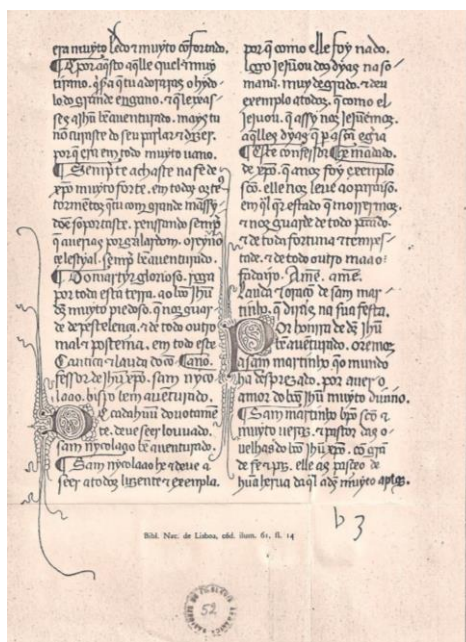
Fonte: Burnam (1925, fasc. 3, lâm. LX).

Figura 9 – S. Joham Cassiano. *Os stabillicimentos dos moesteiros*  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaca, 257 (384), fol. 1r, séc.  
XIV



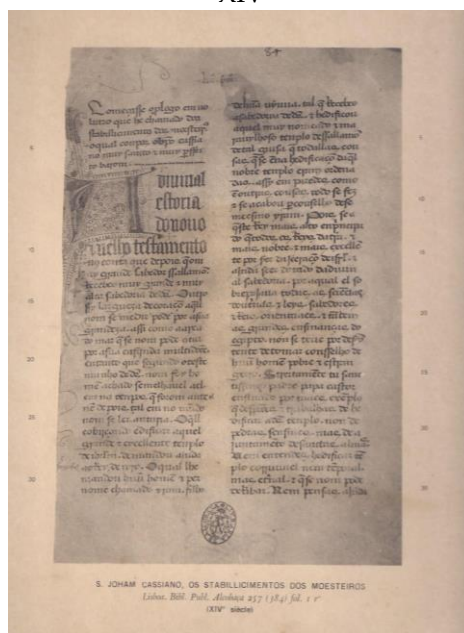
Fonte: Gama (1971, v. 1, lâm. IX).

Figura 10 – *André Dias, Laudes e cantigas.*  
Lisboa: séc. XV, Bibl. Nac. de Lisboa, cód. ilum. 61, fl.



Fonte: Gama (1971, v. 1, lâm. X).

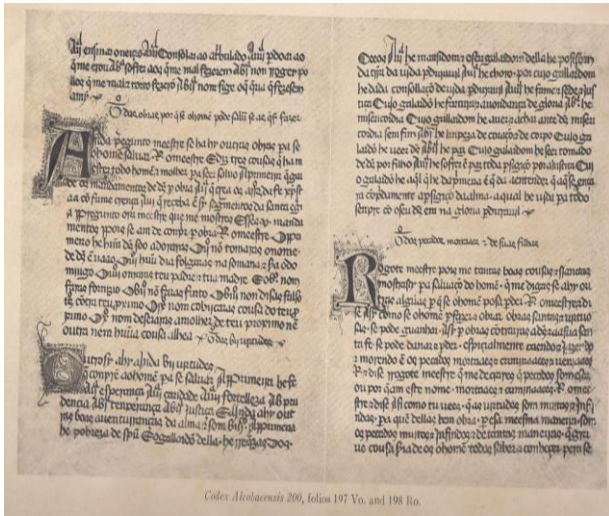
Figura 11 – S. Joham Cassiano. *Os stabillicimentos dos moesteiros*  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaca, 257 (384), fol. 1r, séc.  
XIV



Fonte: Burnam (1925, fasc. 3, lâm. LI).

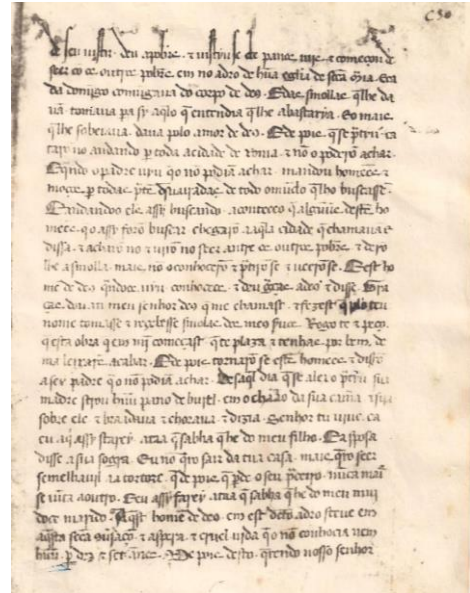


Figura 12 – Codex alcobacensis 200  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaça, fol. 197v e 198r



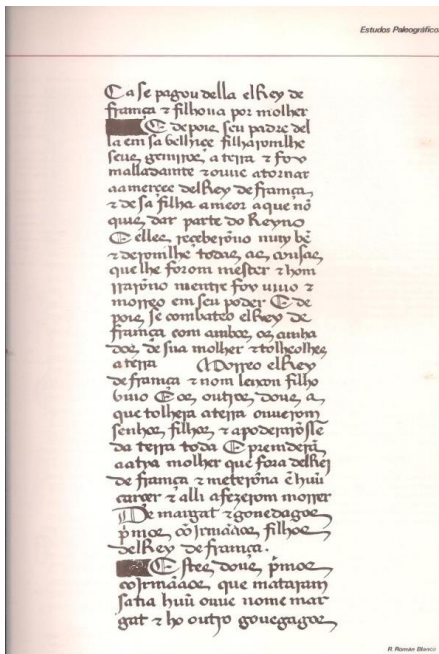
Fonte: Román Blanco (1987, lâm. 8).

Figura 13 – Vida de Santo Aleixo  
Lisboa: Bibl. Pub. Alcobaça, códex alcobacensis  
36, 150r



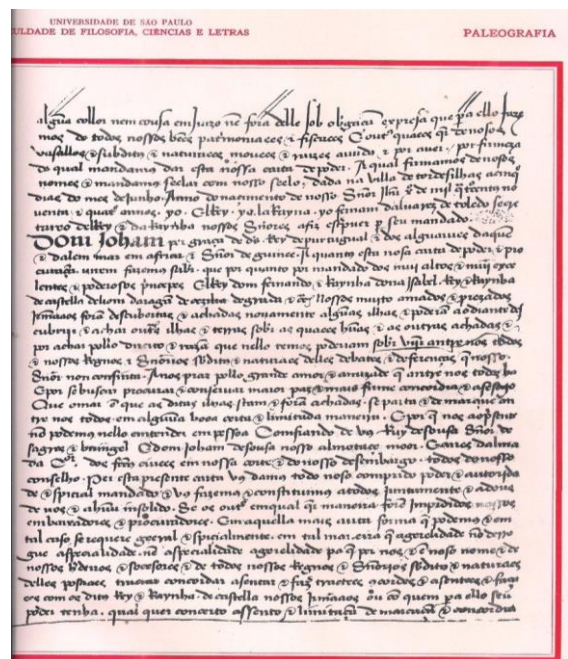
Fonte: Román Blanco (1961, v. 1, lâm. LIII).

Figura 14 – Livro das linhagens ou nobiliário do Conde  
D. Pedro:  
parte da Lenda do rei Lear  
Lisboa: Arq. Nac. da Torres do Tombo, séc. XII-XV



Fonte: Román Blanco (1987, lâm. 8).

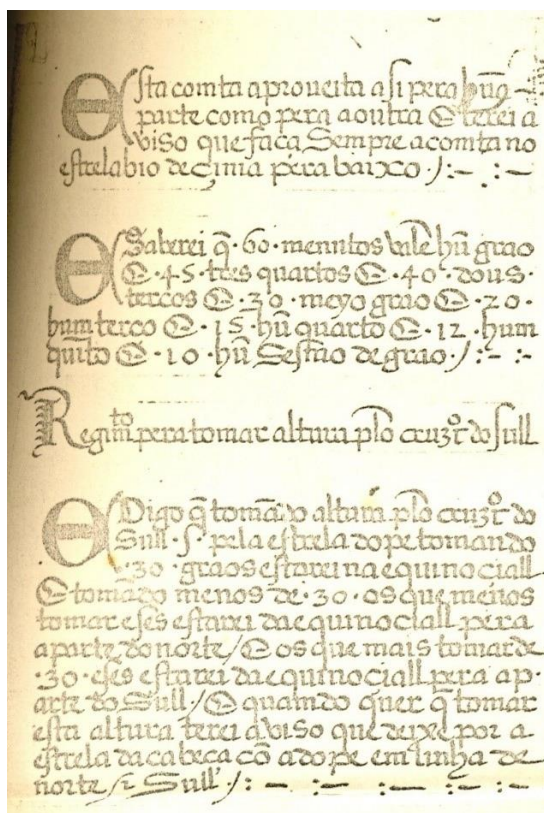
Figura 15 – Tratado de Tordesilhas: Versão  
portuguesa do tratado guardado na corte espanhola,  
Plenipotenciários que acorrem a Tordesilhas, seus  
poderes e atribuições  
Sevilla: Arch. General de Índias, 7 de junho de  
1494



Fonte: Román Blanco (1961, v. 1, lâm. LIII).



Figura 16 – Coleção de roteiros de Manoel Alvares: *Regimento do sol*  
Paris: Bibliothèque Nationale, Fonds Portugais 56, fol. 2v, séc. XVI

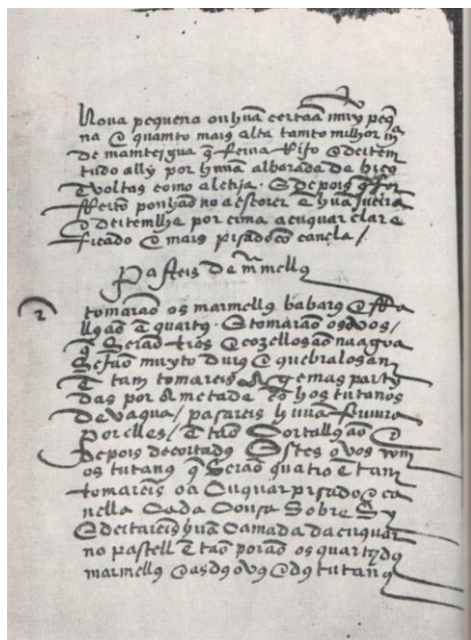


Fonte: Gama (1971, v. 1, lâm. XXXIII).

Na segunda parte do curso (depois, a segunda disciplina, Paleografia e Ecdótica II), ensinava-se a ler e a transcrever as diferentes letras cursivas, derivadas da letra gótica, além da escrita humanística (libraria e cursiva), passando-se pela leitura da página impressa dos incunáveis. Para exemplificar a escrita gótica cursiva, a escolha recaiu no *Tratado de cozinha da Infanta D. Maria*, pela quantidade de *scriptores* que aí interferiram.

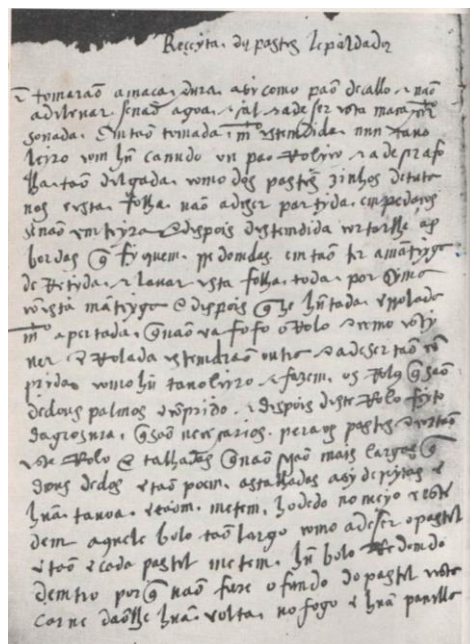
Selecionaram-se, ainda, excertos de textos que tivessem ligação com a História do Brasil, exemplos das escritas cortesã, processal, humanística libraria e humanística cursiva, datados dos séculos XV e XVI. Esses textos eram utilizados tanto para a disciplina Paleografia e Ecdótica II (Curso de Biblioteconomia) quanto para a disciplina Paleografia e Ecdótica IV (Curso de Bacharelado em História). A título de exemplo, apresentam-se:

Figura 17 – *Tratado de cozinha: receita 33*  
Nápoles, Bibl. Nazionale, cota I.E.33, séc. XV.  
Scriptor 1



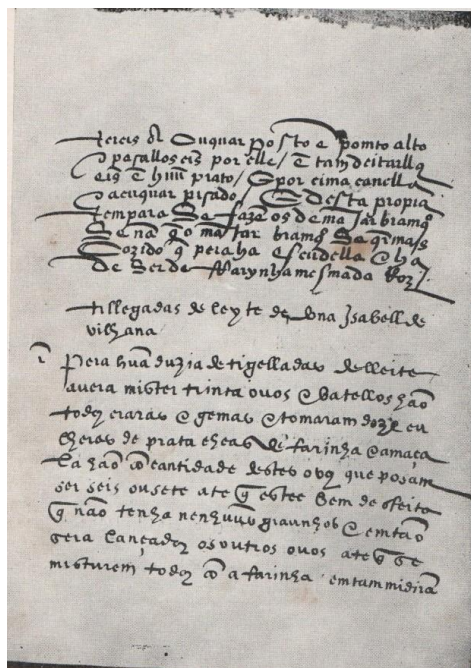
Fonte: Gomes Filho (1963, p. 54).

Figura 18 – *Tratado de cozinha: receita 20*  
Nápoles, Bibl. Nazionale, cota I.E.33, séc. XV.  
Scriptor 2



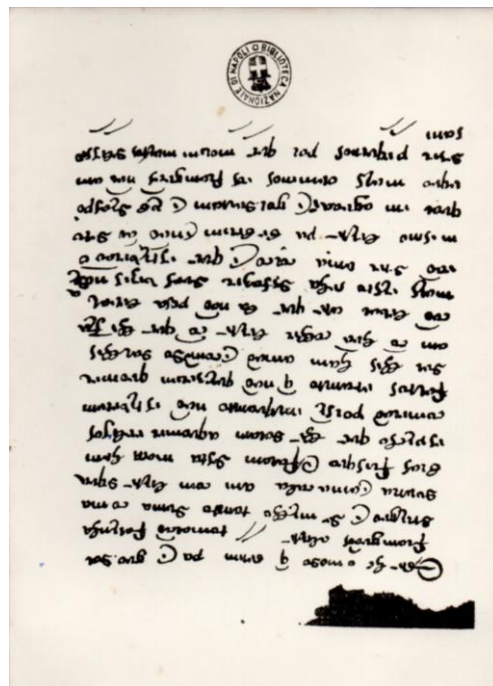
Fonte: Gomes Filho (1963, p. 32).

Figura 19 – *Tratado de cozinha: receita 38*  
Nápoles, Bibl. Nazionale, cota I.E.33, séc. XV.  
Scriptor 3



Fonte: Gomes Filho (1963, p. 68).

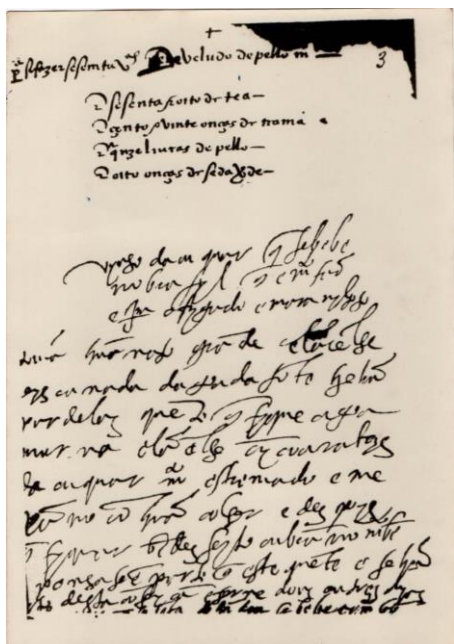
Figura 20 – *Tratado de cozinha: receita 1*  
Nápoles, Bibl. Nazionale, cota I.E.33, séc. XV.  
Scriptor 4



Fonte: Manupella (1967, p. 153).

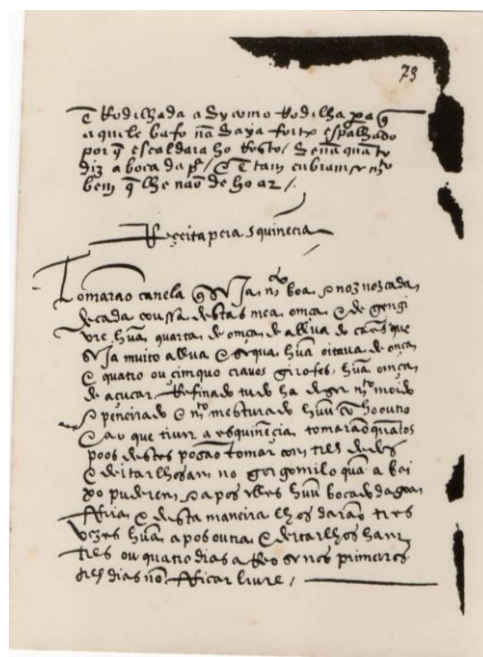


Figura 21 – *Tratado de cozinha*: receita 65 Nápoles, Bibl. Nazionale, cota I.E.33, séc. XV. *Scriptores* 5 e 7



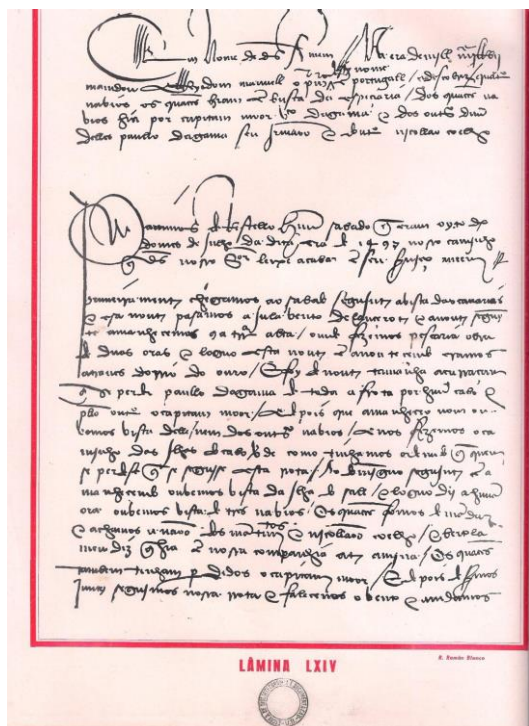
Fonte: Manupella (1967, p. 154).

Figura 22 – *Tratado de cozinha*: receita 66 Nápoles, E Nazionale, cota I.E.33, séc. XV. *Scriptor* 6



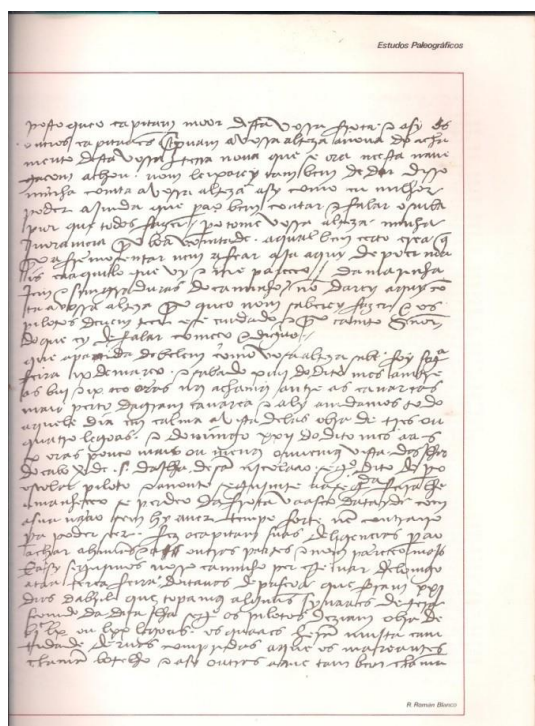
Fonte: Manupella (1967, p. 162).

Figura 23 – *Diário da viagem de Vasco da Gama* Porto: Bibl. Mun. do Porto, n. 804, f. 1, séc. XV, 1497



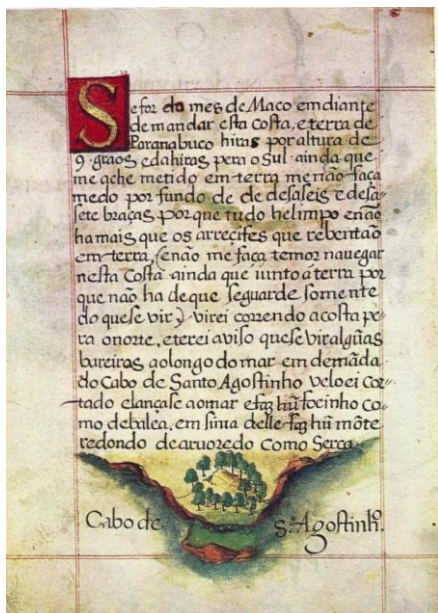
Fonte: Ramón Blanco (1956, v. 1, lâmin. LXIV).

Figura 24 – *Carta de Pero Vaz de Caminha* Lisboa: Arq. Nac. da Torre do Tombo, Gaveta 8, maço 2, n. 8, f. 1r, 1º. de Maio



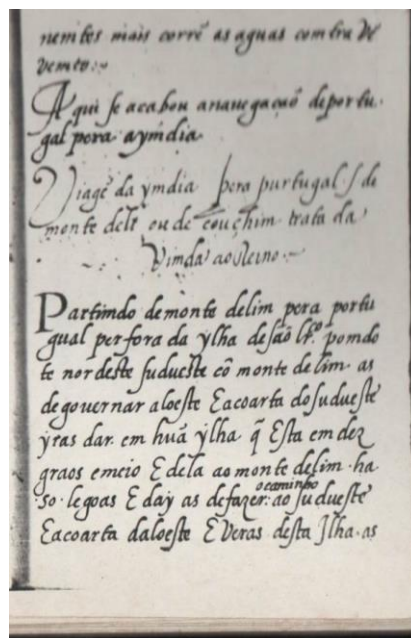
Fonte: Ramón Blanco (1987, lâmin. 22)

Figura 25 – ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil, desde Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães Lisboa: Bibl. da Ajuda, 51-IV-38, f. 2v, séc. XVI



Fonte: ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS... (1965, p. 316).

Figura 26 – COLEÇÃO DE ROTEIROS PORTUGUESE atribuídos a Manoel Álvares Paris: Bibl. National, Fonds Portugais 56, fol. 18r, séc. XVI



Fonte: Gama (1971, lâm. XXIII).

Figura 25 – D. João de Castro, Roteiro de Lisboa a Goa: prólogo Évora: Bibl. de Évora, Códice CXV/1-24, f. 1r, 1538

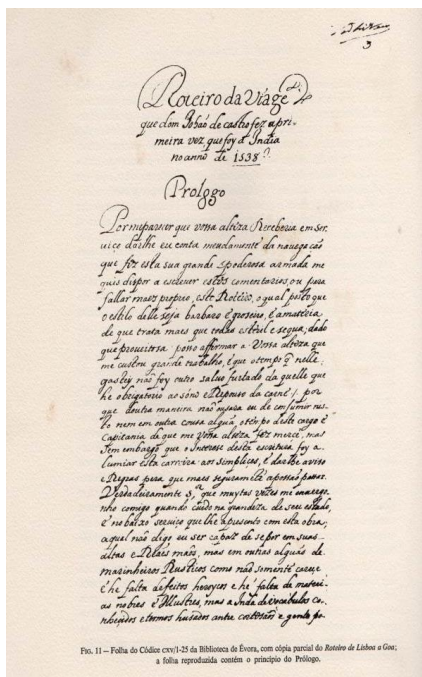


Fig. 11 – Folha do Códice cxv/1-24 da Biblioteca de Évora, com cópia parcial do Roteiro de Lisboa a Goa: a folha reproduzida contém o princípio do Prólogo.

Fonte: CASTRO (1968 [1538], p. 118).

Com a introdução da disciplina Paleografia e Ecdótica III nos Cursos de Letras, oficializou-se o comportamento didático que vinha sendo desenvolvido desde os anos 60 do século XX. No curso de Filologia Românica (anual), de início, no segundo semestre, quando se começava a estudar o processo de mudança linguística nos textos românicos medievais, fazia-se um treinamento paleográfico transcrevendo-se textos em provençal antigo, em francês antigo ou em castelhano, textos em poesia ou em prosa, que algumas vezes eram comparados com as versões em português arcaico.

## AS MUDANÇAS

Entre 1972 e 1976, com as reformas na Universidade Federal da Bahia, foi criada uma disciplina optativa para os cursos de Letras, Paleografia e Ecdótica III, como já dito. O foco dessa disciplina foi tanto o estudo da escrita como o da crítica textual. A partir desta disciplina desenvolveram-se todas as demais disciplinas oferecidas para a graduação em Letras.

Em 1976, com a criação do Curso de Mestrado em Letras, foram criadas duas disciplinas optativas: Paleografia e Ecdótica XX e Paleografia e Ecdótica XXI, a primeira, dedicada ao estudo da escrita medieval (gótica e humanística e dos incunábulo) e das edições de textos medievais; e a segunda, ao estudo dos manuscritos e das edições de autores modernos.

Foi também em 1976 que Albertina Ribeiro da Gama deu início ao projeto de inventário dos dez maços de manuscritos encontrados no porão da Biblioteca do Instituto de Letras: as denominadas *Coleção Santo Amaro* e *Instrução Pública da Bahia*, hoje encontram-se no Centro de Estudos Baianos, que foi objeto de pesquisa de alunos da graduação em Letras ou em Biblioteconomia até 1995 (em regime de Monitora). Um achado que rendeu frutos tanto nos cursos de graduação (Letras, Biblioteconomia e História) como no de Pós-graduação em Letras.



No Instituto de Letras, com os cursos de graduação sob a responsabilidade de Albertina Ribeiro da Gama, Nilton Vasco da Gama manteve a responsabilidade das duas disciplinas da Pós-Graduação em Letras, de 1976 até 1984. Entre 1979 e 1983, com o afastamento de Albertina Ribeiro da Gama para fazer Doutorado em Strasbourg, e de Nilton Vasco da Gama para estágio pós-doutoral também em Strasbourg, Célia Marques Telles, que já auxiliava Nilton Vasco da Gama nos cursos de Biblioteconomia e de História, foi encarregada de ministrar as disciplinas de Paleografia e Ecdótica VI e de Paleografia e Ecdótica IV, respectivamente, nesses cursos. Quanto ao material didático, começava-se a dispor de textos teóricos em língua portuguesa, quer manuais específicos, quer parcialmente dedicados a tratar de manuscritos e de edições. O Quadro 1, abaixo, oferece, entre o período de 1957 a 2008, o referencial teórico com que se tem trabalhado no ensino da Paleografia e da Diplomática.

Quadro 1 – Referencial teórico disponível para os estudantes

| Ano  | Local          | Autor  | Título   |
|------|----------------|--|--|
| 1957 | São Paulo      | Wilson Martins                               | <i>A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca</i> (2. ed. 1996)           |
| 1961 | São Paulo      | Ricardo Román Blanco                         | <i>Lâminas de paleografia</i> (2v.)  |
| 1967 | Rio de Janeiro | Antônio Houaiss                              | <i>Elementos de bibliologia</i> (v. 1 dos dois volumes). Reimp. 1983 (em um volume)              |
| 1970 | Salvador       | Maria Helena Ochi Flexor                     | <i>Noções de paleografia: abreviaturas usuais dos séculos 17 a 19</i> (1. ed. 1979; 4. ed. 2017) |
| 1972 | São Paulo      | Erich Auerbach                               | <i>Introdução aos estudos literários</i> (2. ed.; reimp. Cosaq-Naify 2015)                       |
| 1977 | São Paulo      | Segismundo Spina                             | <i>Introdução à edótica</i> (2. ed. 1994)  |
| 1987 | Lisboa         | João Dias, A.O.Marques, T.Rodrigues          | <i>Album de paleografia</i>  |
| 1987 | São Paulo      | Ricardo Román Blanco                         | <i>Estudos paleográficos</i>   |
| 1987 | Rio de Janeiro | Leodegário de Azevedo F <sup>o</sup> .       | <i>Iniciação em crítica textual</i>  |
| 1991 | Santa Maria-RS | Ana Regina Berwanger e João E. Franklin Leal | <i>Noções de paleografia e diplomática</i> (2. ed. 1995)   |
| 1994 | Recife         | Vera Lúcia Costa Acioli                      | <i>A escrita no Brasil Colônia: um guia para leit. de doc. manuscritos</i>                       |
| 2004 | Rio de Janeiro | Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi          | <i>Fundamentos da crítica textual: história, metodologia, exercícios</i>                         |
| 2005 | São Paulo      | César Nardelli Cambraia                      | <i>Introdução à crítica textual</i>  |

Fonte: Elaborado por Célia Marques Telles.

Uma vez estabelecidos os programas didáticos e já dispondo de material primário para a pesquisa, teve início, ainda como projetos de Monitoria (de 1977 a 1995), o trabalho de iniciação científica com os alunos de Letras ou de Biblioteconomia. Com a introdução dos estudos de Crítica Textual no Mestrado em Letras, deu-se início a uma pesquisa na

obra do poeta baiano Arthur de Salles, de que, em 1977, se editou como trabalho final da disciplina o *Proêmio* do poema *Sangue-mau*, o que deu origem à edição crítica de *Sangue-mau*, feita entre 1978 e 1982 (SALLES, 1982), e ao projeto de pesquisa *Edição crítica da Obra de Arthur de Salles*.

Desse modo, duas linhas de pesquisa estavam em andamento: o inventário da *Coleção Santo Amaro* e da *Instrução Pública da Bahia* e a *Edição da obra de Arthur de Salles*. Para a guarda e preservação dos manuscritos da *Coleção Santo Amaro*, obteve-se auxílio pesquisa do CNPq, o que permitiu se montasse o arquivo dos documentos, hoje depositado no Centro de Estudos Baianos (na Biblioteca Central Reitor Macedo Costa).

A partir de 1984, após o retorno de Albertina Ribeiro da Gama do Doutorado, ela assumiu também as duas disciplinas do Mestrado em Letras, e em 1984 se teve alunos matriculados na linha de Filologia Românica (e Crítica Textual). A primeira dissertação em Crítica Textual foi a de Célia Goulart de Freitas Tavares, orientada por Nilton Vasco da Gama, tendo ela preparado duas edições para os manuscritos inéditos, em prosa, da obra de Arthur de Salles:

- 1) Uma edição crítica para os textos politestemunhais
- 2) Uma edição semidiplomática para os textos monotestemunhais

Em 1983, já na perspectiva da criação de um Curso de Arquivologia, foi realizado um Seminário onde foi discutida a proposta da criação de disciplina(s) de Paleografia e Diplomática, quando Teresa L. G. Pereira e Célia Marques Telles apresentaram trabalhos envolvendo a edição diplomática de manuscritos baianos dos séculos XVIII e XIX e o estudo das abreviaturas.

Em 1987, no Curso de Especialização em Arquivologia, Albertina Ribeiro da Gama e Célia Marques Telles ministraram uma disciplina de Paleografia e Diplomática, cujo conteúdo era *Escritas Cursivas Posteriores ao Século XVI*. Com a criação do Curso de Arquivologia, criaram-se duas disciplinas específicas, de caráter obrigatório: Paleografia e Diplomática I e Paleografia e Diplomática II, ainda hoje ministradas. Todo o material para

as aulas práticas de Paleografia e Diplomática já era extraído do acervo de Filologia Românica, dependendo, como ainda hoje, da necessidade da disciplina ministrada.

Com as disciplinas de Paleografia e de Crítica/Filologia Textual específicas para os Cursos de Letras, o estudo da Paleografia passou a ser feito em documentos em português antigo e em castelhano, dependendo da escolha de trabalho do aluno. Assim, foram estudadas as versões portuguesas da *Vida de Santo Aleixo*, as *Vidas* dos trovadores occitanos, o *Libro de xadrex, dados e tablas* de Alfonso X, alguns dos trovadores galego-portugueses. No campo da edição de textos modernos, descreveu-se o dossiê de Arthur de Salles, foram estudados textos quinhentistas portugueses da literatura de viagens, de que, em 1956, Nilton Vasco da Gama trouxe microfilmes da Biblioteca Nacional da França.

Ao lado das aulas nos cursos de graduação, desde os anos 70 do século XX, quando ainda se podia ter Monitoria para a iniciação à pesquisa, foram muitos os orientandos de monitoria que trabalharam no sentido de *aprender a ler e a estudar*. Albertina Ribeiro da Gama foi a primeira monitora (até 1972), fazendo um trabalho de levantamento das abreviaturas medievais encontradas nos manuscritos utilizados nas aulas de Paleografia e Ecdótica (GAMA, A., 1972). Os alunos desenvolviam os projetos de monitoria em temas ligados à Crítica Textual. Tal atividade de iniciação à pesquisa terminou em 1995, quando, após a instalação do Instituto de Letras no prédio que ocupa hoje, foi possível estender-se mais a pesquisa, uma vez que havia melhores condições de trabalho para todos os docentes. Nos dias atuais todos os docentes do Grupo de Pesquisa *Nova Studia Philologica* se acham envolvidos com a pesquisa em Iniciação Científica.

Nos cursos de Pós-Graduação em Letras, até o momento, foram defendidos, entre dissertações e teses, 66 trabalhos na linha de Crítica / Filologia Textual. Em Crítica / Filologia Textual, destacam-se 41 dissertações concluídas a partir de 1986 e 25 teses concluídas a partir de 2002, como se pode observar, respectivamente, nos Quadros 2 e 3 adiante:

Quadro 2 – Total de dissertações orientadas, entre 1986 e 2017

| Docente              | 2000     |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          | 1900     |          |          |          |          |           |
|----------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
|                      | 17       | 16       | 15       | 14       | 13       | 12       | 11       | 10       | 09       | 08       | 06       | 04       | 02       | 01       | 00       | 99       | 98       | 96       | 95       | 86       |           |
| Albertina R.da Gama  |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          | 1        |          |          | 1        | 2        |          |          |          |          | 4         |
| Alicia D. Lose       |          | 2        |          |          |          | 1        | 2        | 1        |          | 2        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          | 8         |
| Arivaldo S. de Souza | 1        | 1        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          | 2         |
| Célia M. Telles      |          |          | 1        | 1        | 1        |          |          |          |          | 1        |          |          | 1        |          | 2        | 1        | 1        | 1        | 1        |          | 11        |
| Nilton V. da Gama    |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          | 1        | 1        |          |          | 1        | 2        | 1        | 6         |
| Risonete B. de Souza |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |           |
| Rosa B. dos Santos   |          |          |          | 2        | 1        | 2        | 2        |          |          | 2        | 1        |          |          |          |          |          |          |          |          |          | 10        |
| <b>TOTAL</b>         | <b>1</b> | <b>3</b> | <b>1</b> | <b>3</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>1</b> | <b>0</b> | <b>5</b> | <b>1</b> | <b>1</b> | <b>1</b> | <b>1</b> | <b>4</b> | <b>3</b> | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>1</b> | <b>41</b> |

Fonte: BRASIL (2019).

Disponível em: [CNPq.gov.br](http://CNPq.gov.br). Acesso em 18.11.2019.

Quadro 3 – Total de teses orientadas, entre 1986 e 2017

| Docente              | 2000     |          |          |    |          |          |    |          |          |          |          |          |           |
|----------------------|----------|----------|----------|----|----------|----------|----|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
|                      | 19       | 18       | 17       | 16 | 15       | 14       | 13 | 08       | 05       | 04       | 03       | 02       |           |
| Albertina R.da Gama  |          |          |          |    |          |          |    |          |          | 1        |          | 1        |           |
| Alicia D. Lose       | 1        |          | 2        |    | 2        |          |    |          |          |          |          | 5        |           |
| Arivaldo S. de Souza |          |          |          |    |          |          |    |          |          |          |          |          |           |
| Célia M. Telles      |          |          |          |    | 1        | 2        |    | 1        | 1        | 2        | 1        | 1        | 9         |
| Nilton V. da Gama    |          |          |          |    |          |          |    |          |          |          | 1        | 1        |           |
| Risonete B. de Souza |          | 1        |          |    |          |          |    |          |          |          |          | 1        |           |
| Rosa B. dos Santos   | 1        | 1        | 1        | 1  | 1        | 4        |    |          |          |          |          | 9        |           |
| <b>TOTAL</b>         | <b>2</b> | <b>2</b> | <b>3</b> |    | <b>4</b> | <b>6</b> |    | <b>1</b> | <b>1</b> | <b>3</b> | <b>2</b> | <b>1</b> | <b>25</b> |

Fonte: BRASIL (2019).

Disponível em: [CNPq.gov.br](http://CNPq.gov.br). Acesso em 18.11.2019.

Além desses trabalhos de conclusão, em 2003, duas monografias de Curso de Especialização foram apresentadas e aprovadas: a de Helder Júlio Soares de Carvalho, *Traslado da “Certidão de Testamento de Anna Barbosa de Mattos”*: edição semidiplomática e estudo grafemático (orientada por Célia Marques Telles) e a de Hilda Maria Ferreira Conceição, *No Acervo de Manuscritos Baianos: a Coleção Santo Amaro* (sob orientação de Albertina Ribeiro da Gama).

## A RENOVAÇÃO DO QUADRO DOCENTE

A partir de 1989, três docentes atuavam na graduação em Letras, Biblioteconomia, História e Arquivologia e na pós-graduação em Letras: Nilton Vasco da Gama, Albertina Ribeiro da Gama e Célia Marques Telles (aposentada e atuando no PPGLinC, em regime PROPAP).

Entre 1994 e 2017, ingressaram 11 novos docentes, achando-se um deles já aposentado. A partir de 1994, foram abertas vagas para a matéria Filologia Românica (que, então, agregava a Paleografia e a Crítica Textual).

Desse concurso de 1994, foram aprovadas:

- Em 1994, duas docentes, Rosa Borges Santos Carvalho – hoje, como ela mesma diz, “simplesmente Rosa Borges” – e Risonete Batista de Souza.
- E um ano depois, uma terceira docente, Elisabeth Baldwin (já aposentada).

Note-se que as três docentes foram orientandas de Nilton Vasco da Gama: Rosa Borges Santos Carvalho, no Mestrado e no Doutorado, editando os *Poemas do Mar* de Arthur de Salles; Risonete Batista de Souza e Elisabeth Baldwin, apenas no Mestrado; a primeira estudando o vocabulário de cantigas de escárnio e maldizer, a segunda editando o conto politestemunhal, *O Dote de Matilde*, de Arthur de Salles. Rosa Borges dos Santos é docente do PPGLitCult e Risonete Batista de Sousa, do PPGLinC

Em 2009, foram aprovados dois docentes:

- Alícia Duhá Lose – orientanda de Célia Marques Telles, tendo editado, no Mestrado e no Doutorado, textos inéditos de Arthur de Salles – sua aprovação foi para a matéria Técnica de Pesquisa, e sempre desenvolveu projetos de pesquisa em Paleografia e Crítica Textual. É docente do PPGLinC;
- Arivaldo Sacramento de Souza – orientando sucessivamente, em cada nível de formação, de Célia Marques Telles (IC), de Risonete Batista de Souza (Mestrado, com dissertação sobre o vocabulário de cantigas de escárnio e maldizer) e de Rosa Borges dos Santos (Doutorado, editando um texto teatral censurado

durante a Ditadura Militar). Seu concurso foi especificamente para Crítica Textual e atua no PPGLitCult.

Em 2010, Norma Suely da Silva Pereira, aprovada em concurso realizado em 2009 para Técnica de Pesquisa, assumiu as suas funções nesse ano. Orientanda de Célia Marques Telles – desde a IC, também no Mestrado e no Doutorado, editando inéditos em prosa de Arthur de Salles – atua hoje na graduação e na pós-graduação, desenvolvendo sua pesquisa e orientando em Filologia Textual. É docente do PPGLinC.

Em 2011, Rosinês de Jesus Duarte foi aprovada em concurso para Técnica de Pesquisa, entretanto sua formação desde a graduação foi em Crítica Textual. Foi orientanda de Célia Marques Telles – em IC, no Mestrado e no Doutorado – trabalhando no estudo e organização do vocabulário de Arthur de Salles, desenvolvendo um estudo específico sobre a fraseologia na sua tese de Doutorado. Hoje, atua no PPGLitCult, trabalhando na pesquisa com a escrita de escritoras negras na Bahia dos anos 80.

Em 2013, realizaram-se dois concursos de maior amplitude (Linguística Românica, Crítica Textual e Técnica de Pesquisa), tendo sido aprovadas mais duas docentes:

- Isabela Santos de Almeida, orientanda de Rosa Borges dos Santos nos três níveis de formação (IC, Mestrado e Doutorado), sempre trabalhando com os textos teatrais censurados no período da Ditadura Militar. Hoje, é docente do PPGLitCult.
- Eliana Correia Brandão Gonçalves, orientanda de IC de Albertina Ribeiro da Gama, de Mestrado e de Doutorado, de Nilton Vasco da Gama. Vale registrar que no Mestrado preparou edições, crítica ou semidiplomática, dos poemas que integram *Poesias*, de Arthur de Salles. É docente do PPGLinC.

Ainda para atuação em Linguística Românica, Crítica Textual e Técnicas de Pesquisa, realizaram-se mais dois concursos, um em 2016 e outro em 2017. Neles foram aprovadas, respectivamente, as docentes:

- Fabiana Prudente Correia, orientanda de Rosa Borges dos Santos nos três níveis de formação (IC, Mestrado e Doutorado), trabalhando sempre com os textos teatrais censurados. Hoje tem orientandos de IC.

- Débora de Souza, também orientanda de Rosa Borges dos Santos nos três níveis de formação (IC, Mestrado e Doutorado), trabalhando sempre com os textos teatrais censurados. Hoje tem orientandos de IC.

Por último, mas não em último lugar (*Last but not least*), é preciso ainda lembrar que todos os docentes, ao lado das suas aulas de Paleografia, Diplomática e Crítica Textual (em qualquer das vertentes com que se trabalhe), têm hoje orientações em andamento: na Iniciação Científica, no Mestrado, no Doutorado e, para alguns, na Supervisão de Estágio POSDOC.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

É hora de fechar esta lenga-lenga!

Mas não posso deixar de agradecer a todos os meus colegas integrantes do Grupo de Pesquisa *Nova Studia Philologica* a parceria incontestada, a assistência profissional e pessoal que temos uns com os outros. O esforço conjunto, iniciado nos anos 60 do século XX com Nilton Vasco da Gama, tem dado frutos, de que um dos exemplos é este II Seminário Nacional de Paleografia.

Alícia Duhá Lose, apesar do “convite-intimação” e do susto de saber que faria esta conferência, agradeço-lhe e declaro ter sido um prazer buscar o arquivo, a biblioteca, os registros de memória, os dados oficiais cedidos pela Risonete Batista de Souza... Faltam ainda muita coisa, mas não se pode dizer tudo de uma só vez, para que se torne a visitar estes meandros do lugar da memória.

Enfim, muito obrigada a todos!

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE; Fund. Joaquim Nabuco; Massangana, 1984.

ALLEN JR., Joseph H. D. (ed.). **Two old portuguese versions of the Life of Saint Alexis**: codices alcobacenses 36 and 67. Urbana: The Univ. Of Illinois Press, 1953.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. 1. reimp. São Paulo: Cosac-Naify, 1949.

AULETE, F. J. de Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 2. ed. bras. Novamente rev., atual e aum. por Hamilcar Garcia. Rio de Janeiro: Delta, 1968.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. **Iniciação em crítica textual**. Rio de Janeiro: Presença. Apres. de Antônio Houaiss, 1987.

BATELLI, Giulio. **Lezioni di paleografia**. 3. ed. Citta del Vaticano: Pont. Scuola Vaticana di Paleografia e Diplomatica, 1936; 1949.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 2. ed. Santa Maria-RS: EDUFMS, 1991; 1995.

BRASIL. 2019. **Plataforma Lattes**. Brasília, DF: CNPq. Disponível em: <http://CNPq.gov.br>. Acesso em 18 nov. 2019.

BUONOCORE, Domingo. **Vocabulario bibliográfico**: términos relativos al libro, al documento, a la biblioteca, para uso de escritores, bibliógrafos, bibliófilos, bibliotecarios, archivistas, libreros, editores, encuadernadores y tipógrafos. Santa Fé, Argentina: Castellví, 1952.

BURNAM, John. **Palaeographia iberica**: fac-similés de manuscrits espagnols et portugais (IXe-XVe siècle), avec notices et transcriptions. Paris: Lib. Ancienne Honoré Champion, 1912-1925.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAPELLI, A. **Dizionario di abbreviature latine ed italiane**. 6. ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1985.

CARTER, H. J. **Paleographical edition and study of the language of a portion of Codex Alcobacensis 200**: a dissertation in Romanic languages. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania, 1938.

CASTRO, João de. Roteiro de Lisboa a Goa. *In*: **Obras Completas de D. João de Castro**. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa. p. 115-296. Edição de Luís de Albuquerque, 1968.



CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: 1977. Salvador: Superintendência Acadêmica da UFBA.

CHASSANT, L. A. **Dictionnaire des abréviations latines et françaises**; usités dans les inscriptions lapidaires et méthalliques, les manuscrits et les chartes du Moyen Âge. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung. Nachdruck der 5. Auflage, 1965.

DIAS, André, Mestre. **Laudes e cantigas espirituais**. Lisboa: Oficinas Ramos, Afonso e Moita, 1951.

DIAS, João José Alves; MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa F. **Album de paleografia**. Lisboa: Estampa, 1987.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc. Lisboa: Guimarães, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas de manuscritos e documentos luso-brasileiros dos séculos XVI ao XX**. 4. ed. rev. e aum. Salvador: Verlag; Novas Edições Acadêmicas, 2017.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FLEXOR, Maria Helena. **Noções de paleografia**. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1970.

GAMA, Albertina Ribeiro da. **Album de paleografia**: glossário de abreviaturas. Salvador: UFBA; Inst. Letras; Dep. Letras Românicas. v. 3. Mimeogr., 1972

GAMA, Nilton Vasco da. **Album de paleografia**. Salvador: UFBA; Inst. Letras; Dep. Letras Românicas. v. 1, Fac-símiles; v. 2, Transcrições. Com a colab. de Albertina Ribeiro da Gama. Mimeogr., 1971

GOMES FILHO, Antônio (ed.). **Um tratado da cozinha portuguesa do século XV**. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1963.

- HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. Reimp. fac-similar. São Paulo; Brasília, DF: HUCITEC; INL; Fund. Nac. Pró-Memória, 1983.
- HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.
- MANUPELLA, Giacinto (ed.). **Livro de cozinha da Infanta D. Maria**: primeira edição integral do códice português I-E-33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1967.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2. ed. il., rev. e atual. São Paulo: ABDR; Ática, 1996.
- MILLARES CARLO, Agustín. **Tratado de paleografía española**. 3. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1983. v.1.
- MILLARES CARLO, Agustín. **Tratado de paleografía española**: texto. 2. ed. corr. y aum. Madrid: Lib. y Casa Editorial Hernando, 1932. v. 1.
- PROU, Maurice. **Manuel de paleographie latine et française**. 3. ed. ref. Paris: Alphonse Picard, 1910.
- PROU, Maurice. **Manuel de paléographie latine et française**: recueil de fac-similés d'écritures du V<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle; manuscrits latins, français et provençaux accompagnés de transcriptions. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1904.
- ROMÁN BLANCO, Ricardo. **Estudios paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987.
- ROMÁN BLANCO, Ricardo. 1961. **Lâminas de paleografia**. São Paulo: USP: FFCL, 1961.
- ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS, CONHECIMENTOS, FUNDOS, BAIXOS, ALTURAS E DERROTAS, QUE HÁ NA COSTA DO BRASIL, DESD'O CABO DE SANTO AGOSTINHO ATÉ O ESTREITO DE FERNÃO DE MAGALHÃES. 1965. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**, Lisboa: v. 6, n. 2, p. 312-317, abr.-jun, Edição fac-similar do manuscrito 51.IV.38 da Biblioteca da Ajuda.
- SALLES, Arthur de. **Sangue-mau**. Salvador: Universidade Federal da Bahia., 1981.
- SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**: história, metodologia, exercícios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica; EDUSP, 1994. p. 49-54.

TELLES, Célia Marques. Nilton Vasco da Gama: o homem de ciência de d'Arbois de Jubainville. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador, 1996. Acompanhado de uma **Cronologia biográfica**. Número especial em homenagem ao septuagésimo aniversário do Prof. Nilton Vasco da Gama.



# HISTÓRIA DA PALEOGRAFIA: MOVIMENTO ENTRE A CIÊNCIA E A ARTE

Vanessa Martins do Monte  
Universidade de São Paulo

## PALAVRAS INICIAIS

Um dos temas mais relevantes, talvez o mais importante e sem dúvida a questão prévia de mais transcendência que se coloca em toda disciplina científica, é o do seu próprio ser, o de sua própria compreensão e o de sua própria delimitação. Voltar-se para dentro para escutar o pulso de seu fazer e de sua missão científica constitui um postulado implicativo de toda problemática que qualquer ciência tenha de resolver. (CONTRERAS, 1994, p. 15)

As reflexões que motivam a composição deste texto<sup>1</sup> surgem a partir do profícuo diálogo entre linguistas, paleógrafos e filólogos, roupagens que, por vezes, se acumulam

---

<sup>1</sup> Este texto, com algumas modificações, serviu de base à conferência proferida no II Seminário Nacional de Paleografia, em 21 de novembro de 2019, na Universidade Federal da Bahia. Foram acrescentadas nesta versão

num mesmo indivíduo, acerca do fazer paleográfico. O texto em epígrafe constitui o parágrafo de abertura do *Manual de Paleografia*, de Contreras, e explicita o comum e necessário questionamento acerca do âmago da Paleografia<sup>2</sup>. É, por assim dizer, um recorte dessa transcendência que se pretende discutir neste texto. Não há aqui, como verão, nenhuma grande novidade teórica ou metodológica. Apenas pretende-se refletir, por meio do diálogo com obras renomadas da área e textos de menor circulação, sobre o sentido simultaneamente científico e artístico do fazer paleográfico. Além dessa reflexão, pretende-se contribuir com a difusão em território nacional de uma periodização mais acertada e consensual da história da Paleografia, ou do que poderíamos chamar de historiografia paleográfica.

O questionamento sobre o estatuto científico da Paleografia está ligado a algumas razões, como o seu lugar histórico de disciplina auxiliar, o contexto de seu surgimento e ainda a identificação indesejada entre Paleografia e 'Paleografia de Leitura'<sup>3</sup>. Sabemos que uma pergunta importante dentro de determinada área do conhecimento raramente é feita por uma 'única' voz. Assim, a questão que se coloca sobre a capacidade de a Paleografia produzir de fato conhecimento científico surge tanto nas aulas e oficinas sobre o tema, pela voz dos discentes, quanto nas comunicações em eventos da área de Letras & Linguística, na voz dos pares acadêmicos.

Canart, em 2006, publicou um artigo intitulado justamente *La paléographie est-elle un art ou une science?*, que poderia ser traduzido por "A Paleografia: é uma arte ou uma ciência?". O título do artigo comprova que tanto a pergunta não se faz sozinha quanto não se circunscreve à determinada região. Na advertência preliminar, o autor anuncia que o texto é fruto de uma conferência proferida três vezes por ele, entre 1996 e 1997, e que, a par

---

algumas reflexões adicionais, bem como se adaptou, em certa medida, o caráter oral da conferência às convenções da escrituralidade, que caracteriza esse modo de circulação das ideias.

<sup>2</sup> Opta-se neste texto pelo uso de Paleografia com maiúscula inicial, seguindo a tradição dos manuais espanhóis sobre o tema.

<sup>3</sup> A diferenciação entre a 'Paleografia de Leitura' e a 'Paleografia de Análise' é proposta por Sáez e Castillo (2004) e reflete uma divisão didático-funcional bastante comum da Paleografia enquanto disciplina universitária.

da introdução de notas e da atenuação de seu caráter oral, fez poucas modificações no texto original.

Gostaríamos aqui de dialogar com este texto de Canart (2006) e refletir sobre o estatuto ao mesmo tempo científico e artístico da Paleografia, verificando o que se ganha ao alçar a Paleografia à autonomia que caracteriza e funda uma área de estudos científicos. Para isso, começaremos pela apresentação de uma proposta de periodização da história da Paleografia. Alertamos para o fato de que tal proposta não é inédita, sendo, aliás, bastante consensual junto à comunidade acadêmica internacional. Consideramos importante sua divulgação neste texto pelo fato de a periodização mais comum em estudos nacionais ser aquela de Berwanger e Leal (2008), que indicam apenas duas fases em que se subdividiria a historiografia paleográfica.

Após a apresentação dessa proposta de periodização, trataremos da relação evidente entre a arte e a Paleografia e discutiremos o estatuto de ciência conferido à Paleografia.

## OS PERÍODOS DE DESENVOLVIMENTO DA PALEOGRAFIA: POR UMA HISTORIOGRAFIA PALEOGRÁFICA

Há grande consenso entre os paleógrafos sobre uma divisão da história da Paleografia em quatro períodos. Ainda que a denominação de cada período varie, sua delimitação temporal costuma coincidir. É fundamental levarmos em conta essa quadripartição, uma vez que, como já dissemos, uma das obras que mais circula no Brasil sobre o tema, a de Berwanger e Leal (2008), divide-a em apenas dois períodos: o período de formação (fins do século XVII a 1750) e o período de afirmação (de 1751 aos dias atuais). Os quatro períodos e seus limites cronológicos poderiam ser assim sumarizados:

Quadro 1 – Periodização da História da Paleografia

| <b>Períodos</b>             | <b>Datação</b>     |
|-----------------------------|--------------------|
| Pré-história da Paleografia | séc. I EC até 1681 |

|                            |                         |
|----------------------------|-------------------------|
| Período de formação        | de 1681 a 1750          |
| Período de desenvolvimento | de 1750 a 1938          |
| Período de renovação       | de 1939 aos dias atuais |

Fonte: a autora.

Os antecedentes dos estudos paleográficos remontam, segundo Martínez (1988), ao século I da era comum (EC), quando Tiron compõe um sistema taquigráfico de escrita, conhecido pelo nome de *Notas tironianas*. Esse sistema provocou o desenvolvimento imediato de um sistema de decifração e leitura das notas taquigráficas. Martínez (1988, p. 45, tradução nossa) nota que

[...] [a] partir de então e até o século XVII não cessará a produção de tais obras pré-paleográficas, para chamá-las de algum modo, com títulos que giram quase sempre em torno da palavra Notas (*Notæ*) ou Abreviaturas (*Abbreviationes*) cujo significado – o das duas palavras – é idêntico, a saber: resumo, compêndio, redução de uma sílaba, de uma palavra ou de uma frase que se condensa em determinados signos ou figuras, ocupando um espaço pequeno e menor, naturalmente, que aquele que ocuparia a frase ou a sílaba ou a palavra inteira. Assim temos, no século III, as *Notæ iuris*, cujo uso seguirá aumentando, até chegar a seu apogeu na baixa Idade Média e começos da Idade Moderna [...].

Martínez (1988) comenta que as denominações sobre essa fase que antecederia o surgimento da Paleografia costumam variar: ‘Paleografia empírica’, ou ‘arte paleográfica’, ou ainda ‘pré-história da Paleografia’<sup>4</sup>.

Ainda que se tenham desenvolvido métodos e sistemas mais ou menos elementares para a leitura e decifração de objetos escritos antes da segunda metade do século XVII, o surgimento da Paleografia como disciplina cultural e científica está associado ao trabalho do monge beneditino Jean Mabillon. Em 1681, ele publica uma obra intitulada *De Re Diplomatica Libri VI In Quibus Quidquid Ad Veterum Instrumentorum antiquitatem, materiam, scripturam, & stilum, quidquid ad sigilla, monogrammata, subscriptiones, ac notas chronologicas, quidquid inde ad antiquariam, historicam, forensemque disciplinam pertinet, explicatur &*

<sup>4</sup> Recomenda-se também a leitura de Contreras (1994, p. 57-58 e p. 107-157) sobre os antecedentes da Paleografia. O autor centra-se, sobretudo, na necessidade da leitura correta das palavras abreviadas, o que motivou a organização de listas e dicionários de abreviaturas desde o século I EC.

*illustratur: accedunt commentarius de antiquis regum Francorum palatiis: veterum scripturarum varia specimina, tabulis LX comprehensa. Nova ducentorum, & amplius, monumentorum collectio*<sup>5</sup>.

Conforme apontado por diversos autores (CONTRERAS, 1994; SÁEZ e CASTILLO, 2004; CAMBRAIA, 2005; BERWANGER; LEAL, 2008), a obra, ainda que não contenha o termo 'palæographia', assinala o início de um estudo sistematizado sobre os tipos de escrita<sup>6</sup>. Mabillon passou seis anos preparando a obra como resposta à publicação do jesuíta Daniel van Papenbroeck *Propylaeum Antiquarium circa Veri ac Falsi Discrimen in Vetustis Membranis*, vinda à lume em 1675<sup>7</sup>.

Conforme Contreras (1994), o último quartel do século XVII assiste a uma grande polêmica entre estudiosos jesuítas bolandistas de Amberes (Anvers) e beneditinos maurinos de Paris. O cerne da disputa ligava-se à crítica de documentos. A publicação de Papenbroeck constituía-se de uma dissertação em forma de prólogo para o segundo tomo da obra de conteúdo hagiográfico *Acta Sanctorum*<sup>8</sup>. A crítica, no fundo, resultou numa atitude hipercrítica, já que o jesuíta “qualificou de falsos documentos pontifícios e dos reis

---

<sup>5</sup> A obra pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.starodruki.ihuw.pl/stWeb/single/210/> O título pode ser traduzido como: *6 livros sobre a diplomática nos quais se explica e ilustra o que pertence ao passado dos instrumentos antigos, à matéria, à escritura e ao estilo; o que [pertence] aos sinetes, aos monogramas, às subscrições, e às notações cronológicas; o que [pertence] até à disciplina antiquária (transcrição de manuscritos): ocorre que, histórica, abordam o comentário sobre os palácios antigos dos reis Francos: várias amostras das antigas escrituras, compreendidas em 60 tábuas. Uma coleção de 200 e poucos monumentos.* Agradeço à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marly de Bari Matos (FFLCH-USP) pela proposta de tradução do título da obra.

<sup>6</sup> A atribuição do surgimento da Paleografia a Jean Mabillon não é consenso entre os estudiosos. Gomes (2018, p. 288), por exemplo, afirma que “[m]uitos historiadores remetem a D. Jean Mabillon a paternidade da Paleografia como ciência. Não é, na verdade, muito exato afirmá-lo”, porque sua paternidade seria devida a Montfaucon, que cunhou o termo.

<sup>7</sup> O título poderia ser traduzido por *Antiga introdução para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos pergaminhos antigos.* Agradeço ao Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, com quem discuti brevemente essa tradução. Eventuais erros são de minha inteira responsabilidade.

<sup>8</sup> Segundo Delumeau (2007, p. 1599, tradução nossa), “Mabillon foi encarregado de preparar uma edição das obras de São Bernardo que aparece em 1667. [...] Luc d’Achery pediu-lhe que trabalhasse na ‘Vida dos santos da ordem beneditina’. Tratava-se de fazer as correções aos *Acta sanctorum* que os bolandistas de Anvers – os jesuítas – haviam começado a editar em 1643, sendo os santos classificados pela data em que são honrados. Esses *Acta* pareciam, para Luc d’Achery, conter erros. Os dois monges então tomaram uma série de decisões: basear apenas nos atos autênticos, respeitar os originais, recolocar em seu verdadeiro lugar cronológico os santos que haviam morrido antes de São Bento e não acrescentar à ordem os monges sobre os quais não se tivesse certeza se haviam conhecido e praticado a regra beneditina”.



merovíngios expedidos em favor da abadia beneditina de Saint-Denis” (CONTRERAS, 1994, p. 59, tradução nossa).

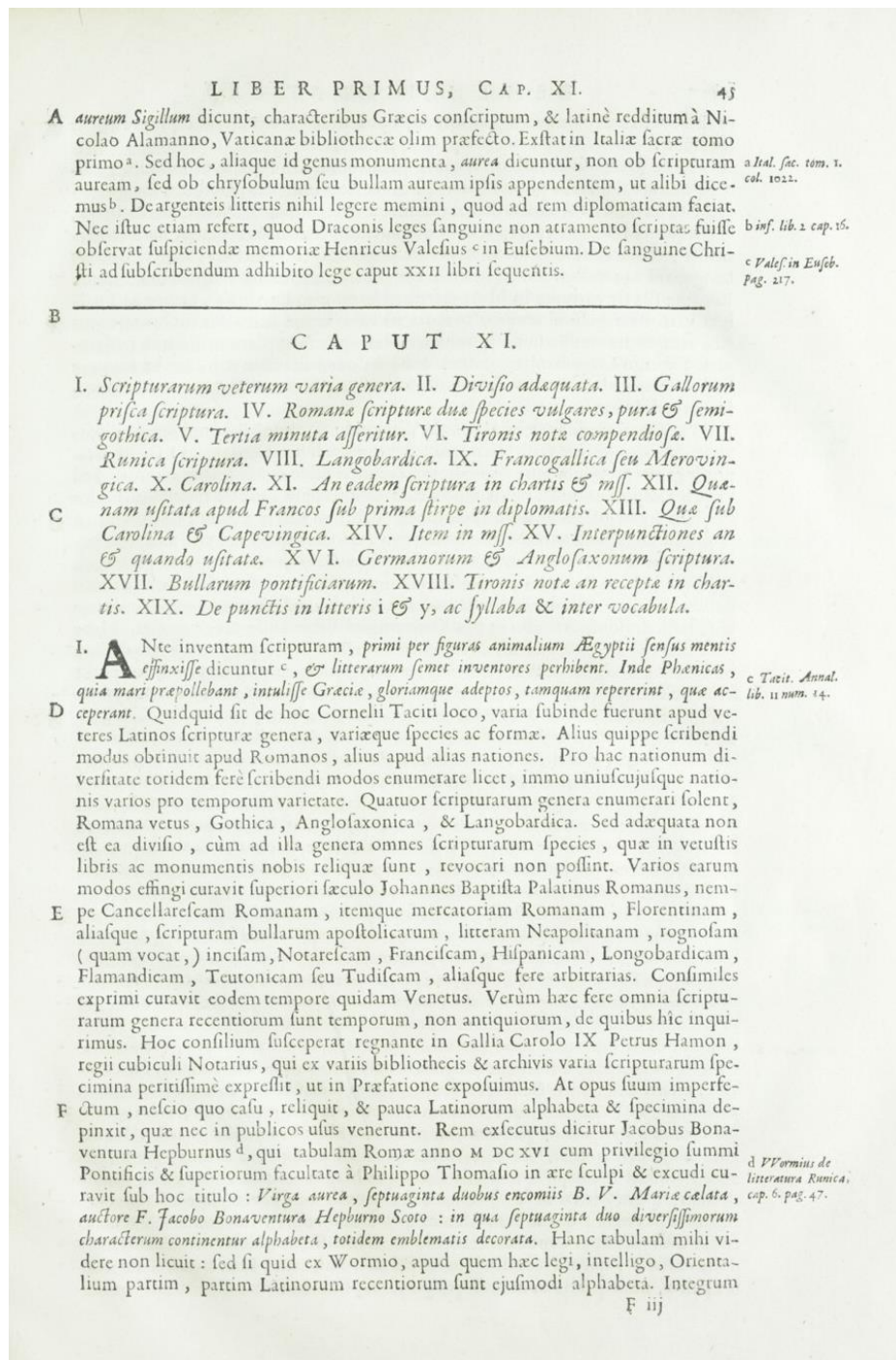
Convém reproduzir uma citação de Boüard (1924, p. 133 *apud* CONTRERAS, 1994, p. 58, tradução e grifo nossos) sobre o espírito erudito e crítico do humanismo renascentista:

Corriam os humanistas pela Europa em uma febre de descobrimento de manuscritos antigos, cuja leitura e fixação do texto produzia furiosas polêmicas. Nesta virulenta emulação, que merece ser destacada, estabeleceu-se a primeira condição do *processo científico* que ocorrerá depois. Mas essas polêmicas não são suficientemente violentas para despertar uma completa inquietude. De Erasmus foi possível escrever que era um novato em Paleografia.

Mabillon, que já fazia investigações documentais na equipe do beneditino Gregoire Tarris, publica sua obra como uma espécie de resposta às acusações de Papenbroeck. Tal obra foi responsável por estabelecer “as bases científicas da Diplomática e o papel *auxiliar* da Paleografia em relação à crítica documental” (CONTRERAS, 1994, p. 59, tradução nossa). Seu propósito não era escrever um tratado de Paleografia,

[...] os resultados consistiram mais como um conjunto de observações fundamentais distribuídas em vinte parágrafos e esses em várias questões relacionadas à distribuição geográfica na Europa ocidental dos diferentes tipos de escrita, à sua distinção, ao uso de escrituras em documentos e em códices e a “subsídios paleográficos”, como abreviaturas e sinais de pontuação. Sua contribuição mais significativa foi a distinção (anteriormente ensaiada, mas sem ser operacional) entre a escritura librária e a escritura documental e a classificação da librária em gótica, saxã, longobarda e merovíngia, considerando-as como formas independentes e autóctones em relação à escritura romana. As escrituras saxã e longobarda foram diferenciados antes de Jean Mabillon, mas a fixação da merovíngia se deve a ele, bem como a concepção de que a carolina teve sua origem no tempo de Carlos Magno a partir da merovíngia com influências romanas. (CONTRERAS, 1994, p. 60, tradução nossa)

Na página a seguir está disposto o fac-símile da primeira página do capítulo XI do livro I da obra monumental de Mabillon. Pelo índice de matérias do capítulo, revela-se como o estudioso apresentou um conhecimento sistematizado, que anteciparia as bases para um método rigoroso desenvolvido pela Paleografia.

Figura 1 – Fac-símile da p. 45 da obra *De Re Diplomatica*, de Jean Mabillon

Fonte: Mabillon (1681).

A obra de Mabillon é recebida com admiração, inclusive pelo próprio Papebroeck.

Segundo Delumeau (2007, p. 1600, tradução nossa), o jesuíta escreve:

Confesso que não tenho outra satisfação em ter escrito sobre esse assunto do que ter lhe dado a oportunidade de compor um trabalho tão bem realizado. Não fique

envergonhado e, sempre que tiver a oportunidade, diga publicamente que estou inteiramente de acordo com você.

Delumeau (2007) prossegue relatando que a obra tornou Mabillon célebre do dia para a noite, tendo sido apresentado como ‘o homem mais sábio do reino’ ao Rei Luís XIV. Esse epíteto, inclusive, dá título ao seu artigo. Ao beneditino foi oferecida uma pensão de duas mil libras, que ele negou dizendo: “O que podem pensar de mim se, sendo pobre e nascido de pais pobres, eu procurasse na religião aquilo que eu não teria esperado na vida secular?” (DELUMEAU, 2007, p. 1600, tradução nossa).

Bernard de Montfaucon, também monge beneditino maurino, publica em 1708 a obra *Palæographia Græca sive de ortu et progressu literarum græcarum, et de variis omnium sæculorum Scriptionis Græcæ generibus: itemque de Abbreviationibus & de Notis variarum Artium ac Disciplinarum*<sup>9</sup>. A publicação introduz o termo ‘palæographia’ e é o primeiro livro a abordar exclusivamente o tema. Ainda que se concentre apenas na escritura grega, Martínez (1988, p. 47, tradução nossa) adverte para o fato de que o método desenvolvido por Montfaucon tem

[...] aplicações gerais para o estudo gráfico de quaisquer séries de manuscritos, com base no estabelecimento de listas daqueles mais característicos, escritos em data conhecida; e tirando dessas listas critérios razoáveis tanto para a classificação das escrituras no tempo e no espaço como para explicar a evolução dos elementos gráficos que concorrem para a formação delas.

Um terceiro nome a ser lembrado no *período de formação* da Paleografia é o do erudito Scipione Maffei, que, segundo Martínez (1988, p. 47, tradução nossa), “vem a completar o triunvirato fundacional da Paleografia como ciência auxiliar da história”. Maffei descobriu em 1713 uma valiosa coleção de códices latinos na biblioteca catedral de Verona. Essa descoberta marca o início dos estudos sobre Paleografia Latina, que não havia sido abordada por Mabillon ou Montfaucon. De acordo com Martínez (1988), em sua

---

<sup>9</sup> Uma reprodução digital do livro pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1041709q/f7.image> Uma tradução possível para o título seria: *Paleografia Grega ou da origem e desenvolvimento das letras, e dos diversos gêneros de escritura grega de todos os tempos: assim como de Abreviaturas e notas de várias Artes e Disciplinas*.

*Istoria Diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica in tal materia*<sup>10</sup>, de 1727, Maffei disserta sobre como a escritura romana não mudou substancialmente ao ser empregada pelos povos que se assentaram nos locais que antes constituíam os domínios e as províncias de Roma. Sáez e Castillo (2004) acrescentam que Maffei amplia o conceito de Paleografia na medida em que ele passa a entendê-la como história da escritura, e não apenas como classificação de escrituras, conforme fizeram Mabillon e Montfaucon.

Esse período de surgimento da Paleografia enquanto disciplina científica costuma ser chamado de 'período de formação' (BERWANGER; LEAL, 2008) ou 'período fundacional' (MARTÍNEZ, 1988). É importante destacar dois aspectos, considerando o lugar da disciplina no período: por um lado, a Paleografia surge como auxiliar da Diplomática e da Historiografia, entendida como crítica de fontes textuais, e assim permanece por um bom tempo; por outro, a forma orgânica e as estruturas que a caracterizam desde seu surgimento são o que permitem que ela seja considerada uma disciplina científica. Inclusive Martínez (1988) utiliza também o termo 'Paleografia científica' para designar tal período<sup>11</sup>.

O período subsequente, denominado *período de desenvolvimento*, cobriria os anos de 1750 a 1938. Martínez (1988) ainda o subdivide em três subperíodos: tradicional (1750-1869), moderno (1869-1900) e contemporâneo (1900-1939). A subdivisão refere-se a publicações importantes na área: como o primeiro tomo do *Nouveau Traité de Diplomatie* (*Novo Tratado de Diplomática*), vindo à lume em 1750 e preparado por Charles Toustain e René Tassin, monges beneditinos maurinos, e o livro de Wilhelm Wattenbach, *Anleitung zur Lateinischen Paläographie* (*Manual de Paleografia Latina*), publicado em 1869. Cabe comentar que o *período de desenvolvimento* da Paleografia se caracteriza por uma ampla e vicejante produção bibliográfica sobre o tema.

---

<sup>10</sup> Uma reprodução digital da obra pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://archive.org/details/istoriadiplomati00maff>. O título poderia ser traduzido como *História Diplomática que serve de introdução à arte crítica em tal matéria*.

<sup>11</sup> Cabe destacar que, diferente de Martínez (1988), Sáez e Castillo (2004) usam a expressão 'Paleografia científica' apenas para as primeiras décadas do século XX, quando, segundo os autores, a Paleografia abre caminho para converter-se em uma verdadeira ciência autônoma.

A Paleografia continua caminhando ao lado da Diplomática e da Historiografia na condição de auxiliar. É nos tratados de Diplomática que a análise das escrituras antigas será abordada como um instrumento de Crítica Textual. O método continua sendo classificatório, com o objetivo de dividir, subdividir e nomear os grupos de letras. A partir de 1869, identifica-se um avanço bastante grande no campo da Paleografia, marcado pela publicação do Manual de Wattenbach do mesmo ano, como já referido, mas também pela obra de 1871 de sua autoria: *Das Schriftwesen im Mittelalter (A Escritura na Idade Média)*<sup>12</sup>.

A criação de sociedades e instituições para a pesquisa histórica é profusa no período, com destaque para a *Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde (Sociedade para o conhecimento da antiga história alemã)*, de 1819, e para a *École Royale des Chartes*<sup>13</sup>, em 1821. Inicia-se e generaliza-se, assim, o ensino de Paleografia, em centros especializados e também nas universidades. Com isso, começam a surgir revistas e publicações periódicas dedicadas ao tema (MARTÍNEZ, 1988).

Além dos monumentos gráficos propriamente ditos, passam a interessar aos paleógrafos o ambiente em que esses monumentos são produzidos. Segundo Martínez (1988, p. 50, tradução nossa), a história da escritura passa a ser uma parte da história da civilização, por isso “o feito gráfico será interpretado em função de um especial sentido histórico”. Um dos pioneiros desse novo enfoque é Ludwig Traube, da Universidade de Munique, considerado o primeiro a observar a Paleografia a partir do campo da Filologia e dos estudos da linguagem. Segundo Sáez e Castillo (2004, p. 23), ao colocar a Paleografia em relação com a história da cultura, Traube marca o nascimento da ‘Paleografia científica’, que para Martínez (1988) teria ocorrido muito antes, já no período de formação. No início do século XX, a Paleografia começa a ganhar uma nova dimensão: a de ciência da escritura, sendo a escritura entendida como um grande fenômeno cultural e humano (MARTÍNEZ, 1988).

---

<sup>12</sup> As datas das primeiras publicações das obras de Wattenbach constam de sua biografia disponível no *website* da Universidade Humboldt de Berlim: <https://www.lautarchiv.hu-berlin.de/en/objekte/-/16683/>. As datas das edições príncipes diferem daquelas apresentadas por Martínez (1988).

<sup>13</sup> Denominada atualmente *École Nationale des Chartes*, sua história pode ser encontrada no seguinte endereço: <http://www.chartes.psl.eu/fr/rubrique-ecole/institution-au-service-histoire-du-patrimoine-1821>



Um nome importante do *período de desenvolvimento* é o de Luigi Schiaparelli, discípulo de Traube, a quem se deve

[...] a formulação de alguns conceitos e princípios teóricos que estão na base da investigação paleográfica mais moderna, especialmente os que assinalam a importância das tendências gráficas na evolução da escritura, a teoria sobre o desenvolvimento espontâneo e intrínseco das formas gráficas ou a ideia da escritura como um feito global. (PETRUCCI, 1988, p. 30 *apud* SÁEZ E CASTILLO, 2004, p. 23, tradução nossa).

Antes de alcançar o estatuto de ciência autônoma, Sáez e Castillo (2004) afirmam que a Paleografia se desenvolveu bastante durante as primeiras décadas no século XX, debruçando-se sobre diversos problemas em aberto. Marca o fim do *período de desenvolvimento* e o início do *período de renovação* a publicação de Jean Mallon, Robert Marichal e Charles Perrat, da conhecida escola franco-belga, intitulada *L'écriture latine de la capitale romaine à la minuscule* (*A escritura latina da capital romana à minúscula*), de 1939.

A obra mais famosa de Mallon, *Paléographie Romaine* (*Paleografia Romana*), de 1952, fixa as novas teorias desenvolvidas pela escola e consagra seu autor, bem como o sistema e o método por ele apresentados. Já no Prefácio do livro, Mallon comenta sobre a necessidade de uma definição mais larga e mais precisa de Paleografia do que aquela definição quase etimológica de “ciência das escrituras antigas”. O autor escreve que

[...] a paleografia tem como objeto de estudo não apenas as escrituras, mas ainda o conjunto de caracteres externos de todos os monumentos, sem nenhuma exceção, que carregam os textos, inscrições de toda sorte, papiros, pergaminhos, tábuas de cera etc., estudo que não deve deixar de explorar acessoriamente, e em toda a extensão útil, os dados fornecidos pelos caracteres internos. A paleografia, em suma, deve se ocupar dos monumentos gráficos de toda natureza, e em cada caso, de uma maneira total. (MALLON, 1952, p. II)

A evolução da disciplina está intrinsecamente associada às novas correntes historiográficas, que “trataram o fenômeno da escritura a partir de pontos de vista inéditos”. Segundo Sáez e Castillo (2004, p. 26, tradução nossa),

[...] [e]sta renovação foi incentivada e favorecida pelos avanços experimentados pela ciência histórica ao longo do presente século [XX] e, especialmente, pelos novos problemas que se formularam em uma década tão agitada como a dos anos

sessenta. Deve-se lembrar que foi então que a segunda geração de *Annales* – criadora de novos temas de pesquisa (mentalidades, vida privada, mulheres, livro e leitura) – tomou forma e a ‘Escola Marxista Britânica’ teve seu desenvolvimento. Nesse contexto, a Paleografia, ou certos paleógrafos, também explorou outras possibilidades e insistiu de forma mais nítida nas relações estabelecidas historicamente entre a escritura e a sociedade. Coincidindo com essas transformações epistemológicas da história e a emergência dos estudos sobre alfabetismo e cultura escrita (literacia), a escritura começa a ser pensada e estudada como algo além de um sistema ordenado de signos gráficos. Converte-se, assim, em uma fonte histórica por si e em si mesma, de modo que estudando sua função, seu uso e sua difusão em cada momento histórico seja possível alcançar um conhecimento mais integral do passado.

O período de renovação da Paleografia é marcado pela ampla contribuição de Armando Petrucci. Às perguntas “o quê, como, quando e onde”, que caracterizavam a pesquisa paleográfica até então, o paleógrafo italiano acrescenta duas perguntas fundamentais sobre a função e a identidade dos escribas: por que se escreve e quem escreve. Como afirmam Sáez e Castillo (2004, p. 26, tradução nossa), “a tendência que nascia nesse momento significava uma ‘revolução’ do tradicional método paleográfico de tendência erudito-positivista”. Assim, passam a ser centrais os estudos sobre as práticas de escrita, invertendo o movimento até então habitual de partir-se das formas gráficas para fazer correspondê-las às manifestações culturais. Passa-se a tomar como ponto de início da investigação a função que uma dada sociedade atribui às práticas escritas, realizando-se estudos sobre a literacia antes de analisar o conteúdo das suas relações com as formas gráficas produzidas nessa sociedade (PETRUCCI, 1969; 1992 *apud* SÁEZ; CASTILLO, 2004).

As escritas usuais e elementares começam a interessar aos estudos paleográficos, que deixam de se concentrar apenas nos escritos das classes sociais detentoras de poder. As classes subalternas e periféricas constituem, desde então, legítimos objetos de estudo. Como representativo dessa guinada na ciência paleográfica, podemos citar, no mundo lusófono, as iniciativas de Rita Marquilhas, que publicou em 2000 uma obra sobre as práticas de escrita na sociedade portuguesa do Antigo Regime, concentrando-se nos escritos de homens e mulheres comuns, com pouca familiaridade com a escrita. Da mesma pesquisadora é a iniciativa mais recente da constituição de um grande *corpus* eletrônico de

escritos cotidianos intitulado *P.S. Post Scriptum – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*<sup>14</sup>.

Motivação semelhante está no cerne da concepção do Projeto Mulheres na América Portuguesa<sup>15</sup> – M.A.P., que tem por objetivo o levantamento e a catalogação de documentos escritos por mulheres e documentos escritos sobre mulheres entre 1500 e 1822 no Brasil e no espaço atlântico português. Levanta-se um conjunto de fontes cuja escassez é inversamente proporcional à sua importância, uma vez que, no caso das mulheres que foram autoras materiais de documentos, é possível estudar suas práticas de escrita, contribuindo com os estudos sobre a história social da cultura escrita na América Portuguesa. A carta de Anna Maria Cardoso, violentada e abusada por pai e irmãos, escrita em 1765 de próprio punho pela mulher, moradora da vila de Atibaia, representa o marco inicial do projeto<sup>16</sup>.

Constitui importante iniciativa de renovação no campo da Paleografia o desenvolvimento de projetos de pesquisa na área da Paleografia Digital. Revela-se extremamente profícua a associação entre as Humanidades Digitais<sup>17</sup> e a Paleografia.

Nesse ponto, gostaríamos de reproduzir um dos questionamentos que motivaram a reflexão de Canart (2006) sobre o estatuto científico ou artístico da Paleografia. Trata-se da questão proposta pelo renomado paleógrafo alemão Bernhard Bischoff, que tomamos a liberdade de traduzir: “Graças ao desenvolvimento de meios técnicos, a paleografia, arte de observação e de intuição, está em vias de se tornar arte do mensurável<sup>18</sup>” (CANART,

---

<sup>14</sup> O *corpus* pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php?action=home>

<sup>15</sup> O *website* do Projeto M.A.P. é <http://map.prp.usp.br/>. Também se pode acompanhar o Projeto M.A.P. pelas redes sociais: @map\_usp (Instagram), @projeto\_map (Twitter) e <https://mapusp.hypotheses.org/> (Blog acadêmico). O Projeto é coordenado pela autora deste texto e por sua colega, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Clara Paixão de Sousa (FFLCH-USP).

<sup>16</sup> A ficha de Anna Maria Cardoso no Catálogo M.A.P. pode ser acessada por meio do *link*: [http://map.prp.usp.br/MAP=Fichas.html#\[AA|008|AMC\]](http://map.prp.usp.br/MAP=Fichas.html#[AA|008|AMC])

<sup>17</sup> Sobre uma discussão mais ampla acerca do conceito de Humanidades Digitais e das pesquisas desenvolvidas nesse âmbito, consultar Fiormonte, Numerico e Tomasi (2015).

<sup>18</sup> Por ‘arte do mensurável’, Bischoff pretende se referir às pesquisas em Paleografia que costumam fazer medições dos grafemas, sobretudo aqueles medievais. Sabe-se que o avanço das ferramentas computacionais propiciou o desenvolvimento de programas e aplicativos sofisticados na área de medição, tanto do ângulo, quanto do peso e do módulo dos signos gráficos.

2006, p. 159). Longe de questionarmos a legitimidade da preocupação exposta pela pergunta de Bischoff, convém destacar que a utilização e o desenvolvimento de ferramentas computacionais não necessariamente retiram as dimensões de observação ‘a olho nu’ e de intuição do fazer paleográfico; ao contrário, a aliança entre as formas de fazer, uma mais tradicional e uma mais computacional, produz inegavelmente uma evolução em determinado campo de estudos. Essa discussão deixa transparecer que, acompanhando o senso comum, mesmo a academia sofre com a insistência na ideia de ‘substituição’ de uma teoria ou de uma metodologia por outra. A ideia de ‘substituir’ aproxima o fazer científico de uma certa visão mercadológica. Seria mais produtivo se pudéssemos lidar com as ideias de aliança, complementariedade e associação entre novas e antigas teorias e metodologias. Certamente, essa mudança de perspectiva valorizaria muito mais o desenvolvimento de novos construtos teóricos e metodológicos no fazer científico, que é necessariamente coletivo e plural.

A Paleografia Digital apresenta, a nosso ver, uma vertente científica e uma vertente pedagógica. Em sua vertente científica, contam-se inúmeros projetos de digitalização e posterior organização digital de informações a comporem um inventário buscável eletronicamente de tipos de escrita em diferentes épocas. Como exemplo, pode-se citar o DigiPal<sup>19</sup>, projeto desenvolvido pelo King’s College London, em que, para além de se pesquisar os sistemas de escrita medieval frequentes sobretudo na área da Grã-Bretanha entre os séculos X e XI, permite que o consulente interaja com os dados ali armazenados, criando, por exemplo, um repositório pessoal de tipos caligráficos, com possibilidade de fazer anotações em cada grafema ou alógrafo selecionados.

Na vertente pedagógica, pode-se citar o *Album interactif de paléographie médiévale* (*Álbum Interativo de Paleografia Medieval*), uma iniciativa francesa, da Universidade de Lyon, que permite um treino *online* em Paleografia de Leitura.<sup>20</sup> Os manuscritos digitalizados e à disposição dos consulentes para os exercícios são categorizados por

---

<sup>19</sup> O Projeto DigiPal pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.digipal.eu/>.

<sup>20</sup> O Álbum pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://paleographie.humanum.fr/index.php?>

período (indo do séc. IX aos manuscritos modernos), níveis de dificuldade e língua (latim, francês, italiano, árabe e occitano).

A vertente pedagógica da Paleografia, tanto em âmbito analógico quanto em âmbito digital, tem a se beneficiar com uma distinção essencial proposta por Canart (2006): a distinção entre o ato de escritura e o resultado material desse ato. Ao primeiro corresponderia a dimensão dinâmica do complexo ato de escrever em seus múltiplos aspectos e condicionamentos. Ao segundo, liga-se a dimensão estática, equivalente à sequência de formas, ou signos gráficos, criados sobre o suporte.

Um estudante de Paleografia deve ser levado a entrever, partindo da dimensão estática, a dimensão dinâmica do ato de escrever. Defendemos que a reconstrução virtual da terceira dimensão da escrita, ou seja, dos movimentos do punho e do instrumento de escrita sobre o suporte são essenciais para o desenvolvimento das atividades relacionadas à Paleografia de Leitura. Por isso, torna-se importante lançarmos mão de expedientes que provoquem o discente no sentido dessa reconstrução. Um desses expedientes é o uso de bicos de penas metálicas e de ave em oficinas de Paleografia, levando os alunos a experimentarem a escrita com esses instrumentos, de modo a vivenciarem e a resgatarem a complexidade do ato de escrita. Central nessa atividade prática é estabelecer a relação com a teoria paleográfica malloniana, levando-os a verificarem empiricamente alguns conceitos paleográficos centrais, como o de *ductus*, ângulo e peso<sup>21</sup>. Outro expediente que tem se mostrado muito relevante é o uso de uma caneta digital, que simula a escrita de uma pena, combinada a uma mesa digital, o que permite que sejam retraçados signos gráficos por sobre documentos digitalizados, possibilitando que os alunos avaliem, sobretudo, o *ductus* e o peso da escrita manuscrita original. Mencione-se o curso de verão ministrado recentemente na USP intitulado *Da pena de ave à pena digital: a contribuição das*

---

<sup>21</sup> Os bicos de pena metálica vêm sendo constantemente utilizados nas Oficinas de Paleografia ministradas pelos docentes vinculados ao ETeP – Edição de Textos em Português (<http://etep.fflch.usp.br/>) da USP, associados ao NEHiLP – Núcleo de Etimologia e História da Língua Portuguesa (<https://nehilp.prp.usp.br/>). A ideia do uso de bicos de pena metálica em sala deve-se à mestrandia do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da USP, Regina Jorge Villela Haüy.



*Humanidades Digitais ao ensino de Paleografia*<sup>22</sup>. No curso, os discentes experimentaram a escrita com a pena de ave, a pena metálica e a pena digital, essa última por meio do uso de uma mesa digital<sup>23</sup>.

O desenvolvimento da Paleografia Digital traz, a nosso ver, um ganho imenso para o *período de renovação* da Paleografia. Passemos agora à discussão sobre o lugar da Paleografia como arte e como ciência.

## A PALEOGRAFIA COMO ARTE

Canart (2006) destaca o fato de que, em seu *período de formação*, a Paleografia está mais ligada à arte. A arte é por ele entendida como um

[...] ‘conjunto de meios, de procedimentos que visam a um certo fim’. Esses meios, ou nós os dominamos ‘pelo efeito de aptidões naturais’ ou nós os adquirimos pela aprendizagem de regras metódicas, próprias a essa ou outra arte. A arte, eu concluo, é antes de tudo, um *savoir-faire*. (CANART, 2006, p. 163, tradução nossa)

Se levarmos em conta que os estudos da época de Mabillon e Montfaucon tinham como objetivo “adquirir a capacidade, a habilidade de ler um texto, de decifrá-lo” (CANART, 2006, p. 164, tradução nossa), a Paleografia se aproxima imensamente do conceito de arte como um *savoir-faire*.

Ocorre, porém, que, quando a Paleografia é tomada simplesmente como uma arte, “ela não é nem fundamentada nem comunicável” (CANART, 2006, p. 165, tradução nossa). Há um exemplo muito interessante a ilustrar essa questão trazida por Canart (2006, p. 165), que traduzimos a seguir:

O patriarca de Constantinopla em meados do século XV, Georges-Gennade Scholarios, escreveu bastante, em dois sentidos do termo, ou seja, ele compôs algumas obras e muitas vezes as copiou, passando-as a limpo de próprio punho. Essa escrita é difícil, muito difícil de ler. O maior especialista no assunto era um humilde irmão leigo da Congregação dos Assuncionistas, o irmão Jules Pector,

---

<sup>22</sup> O curso foi ministrado em fevereiro de 2020 pela autora deste texto e pela mestrande do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da USP Ana Carolina Estremadoiro Prudente do Amaral. Nesse curso, além das penas metálicas e da pena digital, foram utilizadas também penas de ganso.

<sup>23</sup> A marca e o modelo da mesa digital utilizada na oportunidade é Wacom Intuos Creative Pro Tablet, modelo CTL 4100.

‘quem, – cito a introdução aos oito volumes das obras completas de Scholarios – sem nunca ter estudado a língua de Homero e Demosténes, chegou, sob a direção [de Louis Petit], a decifrar a fina cursiva de Scholarios com mais segurança do que um erudito helenista’. Jules Pector foi, se quisermos, o paleógrafo mecânico ou o encanador das mãos douradas, capaz de consertar motores e tubulações sem saber por que e como ele conseguia fazer isso.

Ilustra-se claramente, como adverte o autor, um caso limite. No entanto, continua Canart (2006), não é raro que paleógrafos sejam capazes de decifrar e datar um tipo de escrita sem conseguir expor de maneira clara e objetiva os critérios que os levaram a tal avaliação. Assim, não é incomum que as descobertas feitas por nós, paleógrafos, sejam difíceis de justificar e de comunicar. A exposição clara e precisa de critérios paleográficos depende justamente de um estudo minucioso e sistemático sobre a escritura de determinado período e de determinado local – tanto geográfico quanto institucional. Nesse sentido, os estudos paleográficos sobre os manuscritos lavrados no período colonial urgem uma ampla sistematização de modo que possamos construir conjuntamente uma história social da escrita na América Portuguesa, que já começa a ser contada<sup>24</sup>.

Ainda no âmbito da Paleografia como arte, Canart (2006) aproxima o ouvido musical do que ele denomina de ‘olho paleográfico’. A aproximação se justifica pelo fato de, segundo o autor, ambos serem dons inatos e poderem ser afinados e aperfeiçoados pela prática. A seguir, afirma que o ‘olho paleográfico’ é de natureza intuitiva e sintética, listando algumas acepções de “intuição”, que se ligariam ao sentido por ele pretendido. Destaquem-se as acepções “B. Visão direta e imediata de um objeto de pensamento atualmente presente na mente e apreendido em sua realidade individual” e “E. Segurança e rapidez de julgamento; adivinhação instintiva” (LALANDE, 1947, p. 522-525 *apud* CANART, 2006, p. 166, tradução nossa).

A par de notarmos em nossas salas de aula de ensino regular e em nossas oficinas de Paleografia que há estudantes com uma facilidade inicial maior na apreensão e decifração dos signos gráficos de manuscritos medievais e modernos, não se pode atribuir a ‘dons inatos’ essa capacidade. A desconstrução dessa visão do senso comum, e mesmo

---

<sup>24</sup> Cabe destaque a belíssima pesquisa de Ana Sartori Gandra descrita em GANDRA, 2017 e 2018.

de acadêmicos, sobre a existência de um talento inato ou de uma predestinação é fundamental. Conforme Fucci Amato (2008, p. 81), essa visão

[...] gera uma certa desvalorização do fazer artístico, identificando-o como uma atividade mais recreativa, pouco séria, que exige pouco esforço intelectual de seu praticante, que já teria nascido com habilidades inatas para aquela execução. Tal idéia neutraliza a realidade da formação artística, com as incontáveis horas de estudo e pesquisa – teóricos e práticos – às quais este profissional se sujeita.

Assim como no caso da formação artística, a formação em Paleografia também exige ‘incontáveis horas de estudo e pesquisa, teóricos e práticos’. Embora seja possível notar uma certa ‘aptidão’ inicial de alguns estudantes em relação a outros, não podemos nos vincular a uma concepção problemática como a do ‘dom inato’, sob o risco de desvalorizarmos o próprio fazer científico-artístico da Paleografia. Além disso, devemos considerar a familiaridade com a escrita manuscrita e sua consequente facilidade inicial de decifração frutos de uma convivência estreita com espaços de circulação desse tipo de escrita, dos quais a escola é um grande exemplo. Ou seja, trata-se de um saber socialmente adquirido e não de uma predestinação. Seria interessante fazer uma investigação com esses discentes que apresentam maior facilidade inicial na leitura e na decifração de documentos de modo a identificar possíveis razões para essa maior habilidade<sup>25</sup>.

A insistência, que prevalece até hoje, em talentos individuais filia-se à concepção puritana, segundo a qual “Deus dotou o ‘homem’ de dons especiais que o fazem apto para uma vocação particular” (FEDERICI, 2017, p. 250).

Dessa forma, discordamos da perspectiva de Canart (2006) sobre o suposto ‘olho paleográfico’. No entanto, tal perspectiva pode ser entendida à luz do que nos lembra Elias (1999 *apud* FUCCI AMATO, 2008): a tradição intelectual europeia costuma opor a genialidade à humanidade, expressando assim uma desumanidade.

No sentido de arte como *savoir-faire*, concordamos com o estatuto artístico conferido à Paleografia.

---

<sup>25</sup> Para uma discussão interessante, sob a perspectiva sociológica, a respeito do papel desempenhado pelo capital cultural na formação de músicos brasileiros, consultar o artigo de Fucci Amato (2008). No texto, oferece-se uma reflexão crítica à noção de talento musical inato.

## A PALEOGRAFIA COMO CIÊNCIA

A Paleografia Científica, como denominam Martínez (1988) e Sáez e Castillo (2004), ainda que se referindo a momentos distintos da história da disciplina – o primeiro à segunda metade do século XVIII e os segundos ao fim do século XIX –, é resultado da evolução das sistematizações e dos métodos propostos nas obras setecentistas e oitocentistas sobre o tema. Como já vimos, também exerceram importante papel na abordagem científica da Paleografia as sociedades e as instituições para a pesquisa histórica, que, durante os oitocentos e parte dos novecentos, concentravam-se na crítica de fontes. A correta leitura e interpretação dos documentos, bem como a tentativa de datá-los e localizá-los, esteve no cerne da pesquisa histórica, contribuindo para a evolução do fazer científico da Paleografia.

Canart (2006) defende o estatuto científico da Paleografia, conferindo especial ênfase às relevantes proposições teóricas dos paleógrafos latinos<sup>26</sup>. Longe de questionar a perspectiva científica da Paleografia, o paleógrafo formula a questão nos seguintes termos: que tipo de ciência, qual é o objeto e quais são os métodos e as explicações oferecidos pela Paleografia?

Segundo o autor, a Paleografia tem como objeto o estudo de um sistema de signos permanentes e de suas realizações concretas; sistema pelo qual o homem comunica seu pensamento. Obviamente, a Paleografia atende aos requisitos mais rudimentares que caracterizam uma ciência. A seguir, reproduzimos (e traduzimos) três dessas características centrais, sublinhadas por Canart (2006, p. 164):

1º A ciência é um conjunto de conhecimentos organizados; na diversidade praticamente infinita de fatos, ela escolhe, ordena, sistematiza.

2º A ciência deve definir um objeto e uma finalidade precisos, e elaborar um método refletido e justificado. Em particular, a ciência visa explicar, qualquer que seja o sentido tomado da palavra 'explicar'.

3º A ciência tem um valor universal – ao menos para nós, da espécie *homo sapiens sapiens* – uma vez que ela se apoia sobre constatações e relações verificáveis e comunicáveis.

---

<sup>26</sup> A expressão 'paleógrafo latino' faz referência àqueles que se dedicaram aos estudos de Paleografia Latina a partir do século XVIII.

O que se pretende questionar, no fundo, quando se formula a pergunta “A Paleografia é uma ciência?” é a sua autonomia, que deveria ser *conditio sine qua non* para que qualquer ciência fosse considerada como tal. A questão se associa, portanto, ao estatuto de ‘ciência auxiliar’, que acompanhou a Paleografia desde o seu surgimento e, é fundamental destacar, até os dias de hoje. Assim, a tentativa da reflexão proposta neste texto, assim como a de Canart (2006) e de outros tantos paleógrafos, encaminha-se no sentido de abolir esse incômodo adjetivo que insiste em acompanhar essa área de estudos.

Ressalte-se que a expressão ‘ciência auxiliar’, como nos lembra Masai (1950 *apud* CANART, 2006, p. 165, tradução nossa), é uma contradição terminológica, já que

[...] [t]oda ciência digna deste nome é autônoma, tem seu próprio objeto, sua finalidade interna, seu método. Ela *pode* servir de auxiliar a uma outra ciência, fornecendo-lhe resultados ou uma técnica. Porém isso é uma verdade em potencial para toda ciência: a matemática é abundantemente utilizada em física e em astronomia; isso não a impede de ser uma ciência autônoma [...].

Vimos que, no *período de formação*, a Paleografia surge como auxiliar da Diplomática e da Historiografia, na medida em que é instrumento para se chegar a determinadas constatações que pertencem aos domínios diplomáticos e históricos. Com o amplo desenvolvimento dos métodos e da sistematização dos estudos paleográficos, a que assiste os séculos XVIII e XIX, a Paleografia vai se constituindo como ciência propriamente dita. Porém, a velocidade de sua expansão entre as áreas acadêmicas mais consolidadas e tradicionais, tanto na Europa quanto no Brasil, parece não acompanhar seu legítimo estatuto de autonomia e independência.

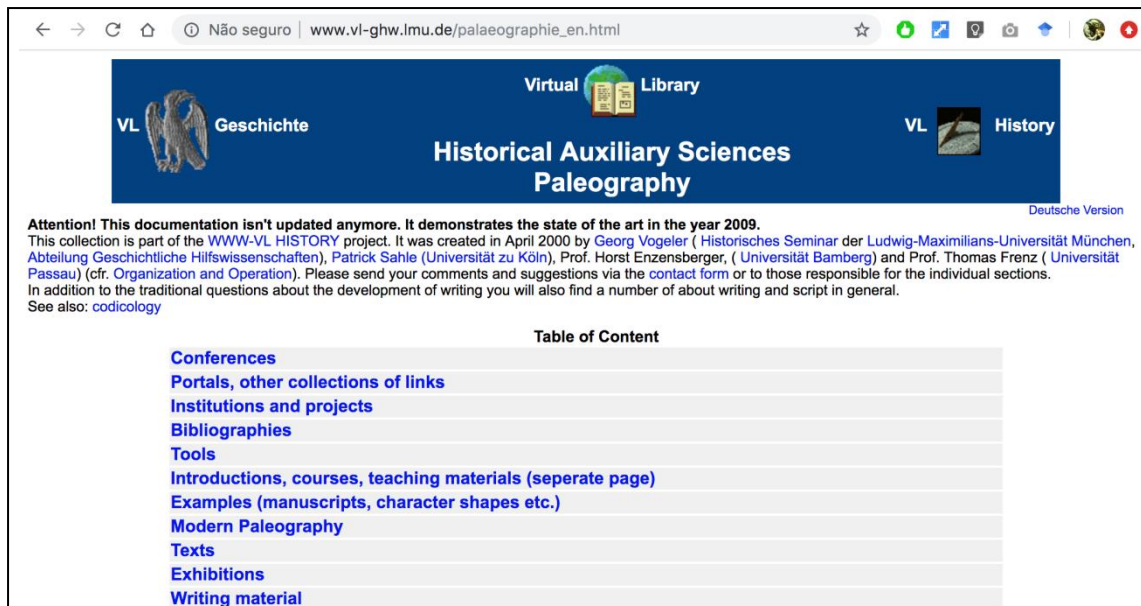
Segundo Sáez e Castillo (2004, p. 27), sobre o *período de renovação*,

[...] a paleografia deixa de ser o estudo descontextualizado dos tipos de escritura e passa a definir-se em virtude da consideração do feito escrito como um produto sociocultural cujo estudo e interpretação provém de um conhecimento mais rico do passado e do presente.

Mesmo que a Paleografia tenha se alçado ao lugar de ciência há mais de 100 anos, como o excerto acima explicita, ainda se encontram exemplos como o seguinte:



Figura 2 – Reprodução de página do *website* do Projeto *Virtual Library – History*, mantido por universidades alemãs



Fonte: Vogeler *et al.* (2009).

Além de ser tratada como ciência auxiliar, a Paleografia é colocada como ciência auxiliar de uma disciplina específica, a História. Estatuto idêntico é atribuído, no mesmo *website*, à Codicologia, Epigrafia, Diplomática, dentre outras.

Sobre a filiação da Paleografia à História, nos Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, ocorrido em Marília, em 1961, lê-se:

Entre as técnicas que são chamadas **auxiliares** e que devem ser realmente distinguidas das que poderão ser chamadas **complementares**, conforme acima estabelecemos, é preciso salientar as que, **servindo** à História, à mesma estando diretamente ligadas, como a Paleografia, a Diplomática, a Numismática, a Arqueologia e o Estudo dos Arquivos, merecem exame especial.

Entre as que são complementares, mais importantes, a equipe salientou a importância da História da Arte, História das Idéias Políticas, História das Doutrinas Econômicas, Teorias da História, Sociologia, Estética, História da Filosofia, História do Pensamento Científico e História das Religiões. (HOLLANDA, 1962, p. 145, grifos nossos)

Ainda que se faça uma ressalva preliminar nos *Anais* sobre a inconveniência das expressões 'matérias auxiliares e matérias complementares' de História, rebaixa-se a

Paleografia à condição de mera ‘técnica auxiliar’<sup>27</sup>. Convém lembrar que no Departamento de História da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, havia desde o começo da década de 60 um curso optativo nas áreas de Metodologia e Teoria da História e Paleografia, a cargo inicialmente do professor Yves Bruand, diplomado pela *École de Chartes* (ZANINI, 1994).

Dos anos 60 até o fim do século XX, tal condição ‘auxiliar’ parece não ter se alterado tanto. A obra de Acioli (1994, p. 6), por exemplo, bastante referendada por pesquisadores da área, traz a Paleografia e outras ciências afins como ‘auxiliares da História’: “Além da Paleografia, outras ciências que têm como fundamento o documento e a escrita também auxiliam a História. São elas: Epigrafia [...]. Numismática [...]. Sigilografia [...]. Diplomática [...]”.

Seu lugar de auxiliaridade, que a afasta da autonomia conferida a toda ciência, deve-se também a seu caráter essencialmente interdisciplinar, na medida em que dialoga com várias outras ciências: a História, a Crítica Textual, a Arquivologia, a Linguística, para citarmos apenas algumas. Na esteira da interdisciplinaridade, é louvável, por exemplo, a iniciativa dos discentes do curso de História da UFMG, que fundaram em 2012 a *Oficina de Paleografia – UFMG*. Segundo seu *website*<sup>28</sup>, seu objetivo é

[...] reunir subsídios para a leitura de fontes manuscritas pertinentes à História luso-brasileira. [...] consolidar um espaço permanente de estudo, discussão, exercício e troca de experiências no trabalho em arquivos e na leitura e transcrição dessas fontes. (OFICINA, 2020)

A Paleografia talvez possa se beneficiar do amplo desenvolvimento das pesquisas na área da Paleografia Digital, que já desempenham um papel considerável em sua legitimação e em seu reconhecimento como ciência ‘autônoma’. Reproduz-se, a seguir,

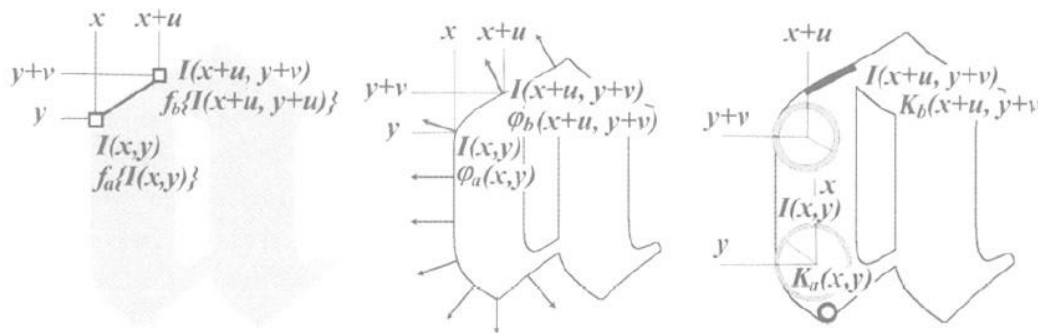
---

<sup>27</sup> Ainda que o Prof. Román Blanco, que esteve à frente da cadeira de Paleografia do curso de História da USP por muitos anos, concordasse que a Paleografia fosse indispensável à formação do pesquisador e do professor, não se nota uma defesa de sua autonomia (HOLLANDA, 1962, p. 152). Sobre Román Blanco ver Puntoni (2004), que acertadamente critica seus ‘arroubos patrioteiros’ em sua defesa das bandeiras como uma genial e extraordinária organização bélico-militar. O lugar titubeante da Paleografia no curso de História da USP deve-se, em certa medida, à identificação da disciplina com o catedrático em questão.

<sup>28</sup> O endereço do *website* da Oficina de Paleografia – UFMG é [https://www.facebook.com/pg/oficinadepaleografia/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/oficinadepaleografia/about/?ref=page_internal) e seu Instagram é @oficinadepaleografia.

uma figura extraída do artigo de Le Bourgeois e Moalla (2011), em que se ilustram a dependência espacial entre duas características quaisquer  $f_a$  e  $f_b$ , a comparação das orientações locais  $\varphi$  e a comparação das curvaturas locais  $k$ .

Figura 3 – FFCL: Dependência espacial entre  $f_a$  e  $f_b$



Fonte: Le Bourgeois; Moalla (2011, p. 78).

Aliás, no referido artigo, expõe-se a intensa e rica colaboração entre paleógrafos e cientistas da computação. Cite-se, por exemplo, a submissão dos dados gerados por computador sobre os signos gráficos medievais à avaliação e à interpretação dos especialistas (paleógrafos). Ou seja, enfatiza-se o aspecto colaborativo e complementar das teorias e das metodologias científicas, provenientes das áreas das Humanidades e das Ciências da Computação.

Não se trata, portanto, da substituição de um método por outro, mais inovador e tecnológico, mas sim do profícuo diálogo entre tradição e inovação, palavras-chave que, aliás, marcam a pesquisa em Crítica Textual, área afim à Paleografia.

## PALAVRAS FINAIS

O primeiro objetivo deste texto foi o de expor uma proposta de periodização quadripartida da história da Paleografia, dividida em: *pré-história da Paleografia*, *período de formação*, *período de desenvolvimento* e *período de renovação*. Até onde sabemos, tal periodização não foi abordada de forma sistemática pela literatura nacional sobre o tema, daí a necessidade de sua publicação. Consideramos que tal proposta está em consonância

com a historiografia paleográfica internacional e configura-se como bastante adequada e minuciosa na medida em que delimita seus marcos temporais de forma clara.

Com a breve reflexão acerca do estatuto ao mesmo tempo científico e artístico conferido à Paleografia, pretendemos ter esclarecido as razões para essa aparente dicotomia. Cabe destaque seu alçamento à condição de ciência autônoma e o fato de ser dotada de certa plasticidade, o que lhe confere um caráter imensamente interdisciplinar. O deslocamento da ‘auxiliaridade’ à ‘interdisciplinaridade’, que seria também inerente à Paleografia, é um movimento necessário em direção à sua condição de autonomia. Enquanto tal permite que sustente como arcabouço teórico central pesquisas que pretendam, por exemplo, investigar a fundo e com propriedade a história da cultura escrita na América Portuguesa.

Uma inevitável constatação do caráter autônomo da ciência paleográfica é a realização desta segunda edição do Seminário Nacional de Paleografia. Conclui-se, portanto, que o deslocamento de sua histórica condição de ‘auxiliar’ ao ponto do reconhecimento de sua imensa capacidade de ser interdisciplinar garante a constante e a necessária liberdade de movimento da Paleografia entre a arte e a ciência.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANART, Paul. La paléographie est-elle un art ou une science?. *In: Scriptorium*, Tome 60, n. 2, 2006. p. 159-185. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/scrip.2006.3939>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CENTRO de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (ed.). **P.S. Post Scriptum**. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna. 2014. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CONTRERAS, Luis Núñez. **Manual de paleografía**. Madrid: Cátedra, 1994.

DELUMEAU, Jean. Dom Mabillon, le plus savant homme du royaume. *In: Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 151<sup>e</sup> année, n. 4, 2007. p. 1597-1604. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/crai.2007.91566>. Acesso em: 20 mai. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FIORMONTE, Domenico; NUMERICO, Teresa; TOMASI, Francesca. **The Digital Humanist: a Critical Inquiry**. New York: Punctum Books, 2015.

FUCCI AMATO, Rita de Cássia. Capital cultural versus dom inato: questionando sociologicamente a trajetória musical de compositores e intérpretes brasileiros. **Opus**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 79-97, jun. 2008.

GANDRA, Ana Sartori. Níveis de execução gráfica no Brasil quinhentista: uma análise da morfologia das assinaturas deixadas nos livros da Inquisição. *In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2018.

GOMES, Saul António. Paleografia: passado e presente. *In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória e Arte, 2018.

HOLLANDA, Guy de *et al.* Simpósio de professores de história do ensino superior, 1., 1961, Marília. *In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR*, 1961. **Anais [...]**, 1., São Paulo: FFCL-USP, 1962. Disponível em: <https://anpuh.org.br/images/anais-simposios/pdf/S01.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020.

LE BOURGEOIS, Frank; MOALLA, Ikram. Caractérisation des écritures médiévales par des méthodes statistiques basées sur les cooccurrences. *In: Gazette du livre médiéval*, n. 56-57. 2011. Analyse d'images et paléographie systématique. L'écriture entre histoire et science. p. 72-100. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/galim.2011.1983> Acesso em: 23 maio 2020.

MABILLON, Jean. **De Re Diplomatica** Libri VI In Quibus Quidquid Ad Veterum Instrumentorum antiquitatem, materiam, scripturam, & stilum, quidquid ad sigilla, monogrammata, subscriptiones, ac notas chronologicas, quidquid inde ad antiquariam, historicam, forensemque disciplinam pertinet, explicatur & illustratur: accedunt commentarius de antiquis regum Francorum palatiis: veterum scripturarum varia specimina, tabulis LX comprehensa. Nova ducentorum, & amplius, monumentorum collectio. Luteciae Parisiorum: sumtibus Ludoville Billaine, 1681. Disponível em: <http://www.starodruki.ihuw.pl/stWeb/single/210/>. Acesso em: 20 mai. 2020.



MALLON, Jean; MARICHAL, Robert; PERRAT, Charles. **L'écriture latine de la capitale romaine à la minuscule**. Paris: Arts et Métiers Graphique, 1939.

MALLON, Jean. **Paléographie Romaine**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Antonio de Nebrija de Filología, 1952. (Scripturae. Monumenta et Studia, III)

MARTÍNEZ, Tomás Marín *et al.* (dir.). **Paleografía y diplomática**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1988. v. 1.

MONTFAUCON, Bernard de. **Palæographia Græca** sive de ortu et progressu literarum græcarum, et de variis omnium sæculorum Scriptionis Græcæ generibus: itemque de Abbreviationibus & de Notis variarum Artium ac Disciplinarum. Parisiis: L. Guérin, J. Boudot e C. Robustel, 1708. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1041709q/f7.image>. Acesso em: 20 maio 2020.

OFICINA de Paleografia – UFMG. **Website da Oficina de Paleografia – UFMG**. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/oficinadepaleografia/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/oficinadepaleografia/about/?ref=page_internal). Acesso em: 20 maio 2020.

PAPENBROECK, Daniel van. *Propylæum Antiquarium circa Veri ac Falsi Discrimen in Vetustis Membranis*. In: HENSCHENS, Godfrey; PAPENBROECK, Daniel. **Acta Sanctorum Aprilis**, 3 v. Antuérpia: 1675, II, p. 1-3.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (org.) **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SÁEZ, Carlos; CASTILLO, Antonio. Paleografía e Historia de la Cultura Escrita: del signo a lo escrito. In: RIESCO TERRERO, A. (ed.). **Introducción a la Paleografía y la Diplomática General**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004. p. 21-31.

SARTORI, Ana. Níveis de execução gráfica e alfabetismo no Brasil quinhentista. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 61-81, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/11912/10964>. Acesso em: 26 maio 2020.

TOUSTAIN, Charles François; TASSIN, René Prosper. **Nouveau traité de diplomatique**, où l'on examine les fondemens de cet art: on établit des regles sur le discernement des titres, et l'on expose historiquement les caractères des bulles pontificales et des diplomes Donnés en chaque siècle: avec des éclaircissemens sur un nombre considerable de points d'Histoire, de Chronologie, de Critique & de Discipline; & la Réfutation de diverses accusations intentées

contre beaucoup d'Archives célèbres, & sur tout contre celles des anciennes Eglises. Paris: Guillaume Desprez e Pierre-Guillaume Cavelier, 1750.

VOGELER, G. *et al.* **Website Virtual Library – History**. 2009. Disponível em: [http://www.vl-ghw.lmu.de/palaeographie\\_en.html](http://www.vl-ghw.lmu.de/palaeographie_en.html). Acesso em: 23 maio 2020.

WATTENBACH, Wilhelm. **Anleitung zur Lateinischen Paläographie**. Leipzig: Verlag Von S. Hirzel, 1869. Disponível em: [https://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs3/object/display/bsb10359228\\_00005.html](https://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs3/object/display/bsb10359228_00005.html). Acesso em: 26 maio 2020.

WATTENBACH, Wilhelm. **Das Schriftwesen im Mittelalter**. Leipzig: Verlag Von S. Hirzel, 1871.

ZANINI, Walter. Arte e História da arte. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 487-489, dez. 1994. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300070&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300070&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 maio 2020.



# **PALEOGRAFIA, HISTÓRIA E FILOLOGIA: FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS**

**Maria Helena Ochi Flexor**  
Universidade Federal da Bahia/POMBALIA

O objetivo deste texto é salientar a importância das fontes documentais manuscritas, especialmente do século XVIII, para fundamentar tanto os estudos da História quanto da Filologia no Brasil. A partir de documentos pode-se ter uma história contrastante com a história oficial – ensinada até o presente nas instituições de ensino, nos vários níveis. Pretende-se também demonstrar que os documentos permitem, como esta autora vem constatando, apontar a importância de Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, – mais conhecido como Marquês de Pombal –, e de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Para tanto, se recorre aos documentos, tanto válidos para a História do Brasil e para a Filologia, quanto se busca identificar a aprendizagem da escrita, desenho e uniformização

caligráfica, bem como apontar os modelos de escrita divulgados no século XVIII, a implantação da língua portuguesa no Brasil, através da transcrição de uma cartilha, especialmente criada para o ensino dos meninos e meninas.

Almada (2010, p. 9-11), ao escrever sobre as formas de aprendizagem dos profissionais de escrita, nos séculos XVII e XVIII, em Portugal e Espanha, apontou a priorização dos aspectos visuais dos textos antigos que se aprendia na prática ou através de manuais impressos ou manuscritos. Verdadeiros tratados da Arte da Escrita eram usados para divulgar, sobretudo, a forma de grafar e produzir os manuscritos. Como acontecia com as artes e artesanato, a “cópia” apontava para a execução de documentos “na forma do estilo”<sup>1</sup>. Seguiam regras relativas ao texto, – como estética, tipos de letras, suporte, e desenhos da página –, quando necessário.

Deve-se considerar, ainda, que Portugal padronizou os documentos, utilizando formulários homogêneos e caligrafia cada vez mais legível, a partir das Ordenações de D. Duarte, no século XIV<sup>2</sup>. A padronização textual dos documentos administrativos oficiais se deu com a criação das instituições, resultantes das necessidades de trabalhos administrativos. Nesses se passou a exigir formulários, vulgarizados nas chancelarias, como, por exemplo, a presença do protocolo (direção, apresentação e destino) e o chamado *statocolo* (despedida), marca de autenticidade, etc.<sup>3</sup> A escrita estava, então, restrita a poucos profissionais.

Considerando essas características, à paleografia cabe trabalhar os tipos de letras, suportes, tintas, ornamentações e ao historiador e filólogo, a época, a tipologia do documento, as matérias ou textos e a sua significação, quanto à forma e ao conteúdo. Para pesquisadores dessas áreas interessam, em especial, a arte de escrever, a ortografia, a caligrafia e o conteúdo informativo.

---

<sup>1</sup> Ineditismo e originalidade são conceitos contemporâneos.

<sup>2</sup> A padronização do formulário não quer dizer que os manuscritos passaram a ser facilmente legíveis. Deve-se considerar que a caligrafia passou por transformações, como se pode identificar na carta de Pero Vaz de Caminha, que ainda manteve características das letras medievais, mas grafadas de forma cursiva.

<sup>3</sup> Esses formulários facilitam a leitura dos documentos. O assunto – quando se está interessado no conteúdo específico do documento –, basta se consultar o seu miolo, o destinatário e o autor que o assina, mais a data. O protocolo e o *statocolo* não mudam significativamente em cada reinado.

O século XVI marcou a aparição de manuais, feitos para o ensino da escrita, sob a forma de cartilhas, que reproduziam caligrafias, a maior parte, – ou mistas –, com tipos compostos à maneira manuscrita e impressa propriamente dita. Alguns manuais foram impressos nesse mesmo século, como o manual manuscrito, de Giraldo Fernandes do Prado, o *Tratado da letra latina*, de 1560-1561 (ALMADA, 2010, p. 12), mas foi somente no século XVIII, que foi publicado, em Portugal, o manual sobre a *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*, de Manoel Andrade de Figueiredo, em 1722, inspirado na obra do mais famoso calígrafo espanhol, Pedro Diaz Morante (Figura 1).

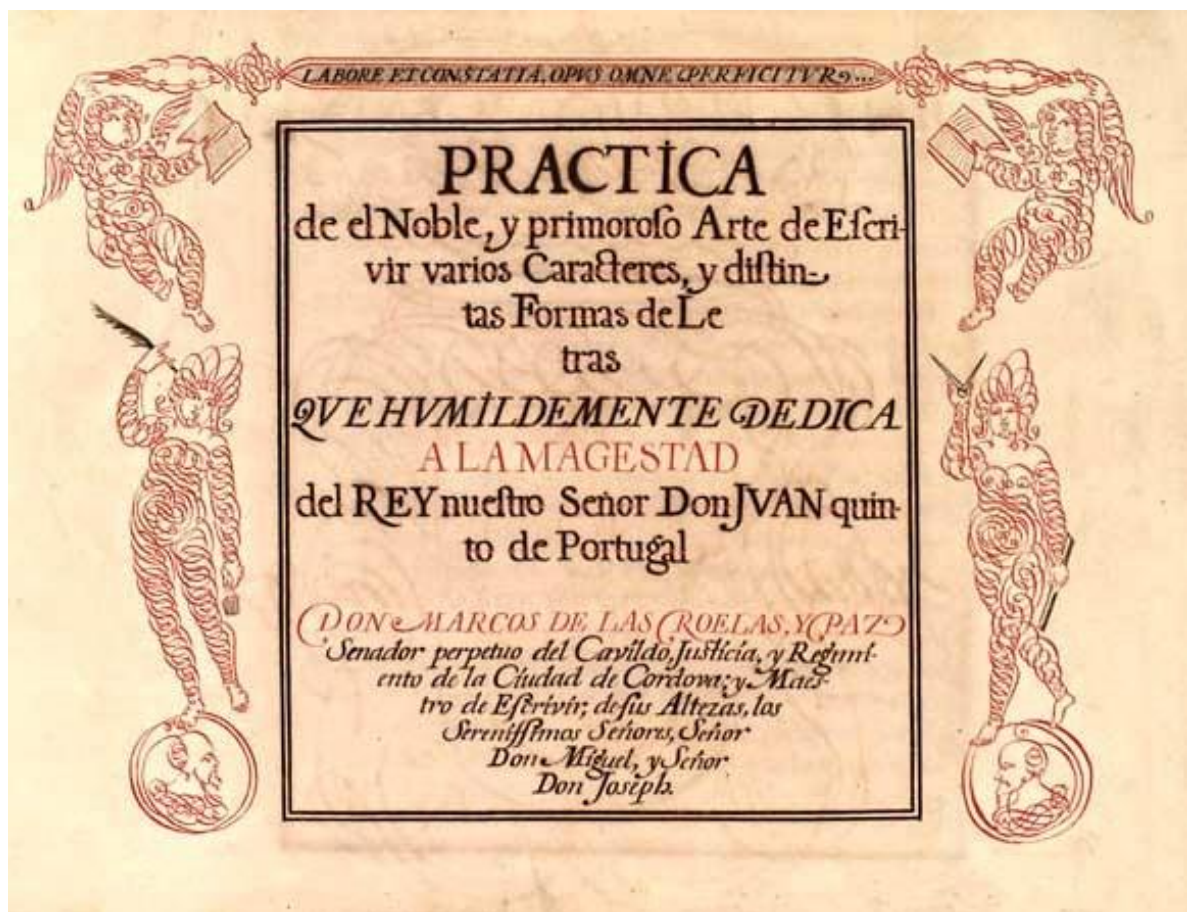
Figura 1 – Nueva arte de escribir



Fonte: DIAZ MORANTE, 1615.

Entre os séculos XVI e XVIII foram publicados mais de 60 edições de manuais impressos e manuscritos na Espanha (ALMADA, 2010, p. 13). Outro calígrafo espanhol, D. Marcos de La Roelas y Paz, foi mestre na corte de D. João V, pelos anos de 1718 (Figura 2), contemporâneo de Figueiredo.

Figura 2 – Practica de el Noble y primoroso Arte de Escribir  
Vários Caracteres, y distintas Formas de letras [...]



Fonte: ROELAS Y PAZ, 1718-1727.

Manuel de Andrade de Figueiredo citou outros autores espanhóis, mas escolheu os que escreveram com maior perfeição. Apontou o Mestre francês Senaulm, Francisco Lucas, Casa Nova, Irraó Lourenço Ordiz, Sigismundo, Yciar, Franco Lucas Saraiva, Thomaz Ruynettus, mas, principalmente, pela perfeição dos seus caracteres a Veldes, entre espanhóis, franceses, flamengos, genoveses e italianos e a galanteria de penadas de Pedro Diaz Morante (FIGUEIREDO, 1722, p. 38-39).

Os resultados desse manual de Figueiredo estão presentes tanto nos escritos oficiais, de todo mundo ibérico do século XVIII, – Oriente e no Ocidente –, entre os documentos dirigidos às Suas Majestades, quanto entre a grande parte dos escrivães do Brasil, mesmo entre os pequenos índios da Amazônia (Figura 3) que passaram a assinar seu nome e, mais importante, sobrenome em português.



Figura 3 – Papelinho, com escritos e rendas de índios da Amazônia<sup>4</sup>

Fonte: AHU. Reserva técnica (foto 2000).

O bom escrivão deveria redigir com boa letra e, ao contrário do que registrou Almada (2010, p. 15), nem sempre com correção, visto que não havia, ainda, normas ortográficas oficiais<sup>5</sup>, apesar de já existirem várias gramáticas, mas nenhuma delas deu atenção à correção ortográfica.

Como se observa na Figura 3, o índio Gabriel Sarayva seguiu de perto o modelo de letras de Figueiredo e dos documentos da época, com caligrafia maior ou menor. Ele e outros mais tiveram que provar que conheciam o abecedário, os números e escrever – incluindo texto mostrando saber conceitos básicos da religião cristã –, e assinando seu novo nome e sobrenome em português. E as rendas e meada de fios aparecem como provas dos

<sup>4</sup> Além desse exemplar, existem, no Arquivo Histórico Ultramarino, vários outros exemplares, produzidos pelos meninos índios da Amazônia. Foi mandado para o Conselho Ultramarino como prova de que as instruções sobre educação formal e religiosa estavam sendo executadas. Contém amostras de caligrafia, em geral reproduzindo um texto religioso, abecedário, número de 1 a 0 e, sobretudo, uma assinatura com nome e sobrenome portugueses. Contém, ainda, amostras de fios de algodão finíssimos e muito alvos, de rendas de modelos diversos, executadas pelas meninas.

<sup>5</sup> As normas ortográficas, no Brasil, datam da década de 1940.



trabalhos das meninas. Tudo isso tem uma explicação histórica (LISBOA. AHU, reserva técnica).

O Morgado de Mateus<sup>6</sup>, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, no *Estatuto que hão de observar os mestres das escolas dos meninos* naquela capitania, em 1768, determinava “Que todos os Mestres sejam obrigados a ensinar pelo livro do Andrade, e seguir em tudo aquellas regras que no principio do dito livro se prescrevem para a boa direção das Escollas”. (ANDRADE, 1978, p. 156)

O Tratado de Limites, de 1750, desencadeou uma série de ações do Governo Luso em relação ao seu Reino. Até o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, sucederam-se fatos importantes que transformaram uma parcela do citado Reino Português, a do Brasil. Esses limites cronológicos compreenderam o Reinado de D. José I e a ação do seu Secretário e Ministro dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Conde de Oeiras (1759), depois Marquês de Pombal (1769) (FLEXOR, 2004b, p. 203-257).

Esse procurou desenvolver um programa de reorganização econômica, social, administrativa, judiciária e, sobretudo, política de Portugal e suas conquistas. Foi quando Portugal resolveu deixar seus territórios no Oriente e Moçambique, conservando apenas as Ilhas Atlânticas, Angola e o Brasil, sob sua tutela. Foi Pombal quem estendeu suas ações para fixar as fronteiras brasileiras e manter a unidade territorial.

Pode-se citar, entre outras muitas ações, o levantamento cartográfico e formação de Comissão de Demarcação de Limites na região Norte, criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, organização das capitanias – subalternas ao Grão Pará e Maranhão, sediando o governo em Belém; criação da Capitania de São José do Rio Negro (Amazonas) com resgate de índios, incorporação de outras capitanias, por exemplo – unindo as Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro à capitania da Bahia; criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, criação da Companhia de Pesca de Baleia; abertura de caminhos para o comércio interno – tanto no litoral quanto no interior, unindo a

---

<sup>6</sup> Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, que permaneceu no Governo da Capitania de São Paulo por quase uma década. Para cumprir as reformas, D. José I e o Marquês de Pombal indicaram, para cada capitania, governadores que permaneceram na sua direção por mais tempo para cumprir as instruções mandadas a cada um deles, entre elas a educação das crianças, de origem europeia ou índios libertos, meninos e meninas.

região Norte a Mato Grosso, via rio Madeira, e a expulsão dos Jesuítas, em 1759 (FLEXOR, 2004b, p. 203-257).

Promoveu a recriação da Aula de Engenharia do Pará, a mudança da capital da Bahia para o Rio de Janeiro, com a elevação do Brasil a Vice-Reino<sup>7</sup>, recenseamentos, – visando ao conhecimento real do número de habitantes e quantidade de homens válidos ao Serviço Real, criação de comarcas e ouvidorias, bem como de tropas regulares, auxiliares de milícia e reestruturação das ordenanças, com extinção da Companhia de Privilegiados da Nobreza<sup>8</sup>, construção de fortalezas, melhoria da técnica agrícola, – como o uso de estrume e arado –, importação de pretos africanos para a região Norte<sup>9</sup> e proibição de sua saída para outras partes. Vieram casais da região do Minho e açorianos para servirem de povoadores. Para consolidar tudo isso, conseguiu a aprovação real para criação de vilas<sup>10</sup>, povoações e uma cidade, em Oeiras, no Piauí, para ocupar o território e povoá-lo, ganhando-os dos espanhóis (FLEXOR, 2004b, p. 203-257).

Dentre todas essas ações se trata aqui das relativas à conquista de território, da urbanização e do povoamento do Brasil. Uma Carta, de 26 de janeiro de 1765, contendo as Instruções do Marquês de Pombal, dirigida ao Vice-Rei do Estado do Brasil, o Conde da Cunha<sup>11</sup>, esclarecia a finalidade da política urbanizadora lusa. Por ela, a criação de vilas nas aldeias dos índios, quanto em outros lugares, que fossem tidos como próprios para essas fundações, a liberdade dos índios e o desenvolvimento do comércio, entre eles, seriam o melhor meio de resistir aos Jesuítas, cuja maior força e riqueza, na América, tinha sido o

---

<sup>7</sup> A mudança foi promovida para melhorar a administração do território.

<sup>8</sup> Houve um grande movimento de valorização do comércio e, com isso, a valorização do trabalho agrícola e comercial, um flagrante combate à ociosidade institucionalizada (nobreza), à vadiagem (os que se propunham e aventuravam pelo sertão, depois chamados bandeirantes) e à preguiça (costumes indígenas) (FLEXOR, 1998, p. 157-164; FLEXOR, 2000, p. 73-89).

<sup>9</sup> As reformas atingiram todo o domínio português, incluindo o Continente. Criou-se a Capitania Geral dos Açores, em 1766, a criação de Nova Goa, Nova Oeiras, em Angola, e mesmo o poder de D. Antão Almada, fortalecendo a ação do primo de Pombal, João de Almada Melo, no Porto, que fazia parte do mesmo projeto.

<sup>10</sup> Outras instruções recomendavam, ainda, que todos os nomes das vilas criadas fossem de origem portuguesa, especialmente, ligados à dinastia de Bragança. As vilas, criadas entre 1758 e 1770, acrescentaram o qualificativo nova, seguido pelo nome de uma cidade portuguesa. A primeira a ser instalada, como exemplo de urbanismo e arquitetura, foi Vila Nova de Abrantes (1758), na antiga aldeia do Espírito Santo, na vizinhança da Bahia (FLEXOR, 2008), como se chamava, então a cidade do Salvador.

<sup>11</sup> Antônio Álvares da Cunha.

domínio completo da civilização dos mesmos índios<sup>12</sup>. Por isso, D. José I ordenava que se estabelecessem povoações civis de índios livres que, assim, deixariam de ser inimigos, dos portugueses e dos espanhóis, – e não assaltariam os caminhos –, as cidades, vilas e aldeias de suas nações. Na realidade, os portugueses estavam perdendo território para os espanhóis, em especial nas regiões que, até a sua expulsão, estavam sob o domínio dos Jesuítas, especialmente no extremo Sul<sup>13</sup> (FLEXOR, 2004a, p. 203-257).

Ao libertar os índios, Leis de 6 e 7 de junho de 1755 e Alvará de 8 de maio de 1758, a Metrópole ordenou a elevação de antigas aldeias – as maiores, as vilas e, as menores, a aldeias, lugares ou povoações<sup>14</sup> –, desmembrando-as de outros Senados das Câmaras, entregando sua administração, em alguns casos, aos índios com o intuito, na prática, de civilizá-los, educá-los, obrigá-los a plantar mais, tendo excedente de produção para praticar o comércio. Obrigava-os a falar a língua portuguesa para, assim, integrá-los na sociedade dos brancos, num núcleo urbano para povoar e tomar conta do território. Visava-se a cumprir o acordo, estabelecido pelo Tratado de Madrid, com Castela e Leão (Espanha), sob o lema do *uti possedetis iuris*<sup>15</sup> (FLEXOR, 2004b, p. 203-257).

Em função disso, visava-se a fortalecer a Monarquia, ocupando sua maior conquista, e para povoá-la libertaram os índios, mas baseando-se, ainda, nas teorias de Jean-Jacques Rousseau, sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens, de acordo com a tese, por ele defendida na Academia de Dijon, em 1755 (BAHIA, APEB, doc. 603, fl. 20v) e, especialmente, na teoria da inocência e bondade dos primitivos.

---

<sup>12</sup> Por força do Padroado, o Rei de Portugal, ficou encarregado de proteger e manter os negócios eclesiásticos. Apenas os jesuítas ficaram submetidos ao Papa. Nessa ocasião, foi pedido ao Papa Clemente XIII que não só aprovasse a expulsão dos jesuítas dos territórios ibéricos e suas conquistas, mas suprimisse a Companhia de Jesus.

<sup>13</sup> Refere-se à hoje chamada Sete Povos das Missões, local que permitia o trânsito entre as possessões da Espanha e o Brasil. Estrategicamente, a política pombalina trocou esse território pela Colônia do Sacramento, impedindo, sobretudo, o trânsito livre dos jesuítas.

<sup>14</sup> Foi criada uma única povoação com o título de cidade. A Vila de Moucha, no interior do Piauí, foi elevada à cidade com o nome de Oeiras, a meio-caminho do Maranhão, na rota percorrida pelos Garcia d'Ávila, no transporte e fazendas de gado.

<sup>15</sup> Os que de fato ocupassem o território seriam donos. Em função desse acordo, os portugueses conquistaram quase toda a região de Chacos e Chiquitos, tirados ao Reino do Peru, e que formam a região de Mato Grosso e parte do Amazonas e de Goiás.

A liberdade dos índios ainda era fictícia, pois eles deviam ficar sujeitos ao Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão, estabelecido em 1758<sup>16</sup>, que aplicava, entre os nativos, a prática corrente, em alguns lugares da Europa e de Portugal, estabelecida nas Ordenações Filipinas, pela qual os filhos órfãos de pais mecânicos, ou pais vivos dementes, deviam aplicar-se aos ofícios mecânicos ou trabalhar à soldada. “O mesmo parece justo que se observe com os filhos dos índios ainda que tenham pais vivos, porque por dementes e pródigos se reputam governados por Diretores como seus tutores” (ANAI, BN, 1914, v. 32, p. 373).

Com isso, foi dada a Lei de liberdade de comércio e de bens individuais dos índios, com vantagens e prêmios àqueles brancos que casassem com índias<sup>17</sup>, e foi proibido chamar a seus filhos de “caboclos”, igualando-os em tudo, teoricamente, aos outros vassalos brancos. Até que os índios fossem capazes de se inserir na sociedade civilizada, deveriam ter um Diretor em cada aldeia ou povoação, eleito na comunidade, com funções mais de orientação e instrução do que de administração. Bondade e brandura foram insistentemente recomendadas<sup>18</sup>.

O principal interesse se centrou nas regiões Norte e Sul, onde a questão de limites era mais frágil. Para o Norte, foi mandado, como Ministro Plenipotenciário, para execução do tratado de demarcação de limites, iniciado em 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal que, desde logo, começou a informar a Metrópole sobre os pormenores da verdadeira situação em que se encontrava a região, 250 anos depois do descobrimento do Brasil.

---

<sup>16</sup> Foi composto por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, baseado na obra jurídica de Juan Solórzano Pereira, Ouvidor de Lima, no Peru, que legislou sobre a integração dos usos e costumes dos nativos, na sua obra jurídica, da segunda metade do século XVII, conhecida como Direito Indiano (FLEXOR, 2002, 2010)

<sup>17</sup> DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar ao contrário, 1758. CEAM. **Boletim de Pesquisas do CEAM**, Manaus/AM, v. 3, n. 4, p. 85-126, jan.-dez. 1984. Reproduzido, também, em ALMEIDA, Rita Heloisa. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVII**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997. Apêndice. Vigorou até o reinado de D. Maria I, sendo seus diretores acusados de trabalharem em seu próprio benefício e não dos índios (FLEXOR, 2002).

<sup>18</sup> Esses dois vocábulos foram reproduzidos da obra de Solórzano Pereira. Também, baseado na obra de Solórzano, Pombal editou, em 1769, a Lei da Boa Razão, que descriminalizava muitos costumes dos povoadores do Brasil.

Com a implantação do projeto de repovoamento e reurbanização, na realidade, a Metrópole seguia as sugestões de Mendonça Furtado que mostrava, por meio de cartas, desde 1752, vontade de realizá-lo. Uma resposta do Conde de Oeiras, a seu irmão, de 14 de março de 1755, dizia que Sua Majestade resolvera “reduzir as Aldeyas, e Fazendas a Villas, e Povoações Civis” e tomara “a mesma Resolução a Respeito dos Índios na conformidade de certa Doutrina de Solorzano”<sup>19</sup>, permanecendo, ainda, “em segredo esse negócio” até que Mendonça Furtado se recolhesse ao Pará, depois da sua viagem pela região amazônica<sup>20</sup>.

Para cada uma das outras regiões do Brasil foram enviadas instruções para a criação das vilas e reorganização da administração, bem como homens, de pulso forte, para garantir o projeto, quer para o cargo de Governador e Capitão General, como o Morgado de Mateus, em São Paulo, quer para Ouvidores, Juizes de Fora, etc. Essas instruções, a depender da região, repetiam alguns capítulos do Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e, em outros, tinham determinações específicas a serem observadas. Dentre essas instruções é interessante se destacar aquelas enviadas à Capitania de Pernambuco, pois continha, em anexo, uma Cartilha, – que se transcreve mais adiante –, relativa à obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos novos núcleos<sup>21</sup>.

Essas instruções, de 1759 (fl. 3v)<sup>22</sup>, rezavam no item 6<sup>23</sup>:

Sempre foi máxima inalterável entre as Nasçoens, que conquistarão novos domínios introduzir Logo nos Povos novamente Conquistados o seu próprio Idioma por ser indisputável hum dos meynos mais eficazes para os apartar das Rusticas barbaridades de Seus antigos Costumes, e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que Se introduz nelle o uso da Lingua do Príncipe, que os domina, Se lhes

<sup>19</sup> Ver nota 8.

<sup>20</sup> LISBOA. BNA. Biblioteca Nacional da Ajuda. Para o Governador e Capitam General do Pará, em 14 de novembro de 1755 [...]. Lisboa. Cota 54-IX-27, n. 16, ms. fl. 2. Biblioteca Nacional de Lisboa. Carta familiar [...] Códice 113.930. Lisboa, ms. fl. 31rv.

<sup>21</sup> Nas instruções enviadas à Capitania de Porto Seguro, ordenava que as construções das casas fossem feitas pelos próprios índios que, até então, viviam em ocas coletivas, segundo uma construção de modelo unifamiliar.

<sup>22</sup> “Direcção com que interinamente se devem regular os Índios das Vilas e Lugares, que S. Magestade Fidelíssima manda Erigir as Aldeas pelo que pertence as q[u]e estão situadas nesta Cappitania de Pernambuco, e suas annexas emquanto o mesmo Snr’ não determinar o Contrario, dando nova e melhor forma para o seu Regimen”. (LISBOA. AHU. Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco, 26 fev. 1759, cx. 59, doc., ms).

<sup>23</sup> Foi criado o cargo de Diretor Geral dos Estudos para nomear e fiscalizar a ação dos professores, entretanto, não atingiu sintomaticamente as conquistas do Ocidente.

radica também o affecto, veneração, e obediência; observando pois todas as Naçoens polidas do Orbe este prudente, e Solido sistema, nesta Conquista Se practicou tanto pelo Contrario, que Só Cuidarão os primeyros conquistadores de estabelecer nella o uso da Lingoa a que chamão geral, invenção verdadeiramente diabólica para que privados os Indios de todos os meynos, que os podião Civilizar, permanecessem na Rustica, e barbara Sugeição em que até agora Se Conservão.

#### No item 7:

Para desterrar este pernicioso abuzo, Será um dos principaes cuidados dos Directores estabelecer nas Suas Respective Vilas ou Lugares o uso da Lingoa portuguesa, não consentindo de modo algum<sup>24</sup> que os meninos, e meninas, que pertencerem as (fl. 4) Escollas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia uzem da lingoa própria das Suas Naçoens, ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa na forma que S. Magestade tem recomendado em Repetidas Ordens, que até agora se não observarão com total lingoa espiritual e temporal do Estado.

#### No item 8:

E como esta determinação hé a baze fundamental, haverá em todas as Villas, ou Lugares duas Escolas publicas, huá para Rapazes<sup>25</sup>, e outra para Raparigas, nas quaes se insignará a Doutrina Christãa, Ler, escrever, e Contar na forma que Sepratica em todas as das Naçoens Civilizadas ensinándose<sup>26</sup> nas Raparigas, a Lem da Doutrina cristaã, a ler, escrever, fiar, fazer renda, Costuras, e todos os mais ministérios próprios daquele Sexo.

#### No item 9:

Para subsistência das Sobreditas Escollas haverá hum mestre, e huã Mestra, que devem Ser pessoas dotadas de bons Costumes procedência, (fl. 4v) e Capacidade, de Sorte, que possam desempenhar as Obrigaçoens dos Seus empregos, as quaes Se destinarà o emolumento de meyo tustão por mês de Cada discípulo<sup>27</sup>, e meyo alqueire de farinha por anno na occasião da Colheyttta, pago pelos Pays dos mesmos Indios, ou pelas pessoas em cujo poder viverem Concorrendo Cada hum com a porção, que lhe Competir em dinheyro, ou efeitos, o que presentemente Se Regula em atenção a grande mizeria e pobreza a que Se achão reduzidos: no Cazo porem de não haver nas Villas<sup>28</sup> ou Lugares pessoa alguã que possa Ser Mestra de meninas poderão estas ate a idade de nove anos ser instruídas na dos meninos, na qual se lhe ensinará o que a estes deyxto referido para que juntamente com as infalíveis verdades de nossa Sagrada Religião adiquirirão com mayor felicidade o uso da lingoa portuguesa.

---

<sup>24</sup> À margem esquerda: "Que não uzem de outro idioma que do Portuges" (sic).

<sup>25</sup> À margem direita: "Duas escolas para os meninos".

<sup>26</sup> À margem esquerda: "À custa de Seus Pais".

<sup>27</sup> À margem esquerda: "À custa de Seus Pais".

<sup>28</sup> À margem esquerda: "Havendo Só mestre, e não mestra, andarão tão bem as meninas athe a idade de nove anos"

No item 12:

(fl. 6) A classe dos mesmos abusos não Se pode duvidar, que pertença também o inalterável Costume, que Se practicava em todas as Aldeas de não haver hum Só Índio, que tivesse apelido<sup>29</sup>, e de uzarem quaze todos de diferentes nomes dos que Se lhes puzerão no Baptismo, distinguindosse<sup>30</sup> entre Sy pelo de Feras com que se denominão com escândalo geral no desprezo com que abração estes<sup>31</sup>, e deixão aquelles de que verdadeiramente devem usar, e Como de os terem, e Conservarem Sem apelido, se segue haverem nas Povoações muitas pessoas do mesmo nome Sem qualidade que os destinga, de que Se origina Confusão, e falta de Conhecimento necessário ao uso das Gentes; terão grande Cuidado os Directores de os fazer tractar debaixo dos que Receberão no Baptismo, dando-lhes os apelidos pertencentes as famílias Portuguezas por Ser moralmente Certo, que todos os de [que] uzão os brancos, e mais pessoas que Se achão Civilizadas os procurão por meyos Licitos, e virtuosos, para viverem e Se tratarem a Sua imitação.

Anexo a essas instruções encontra-se o modelo de formulário (fl. 44) com a denominação de “Termo, que fazem os Directores para Satisfazerem as obrigaçoenz, que Se lhe encarregão”:

Aos ..... dias do mez de..... do anno de mil setecentos sincoenta e nove na Secretaria desse Governo em presença do Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Diogo Lobo da Sylva Governador e Capitam General destas Capitannias aonde veyo I. e F. nomiado o primeiro para Director da Nova Vila de tal, e o segundo para Mestre da eschóla da mesma aonde pelo dito Governado lhe foi dado o Directorio, porque os devião Regular, e Cartilha para a instrucção dos meninos, emCarregandolhez, que bem e verdadeiramente (fl. 44v) mente procuracem com toda a inteyreza cada hum na parte que lhetoca seguir em tudo o Refferido Directorio, e Cartilha gradualmente segundo a natureza doz habitadores a que Sederegião as Refferidas Instrucçoenz o permitissem fosse conducente a CivilizaLos como sepertendem para o que lhesLembrava Ser percizo obrigalloz quanto fosse justo pelos meyos da brandura, e Suavidade<sup>32</sup>, a fim de que ajudados Com a sua doutrina vencão as trevas da ignorância em que Seachão envolvidos (sic) para com o conhecimento da Razão, e do beneficio, que Se lhes Seguia venhão Com facilidade a não lheSer custozo os justos meyos, que Selhe offerecião para a sua mayor gloria, e devem trabalhar com oSseu exemplo a consequila na Certeza de Ser o meyo mais eficaz para Senão afastarem da nova regularidade, que pelos Seuz empregos ficão na obrigação de lhes propor; e de Como assim o prometerão executar; e de não tirar dos ditos habitadores directa, ou indirectamente Couza alguá, além do que pelo mencionado Directorio lhe hé premetido, que Só Receberão emquanto Sua Magestade Fidelissima houver por bem a Sua obServancia, e Concorrer quanto

---

<sup>29</sup> Sobrenome.

<sup>30</sup> Grafado com S caudado. A grande maioria das palavras, grafadas com dois ss, seguiram o modelo de dois Ss, conhecido como caudado.

<sup>31</sup> À margem direita: “Que tenham nomens, e Cognomez das famiLias de Portugal”.

<sup>32</sup> Novamente a citação das duas atitudes a serem utilizadas em relação aos índios, tiradas do Solórzano Pereira.



Couber a fazer (fl. 45) interter entre ellez as Leys do podôr, e honestidade embaraçando toda a Liberdade, que possa Ser de maó exemplo a conservação desta tão eSencial virtude seobrigarão na parte, que lhes hé Licita, e permitida, como a tudo o mais que fica Refferido, o que tudo jurão não faltar de observar na forma expressada, de que mandey fazer este termo, que os mesmos aSignarão para a todo o tempo constar onde necessário for.

O Alvará Régio, de 28 de junho 1759, dava as “Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rethorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor; a Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christãa, ler, escrever aos meninos, e ao mesmo tempo, os princípios da Língua Portugueza e sua Orthografia; Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o novo método e o Estatuto que hão de observar os mestres das escolas de meninos nesta capitania de S. Paulo, dentre outros” (ANDRADE, 1978). As mesmas instruções foram repassadas para todas as Capitanias, incluindo a utilizada neste artigo, Pernambuco.

Outro documento contém a citada Cartilha<sup>33</sup>, que se reproduz a seguir, é simplificada, destinada a facilitar o ensino aos índios, não esquecendo as instruções da doutrina cristã, misturadas em meio às regras gramaticais. Obedecendo a instruções, adotava-se o “livro” de Andrade, isto é, de Manoel de Andrade Figueiredo (1772)<sup>34</sup>, escrito em 1718 e publicado depois das devidas licenças, em 1722.

A cartilha, manuscrita de Pernambuco, foi elaborada por um religioso anônimo a pedido do Governador da Capitania de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva. Nela consta

(fl. 1) N° 4 (LISBOA, AHU; *Pernambuco*, 26 fev. 1759, cx. 59)

“Breve instrucçáo, para ensinar a Doutrina christãa, Ler, e escrever aos Meninos, e ao mesmo tempo os princípios da Lingoa Portugueza, e sua Orthografia (fl. 1v - em branco)

(fl. 2) **Letras correntes Romanas**

A b c d e f g h i j l m n o p q r s<sup>35</sup> Ss<sup>36</sup> Tt<sup>37</sup> u v xx<sup>38</sup> y z ct ae o<sup>39</sup> K<sup>40</sup>

<sup>33</sup> LISBOA. AHU. Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco, (1759), cx. 59, doc. s. n°. Essa Cartilha já foi transcrita por ANDRADE (1978, p. 199-153) e por esta autora (FLEXOR, 2001, p 97-157).

<sup>34</sup> Os fólhos não estão numerados nos originais. Existe um exemplar original, no Instituto de Estudos Brasileiros, IEB, da USP. O calígrafo Figueiredo nasceu entre 1665 ou 1670, no Espírito Santo. Era filho do Governador daquela Capitania, Antônio Mendes de Figueiredo e Maria Coelho, faleceu em Lisboa a 4 de julho de 1735, onde era mestre escola.

<sup>35</sup> S maiúsculo grafado ao contrário.

<sup>36</sup> Ss caudado.

### Letras Capitais Romanas

A B C D E F G H J I<sup>41</sup> K L M N O P Q R S T<sup>42</sup> V X Z Y

### As Cinco Letras vogaes

a, e, i, o, u, y

(fl. 2v) Cada huá das Letras vogaes forma por Si Só, huá voz, ou huá Silaba. O y Grego não he mais, que o i vogal, ou Latino.

### Letras abreviadas

(ã) significa am (ẽ) em (ĩ) im (õ) om (ũ) um

### Os três acentos

Este accento ´, se chama agudo. Este, ~ se chama<sup>43</sup> grave. Este ^ Circunflexo.

Esta figura (') se chama apostrophe, e posta entre duas Letras, serve d'hu á, d'e, L'a, L'e, L'i, L'o, L'u e &r<sup>a</sup>.

Esta figura (=) se chama divizaó.

### Pontuaçoens

Esta figura (,) se chama virgola. Esta figura (;) ponto, e vírgola Esta figura (:) se chama dous pontos. Esta figura (.) se chama ponto. Esta figura (!) se chama admiração. Esta figura (?) se cgana interrígalaó.

Sabeis, e Conheceis já todos os Caracteres (fl. 3) res, e todas as Letras aSsim Vogaes, como consoantes, e todas as pontuaçoens de que se uza na escripta: he percizo agora Saber, e Conhecer as Silabas. Silaba he huá uniaó, ou agregado de Letras, que formaó huá voz, ou huá dicçaó complecta. Todas as desenove Letras consoantes naó formaó nenhúa Voz, sem o Socorro de huá vogal. Cada huá das Vogaes a, e, i, o, u, y saó o socorro da outra Letra consoante para formar hú Sóm, ou huá Silaba.

### Silabas de duas Letras

Ba be bi bo bu Ca ce ci co cu Da de di do du  
 Fa fe fi fo fu Ga ge gi go gu Ha he hi ho hu  
 Ja je ji jo ju La le li lo lu Ma me mi mo mu  
 Na ne ni no nu Pa pe pi po pu Ra re ri ro ru  
 Sa se si so su Ta te ti to tu Va ve vi vo vu  
 Xa xe xi xo xu Za ze zi zo zu

### Silabas de três Letras

Bla, ble, bli, blo, blu, Bra, bre, bri, bro, bru  
 Cha, che, chi, cho, chu, Cla, cle, cli, clo, clu  
 Cra, cre, cri, cro, cru, Dra, dre, dri, dro, dru  
 Fla, fle, fli, flo, flu, Fra, fre, fri, fro, fru  
 Gla, gle, gli, glo, glu, Gra, gre, gri, gro, gru  
 Gua, gue, gui, guo, guu, Pha, phe, phi, pho, phu

<sup>37</sup> Duplo t, um maiúsculo e um minúsculo.

<sup>38</sup> Duplo xis.

<sup>39</sup> Provavelmente oe.

<sup>40</sup> Inserido fora da ordem alfabética por influência inglesa.

<sup>41</sup> Está nessa ordem. Inexistia no alfabeto a maiúscula de Figueiredo.

<sup>42</sup> U foi omitido. É uma letra ramista, como o V, uma podia substituir à outra.

<sup>43</sup> O desenho corresponde ao til em vez de (').

Pla, ple, pli, plo, plu Pra, pre, pri, pro, pru  
 Qua, que, qui, quo, quu Spa, spe, spi, spo, spu  
 (fl. 3v) Sta, sté, sti, sto, stu Tla, tle, tli, tlo, tlu  
 Tra, ter, tri, tro, tru Vla, vle, vli, vlo, vlu  
 Vra, vre, vri, vro, vru Bam, bem, bim, bom, bum  
 Cam, cem, cim, com, cum Dam dem, dim, dom, dum  
 Fam, fem, fim, fom, fum Gam, gem, gim, gom gum  
 Ham, hem, him, hom, hum Jam, jem, jim, jom, jum  
 Lam, lem, lim, lom, lum Mam, mem, mim, mom, mum  
 Nam, nem, nim, nom, num Pam, pem, pim, pom, pum  
 Quam, quem, quim, quom, quum Ram, rem, rim, rom, rum  
 Sam, sem, sim, som, sum Tam, tem, tim, tom, tum  
 Vam, vem, vim, vom, vum Xam, xem, xim, xom, xum  
 Zam, Zem, Zim, Zom, Zum

Estaes já instruídos nas Silabas, hé percizo que entreis com disvello a ajuntalas, e a formar os nomes.

Amaro, Amador, Agostinho, Affonso, Adriaó,  
 Alexo, Alexandre, Camello, Cacimiro, Cypriano, Custodio, Carlos, Clemente, Damiaó, Damazo, Domingos,  
 Diogo, Daniel, Dionizio, David, Eugenio, Euzébio,  
 Francisco, Fernando, Fabiaó, Faustino, Gaspar, Gregorio, Gabriel, Geraldo, Germano, Jacôme, Ildefonço

#### Nomes de mulheres

Anna, Anastacia, Antonia, Anacleta, Adriana,  
 Caetana, Catharina, Custodia, Cacimyra, Dionizia,  
 Dorothea, Domingas, Francisca, Faustina, Fulgencia.

#### Nomes de Cidades

##### Lisboa

(fl. 4) Évora, Porto, Coimbra, Elvas, Lamego, Vizeu,  
 Guarda, Braga, Braga (sic), Miranda, OLinda, Bahia, Ryo de Janeyro, Madrid, Salamanca, Toledo, Cordova, Pariz, Toloza, Millaó, Napoles, Modena, Berlim, Ferrara, Roma.

O dilatar os meninos nos Nomes, pareceme, que naó he o mais útil, julgando mais a Certado, escrever lhe o Padre no Sso, e mais Oraçoés, que a Ssim se iraó juntamente fazendo practicos na doutrina Christaá, e Scientes no ajuntamento das Letras, e boa pronuncia das dicções que hé o que nas Escolas se procura  
 (fl. 4v. em branco)

#### (fl. 5) Aos Mestres das Escolas

Hé inegável, que Os Mestres das Eschólas exercitaó a occupaço mais Nobre, e mais útil ao Estado, e a Igreja; porque elles Saó quem nos infundem no espirito as primeyras imagens, e os primeyros pensamentos, que devemos ter do Santo temor de Deos, da Obediencia ao Rey, e aos Seus Ministros Respectivos; do amor, e

Respeito aos noSsos mayores, do affecto neceSsário á pátria, e aos intereSses da Monarquia.

Saó os MMestres<sup>44</sup> nas Eschólas os que nos daó as primeyras ideas do equilíbrio, que devemos guardar nas nossas aççoés, para que estas naó Sejam abomináveiz ao estado, nem escandalozas a Religiaó Christaá, que professamos, e os que nos Radicaó os princípios desta tão ditoza mente a alma unidos, que Se fazem della inseparáveis. Saó os mais amantes da Respublica, e os mais estimados nellas que tanto saó os Discipulos, que concervaó, quantas as pessoas, que os estimaó que os amaó, e que os Reverenceyaó. Ainda na antiga Roma, aquelles Imperadores, que confundiraó Com a Crueldade o poder, Respeitaraó a Seus Mestres como Sevio em Nero com Seneca; com outros muytos mais, que Conserva a memoria para horror da hu (fl. 5v) manidade, e os mais amantes porque com oSseu<sup>45</sup> desvêlo nos tiraó das trevas da ignorancia, e nos poém no caminho da aptidam para chegarmos ao deleytabel Paiz da Sabedoria.

Devem os MMestres ser tractaveis, brandos, e modestos com os Discipúlos: informa que o medo do Castigo lhes naó faça odiozo o Caminho da Eschóla, nem a falta de Correccão os deyxer esquecer do Respeito, que devem conservar a quem os ensina. Devem porem attender a curta comprehençaó, que he natural aos meninos, para a porporçaó desta lhes paSsarem as Liçoenz, e taó Sómente uzarem dos golpes das disciplinas, e palmatoria, quando virem, que a Reprehencivel preguiça he a culpada nos Seus erros, e naó a rudez das Crianças e cumplice da Sua ignorância: e aos que Souberem maiz applaudillos para por este modo Selhes hir introduzindo huá nobre emulaçãõ que os conduza para o bem.

E como o principio da sciencia hé o temor de Deos: devem os MMestres Colocar nas Eschólas huá imagem de hum Santo Crucifixo em vulto, ou em pintura, e obrigar aos meninos, quando entraó na Eschóla, que de joelhos devotamente a Reverenceyem, se persignem, e Se benzaó; e ensinillos a persignar, e a benzer, fazendo lhes Certo, que o signal da Sancta Cruz, hé a arma mais forte para destruir as tentações do inimigo Comum, Capacitando-os de que ao nosso Creador offendemos por pensamentos palavras, e obras; razaó porque quando nos persignamos fazemos três Cruzes, a primeira na testa para que Deos nos Livre de maós pensamentos, a Segunda (fl. 6) na boca, para que Deos nos Livre das más palavras, a terceyra nos peytos para que Deos nos Livre das más obras, que nascem do Coraçãõ. E que quando nos benzemos confessamos o AltiSsimo mistério da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, três PeSsoas distinctas, e hum Só Deos verdadeiro, ensinando lhe na forma seguinte = As pessoas da Santissima Trindade Saó três (como fica dito) Padre, Filho, e Espirito Santo Tres Pessoas distinctas, e hum Só Deos verdadeiro. O Padre hé Deos, o Filho hé Deos, e o Espirito Sancto hé Deoz; e naó Saó tres Deoses, porque ainda que em Sy Saó tres as peSsoas distinctas para o numero, he só húa unida na Divindade. Nem o Pay hé mais velho, que o filho, e que o Espirito Santo. O Filho hé Deos, e juntamente homé; emquanto Deos hé filho do Eterno Pay; emquanto homem he filho da Virgem Maria Senhora Nossa, em cujas puriSsimas entranhas desceu do Ceo a terra a tomar Carne humana ficando a Senhóra Sempre Virgem no parto, antes do parto (sic) e depois do parto. O Filho foi o que encarnou, e foi o que padeceu no sagrado Lenho da Cruz morte afrontoza, para Remir o gênero humano da Culpa em que estava incurso pel peccado dos noSsos primeyros Pays. Este peccado foi a des obediência, que

<sup>44</sup> Abreviatura com M duplo significando plural.

<sup>45</sup> Grafado com s caudado.

commeteraó Contra o preceyto divino, que lhe tinha imposto de naó tocarem ,< o ><sup>46</sup> fruto da arvore da sciencia do bem, e do mal. Na qualidade da Arvore há varias openioés entre os DDoutores<sup>47</sup>, mas perdida a virtude do pomo; parece desnecessaria a averiguação da qualidade da Arvore.

He percizo ensinar-lhe o Padre NoSso (fl. 6v) naó materialmente, mas capacitando aos meninos das Sete petiçãoens, que fazemos a Deos nesta Santa Oraçao, as quaes Saó as seguintes = Primeira PadreNoSso, que estaes nos Ceoz, Santificado Seja o teu nome. Segunda venha a nós o teu Reyno; Terceira, Seja feita a tuavontade, aSsim naterra Como no Ceo. Quarta opaó noSso decada dia, nos dá hoje. Quintaperdoanos NoSsas dividaz: aSsim como nos perdoamos aos noSsos devedores: Sexta naó nos deixes Cahir em tentação: Setima, mas Livranos de todo o mal. Amen JESVS.

Como também Ave Maria explicando lhe, que contem emsy asaudação, que oAnjo S. Gabriel veyo fazer a Senhora. Ave Maria cheya de graça, o Senhor he comtigo, benta es tu entre as mulheres, bento he o fruto do teu ventre Jesus. Até aquí a Saúdação: e no Resto, Santa Maria may deDeos, Roga por nos peccadores, agora, enahora denoSsa morte. Amen Jezus. A Supplica, que fazemos a Santa e in maculada Virgem Senhora noSsa, para que Rogue e interceda a Deoz por nos.

PaSsaraó depois os MMestres<sup>48</sup> aensinar aos meninos o Credo; e para que mais facilmente o aprendaó, e para que melhor comprehendaó a Sua Sustancia lho ensinaraó em doze artigos Symbolo dos Apostolos, e danoSsa Santa fé na forma seguinte = Primeiro: Creyo em Deos Padre todo poderozo, Creáador do Ceo, e da terra. Segundo Creyo em Jesus Christo, hum Só seufilho noSso Senhor. Terceiro, o qualfoi concebido doEspirito Santo: nasceu deMaria Virgem. Quarto, padeceu Sob poder de Poncio (fl. 7) Pilatos, foy crucificado, morto, e sepultado. Quinto, desceu aos Infernos: no terceiro dia Resurgio dos mortos. Sexto, Subio aos Ceos, está aSentado a maó direyta de Deoz Padre todo Poderozo. Setimo, dondeade vir julgar os vivos, e aos mortos. Oytavo, Creyo no Esperito Santo: Nono, na Santa Igreja Catholica: na commonicação dos Santos. Decimo na Remiçao dos pecados, na Resurreyçao da Carne. Duo decimo, navida eterna. Amen.

Sabeis já o Symbolo dos Apostolos, maz é precizo, que as materias da Religiao se saybam naó material mente, mas com toda aquella Certeza, e indagação neceSsaria, e Comprehencivel a curta esfera humana. Vos dizeis no primeiro artigo, Creyo em Deos Padre; haveis deSaber, que o Crêr, he ter por certo, infalível, tudo o que aSanta Madre Igreja Romana nos propoêm defé, e télo por Mais Certo do que se OviSsemos com os olhos, ou tocaSsemos com as maós.

A palavracrêdo, ou Creyo, hé omesmo, quer dizer entendo, que estes artigos, que os Apóstolos, e a Igreja nos porpoêm Saó aSsim na verdade: e até derramar aúltima gota deSangue das Veás, aSsim o hey de Crêr, e o hey de Confessar. Os actos de Crença, ou de fé, que professamos Saó três: o 1º Crêr com o Coraçao omesmo que expreSsamos com a boca; o 2º Confessar publica mente com a boca sendo neceSsário, aquilo, que Crêmos com o Coraçao; o 3º padecer, morrer pela fé que professamos, havendo occaziaó de podermos al (fl. 7v) cansar a ditosa Coroa do martírio. Creyo em Deos Padre, quer dizer, Creyo a Deos como verdade Summa, e em tudo o que diz e Revella a sua Igreja. Creyo, que há Deos, e que o ultimo fim Sobrenatural, e incomprehencivel a natureza humana. Fizeraó o Credo os Apostulos em Jerusalem, depois da Ascempção de Christo no tempo da perseguição antes de

<sup>46</sup> O "o" está entrelinhas.

<sup>47</sup> DD dobrados indicando plural.

<sup>48</sup> MM dobrados indicando plural.

Seespalharem pelo mundo. Fizerao-no para nos informarem na fé, porque o crêdo he huá verdadeira confiSSaó della; e para que toda a Igreja Catholica Romana Crê-se huá mesma Couza. ChamaSse ao Crêdo Symbolo dos Apostolos; porque Symbolo quer dizer Signal, ou deviza, com que os que na Guerra pelejaó se devidem de Seus contrários, e Com oCredo se devidem os Catholicos Romanos dos Pagaons, dos Hereges, e dos Protestantes, e esta deviza concordaraó os Apostoloz entreSy fosse aConfissaó da fé Catholica, e Apostolica. ChamaSse<sup>49</sup> também Symbolo, porque Symbolo quer dizer a parte com que alguém estava nobanquete: e nestebanquete Celeste entrou cadahum dos Apostolos com seu artigo; e por iSso Saó doze os que contem o Crêdo.

Os Symbolos da fé, sam quatro. O primeiro he o Crêdo a que aqui chamamos Symbolo dos ApostoLos. O Segundo he o Niceno feyto pelos PPadres<sup>50</sup> do Concilio de Niceya, e he oquesecanta namiSsa. O quarto hé o de Santo Athanazio, que sediz no Officio divino. Estes quatro Symbolos naó Saó diversos entreSy; mas o dos ApostoLoz, se explica mais por extenço nos três Consilios univerSaez. O motivo porque acreditamos taõ fortemente o Credo, e os artigos danoSsa Santa fé; hé, porque Deos (fl. 8) o dice, ou Revellou asua Igreja: demodo, que a Cauza da Crença, he Deos Revelante. Digo, que he Deos Revelante, porque aSsim o diz a Santa Madre Igreja Catholica Romana, que he aLumiada peloEspirito Santo, enaó pode errar nas Couzas que nos propõem defé. Sabeis o que he fe? He hum dóm de Deos impresso n'alma, com o qual cremos firme, e Catholica mente tudo o que Deos nos tem Revelado, segundo a Santa Madre Igreja ensina. O credo Se deve em quatro partes: a primeira he a sciencia divina, ou Deos uno com Seus atributos, que Seexplica nas palavrasSeguintes = Creyo era Deos. A segunda. Apessoa do Padre, queseexplica nas palavras: – Padre todo poderoso. Creador do Ceo, e da terra. Terceira. A pessoa dofilho, queseexplica naz palavras; e em Jesus christo, hum Só seu Filho noSsoSenhor. A quarta. Apessoa doEspirito Santo, queSeexplica naspalavras = O qual foi concebido por obra doEspirito Sancto. E pozemos primeiro Deos hum, ou huá eSsência divina, porque aonoSso modo de entender, se entende primeiro Deos uno, do que Trino.

Deveis Saber, que couza he aessência divina. ESsencia divina hé hum Ser de Sy mesmo; e porsy mesmo sem dependendia de alguá outra couza; he huma natureza, ou Substancia estavel, immensa, eterna, incorporêa, SimpliSsima semprincipio, esem fim. Hé hú espirito, in vezivel, in comprehencivel, in estimável, in mutável, in corruptível, forte, e Autor de todas ascriaturas. E estas denominaçoéz lhe damos em Ordem ao que das mesmas Créaturas conhecemos; porque se o quizermos conciderar Só em Sy he in nefavel. Quer dizer Creyo (fl. 8v) em Deos Padre, Creyo na primeyra peSsoa da Santissima Trindade, que he Deos Padre. Chamase Deos Padre; porque hé verdadeira mente Padre doSeu Vnigenito Filho por natureza; he Padre dos Justos por a dopçaó, e hé Padre de todaz asCreaturas por Creaçaó. Apessoa do Padre he ingenita, do Padre foi gerado oFilho, e doFilho, oEspirito Santo. ChamaSse Deos Padre todo Poderozo, porque ainda que Deoz hé immenSo, Eterno, e infinito; e tem outros tituloz, e atributos, neste Lugar aonde se chama Creador, divinamente Selhe dá o titulo de Omnipotente, para que entendamos, que quem tudo pode, naó teve dificuldade em criar tudo.

Ainda que a Omnipotencia he atributo daESsencia, e tanto como Padre, se pode dizer Omnipotente o Filho, e o Espirito Santo; Comtudo ainda que a Omnipotencia pela Razam da ESsencia Seja natural atodas as trez divinas peSsoas;

<sup>49</sup> Grafado com S caudado.

<sup>50</sup> Duplo PP significando plural.

especialmente Se atribuem ao Padre, porque he fonte de toda AOrigem, e principio Sem principio desta prodigioza communicaçáo. Dizemos Creador, porque fez todas as couzas de nada; e Só ele deste modo he Creâdor porque o Demonio, e outros Artifices creádos, naó o podem crear denada, mas de humas couzas fazem Outras.

Dizemos Creador dos Ceos, e da terra; porque no Ceo, e na terra Se incluye todo o mais criado. Dizemos Creyo em Jesus Christo; porque Jesus quer dizer Salvador, e Salvador foi, e hé deSseu Pôvo. E christo quer dizer Ungido, e foi unguido como Sacerdote Sobre todos os Sacerdotes, como Rey Sobre todos os Reys (fl. 9) E como Profeta entre todos os Profetas.

Dizemos que Christo foy concebido por obra do Espírito Santo; porque o Espírito Santo formou nas entranhas puríSsimas da Virgem Senhora NoSsa oCorpo deChristo, unindolhe a alma, que no mesmo instante Crêou, eSuprío as qualidades formativas, e generativas, pois nesta geraçáo naó houve Pay; e por iSso se diz, que Christo foi concebido doEspírito Santo Espozo da Virgem. Deos emquanto homem padeceu, foi Crucificado, morto, eSepultado, desceu aos Infernos, Subio aoCeo, está aSsentado a maó direyta de Deos Padre todo Poderozo; foi Crucificado pela iniqua Sentença, que deu Poncio Pilatos, que era o Ministro do Imperador Augusto CeZar no anno de quarenta e dous, e da Criaçáo do mundo 5\$199 (sic). Segundo o Martyrologio Romano.

Do ceyo de Abraham, que entendemoz por Inferno, ReSurgio ao terceiro dia com as almas dos Santos PPadres<sup>51</sup> que nelle o estavaó esperando; Subio aos Ceos, está acentado a maó direita, de Deos Padre todo Poderozo. Explicamo-noz por este termo de maó direita, naó porque Deos tinha maó direyta, naó porque Deos tenha maó direyta, ou esquerda, que he espirito, e naó tem membros; para mostramos porem, por hum modo Comprehencivel, quiseemquanto Deos he igual ao Padre, emquanto homem tem o melhor Lugar depois do Padre. Donde há de vir ajulgar os vivos, e os mortos. Dizemos queha de vir ajulgar; porque nodia deJuízo, havemos todos deSerjulgados aSsim os vivos pela graça parahirem gozarem a bem avenurança portoda aeternidade, como os mortos pelo peccado, parahi- (fl. 9v) rem para as penas eternas. A communicaçáo dos Santoz Se entende as boas Obras, que fazem todos os justos na terra, saó participantes atodos os Catholicos, que vivem na Igreja Romana. Resurreyçáo da Carne, he que havemos de Resbucitar (sic) na idade de trinta e três annos, Reu nindoSse<sup>52</sup> a a noSsa alma ao mesmo Corpo de que foi forma; para em corpo, e alma os justos hirem gozar aBem aventurança, e os injustos o Inferno para toda a eternidade.

Ensinaráó os MMestres<sup>53</sup> aos meninos o acto de Contricçáo seguinte = Pezame Senhor de todo o meu Coraçáo, e alma de vos haver offendido por serdes vos quem Sois infinitamente bom, digno deSer amado; porponho com voSsa graça a emmenda da vida, espero operdam das minhaz Culpas nos merecimentos de vosso precioziSsimo Sangue e Sagrada morte Payxaó. Amen Jesus.

Ensinem-lhes taó bem a confissão.

Eupeccador, me confesso aDeos todo poderozo, ea Bem aventuradaSempre Virgem Maria, ao Bem aventurado Saó Miguel Archánjo, ao Bem aventurado Saó Joam Bautista, aos Santos<sup>54</sup> Apóstolos, Saó Pedro, e Saó Paulo, eatodos os Sanctos, da Corte doCeo, eavos Padre, que pequey muitas vezes por penSamentos palavras eObras, digo aDeos minhaCulpa, minhaCulpa, minhagrandeCulpa; portanto peSso e

<sup>51</sup> Grafado PP que equivale ao plural de Padres.

<sup>52</sup> Grafado, no original, com s caudado.

<sup>53</sup> Grafado MM como plural de mestres.

<sup>54</sup> Grafado SS como plural de santos.



Rogo a Bemaventurada Sempre Virgem Maria ao Bem aventurado São Miguel Ar- (fl. 10) chanjo, Ao Bem aventurado São Joam Bautista, os Santos Apostolos São Pedro, e São Paulo, e todos os Santos, e a Vos Padre que Rogueis por Mim No Sso Senhor. Amen Jesus.

Depois de bem Saberem a confissão lhe devem ensinar, e persuadir, que pela confissão humilde, Sincera e verdadeyra, no Reunimos agraça com o Sacramento da penitencia. Tanto que a no Ssa malicia nos fez perder pelos peccados cometidos a graça baptismal, que tínhamos adquirido, a Ssim que na<sup>55</sup> segunda fonte do baptismo fomos Lavados da Culpa Original.

Devem ensinar lhes as trez couzas e Ssenciães para a confissão ser bem feita, que Saó as seguintes: Confissão de boca, Contricção do Coração, e Satisfação das Obras. Confissão de boca, hé confessar ao Sacerdote, como Ministro de Christo, humilde, e verdadeiro todas as offensas contra Deos Cometidas sem occultar nenhuma por pejo malicia, ou vergonha. Contricção de Coração, he ter huá dor verdadeyra dos peccados cometidos contra Deuz, por ser Deos quem he infinita mente bom, e digno de Ser amado. Satisfação de obras, hé cumprir sem nenhuma dezcrepança, a penitencia imposta pelo Confessor. Saó estaz três Couzaz percizas para a confissão enforma, que faltando fica a Confissão nulla, e invalida, e Ligado o penitente ao terrível peccado do Sacrilégio.

Depois lhes devem ensinar os des preceytos do Decálogo, ou mandamentoz da Ley de Deos na forma seguinte = Os Mandamentos da Ley de Deos, Saó des, os três primeiros pertencem a honra de Deoz (fl. 10v) E os outros Sete ao proveito do próximo. O primeiro amaraz a hú Só Deos todo Poderozo. O Segundo [não]<sup>56</sup> jurarás o Sseu<sup>57</sup> Santo nome em vaó. O terCeyro guardarás os Domingos, e dias Santos. O quarto honraraz a teu Pay e a tua May. O quinto naó matarás. O sexto naó fornicarás. O sétimo naó furtarás. O oytavo naó Levantarás falso testemunho. O nono naó desejaras a mulher do teu próximo. O decimo naó Cobiçarás as couzas alheas. Estes des Mandamentos Se enserraó em dous; convem a Saber, amar a Deos, e ao próximo como a Sy mesmo. Amen Jesus.

Devem os MMestres<sup>58</sup> ensinar aos Discipulos, que estes preceytos saó de direyto Divino dados á Moysês pelo mesmo Deos no Monte Sinay; motivo porque o Papa dellegado de Deos naó pode nellez dispensar. Devem agora ensinar os mandamentos da Santa Madre Igreja. Saó sinco, o primeiro ouvir missa aos Dominbgos, e dias Santos. O Segundo ConfeSsar ao menos huá vez cada anno. O terceyro commungar pela Paschoa da Resurreiçáo. O quarto jejuar, quando manda a Santa Madre Igreja. O quinto pagar Dizimos, e premiSsas. Explicandolhez, que Saó de dereyto Ecclesiastico Resaó porque pode nellez dispensar o Sumo Pontifice; *ex vi* (sic)<sup>59</sup> do poder que Christo deu a Saó Pedro, Primeiro Pontífice, e a Sseus<sup>60</sup> SuceSsores quando lhe disse tudo aquillo, que Ligares na terá Será Ligado no Ceo, e tudo aquillo, que dezatares, será no Ceo dezsatado.

Depois dos meninos instruídos nestes Principios dano Ssa Sagrada Religiáo, lhes ensinem as virtudes Theologaes, que Sam trez. Fê, Esperança, e Caridade. Fê hé crêr aquillo que Deos disse, como elle o disse, e ensina a Santa Madre Igreja. Esperança, he ter huma es- (fl. 11) esperança certa de que Deos nos hade Salvar,

<sup>55</sup> "na" na entrelinha.

<sup>56</sup> Omitido no manuscrito.

<sup>57</sup> Grafado com S caudado.

<sup>58</sup> MM significando plural de mestre.

<sup>59</sup> Expressão que equivale, aproximadamente, a "além", "a par".

<sup>60</sup> Grafado com S caudado.

fazendo nos da nossa parte a diligencia precisa para adquirir-mos o beneficio da Sagrada Gloria. Caridade hé amaremos aos nossos próximos com o mesmo disvello, e com o mesmo Cuidado Com que nos amamos anos mesmos. Depois lhes ensinem as obras de misericórdia. As obras de misericórdia Saó quatorze. Sete espirituais, e Sete Corporaes: as Sete Corporaez Saó as Seguintes: a primeira dar de comer a quem tem fome, a segunda dar de beber a quem tem cede, a terceira vestir aos<sup>61</sup> nuz, a quarta Vizitar aos enfermos incarsarados, a quinta dar pouzada aos peregrinos, a Sexta Remir aos Captivos. A Setima interrar aos mortos. As espirituais Saó estas: O primeiro (sic) dar um bom concelho; a Segunda ensinar aos ignorantes; a terceira conSoLar aos tristes, a quarta castigar aos que erraó; quinta perdoar as injurias; Sexta Sofrer com paciência as fraquezas de nossos próximos; a Setima Rogar a Deos pelos vivos, e defuntos. Estas obras de mizericordia Se devem excitar com sinco condiçoens: a primeira com segredo, a Segunda Com preca<sup>62</sup>, a terceyra com alegria, a quarta, com pouco exame da pessoa a quem se faz, quinta com fim da gloria de Deos.

Devem atora ensinar os Sacramentos da Santa Madre Igreja, que Saó Sete. O Primeiro he baptismo, o Segundo confirmação, o terceiro Communhaó, o quarto penitencia, o quinto extrema unção, o Sexto ordem, o Setimo matrimonio.

Obaptismo he a porta dos Sacramentos da Ley da graça; foi instituído por Christo Senhor noSso, e neceSsaria mente neceSsitamos deste Sacramento para se nos abrirem as portas do Ceo. A Confirmação he (fl. 11v) O mesmo, que Chrisma; e este segundo Sacramento Se chama confirmação, porque he o Seu efeito confirmar o homem na fé; porque assim como no baptismo o baptizado SeLava Com aquella agoa, para significar, que a graça de Deos, lhe alimpa a alma da macula de todos os peccados, aSsim no Chrisma, se unge a testa para significar, que a graça de Deoz, unge alma, e a conforta, e fortifica para que possa Combater contra o Demonio, e confessar com ousadia a Sancta fé Catholica, sem temor, ou Receyo dos tormentos, nem medo de perder a vida do corpo. O terceiro Sacramento hé a Communhaó, ou Eucharistia, que hé o Sacramento do Corpo e Sangue de Christo, que verdadeira mente Se contem debaixo das especias de paó, e vinho. O quarto Sacramento, he a penitencia, que conSiste em ter huá verdadeira dor dos peccados commetidos com prepozito firme de os naó tornar à commeter: O 5º he a Extremaunção, extrema unção hé hum Sacramento que Christo Senhor noSso instituhio para os enfermos: e chamaSse unção, porque conSiste em ungir com óleo Sancto aos enfermos Rezando Sobre eles alguás Oraçoéns: chamaSe extrema por Ser a ultima entre as unções que Se daó noz Sacramentos da Igreja, a primeira Se dá no Baptismo; a segunda na Confirmação. A terceira no Sacerdocio; a ultima na enfermidade. Também se pode chamar extrema porque se dá no fim da vida. O Sexto Sacramento he Ordem; he hum Sacramento da Ley da graça Com o qual ao ordenado se dá poder para algum ministério aCerca da eucharistia. O Setimo Sacramento he o do matrimonio: o Sacramento do matrimonio, hé huá mutua obrigação ou vinculo, com o qual os conjugadoz vivem (fl. 12) Entre Sy mutuamente obrigados indissolovelmente permanentes.

Devem os MMestres<sup>63</sup> ensinar os peccados Mortaes. Os peccados mortaés Saó Sete. O primeiro he Soberba; o segundo avareza; o terceiro Luxuria, o quarto îra; o quinto gulla, o Sexto inveja, o Setimo preguiça.

<sup>61</sup> Rasurado, o s foi grafado com aparência de g.

<sup>62</sup> Pressa.

<sup>63</sup> Grafado MM que equivale a mestre no plural.

Contra estes Sete peccados mortaes, ha sete virtudes oppostas, que devemos exercitar, para naó cahir-mos nellez. Contra a Soberba, humildade; contra avareza, Liberalidade; Contra a Luxuria, Castidade; Contra a ira a paciência; Contra a gula temperança; Contra a inveja, Caridade; contra a preguiça, diligencia.

Tambem deve ensinar os Novicimos do homem, que Saó quatro: Morte, Juizo, Inferno, e Parayzo; e persuadir aos Discipulos tragaõ a memoria em todas as Suaz aççoéz os mesmos Novicimos, que Será a melhor liçaó, para os deregirem sempre para o bem.

Em sinem lhe ultimamente os Artigos da fé, que Saó quatorze. Sette pertencem a humanidade; e os outros Sette a Divindade: os sete que pertencem a Divindade Saó estes. O primeiro Crêr, que hé hum Só Deos todo Poderozo; o Segundo Crêr, que he Padre; o terceiro Crêr, que hé filho; o quarto Crêr, que hé Espirito Sancto; o quinto Crêr, que he Creador; o Sexto Crêr, que he Salvador; o Setimo crer, que he Glorificador. Os Setequ pertencem a humanidade Saó estez, o primeyro crêr, que o mesmo filho (fl. 12v) de Deos foi concebido do Espirito Santo, o Segundo Crêr, que nasceu de Santa Maria Virgem ficando ella sempre Virgem; O terceyro Crêr, que foi por nos Crucificado morto e Sepultado; O quarto Crêr, que desceu aos infernos, e tirou as almas dos Santos Padres, que lâ estavam esperando a Sua Santa vinda; O quinto Crer que ReSurgio ao terceyro dia; O Sexto, crêr que Subio aos Ceos, e está aSsentado a maó direyta de Deos Padre; o Setimo Crêr, que há de vir a julgar os vivos, e os mortos dos beins, e mallez, que fizeraó.

Chamaó-se artigos da fé, porque artigos quer dizer Ligadura, ou nó com queseataó, e unem os membros huns com os outros, para fizerem hú corpo perfeito; e aSsim, estes quatorze artigos Saó como nós, ou Ligaduras, com as quaes os fieis seunem pela Crença huns com os outros para fazerem hú corpo místico, e perfeito.

Naó saó os artigos da fé diferentes do Crêdo, mas o que contem o Credo em doze artigos, se deve aqui em quatorze para mayor clareza, e intelligência das Creaturas. Estes Saó os primeyros alimentos da noSsa Sagrada Religiaó em que os meninoz na Eschola devem Ser peritos, e inteligentes. E a mais doutrina em que necessitaó de Ser perfeitos lhes hiraó depois os Mestres ensinando com amor, prudência, e vigilância.

Devem ter os MMestres<sup>64</sup> grande Cuidado em persuadir aSeus Discipulos a veneração, quedevem ter ás Cruzes, por serem figura daquella em que padeceu morte afrontoza o noSso Redemptor, e nella derramou oSseu<sup>65</sup> preciozissimo Sangue (fl. 13) para nos Salvar. E quando apanharem algum menino em mentira, o Castiguem, afeando lhe a mentira, assim por ser contra o Crêador, como contra as Creáturas; mostrando lhe quantoSe faz oSujeito mentirozo indigno do Comercio das Gentes, e inteiramente intractavel de todo o homem honesto.

He neceSsário, que os Mestrez ponhaó indispensavelmente aos Discípulos no habito deSeconfessarem todos os mezes; e ao mais velho, os mais inteligente, entregaraó hua Cruz de pau benzida, que estará naz Eschólas, para que este a Leve alSada quando Sahir o Santissimo Sacramento, e para que toda a Eschóla o vá aCompanhar; e o Mestre lhes hirá presidindo e Cantando os meninos porporcionalmente o Bendito, e Louvado e &r<sup>a</sup>.

Devem os Mestres ter cuidado de persuadirem aos meninos, que quando Se deitarem na Cama, Rezem primeiro de joelhos devotamente três PPadres NNossos<sup>66</sup>, e três Ave Marias e tres Glorias em Louvor da maternidade, Conceyçaó e virgindade

<sup>64</sup> Grafado MM significando mestre no plural.

<sup>65</sup> Grafado com S caudado.

<sup>66</sup> P e N grafados duplicados para indicar plural.

de Maria Santíssima, para que lhes alcance de seu amado filho auxílios eficazes para a Sua Salvaçáo, e que o mesmo fassa quando Selevantarem da Cama.

E como seria couza indigna de hum Christaó deyxar de SeLembrar de Deos, assim quando Sepoém a Meza, como quandoSe levanta della. Teraó os MMestre<sup>67</sup> Cuidado de lhes ensinarem as Oraçoés Seguintes =

Para quando se aSsentáó a Meza

Senhor abençoay estesustento, que nos daiz para nutrição (fl. 13v) de noSso Corpo, e fazeinos agraçã que nos Sirvamos delle Com temperança; isto vos peSso, em nome do Padre, do Filho, e do Espírito Sancto.

Para depois de Comer

Senhor, eu vos rendo as graças pelaesmollaque me fiz este de me dares sustento para a nutriçáo de meu Corpo, e Conservaçáo da minha vida. Conservay Senhor, avoSsa graça dentro naminha alma, para que vos poSsaver, amar, e Louvar por toda a eternidade. Amen.

FaSse precisamente neceSsário: que os Mestres adocem a penoza tarefa da Leytura, aos meninos com alguãs breves practicaz com que Se vaó Christianizando, einstruindo: como *Verbi gratia*. Já conheceis as Letras, já Sabeis as Silabas, e as palavraz, hé neceSsário, agora aprender as Letras, e ajuntallas Com perfeiçáo. Trabalhay com disvello para Ser bons Catholicos, bons Cidadoens, epara ordenadamente poderes manejar as voSsas dependências. Principiay a usar a voSsa razaó, eConcebey, que Deos vos criou para o Conheceyz, para o amarez, para o servires, e para Gozardes da Vida eterna.

Hé perciso passar por esta vidamortal, naqualvêdes, e haveis de vêr o muito que tem de penoza. He percizo compreender, que depois do peccado Original Condemnou Deos a todos os homenz ao trabalho; aquelle que ama, e idolatra a ociozidade, naó ama, nem Serve a Deos (fl. 14) porque a preguiça, hé hum dos Sete peccados mortaes. Nasceu o homem para o trabalho, aSsim como nasceraó as Aves para voarem aquelle que naó quer o trabalho proporcionado as Suaz forsas, e as Suas qualidades, hé indigno doSustento com queSe nutre aquelle que hé ociozo na mocidade, trabalhará na Suavelhice.

Naó sabeis meus amados Discipulos, Se a voSsa vida será breve, ou dilatada: trabalhay como quem há de viver Longo tempo, e vivey como quem imagina de instantaneaMente poder hir dar contas ao Crêador. TendeSempre na memoria o Respeito que deveiz ter avoSsos Pays, aos vossos mayorez, e aos voSsos bemfeitorez. Hum homem Sem obediência, naó hé homem, he monstro, e Sem agradecimento hé féra, eainda mais que féra; porque nas historias Sagradas encontramos Leoens agradecidos, e Respeitozos a Seus bemfeitores; e nas humanas naó Só em Leoens, mas em outros muitos animaes menos nobres encontramos o agradecimento.

Lembray vos dequevoSsos Pays vos deraó oSer, e quetem tido grandes fadigas para vos porem no estado emque exestiz. Reparay no grande trabalho, que destes a voSsas mays emquanto aos peitos vos nutriráó; e no tempo em que naó podieiz andar, nem vos Sabieis vistir, nem podieis explicar os vosSsos Sentimentos. Vossos Pays vos preveniraó das inclamidades do tempo, e talvez que bem apezar das Suas impossebelidades vos vestiaó e Sustentavaó. Esperaó agora que vos appliqueis com todo o Cuidado a aprender o que vos he neceSsário para paSsarez o Curso de voSsa

<sup>67</sup> M duplicado, indicando plural.

vida. He esta vida cheya de dependências, e embaraços, que vos cauzaraó bastantes disvelloz, e mais Cres (fl. 14v) Cidos. Se vos faltar a comodidade de bem fallar, bem Ler, e bem escrever.

Tem geral estimação o homem honesto que falla com acerto, que Lê com desembaraço, escreve Com perfeição; porque dá Certezas infalíveis, que foi bem educado. Aquelle que carece destas Circunstancias he visto como Sujeito inepto; Servem as Suas vozes de assumpto para o escárnio, para a Zombaria, e para o desprezo. Aquelle que não Sabe Lêr, passa á metade da vida a Segó; e para poucas couzas hé capaz o homem, que não Sabe Ler, e escrever.

Escutay com respeitoza attençaó a quem Vos ensina, não lhe desafieis a Colera, nem o chegueiz ao Caminho da impaciência, quando Saó obrigados a vos Castigar; recebey o castigo com humildade. Diz o Espirito santo, que a doudiSse está atada ao pescosSo dos meninos, e que a vara da Correção lha dezata, e lha desterra. Olhay avossos Mestres como enviados de Deos, para vos darem a educação Soberanamente neceSsaria, e a mais doce ConSolação para as mizerias, e amarguras desta vida. Naó nos entristiçaes por comprehenderes com trabalho o pouco que Sabeiz; porque pela mesma penúria paSsaraó eSses Padres, que vedes Sacraficando nos Altares Sagrados, e os que ouvis nos Pulpítos explicando o Evangelho.

Foram impressos os Livros para vossa instrucção. Toda essa maquina, que vedes de (fl. 15) Livros hé composta de vinte e Sinco Letras destas Sam Seis Letras vogaes: Chamaó-se vogaes, porque cada huá per sy só tem hum Som complecto, ou forma huá Silaba. As desenove Saó consoantes: chamaó-se ConSoantes, porque não Significaó nada per sy Sós, sem auxilio de algúas daz Vogaes. Com estas vinte e Sinco Letras Se formaó todaz as Silabas, e todas as vozes, ou palavras. Formasse<sup>68</sup> huá Silaba de muitas Letras juntas, que fazem hú Som Complecto: Como *Verbi gratia* Ba, Ce, di, fo, gu. He percizo que vos costumeis a pronunciar bem as Silabas para bem vos poderes regular na escripta. Huá voz, ou huá dicção. Saó muitas Silabas juntas, que fazem hum sentido distincto e separado: Como *Verbi gratia* penna, tinta, papel, obréas. Todos os discursos Saó compostoz e Ordenados de diferentes termos, que Se Reduz a Sua diversidade ao abreviado numero de nove á que podemos chamar com propriedade instrumentos da língua que falamos. He certo que não há Mestre ou oficial de qualquer arte nobre, ou officio mecânico que que não conheçaó os instrumentos percizos para a Sua arte, o officio! Pois não Será vergonhoziSsimo a hú homem ignorar os instrumentos da arte defallar, que hé a arte das artes, e a arte mais nobre, mais útil, e maiz perciza para o Comercio humano! Aqui tendes meuz Discipulos as nove vozes, ou instrumentos com a Sua expLicação. Primeiro, o articulo Significa união; Os articuloz Saó huáz pequenas dicções, que Se poém antes dos nomez para a demonstração do gênero, do numero e do Cazo Como *Verbi gratia* hum homem, huma mulher, hum homem (fl. 15v) de hum homem, para um homem, Huá mulher, de huá Molher, para huá molher.

Segundo O nome Antonio, Joaó, Manoel, Lisboa Madrid, Pariz: Saó nomes / e nomes próprios / de que em outro Lugar darey mais individual explicação.

Terceyro: o pornome, he o que Se poém em Lugar do nome Como *Verbi gratia* eu mesmo, tu mesmo, ele mesmo, elles mesmo, e ellas mesmo. Este, elle, aquelle; estas, ellas, aquellas, saó pornomes.

Quarto O verbo ser, estar, conceber, ensinar, julgar, e impedir, Saó verbos.

Quinto o participio: chamasse participio porque participa do Verbo, edonome: como *Verbo gratia* o que ensina; o que Lê, o que ama, o que ensinava, o que Lía, e o que amava. Saó participios.

<sup>68</sup> Grafado com S caudado.

Sexto: o adverbio: he o adverbio huma Voz, que Se expreSSa depois do verbo para a determinação da Couza expreSSada: como *Verbi gratia* de menhaá, de tarde, de noyte, ao meyo dia, a meya noite e&r<sup>69</sup>.

Setimo: a porpozição: he a porpozição huá Voz, que se põem antes dos nomes, e que os determina: como *vierb gratia*, a Pedro, para Pedro, Com Pedro, a Joam, para (fl. 16) Joam, com Joam e&r<sup>a</sup>.

Oytavo: Conjunção: aconjunção hé a que Liga as vozes, ou as cepara: como *Verbi gratia*. Francisco, eAntonio: Joaó, e Manoel, Gaspar, e CLemente; Francisco, ou Antonio; Joaó, ou Manoel; Gaspar, ou CLemente. Este (e) equelle (ou) Saó conjunções. Nono: Intergeiçáo. A intergeiçáo, he hua voz, que exprime as payxoenz, ou affectos d'alma; como *verbi gratia* O' Deos, O' Ceo, O' Terra, O' Mundo, O' Clamidade. Este O' he intergeiçáo.

Destas noveVozes, ou novepartes do disCurso devemos Saber, que três Respeitaó ao nome; as quaes Saó o artigo, ou pornome e opartecipio. O adverbio, a porpozição, eintergeiçáo Saó indicLinaveis, e tem Sempre a mesma pornuncia, e guardaó a mesma escripta. Resta unicamente o nome, e a o Verbo, que merece huá grande attençáo; porque o Verbo seconjuga, e o nome Se declina; mas Se practicarmos bem o que devemos obSerrar com os nomez, e Com os verbos, fallará qualquer Sujeito Correpta mente, e Carecerá de neceSSidade de Livros de Orthografia, para escrever combastante Certeza.

O nome he, que determina aOração: *Verbi gratia* Deos hé intinito: Deos hé o nome, ou he Substantivo, ou adjectivo. O nome Substantivo aSina Simplex mente a Couza: como *Verbi gratia* Deos, Anjo, homem, mulher; Saó nomes Substantivos. O nome adjectivo, mostra, <e><sup>70</sup> ensina, a qualidade do individuo: como *Verbigratia* bello, (fl. 16v) branco, Negro, quente, frio, morno. Saó nomes adjectivos. Todos os indivíduos de que tractamos, ouSaó machos, ou femeas, ousaómasculinos, ou femininos: seSaó mascuLinos, tem ogenero masculino á que pertencem; SeSão femeninoz ogenero feminino. Para os nomear hé percizo attender ao genero, para lhe applicar oSeu artigo Respectivo: como *Verbi gratia* hum Livro, hú homem, hú Ramilhete, huá mulher, huá Roza, huá bonéca. Quando lhe applicamos o artigo hum he do gênero masculino; quando lhe applicamos o artigo huá, he do genero feminino.

Temos dous números: a Saber, Singular epLural: o numero singular compete a hum Só individuo; e o numero plural, á muitos. Como *Verbi gratia* hum Jesuíta, he o numero singular, os Jesúitas hé numero pLural; porqueSaó muitos aquelles de que fallamos.

Todo o nome, ouSejaSubstantivo, ou adjectivo tem Seiz cazos, aSSim no singular, como no plural, aSaber: Nominativo, Genetivo, Dativo, Accusativo, Vocativo, AbLativo. Para bem deCLinar O nome lhe deve ajuntar oSseu<sup>71</sup> artigo para Sabermos em que Cazo está o nome. O mesmo artigo Serve para o nominativo, para o accusativo, eVocativo. O Dativotem Seu artigo, oGenetivo, e o Dativo tem o mesmo artigo: exemplo Numero Singular. Nominativo, accusativo, Vocativo o Pay. Dativo, o Pay, Genetivo, o Ablativo do Pay. Numero Plural Nominativo, Accusativo, e Vocativo os Pays. Dativo os Pays, Genetivo, e AbLativo dos Pays.

<sup>69</sup> E etc.

<sup>70</sup> Entrelinhas.

<sup>71</sup> Grafado com s caudado.

**Numero**

(fl. 17) Numero Singular

Nominativo O Livro  
 Genitivo do Livro  
 Dativo O Livro

Accusativo O Livro  
 Vocativo O' Livro  
 Ablativo do Livro

Assim em todos os mais nomes, tanto no Singular, como no plural, nos masculinos como nos femininos Sem mais diferença, que applicar lhe os artículos pertencentez aos Seus generos, e aos Seus números.

Os nomes proprios não tem plural tem unicamente Singular

Numero Singular Nominativo Deos, a Deos, de Deos

Roma, a Roma, de Roma

Numero Singular Nominativo Nicolaô, a Nicolaô, de

Nicolaô, Lisboa, a Lisboa, de Lisboa

**Do Verbo**

O Verbo hé o que complecta, o que enche, eoque determina a Oraçáo; porque nenhúa Oraçáo Sem verbo, Sepode chamar Oraçáo, nem expressar nenhuá Couza, nem escrever período, que tenha humSentido terminado, e (fl. 17v) Complecto. Com overbo se ajunta sempre huá das tres peSsoas. Eu, Tu, Elle, ou ella nosingular; enoplural Nos, Vos, ellez ou ellas; porque overbo também tem dous números. Singular, eplural; tem o verbo tres tempos principais, que Saõ o tempo presente, o pretérito, eo futuro. Os outros participaó destes tres.

Tem o verboSinco modos: aSaber Indicativo, Imperativo, optativo, Conjunctivo, e infinto. Conjugar overbo não hé mais, que deverificallo em todos os Seus tempos epeSsoas de todas asSortes, que ellepode correptamente devereficarse. Ha verbos de diversas naturezas. Ha o verbo activo, que asigna huá acçáo meramente activa: Como *Verbi gratia* Eu amo, eu ensino, eu Leyo, eu ouço, e&r<sup>a</sup>

*Há overbo paSsivo, que manifesta, e aSigna huáCerta payxaó; como Verbi gratia* Eu Sou amado, euSou ensinado, eu Sou Lido, Eu Sou ouvido. O verbo Neutro mostra huá acçáo indeterminada: como *Verbi gratia* Eu Sou, Eu estou e&r<sup>a</sup>. O Verbo Reciproco participa da natureza detodos os verboz; como *Verbi gratia* Lembrarse, ou terse Lembrado. Para bem Conjugar todos os verbos, he percizo conjugar primeiro o verbo auxiliar, Ser ou estar, queSeconjuga na formaSeguinte.

**Indicativo tempo presente<sup>72</sup>**

Eu sou, eu Estou

Tu es, ou estás

Elle hem ou está

PLural Nos somos, ou Estamos

Vos Sois, ou estáis

Elles Saó, ou estam

Pre-

<sup>72</sup> A disposição dos verbos, no manuscrito, está em duas colunas. Preferiu-se colocar numa coluna centralizada para melhorar a visibilidade dos tempos e da conjugação dos verbos.



**(fl. 18) Preterito Imperfeito**

Eu era, ou estava

Tu eras, ou estavas

Elle era, ou estava

PLural Nos eramos, ou estávamos

Vos ereis, ou estaveiz

Ellez eraó, ou estavaó.

**Preterito Perfeito**

Eu fui, ou estive

Tu foste, ou estiveste

Elle foi, ou esteve

PLural Nos Fomos, ou estivemos

Vos fostes, ou estivestes

Ellez foraó, ou estiveraó

**Preterito mais que perfeito**

Eu fora, ou estivera

Tu foras, ou estiveras

Elle fora, ou estivera

PLural Nos fôramos, ou estivéramos

Vos foreis, ou estivéreis

Ellez foraó, ou estiveraó

**Futuro Imperfeito**

Eu serei, ou estarey

Tu serás, ou estarás

Elle Será, ou estará

PLural Nos Seremos, ou estaremos

Vos Sereis, ou estareis

Ellez Seraó, ou estaraó

**Futuro Perfeito**

Já eu entaó Serei, eu estarei

Já tu entaó Seras, ou estaras

Já elle entaó Será, ou estará

PLural Já nos entaó Seremos, ou estaremos

Já vós entaó Sereis, ou estareis

Já elles entaó Seraó, ou estaraó

**Tempo presente do Imperativo**

Se tu, ou está

Seja elle, ou esteja

PLural Sejamos nos, ou estejamos

Sede vós, ou estejaes

Sejam elles, ou estejam

**Futuro do Imperativo**

Serás tu, ou estarás

Será elle, ou estará

PLural Seremos nos, ou estaremos  
Sereis vos, ou estareis  
Seram elles, ou estaraó

**Tempo presente e imperfeito do Optativo**

Oxalá fora eu, ou foSse  
Estivera, ou estiveSse  
foraz

(fl. 18v) Foras tu, ou fosses estiveras, ou estiveSses

Fora elle, ou fosse, estivera, ou estivesse

PLural Foramos nos, ou fossemos, estivéramos, ou estivessem

Foreis vos, ou fosseis estivéreis ou estivésseis

Foraõ elles, ou fossem estiveraó, ou estiveSsem

**Preterito perfeito**

Queira Deos que fosse eu, ou estivesse

Que fosses tu, ou estiveSses

Que fosse elle, ou estiveSse

PLural Que fossemos nos, ou estivéSsemos

Que fosseis voz, ou estiveSseis

Que fossem elles, ou estiveSsem.

**Preterito mais que perfeito**

Provera a Deos que fora eu, ou estivera

Que foras tu, ou estiveras

Que fora elle ou estivera.

PLural Que fôramos nos, ou estivéramos

Que foreis vos, ou estivéreis

Que foram elles ou estiveraó

**Futuro**

Praza a Deos que Seja eu, ou esteja

Que Sejas tu, ou estejas

Que Seja elle, ou esteja

PLural Que Sejamos nos, ou estejamos

Que Sejais vos, ou estejais

Que Sejaó elles, ou estejam

**Tempo presente do Conjuntivo**

Como eusou, ou sendo eu

Como tu es, ou Sendo tu

Como elle he, ou Sendo elle

PLural Como nós Somos, ou Sendo nos

Como vos Sois, ou Sendo Vos

Como elles Saó, ou Sendo elles.

**Preterito Imperfeito**

Como eu era, ou sendo eu

Como tu eras, ou sendo tu

Como elle era, ou Sendo elle

PLural Como nos eramos, ou Sendo nos

Como vos ereis, ou sendo vos  
 Como elles eraó ou Sendo elles

**Preterito perfeito**

Como

(fl. 19) Como eu fui, ou sendo eu

Como tufoste, ou sendo tu

Como elle foi, ou sendo elle

PLural Como nos fomos, ou Sendo nos

Como vos fostes, ou Sendo vos

Como elles foraó, ou Sendo elles.

**Preterito mais que perfeito**

Como eu fora, ou sendo eu

Como tu foras, ou sendo tu

Como elle fora, ou sendo elle

PLural Como nos fôramos, ou sendo nos

Como vos foreis, ou sendo vos

Como elles foraó, ou sendo elle.

**Futuro**

Como eu for, ou sendo eu

Como tu fores, ou sendo tu

Como elle for, ou sendo elle

PLural Como nos formos, ou sendo nos

Como vos fordes, ou Sendo vos

Como eles forem ou sendo elles

**Modo Presente do Infinitivo**

Ser, o que sou, es, he

PLural Somos, Sois, Sam

**Preterito imperfeito**

Ser o que era, eras, era

PLural Eramos, ereis, eraó.

**Preterito perfeito**

Que fui, fostes, foi

Plural Fomos, fosteis foram

**Preterito mais que perfeito**

Que fora, foras, fora

PLural fôramos, foreis, foram

**Futuro**

Que hei, has, hade Ser, ou

que Serei, Serâs, Serâ

PLural O que havemos, haveis haóde

Ser, o que Seremos, Sereis Seraó

**Participio do Futuro**

O que há, ou houver de Ser

Todos os Infinitos dos verbos da noSsa Lingoa Portugueza aCabam em-ár, ou em-ér. Para conhecer o infinito dos Verbos, basta este exemplo: *Verbi gratia* Eu devo: a voz, que Se chegue ha de Ser infinitivo do berbo (sic): como *Verbi gratia*: devo advertir devo imaginar, devo Conhecer, devo amar, devo Léer, devo estudar e&r<sup>a</sup>. Este advertir, este conhecer, este imaginar este Ler, este estudar, este amar, Saó infinitos, que a voz = devo = e aSsim Se deve entender nas mais Vozes

ou verboz.

(fl. 19v) **Exemplo dos verbos em ár**

**Modo Indicativo do tempo presente**

Eu amo, tú amas, elle ama

PLural Nos amamos, vos amais,  
elles amaó

**Preterito imperfeito**

Eu amava, tu amavas, elle amava

PLural Nos amávamos, Vos amaveiz,  
elles amavaó

**Preterito perfeito**

Eu amey, ou tenho amado tu  
amastes, ou tens amado, elle  
smou, ou tem amado.

PLural Nos amamos, ou temos amado,  
Vos amasteis, ou tendes amado  
Elles amaraó, ou tem amado.

**Preterito mais que perfeito**

Eu amara, ou tinha amado  
Tu amaras, ou tinhas amado  
Elle amara, ou tinha amado.

PLural Nos amaramos, ou tínhamos amado  
Vos amareis, ou tinheiz amado  
Ellez amaraó, ou tinhaó amado

**Futuro imperfeito**

Eu

Eu amarey, tu amarás, elle  
amará.

PLural Nos amaremos, Vos amareiz,  
elles amaraó.

**Futuro perfeito**

Ja eu entaó terey amado, ja

tu estaó terás amado, ja  
 elle entaó terá amado  
 PLural Já nos entaó teremos amado  
 Já Vos entaó tereis amado  
 Já elles entaó teraó amado.

**Tempo presente do Imperativo**

Amas tu, ame elle  
 PLural Amemos noz, amay Voz  
 amem elles.

**Futuro do Imperativo**

Amaras tu, amarâ elle  
 PLural Amareis vos, amaraó ellez

**Tempo presente do Optativo**

Oxala amara eu, ou amaSse  
 Amaras tu, ou amaSses.  
 Amara elle, ou amaSse  
 PLural Amaremos nos, ou amaSsemos  
 Amareis Vos, ou amaSseis  
 Amaraó ellez, ou amaSsem.

**Preterito**

(fl. 20) **Preterito perfeito**

Queira Deos que tenha eu amado,  
 ou amaSse eu  
 Que tenhas tu amado, ou  
 amaSses tu  
 Que tenha elle amado, ou  
 amaSse elle  
 PLural Que tenhamos nos amado,  
 ou amaSsemos nos  
 Que tenhaes vos amado, ou  
 amaSseis vos  
 Que tenhaó elles amado, ou  
 amaSsem elles.

**Preterito mais que perfeito**

Provera a Deos que amara eu, ou tivera amado  
 Que amaras tu, ou tiveras amado  
 Que amara elle, ou tivera amado  
 PLural Que amaremos nos, ou tiveramos amado  
 Que amareis vos, ou tivereis amado  
 Que amaraó ellez, ou tiveraó amado.

**Futuro**

Praza a Deos que ame eu  
 Que ames tu  
 Que ame elle  
 PLural Que amemos nos

Que ameis vos  
Que amem elles.

**Tempo presente do Conjunctivo**

Como eu amo, ou amando eu  
Como tu amas, ou amando tu  
Com elle ama, ou amando elle.

PLural Como nos amamos, ou amando nos  
Como vos amais (sic)  
Como elles amaó (sic)

**Preterito imperfeito**

Como eu amava, ou amando eu  
Como tu amavas  
Como elle amava.

PLural Como nos amávamos  
Como vos amaveis  
Como eles amavaó.

**Preterito perfeito**

Como eu amei, ou amando eu  
Como tu amaste  
Como elle amou

PLural Como nos amamos  
Como vos amastes  
Como eles amaraó.

**Preterito mais que perfeito**

Como eu amara, ou tinha amado  
Como tu amaras  
Como ele amara.

PLural Como nos amaremoz  
como  
(fl. 20v) Como nos amaramos (sic)  
Como vos amareis  
Como elles amaraó

**Futuro**

Como eu amar, ou tiver amado  
Como tu amares  
Como elle amar

Plural Como nos amarmos, ou  
tivermos amado  
Como vos amardes  
Como elles amarem.

**Tempo presente do Infinitivo**

Amar, o que amo, amas, ama  
PLural Amamos, amais, amaó.

**Preterito imperfeito**

Amar, ou que amava, ama

vas, amava.

PLural Amavamos, amasveis, amavaó.

### **Preterito perfeito**

Ter amado, ou que amey,

amaste, amou

PLural Amamos, amastes amaraó

### **Preterito mais queperfeito**

Ter amado, ô que amara amaras

amara.

PLural Amaremos, amareis, amaraó.

### **Futuro**

Que hey, has, há de amar, ou

Que amarey, amaras, amarâ

PLural Que havemos, haveis, haó de amar,

ou que amaremos, amareis, amaraó.

### **Gerundio**

De amar, em amar, de amar

Amando, eSendo amado.

### **Supino**

Amar para amar: a ser para Ser amado.

De ser amado para se amar.

### **Partecipio**

O que ama, e amava,

O que há, ou houver de amar.

### **Exemplo dos verbos, que tem o infinito em ér.**

#### **Prezente do Indicativo**

Eu Leyo, tu Les, elle Lê

PLural Nos Lemos, vos Ledes, elles Lêm

Em todos os mais tempos Seguem a Conjugação dos verbos em ár; eSó devereficaó (sic) no tempo prezente do modo Infinito, e em todos os tempos delle.

#### (fl. 21) **Modo infinito**

#### **Tempo prezente**

Ler, ou que Leyo, Les, Lê

PLural Lemos, Ledes Lem.

#### **Preterito imperfeito**

Ler, ou que Lia, Lias, Lia.



PLural Lamos, Lieis, Liaó E assim  
Sevay seguindo até ofim a Conjugação.

**Exemplo dos verbos em ir  
no modo infinito, que Só nes-  
te de verificação e conjugação.**

**Tempo presente do indicativo**

Eu ouço, tu ouves, elle ouve

PLural Nos ouvimos, vos ouvís, elles ouvem.

**Em todos os mais tempos Seguem a conjugação dos  
Verbos acima, menos no Presente do infinito, e  
em todos os mais tempos do mesmo modo infinito**

**Tempo presente do Infinito**

Ouvir, ou que ouço, ouves, ouve

PLural Ouvimos, ouvís; ouvem.

**Preterito imperfeito**

Ouvir, ou que ouvia, ouvias,  
ouvia

PLural Ouviamos, ouvíeis, ouviaó.

EaS-

E aSsim se segue até o fim aconjugação.

Nesta forma se conjugaó  
todos os verbos peSsoaes activos.  
Chamaó-se peSsoaes, porquatem  
todas as peSsoas aSsim no  
SinguLar, como noplural.

Há verbos impeSsoais activos,  
e paSsivos, Chamaó-Se impeSsoais  
porque naó tem mais que  
aterceira peSsoa do numero Singular.

**Exemplo de hú verbo ImpeSsoal activo**

**Tempo presente do Indicativo**

Pezame a mim, Pezate a ti,  
Pezalhe a elle

PLural Pezanos anos, pezavos avos  
Pezaó-lhes a elles.

**Preterito imperfeito**

Pezavame amim, Pezavate ati  
Pezavalhe a elle.

PLural Pezavanos anos,  
Pezavavos avoz,  
Pezavaó lhes aelles

Preterito**(fl. 21v) Preterito perfeito**Pezoume amim e&r<sup>a</sup>**Preterito mais que perfeito**Pezarame amim e&r<sup>a</sup>**Futuro Imperfeito**

Pezar-meha amim.

**Futuro**

Já entao meterá pezado.

**Tempo presente do Imperativo**Pezeme amim e&r<sup>a</sup>**Tempo presente do optativo e imperfeito**

OXala mepezara amim

Ou pezaSse e&r<sup>a</sup>**Preterito perfeito**Queira a Deos que mepeze  
amim e&r<sup>a</sup>**Preterito mais que perfeito**Provera a Deos que mepezara  
Ou metiverapezado e&r<sup>a</sup>**Futuro**Praza a Deos que mePeze e&r<sup>a</sup>**Tempo presente do Conjunctivo**Como amim mepezara e&r<sup>a</sup>**Preterito imperfeito**Como amim mepezava e&r<sup>a</sup>**Preterito perfeito**Como amim me pezou e&r<sup>a</sup>**Preterito mais que perfeito**

Como

Como amim mepezava, ou  
tivera pezado e&r<sup>a</sup>**Futuro**

Como mepezar, ou tiver pezado

**Tempo presente do Infinitivo**

Que me peze amim

**Preterito imperfeito**

Que mepezava amim

**Preterito Perfeito**

Quemepezou

**Preterito mais que perfeito**

Que mepezara, outiverapezado

**Futuro** (sic)

Que me há depezar

**Futuro** (sic)

Que mehouvera depezar

**Gerundio**

Depezar, empezar, pezando

Etendo pezado

**Supino****Tempo presente do optativo e imperfeito**Oxala mepezara amim ou pezasse e&r<sup>a</sup>**Preterito perfeito**Queira Deos que mepeze amim e&r<sup>a</sup>**Preterito mais que perfeito**Provera a Deos, que mepezara, ou metivera pesado e&r<sup>a</sup>**Futuro**Praza a Deos que mePeze e&r<sup>a</sup>**Tempo presente do Conjunctivo**Como amim mepezara e&r<sup>a</sup>**Preterito imperffeito**Como amim mepezava e&r<sup>a</sup>**Preterito perfeito**Como amim me pezou e&r<sup>a</sup>**Preterito mais que perfeito**

Como

Como amim mepezava, ou tivera pezado e&r<sup>a</sup>**Futuro**

Como mepezar, ou tiver pezado

**Tempo presente do Infinitivo**

Que me peze amim

**Preterito Imperfeito**

Que mepezou

**Preterito mais que perfeito**

Que mepezara, ou tiverapezado

**Futuro** (sic)

Que me hadepezar.

**Futuro** (sic)

Que mehouvera depezar

**Gerundio**

Depezar; empezar, pezando e tendo pezado

**Supino**AApezar para pezar, aSer  
paraser pezado**Participio**

O quepeza, e pezava.

## Exemplo

(p. 22) **ExempLo de um verbo impessoal, defectvo, passivo,  
e dasua Conjugação.****Tempo presente do Indicativo**

Peléjase

**Preterito imperfeito**

Peléjavase

**Preterito perfeito**

Peléjou-se

**Preterito mais que perfeito**

Peléjara-se

**Futuro Imperfeito**

Peléjar se ha

**Futuro perfeito**

Já entao Se terá pelejado

**Tempo presente do Imperativo**

Peléja tu

**Tempo presente do Optativo**

OXalá peléjara eu, ou pelejase

**Preterito perfeito**

Queira Deos que tenha eupelejado

**Preterito mais que perfeito**

Provera a Deos que pelejara eu,  
ou tivesse pelejado

**Futuro**

Praza a Deos quepeléje eu

**Tempo presente do Conjunctivo**

Como eupeléjo ou tenho pelejado

**Preterito imperfeito**

Como eupelejava ou pelejando eu

**Preterito perfeito**

Como eupelejei, ou tenho pelejado

**Preterito mais que perfeito**

Como eupelejara, ou tiverapelejado

**Futuro**

Como eu pelejar, ou tiver pelejado

**Tempo presente do infinitivo e imperfeito**

Ter pelejar, ou que pelejo

**Preterito mais que perfeito**

Ter pelejado, ou que peléjara, pelejara, pe-  
lejavas, pelejara

**Futuro**

Que hei, has, hade pelejar

**Participió**

Hade sepeléjar

Exemplo do verbo pessoal passivo, e sua conjugação do tempo presente. Eu Sou amado. Tu es amado, elle (sic) PLural Nos Somos amados, vos Sois amadoz, Ellez Saó amados.

**Preterito****(fl 22v) Preterito imperfeito**

Eu era amado, tu eras amado  
elle era amado

PLural Nos eramos amados, vos ereiz  
amados, elles eraó amados

**Preterito perfeito**

Eu fui amado, tu foste amado  
elle foi amado

PLural Nos fomos amados, vos fostes amados, elles foraó amados

**Preterito mais que perfeito**

Já eu entaó era, ou fora amado  
 Já tu entaó eras, ou foras amado  
 Já elle entaó era, ou fora amado.

PLural Já nos entaó eramos, ou fôramos amados

Já vos entaó ereis, ou foreis amados  
 Já ellez entaó eraó, ou foraó amados

**Futuro imperfeito**

Eu Serei amado  
 Tu Seras amado  
 Elle Será amado

PLural Nos Seremos amados

Vos Sereis amados  
 Ellez Seraó amados.

**Futuro perfeito**

Já eu entaó Serey amado  
 Já tu entaó Serás amado  
 Já elle entaó Será amado

PLural Ja nos entaó Seremos amados

Já vos entaó Sereis amados  
 Já ellez entaó Seraó amados.

**Tempo presente do Imperativo**

Sê tu amado, Seja elle amado

PLural Sejam nos amados, Sejam Vos amados, Sejam ellez amados

**Futuro do Imperativo**

Sê tu amado, Seja elle amado

PLural Sereis vos amados, Seraó eles amados.

**Tempo presente do Imperativo**

Sê tu amado, Seja elle amado

PLural Sejam nos amados. Sejam Vos amados, Sejam ellez amados.

**Futuro do Imperativo**

Seras tu amado, Será elle amado

PLural Sereis vos amados. Seraó elles amados.

**Tempo presente do Optativo**

OXala fora eu, ou fosse amado

Foras tu amado

Fora elle amado

PLural Foramos nos, ou fossemoz amados.

Foreis vos amados

Foraó elles amados.

**Peterito perfeito**

Queira Deos que fosse eu amado  
 Que fosses tu amado  
 Que fosse elle amado  
 PLural Que fossemos nos amados  
 Que fosseis vos amados  
 Que fossem ellez amadoz.

(p. 23) **Preterito mais que perfeito**

Provera a Deos que fora eu amado  
 Que foras tu amado  
 Que fora elle amado  
 PLural Que fôramos nós amados  
 Que foreis vos amados  
 Que foraó eles amados.

**Futuro**

Praza a Deos que Seja eu amado  
 Que Seas tu amado  
 Que Seja elle amado  
 PL[ural] Que Sejamos nos amados  
 Que Sejais vos amados  
 Que Sejam elles amados.

**Modo Presente do Conjunctivo**

Como eu sou amado  
 Como tu est amado  
 Como elle he amado  
 PLural Como nos Somos amados  
 Como Vos Sois amados  
 Como elles São amados.

**Preterito imperfeito**

Como eu era amado  
 Como tu eras amado  
 Como elle era amado  
 PLural Como nos eramos amados  
 Como vos ereis amados  
 Como ellez eraó amados.

**Preterito perfeito**

Como  
 Como eu fui amado  
 Como tu foste amado  
 Como elle foi amado  
 [PL]ural Como nós fomos amados  
 Como vos fostes amados  
 Como elles foraó amados.



**Preterito mais que perfeito**

Como eu já era, ou fora amado  
 Como tu já esras, ou foras amado  
 Como elle já era ou fora amado

PLural Como nos já eramos, ou foramoz amados  
 Como vos já ereis ou foreis amadoz  
 Como elles já eraó, ou foraó amados.

**Futuro**

Como eu for amado  
 Como tu fores amado  
 Como elle for amado

Plural Como nos formos amados  
 Como vos fordes amados  
 Como elles forem amados.

**Tempo prez[ente] do Infin[itivo]**

Ser amado, ou que Sou, es, eras, era amado

PLural Somos, Sois, Sam amados.

**Preterito imperfeito**

Ser amado, ou que era, eras, era amado

PLural Eramos, ereis, eraó amados.

**Preterito perfeito**

Que

(fl. 23v) Que fui, foste, foi amado

PLural Que fomos, fostes, foraó amados

**Preterito mais que perfeito**

Que era, ou fora

Que eras, ou foras

Que era, ou fora amado

PLural Que eramos, ou foramoz

Que ereis, ou foreis

Que eraó, ou foram amados.

**Futuro (sic)**

Que hey, has, hade ser amado

Ou que serey, seras, Será amado

PLural que havemos, haveis, haó deSer amados,

Ou que Seremos Sereis, Seraó amados

**Futuro (sic)**

Que houvera houveras, houvera

de ser amado

PLural Que houvéramos, houvéreis,

houveraó de Ser amados

**Partecipio**

Couza amada. Couza

Que há, ou houer de ser amado.

He percizo advertir, que o verbo paSsivo Sempre se ajunta em todos os modos tempos e peSsoas. O verbo auxiliar Sou, era Fui, fora, Serey e&r<sup>a</sup>, como V.g. no presente do Indicativo. Eu Sou amado. No mais que perfeito fora amado. No Futuro Serey amado e&r<sup>a</sup>. Esta Conjugação Seguem todos os mais verbos peSsoaes paSsivos, que Saó Verbos integraes: Digo integraês, porque há muitos verbos defectivos e Anomalos, que Com o uzo, eprudente appicacão dos Mestres Se aprendem.

Sam os verbos defectivos os Seguintes = Querer, Naó querer, mais querer, hir, Lembrar, conhecer, Aborrecer, eComeSsar; Cujos verbos, devemos Mestres também emSinar a Conjuguar aos Seuz disCípulos quando lhes forem ensinando a Ler as cartas. Na Certeza que a falta da declinaçãõ dos Nomes, e da Conjugação dos Verbos, e denaó darem aos meninos nas Eschólas, ao menos esta Leve tintura de Gramatica Por- (fl. 24) tugueza, he a orige dos barbarismos, que Senottaó nas Conversações e Se devizam na escripta.

Hé moralmente impoSSível Saber bem a Orthografria (sic) ignorando os primeiros princípios da Lingoa em queSe escreve.

Os primeyros princípios da Lingoa, Saó as deCLinaçoens dos nomes, e as conjugações dos Verbos e hé couzabem Lamentavel, que para aprendermos a Lingoa Latina, alingoa Franceza, ou Italiana, que Saó hoje as mais vulgares, principiemos declinando nomes, e Conjugando Verbos; e que os naó Saybam os mais dos homens fazer na Portugueza; sendo amatéria, que devemos estudar com todo o disvello para apodermos fallar Com perfeição.

As declinações dos nomes Saó fáceis Como Semostra dos exemplos, que dey para norma.

As conjugações dos Verbos tem maiz dificuldade; mas Saó de huá neceSsidade abSoLuta. Quando hum Sujeito está inteiramente Senhor da Variedade das Silabas, e da diversidade detodos os tempos doz Verbos, tem vencido huá grande parte da Orthografia; porque naó pode escrever com erros nas dicções, que o nam tem na pronuncia das Silabas. Julgo o melhor, e mais fácil modo de bem Saber Lêr, e escrever a nossa Lingoa, vzar deste methodo nas Eschólaz; porque o primeiro Leyte familiarizaSse<sup>73</sup> com os individuos, e hé muito natural, que Só Leve a Tumba aquilo que deycha o berço. Rezaó porque em todas as Nasçoenz Cultas, (fl. 24v) Seestá hoje ensinando a Ler, ainda debaixo de preceyτος mais asperos que estes, que aConcelho aos Mestres, que a falta de uzo delles lhos farâ parecer embaraçados, quando naó tem nada de Confuzos. Devem os Mestres ensinar como Regra geral aos Seus Discipulos. Devem os Mestres ensinar como Regra geral aos Seus Discipulos, que as terceyras peSsoas dos verbos no plural acabaó em – am, ou em – em: como *Verbi gratia*, a maó ensinaó, Levam, vzaó, trazem, Lembraó, Lavam, estudam e&r<sup>a</sup>. Em – em como *Verbi gratia*, Lem, ouvem, querem, dizem, conhecem, aborrecem e&r<sup>a</sup>. Que a falta desta RefLexaó, faz cahir em muitos erros aSsim na pronúncia, como na escripta

Também lhes ensinaraó, que a mayor parte dos verbos no modo infinito acabam em – ar, ou em – er: como *Verbi gratia* amar, ensinar, derrotar, Confiscar, bramar, uzar, Começar, idolatrar e&r<sup>a</sup> ou em – er: como *Verbi gratia* Ler, querer, aborrecer, Conhecer, estremecer e&r<sup>a</sup>. Também acabam muitos verbos no infinitivo em – ir: Como *Verbi gratia*: Ouvir, esgremir, confundir, inquirir, presumir e&r<sup>a</sup>. E persuadaó-se os Mestres, que no cuidado de bem conjuguar os verbos, e declinar os nomes, ConSiste a perfeição de bem fallar, e bem escrever.

<sup>73</sup> Grafado com s caudado.

Tambem daraó aos meninos esta Regra Certa para os nomes, aSsim Substantivos, como adjectivos, masculinos, ou femininos, que todos os nomez do pLural Seformaó do Singular, sem mais trabalho que ajuntar lhe hum S, como *Verbi gratia*, Anjo, hé Singular, Sem mais trabalho que ajuntar lhe um S como *Verbi gratia*. Anjo, hé Singular, Anjos hé plural. Muza Singular; acrescentando-lhe hum S fica Muzas plural.

(fl.25) Os adjectivos femininos se formaó dos masculinoz Sem mais trabalho, que mudar o – o, do masculino, em – a , para o feminino. Como *Verbi gratia*, unido masculino; unida feminino; e aSsim nos mais, que com o uzo Se aprenderaó.

PadeceSe hum grande engano na escripta Com o uzo dos accentos, para o que darey alguás percauçoenz para os erros naó Serem taó Crassos. DeveSse advertir, que os accentos Saó três, agudo, grave, e Circumflexo. O accento agudo fere, ou faz que firmos a voz, ou aSilaba em que carrega com huá pronuncia inteiramente Longa: como *Verbi gratia* Sobéca, e Charnéca e&r<sup>a</sup>. O accento grave abaixa a voz, faz que a pronuniemos com hum Som maiz brando, e sepoém Sobre a propoziçáo à: como *Verbi gracia* à Joaó à Pedro, à Lisboa, à Pariz. O accento Circunflexo, naó fere, naó Levanta, nem abaixa àvoz, e Se poem̃ Sobre o ê: como *verbi gratia* Lamêgo.

Tambem devemos usar do Apostrofe, que tem oSseu<sup>74</sup> Lugar napropeziçáo de, e nas adjuçoens Silabicas me, te, Se, e&r<sup>a</sup>. Quando adjecçáo, que Se lhes Segue principia por Vogal: *Verbi gracia*, d'Almeyda, d'Almada d'OLanda, e&r<sup>a</sup>. Na adjecçáo m'obriga, m'honra, m'afflige e&r<sup>a</sup>. T'afflige, t'apreSsa, t'inspira e&r<sup>a</sup>.

#### Voz das Letras Capitaes, ou Letras grandez

DeveSse<sup>75</sup> escrever com Letra Capital Deos, Jesus, Christo. To-

(p. 25v) Todos os nomes proprios prncipiaó por Letra capital: *Verbi gratia*, Pedro, Joaó, Manoel, e&r<sup>a</sup>. Maria, Antonia, Thereza, Raymunda.

Principiaó por Letras Capitaés os nomes de dignidades: como *Verbi gratia* Bispo, Governador, Coronel, Brigadeiro, Sargento Mor Capitam e&r<sup>a</sup>.

Também principiaó por Letra Capital os nomes de Reynos, Cidades, Villas, Portugal, Castella, França, Napoles Sardenha e&r<sup>a</sup>. Lisboa, Coímbra, Porto, Braga, Miranda e&r<sup>a</sup>. Extremoz, Borba, Almada, Mafra, Recife e e&r<sup>a</sup>.

Tambem os nomes de Artes: Pintor, Ourivez, Selleyro, Çapateiro e&r<sup>a</sup>.

Toda a escripta, e todo o discurso de qualquer qualidade, que Seja principia sempre com Letra Capital, depois de ponto se deve Seguir Sempre Letra Capital. Todo o Parrafo (sic) principia por Letra Capital. Todos os Versos principiaó na mesmaforma que Se Ler com perfeiçáo eSentido. Se deveguardar as vírgulas, os pontos de interrogaçáo', de admiraçáo', observandoSse<sup>76</sup> estas breves advertências. Faraó os Mestrez Serviço a Deos, eao pubLico, que hé aquillo, a que todos devemos (fl. 26) aspirar, os que quisermos viver como homens, e Como Catholicos, de que nos devemos prezar como Raciocinaez<sup>77</sup>.

Para ilustrar, se coloca como exemplo um relatório sobre o ensino durante a administração de D. José I e do Marquês de Pombal.

<sup>74</sup> Grafado com s caudado.

<sup>75</sup> Grafado com s caudado.

<sup>76</sup> Grafado com s caudado.

<sup>77</sup> Final da Cartilha manuscrita.

## RELATÓRIO DE UM OUVIDOR DE PORTO SEGURO

Ao contrário do que se possa pensar, a alfabetização dos índios foi colocada em prática, existindo vários relatos, especialmente dos Ouvidores, dando notícias das condições em que se encontravam os meninos e meninas, tanto aqueles que frequentavam as aulas quanto os que foram, conforme indicado, encaminhados para os trabalhos como oficiais mecânicos.

É certo que houve a instalação tardia das Aulas Régias, entretanto, as notícias havidas de diversas regiões do Brasil davam conta de que a tarefa de instruir os meninos e meninas estava se cumprindo, não da forma programada, mas de maneira, muitas vezes, improvisada, devido às circunstâncias de cada vila, povoação, aldeia ou lugar, além do desastre do Terremoto de Lisboa, que retornou as atenções para a Metrópole, afetando o cumprimento do Tratado de Madrid.

O segundo ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, no processo de civilizar os índios, tirava-os, ainda pequenos, de seus pais, para afastá-los do que chamava “[...] quase congenitos vícios [...]” e para que esquecessem a língua materna. Em 1771, dizia:

[...] ha escola em que aprendem a ler e escrever 80 meninos e por acaso não há mestre oficial de officio mecanico que deixe de ter algum por aprendiz e dos maiores os mais rusticos a soldada (ANAI, BN, v. 36, p. 225).

Em outros relatos, desse ano e do ano seguinte, o referido Ouvidor tornou a falar no processo civilizatório, ressaltando os resultados positivos que vinha obtendo. Em 1773, escrevia que os mais velhos usavam ainda da língua bárbara,

[...] reprimindo-lha no publico o temor do castigo, mas praticando-a sempre no particular e maiormente com os filhos, que tem na sua companhia, porque dos que lhes tirei para a dos mestres e amos, tanto mais pequenos, tanto mais se veem esquecidos dela”.

E continuava: “Serão perto de 400 os que atualmente existem de um e outro sexo distribuidos a officios e soldada pelas casas dos mesmos brancos” (ANAI, BN, v. 36, p. 225).

No ano seguinte, comunicava que grande parte dos índios já andava de calção, morava em casas cobertas de telhas e providas de móveis como a dos brancos, e que alguns dos que se tinham iniciado no aprendizado de ofícios mecânicos chegavam já a “trabalhar por fora independentes dos mestres” (ANAI. BN, v. 36, p. 239, 266, 272, 277, 324). Existem no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, conjuntos de pequenas folhas de papéis, com exercícios caligráficos de índios alunos do Amazonas e de São Paulo, junto com finos fios de algodão e amostras de rendas (Figura 3).

Em outros núcleos, por vezes, especialmente na região amazônica, foram forçados a se reunir índios de etnias diversas e que, em consequência, falavam dialetos diferentes. Em alguns casos, a língua portuguesa serviu para unificar esses povoadores. O mais frequente, no entanto, nesse caso, foi a presença de um intérprete, – o língua –, que podia ser de origem a mais diversa possível: índio fugido ou civilizado, negro fugido, soldado, letrado, etc. O estudo do papel do “língua”, no século XVIII, bem como o resgate das noções da chamada língua geral, que a língua portuguesa imposta nesse período pela política pombalina fazia proibir, é assunto para outros estudos.

O projeto pombalino foi interrompido pelo terremoto de Lisboa, de 1755, quando todos os esforços se voltaram para a reconstrução da capital da Metrópole. Todos os súditos e conquistas contribuíram para essa reconstrução. Em vão, Machado Monteiro solicitou ao Rei que isentasse os moradores de Porto Seguro dessa contribuição porque eram pobres e sem recursos, não poderiam construir suas casas segundo os planos traçados. Não conseguiu a isenção. Das quase 200 vilas criadas por todo Brasil, no entanto, várias sobreviveram, outras foram anexadas a outras mais importantes e, como era de se esperar, várias desapareceram.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Márcia. Caligrafia artística no século XVIII: Brasil e Portugal enlaçados nas letras de Manoel de Andrade Figueiredo. *Navegações*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 172-178, jul.-dez. 2011.

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997. Apêndice.

ANAIS. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914, v. 32, 36.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Saraiva, 1978.

BAHIA. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia, Colônia, Índios, 1759, maço 603, cad. 32, APEB, ms.

DIRECTORIO que se deve observar nas povoaçoens de índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario, 1758. **Boletim de Pesquisa da CEAM**, Manaus, v. 3, n. 4, p. 85-126, jan.-dez. 1984.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade. **Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar**. Lisboa Occidental: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão, de 1758, e o projeto pombalino. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIOSIDADE, CULTURA E PODER, **Anais [...]**, 3. Buenos Aires, AR, 2010. CDRom.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. De povoado de Santo Amaro do Ipitanga a Municipio de Lauro de Freitas. *In*: ALENCAR, Cristina Maria Macedo de; SCHWEIZER, Peter José (org.). **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas: Alínea, 2008, v. 1, p. 17-48.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **A “civilização” dos Índios e a formação do território do Brasil**. 2004a. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Maria\\_Helena\\_Flexor1\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Helena_Flexor1_artigo.pdf)

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista: a afirmação da vila regular. *In*: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004b, p. 203-257.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, **Anais [...]**, 21. Curitiba, 2002. p. 215-223.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. **Filologia linguística portuguesa**, São Paulo, n. 4, p. 97-157, 2001.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A ociosidade, a vadiagem e a preguiça: o conceito de trabalho no século XVIII. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 95, p. 73-89, 2000.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII. *In*: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, **Anais [...]**, 4. Rio de Janeiro, PROURB. v. 1, 1996, p. 602-620.

LISBOA. AHU. Arquivo Histórico Ultramarino, **Pernambuco**, 26 de fevereiro 1759, cx. 59, doc. s.n., ms.

LISBOA. BNA. Biblioteca Nacional da Ajuda. **Diário da viagem que, em visita**, e correição das povoações da Capitania de S. José [...] no ano de 1774/75 [...] Biblioteca da Ajuda, Lisboa, cota 51-XI-29, ms.

LISBOA. BNA. **Para o governador e Capitam General do Pará**, em 14 de novembro de 1755 [...] Biblioteca Nacional da Ajuda de Lisboa, cota 54-IX-27, n. 16, ms.

LISBOA. BNL. Biblioteca Nacional de Lisboa. **Carta familiar [...]** Códice 113.930, 1752, ms.

SILVA, José Carlos Araújo. A nova escola para ler, escrever e contar e os apontamentos para a educação de um menino nobre: livros para uso no ensino das primeiras letras nas escolas setecentistas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, **Anais [...]**, 4. Goiânia, 2006.

PALÚ, Pe. Lauro. Nova escola para aprender a ler, escrever e contar (1722). **Revista Barroco**, Belo Horizonte, n. 10, p. 97-103, 1978/1979.

UNIVERSIDADE DO MINHO. **Exemplares de diversas sortes de letras tirados da Polygrafia de Manvel Barata**, 1592. Braga: Centro de Estudos Lusíadas, 2009.





# QUESTÕES PALEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA:

A EDIÇÃO DAS OBRAS COMPLETAS DO PADRE  
ANTÔNIO VIEIRA E DO MARQUÊS DE POMBAL

Joana Balsa de Pinho  
Universidade de Lisboa

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto enquadra-se no âmbito do trabalho desenvolvido por um grupo de pesquisa do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa. Esse grupo tem como uma das suas áreas de especialização a edição de fontes documentais relevantes para a história e a cultura portuguesas.

Assim, este texto pretende apresentar dois projetos – dois casos de estudo – onde as questões paleográficas são muito relevantes. Apesar do objetivo desses projetos não ser dos

estudos paleográficos, codicológicos, diplomatísticos, filológicos ou sobre temáticas e questões históricas e literárias concretas, eles proporcionarão o material para que esses estudos aconteçam<sup>1</sup>, mas em si mesmos transcendem o seu âmbito.

Os projetos em análise são a *Obra Completa do Padre António Vieira* (2012-2014) e a *Obra Completa do Marquês de Pombal* (início em 2017)<sup>2</sup>. É nossa intenção, partindo da ação deste grupo e destacando algumas das suas características particulares – e que também vão caracterizar os seus projetos –, partilhar um pouco da sua experiência de trabalho que se quer de referência, destacando questões e reflexões sobre o trabalho paleográfico e a investigação histórica.

Começaremos por indicar o contexto e os antecedentes em que se desenvolveram os projetos das obras completas de Vieira e de Pombal, seguiremos com a definição dos projetos e terminaremos com uma reflexão sobre algumas das principais linhas de força do trabalho realizado por este grupo de investigação, e que atribuem aos projetos e aos seus resultados uma identidade própria, nomeadamente, os maiores desafios que os projetos apresentam ao nível da pesquisa histórica e da edição de texto.

## O CONTEXTO E ANTECEDENTES

Os projetos *Obra Completa do Padre António Vieira* e *Obra Completa Pombalina* surgem no contexto da atividade do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) e do seu grupo de investigação “Metamorfoses da Herança Cultural”.

---

<sup>1</sup> Efetivamente, no âmbito deste projeto, e tendo por base o material editado na *Obra Completa*, foram realizadas diversas iniciativas de investigação complementares de que resultarão vários produtos. Uma tese de doutoramento (PINTO, 2018) posteriormente publicada (PINTO, 2019). Anteriormente, em 2015, realizou-se o Simpósio Internacional “Revisitar Vieira no século XXI”, cujos contributos foram editados em dois volumes pela Imprensa da Universidade de Coimbra (FRANCO; PEREIRA, 2020). Está ainda em preparação um dicionário que também reunirá um conjunto de verbetes que sintetizarão o conhecimento sobre diversas temáticas relacionadas com a vida, obra e tempo de Vieira; a sua publicação está prevista ainda para o ano 2020.

<sup>2</sup> Usaremos estas designações simplificadas, ambos os projetos como são compostos pelas respetivas obras completas e outros produtos, como os dicionários, são designados por Vieira Global e Pombalia – Pombal Global.

O CLEPUL é um dos mais antigos e significativos centros dedicados ao estudo da cultura e da literatura portuguesas, na relação com os mundos lusófono e europeu, existente numa universidade portuguesa, com uma atividade diversificada, significativa e intercultural<sup>3</sup>.

O grupo de investigação 7 – Metamorfoses da Herança Cultural, coordenado pelo Professor Doutor José Eduardo Franco, tem como principal tarefa “revisitar criticamente a herança cultural criada e recriada, recebida e repensada [...], na ótica da história e da literatura como disciplinas científicas principais” (<http://www.clepul.eu/Area/View/7>). A sua atividade tem-se especializado, desde 2009, em dois domínios: a produção e edição de sínteses de conhecimentos (como dicionários e enciclopédias) e a publicação de fontes documentais, consolidando-se como um grupo de pesquisa especializado nessa área no contexto da universidade portuguesa.

Esses dois projetos de obras completas, estudos de caso deste texto, foram antecidos por outros de natureza semelhante, todavia com uma complexidade diferente:

1. Documentação dos Arquivos Secretos do Vaticano (2005-2011): o projeto baseava-se na consulta das fontes históricas, todavia não se procedia à sua edição, apenas ao sumário do seu conteúdo;
2. Obra completa do Padre Manuel Antunes<sup>4</sup> (2005-2012): embora o projeto tivesse uma dimensão significativa, era composto por 14 volumes, os escritos de Manuel Antunes são textos contemporâneos.

Outros dois projetos sucederam e intercalaram-se com as obras completas de Vieira e Pombal, todavia, também relativamente diferentes:

---

<sup>3</sup> Sobre a história, estatutos e estratégias do centro consultar: <http://www.clepul.eu/>.

<sup>4</sup> Manuel Antunes, SJ (1918-1985), influente pensador e pedagogo português do século XX, destacou-se como professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 1957 e 1985 e pelos seus inúmeros escritos em áreas como a literatura, religião e teologia, cultura, política e sociedade. A sua obra completa foi publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian (**Obra Completa Padre Manuel Antunes**, 2007-2011, 13 v.), constituindo o último volume (tomo VII) uma biografia ilustrada.

1. Obra completa de Fernando Oliveira<sup>5</sup> (2014-em curso): a edição é apenas composta por oito volumes, algumas obras são impressas e outras não eram inéditas; tem, todavia, o desiderato de pela primeira vez publicar a tradução de uma das obras mais importantes deste humanista, a *Ars Nautica*;
2. Obras pioneiras da cultura portuguesa (2015-2019): foi um projeto em que a componente de investigação foi bastante restrita, pois o *corpus* documental a editar estava estabelecido, embora algumas obras fossem inéditas. As questões mais complexas relacionavam-se com a edição dos textos, pois o seu âmbito cronológico abrangia do século XIII ao XIX e diferentes tipologias documentais, desde textos literários a científicos, uma vez que o escopo da coleção era a publicação dos primeiros textos escritos em português e por portugueses em cada uma das principais áreas de conhecimento.

Assim, no âmbito dos projetos de edições de fontes promovidos pelo grupo de investigação 7 do CLEPUL, a paleografia é usada como competência básica para a transcrição dos textos, nomeadamente os medievais e modernos. Ainda que não se desenvolvam estudos paleográficos ou diplomatísticos, como já foi referido, pois o objetivo dos projetos é a edição textual, a paleografia de leitura é o que garante a qualidade do resultado final do trabalho publicado e uma das principais especialidades dos investigadores que integram este grupo de pesquisa e de trabalho.

## A OBRA COMPLETA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

O Padre António Vieira, padre jesuíta, foi o mais famoso pregador da história portuguesa; figura maior da cultura de Portugal e do Brasil, viveu entre dois continentes e é autor de um conjunto de escritos muito diversificados: epistolografia, parenética, textos

---

<sup>5</sup> Fernando Oliveira foi um dos mais relevantes humanistas portugueses, com uma obra diversificada e pioneira; professou na Ordem de São Domingos e escreveu sobre gramática, história, construção naval e arte de navegar. Vejam Morais (coord., 2009), com diversos estudos de síntese e referências para bibliografia mais especializada. A sua obra completa irá ser publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian e os primeiros volumes deverão estar disponíveis durante o ano de 2020.

proféticos, textos económicos, escritos em defesa dos índios e dos judeus, teatro e poesia<sup>6</sup>. Uma figura versátil, como vemos, considerado por Fernando Pessoa – uma outra figura maior da Cultura Portuguesa – como o imperador da língua portuguesa pela forma como magistralmente fazia uso da língua para se exprimir, textos que ainda hoje espantam pela argumentação retórica e raciocínio sofisticado.

O imperador da língua portuguesa, muito estudado, tanto em Portugal como no Brasil, mas de forma parcelar e também parceladamente editado, teve que esperar mais de dois séculos para que a sua obra completa viesse à luz do dia, pois os projetos de edição da sua obra saíram gorados, desde o século 19 ao 21<sup>7</sup>.

O projeto de edição desta obra completa, em 30 volumes, que decorreu de inícios de 2012 até 2016, foi dirigido por José Eduardo Franco e Pedro Calafate, em duas fases, de 2012 a 2014, a edição pelo Círculo de Leitores e de 2014 a 2016, a replicação da mesma edição pela editora brasileira Loyola. Todavia, um projeto desta natureza e dimensão, tal como acontece com a Obra Completa Pombalina, só se conseguiu concretizar com uma vasta equipe composta por membros permanentes, investigadores dedicados diariamente durante vários anos a distintas tarefas e colaboradores mais esporádicos, designadamente dedicados a áreas ou temáticas específicas. Equipe vasta referenciada no organograma geral do projeto, mas cujos nomes não constam de capas, nem de folhas de rosto, porém sem o trabalho da qual não teria sido possível a concretização deste projeto.

## A OBRA COMPLETA POMBALINA

Na designação deste projeto, optou-se pela expressão “pombalina” e não “do Marquês de Pombal”, ou seja, “Obra completa pombalina” e não “Obra Completa do Marquês de Pombal”. Pois, sabemos que Pombal não foi o autor material de algumas das obras que lhes são atribuídas, mas interviu nelas, ou encomendando-as ou corrigindo-a, por

<sup>6</sup> Sobre a vida e obra do Padre Antônio Vieira, a bibliografia é vasta e muito tematizada; destaque-se Franco e Calafate (2012-2014), pois os diferentes volumes integram introduções com abundantes dados biográficos e também inúmeras referências bibliográficas especializadas. De referir, todavia, os estudos clássicos de Azevedo, (1918-1921); *Brotéria...* (1997); Besselaar (1981); Franco (2009).

<sup>7</sup> Em Franco e Calafate (2013, t. 1, v. 1, p. 24-30) veja-se informação sobre os diversos projetos de edição da obra vieiriana.

isso o conceito pombalino é mais vasto e operativo, e parece ser o que melhor se adequa à natureza da obra escrita de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O Marquês de Pombal foi um dos mais relevantes estadistas portugueses; promotor do despotismo iluminado, foi um político hábil que desenvolveu a sua carreira entre a diplomacia, atuando em Londres e Viena, e o desempenho do cargo de secretário de estado do Ministério do Reino – equivalente a primeiro ministro, entre 1750 e 1777, durante o reinado do rei D. José I. Ganhou destaque após o terremoto de 1755, que destruiu a capital do reino, organizando as diferentes respostas sociais, económicas e até urbanísticas a tal desaire<sup>8</sup>.

Kennet Maxwell (2001), um importante historiador britânico, definiu-o como um paradoxo do iluminismo; descreve-o usando as palavras de um dos colaboradores de Pombal, Ribeiro dos Santos, “[Pombal] quis educar a Nação e ao mesmo tempo escravizá-la. Quis espalhar as luzes do conhecimento filosófico e ao mesmo tempo aumentar o poder despótico da Monarquia”. E continua, já com palavras suas, que “este paradoxo, que não é invulgar entre os absolutistas europeus do século XVIII, [...] talvez tenha em Portugal o seu exemplo mais extremo” no Marquês de Pombal (MAXWELL, 2001, p. 16).

Pombal é efetivamente uma figura controversa, cuja ação se move entre a inovação e o exercício de um poder repressivo, de que é exemplo paradigmático a reforma da Universidade de Coimbra, o fim da distinção entre cristãos novos e cristãos velhos, a promulgação da lei de abolição da escravatura, e as inúmeras iniciativas de promoção do comércio e da indústria. Esse mesmo homem foi responsável pelo famoso processo dos Távoras – que executou parte da família Távora, alegando o seu envolvimento no atentado ao rei D. José I, e também protagonizou repressões diversas à população como o caso do incêndio que ordenou em Monte Gordo para que os pescadores que aí viviam se transferissem para Vila Real de Santo António, vila que mandara edificar de raiz na zona este do Algarve.

---

<sup>8</sup> Sobre a vida, obra e época do Marquês de Pombal vejam-se, entre outros, Serrão (1982), Maxwell (2001) e Monteiro (2008).

Dada a sua vida e os cargos públicos que ocupou em diversos âmbitos, a sua obra escrita inclui textos administrativos, diplomáticos, económicos, legislativos, pedagógicos, mas também apologéticos e historiográficos e um conjunto muito significativo de documentos pessoais, como são as cartas familiares.

A *Obra completa Pombalina*, que integra um projeto mais vasto designado Pombalia – Pombal Global, é um projeto que ainda está em curso e do qual nasceu um mais delimitado designado “Para a construção de um corpus pombalino: Parte I – Os Escritos Historiográficos Pombalinos”<sup>9</sup>. O projeto da obra completa pretende identificar todos os escritos da autoria material e/ou intelectual do Marquês de Pombal ou escritos a ele atribuídos, para, posteriormente, proceder à sua edição. A direção científica deste projeto é da responsabilidade de José Eduardo Franco (Universidade Aberta), Pedro Calafate (Universidade de Lisboa) e Viriato Soromenho-Marques (Universidade de Lisboa). A esses três diretores junta-se um conjunto de coordenadores, por áreas temáticas ou técnicas, e uma vasta equipe de investigadores especializados que assegurarão o cumprimento das tarefas necessárias à concretização do projeto.

Como este é um projeto em curso, considera-se relevante fazer um ponto de situação da investigação ao momento, pois os seus contributos para o ponto seguinte deste texto é ainda muito limitado. Assim, a primeira etapa deste projeto, fase na qual nos encontramos, procura identificar os arquivos e acervos documentais relevantes, por um lado, tendo em conta o estado da arte, e, por outro, a realização de pesquisas próprias por parte da equipe de investigação em arquivos e bibliotecas.

Assim, a partir de maio de 2017 procedeu-se ao elenco de toda a bibliografia passiva sobre Pombal e a época pombalina. Esse levantamento teve por base o catálogo bio-bibliográfico editado pela Biblioteca Nacional de Portugal, em 1982, por ocasião do centenário da morte de Pombal. O conteúdo desta obra foi posteriormente complementado, pois terminava em 1982, com as obras publicadas até 2017, através da consulta de diversas

---

<sup>9</sup> Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência PTDC/HAR-HIS/32197/2017.

bases de dados bibliográfica e repositórios digitais. As informações recolhidas foram sistematizadas numa tabela com campos pré-definidos.

Concluída esta tarefa, e até março de 2019 (apenas com uma interrupção de cerca de 9 meses), foram consultados os cerca de 2.600 títulos que compunham a tabela, com a intenção de constituir uma base de dados de documentação pombalina, escrita ou atribuída a Pombal, ou seja, um elenco de bibliografia ativa. Este projeto quis assumidamente partir do estado da arte, o que permite beneficiar de todas as investigações realizadas anteriormente e, reconhecendo-as, adquirir uma base sólida como ponto de partida da nossa própria pesquisa.

De abril de 2019 até ao momento, a equipe de investigação tem-se dedicado a proceder à verificação da informação contida no levantamento da bibliografia ativa, que constava à data de c. 6.500 documentos, e a realizar a sua atualização. Essa tarefa tem como objetivo verificar se houve alteração de cotas, completar elementos em falta nas referências ou mesmo corrigir equívocos na indicação de algum elemento e averiguar se existem documentos não identificados pelos investigadores em pesquisas anteriores, ou seja, pesquisar a existência de documentos inéditos.

A equipe organiza-se em pequenos grupos de trabalho, os mais jovens e com menos experiência em regime de tutoria, acompanhados pelos investigadores séniores, em diferentes arquivos e bibliotecas, e até finais de dezembro de 2019, o número de documentos pombalinos inventariados, face aos registados inicialmente, em abril, mais que triplicou.

## **LINHAS DE FORÇA E CONSTANTES**

Após a apresentação, embora sumária, dos dois projetos, é possível constatar que existe na ação deste grupo de investigação algumas linhas de força, as quais queremos destacar em função de uma reflexão sobre o trabalho realizado e do que se está a realizar.

Uma primeira ideia a realçar é que este grupo de pesquisa está especialmente dedicado à edição de textos relevantes para a história e a cultura portuguesas; trabalha



tendo em vista o global, e o seu objetivo é realizar um trabalho de fundo sistemático sobre documentos ou figuras de relevo, que se destacaram desde a época medieval à moderna (séculos XIII a XVIII), e cuja produção literária nunca foi editada na totalidade. Atua preferencialmente no contexto de obras completas parcialmente inéditas; e só em casos raros na edição de textos isolados.

Como segundo ponto de destaque, referi que o enfoque do trabalho deste grupo está na investigação, nomeadamente histórico-documental, embora a sua ação seja interdisciplinar; esse ponto tem alguma importância sobre a tipologia de projetos que se desenvolvem: na sua metodologia de implementação e no processo de trabalho. Quase todos os projetos exigem sempre uma reforçada componente de investigação, que é crucial e profundamente demorada. A edição dos textos é antecedida por um rigoroso trabalho de pesquisa, pois o foco é a constituição de uma obra completa, o que implica a delimitação de um *corpus* que deve incluir tendencialmente a totalidade da produção escrita do autor. Esta investigação procura definir esse *corpus* documental em duas dimensões distintas: por um lado, sistematizar o elenco das obras produzidas por determinado autor, por outro, identificar um maior número possível de testemunhos documentais de cada obra, para posteriormente se proceder conscientemente à escolha do testemunho mais adequado para a transcrição paleográfica e posterior fixação textual. Os textos são valorizados pela sua componente filológica, mas também literária, material e testemunhal ou histórica.

Para o reconhecimento e reunião de todos os textos conhecidos de um mesmo autor, em formato de autógrafos, apógrafos e até apócrifos, originais e cópias, a identificação e caracterização da mão do autor é feita através de uma análise paleográfica, partindo de documentos autógrafos que possibilitem de forma inequívoca tal caracterização; esta foi particularmente relevante no caso da obra completa do padre António Vieira e também será para o caso de Pombal.

Uma das questões que mais influencia a quantidade dos testemunhos documentais existentes para cada texto é o impacto tido pelos próprios autores e pelas suas obras. E esta transmissão documental, coeva ou posterior, que origina uma grande diversidade documental, vai também condicionar o trabalho de publicação das obras completas. Ambos,

Vieira e Pombal, alcançaram um grande impacto. A título de exemplo, o jesuíta que abordou temas fraturantes para a sociedade epocal pronunciou-se contra a escravatura, defendeu os judeus e os cristãos novos, foi pregador real em várias cortes e criticou o modo de agir da Inquisição (ele próprio foi alvo de um processo inquisitorial e esteve preso). Essa vida cheia originou inúmeras cópias dos seus escritos originais, escritos de atribuição duvidosa e também alguns apócrifos; de igual modo, alguns dos seus textos foram impressos em vida ou pouco depois da sua morte. Curiosamente, existem muitas compilações de textos do Padre António Vieira; quase todas datáveis do século XIX, maioritariamente copiadas por uma mesma pessoa, encadernadas em um ou mais volumes, podendo ser temáticas, e contendo os escritos mais relevantes do jesuíta.

A existência de múltiplos testemunhos, entre originais e cópias, impressos e manuscritos, origina a necessidade de uma seleção muito cuidada e criteriosa quando se estrutura e edição de uma obra completa; existindo autógrafos serão esses os escolhidos; subsistindo apenas cópias, essas serão analisadas procurando a que apresente a versão textual mais consistente e/ou antiga.

Apesar de parte da produção escrita de Vieira estar identificada e até publicada, a existência dessas edições anteriores não revoga a importância de uma obra completa, e o mesmo é válido para Pombal, pelo contrário, é relevante a publicação do conjunto da obra com critérios uniformes. Todavia, a investigação que antecedeu a edição da obra de Vieira relevou alguns textos inéditos – cartas num arquivo particular, alguns textos em fundos dispersos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e um conjunto de escritos de difícil leitura que até ao momento ainda não tinham sido lidos, transcritos e editados. Referimo-nos aos apensos ao processo de Vieira no Tribunal da Inquisição Lisboa; textos avulsos escritos pelo próprio, apreendidos pelo Tribunal aquando da acusação e prisão do jesuíta e que constituam apensos ao processo<sup>10</sup>. A dificuldade de leitura residia, sobretudo, no seu mau estado de conservação e no facto de se constituírem como rascunhos, em alguns casos muito rasurados, emendados e acrescentados. Foi a habilidade competente dos nossos

---

<sup>10</sup> Veja-se a edição do processo de Vieira na Inquisição e destes escritos em Franco e Calafate (2014, t. 3, v. 1 e v. 4).

paleógrafos que permitiu resgatar esses textos e, pela primeira vez, poder dar a conhecer o seu conteúdo. Esses escritos constituíam parte de uma das obras mais importantes de Vieira, a *História do Futuro*, de carácter profético, que ficou incompleta e a qual podemos, com o trabalho de investigação realizado no âmbito deste projeto, acrescentar mais um terço ao que era conhecido.

Se para o caso da obra completa de Vieira a tarefa de definição do *corpus* documental a editar foi complexa, para o caso de Pombal está a revelar-se, isto devido aos cargos políticos que Pombal assumiu. No desempenho dos seus ofícios, foi autor de muitos documentos, nomeadamente de carácter administrativos, o que implica o estabelecimento de um cuidado e sistemático método para o levantamento da documentação; e como já foi referido é nesta fase que presentemente o projeto se encontra.

Sabemos, também, que Pombal, em alguns casos, não foi o autor material de algumas obras, mas que essas se consideram “pombalinas”, pois interviu nelas, ou encomendando-as ou corrigindo-as. É o caso da *Dedução Cronológica e Analítica*, de José de Seabra da Silva, obra de carácter historiográfico, encomendada por Pombal e editada em 1767<sup>11</sup>. Esse texto de que temos a versão editada ainda em vida de Pombal, foi por ele encomendada, como referem algumas cartas e testemunham uma versão manuscrita corrigida e anotada pela sua mão<sup>12</sup>; é importante referir que essas anotações e emendas foram integradas na versão final dos textos impressos. O conteúdo dessa obra remete para um dos aspectos chaves da política pombalina – o antijesuitismo (que culminou com a expulsão dos jesuítas); por esses motivos esse texto é considerado uma obra pombalina e será publicado no âmbito do projeto da obra completa e casos semelhantes serão tratados de igual modo.

O terceiro tópico que consideramos essencial é que os volumes que se publicam no contexto desses projetos são compostos pela edição dos textos, texto introdutório

<sup>11</sup> *Dedução chronológica e analítica na qual se manifestão pela successiva serie de cada hum dos reynados da Monarquia Portuguesa, que decorrerão desde o Governo do Senhor Rey D. João III até o presente, os horrosos estragos, que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal, e todos os seus domínios por hum plano, e systema por ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reyno, até que foi delle proscripta, e expulsa pela justa, sabia, e providente Ley de 3 de Setembro de 1759*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768, 3 v. Versão consultada: Biblioteca Nacional de Portugal, H.G. 2566 V., H.G. 2567 V. e H.G. 2568 V.

<sup>12</sup> A versão manuscrita da *Dedução Cronológica e Analítica*, anotada e corrigida por Pombal encontra-se em Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, PBA 444 e PBA 445.

explicativo, notas de vocabulário e contextuais (sínteses bio-bibliográficas de autores citados, explicitação de referências e de acontecimentos ou factos relatados, entre outros).

A edição do texto segue critérios relacionados com um público-alvo determinado – o público não especializado, por isso promove-se uma normalização e atualização ortográfica (incluindo a adaptação ao acordo ortográfico de 1990)<sup>13</sup>. Embora estejam ainda em elaboração, os critérios para a fixação do texto da *Obra Completa Pombalina* não se afastarão muito do que foi definido para a obra vieiriana, principalmente ao nível dos seus pressupostos. Ainda Lemos, supervisora linguística da *Obra Completa do Padre António Vieira*, destaca no texto dos critérios de transcrição textual que esses procuram criar “condições de legibilidade e fruição do texto para leitores” sem formação filológica, assegurando, no entanto, o respeito pelas especificidades dos textos, incluindo a tradição editorial anterior (FRANCO; CALAFATE, 2013, t. 1, v. 1, p. 35). Dito de outro modo,

[...] subjacente aos princípios que nortearam a adoção das normas de transcrição textual desta edição esteve a *razão do leitor*, ou seja, uma estratégia editorial que procura ir ao encontro de uma grande diversidade de interesses, objetivos e formações de todos os potenciais leitores, facilitando-lhes o acesso ao texto (FRANCO; CALAFATE, 2013, t. 1, v. 1, p. 35).

Embora sabendo que muito investigadores e especialistas em edição de texto rejeitam esta tipologia de edições, pois consideram mais relevantes e prestigiantes aquelas que se assemelhem a edições críticas ou semidiplomáticas destinadas a especialistas, a experiência comprova que também ao leitor comum se deve dedicar atenção e trabalho – é um serviço à cultura e à educação. Ganha ainda mais força este argumento quando constatamos que alguns dos volumes da *Obra Completa do Padre António Vieira* venderam, só em Portugal, mais de nove mil exemplares.

Todavia, não se descarta a hipótese de em um momento futuro poder organizar o material de trabalho que serviu de base a essas edições e disponibilizá-lo na sua forma de transcrição semidiplomática, de modo a servir outros públicos.

---

<sup>13</sup> Ver o elenco detalhado dos “Critérios de transcrição textual” da *Obra Completa do Padre António Vieira*, cf. Franco e Calafate (2013, t. 1, v. 1, p. 35-38).

Nesses dois projetos, o editor é assumidamente um mediador entre o leitor e o texto (FRANCO; CALAFATE, 2013, t. 1, v. 1, p. 35), neste sentido, além da atualização ortográfica e da pontuação, introduz-se um número limitado de símbolos e notas relativas a operações editoriais e as intervenções do editor são identificadas – incluindo correções e acrescentos –, colocando-se em notas de rodapé as ocorrências originais. Os critérios são explicitamente apresentados em cada volume e as fontes documentais, a partir da qual foi feita a fixação textual, são referenciadas no início do texto.

Em quarto lugar, queríamos destacar que se procura desenvolver e adoptar um método de trabalho que, servindo às necessidades dos projetos e da equipe, possa assegurar a qualidade final do trabalho. Com os projetos que antecederam as obras completas de Vieira e Pombal muito se aprendeu, e essa aprendizagem permite tomar decisões mais informadas e aperfeiçoar o método.

O trabalho é organizado tendo em conta, e no essencial, as seguintes fases: inventário dos testemunhos documentais – seleção do testemunho a partir do qual fazer a fixação textual – transcrição paleográfica semidiplomática – revisão da transcrição – fixação textual de acordo com os critérios definidos – revisão da fixação – preparação preeditorial e revisão geral dos textos e notas – 1.<sup>a</sup> prova (leitura global) – 2.<sup>a</sup> prova (contraprova e resolução de dúvidas) – 3.<sup>a</sup> prova (contraprova e uniformizações e revisões finais); em casos excepcionais e de necessidade podem-se rever um maior número de provas.

As transcrições paleográficas – que são a base (e o sucesso) de qualquer trabalho de edição – são feitas pelos investigadores da equipe, não se recorrendo a transcrições de outros estudiosos nem a ferramentas digitais; os textos, ou melhor, as suas transcrições são digitadas recorrendo a um programa informático de processamento de textos. Edições distintas e anteriores à nossa são consideradas para determinadas operações editoriais, como resolução de lacunas textuais ou sugestões de opções de atualização/correção dos textos, procurando, quando conveniente, e para determinadas obras, atender à sua tradição textual e editorial.

O último ponto a referir é a constituição de uma equipe de trabalho qualificada que atenda criteriosamente a diferentes fases de trabalho – com formação na área da história e

da paleografia e em letras, linguística ou ciências literárias. Essa equipe de trabalho é complementada por um conjunto de especialistas em diferentes áreas que sejam relevantes para o projeto, que se organiza num conselho científico para assessorar a equipa de trabalho. Esse órgão quer-se abrangente e internacional e a sua composição está relacionada com a necessidade de estabelecimentos de redes, valorização do trabalho efetuado e empoderamento da investigação que se realiza.

Naturalmente, para a *Obra Completa do Padre António Vieira*, a ênfase foi luso-brasileira porque o jesuíta viveu entre Portugal e o Brasil e desencadeou estudos científicos em ambos os países e os maiores especialistas nos temas vieirianos encontram-se em ambos os lados do Atlântico. O caso pombalino será um pouco diferente, pois o Marquês de Pombal desempenhou cargos em vários países Europeus e a sua atividade administrativo-jurídica afetou vários países do mundo onde existia presença portuguesa. Todavia, é certo, não se poderão realizar os levantamentos documentais necessários sem o apoio de equipas locais, em cada um destes países, estando em curso o estabelecimento de parcerias e redes de colaboração, nomeadamente no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que se desenvolve a partir do grupo de pesquisa *Metamorfoses da herança Cultural do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias* procura ir ao encontro de lacunas científicas e culturais existentes em Portugal. Neste sentido, este grupo desenvolve uma ação contínua de publicação de obras completas de autores relevantes no contexto da história e da cultura nacionais. Este trabalho exige uma equipe permanente especializada e o estabelecimento de redes de trabalho com grupos e profissionais de outras universidades, especialidades e países.

O estabelecimento e implementação de uma metodologia de trabalho experimentada, consistente, aperfeiçoada a cada projeto, que envolva em cada momento os investigadores com as características e competência científicas necessárias, é fundamental, pois assegura a qualidade final do trabalho. Neste contexto, contar com investigadores com formação e prática de trabalho nas áreas da história, da paleografia, da crítica textual e da filologia são

essenciais. A edição de texto é em si mesma uma área de trabalho multi e interdisciplinar em que cada uma dessas áreas desempenha um papel muito relevante. O trabalho de edição de texto não se esgota em si mesmo, ele permite proporcionar aos investigadores e estudiosos, que se dedicam a questões históricas, mas sem formação em história, uma ferramenta de trabalho e, também por isto, é um trabalho de uma enorme responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João Lúcio de. **História do Padre António Vieira**: com factos e documentos novos. 2 v. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918-1921.

BESSELAAR, José van den. **Padre António Vieira**: o homem, a obra, as ideias. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

BROTÉRIA, **Cultura e Informação**, v. 145, out./nov. de 1997.

FRANCO, José Eduardo (coord.). **Entre a selva e a corte**: novos olhares sobre Vieira. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

FRANCO, José Eduardo, CALAFATE, Pedro (dir.). **Obra completa Padre António Vieira**. 30 v. [S.l.]: Círculo de Leitores, 2013-2014.

FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Paulo Silva Pereira (dir.). **Revisitar Vieira no século XXI**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2 v., 2020.

MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José I**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

MORAIS, Carlos (coord.). **Fernando Oliveira**: um humanista genial. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

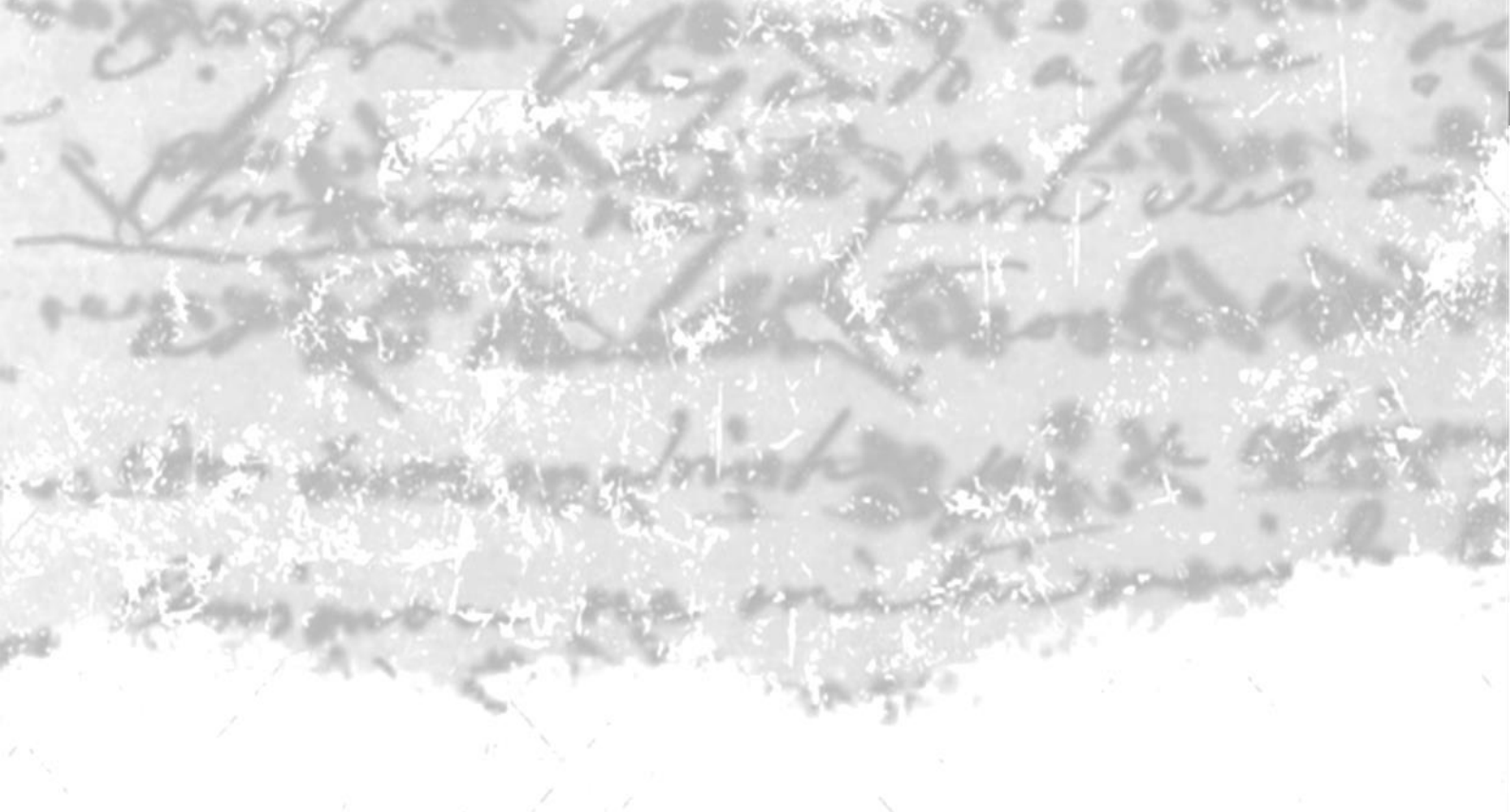
OBRA Completa Padre Manuel Antunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 13 v., 2007-2011.

PINTO, Porfírio. **Choupanas e palácios**: a arquitetura teológica da obra do Padre António Vieira. 2018. 375f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Cultura e Comunicação) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2018.  
Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/32654>

PINTO, Porfírio. **Choupanas e palácios**: a arquitetura teológica da obra do Padre António Vieira. Lisboa: Paulina, 2019.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Marquês de Pombal**: o homem, o diplomata e o estadista. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa; Oeiras e Pombal, 1982.





# MANUSCRITOS ANTIPOMBALINOS E OLHAR PALEOGRÁFICO

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo  
Universidade Federal de Sergipe / POMBALIA

Edna Maria Matos Antônio  
Universidade Federal de Sergipe

## INTRODUÇÃO

A relevância de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, e de sua atuação nos campos da economia, da política interna e externa e da cultura legou à posteridade uma vasta obra autógrafa ou diretamente inspirada por ele. O Primeiro Ministro do Rei D. José I é um dos homens que teve e tem (historicamente falando) uma das mais consistentes projeções internacionais. Como nos apontam Oliveira e Franco (2016),

tratar de Pombal é, ao mesmo tempo, tratar da construção do Brasil, pois ele pode ser considerado como nosso proto-fundador.

Assim, este artigo pretende apresentar, em linhas gerais, o andamento inicial da pesquisa relativa ao Projeto internacional *Pombal Global (Pombalia)* desenvolvida no âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na cooperação entre os programas de pós-graduação em Letras (PPGL) e História (PPGHIS). Mais detalhadamente, iremos descrever o *corpus* com o qual estamos trabalhando neste momento, que é o Manuscrito I-07,16,026, da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e se intitula *Artigos em prosa e verso contra o marquês de Pombal e seu governo*. Na sequência, faremos alguns apontamentos paleográficos sobre o documento, centrados na morfologia da escrita, na disposição de *ductus*, módulo e ângulo da escrita (SAMARA, 1986; ACIOLLI, 1994; SÁNCHEZ PRIETO, 2004).

Para darmos conta da nossa proposta, faremos, inicialmente, uma breve exposição do Projeto Pombalia (FRANCO; CALAFATE; SOROMENHO-MARQUES, 2017). Em seguida, remontaremos a uma contextualização histórica do período pombalino (FALCON, 1986; MAXWELL, 1996; NOVAIS, 2005) para que se entenda a inserção das chamadas obras antipombalinas (ALVES, 2011) nesse lapso temporal. Depois dessa apresentação, faremos a descrição do *corpus* e a análise paleográfica inicial.

## **SOBRE O PROJETO POMBALIA**

O Projeto de pesquisa *Pombalia* ou *Pombal global* é uma iniciativa de três pesquisadores portugueses: José Eduardo Franco (Universidade Aberta de Lisboa), Pedro Calafate (Universidade de Lisboa) e Viriato Soromenho-Marques (Universidade de Lisboa). Levando em conta a importância multidimensional de uma figura como Sebastião José de Carvalho e Melo, seria importante ter uma obra que recolhesse todos os seus escritos diretos e indiretos. Desse modo, tal projeto vislumbra a constituição de uma obra, criticamente anotada, que consiga congrega edições de manuscritos e impressos pombalinos, muitos deles ainda inéditos, dispersos ou mal conhecidos.

A concepção dos coordenadores do projeto é a de que a construção de uma obra completa pombalina abre possibilidades científicas mais consistentes tanto para o conhecimento biográfico de Pombal quanto para o estabelecimento de bases do seu pensamento e de suas ações em diversas searas do território português peninsular e extra peninsular. Segundo os idealizadores do *Pombalia*,

A viabilização deste projeto de investigação e edição preencherá, sem dúvida, um vazio grave da nossa cultura, que especialistas e interessados no período pombalino identificam recorrentemente e cuja urgência em colmatar reivindicam há muitos anos. (FRANCO; CALAFATE; SOROMENHO-MARQUES, 2017, p. 3)

Ainda de acordo com os autores supramencionados, a lacuna por conta da inexistência de uma edição contendo a obra completa do Marquês é um dos grandes obstáculos que se impõe aos pesquisadores que se dedicam ao século XVIII português. Diante desse fato, outras questões se colocam por conta dessa ausência, principalmente no que concerne à falta de fontes confiáveis e disponíveis para estudos da história da mentalidade iluminista portuguesa bem como das condições conjunturais da formação do Estado contemporâneo nacional. Dessa forma, verificamos que

Concomitantemente, por carência da compilação da totalidade da obra do Marquês de Pombal, tem-se tradicionalmente absolutizado um conjunto contraditório de interpretações sobre o real papel deste ministro do reino nas profundas transformações políticas, económicas, pedagógicas e de costumes que varreram Portugal na segunda metade do século XVIII. Tal contribuiu fortemente para a consolidação, no imaginário histórico português, do “mito” do Marquês de Pombal, que a copiosa bibliografia passiva adorna positiva e negativamente, num balancear que apenas novas investigações, fundadas na futura obra completa publicada do Marquês de Pombal, poderão superar, estatuidando o real e legítimo papel da ação do Marquês na evolução histórica de Portugal. (FRANCO; CALAFATE; SOROMENHO-MARQUES, 2017, p. 3)

Como podemos depreender das constatações apresentadas anteriormente, a relevância de uma publicação dessa magnitude contribuirá sobremaneira para que, de modo gradual, se consiga (re)dimensionar a construção do mito do Marquês de Pombal, buscando centralizar as especulações a seu respeito a um plano que seja historiograficamente factível, real e alcançável tentando, assim, “[...] resgatar uma

verdadeira omissão histórico-cultural da historiografia portuguesa” (FRANCO; CALAFATE; SOROMENHO-MARQUES, 2017, p. 4).

Assim sendo, o projeto *Pombal global* reúne como objetivo, primeiramente, fazer o levantamento de todas as fontes que tenham sido escritas de modo autógrafo pelo Marquês de Pombal ou que por ele tenham sido diretamente inspiradas. Em seguida, buscar-se-á a identificação, levantamento e consulta da bibliografia passiva, de forma a construir e organizar um banco de dados relativo à bibliografia ativa, manuscrita (autógrafos e apógrafos) e impressa, tendo em conta os originais e cópias, identificada nos estudos e investigações anteriormente realizados. A partir das fontes levantadas, tomando o rigor filológico da Crítica Textual, será preparada uma edição crítica, atualizada e anotada de toda a obra recenseada. A ideia inicial é ordenar a publicação em 10 áreas temáticas (tomos), que serão distribuídas por 32 volumes, a saber: Obra historiográfica (7 volumes), Obra política (2 volumes), Obra apologética (2 volumes), Obra pedagógica (3 volumes), Obra jurídico-legal (5 volumes), Escritos econômicos (1 volume), Escritos administrativos (3 volumes), Correspondências (5 volumes), Escritos de teor artístico e urbanístico (2 volumes) e, finalmente, um *Varia* (2 volumes).

Este projeto conta, no momento, com diversas parcerias nacionais e internacionais. No caso específico do Brasil, conta, por exemplo, com a Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e com diversos programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras. Nosso caso, em particular, centra sua atenção na Universidade Federal de Sergipe, onde o *Pombalia* está vinculado a três programas de pós-graduação: História (sob a coordenação da professora Doutora Edna Maria Matos Antonio), Educação (sob a coordenação do Professor Doutor Luiz Eduardo Meneses de Oliveira) e o de Letras (sob a coordenação do Professor Doutor Sandro Marcio Drumond Alves Marengo). Assim, este trabalho que ora apresentamos é um dos múltiplos diálogos traçados entre as três frentes do *Pombal global* dentro do Estado de Sergipe.

Acreditamos, dessa maneira, que o desenvolvimento deste projeto nesses campos dialógicos do conhecimento possa contribuir, para além de um conhecimento biográfico e bibliográfico, com uma compreensão mais abrangente e consistente, impulsionada por

fontes concretas e fidedignas, sobre Sebastião José de Carvalho e Melo. Nesse estudo em particular, apresentaremos uma das fontes recolhidas na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ) que trata de um manuscrito que expõe diversos tipos de textos que encerram em seu conteúdo críticas tanto ao Marquês de Pombal quanto ao seu governo. A esse conjunto chamaremos de obras antipombalinas e a elas nos dedicamos na seção seguinte.

### CONTEXTUALIZANDO HISTORICAMENTE AS OBRAS ANTIPOMBALINAS

As reformas pombalinas têm suscitado renovado interesse como objeto e problematização histórica. Considerado pela historiografia luso-brasileira como divisor de águas na prática governativa e organização do Estado Português, o período Pombalino (1750-1777) incita-nos ao questionamento acerca da natureza e características do governo metropolitano que vigorou durante a segunda metade do século XVIII. Historiadores têm olhado para essa fase e, cada qual a seu modo, buscando respostas a questionamentos específicos elegeram traços para demarcar a singularidade dos setecentos. A percepção de um novo estilo de governar foi profunda a ponto de, inclusive, visualizar-se nele um segundo momento da colonização portuguesa na América em virtude da implantação de diretrizes administrativas mais firmes, objetivas e elaboradas. Certamente, a essência da análise do período passa pela avaliação do papel de seu principal protagonista, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), aspecto que sempre dividiu as opiniões, ao que passamos a caracterizar, na sequência, um breve quadro.

Desde os anos finais do reinado de D. José I, textos foram produzidos sobre a vida pública do Marquês de Pombal. Neles, “os historiadores portugueses, como os contemporâneos de Pombal, permaneceram divididos quanto aos méritos e à importância de suas reformas” (MAXWELL, 1996, p. 168). Exaltado pelos liberais, repudiado pelos conservadores, essa divisão não é mera preferência ideológica, pois a avaliação sobre seu desempenho político recebeu qualificações de acordo com o recorte e o privilegiamento de determinados aspectos de seu governo (NOVAIS, 2005). Foi definido como progressista

pelos liberais – que basearam esse atributo ao dar destaque às reformas econômicas liberalizantes –, e despótico pelos conservadores – que por sua vez deram relevo ao modo autoritário com que governou, pautando-se pelo tratamento inflexível dirigido aos setores rivais na corte lusitana, como a nobreza e a Igreja.

De modo geral (uma vez que não se pretende aqui promover uma discussão detalhada sobre as construções da imagem política de Pombal, embora importantes), seus usos ideológicos, ao longo do tempo, dos textos que tratam do período pombalino produzidos nos últimos 100 anos consolidaram noções importantes sobre o assunto. Destaca-se a obra de João Lúcio de Azevedo (1990), *O Marquês de Pombal e a sua época*. Com rico material documental, a análise do autor privilegiou a atuação extremamente incisiva e centralizadora de Pombal. Sendo um estudo seminal, influenciou as interpretações posteriores ressaltando o caráter personalista e despótico do ministério pombalino no tratamento dos assuntos políticos e administrativos do Reino e das colônias.

No Brasil, contamos com o estudo referencial elaborado pelo historiador Francisco José Calazans Falcon, publicado nos anos 80 do século XX, que analisou o período pombalino sob o conceito de reformismo ilustrado. O autor detalhou as matrizes teóricas do reformismo e os pressupostos absolutistas próprios da ilustração ibérica que moldaram a ação do Marquês de Pombal no contexto geral da modernidade europeia<sup>1</sup>. Nele, deu destaque ao vigor dos princípios mercantilistas que orientaram a condução da política econômica portuguesa no século XVIII, operação posta em prática com o sentido de modernizar as estruturas políticas, econômicas e sociais de Portugal (FALCON, 1986).

O brasilianista Kenneth Maxwell, na obra *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, publicado no Brasil em 1996, produziu um estudo robusto, fruto de amplo diálogo com bibliografia especializada, cuja análise destaca as ações do ministro Carvalho e Mello, relacionando seu governo e suas ideias ao movimento da ilustração europeia. Defende que

---

<sup>1</sup> É importante reiterar a observação de Villalta (1999, p. 79) de que “[...] a ilustração variou conforme as diferenças de nacionalidades, de credo e de religião, havendo, portanto, diferentes Ilustrações, vividas por homens e mulheres, por brancos e também sob a influência das tradições indígenas”, justamente para evitarmos dotá-la de dinâmica e agentes uniformes e coesos, e encará-la como importante problema histórico que demanda atenção dos pesquisadores para refinamento conceitual e empírico.

o Iluminismo português não pode ser considerado apenas uma mera transposição ou adaptação das ideias europeias da época para Portugal. Especificamente, a interpretação ensejada pelo autor acredita que a experiência portuguesa é significativa por materializar empiricamente o complexo problema que envolveu as relações entre o Iluminismo e o exercício do poder do Estado. Defende o sentido modernizante da política pombalina ante o desafio de revitalizar economicamente um vasto império e lidar com o pensamento e a prática econômica tradicionalista portuguesa. Os limites de sua prática ilustrada manifestam-se em ações relacionadas aos próprios entraves culturais expressos nas estruturas conservadoras lusitanas e as condições de disputas econômicas entre as potências daquela época.

Contudo, é importante destacar que, de comum nessas produções e nas demais que as tomaram por referência, é a concordância da ideia do movimento da centralização do Estado que emerge como principal característica do governo metropolitano luso sob a direção de Pombal com profundos impactos para a vida cultural das comunidades no Reino e no além-mar.

A censura régia portuguesa determinava a proibição de entrada de publicações de conteúdo político e filosófico na Colônia, principalmente as que tratassem, no final do século XVIII, de assuntos “revolucionários” como os acontecimentos e ideias da França e obras que criticavam a moral, os bons costumes e a religião (DENIPOTI; FONSECA, 2011).

O Estado buscava exercer um intenso controle sobre a entrada de material impresso do exterior que, mesmo assim, chegava à América de forma clandestina. O acirramento dos mecanismos de controle dessa atividade no final dos 700 e início dos 800 revela a preocupação do estado metropolitano com a intensificação da divulgação e acesso às obras da Ilustração. O aumento de publicações, por sua vez, indicava o crescimento do interesse por assuntos políticos, fenômeno que não foi exclusivo de Portugal. Esse movimento esteve presente na Europa e nos Estados Unidos, e refletia a ampliação da dimensão do interesse sobre a esfera do político que marcou esse período.

Na obra *O passeio do cético ou As alamedas*, publicada no ano de 1747, o autor francês Denis Diderot apresenta uma crítica voraz à censura imposta pelo Antigo Regime. Tal

crítica deve ser vista como uma forma de evidenciar como o sistema prejudicava e, ao mesmo tempo, sufocava a difusão das ideias ilustradas. Assim, um dos personagens da obra, o filósofo Aristo, exclama:

[...] eu ousaria perguntar-vos por que a religião e o governo são assuntos sobre os quais é proibido escrever. Se a verdade e a justiça só podem sair ganhando com o meu exame, é ridículo proibir que eu as examine. Ao explicar-me abertamente sobre a religião, dar-lhe-ia um golpe maior do que aquele que ela recebe ao me proibirem explicá-la. (DIDEROT, 2005, p. 12)

Ainda na sequência dessas indagações, Aristo sintetiza sua visão sobre a relação entre religião e política: “Imponde-me silêncio sobre a religião e o governo e já não terei nada a dizer” (DIDEROT, 2005, p. 18). A partir do que expusemos, Alves (2011) esclarece que os menos letrados, apesar de não terem acesso direto a instrumentos oficiais que circulavam na corte, não deixavam de escutar e comentar os acontecimentos escutados, ainda que houvesse uma expressa proibição para que não circulassem, pelo menos abertamente, comentários sobre as questões políticas do Antigo Regime, uma vez que a política era tomada como uma prerrogativa régia.

No contexto francês, é Robert Darnton a nossa grande referência de estudo sobre a circulação de textos clandestinos parisienses que portavam a verdadeira construção de uma opinião pública. A esse conjunto de textos, Darnton chama de subliteratura. Alves (2011) nos traz a reflexão de que, se em contexto de um pouco mais de meio milhão de habitantes, como era o parisiense, a subliteratura se difundia rapidamente por meio de panfletos manuscritos, livros impressos, bilhetes contendo versos jocosos e canções que satirizavam personagens da corte, em um com um pouco mais de 200 mil habitantes, como era Lisboa, certamente esse material tinha um alcance maior e menos restrito.

Contrariamente, o reinado mariano inaugurou-se sob o ímpeto de inúmeros escritos satíricos, em verso e em prosa, na maioria manuscritos, que satirizavam a figura do antigo ministro de D. José I, e que não deixam de revelar o interesse dos portugueses pelos bastidores da política, ainda que personificado na polêmica figura do Marquês de Pombal. Estes textos, em sua maioria reunidos nas chamadas “miscelâneas”, constituem códices que contém versos e textos em prosa que satirizavam a figura do ex-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e de seus aliados. (ALVES, 2011, p. 46)



É importante mencionar que, ainda segundo a autora, esses escritos eram uma criação coletiva em que não existia um único autor ou fomentador. Em uma sociedade em que a liberdade de expressão era cerceada e que a maioria das pessoas era analfabeta ou pouco instruída, os boatos, “mexericos”, canções e demais manifestações populares tinham um papel central na circulação das informações sobre o que acontecia na política palaciana. Assim, por exemplo, na Paris do século XVIII, “[...] para ter acesso às notícias, bastava postar-se na rua e manter os ouvidos atentos” (DARNTON, 1992, p. 47).

Alves (2011) nos afirma que o reinado mariano inaugurou-se sob o ímpeto de inúmeros escritos que revelavam o interesse dos cidadãos portugueses pelos bastidores da política promovida pelo Marquês de Pombal. Esses textos, ainda segundo Alves (2011), reunidos em “miscelâneas”, contém versos e textos em prosa que apontam descabros e escândalos que circulavam sobre a política de Sebastião José de Carvalho e Melo e seus aliados. Em sua grande maioria, esses manuscritos se multiplicaram durante o reinado de D. Maria I. Em geral, nos documentos que se encontram em solo português<sup>2</sup>, a folha de rosto do códice só traz a informação de que foi um bacharel quem organizou a coletânea. Alves (2011) ainda aponta que determinar as origens e a história desses códices (o porquê dos textos neles selecionados, os possíveis selecionadores e autores) constitui tarefa extremamente difícil, pois quase nunca há uma indicação de antigos possuidores ou mesmo o nome do possível colecionador. No Brasil, no entanto, veremos que os documentos com os quais tivemos contato são diferentes e aportam questionamentos importantes para o entendimento da autoria e circulação desses escritos em solo da ex-colônia portuguesa. Assim, detalharemos o nosso *corpus* de pesquisa na próxima seção.

## UM OLHAR PALEOGRÁFICO

Nessa seção, apresentamos o nosso *corpus* do estudo em tela. Para tanto, informações sobre sua origem, alocação atual e constituição material, que estão dispostas nas linhas que

---

<sup>2</sup> A grande maioria desse acervo pertence à Biblioteca Nacional de Portugal e à Biblioteca da Universidade de Coimbra.

se seguem. Posteriormente, passamos à análise paleográfica do documento. Seguimos, portanto, as indicações de Sánchez (2004), que afirma que

Antes de se proceder à análise paleográfica propriamente dita, deve-se descrever externamente o manuscrito com todas as características materiais: material escriptorial (papiro, pergaminho, papel), estado de conservação; [...] e, qualquer que seja o caso, trate-se de um livro ou de um documento em fólio único, é necessário que se especifique o tamanho, a paginação e a preparação da página para receber a escrita (tipo de pautado), o tipo genérico de escrita (uncial, gótica...), o instrumento escriptorial empregado (pena de ganso, cálamo...), a cor e a densidade da tinta e o tipo de ornamentação, se houver (SÁNCHEZ, 2004, p. 333-334)<sup>3</sup>.

Após a realização dessa primeira descrição documental, nos assentamos em apontar questões relativas à disposição de *ductus*, módulo e ângulo da escrita. Tal procedimento nos permitiu construir hipóteses sobre a autoria da recopilação textual de versos e textos em prosa antipombalinos, com base em acometimentos paleográficos.

A Paleografia, segundo nos dizem Dias e Bivar (2005), constitui-se em matéria fundamental para o processo de familiarização com os manuscritos antigos. Etimologicamente, é definida pelo grego *palaios* = antigo e *graphien* = escrita, portanto, é a ciência que estuda a escrita antiga, não somente a escrita usada no Egito, Ásia, Grécia, mas também no sentido da dificuldade de leitura, por apresentar caracteres diferentes dos da escrita atual. Esclarecendo melhor a proposta anterior, Aciolli (1994) afirma que, além de interpretar as formas gráficas de escritas passadas, a ciência paleográfica também reside na determinação do tempo e do lugar em que um manuscrito foi produzido. Ainda segundo a autora, é ainda a Paleografia a responsável por anotar os erros que possa conter um manuscrito, com a finalidade de fornecer subsídios a outros campos científicos, tais como a História, a Filologia, o Direito, que tenham a escrita (e suas formas) como importante fonte de conhecimento.

---

<sup>3</sup> Tradução nossa. No original, “Antes de proceder al análisis paleográfico propriamente dicho, deberá describirse externamente el manuscrito en todas sus características materiales: materia escriptorial (papiro, pergamino, papel), estado de conservación; [...] y, en cualquier caso, se trate de un libro o de un documento en una sola hoja, habrá que especificar el tamaño, la impaginación y la preparación de la página para recibir la escritura (tipo de pautado), el tipo genérico de escritura (uncial, gótica...), el instrumento escriptorio empleado (pluma de ganso, cálamo...), el color y la densidad de la tinta y tipo de ornamentación, si la tiene.”

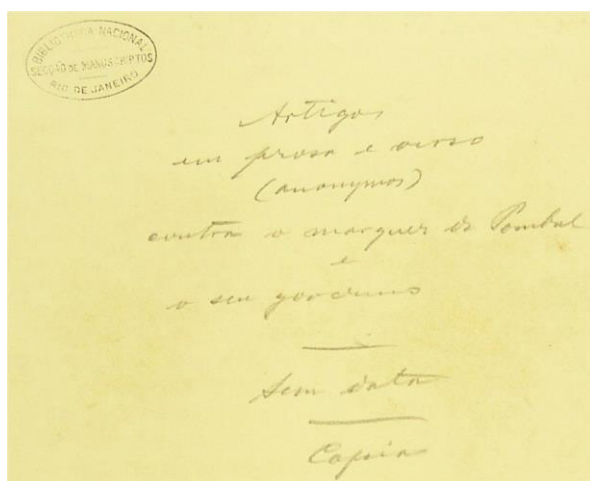
Ainda na esteira de especificação sobre o tema, Samara (1986) apresenta a relação intrínseca entre a natureza do material em que o documento foi grafado e as formas de contornos da escrita. Assim, a autora também atribui à Paleografia os estudos específicos de escrita sobre os chamados materiais moles, tais como o papel, o pergaminho ou, ainda, o pano. Sendo assim, uma vez apresentada a nossa esfera de atuação e nosso percurso metodológico para a concretização de nossa proposta de estudo, passamos, primeiramente, à apresentação do nosso *corpus*.

### O CORPUS DO ESTUDO

O objeto material que tomamos como *corpus* pertence ao acervo da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ) sob a cota I-07,16,026. Trata-se de uma cópia, não datada, que foi doada a essa Instituição pelo senhor João Maurício Wanderley, que porta historicamente o título de Barão de Cotegipe. A fonte documental está em bom estado de conservação e encontra-se encadernada com barbante. Ao todo possui oito fólios manuscritos, por uma única mão, em reto e verso.

Uma folha de rosto mais moderna, que acompanha o documento, não faz parte da encadernação. Nela, além do carimbo da FBN-RJ e das informações apresentadas, traz o título “Artigos em prosa e verso contra o marquês de Pombal e seu governo” e acrescenta a informação de que tais escritos são de autoria desconhecida, ou seja, anônima.

Figura 1 – Folha de rosto do ms. I-07,16,026



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ)

A composição documental é escrita em tinta ferrogálica, possui algumas pequenas marcas de papirófagos, sombras e alguns excessos de tinta no texto, mas nada que pudesse resultar na impossibilidade da sua leitura. Os fólhos são de média gramatura e possuem 330 mm x 230 mm. A mancha de escrita é variável e tem, em média, entre 329 mm a 320 mm x 227mm a 224 mm de dimensão. Dos fólhos 1r a 4r, a mancha está disposta em duas colunas. A partir de 4v, todo o texto está em coluna única. Não foi notada, inicialmente, a presença ou não de filigranas. Como ainda estamos em estágio embrionário do estudo, tal informação será mais bem investigada *a posteriori*. Os tipos de texto, em sua distribuição pelos fólhos do documento, estão alocados do seguinte modo:

Quadro 1 – distribuição de textos do ms. I,07,16,26

| FÓLIOS | TIPOS DE TEXTO                           | FÓLIOS | TIPOS DE TEXTO |
|--------|--|--------|----------------|
| 1r     | 4 décimas                                | 5r     | Texto em prosa |
| 1v     | 6 décimas                                | 5v     | Texto em prosa |
| 2r     | 6 décimas                                | 6r     | Texto em prosa |
| 2v     | 1 petição em verso, 2 sonetos e 1 décima | 6v     | Texto em prosa |
| 3r     | 2 sonetos, 1 rima e 1 décima             | 7r     | Texto em prosa |
| 3v     | 2 décimas e cantigas                     | 7v     | Texto em prosa |
| 4r     | cantigas                                 | 8r     | Texto em prosa |
| 4v     | Texto em prosa                           | 8v     | Texto em prosa |

Fonte: realizado pelos autores.

A seguir, passamos a fazer os alguns comentários paleográficos sobre o manuscrito apresentado.

## ALGUNS COMENTÁRIOS PALEOGRÁFICOS DO MANUSCRITO

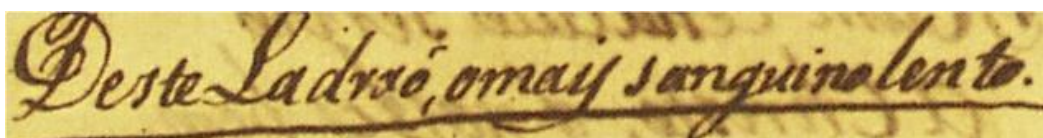
Como apontamos ao longo do texto, sendo esse um trabalho preliminar do *Projeto Pombalia*, não exploramos em sua devida profundidade todos os itens que devem ser analisados paleograficamente no nosso *corpus*. São bastante numerosos os critérios que usamos para uma completa e perfeita análise paleográfica. De acordo com Quintanilla (1997), tais critérios se assentam em descrever e discutir a morfologia e extensão dos

grafemas, o seguimento ou não da pautação tetralinear, a relação entre letras e traçados maiúsculos e minúsculos, os usos de arabescos, a identificação de assinaturas, as características dos numerais, o tipo de letra, a separação ou junção de vocábulos, a identificação da tipologia de usos dos sinais diacríticos, da pontuação e das abreviaturas, a quantidade de punhos, descrição do *ductus*, do peso e do ângulo dos traços, entre outras características que emergem dependendo da natureza do documento.

Para os comentários paleográficos que aqui faremos, adotamos pontos restritos e uma convergência de critérios propostos por Aciolli (1994) e Sánchez Prieto (2004) sobre tais pontos, a saber: 1. classificação da escrita, 2. utilização de pautação e 3. descrição de características da escrita: *a morfologia das letras* (sua forma), o seu *ductus* (ordem de sucessão e sentido do traçado de uma letra), o *ângulo* (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita) e o *módulo* (dimensão das letras em termos de pauta).

Em relação à morfologia da escrita, isto é, a forma das letras com as quais o documento foi redigido, a classificamos como humanista cursiva, pois os traços que desenham as unidades lexicais são realizados, em geral, sem que pudéssemos notar o descanso das mãos.

Figura 2 – ms. I,07,16,26 (fólio 3r, coluna 1, linha 19)

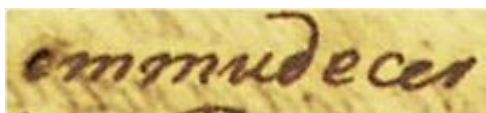


Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ).

Na imagem 2, temos o último verso do primeiro soneto (linha 19) da primeira coluna do fólio 3r. A escrita das palavras na sequência “Deste ladrão, o mais sanguinolento” é corrida e mantém a junção de todos os grafemas que compõem cada unidade lexical da frase. Além disso, o fato de todos estarem juntos indica que não houve frequência de descanso da mão. Sendo assim, seguindo a própria tipologia dada à escrita humanística, temos um conjunto escrito “[...] suave, traçada com penas pontudas, fortemente inclinada para a direita (escrita “pendente”), com todas as letras de uma mesma palavra unidas”. (HIGOUNET, 2003, p. 144)

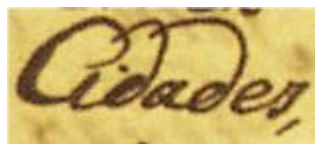
Apesar de sua conformação claramente humanística cursiva, ainda é possível ver certos resíduos da escrita gótica librária redonda como, por exemplo, nos traçados dos grafemas da letra <d> minúscula. Segundo Sánchez e Domínguez (2004, p. 120), “[...] a letra *d*, de origem uncial, apresenta a haste inclinada para a esquerda; ela é, às vezes, pouco desenvolvida e paralela à linha de escrita”<sup>4</sup>. Outro exemplo de reminiscência gótica librária cursiva seria o traçado da letra <s> mais reta ao final de palavras. O <r>, também ao fim de palavra, apresentava em gótico uma forma mais reta em forma de um pequeno martelo (SÁNCHEZ; DOMÍNGUEZ, 2004, p. 120). Assim, verificamos todas essas características apontadas ao longo do documento e apresentamos aqui, como exemplos, os traçados nas palavras *emmudecer* (fól. 2r, coluna 1, linha 1) e *ciudades* (fól. 5v, linha 10), a seguir.

Figura 3 – *emmudecer* (fól. 2r, coluna 1, linha 1)



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ).

Figura 4 – *ciudades* (fól. 5v, linha 10)

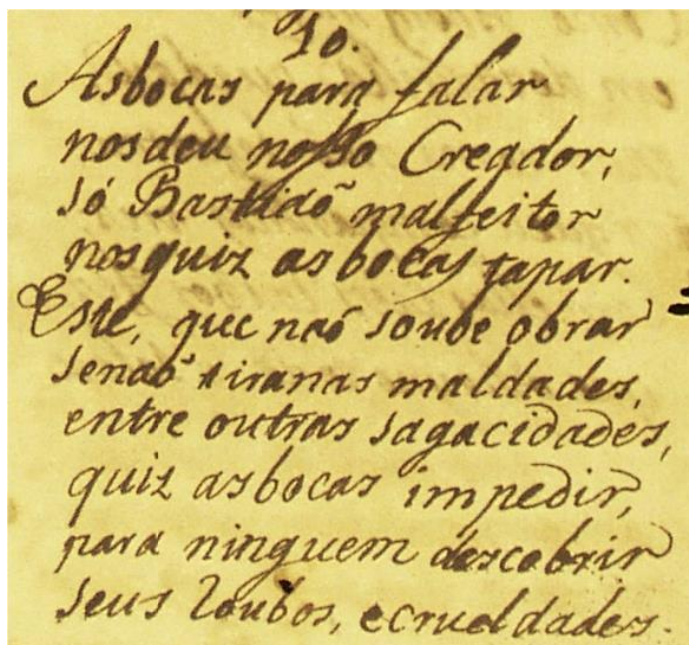


Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ).

No que concerne ao seu *ductus*, que corresponde à ordem de sucessão e o sentido do traçado de uma letra, notamos que o traçado é cuidado e, portanto, gera uma regularidade na conformação escrita. Vejamos, portanto, o exemplo da décima número 10 (fólio 1v, coluna 2, linhas 22-32).

<sup>4</sup> Tradução nossa. No original “[...] la *d*, de origen uncial, presenta el astil inclinado a a izquierda; es éste, em ocasiones, de poco desarrollo y paralelo al renglón de la escritura”.

Figura 5 – Fac-símile e edição diplomática da décima 10 (fólio 1v, coluna 2, linhas 22-32).



10.  
 As bocas para falar  
 nos deu nosso Creador,  
 só Bastião malfeitor  
 nos quiz as bocas tapar.  
 Esse, que não soube obrar  
 senão tiranas maldades,  
 entre outras sagacidades,  
 quiz as bocas impedir,  
 para ninguém descobrir  
 seus roubos, e crueldades.

Fonte: Edição feita pelos autores a partir do fac-símile da FBN-RJ.

Como se pode verificar da imagem 5, as linhas na escrita seguem um *ducto* uniforme, tanto em letras minúsculas quanto nas maiúsculas, representadas por *As* (linha 23), *Creador* (linha 24), *Bastião* (linha 25) e *Esse* (linha 27).

Ao tratarmos do ângulo da escrita, que é a relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita (SAMARA, 1986; ACIOLLI, 1994), fica evidente a inclinação à direita, que nos remete à conjectura de que o copista do manuscrito era uma mão hábil, ou seja, era uma pessoa letrada que dominava a técnica de escrita de sua época (MARQUILHAS, 1991). Apesar de o documento relatar fatos referentes ao Marquês de Pombal no século XVIII, fica claro, pelas características apontadas até o momento, que o apógrafo (CAMBRAIA, 2005) com o qual estamos trabalhando data do século XIX.

Por fim, quanto ao módulo, que é a dimensão das letras em termos de pauta, notamos que tanto capitulares quanto minúsculas não apresenta variação em seu módulo. Apesar de sabermos que há outras tantas características paleográficas a serem exploradas, nos centramos tão somente nessas três por conta do tempo de início da pesquisa e, também, do espaço que tivemos para registrar o andamento dela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que expusemos ao longo deste trabalho, uma pergunta é bastante inquietante: Por que teria João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, uma cópia de uma miscelânea de textos contra o Marquês de Pombal? Cabe lembrar que o Barão de Cotegipe era um dos grandes herdeiros do pragmatismo pombalino. Assim, o que o levaria a ter posse de um documento dessa natureza a ponto de, na contramão do que ocorre com os demais manuscritos pombalinos, ter seu nome registrado como o ofertando do material à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em vésperas da Proclamação da República?

Baseados nessas inquietantes indagações é que começamos a investigar, com base nos preceitos paleográficos, a escrita de João Maurício Wanderley. A proposta é produzir um cotejo das análises paleográficas porque nossa hipótese é a de que, possivelmente, ele mesmo teria sido o copista desses *Artigos em prosa e verso contra o marquês de Pombal e seu governo*. Até o presente momento, podemos afirmar que o tipo de letra empregada na escrita de Wanderley é bastante aproximado do que encontramos no manuscrito I-07,16,026 (FBN-RJ). Além disso, até onde conseguimos chegar, com base no que já fizemos com o *corpus* apresentado nesse trabalho, o *ductus* e o módulo das escritas são extremamente semelhantes. Notamos também que o ângulo da escrita de ambos é nitidamente tombado à direita, apresentando a mesma proporção e, por fim, a distribuição das palavras também é bastante semelhante. Contudo, apesar dos indicativos iniciais, qualquer afirmação sobre a confirmação ou não da hipótese levantada só será apresentada em trabalhos vindouros.

Concluindo, essa etapa inicial nos levou a ver a chamada “subliteratura” (e sua circulação) como uma fonte importante para o entendimento da construção de uma imagem não oficial do Marquês de Pombal. Além disso, o conjunto da obra do nosso *corpus* nos remete a um Pombal marcado sob os atributos da tirania, do despotismo, da manipulação das leis e do abuso da autoridade. Portanto, essa documentação antipombalina se assenta não só na importância de constituir-se como uma achega de informações históricas sobre a imagem de um Pombal construída pelo povo comum, em uma historiografia ocultada por



tempos, como também como uma fonte importante para os estudos da língua portuguesa e da constituição de uma cultura escrita que circulou no Brasil em tempos pretéritos.

## REFERÊNCIAS

ACIOLLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. Recife: UFP; Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. **D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal Fluminense, 2011.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua Época**. 2. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1990.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DARNTON, Robert. **Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

DENIPOTI, Cláudio, FONSECA, Thais Nivea de Lima. Censura e mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, jul./dez. 2011.

DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia para o período colonial. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita. **Paleografia e fontes do período colonial brasileira**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1986.

DIDEROT, Denis. **O passeio do céptico ou As alamedas**. Trad. de M. das G. de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**. Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1986.

FRANCO, José Eduardo; CALAFATE, Pedro; SOROMENHO-MARQUES, Viriato. **Marquês de Pombal**. Obra Completa. Projeto de investigação, Lisboa, 2018. 16p.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MARQUILHAS, Rita. **Norma Gráfica Setecentista – do Autógrafo ao Impresso**. (Série Linguística, n. 14). Lisboa: INIC, 1991.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de; FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: coordenadas históricas. **Revista de Estudos de Cultura-Revec**. Número temático O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil. n. 04, jan./abr., 2016, p. 25-36. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/5446>. Acesso em: 1 mar. 2020.


POMBAL, Sebastião José de Carvalho e Mello. **[Décimas (1) e artigos (2 e 3) anônimos contra ele]**. [S.l.]: [s.n.], [17--]. 17p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss\\_I\\_07\\_16\\_026/mss\\_I\\_07\\_16\\_026.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss_I_07_16_026/mss_I_07_16_026.pdf). Acesso em: 1 mar. 2020.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Paleografia e fontes do período colonial brasileira**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1986.

SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén. Cómo realizar un análisis paleográfico. *In*: TERRERO, Ángel Riesco. **Introducción a la Paleografía y la Diplomática general**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

QUINTANILLA, Blas Casado. **Láminas de la cátedra de paleografía y diplomática**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1997.

VILLALTA, Luis Carlos. **Reformismo, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.



**QUEM É E QUEM NÃO É O  
SCRIPTOR DO CÓDICE 132 -  
UMA BIOGRAFIA DO  
MARQUÊS DE POMBAL?:  
ANÁLISE DIPLOMÁTICO-PALEOGRÁFICA PARA  
IDENTIFICAÇÃO DAS MÃOS DOS DOCUMENTOS  
POMBALINOS**

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/  
POMBALIA/ Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura

Alicia Duhá Lose  
Universidade Federal da Bahia / Pombalia

## **INTRODUÇÃO**

A Paleografia constitui-se como práxis muito antes do surgimento de seu marco como área do saber, o célebre *De re diplomatica libri VI* (MABILLON, 1709), em que, em 1681,

Dom Jean Mabillon sistematiza os procedimentos necessários para que se possa verificar a autenticidade dos documentos. O termo “paleografia”, no entanto, só surge em 1708, cunhado por Bernard de Monrfaucon, mas sua tradução literal – do grego *παλαιός* (paleos) = antigo + *γραφή* (graphein) = escrita –, que induz ao entendimento de que se ocupa do estudo das *escritas antigas* e resume as principais definições que se podem encontrar nos manuais da área (cf. BERWANGER; LEAL, 2012, p. 15-16), revela-lhe apenas a sua face mais modesta.

O exercício acadêmico da Paleografia, na maioria das vezes, negligencia o exame da autoria da escrita dos documentos com que se trabalha, estando essa atividade restrita a contextos notariais e judiciais (quicá arquivísticos), muito mais associados à Grafologia. É escusado, todavia, dizer que a Paleografia dispõe de todos os instrumentos necessários para tal verificação, e é justamente a esse fim a que se consigna o presente trabalho que se configura como uma demonstração de parâmetros para uma metodologia a ser aplicada.

Enquanto ciência, a Paleografia teria um caráter totalizador, abrangendo múltiplas finalidades (ARÉVALO JORDÁN, 2003, p. 19), razão porque costuma-se organizar seu raio de atuação conforme os objetivos que se pretende alcançar por meio dela, por um lado a Paleografia de leitura dá suporte à leitura e transcrição dos documentos e, por outro lado, a Paleografia de análise viabiliza o entendimento do documento e a caracterização da escrita com base em suas características constitutivas.

Um dos principais desafios que se encontrou para a edição do *Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia* (MAGALHÃES, 2016) foi a impossibilidade, há época, de estabelecer sua autoria (tanto intelectual quanto escritural). Contudo, mediante o acesso a fontes autógrafas do Marquês de Pombal no âmbito do Projeto POMBALIA – para a construção de um *corpus* pombalino –, torna-se possível, neste momento, buscar verificar a possibilidade de atribuir-se a autoria da escrita do *Códice 132* (escrita autoral) ao Marquês de Pombal ou a algum de seus amanuenses (escrita delegada).

O objetivo, neste momento, é tentar compreender qual a proximidade de confecção do *Códice 132* em relação ao Marquês. Assim, pretende-se identificar documentos reconhecidamente autógrafos do Marquês de Pombal, caracterizar seu punho e comparar

com o documento estudado, além de identificar documentos reconhecidamente emitidos intelectualmente, mas através de escrita delegada, pelo Marquês de Pombal e caracterizar dentre os seus amanuenses aqueles punhos de cujas escritas assemelhem-se à do *Códice 132* para fins de comparação.

## METODOLOGIA DE ANÁLISE

Antes de mais nada, é preciso estar ciente de que a escrita não é um fato isolado social e culturalmente. Ao longo da História, características de escrita (tipos de letras, estilos caligráficos, etc.) se circunscrevem, de modo geral, em termos geográficos e cronológicos. Portanto, é importante considerar que essas escritas cursivas, de que aqui se trata, guardam características peculiares, individualizantes, mas são, em sua base, frutos de “escolas de belas letras” que ofereciam e exigiam um padrão que se fará recorrente em incontáveis documentos analisados. Em Portugal, famosas obras para o ensino da leitura e da escrita circulavam desde há muito. No período que circunscreve os documentos aqui estudados,

Privilegiando a caligrafia, *A arte de escrever*, de Manuel Barata, foi editada em 1572 e reeditada em 1590 com o título *Exemplares de diversas sortes de letras, tirados da polygraphia de Manuel Barata escriptor portugves, acrescentados pello mesmo avtor, pêra comom proveito de todos*, acrescida de um tratado de aritmética e outro de orthografia, com uma terceira edição em 1592. Somente com um intervalo de mais de um século, a tipografia portuguesa publicou a obra: *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* (1722), de Manoel de Andrade Figueiredo. (ALMADA, 2012, 41)

que dividiu espaço com diversas cartilhas, manuais e exemplários de letras que circulavam manuscritos pelo reino. Portanto, ao se ensaiar aplicar qualquer metodologia comparativa de características de punhos não é possível ignorar tais questões.

Para proceder à análise que possibilitará a verificação da autoria da escrita do documento, serão identificados e selecionados documentos manuscritos autógrafos do Marquês de Pombal, bem como documentos redigidos por seus amanuenses. De posse dessa documentação, serão identificadas as mãos e posteriormente caracterizadas. Após a

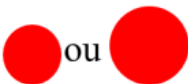
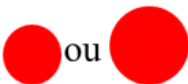




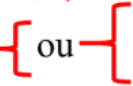
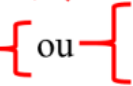

caracterização, as mãos serão cotejadas com a mão responsável pela escrita do *Códice 132*, com vistas a estabelecer se é possível atribuir a alguma delas sua autoria.

Para este trabalho, selecionaram-se amostras que permitiram demonstrar a metodologia a ser aplicada e orientar os passos iniciais dessa investigação. As características das mãos serão descritas com base nos elementos constitutivos da escrita, “Morfologia, Ângulo, *Ductus*, Módulo, Ligaduras e *Nexus*.” (ANDRADE, 2010, p. 22). Procedimentalmente, adotamos comportamento similar ao de Lose e Santos (2020):

[...] caracterizando-as paleograficamente, identificando ângulos (inclinação), módulos (tamanho do corpo da letra), hastes/laçadas (traços que se alongam para cima ou para baixo na sequência do módulo), *ductus* (o caminho percorrido pela mão do *scriptor* ao traçar as letras), peso (a pressão posta na mão sobre o suporte para fazer o traçado), e *nexus* ou cursividade (a sequência de traços sem levantar a mão do suporte).

Da mesma forma, adotou-se o mesmo conjunto de códigos para representar as características identificadas, como demonstrado a seguir:

Figura 1 – Códigos de representação dos elementos da escrita

1. Peso:  ou 
2. Cursividade:  ou 
3. Nexos: 
4. Ângulo: 
5. Hastes:  ou 
6. Laçadas: [sem símbolo]
7. Ductos: 

Fonte: LOSE; SANTOS (2020).

Após a descrição minuciosa de cada um dos elementos indicados para cada mão a ser trabalhada, esses elementos serão cotejados e, verificando-se compatibilidade, será possível indicar, com maior ou menor grau, a probabilidade da mão corresponder à escrita do documento. Neste trabalho, apresentaremos o cotejo inicial das amostras selecionadas.

## OBJETOS OBSERVACIONAIS

O *corpus* selecionado para esse trabalho consiste no *Códice 132* e *Cartas do volume PBA 713* da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal. O *Códice 132* é o objeto central de estudo da investigação em andamento. Por sua vez, o volume PBA 713 foi selecionado por pertencer à Coleção Pombalina,

Coleção adquirida em leilão, em 1887, aos herdeiros do 1.º Marquês de Pombal, é constituída pela livraria manuscrita do Marquês e dos seus descendentes. Dela fazem parte espécies de temática diversa, com preponderância da genealogia, onde avultam obras de Rangel de Macedo, Monterroio Mascarenhas e Alão de Morais, obras literárias e históricas como *Memórias da Paz de Utrech*, de D. Luís da Cunha, de 1715, e uma compilação de legislação dos reinados de D. José e D. Maria I, designada Coleção Josefina.

A coleção integra também o arquivo pessoal do Marquês de Pombal, onde se inclui documentação relativa à sua atividade pública como embaixador em Londres e Viena de Áustria, e como Secretário de Estado de D. José, designadamente correspondência, e documentação relativa ao Brasil (o irmão do Marquês de Pombal foi governador do Pará e Maranhão), e referente à Companhia de Jesus. É igualmente significativa a documentação com génese na atividade privada do Marquês, designadamente a que resultou da sua atividade intelectual (e de que é exemplo a *Dedução cronológica e analítica*, obra executada por ordem e inspiração do Marquês, com acrescentos e emendas autógrafos), bem como documentos pessoais: correspondência familiar, o contrato de casamento, etc. (PORTUGAL, 2020)

Mediante as informações apresentadas, considerando a pertinência temática e o princípio arquivístico de proveniência (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 52-53), a Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal foi o fundo selecionado como *corpus* inicial da pesquisa documental que levou à identificação e seleção do volume PBA 713 como amostra para cotejo.

### CÓDICE 132

Manuscrito de 360 fólhos escritos em recto e verso, mede 223 mm x 317 mm x 48 mm, encadernado com revestimento de material sintético visivelmente de datação posterior. Escrito a uma mão, com pena e tinta de base metaloácida, com letra cursiva dotada de características muito regulares no que diz respeito a *ductus*, peso, inclinação (sempre à

direita), módulo, espaço entre linhas e parágrafos, ângulo e morfologia. Apresenta uma extensão regular e 29 linhas por fólio e a presença maciça de reclusos e abreviaturas. O *nomen sacro* Jesus aparece sempre grafada na sua forma solene, com todas as letras maiúsculas (IESVS)

## VOLUME PBA713

De acordo com o inventário da Coleção Pombalina, as características do volume PBA 713 são: “Ms. in 4.º de 253 fl. – Originaes, muitos autographos. – Encad. modernamente, sob a designação = *Cartas*. – 16. – 1776-1777.” (PORTUGAL, 1981, n. 713). Trata-se da compilação de um conjunto de cartas avulsas emitidas pelo Marquês de Pombal, algumas escritas a próprio punho outras delegadas, a maioria assinada pelo próprio, dirigidas a Henrique José de Carvalho. As cartas têm características materiais próprias (muitas das quais não são mais possíveis de verificar por terem sofrido intervenção invasiva com vistas a constituir o volume, tendo sofrido amputações em sua maioria), mas a maioria atende a uma fórmula específica: data (tópica e cronológica), direção, texto, invocação, titulação e subscrição.

## CARACTERIZAÇÃO DAS MÃOS

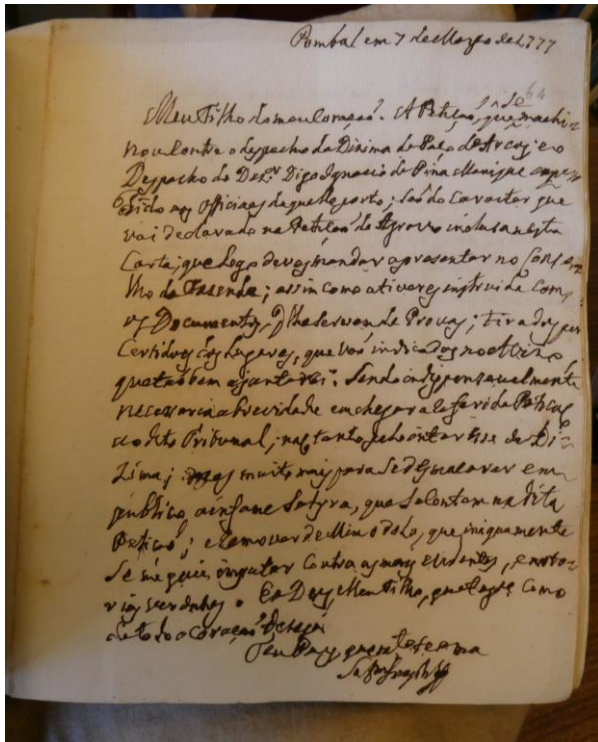
Foram observadas as características da escrita das cartas disponíveis nos dois volumes selecionados, de maneira que se pudessem diferenciar as mãos que as escreveram. Sendo assim, até o momento foram identificadas 3 mãos diferentes, uma, pertencente ao Marquês de Pombal; e as demais atribuem-se a amanuenses ainda sem identificação expressa.

Dentre as cartas disponíveis, foram selecionadas três amostras representativas das características de cada uma das mãos: a que está contida no fólio 64, representando o punho do Marquês de Pombal; a contida no fólio 48 em reto e verso, representando a mão do amanuense 1; e a contida no fólio 52, representando a escrita do amanuense 2.



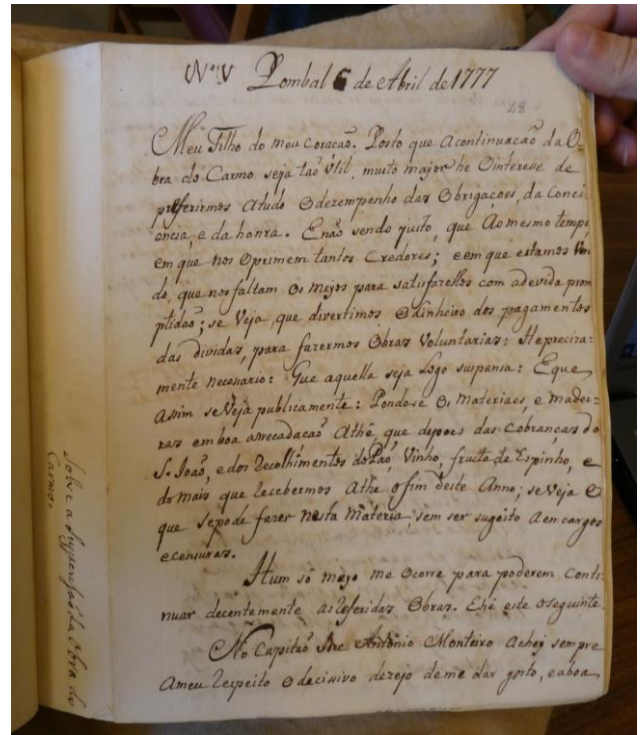
Para melhor visualização, a seguir, apresentam-se os facsímiles dos respectivos  
 fólios:

Figura 2 – PBA 713 – fólio 64



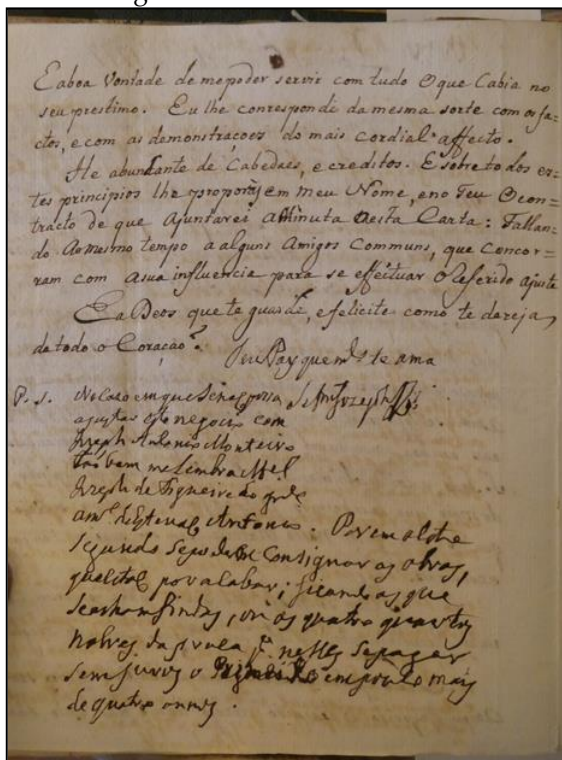
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Figura 3 – PBA 713 – fólio 48r



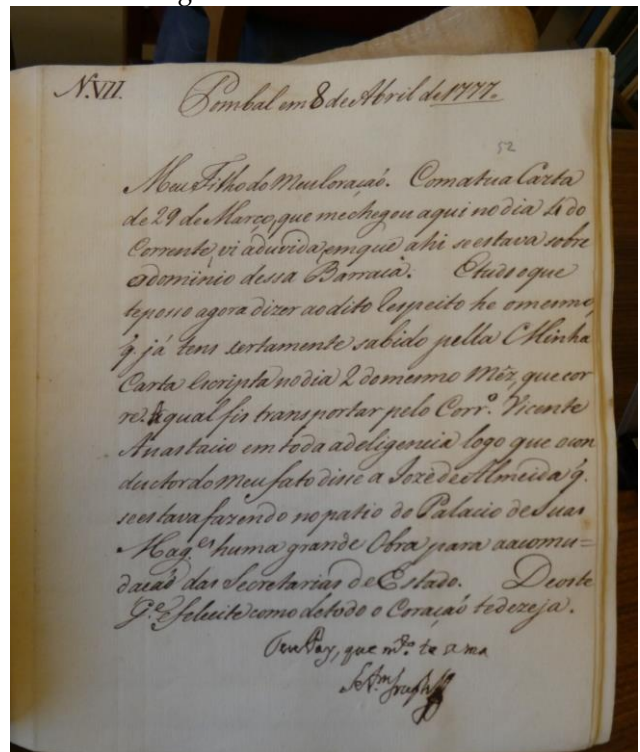
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Figura 4 – PBA 713 – fólio 48v



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Figura 5 – PBA 713 – fólio 52

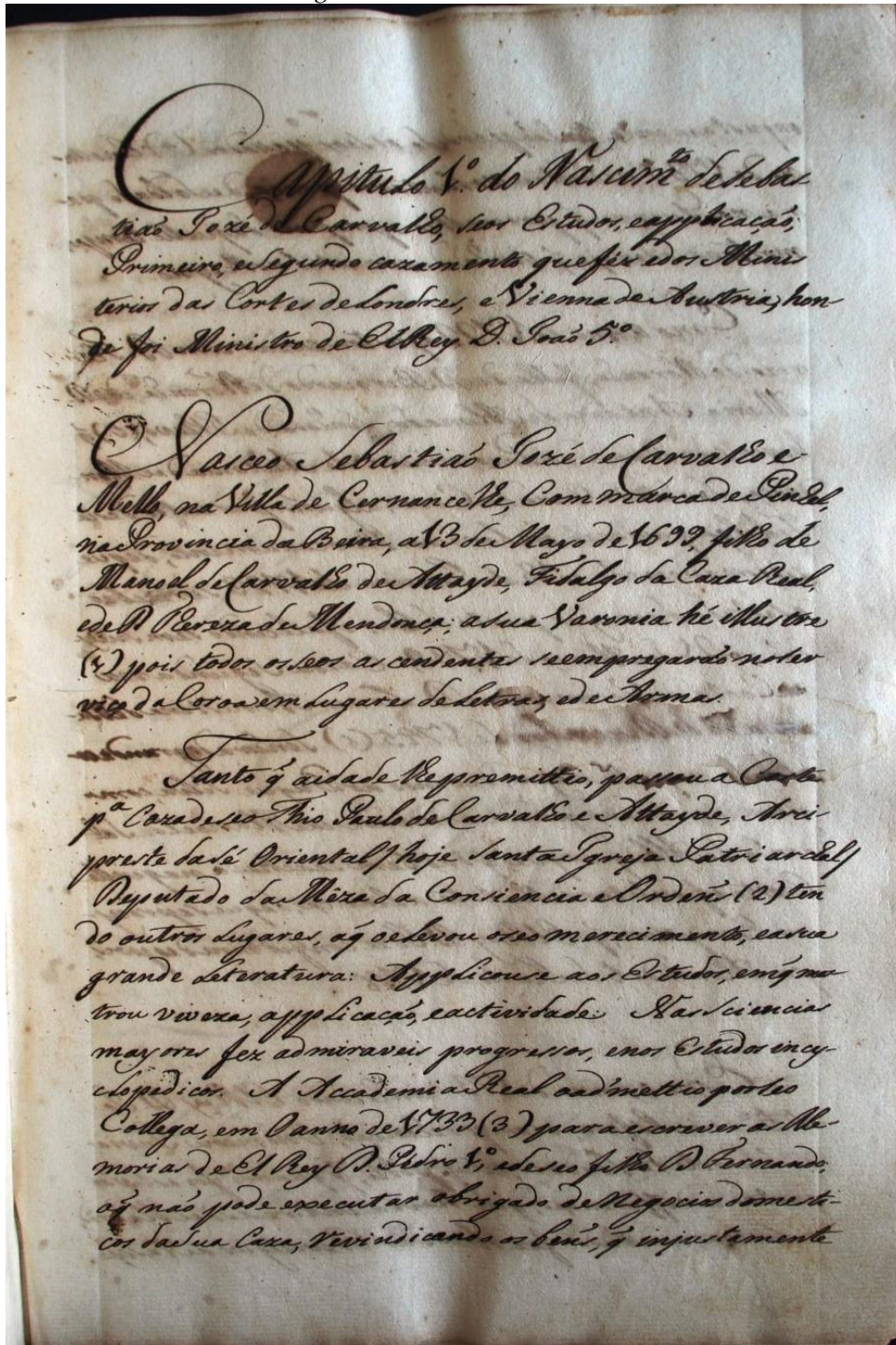


Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.



A título de amostra foi selecionado o fólho 1r do *Códice 132* para que se possam estabelecer os parâmetros para comparação. Veja-se a seguir:

Figura 6 – *Códice 132* – fólho 1r



Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia.

Ao aplicar-se a metodologia utilizada por Alícia Duhá Lose e Libânia Santos (2019), tornam-se evidentes os aspectos que particularizam cada uma das mãos e permitem a comparação. A seguir, são apresentados os resultados desse processo, aplicado aos excertos selecionados para esse trabalho:

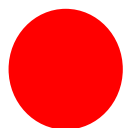
Figura 7 – Escrita do Códice 132 com as marcações empregadas para caracterização da escrita



trou viveza, applicação, e actividade. Nas Sciencias  
mayor fez admiráveis progressos, e nos Estudos ency-  
clopedicos. A Academia Real admittio por elle  
Collega, em O anno de 1733 (3) para escrever a Me-  
moria de El Rey D. Pedro V, e seu filho D. Fernando,  
o qual não pode executar obrigado de Negocios domesti-  
cos da sua Casa, e vindicando os bens q. injustamente

Fonte: Produzido pelos autores.

Figura 8 – Escrita do Marquês de Pombal com as marcações empregadas para caracterização da escrita

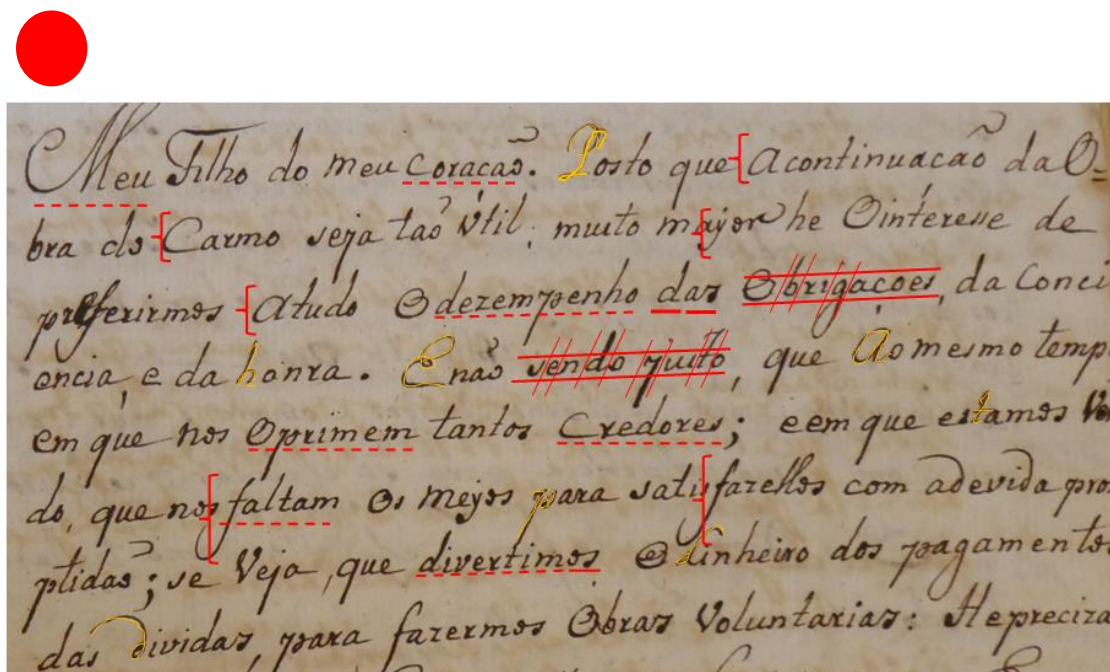


Lima; e fez muito mais para o bem da Pátria em  
publicar a infame Satyra, que solontou na dita  
Patria; e remover de elle o dolo, que iniquamente  
se imprimio contra a mayor elidada, e estor-  
vir secundary. E Dey chento no, que logo como  
de todo o coracao de seu  
Senhor em te se o na  
de seu seu seu

Fonte: Produzido pelos autores.

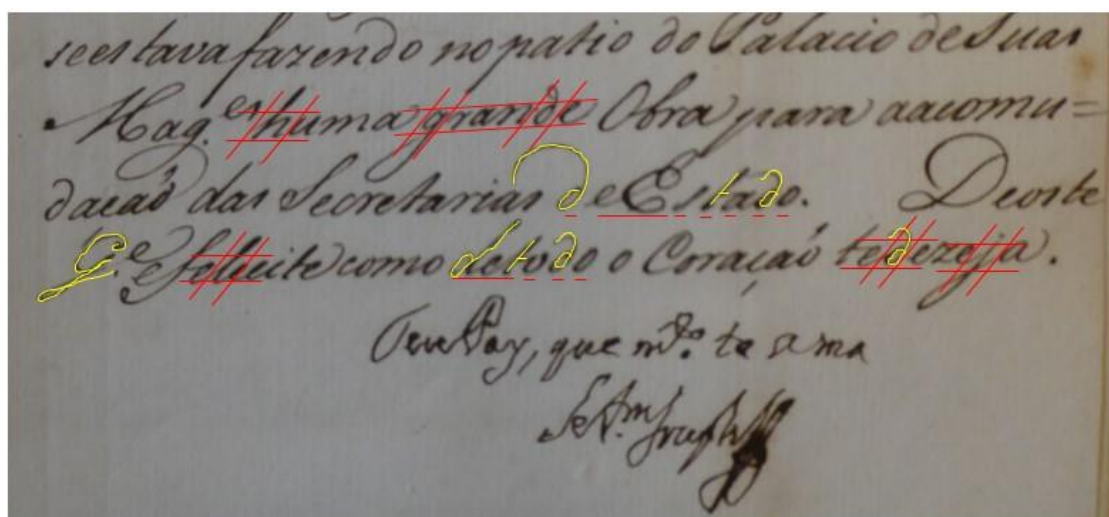


Figura 9 – Escrita do Amanuense 1 com as marcações empregadas para caracterização da escrita



Fonte: Produzido pelos autores.

Figura 10 – Escrita do Amanuense 2 com as marcações empregadas para caracterização da escrita



Fonte: Produzido pelos autores.

## COMPARAÇÃO ENTRE AS MÃOS IDENTIFICADAS

A escrita do Códice 132 é caligráfica, com poucos e discretos, mas notáveis traços ornamentais e capitulares destacadas; cursiva, mas ainda muito pausada, tem inclinação à

direita e módulo muito regular para as minúsculas maiúsculas; não há distinção entre traços finos e grossos, configurando uma mão pesada.

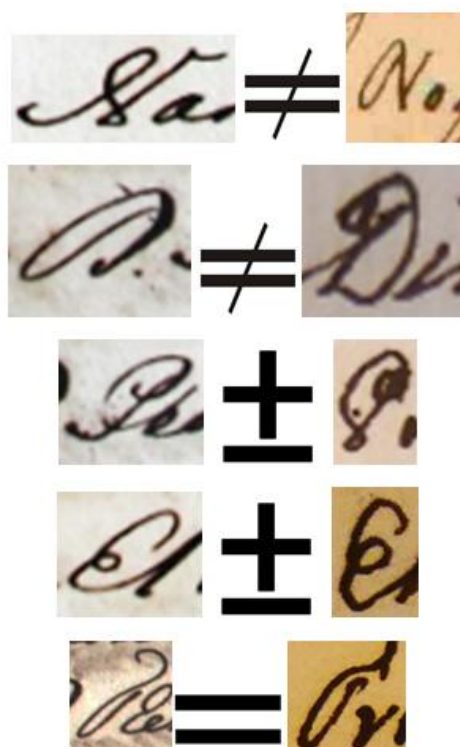
A mão do Marquês de Pombal tem uma característica extremamente peculiar: o traço degenerado; é uma escrita cursiva, com leve inclinação à direita e poucas pausas, aparenta ter base caligráfica, mas a morfologia e o módulo encontram-se bastante prejudicados pelo *ductus* irregular, além de não apresentar ornamentos.

A escrita do amanuense 1, por sua vez, é prototipicamente caligráfica, pausada, com muito poucas ligaduras; o módulo é regular e tem clara distinção entre maiúsculas e minúsculas, com muito pouca inclinação à direita, sendo quase perpendicular em relação à pauta e tendo peso médio.

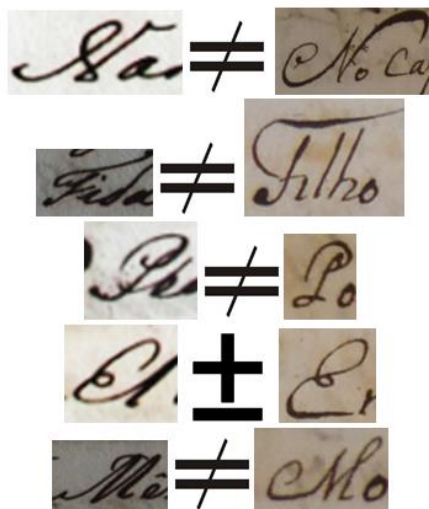
O amanuense 2 tem uma escrita cursiva, bastante pausada, com inclinação para a direita e peso médio.

Observando a morfologia das letras maiúsculas, pode-se estabelecer as relações apresentadas na sequência:

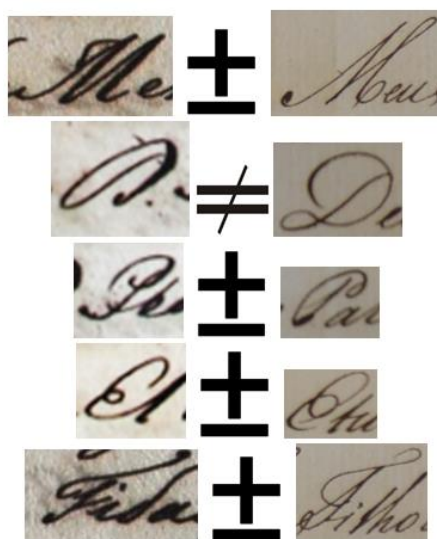
Quadro 1 – Comparação entre o punho do *Códice 132 X* o do Marquês de Pombal



Fonte: Produzido pelos autores.

Quadro 2 – Comparação entre o punho do *Códice 132 X o do Amanuense 1*

Fonte: Produzido pelos autores.

Quadro 3 – Comparação entre o punho do *Códice 132 X o do Amanuense 2*

Fonte: Produzido pelos autores.

Ao se olharem os conjuntos de características utilizadas para cada punho indicadas nas figuras de 7 a 10, as escritas mais pausadas do *Códice 132* e do amanuense 2 tendem a parecer mais semelhantes. Com base nas amostras por grafema demonstradas nos quadros 1 a 3, verifica-se também que a escrita do amanuense 1 se distancia daquela presente no *Códice 132*, mas a do amanuense 2 guarda algumas semelhanças. O mesmo, no entanto, acontece com a comparação dos grafemas do *Códice 132* aos da mão do próprio Pombal que, em uma análise aligeirada, poderia ter sido descartada por apresentar um traço claudicante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia demonstrada neste trabalho, aplicada aqui a uma pequena amostra, permite que se individualizem as características da escrita de cada um dos documentos analisados, com base em que se podem estabelecer parâmetros para comparação. Considerando que o método comparativo é utilizado de modo canônico nas pesquisas desenvolvidas em Paleografia e Diplomática, instrumentalizando-o com os dados obtidos por meio da análise apresentada e a partir do levantamento exaustivo de documentação reconhecidamente associada ao Marquês (ou por escrita autoral ou por escrita delegada), parece seguro dizer que será viável verificar a possibilidade de atribuição da autoria da escrita do *Códice 132* ao Marquês de Pombal ou a algum dos amanuenses a ele associados.

As etapas que serão executadas a seguir, com vistas à aplicação dessa metodologia em uma amostragem muito maior consistem em: 1 inventariar as cartas contidas nos volumes da coleção Pombalina; 2 identificar e relacionar as mãos presentes nos volumes em questão; caracterizar a escrita de cada uma das mãos de maneira minuciosa; comparar as características das mãos associadas ao Marquês de Pombal às características da mão que escreve o *Códice 132*.

Buscar-se-á, também, na medida do possível, identificar as mãos elencadas no decurso da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel**: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ANDRADE, Maria Cecília Jurado. Elementos constitutivos da escrita. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 22-25 (Cursos e eventos nova série, 5)

ARÉVALO JORDÁN, Víctor Hugo. **Introducción a la Paleografía Hispanoamericana**. Córdoba: Ediciones del Sur, 2003 [1984]. 85 p. Disponível em: [www.mundoarchivistico.com.ar/descargar.php?ida=547](http://www.mundoarchivistico.com.ar/descargar.php?ida=547). Acesso em: 03 mar. 2010

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 4. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012 [1995].

LOSE, Alícia Duhá; SANTOS, Libânia da Silva. Uma análise diplomático-paleográfica no nordeste brasileiro em fins do séc. XVIII ou Quem escreveu os pasquins sediciosos da Conspiração dos Alfaiates / Revolta dos Búzios? **Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia**, 2, Coimbra, FLUC, 2018. (no prelo)

MABILLON, Jean. **De Re diplomatica libri VI**. Paris: Luteciae-Parisiorum, 1709 [1681]. Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: [ftp://ftp.bnf.fr/626/N6269902\\_PDF\\_1\\_1DM.pdf](ftp://ftp.bnf.fr/626/N6269902_PDF_1_1DM.pdf). Acesso em: 23 fev. 2014.

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. **Portugal** – Manuscrito do Século XVIII: Edição do Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2016. 831 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

PORTUGAL. Bibliotheca Nacional de Lisboa. **Inventario dos manuscritos (secção xiii)**: Collecção Pombalina. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1891 [1889]. Disponível em: <http://purl.pt/200>. Acesso em: 7 jan. 2020.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal. Colecção Pombalina. Disponível: [http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=183&Itemid=214&lang=pt](http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=214&lang=pt). Acesso em: 2 jan. 2020.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Colaboradores: Florence Arès [et al.]. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Rev. cient.: Pedro Penteadó. Lisboa: Dom Quixote, 1998.





# **RESTAURAÇÃO DE DOIS MANUSCRITOS HISTÓRICOS BAIANOS: COMPLEXIDADES E RESSONÂNCIAS**

**Vanilda Salignac Mazzoni**  
Ateliê Memória e Arte

## **INTRODUÇÃO**

A ideia de criar e montar uma mesa intitulada “Diálogos sobre o patrimônio documental e bibliográfico baiano”, dentro do II Seminário Nacional de Paleografia no ano de 2019, tem tudo a ver com a proposta do Ateliê Memória e Arte, que é atuar na defesa do patrimônio em papel na Bahia, o que inclui sua preservação, conservação e restauro.

Para elaborar e executar a proposta, convidamos outros três amigos (Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo, Dra. Lígia Guimarães e Sanne Letschert), uma vez que apenas

conseguimos concretizar nossas ações se mantivermos um diálogo aberto com outros profissionais de áreas afins à conservação e preservação de acervos. Coube a nós, dentro dos temas discutidos na mesa proposta, falar sobre a restauração dos documentos manuscritos baianos à luz das complexidades e ressonâncias que apresentam.

Vamos, primeiro, à apresentação: o Ateliê de Conservação e Restauração Memória e Arte surgiu oficialmente em 2011, embora desde 2004 já atuasse na área como uma empresa especializada em projetos que envolvem a preservação do patrimônio em papel. Nasceu já contando com mais de 10 anos de experiência e *expertise* em virtude das diversas atividades realizadas pela sua proprietária, Dra. Vanilda Mazzoni, que é restauradora, pesquisadora e estudiosa do assunto. A missão é desenvolver e pôr em prática projetos que envolvem a conservação, preservação e restauração de documentos e livros antigos; organização de bibliotecas especiais e oferta de cursos na área.

Constantemente, nós recebemos um volume muito grande de pedidos de instituições pedindo auxílio para cuidar de manuscritos antigos em vias de se degradarem completamente, o que seria uma tragédia histórica. Nosso papel é auxiliá-los em busca de financiamentos (o que se dá através de editais públicos de cultura, tanto nacionais quanto internacionais, como o Prince Claus Fund, Fundo de Cultura da Bahia, Fazcultura, Itaú Cultural, Vale Patrocínios, etc.) ou incentivá-los a investir nas primeiras noções de ações de conservação em seus acervos.

São muitas instituições que apoiamos e outras que temos parcerias, com extraordinários trabalhos executados, tais como: Recuperação dos documentos relativos à construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia; Livro de Teses da Faculdade de Medicina da Bahia, 1838; Recuperação da Biblioteca Secular do Fórum Ruy Barbosa; Cartas de alforria do Museu do Sertão, UEFS; Documentos da Guerra do Paraguai, Polícia Militar da Bahia; Recuperação da Ata de fundação do Gabinete Português de Leitura da Bahia; Acervo documental da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1832-1890; Restauração do Barléus, História Natural e Manuscrito de Teodoro Sampaio, pertencentes ao acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Restauração dos manuscritos do século 19 do Tribunal de Justiça da Bahia; Organização e recuperação do acervo bibliográfico e

documental da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa (BMMAB); Organização do acervo documental da Congregação de Nossa Senhora dos Humildes, antigo Recolhimento dos Humildes, Santo Amaro, BA; Recuperação dos livros cartoriais do Tribunal de Justiça da Bahia; Recuperação do 1º processo de falsificação de moedas do Tribunal Federal da Bahia, entre outros. Isto significa que protegemos o patrimônio documental que representa mais de 200 anos de história local.

E dentre eles, apoiados por editais públicos, trouxemos aqui dois manuscritos, pertencentes a duas instituições diferentes, ambas do século 19, para utilizarmos como exemplo da importância de recuperar o acervo manuscrito baiano que compreende três períodos históricos e políticos: Colonial, Imperial e Republicano.

Os dois documentos manuscritos foram escolhidos pelos seguintes critérios: valor histórico de seus conteúdos; o avançado estado de degradação, necessitando de imediata intervenção; antiguidade; e não terem passado por nenhum tratamento anterior, pois somente assim estariam aptos a serem inseridos em editais públicos. Também foi levado em consideração que o objeto – a documentação histórica – pertence a instituições multisseculares, tombadas pelas leis brasileiras e protegidas pela nossa Constituição Federal por serem reconhecidas como patrimônio cultural. Portanto, de valor inestimável para a memória social, cultural e histórica tanto da Bahia quanto do Brasil.

Os dois manuscritos baianos selecionados para este artigo foram: o *Livro dos Mortos e Relíquia da Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos, Livro de Termos do Anno de 1832, Acta de Fundação*. Como dito, ambos já foram submetidos a editais culturais, todavia, o primeiro encontra-se em execução de atividades de recuperação; e o segundo já foi executado e se encontra à disposição de pesquisadores.

## **O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: O QUE SIGNIFICA?**

Patrimônio documental é tudo aquilo que o homem registra, é testemunho de um fato, documenta, informa, e que serve como fonte para se contar uma história. No caso desta discussão, estamos falando sobre o patrimônio documental escrito manualmente, ou o

chamado manuscrito, produzido no suporte papel e que foi elevado à patrimônio cultural material por circunstâncias variadas.

Mas quais circunstâncias?

Se levamos em consideração o manuscrito enquanto objeto cultural, compreendemos melhor Se busca re-pensar al manuscrito en función de su naturaleza como bien cultural, como objeto portador de un valor que lo enmarca dentro de la órbita del patrimonio cultural de una nación. (CALVENTE, 2013, p. 1)

Isto significa dizer que é a natureza de bem cultural de um manuscrito que o eleva à categoria de patrimônio: são suas características particulares, pois eles não “nasceram” com essa característica cultural, de herança patrimonial, tornou-se um por ter sido produzido em condições vistas hoje como especiais – seja pelo tipo de papel, pela tinta utilizada, pelo autor, pelo assunto, pelos selos, assinaturas, análise paleográfica, etc.

O manuscrito é um documento privilegiado, pois é único (ainda que existam cópias, sua produção foi artesanal, manual) e traz implícito em seu suporte vários ofícios – o do fabricante do papel, do produtor da tinta, um selo, uma assinatura jurídica, a falta de assinatura, a assinatura a rogo, entre outros, e se for um documento institucional, temos uma história interna sendo revelada, muitas vezes um segredo que muda completamente a trajetória do proprietário do acervo ou do próprio acervo. E cá estamos diante de uma vantagem – acessar esse manuscrito e vê diante de nossos olhos o deslindamento de uma grande história.

A Bahia é um dos lugares em que o acervo manuscrito pode e deve ser visto como patrimônio documental histórico e não apenas um simples “acervo documental”, pois não trazem apenas a história local, como é o caso desses dois documentos a serem mostrados neste artigo, trazem a história do Brasil, portanto é patrimônio. Em ambos os casos, *O Livro dos Mortos* e a *Ata de fundação da Irmandade dos Desvalidos*, inicialmente, foram produzidos como documentos internos de registros cotidianos, não intencionais, apenas documentos de “controle” administrativo. Eram de interesse institucional, mas hoje, à luz do que entendemos como manuscritos históricos, eles sobreviveram aos séculos passados,

chegando à contemporaneidade, reveladores de uma nova história. Um detalhe que desconhecíamos e que muda tudo.

Todo documento manuscrito de uma instituição é importante e merece atenção. Todavia, para ser um documento manuscrito com valor patrimonial, histórico, há de se levar em consideração a sua particularidade com o *tempo de produção* enquanto artefato (seja pelas letras, pelos ornamentos, pela marca d'água, pelas tintas, pelo modo artesanal de sua encadernação, etc) e a sua *representatividade* (a relação com a história local e a identidade social, o que ele representa no processo de construção cultural coletivo). É possível analisar um sem o outro? Sim, se esse documento for representativo de uma época, como os códices medievais, por exemplo, que são testemunhos de uma época muito especial de produção manuscrita e obedeciam a uma série de exigências para tal e são de extraordinária beleza física, encontrados, em geral, até o século 16, e necessariamente não trazem assuntos relevantes, de representatividade, em sua grande maioria, os encontrados até hoje, são livros de orações.

## MANUSCRITO 1

O manuscrito intitulado *Livro dos Mortos* é um texto original, trata do assentamento dos mortos do antigo Recolhimento dos Humildes<sup>1</sup>, situado em Santo Amaro, Bahia.

Foi produzido entre os anos de 1807 e 1921, é uma escrita original, bifólio, tamanho 325 mm x 205 mm x 20 mm, 123 páginas, 64 fólios<sup>2</sup>, papel de alta gramatura, originalmente numerado à direita superior no recto e esquerda superior no verso até a página 40, que corresponde ao fólio 18v. É escrito até o fólio 20r; os fólios 20v ao 31v encontram-se em branco, correspondendo às páginas 44 a 64; fólios 32r e v e 33r possuem escrita; os fólios 33v a 45v estão em branco, correspondendo às páginas 68 a 86; 46r possui escrita; os fólios 46v

<sup>1</sup> Para saber mais sobre o Recolhimento dos Humildes, ver LOSE, Alícia Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *Uma história escrita à mão: Manuscritos do Antigo Recolhimento dos Humildes: documentos de uma história*. Salvador: Memória & Arte, 2016. v.2.

<sup>2</sup> Chamamos de página a numeração original do documento, onde ele começava originalmente; e de fólio a numeração que fazemos em todos os manuscritos, utilizando apenas o recto e contando desde a primeira folha dele, não apenas onde oficialmente começava a numeração.

ao 49v estão em branco, correspondendo às páginas 88 a 94; os fólhos 50 a 54 só possuem escrita no recto, correspondem às páginas 95 a 102; e o fólho 55 está em branco, seja em seu recto ou verso, corresponde às páginas 105 e 106; fólho 56 apenas no recto, página 107; fólhos 57 a 59 há escrita no recto e verso, correspondem às páginas 109 a 114; no fólho 60 apenas no recto; fólhos 61 a 62 possuem escrita no recto e no verso, correspondem às páginas 117 a 120; o fólho 63 só possui escrita no verso; e o folio 64 está em branco em seu recto e verso e corresponde à página 123. Possui abreviaturas e assinaturas, em alguns trechos da escrita foi empregada muita força na execução e em outras mais leve, perceptível no acúmulo ou não de tinta no papel.

Encadernado em capa em papelão, revestida de papel fantasia quadriculado, nas cores verde e bege; embora a lombada exista, seu revestimento se perdeu; a costura está partida; não há título, escrito a várias mãos, todos *os scriptores* tinham a função de Capelão da instituição religiosa naquele período; foram utilizadas várias tintas: a metaloácida, orgânica e carbonada/violácea, provavelmente por ter ultrapassado mais de 100 anos de produção escrita, foi testemunho da evolução das técnicas utilizadas para se produzir um manuscrito. Em média, possui 32 linhas por fólho até o número 32, depois disso diminui bastante chegando a ter até 3 linhas por fólho.

Ainda não foi feito o estudo da característica da escrita por ser um trabalho paleográfico (nesse momento, duas etapas ocorreram – a transcrição já foi finalizada e teve início o seu processo de restauração) e nem o trabalho de indexação. Ambos os estudos serão posteriores, pois optamos em transcrever, primeiro, a fim de conhecermos o conteúdo e, em seguida, restaurar para que assegurássemos a conservação do documento<sup>3</sup>.

Esse documento manuscrito apresenta manchas de umidade, forte cheiro de mofo, sua costura possui 10 furos, com distanciamento de cabeça a 20 mm e de pé a 15 mm; distanciamento de 40 mm entre os seis furos centrais, a linha utilizada é de algodão, bem fina, na cor bege. Seu papel apresenta foxing, bem pouca ação de papirófagos; há pequenos

---

<sup>3</sup> Este documento faz parte de um projeto maior, intitulado *Manuscritos do Recolhimento dos Humildes: A Memória Histórica de Santo Amaro no Século 19*, composto pelos pesquisadores: Dra. Vanilda Mazzoni, Dra. Alícia Duhá Lose, Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo, Me. Perla Andrade Peñailillo e Valnice Salignac de Souza.

halos na escrita onde foi utilizada a tinta metaloácida, inclusive leves corrosões, pequenos rasgos, todavia, não houve perda de suporte e nem perda de informação em todo o documento. Em algumas partes é possível ver rasuras com a informação SEM EFEITO quando se errava data ou nome. O texto não é colunado, possui pontusais a 25 mm e vergaturas<sup>4</sup>. Possui marca d'água e será um estudo à parte.

Em relação ao seu conteúdo, divide-se em três partes: a informação do falecimento dos moradores e frequentadores (eram exceções), que compreende o fólho 1 ao 94; a partir do fólho 95 é informado o número das carneiras de dentro do Recolhimento e quem se encontra enterrado lá; no fólho 115 se informam as servas falecidas e que estão enterradas fora do Recolhimento dos Humildes, dado bastante significativo, pois podemos perceber a discrepância social entre as recolhidas e servas até mesmo no *pos mortem*. Traz importantes assinaturas, como o do Capelão Padre Ignácio dos Santos Araújo, fundador; e Frei Bento Maria Santíssima, que esteve por 37 anos como Capelão da instituição religiosa; O Capelão Frei Luiz Maria de Belforte; Vigário João Octaviano d'Araujo e o Capelão Padre Joaquim Francisco de Vasconcellos. Inclusive, as informações da morte deles:

Aos 21 de Julho 1841 foi sepultado o *Reverendissimo* Capellaõ Padre Ignacio dos Santos e Araujo no chaõ da Capella mor desta Igreja fallecido no dia 20 *Janeiro* com grande fama de Santidade que foi o Fundador, e Diretor deste Recolhimento da Nossa Senhora dos Humildes, por varias doenças na idade de 70 annos mais ou menos, tendo recebido os santos Sacramentos. (LIVRO DOS MORTOS, f. 3v)

Aos cinco dias do mez de Julho de mil oitocentos e oitenta falleceu de uma meningite cerebral o *Reverendo* Frei Bento de Maria Santissima, religioso da ordem de *Saõ* Francisco, da província da Bahia, natural do Reino de Portugal; na idade de setenta e cinco annos e meio. O finado foi capelaõ, diretor deste Recolhimento *durante*

<sup>4</sup> “As vergaturas e os pontusais são resultantes, na produção manual de papel, da configuração da teia da forma. Esta, usualmente de cobre, era formada por fios muito próximos, paralelos ao lado maior da forma (trama das vergaturas), e por fios mais distantes, paralelos ao lado menor da forma, chamados pontusais. Deste modo, numa folha de papel avergoado são visíveis as vergaturas, linhas de cor clara, com reduzidos espaços de separação, cruzadas pelos pontusais, linhas que apresentam um maior espaçamento entre si. Naturalmente que, de acordo com a dobragem de uma folha de papel, estas vergaturas e pontusais poderão aparecer na horizontal ou na vertical, condicionando a localização e visibilidade da própria marca de água”. (SANTOS, 2014, p. 3)

trinta e sete annos, distinguindo-se sempre pela sua acrysolada virtude, a *muito* zelo apostolico; promovendo com muita dedicação os interesses espirituaes e temporaes deste pio Estabelecimento. Depois da missa solemne de requiem e encommendação a *que* assistiraõ todos os sacerdotes desta cidade e *mesmas* intras *que* compareceraõ, foi ainda as sete horas da noite do seis do referido mez encommendado por quatro religiosos de sua ordem, *que* da capital vieraõ por mando do Reverendo Provincial do convento de *Saõ* Francisco; sendo em seguida sepultado na Capela deste Recolhimento. E para constar fiz este assento, e autos de igual theor no livro da parochia.

O Vigario Joaõ Octaviano d' *Araujo*.

Em aditamento declaro que recebeo os últimos sacramentos com santo fervor, e grande edificação de quantos existiram. N. 1. Descance em pas  
O Vigario Joaõ Octaviano d' *Araujo*. (LIVRO DOS MORTOS, f. 9v e 10r)

Aos dez dias do mes de Janeiro de 1912 falleceu de augina pectoria o Reverendissimo Senhor Padre Manoel Joaquim Francisco de Vasconcellos natural do Rio Grande do Norte na idade de setenta e seis annos quatro mezes e dezenove dias.

Foi Capellão e Director deste Recolhimento trinta e um annos cinco mezes faltando dez dias para interar trinta e um annos e meio, distinguindo-se sempre pelas suas virtudes, promovendo com muita dedicação os interesses espirituais e temporaes deste Recolhimento. (LIVRO DOS MORTOS, f. 17v)

Possui Termo de Abertura, que traz a seguinte informação abaixo, mas não há Termo de Encerramento:

Livro de assentos dos mortos sepultados neste Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, e dos que se vierem sepultar nos carneiros do mesmo Recolhimento que estão fora do Recolhimento. Anno de 1818, aos 7 de Janeiro do *dito* anno.

Contem tambem neste livro os termos, e mais determinaçoens dos Illustrissimos, e Reverendissimos senhores Visitadores.

Em média, as recolhidas e servas faleciam muito idosas, a partir de 80 anos, ou muito jovens, entre 20 e 30 anos; a mais jovem tinha seis anos, mas isso não era uma tônica.



Quando não sabiam a idade, indicavam “25 anos mais ou menos” ou “70 e tantos anos” ou “maior de” “menor de”. O documento informa a data do falecimento, a hora, a *causa mortis*, se a falecida era recolhida, serva ou pensionista; qual a sua cor; se faleceu dentro do Recolhimento ou no quintal, morte súbita, como aconteceu com algumas moças, e algumas poucas trazem a filiação.

Aos 8 de Outubro 1829 foi sepultado no Carneiro, n. 1 desta Igreja do Recolhimento de *Nossa Senhora dos Humildes*, *Dona Anna Joaquina Ignacia* com todos os Sacramentos, *que faleceo de hidropezia*, com habito carmelitano, sepultada: annos de sua idade maior de Sincoenta.

Director Ignacio dos Santos Araujo. (Fólio 1v)

Foi sepultado nesta Igreja do Recolhimento de *Nossa Senhora dos Humildes*, Felicianno Pinheiro de idade de Setenta annos, pouco maes, ou menos, aos 13 de de Janeiro 1830. Villa da Purificaçam e *Santo Amaro* 15 de Janeiro 1830. O Capellaõ Ignacio dos Santos Araujo. (Fólio 2v)

Aos 22 de Março de 1845 faleceo <sup>quase</sup> de repente a *Senhora Vice Regente* Roza Maria do Carmo, de idade de 59 annos, recebendo nesta occasiã a absolvição sacramental ainda convidada, e em duvida o Sacramento da Extremunção e está sepultada em o Cemiterio interior digo nos carneiros do Recolhimento.

O Capellaõ Frei Bento de *Maria Santissima* (Fólio 3v)

Embora o documento tenha como data de início de sua produção o ano de 1818, existe um anúncio anterior à primeira descrição de falecimento, mas datado de 1807 e assinado pelo fundador do Recolhimento dos Humildes, Frei Ignacio de Araújo:

Aos 21 de Dezembro de 1807 faleceo da vida *prezente*, com todos os sacramentos Feliciano Maria, Recolhida deste Recolhimento de *Nossa Senhora dos Humildes* e foi sepultada no carneiro numero 6, de fora, de *infernidade* incógnita; filha legitima de Antonio Pereira e Margarida Josefa, sendo de idade de quarenta e cinco annos. O Capellão Ignacio dos Santos Araujo

A **complexidade** diz respeito ao tratamento do documento e as dificuldades que o próprio manuscrito apresenta (estado de conservação e características da escrita): muitos *scriptores* – leva a outro grau de dificuldade na identificação do conteúdo em função das diferentes escritas e traços, o que, muitas vezes, traz complexidade na leitura por ser difícil

reconhecer a escrita; produzido em tinta metaloácida, orgânica e em tinta carbonada/violácea – o mesmo documento trazendo esses três tipos significa que a técnica de restauração terá que ser variada; papel em estado de degradação, manchas de umidade, forte cheiro de mofo – implica em diversos banhos e aplicação química ao tratamento do papel; costura partida, cadernos soltos e encadernação inadequada – significa que teremos que reencaderná-lo.

A **ressonância** diz respeito à memória social e à repercussão que este documento trará para as pesquisas no meio acadêmico após sua completa recuperação e estudo.

Este manuscrito, o *Livro dos Mortos*, é um importante registro etnográfico e científico, pois é possível levantar as doenças que acometiam as recolhidas durante todo o século 19, pelo menos na cidade de Santo Amaro, Recôncavo Baiano. Em uma breve leitura, conseguimos levantar 33 doenças relacionadas à *causa mortis*: angina; arteriosclerose; ataques de asma; beriberi; cancro na língua; cancro no peito; congestão cerebral; congestão; cólera; cólica interina; enfermidade interina; erisipela gangrenosa; esclerose intestinal; febre intestinal; febre com tumor no pescoço; febre tísica; febre amarela; febre tifoide; febre maligna; febre perniciosa; influenza; infarto; impaludismo; lesão cardíaca; meningite cerebral; moléstia incógnita; moléstia interna; moléstia de fígado; moléstia do peito; paralisia; sarampo; tuberculose e algumas identificadas como “terrível moléstia”. Também podemos perceber que havia um cuidado em relação às doentes, elas eram levadas a hospitais para tratamento, muitas vezes fora da Cidade, e retornavam, todavia, se a doença estava avançada elas faleciam.

Ao mesmo tempo também se podem estudar as relações internas de um Recolhimento, pois há indicação de cor, idade e função exercida no Recolhimento. Para além disso, é notório o hábito de enterramento no interior das igrejas para os defuntos de classe alta ou com títulos eclesiásticos; no exterior para as servas<sup>5</sup>. E mais ainda: embora o Recolhimento dos Humildes só tenha recebido autorização imperial para funcionamento

---

<sup>5</sup> Esse hábito de enterrar em Igrejas levou a Bahia a um movimento chamado Cemiterada, revolta das Irmandades contra a proibição desse costume e a criação de um espaço específico – um cemitério, pois significava o fim do poder das Irmandades nos enterros, o que gerava ganhos financeiros para elas. Ver REIS, João. **A morte é uma festa**: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

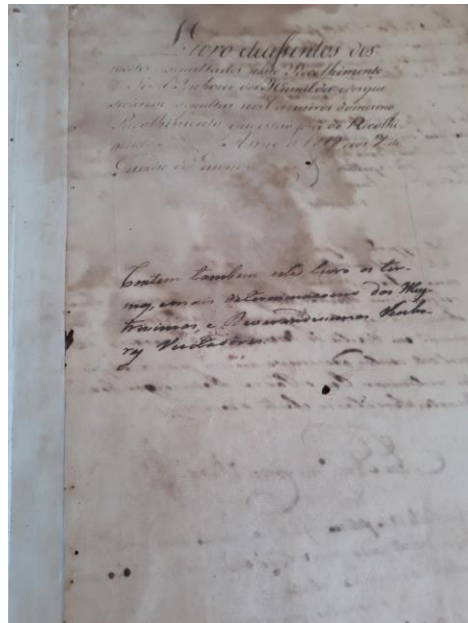
em 1817, já funcionava desde 1798 e neste documento o registro das mortes, como visto começa em 1807, ou seja, 10 anos antes de sua fundação oficial. O acesso ao documento será público, através do *site* do Ateliê Memória e Arte<sup>6</sup>, após tratamento, transcrição paleográfica e digitalização.

Foto 1 – Capa



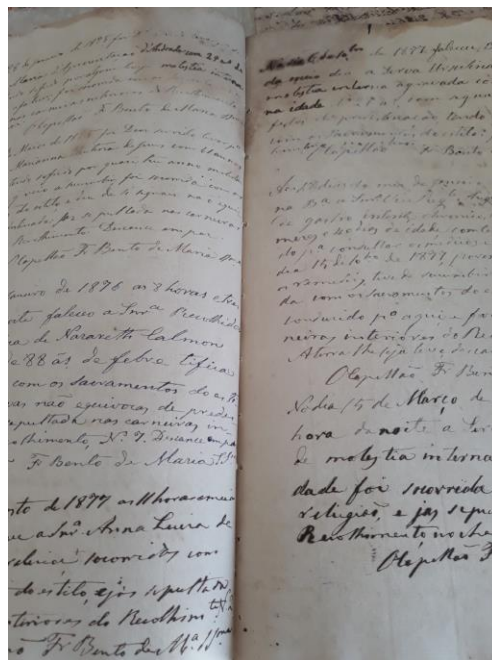
Fonte: Memória e Arte.

Foto 2 – Fólio do Termo de Abertura



Fonte: Memória e Arte.

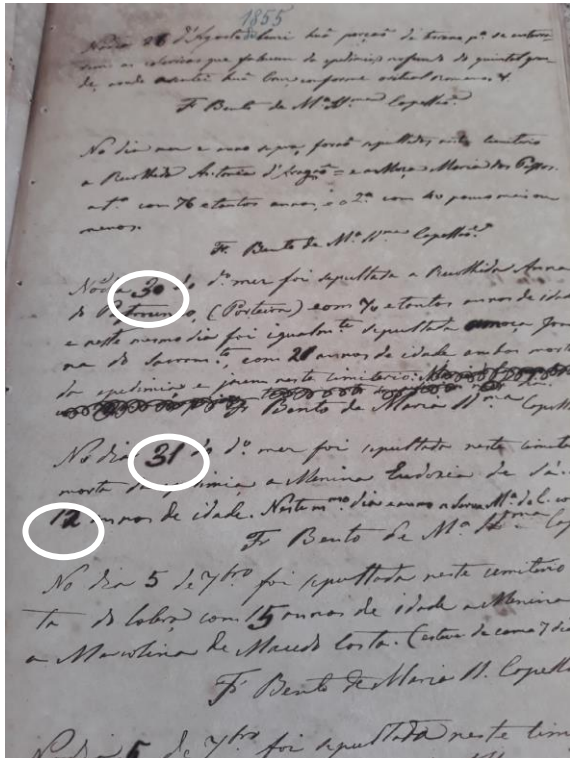
Foto 3 – Má conservação e tintas variadas



Fonte: Memória e Arte.

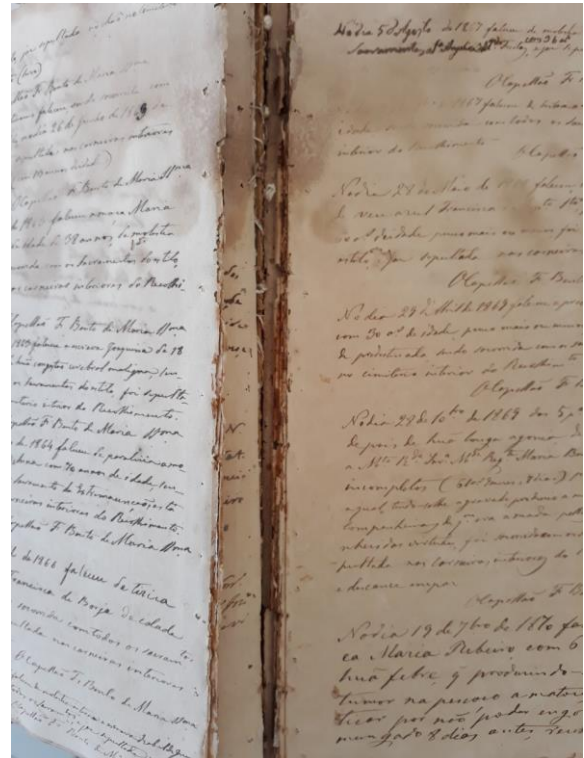
<sup>6</sup> [www.memoriaarte.com.br](http://www.memoriaarte.com.br)

Foto 4 – Halos, início de corrosão



Fonte: Memória e Arte .

Foto 5 – Costura partida, cadernos soltos



Fonte: Memória e Arte.

## MANUSCRITO 2

O segundo documento, intitulado *Relíquia da Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos, Livro de Termos do Anno de 1832, Acta de Fundação*, pertence à Sociedade Protectora dos Desvalidos, localizada no Pelourinho, Salvador, Bahia, que é a proprietária do documento e a quem cabe a responsabilidade da guarda patrimonial. Embora esteja contido no acervo arquivístico do SPD, não trata dela. O conteúdo desse *Livro de Termos* é variado, são atas administrativas, discussão do Compromisso da Irmandade, elaboração de festas religiosas, formas de auxílio mútuo.

Descreve ações da Irmandade dos Desvalidos, entre os anos 1832 a 1847, que é reconhecida, até então, como a única instituição religiosa leiga composta apenas por negros livres e trabalhadores que tinham como finalidade o amparo aos outros negros desvalidos, a quem se atribui a produção escrita.

*Relíquia da Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos, Actas 1832-1847* possui 101 fólios, numerados à direita superior no recto, foi escrito em papel

avergoado de média gramatura, apresentando vergaturas e pontusais; possui uma marca d'água – NR – e, em oposição à marca do fabricante do papel, a imagem de um leão; há uma assinatura do escrivão e secretário responsável pela produção do livro ata e do termo de encerramento, [Pedro] *Martris*, seguido da dita numeração. Esse documento é iniciado em 10 de setembro de 1832, data da 1ª reunião da dita Irmandade, e finalizado em 07 de março de 1847, embora o Termo de Encerramento traga a seguinte informação:

Este livro que ha de servir para os termos das Rezolucons que tomar a Devoção de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos e para seo bom governo consta de sem folhas numeradas e Rubricadas Faceados e para que tenha o devido credito e legalidade fis este termo em que me assignei Bahia 5 de Marco de 1837 Pedro Martris Porvedor. (Fólio 101r)

Para ser membro da Irmandade era exigido que o candidato fosse negro, liberto e que tivesse uma ocupação com renda: “*tenhaõ um meio licito d’onde tirem um lucro sufficiente para sua subsistencia*”, pois cada Irmão pagava uma mensalidade chamada *joia*, que servia para manutenção das festas solenes, acudir viúvas, amparar órfãos e idosos, além de prestar socorro aos Irmãos doentes que não mais podiam trabalhar. Portanto, negro escravo ou liberto sem atividade remunerada não tinha acesso à Irmandade. A ata de 29 de março de 1835 reforça a exigência –

Estando todos Corpos da Devoção, Reonidos Aprovamos prunanamime Vontades o prezente Comprimiço da nossa Devoção, da Santiçicima Verginal Senhora da Sollidade dos Desvalidos pertencente Chiolos Liver de Cores pretas naçidos no Inperio do Barzelio [...]. (Fólio 18r)

Os desvalidos eram sujeitos tipicamente urbanos, que viviam de trabalhos de “ganho” em sua grande maioria. Pierre Verger, em *Fluxo e refluxo: Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, de 1987, descreve a profissão e origem de cada um deles – o Juiz fundador era um “ganhador de canto da Preguiça”; Manoel da Conceição era um marceneiro que exercia dentro da Irmandade a função de tesoureiro; Luis Teixeira, pedreiro, era o escrivão. E os três possuíam a chave do cofre onde eram guardadas as joias mensais, pagas pelos Irmãos e que se abria com três chaves concomitantemente; Gregório Bahia, Balthazar dos Reis e Manoel do Sacramento,

marceneiros; Ignácio de Jesus e Barnabé Álvaro dos Santos, profissão desconhecida; Bernardino Souza e Pedro Fortunato de Farias, pedreiros; Gregório de Nascimento, carroceiro; Theotônio de Souza fazia vinagre; Francisco José Pepino, calafate; Daniel Correia era “ganhador de canto do Pilar”; Roberto Tavares, carregador de água; José Fernandes do Ó, vendedor de toucinho; e Manoel Martins dos Santos, que trabalhava do porto da lenha. Desconfia-se que Gregório Bahia, José Fernandes do Ó, Manoel Victo Serra, Manoel da Conceição, Luis Teixeira e Manoel do Sacramento eram africanos de religião muçulmana, mas ainda não há comprovações documentais.

A Irmandade de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos tinha em seu Compromisso rígidas normas e sanções: eram muitos casos de suspensões, cobranças de multas e expulsões. E objetivando o reconhecimento e o respeito da sociedade soteropolitana do século XIX, os membros da Irmandade buscavam participar com altivez das festas religiosas da Cidade, sempre com muita pompa.

É um manuscrito bifólio, com vários *scriptores*, formado por 13 cadernos, escritos no recto e no verso, em um total de 157 documentos/atas, de tamanho 300 mm x 200 mm x 25 mm. Foi produzido em tinta orgânica com pouco fixador. Ação isolada de papirófagos e todas as bordas mostram pista de roedores. Pasta revestida em papel *contact* marrom, imitando madeira, com papel datilografado com o título inadequado (porque este manuscrito não traz a história da fundação do SPD, e sim a história da Irmandade dos Desvalidos, que sobreviveu até meados de 1848).

**A complexidade** deste trabalho de restauro diz respeito ao fato de ter sido escrito em tinta orgânica e devido ao tempo de sua produção escrita (188 anos), em vários fólios a tinta já está bastante esmaecida o que dificultou bastante a transcrição, necessitando da ajuda da luz ultravioleta para esse trabalho. Muitas vezes achamos que a dificuldade da transcrição paleográfica está na letra do *scriptor*, porém, muitas pessoas não se dão conta de que o material produzido para a escrita também causa enormes dificuldades.

Este documento só foi recuperado por ter recebido em 2018 um apoio financeiro da Prince Claus Fund, uma instituição holandesa, já foi digitalizado, transcrito e restaurado;



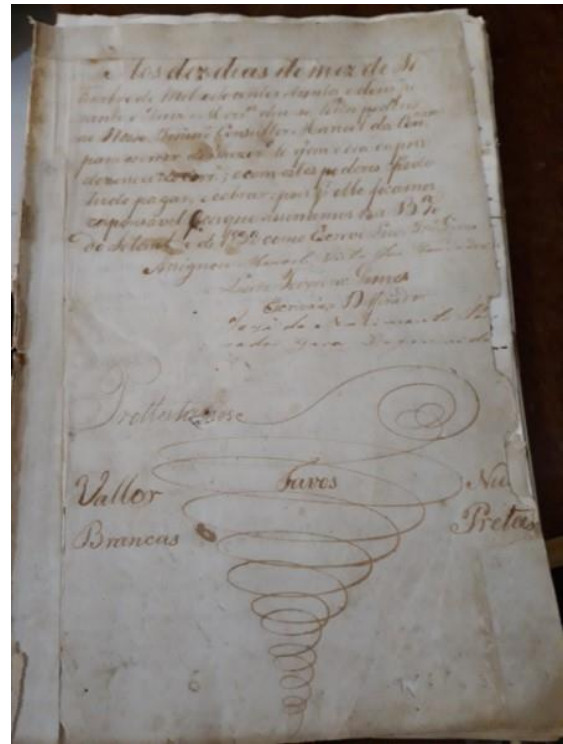
além de ter sido chancelado, também em 2018, pelo MOW/Brasil como documento Memória do Mundo.

Foto 6 – Capa inadequada



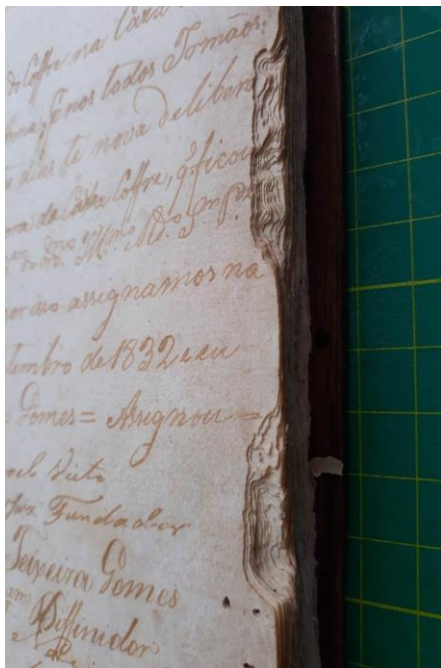
Fonte: Memória e Arte.

Foto 7 – Fólio 1



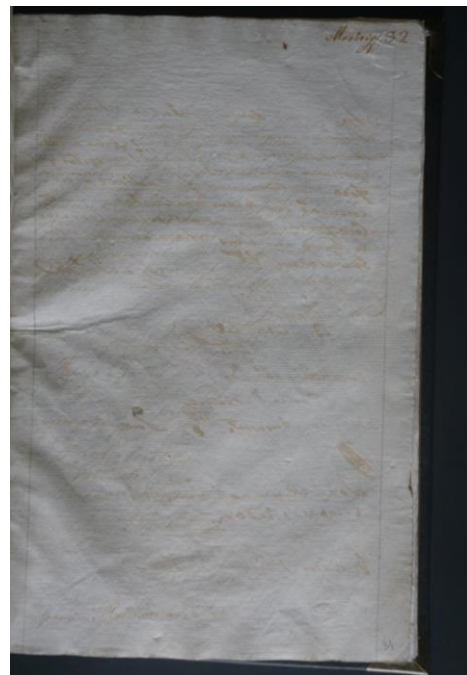
Fonte: Memória e Arte.

Foto 8 – Ataque de roedores



Fonte: Memória e Arte.

Foto 9 – Esmaciamento da tinta



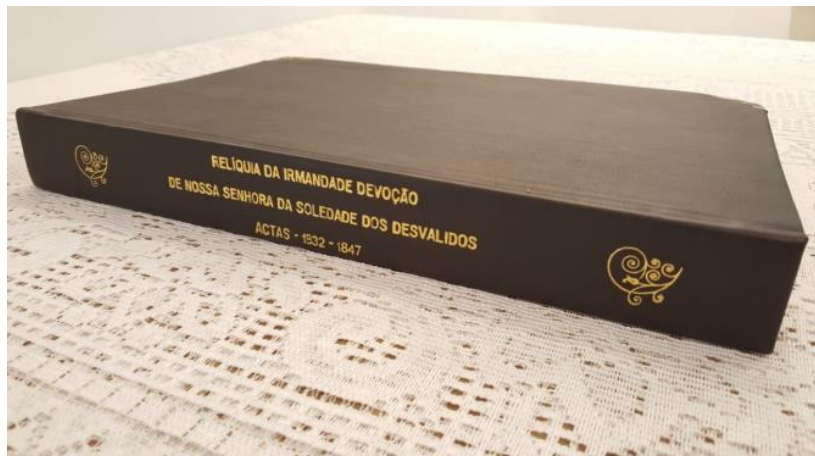
Fonte: Memória e Arte.

Foto 10 – Nova capa em couro



Fonte: Memória e Arte.

Foto 11 – Título dourado na lombada



Fonte: Memória e Arte.

Foto 12 – Ata restaurada



Fonte: Memória e Arte.



A **ressonância** diz respeito aos conhecimentos que a leitura do documento acrescenta aos estudos da história da escrita, pois pouco se sabe sobre textos feitos por ex-escravos na Bahia, muito se sabe acerca deles, alguém falando sobre eles, mas eles mesmos sendo protagonistas são poucos. A história deste manuscrito é muito importante, pois traz os compromissos da Irmandade, as regras para a entrada e permanência do pretendente.

Gostaríamos de enfatizar a importância de pessoas como Sanne Letschert, representante e incentivadora de projetos de recuperação de acervos culturais da Prince Claus Fund, que faz parte da equipe que seleciona documentos inscritos pela América Latina, América Central, Europa e Ásia, e termos sido escolhidos para sermos financiados foi realmente uma grande conquista; Maria Lygia Guimarães, do MowBrasil/Unesco, que foi responsável pela coordenação da seleção de documentos cancelados no ano de 2018 e que também saímos vitoriosos, em uma fase também muito difícil porque todo o país participava da seleção; a Fabiano Cataldo (UNIRIO), que organizou comigo esta mesa, e é parceiro do Memória e Arte; a Alícia Duhá Lose (UFBA) não apenas por ter cedido este espaço dentro do evento organizado por ela, mas também porque o Memória e Arte sempre pode contar com ela para tudo, principalmente nos orientando nas transcrições dos manuscritos que chegam ao Ateliê; e a Maria Cláudia Santiago (Fiocruz) por nos ter apoiado no preenchimento do formulário e sempre se colocar à nossa disposição para auxiliar em todos os nossos projetos.

Todos foram formidáveis pelo apoio e premiação deste documento, pois sem sensibilidade deles para perceber a importância deste manuscrito enquanto documento histórico seria muito difícil ele ser contemplado, pois são muitos bons documentos a serem selecionados, e imaginamos a dificuldade delas na escolha.

## **FINALIZANDO ...**

Assim como todo o resto do Brasil, a Bahia também tem seus problemas de conservação, preservação e necessitamos de apoio, seja particular ou público, para que consigamos salvar parte de nossa história escrita e/ou impressa. Não cabe somente ao

Estado cuidar, se todos nós tivermos consciência do valor patrimonial podemos também participar da preservação, auxiliando instituições, participando de campanhas e editais públicos, dando retorno de nossos trabalhos de pesquisa às instituições proprietárias ou custodiadoras dos documentos com os quais muitos pesquisadores trabalham.

Qual o significado e importância da restauração dos manuscritos baianos? Primeiro, por sua condição de unicidade, e como significa originalidade se o perdermos cria-se uma lacuna histórica; segundo, é a prova cabal de acontecimentos, pois é testemunho de uma época; terceiro, se não cuidarmos de nossa história escrita, quem o fará? quarto, fomenta a pesquisa sobre a história da Bahia e do Brasil, pois, de uma maneira geral, a fonte primária é fidedigna para contarmos uma história.

Em nome de todos que compuseram a mesa “Diálogos sobre o patrimônio documental e bibliográfico baiano” e que para gerou esse artigo, *Restauração de dois manuscritos históricos baianos: Complexidades e ressonâncias*, agradecemos à comissão deste evento por nos ter permitido abrir este diálogo e nos ceder espaço para discussões. E ratificamos aqui nosso compromisso em promover diálogos e debates para, juntos, buscarmos uma solução para a drástica situação do acervo em papel no Brasil e da evidente necessidade de nos unirmos em busca de editais públicos para apoio aos nossos trabalhos de restaurador e de pesquisador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em:  
[https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp).  
Acesso em: 10 ago. 2019.

CALVENTE, Victoria. **El manuscrito como objeto cultural**. Disponível em:  
<https://core.ac.uk/download/pdf/33186483.pdf>.

HAMEL, Christopher de. **Manuscritos notáveis**. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS DESVALIDOS. **Acta de fundação**, 1832, Manuscrito.

LEITE, Douglas Guimarães. **Mutualistas, graças a Deus**: Identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). 254f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

LOSE, Alícia Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac de S. **Uma história escrita à mão**: Manuscritos do Antigo Recolhimento dos Humildes: documentos de uma história. Salvador: Memória e Arte, 2016. v. 2.

MONTE, Vanessa Martins do. **Correspondências Paulistas**: As formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). São Paulo: FAPESP: Humanitas, 2015.

RECOLHIMENTO DOS HUMILDES. **Livro dos Mortos**, 1818, Manuscrito.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e historia do papel: A convergência de um estudo. **Cultura**, Revista de História e Teoria das Ideias, v. 33, 2014.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Conservação e preservação dos acervos documentais baianos e o trabalho filológico. **Cadernos do CNLF**, v.19. n.2, t.1, 2010. Disponível em: <[www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_1/815-826pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/815-826pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2019

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo**: Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX. 3 ed. São Paulo: Corrupio, 1987.



# **PERSPECTIVA E APONTAMENTOS SOBRE PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL<sup>1</sup>**

**Fabiano Cataldo de Azevedo**  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## **INTRODUÇÃO**

Há mais de dois séculos o termo patrimônio cultural é usado no México, ainda assim existem deficiências conceituais e regulatórias para determinar quais manifestações compõem o patrimônio da nação. A determinação de objetos culturalmente valiosos é subjetiva, e boa parte disso se deve ao fato das instituições não possuírem iniciativas suficientes e mecanismos normativos sólidos, do ponto de vista conceitual e metodológico,

---

<sup>1</sup>Gostaríamos de dedicar este artigo aos alunos da Graduação e Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que cursaram a disciplina Patrimônio Bibliográfico, pois nossas discussões e suas dúvidas também colaboraram muito para algumas das reflexões que serão postas aqui. Agradecemos igualmente a generosidade da leitura e sugestões feitas por minha amiga Maria Fernandes Cruz Marggraf.

que apoiam a valorização, disseminação e usufruto racional do patrimônio cultural (PALMA PEÑA, 2013b. p. 37)<sup>2</sup>

As palavras do Bibliotecário e Documentalista Juan Miguel Palma Peña abrem este texto por uma série de motivos: primeiro, porque no campo que iremos tratar aqui é um dos teóricos que mais conforma com nossa maneira de ver o assunto; segundo, porque evidencia outro ponto que chamaremos atenção, ou seja, as deficiências conceituais, que também estão presentes aqui no Brasil, e o escasso envolvimento nessa seara de atores que de fato atuam nesta área.

A motivação para este artigo é a mesma de todos os trabalhos contidos nesta publicação, no nosso caso, especificamente pelo convite para participar da mesa redonda “Diálogos sobre o Patrimônio Bibliográfico e Documental Baiano”. Na ocasião, em razão do tempo de fala, partimos de um recorte muito específico com objetivo de apresentar um breve panorama conceitual e, sobretudo, lançar alguns questionamentos que vêm nos inquietando há algum tempo.

Com a oportunidade de escrever um artigo percebemos que seria necessário fazer-nos valer de um breve resumo curricular de pontos de nossa trajetória que endossam as reflexões e inquietações que apresentaremos adiante.

Constatamos que aproximação com o tema “Patrimônio Bibliográfico” começou especificamente em janeiro de 2010, quando oferecemos pela primeira vez na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) a disciplina “Políticas de Preservação de Acervos Bibliográficos”. Na ementa desse componente curricular, oferecido aos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia, consta, dentre outros pontos, “[...] Conceitos e princípios do patrimônio bibliográfico. Políticas de preservação do patrimônio bibliográfico. Conservação Preventiva, Bibliotecas e Patrimônio Bibliográfico [...]”.

---

<sup>2</sup>A más de dos siglos de utilizarse el término patrimonio cultural em México, aún existen carencias conceptuales y normativas para determinar qué manifestaciones conforman el patrimonio de la nación. La determinación de los objetos culturalmente valiosos es subjetiva, y buena parte de esto se debe a que las instituciones no cuentan con suficientes iniciativas y mecanismos normativos sólidos, desde el punto de vista conceptual y metodológico, que apoyen la valoración, la difusión y el usufruto racional del patrimonio cultural

Dois anos depois, em 2012, formulamos o curso de “Formação e Gestão de Coleções Especiais” e em seu conteúdo as discussões sobre “Coleções Especiais” e “Raridade Documental” nos levaram a um mergulho ainda maior no tema. Acresce-se a isto a pesquisa sobre produção impressa no âmbito da prática de ensino da disciplina “História do Livro e das Bibliotecas II”.

Neste mesmo ano, de 2012, passamos a fazer parte, inicialmente como membro correspondente e depois como membro do comitê executivo, do *Rare Books and Special Collections Section*, da *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* e cinco anos depois integramos, a convite também, o *Cultural Heritage Programme Advisory Committee*, também ligado a IFLA. Em ambas as atividades tivemos oportunidade de conhecer outros debates sobre o tema, bem como, e, sobretudo, compreender um pouco melhor como ele é tratado aqui, na América Latina.

Com a inquietação promovida pelo contato com profissionais de vários continentes e com as leituras que estávamos fazendo, no segundo semestre de 2018 decidimos oferecer em caráter optativo a disciplina “Patrimônio Bibliográfico” para o curso de graduação em Biblioteconomia da UNIRIO. A experiência não poderia ter sido mais promissora<sup>3</sup>, pois pelo plano de aula foi possível seguir uma lógica que privilegiou desde a ideia mais ampla e propedêutica do patrimônio até a inserção desse conteúdo em currículos universitários.

Foi especificamente para esta ocasião que aprofundamos alguns pontos e autores que apresentaremos aqui. Notamos uma forma bem mais lógica na abordagem de determinados pesquisadores latino-americanos, sobretudo colombianos, argentinos e mexicanos, pois tocavam em pontos que há muito nos incomodavam: associar Patrimônio Bibliográfico ao Livro Antigo e/ou ao Livro Raro. Sobretudo porque em nosso país esse conceito de “livro raro” é bastante nebuloso, pois além de defasado, parte advém de parâmetros identitários europeus. Verificamos igualmente a aproximação com a ideia de memória e identidade

---

<sup>3</sup> Sem dúvidas, um dos melhores frutos foi a orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso: ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. *A segurança física de coleções especiais: gerenciamento de risco na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

nacionais via produção de conhecimento, seja manuscrita ou impressa – especialmente no caso das categorias que tratamos neste artigo. Enfim, o contato com autores como Juan Miguel Palma Peña, Maria Idalia Garcia Aguilar, Rosa Maria Fernandez de Zamora, Orlanda Jamarillo (esta da Espanha) foi muito importante para ampliar nossa compreensão, segundo parâmetros que nos são bem mais próximos.

Feita esta sumária contextualização, pelas razões apresentadas anteriormente, o objetivo deste artigo será tentar apresentar uma discussão conceitual acerca do Patrimônio Bibliográfico e Documental.

Nesse sentido, precisamos esclarecer certos aspectos. Este texto não tem caráter conclusivo, não espera ser exaustivo e muito menos pretende criar polêmicas ou intenta ser uma referência. A proposta não é apresentar respostas e soluções, mas contribuir, de alguma maneira, para os debates sobre Patrimônio Bibliográfico em nosso país. Por isso, esperamos que, motivado por complementações e/ou refutações, a discussão continue e evolua.

Como consta no próprio título, trata-se de “perspectivas” e “apontamentos”. E quais seriam essas? As perspectivas de um teórico, tomadas a partir de pesquisa, leituras, experiência em atividades de ensino e com especialistas, além de participação em órgãos internacionais. Portanto, poderíamos considerar isto muito mais um ensaio do que um artigo.

Como metodologia, utilizaremos a revisão de literatura a partir de uma seleção prévia que corrobora para endossar nossos argumentos. Ao entorno do conceito “Patrimônio Bibliográfico” circundam outros como “Patrimônio”, “Patrimônio Documental”; “Patrimônio Cultural”, “Patrimônio Histórico”, “Patrimônio Cultural e Histórico”. Talvez um livro inteiro fosse mais abrangente em todas essas abordagens, o que não é este o caso.

Há algum tempo pesquisadores brasileiros, dentro dos seus recortes específicos, já sinalizavam para a necessidade não só de discussão conceitual, mas também para as implicações legais disto. Todos esses trabalhos, além de desbravadores, já mostravam uma série de inquietações. Para citar os mais recentes, Gauz (2015) e Santos e Reis (2018)

discutem o assunto sob a perspectiva da Biblioteconomia de Livros Raros. Santiago e Ferrino (2018); Santiago, Corrêa e Greenhalgh (2018) aproximam o tema da problemática do tráfico ilícito de livros e as lacunas na legislação; Beffa e Napoleone (2017) problematizam patrimônio bibliográfico nos contextos discursivos da IFLA e do Programa Memória do Mundo da UNESCO. E, por fim, Rodrigues (2016), por uma extensa revisão de literatura, apresentou reflexões acerca do que considera patrimônio documental bibliográfico brasileiro.

Logo, eventuais análises verticais que foram feitas tiveram como norte ajudar na compreensão de nossas premissas, que são: 1) A falta de clareza conceitual pode levar a equívocos perigosos e excludentes no âmbito do patrimônio; 2) Associar “Patrimônio Bibliográfico” com livro antigo e livro raro tem sido um conflitante; 3) A legislação brasileira ao usar esses conceitos deixa brechas que excluem as edições contemporâneas; 4) Desejar discutir “Patrimônio Bibliográfico” sem básica compreensão de história do livro, história do impresso, bibliografia material e história do Brasil é como querer compreender os cálculos que levaram o homem à Lua sem saber usar “regra de três”; por fim, 5) Em um país tão múltiplo como o Brasil, acreditamos e defendemos a necessidade de se ponderar no nível do patrimônio bibliográfico local, e este não é apenas regional, mas também de um grupo ou de uma área do conhecimento.

Pois bem, com essas bases assentadas sigamos.

## **A DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO: UMA URGÊNCIA**

O documento “Política para la gestión del patrimonio bibliográfico y documental”, publicado em 2019 pela Biblioteca Nacional da Colômbia, contém uma elucidativa discussão conceitual sobre o que é “bibliográfico” e o que é “documental”, que aponta para a natureza ampla do “documento” e as várias formas que estão conformadas dentro desse escopo. Esse é um campo tão difuso que preferimos, para fins deste artigo, pensar na ideia do local de guarda dos itens e não entrar em uma análise sobre a natureza do documento.



Assim, a partir desta perspectiva consideramos “Patrimônio Bibliográfico e Documental”<sup>4</sup>, livros, jornais etc, itens que fazem parte do acervo de uma biblioteca.

Mas, o que compreendemos como “Patrimônio Bibliográfico”? Recorramos inicialmente a dois dicionários: Cunha (2008, p. 277) associa “Patrimônio Bibliográfico” a acervo bibliográfico e traz também a ideia de Patrimônio Cultural<sup>5</sup> (*Cultural Heritage*) “como conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Em linha semelhante, Pericão e Faria (2008, p. 945) pensam que é um “conjunto de espécies bibliográficas que foram acumuladas ao longo dos séculos e que veiculam a herança cultural de um povo, seja qual for o tipo de suporte”<sup>6</sup>.

O que pode parecer uma simples questão retórica ou diletante pode ter implicações reais e concretas. Uma breve pesquisa junto ao Programa Memória do Mundo da UNESCO, percebemos que, em âmbito mundial, de 1997 a 2017 de quase 100 nomeações apenas seis foram de coleções bibliográficas<sup>7</sup>, a maior parte fica com documentação textual, códices e

<sup>4</sup> Compreendemos que em Patrimônio Documental também pode estar inserida a Biblioteca e os livros, nessa linha consideramos o trabalho: LAGE, Maria Otília Pereira. Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios. **Cadernos NEPS**, Guimarães, n. 4, 2002. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020. A discussão que se coloca no artigo que hora apresentamos é a tipologia de um determinado documento dentro de um espaço específico.

<sup>5</sup> Apesar de já afirmarmos não ser nossa intenção seguir em uma linha exegética sobre esse conceito, há dois autores que nos ajudaram a pensar esse assunto: CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 23, p. 94-115, 1994. Ver também: MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: Revisão de Premissas. In: I FÓRUM DE PATRIMÔNIO CULTURA, 2009, Ouro Preto. Anais 2. Ouro Preto: IPHAN, 2009. v. 1, p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>.

<sup>6</sup> Um olhar mais acurado no texto de Pericão e Faria é possível inferir uma influência de Suzanne Briet, diferentemente de Cunha, onde é notória a ascendência de Paul Otlet.

<sup>7</sup> *Lithuania – Historical Collections of the Vilnius University Library*.

<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/projects/full-list-of-projects/lithuania-historical-collections-of-the-vilnius-university-library-project/>; “Slavonic publications in Cyrillic script of the 15th century”

<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-8/slavonic-publications-in-cyrillic-script-of-the-15th-century/#c183713>; “Library Ets Haim - Livraria Montezinos”

<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-5/library-ets-haim-livraria-montezinos/>; Biblioteca Palafoxiana

fotografias – se analisarmos a seção América Latina e Caribe essa conta é ainda menor, no caso do Memória do Mundo Brasil, não obstante em seus editais sempre terem ressaltado as naturezas “arquivística e bibliográfica”<sup>8</sup>. Apenas entre 2017 e 2018 seria inserido o termo “patrimônio bibliográfico”, pois, antes, sobre “patrimônio documental” abraçava-se tudo – o que é uma forma também de interpretação mais voltada para uma visão da Arquivologia. Desde então, no formulário da candidatura se mencionam patrimônio bibliográfico e documental.

Em 1982, na “Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais do México”, organizada pela UNESCO, expuseram-se alguns pontos de vista que não deixam de considerar particularidades locais. Segundo o texto:

O **patrimônio cultural** de uma cidade inclui as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, bem como as criações anônimas que emergiram da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a linguagem, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a literatura, as obras de arte e os arquivos e **bibliotecas**<sup>9</sup>. (Tradução e grifos nossos)

---

<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-1/biblioteca-palafoxiana/>; Bibliotheca Bodmeriana (1916-1971)  
<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-1/bibliotheca-bodmeriana-1916-1971/> Esta aqui mais em razão do prédio: Beatus Rhenanus Library

<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-1/beatus-rhenanus-library/#c201339>

<sup>8</sup> O caso mais representativo aconteceu em 2015 com a coleção jesuítica da Biblioteca Mayor of the National University of Córdoba. Confere: <https://en.unesco.org/news/biblioteca-mayor-university-cordoba-latin-america-and-caribbean-memory-world-register>

<sup>9</sup> “El patrimonio cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, arquitectos, músicos, escritores y sabios, así como las creaciones anónimas, surgidas del alma popular, y el conjunto de valores que dan un sentido a la vida. Es decir, las obras materiales y no materiales que expresan la creatividad de ese pueblo: la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas.”

Há de lembrarmos de um contexto importante dos anos 1980 para a área da informação: vivia-se o processo de automação e modernização de muitas bibliotecas e arquivos. Um panorama pode ser lido em: O CORREIO DA UNESCO. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ano 1., s.n., jan. 1973. O próprio tema desse número, “Memória da Humanidade: bibliotecas e arquivos”, parece indicar a preocupação da UNESCO em reafirmar esse papel e destacar a necessidade de sua preservação e continuidade não obstante a modernização.

Para Palma Peña, “indubitavelmente existem muitos conceitos sobre patrimônio cultural e cada um é elaborado a partir de determinado campo do conhecimento humanístico para que corresponda seus propósitos”<sup>10</sup>. (2013a, p. 34, tradução nossa)

O Patrimônio Bibliográfico e Documental pode ser compreendido como categorias do Patrimônio Cultural<sup>11</sup>, e se a ideia de Cultura também pode estar relacionada com herança, memória e identidade de um grupo<sup>12</sup>. Quanto a Patrimônio Histórico, assumimos a argumentação de que esse se ampliou para Patrimônio Cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006), ou seja, o que faz “Patrimônio Histórico Cultural” ser redundante.

Para Funari e Pelegrini, no plano internacional, “o impacto da destruição causada pelos bombardeios decorrentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) catalisou as atenções dos estudiosos, tornando peremptória a reconstrução das cidades e a restauração dos monumentos”. O efeito disso foi formalização de “valores identitários dos bairros antigos, como lugares socialmente produzidos, privilegiados pelo acúmulo de experiências humanas e de vestígios de cultura material”. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 31).

A ideia de que “Patrimônio histórico” é algo atribuído, conferido para um bem móvel, imóvel ou natural, que, pós-seleção e escolha, passa assim a ser considerado, carrega em si um risco de distanciar-se de algo basilar que é a identidade, e mais ainda, como determinado grupo se identifica naquilo. Se isto é fato para um monumento, é absolutamente possível transpor para o universo bibliográfico.

A partir de tudo que foi dito até aqui, o pensamento de que “não há uma relação única e incontestada entre patrimônio, povo e lugar” (GAUZ, 2014, p. 4558) é um pouco

<sup>10</sup> “indudablemente hay muchos conceptos sobre patrimonio cultural, ya que cada uno de los campos del conocimiento humanístico elabora los que corresponden a sus fines”.

<sup>11</sup> Recomenda-se ver o uso deste conceito na publicação: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Guia de preservação do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados*. Reimpr. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2018. No texto, os autores estabelecem o que representa patrimônio cultural para a Câmara dos Deputados, ou seja, exemplificam de modo bastante interessante o uso local do conceito. Ver também: ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; FAGUNDES, Lígia Ketzer; MATTOS, Lorete (org.). *Preservação de Patrimônio Cultural*. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2013.

<sup>12</sup> Em língua francesa, *Patrimoine Culturel* está relacionado com “civilisation; biens culturels; héritage culturel”. Ver: <https://dictionnaire.reverso.net/francais-synonymes/patrimoine+historique+et+culturel>  
Ver também: GARCÍA CUENTOS, Maria Pilar. *El patrimonio cultural: conceptos básicos*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011.

complexo para compreendemos, pois consideramos que se isto acontece existe algum problema epistemológico. Isto leva a uma situação que conhecemos bem de perto, ou seja, que “determinadas coleções de livros antigos que se encontram no Brasil, cuja associação com nosso país e povo é quase nula” (GAUZ, 2014, p. 4458). À vista disso, a pesquisadora argumenta que nem por isso perdem “sua aura de raro ou deixam de ser patrimônio [...] mesmo não sendo representativos da história do nosso país [...]”. Neste caso, ela entende, levando em conta uma análise que considera a questão do patrimônio sob aspectos museológicos, que poderiam ser categorizados como patrimônio bibliográfico, mas “não necessariamente patrimônio histórico brasileiro”. E complementa afirmando que faz “uma distinção entre patrimônio histórico (no caso, brasileiro) e patrimônio bibliográfico [...]”, o que para ela se enquadraria “o livro cujas características físicas correspondam às da imprensa artesanal (podendo ter importância por outros motivos, igualmente)” (GAUZ, 2014, p. 459).

Restringindo-nos aos livros, a interpretação que temos, a partir dessa leitura, é de que todos os livros produzidos no Brasil e sobre o Brasil são Patrimônio Bibliográfico Brasileiro, porém, alguns, dentro desse conjunto, assumem um caráter dado sua “importância” / “relevância”, de Patrimônio Histórico Brasileiro. Mas quem seleciona? Que critérios seriam esses? Mais uma vez, é possível pensar isto em esfera nacional<sup>13</sup>, pois a relação de livros e documentos com a história do país não precisa ser explícita, apenas existente.

Vamos pegar a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) como exemplo

O Instituto Nacional do Livro foi criado em dezembro de 1937 por iniciativa do ministro Gustavo Capanema. **Estavam previstas como suas atribuições a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população**, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas. Para os formuladores da política cultural da década de 1930, **anos de busca de uma**

---

<sup>13</sup> A necessidade de preservar o que foi produzido aqui não implica em desconsiderar livros e/ou documentos produzidos e trazidos de outros países para cá, desde que esses tenham explícita relação com a história do país, do local onde se encontra ou uma área etc. Não podemos esquecer de que as coleções podem se complementar cruzando fronteiras. Foi essa uma das razões do IFLA propor a ideia de *Cross-Border Connections between Libraries*. Ver: <https://www.ifla.org/node/92752>.

**identidade nacional**, a organização de uma enciclopédia e um dicionário da língua brasileira parecia fundamental à própria existência cultural do país. Já as bibliotecas, na definição de Capanema, eram necessárias por serem "centros de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, centros de cultura". (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, s.n., grifos nossos)

No Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que cria o INL, consta no Art. 2º, "Competirá ao Instituto Nacional do Livro, o inciso b declara: "editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional"<sup>14</sup>.

Quais obras foram essas? Por que foram selecionadas? Sob quais critérios? Quem escolhe aquilo que é de interesse para a população? Obviamente que eram questionamentos pouco viáveis em meio ao Estado Novo, um período de "busca de uma identidade nacional". O que questionamos, e enfaticamente, é até que ponto essa memória discursiva (DAVALLON, 2010) não permeia consciente ou inconscientemente políticas de seleção, de descarte, critérios para definir o que é "raro" e/ou "precioso" para o Brasil? E ainda, será que tem influenciado as escassas políticas públicas que lembram da existência de livros e bibliotecas?

Nota-se aí uma valoração, atribuição de importância a marcos tidos como históricos que se pretendiam ser nacionais, por exemplo. Frente a isto, o questionamento "por que privilegiar a preservação de áreas históricas específicas?" (FUNARI; PEREGRINI, 2006, p. 31). Poderia ser transporte para o que estamos dialogando aqui no contexto dos livros e bibliotecas. Isso poderia ter implicações diretas em critérios de preservação e restauração, por exemplo.

Ainda sob uma perspectiva dos monumentos e espaços físicos, mas que aqui estamos apropriando para os livros, essa salutar ampliação da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural tentou (e tenta) diminuir "a perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrados e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos" (FUNARI; PEREGRINI, 2006, p. 31). Não podemos esquecer que muitos de nossos heróis

---

<sup>14</sup> Ver texto completo em: BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

foram forjados e data comemorativas inventadas. A história política está atrelada ao Patrimônio.

Essa situação poderá ser percebida melhor nas seções seguintes quando discutirmos os conceitos de “livro raro”. Assim, destaca-se que “a definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis”. (FUNARI; PEREGRINI, 2006, p. 32)

Consideramos muito elucidativas as palavras do antropólogo mexicano Eduardo Matos Moctezuma, e nos perguntamos: não poderíamos transpô-las para pensar os livros?

**O Patrimônio Cultural do México é tudo o que nos caracteriza** como mexicanos. Nossos vestígios pré-hispânicos, coloniais e históricos são tudo o que as gerações anteriores nos deixaram e isso é uma parte substancial da nossa história. Assim são as tradições e lendas; o que comemos e o modo de falar, as línguas indígenas e a sugestão do castelhano; os produtos de nossos artesãos e as grandes manifestações de nossos artistas. [...] **a cultura é criada diariamente**. É na maneira como nos expressamos e na maneira particular em que vivemos. Também o vemos em **tudo com o qual nos identificamos**. [...] É por isso que devemos investigar, disseminar e defender o patrimônio cultural, pois é uma parte fundamental do nosso ser como nação<sup>15</sup>. (Grifos e tradução nossas)

Essas palavras, além de taxativas e eloquentes, deixam bem claro que só faz sentido ser compreendido como patrimônio de um povo ou de um grupo aquilo que os caracteriza e representa. Pensando na esfera do gerenciamento de coleções, primeiramente, concordamos com Melot (2004) e Jamarillo e Marín-Agudelo (2014), além de outros teóricos

---

<sup>15</sup> El **patrimonio cultural** de México **es todo aquello que nos caracteriza** como mexicanos. Son nuestros vestigios tanto prehispánicos como coloniales e históricos, todo lo que las generaciones anteriores nos legaron y que forma parte sustancial de nuestra historia. También lo son las tradiciones y leyendas; lo que comemos y la manera de hablar, las lenguas indígenas y el dejo del castellano; los productos de nuestros artesanos y las grandes manifestaciones de nuestros artistas. [...] **La cultura la creamos cotidianamente**. Está en la manera en que nos expresamos y la forma particular en que vivimos. También la vemos en **todo aquello con lo que nos identificamos**. [...] Es por eso que hay que investigar, difundir y defender el patrimonio cultural, pues es parte fundamental de nuestro ser como nación. (Grifos nossos). Ver também a discussão feita em AUGUI, Gerardo Manuel Trillo. Panorama do tráfico ilícito de patrimônio bibliográfico no Peru. II JORNADA IFLA: O tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico na América Latina e Caribe. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, novembro de 2018. Disponível em:

<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/2018/panorama-trafico-ilicito-patrimonio-bibliografico-peru-4542.pdf> Acesso em: 15 mar. 2020.

que reforçam a força identitária do patrimônio bibliográfico<sup>16</sup>, lembrando sempre que o próprio substantivo “patrimônio” já remete a isto. Ou como disse Palma Peña (2013b, p. 40), “as produções bibliográficas e documentais podem ser consideradas como objetos úteis que formam parte do patrimônio cultural”<sup>17</sup>.

Talvez por isso tantas interpretações estariam relacionadas com quem e de onde escreve. Todavia, de tudo que pesquisamos e analisamos cremos que pudesse ser interessante nos aproximarmos mais com que outros colegas latino-americanos estão fazendo do que com os europeus, não um vão pueril bairrismo, mas por paralelos na formação política e social.

Qual seria a questão aqui? Falta de clareza de que Patrimônio Cultural (*Cultural Heritage*) também engloba livros e bibliotecas? Ou seria pura e simplesmente falta de conhecimentos básicos sobre teoria da documentação? Ou um dos itens de uma candidatura ao MOW/UNESCO, a “unicidade”<sup>18</sup> seria essa questão? Esse fato chamou tanta atenção que em agosto de 2015 foi criado o *IFLA Cultural Heritage Programme Advisory Committee*<sup>19</sup> – que

---

<sup>16</sup> Acreditamos que essa discussão deveria ser melhor aprofundada levando em consideração não só a língua, mas a história da formação de acervos de alguns países. Poderíamos nos perder nesse debate, mas não é o foco central deste artigo. Dentre outros trabalhos que citamos recomendamos mais dois: PETTI, Luigi; TRILLO, Claudia; MAKORE, Busisiwe Chikomborero Ncube. Towards a shared understanding of the concept of heritage in the European context. *Heritage*, 2019, 2, 2531–2544. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2571-9408/2/3/155>. Acesso em: 15 mar. 2020; GLOSSARY OF WORLD HERITAGE TERMS. 1966. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/gloss96.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

<sup>17</sup> “las manifestaciones bibliográficas y documentales pueden considerarse objetos útiles que forman parte del patrimonio cultural”.

<sup>18</sup> Ver: ZAMORA, Rosa María Fernández de. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 75., 2009, Milan, Italy. *Proceedings...*, Milan: IFLA, 2009. Disponível em: <http://conference.ifla.org/past/ifla75/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018. A autora ainda acrescenta que falta conhecimento de história do livro e bibliografia material das equipes envolvidas. Não é o foco deste artigo, mas existem inúmeras maneiras de conferir o caráter de unicidade a um livro e/ou a uma coleção bibliográfico. Como exemplo, ver: AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. Afinal, os objetos falam? reflexões sobre objetos, coleções e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. 20., ENANCIB, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123799>>. Acesso em: 27 fev. 2020. BIBAS, Marli Gaspar. *As marcas de proveniência como elementos para a construção narrativa da trajetória do exemplar Histoire de l'Origine et des Premiers Progrès de l'Imprimerie (1740): da Real Bibliotheca à Biblioteca Central da UNIRIO*. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. HAWLEY, Haven. E. Reflections on the meanings of objects. In: HUBBARD, Melissa; JACKSON, Robert H. (ed.). *Forging the future of Special Collections*. Chicago: American Library Association, 2016. p. 12-19.

<sup>19</sup> IFLA Cultural Heritage Programme Advsiroy Committee: <https://www.ifla.org/node/10284>

tivemos o prazer de fazer parte do primeiro grupo – que dentre suas atividades previa orientar bibliotecas ao redor do mundo a conhecerem formas de identificar itens que poderiam ser classificados como patrimônio bibliográfico. Dado curioso, que não obstante estar prevista a atenção à preservação de documentos, o foco tem sido, propositalmente, em acervos bibliográficos, isto porque, a partir de própria consideração da UNESCO, percebeu-se que as bibliotecas pouco aderiram ao MOW/UNESCO. Destarte, esse comitê especial da IFLA ficou com incumbência de colaborar na orientação e no mapeamento de acervos bibliográficos em risco<sup>20</sup>.

A cultura material, nossa produção registrada em e nos livros e armazenada nas nossas bibliotecas, poderia ser perfeitamente vista por esse prisma. Supomos que a dificuldade que muitos, inclusive em nível internacional, encontram para associar essa ideia com os livros é crer que, pelo número de tiragens que às vezes são produzidos, são facilmente substituíveis – aliás, algo que percebemos em nossa experiência no *IFLA Cultural Heritage Advisory Committee* e também apontado por Zamora (2009) e Richard (2010), e concordamos com ambas, quando consideram que isso decorre da maior falta de compreensão de história do livro e bibliografia material. Não confundir, no caso do juramento dos Bibliotecários, “manter o cunho liberal da profissional” com apatia política. Afinal, somos profissionais políticos, humanistas, e sociais desde sempre. Trabalhamos para um outro que não vemos ou conhecemos e para um futuro onde não estaremos. Por isso, acreditamos ser redundante a expressão “Biblioteconomia Social”. Mas voltemos de nossa digressão.

Melot (2004, p. 6) acredita na existência do que ele chama “bem patrimonial”, que

estabelece a existência de uma comunidade. O bem patrimonial deve ser reconhecido coletivamente e mantido coletivamente. Não é necessariamente um bem material. A linguagem faz parte do patrimônio. [...] Memória também: existe apenas uma memória viva individual, a “memória coletiva” não tem existência própria ou não tem outra existência senão a de palavras ou objetos que a transmitem. Estes são os bens patrimoniais que qualquer comunidade possui: textos orais ou escritos, gestos e ritos, vários monumentos. Poderíamos dizer o mesmo de outras noções quiméricas, como as de “inconsciente coletivo” ou “mentalidade”, mesmo de

---

<sup>20</sup> IFLA Risk Register: <https://www.ifla.org/risk-register>



"público", que se sobrepõem em vários indivíduos às ideias, valores ou memórias que compartilham e que só pode apreender produzindo testemunhos<sup>21</sup>. (Tradução nossa)

Parece haver aqui uma relação de sinergia, a comunidade existe por seu patrimônio cultural (mantivemos bem patrimonial na tradução acima) e esse pela comunidade, uma relação de profunda identidade. Como tal, para ser preservado, ele precisa ser reconhecido como parte do passado e com reflexos no presente, como Melot diz, está imerso na memória coletiva<sup>22</sup> de um grupo, é o que também justificava falar de patrimônio local, como abordaremos adiante.

A versão de 2002 das "Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental" da UNESCO (2002, p. 7) assevera que

A memória do mundo abrange a "patrimônio documental" da humanidade. Um documento é aquele que 'documenta' ou 'alcança' algo com um propósito intelectual deliberado. Embora o conceito de documento seja universal, **é reconhecido que algumas culturas são mais 'documentais' do que outras. Portanto, por essas e outras razões, todas elas não serão representadas igualmente no patrimônio documental mundial e, portanto, na Memória do Mundo.** [...] Considera-se que um documento possui dois componentes: o conteúdo informativo e o suporte em que é gravado, os quais podem apresentar uma grande variedade e ser igualmente importantes como parte da memória. Por exemplo: [...] manuscritos, livros, jornais, cartas, [...] etc. Uma parte do patrimônio documental pode ser um único documento de qualquer tipo ou um grupo de documentos, como uma coleção, uma coleção ou arquivos. [...] Essas instituições podem ser bibliotecas, arquivos, organizações educacionais, religiosas e históricas, museus, organizações oficiais e centros culturais<sup>23</sup> (Tradução nossa).

<sup>21</sup> L'existence d'un « bien patrimonial » fonde donc l'existence d'une communauté. Le bien patrimonial doit être reconnu collectivement, et entretenu collectivement. Il n'est pas nécessairement un bien matériel. La langue fait partie du patrimoine. La mémoire aussi : il n'y a de mémoire vivante qu'individuelle, la « mémoire collective » n'a pas d'existence propre ou n'a d'autre existence que celle des paroles ou des objets qui la transmettent. Ce sont les biens patrimoniaux dont toute communauté se dote : textes oraux ou écrits, gestes et rites, monuments divers. On pourrait en dire autant d'autres notions chimériques comme celles d'« inconscient collectif » ou de « mentalité », voire de « public » qui sont le recoupement dans plusieurs individus des idées, valeurs ou souvenirs qu'ils partagent et qu'on ne peut saisir que par la production de témoignages (MELOT, 2004, p. 6).

<sup>22</sup> Recomenda-se leitura: PEDRAZA-GRACIA, Manuel José. La responsabilidad social y jurídica ante el patrimonio bibliográfico. **Pecia Complutense**, año 7, n. 13, p. 41-52, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ucm.es/pecia/doc15144>. Acesso em: 22 nov. 2019.

<sup>23</sup> La Memoria del mundo abarca el 'patrimonio documental' de la humanidad. Un documento es aquello que 'documenta' o 'consiga' algo con un propósito intelectual deliberado. Aunque el concepto de documento es universal, se reconoce que algunas culturas son más 'documentales' que otras. Así pues, por estas y otras razones, todas ellas no estarán representadas por igual en el patrimonio documental mundial y, por ende, en

Não ousaríamos discordar da UNESCO<sup>24</sup>, todavia, definitivamente, essa acepção, além de imprecisa, explica muito pouco. E gostaríamos de questionar o texto em negrito. Que tipo de classificação é essa? Considerando nossa experiência em comitês internacionais, cabe advertir que qualquer definição que busca ser *worldwide* já nasce defasada e fora da realidade. Essas definições, na maior parte das vezes, não obstante as discussões são deliberações políticas. Normalmente, esses comitês são compostos por grupos majoritariamente europeus e norte-americanos, que não raro outorgam seus pontos de vista com base em suas “longas tradições”<sup>25</sup>.

Em vista disso, vemos nessas definições o consenso como um simples parâmetro e não algo a ser seguido deliberadamente como padrão. Há muitas variantes linguísticas, históricas e culturais para que tenhamos um conceito universal, acreditamos que serão sempre arbitrárias e excludentes, palavras que vão povoar esse artigo.

Dois anos depois, em contexto nacional, pelo artigo 1º da Portaria nº 259 de 2 de setembro de 2004, do Ministério da Cultura, foi criado o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO<sup>26</sup>. O artigo 2º, ao definir seus objetivos, diz que deve “assegurar a preservação das **coleções documentais de importância mundial**, por meio de seu registro na lista do **patrimônio documental da humanidade**, democratizar o

---

la Memoria del Mundo. [...]. Se considera que un documento consta de dos componentes: el contenido informativo y el soporte en el que se consigna Ambos pueden presentar una grand variedad y ser igualmente importante como parte de la memoria. Por ejemplo: [...] manuscritos, libros, periódicos, cartale, etc [...]. Una pieza del patrimonio documental puede ser un solo documento de cualquier tipo, o bien un grupo de documentos, como una colección, un fondo o unos archivos. [...]. Estas instituciones pueden ser bibliotecas, archivos, organizaciones de tipo educativo, religioso e histórico, museos, organismos oficiales y centros culturales. (UNESCO, 2002, p. 7;9)

<sup>24</sup> “A Unesco, contudo, não deixa de ser afetada, como organização, por duas características. Em primeiro lugar, cada Estado nacional membro representa o seu país, e muitas vezes, por diversos motivos, não reconhece a diversidade cultural do outro. Nesses casos, a Unesco não tem como intervir. É verdade, contudo, que mesmo nessas situações minorias ou grupos podem valer-se do órgão e de cartas assinadas pelos Estados membros como meio de pressão para obter o reconhecimento de seu patrimônio. Uma segunda característica da organização consiste no predomínio do interesse das potências econômicas e na valorização do patrimônio ligado às elites, em geral, e à Europa, em particular. [...]” FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 26-27. Parte dessa realidade sentimos de muito perto durante os mais de cinco anos de trabalho com a IFLA.

<sup>25</sup> Falamos isto de experiência própria devido anos de experiência dentro da IFLA.

<sup>26</sup> BRASIL. Ministério da Cultural. Portaria nº 259 de 2 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/index.php/portarias-federais/136-portaria-n-259,-do-minist%C3%A9rio-da-cultura,-de-2-de-setembro-de-2004>. Acesso em: 20 mar. 2020.

seu acesso e criar a consciência sobre a sua importância e a necessidade de preservá-lo” (grifos nossos).

Constata-se que não há menção de Patrimônio Bibliográfico, o que de certo modo é coerente com o documento de 2002, citado anteriormente. Todavia, deixa uma dúvida ao incluir as palavras: “mundial” e “humanidade”, tendo em vista ser a criação de um escritório local.

Todavia, no Artigo 3º, quando define as atribuições do Comitê, no inciso I informa que deve “Promover os objetivos do Programa Memória do Mundo da UNESCO<sup>27</sup>, de acordo com suas diretrizes, que visam assegurar a preservação e o acesso ao **patrimônio documental e bibliográfico** de importância mundial” (grifos nossos). E no inciso VI estabelece que é dever “apoiar os órgãos competentes na formulação de políticas nacionais que permitam definir, registrar, salvaguardar e dar acesso ao **patrimônio arquivístico e bibliográfico** do Brasil” (grifos nossos). E por meio do inciso VII “propor mecanismos que favoreçam a Cooperação, a difusão e o intercâmbio da informação sobre a **conservação do patrimônio documental e bibliográfico** do País” (grifos nossos). E por fim, no inciso VIII ficava estabelecido que deveria “promover junto aos órgãos públicos e entidades da Administração Pública do País e de Instituições Privadas, a conscientização para a salvaguarda do **patrimônio documental e bibliográfico** do Brasil, considerando parte essencial de nosso **patrimônio cultural**”.

Essa variedade de usos das palavras em torno do patrimônio é nada mais que um reflexo do que ainda hoje nos encontramos. Para além de fazer uma crítica dura, é nosso papel, como pesquisadores e especialistas, colaborar. Acredito que só quem esteve no árduo papel de estabelecer um texto conceitual que servirá de parâmetro sabe da responsabilidade e dificuldade que isto significa.

Se, como substantivo, “Patrimônio” remete relações identitárias, “Patrimônio Bibliográfico”, não seria natural que esses livros precisem ter evidentemente algum tipo de relação de ressonância e aderência (GONÇALVES, 2005) com o grupo responsável por sua

---

<sup>27</sup> Santos e Reis (2018) fazem uma leitura crítica desta portaria e consideram que há “emprego inadequado” de alguns conceitos e evocam as diretrizes de 2002.

preservação e guarda? Voltaremos a este ponto adiante, pois ele está longe de ser simples e se esgotar.

Isto é, a ideia de Patrimônio Bibliográfico está relacionada a algo essencial para o conceito de “Patrimônio”, ou seja, memória, identidade e representação<sup>28</sup>. E é por este caminho que gostaríamos de seguir nossa tentativa de abordagem. Primeiro, vamos tratar de ideia de nacional, regional e local.

De semelhante interpretação e maneira mais enfática a cerca da relação do patrimônio bibliográfico no processo de construção de identidades, para Jaramillo e Marín-Agudelo o livro (2014, p. 428)

**é a expressão máxima do patrimônio bibliográfico**, seu interesse reside não apenas no sentido textual, mas também em aspectos relacionados à criação, proveniência e usos que a comunidade faz deles, uma vez que acompanharam em seu desenvolvimento as sociedades e promoveram a formação de identidades nacionais, tornando-se testemunhos fiéis da memória histórica e coletiva. Em outras palavras, **o patrimônio bibliográfico inclui as representações sociais acumuladas pelos atores da mesma comunidade, que serve como meio de transmissão do conhecimento**<sup>29</sup>. (grifos nossos)

Essas considerações nos fazem pensar sobre a relação do livro como registro de um conhecimento receptáculo de manifestações de uma cultura (NAMER, 1987). Como tal, para os autores – e concordamos – não há dúvida do que o livro é, por antonomásia, essa expressão máxima do patrimônio bibliográfico. Contudo, estamos a falar aqui de qualquer livro? De todos os lugares? Eis a pedra de toque importante para essa questão, definir qual

<sup>28</sup> Compreendemos a ideia de memória aqui a partir sobretudo de HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

Essa ideia de identidade e representação encontramos fundamento, dentre outros autores, em GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005, p. 15-36. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002). Acesso em: 20 jan. 2019. Tanto um quanto o outro nos ajudam a pensar a circularidades e sinergias entre pessoas, comunidades, objetos e memórias.

<sup>29</sup> Siendo el libro la máxima expresión del patrimonio bibliográfico, el interés de éste no sólo radica en su sentido textual, sino también en los aspectos relativos a la creación, procedencia y usos que la comunidad hace de ellos, ya que han acompañado en su desarrollo a las sociedades e impulsado la conformación de las identidades nacionales, convirtiéndose en fieles testimonios de la memoria histórica y colectiva. En otras palabras, el patrimonio bibliográfico recoge las representaciones sociales acumuladas por los actores de la misma comunidad, que sirve de medio para la transmisión de los saberes

o alcance deste patrimônio bibliográfico. Daí, surgem as velhas indagações: para quem? Por quê?<sup>30</sup>

Dentro deste questionamento Bos (2012, p. 20) diz que

De fato, em alguns países, é comum falar de coleções patrimoniais em vez de coleções especiais. A UNESCO usa o termo "patrimônio documental" para cobrir todos os materiais informacionais que valem a pena salvar, sejam esculpido, escritos, impressos, gráficos, auditivos, digitais ou de qualquer outro formato. Patrimônio também significa que alguém atribuiu valor a alguma coisa. Mas quem é esse alguém? De quem é esse patrimônio?

Há dois pontos aí que precisam ser comentados, não obstante aprofundarmos melhor adiante. Primeiro, a prevalência do uso de "Patrimônio Bibliográfico" em vez de coleções especiais, e até acrescentamos "livros raros". Ações que consideramos coerentes e mais realistas frente à falta de compreensão a respeito desses conceitos e o quão subjetivos podem ser. O segundo ponto que chamamos a atenção justifica em parte nossas críticas e discordâncias pelo que se tornou hoje o Programa Memória do Mundo, seja em caráter global, regional ou local. Se assumíssemos com franqueza e clareza que toda escolha é seletiva, política e excludente, talvez fizesse mais sentido. O problema não é apenas o programa em si e de algum modo ele virar mais um parâmetro para qualificar, e pior, para não qualificar outros como "preserváveis". Quantos relatos, referentes a isso, ouvimos ao longo desses anos. Isto é gravíssimo.

Nessa perspectiva, da seleção, há que pensar também que

Portanto, os livros são mais do que seu conteúdo. Eles têm um aspecto textual e material. Eles são conteúdo e entorno e não podem ser divididos. Obviamente, para alguns tipos de uso, para alguns tipos de pesquisa, o conteúdo sozinho ou a materialidade sozinha podem ser suficientes. Mas nunca deve ser aceitável que, por exemplo, após a digitalização, os originais sejam jogados fora<sup>31</sup> (BOS, 2012, p. 19).

<sup>30</sup> Não obstante ser este o primeiro texto que escrevemos sobre isto, pelo menos desde 2012 temos promovido esse questionamento em palestras, aulas, cursos e conferências. Recomenda-se a discussão sobre valores em: BOS, Jan. All books are equal, but some books: towards a modern vision of Special Collection. In: MOUREN, Raphaela (ed.). *Ambassadors of the book: competences and training for heritage librarians*. Hague: Gruyter, 2012, p. 15-23.

<sup>31</sup> "So, books are more than their content. They have a textual and a material aspect. They are content and container and that cannot be divided. Of course, for some types of use, for some types of research, the content alone or the materiality alone may be sufficient. But it should never be acceptable that, e.g., after digitization,

Diante disso, além de pensarmos sobre os autores da nossa literatura, por exemplo, que formam parte do patrimônio bibliográfico, teríamos que considerar os livros impressos com os primeiros papéis produzidos no Brasil e/ou em determinada cidade. A questão da materialidade do livro, ele como artefato e objeto<sup>32</sup>. Ao invés de ficarmos preocupados apenas com as chamadas encadernações imperiais<sup>33</sup>, deveríamos tentar mapear o início das atividades dos encadernadores no país, ou de mestres gravadores e fundidores de tipos móveis, por exemplo.

### POR QUE NÃO PENSAR EM PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO LOCAL?

Há um exemplo bem eloquente sobre patrimônio bibliográfico de valor para um grupo específico. Junco (2011, p. 3), ao explicar a respeito da criação da Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia da cidade de Havana (Cuba), comenta que em 2001 um conjunto de especialistas foi designado para selecionar livros que passariam a fazer parte dessa nova instituição, como critério pensou-se em documento que, de acordo com o que se chamou “valor patrimonial bibliográfico”, poderia fazer parte da “patrimônio científico, técnico, histórico cultural com grau de importância para a instituição e o país”<sup>34</sup>. Partiram primeiro de um critério interno, ou mais especificamente das áreas do conhecimento que a biblioteca deveria cobrir. Assim, com esses parâmetros estabeleceram que

Sob essas considerações, **a comissão criada a esse respeito determinou que os documentos que se tornariam parte de seu patrimônio bibliográfico seriam formados** pelo Fundo de Manuscritos Científico-Técnicos de caráter histórico-cultural, composto por teses de doutorado para obtenção do grau científico dos cubanos. que a defenderam em Cuba e no exterior e estrangeiros que a defenderam em Cuba, os prêmios anuais por obras relevantes concedidas pela Academia Cubana de Ciências, prêmios anuais por obras relevantes concedidas pelo movimento do

---

the originals are thrown away”. (Tradução nossa). Uma ressalva: os livros são conteúdo e entorno, mas não há que esquecer que ambos são informação.

<sup>32</sup> Retomaremos esse assunto ao falar do livro antigo.

<sup>33</sup> Sobre elas ver: MORAES, 1975. Uma forma de descobrir esses artífices pode ser além dos anúncios em jornais as próprias etiquetas coladas nos livros, ou seja, a marca de proveniência.

<sup>34</sup> [...] do patrimonio científico técnico, histórico cultural y al grado de importancia para la institución y el país [...]” (tradução nossa).

Fórum de Ciência e Tecnologia que é realizado em todo o país, os artigos de publicações seriais regidos pela resolução 60-92 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e, finalmente, a coleção de livros da Biblioteca Mirtha Aguirre que existia no Capitólio<sup>35</sup>. (JUNCO, 2011, p. 3, tradução e grifos nossos).

O exemplo é elucidativo porque descreve parte do processo decisório que levou a uma seleção, chama-se atenção para o trecho em negrito. Após avaliação de um grupo de especialistas, com base em critérios, estabeleceram o que doravante passaria a ser considerado patrimônio bibliográfico científico para Cuba. É preciso que se tenha esse pragmatismo e clareza, pois é escolha, critério e seleção.

Gostaríamos de sugerir que o peso sobre o que é ou não raro fosse mais diluído ou que pelo menos houvesse mais discussão em torno do tema, pois cria-se, nos parece, um paradigma que nem todos os acervos poderiam (se é que necessitariam) alcançar. Com isso, há um risco de gerar alguns problemas em processos decisórios em cidades menores ou em acervos pouco volumosos e com recorte cronológico mais contemporâneo, mas nem por isso menos digno de ser preservado. Um aprofundamento linguístico, semântico e epistemológico não seria diletante, mas de extrema importância para a qualidade na gestão de coleções.

Deveriam ser mais estimuladas discussões locais e regionais, de modo que Bibliotecários e demais gestores de bibliotecas não ficassem unicamente (e buscando até) uma dependência da FBN. Não há como comparar a finalidade de uma biblioteca nacional com uma biblioteca pública, ou uma biblioteca universitária, por mais óbvio que isso possa soar. Em um país de dimensões como o nosso, é urgente haver debates em microescalas sobre patrimônio bibliográfico. Um livro estar ou não catalogado e adjetivado no catálogo

---

<sup>35</sup> Bajo estas consideración la comisión creada al respecto, determinó, que los documentos que pasarían a formar parte de su patrimonio bibliográfico estaría formada por el Fondo de Manuscritos Científicos Técnicos de carácter Histórico Cultural, conformado por las tesis doctorales para la obtención del grado científico de cubanos que la han defendido en Cuba y en el extranjero y los extranjeros que la han defendido en Cuba, los premios anuales de trabajos relevantes que otorga la Academia de Ciencias de Cuba, premios anuales de trabajos relevantes que otorga el movimiento del Forum de Ciencia y Técnica que se realiza en todo el país, los artículos de publicaciones seriadas regidas bajo la resolución 60-92 emitida por el Ministerio de Ciencia Tecnología y Medio Ambiente y por último el fondo de libros de la Biblioteca Mirtha Aguirre que existía en el Capitolio.

da Biblioteca Nacional jamais deveria ser um critério de seleção para uma outra biblioteca, talvez um parâmetro, mas nunca um critério.

Jamarillo e Marín-Agudelo (2014, p. 428) esclarecem que, para além da questão nacional, há que se atentar de que o patrimônio bibliográfico deve refletir identidade e diversidade cultural de modo a promover o reconhecimento de manifestações culturais e até étnicas, pois “na medida em que se preserva e divulga o conhecimento e os bens simbólicos das várias manifestações culturais, individuais e coletivas<sup>36</sup>”. A consequência é conservação, difusão e participação cidadã, por isso que ambos estimulam muito a ideia de coleções locais como patrimônio bibliográfico – assunto que veremos a seguir.

Tomemos o Brasil como exemplo. É quase lugar comum dizer que somos uma nação multicultural e diversa. Nem ousaríamos perguntar: o quê ou quem representa o nosso país? Esse desafio já foi tantas vezes destacado por alguns autores, como Birman (1983), por exemplo, que considera que sempre estaremos a excluir alguma identidade na tentativa de buscar uma unidade nacional. Como lidar com isto sem correr o risco de apagamentos e esquecimentos, ora intencionais, mesmo quando não há intencionalidade as prerrogativas políticas ou individuais podem se impor de forma muito bem planejada e executada. Se isto ocorre em outras esferas, gostaríamos de deixar o alerta que também acontece, e muito, no âmbito das bibliotecas. Por nossa experiência, nas bibliotecas universitárias, onde a proveniência pode determinar a existência ou mesmo o destino da coleção, esse é um cenário comum.

Temos que lembrar sempre de algumas coisas: não somos donos dos acervos, guardiões. A responsabilidade de não dar ao futuro chance de se conhecer certas nuances do presente deveria ser levada muitas vezes em consideração. Ah! Mas como convencer a classe política disso? Podemos estar enganados, mas eles não alcançarão essa compreensão se nós mesmo, teóricos e gestores, não compreendermos também, e não só, mas militar muito no tema, levando-o com insistência para as pautas dos congressos e seminários das áreas de Biblioteconomia e Arquivologia.

---

<sup>36</sup> “[...] en la medida que preserva y difunde los conocimientos y los bienes simbólicos de las diversas manifestaciones culturales, tanto individuales como colectivas”.



Diante disto, será possível insistir em falar em Patrimônio Bibliográfico Nacional ou querer pensar em critérios nacionais? A começar por nossas instituições máximas de guarda, como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, que em nosso país assumem dois casos extraordinários. A origem de ambos não está em documentação produzida aqui, como é mais comum em outros países (MONTEMÓR, 1987). Temos uma Biblioteca e um Arquivo nacionais cujo acervo inicial foi importado da Europa e só posteriormente essas instituições passaram a ser depositárias do que é produzido aqui<sup>37</sup>. Acreditamos que o desafio que essas instituições enfrentam em suas políticas de gestão seja imenso, pois, cremos, precisam o tempo todo se debater entre um acervo fundador, que diagonalmente compõe também nossa história, com aquilo que foi produzido aqui, o que seria, como dissemos, de se esperar de suas funções<sup>38</sup>.

Claro que este desafio cabe a essas duas instituições, mas a partir do que percebemos em nossa experiência em algumas bibliotecas brasileiras, voluntaria ou involuntariamente, passam a construir um imaginário de que seus acervos precisam de algum modo ter representação nacional, quando acreditamos ser praticamente impossível e até desnecessário. Ou ainda, só ficam realizadas quando atribuem um nome como “Sala de Livros Raros”. Isto é aquém da necessidade de compreender a relação daquele acervo com a comunidade que está inserido.

Por esse ângulo, seria importante uma reflexão acerca da ideia de **fundo local**, ou melhor, Patrimônio Bibliográfico Local. O que seria esse “local”? Poderia ser uma região, um estado, uma cidade, um bairro, enfim, um recorte geográfico, e na mesma lógica uma institucional, por exemplo, pensar em patrimônio bibliográfico para determinados tipos de bibliotecas, como universitárias e públicas, e nessa seara, em determinadas áreas do

---

<sup>37</sup> Para uma aproximação com o tema recomendamos: MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8069>. Acesso em: 05 ago. 2019. HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. *Acervo*, v. 25, n. 2, p. 15-30, jun./dez., 2010.

<sup>38</sup> Embora tentador e estimulante, não é possível prolongar essa discussão aqui, mas acreditamos ser premente esse debate a partir dessas duas instituições, pois, oficialmente ou não, pelo menos no que tange à Biblioteca Nacional, muitas bibliotecas brasileiras conformam suas políticas de gestão tendo-a como parâmetro.

conhecimento. Destarte, teríamos “Patrimônio Bibliográfico para Química no Brasil” ou “Patrimônio Bibliográfico para a Farmácia no Brasil”, “Patrimônio Bibliográfico para o Direito no Brasil, ou no Rio de Janeiro” e assim por diante. Uma coisa seria buscar as obras seminais desses campos e dentro dessas adjetivarmos como “raras” (sempre lembramos que o porquê é local), outra é acreditar que isso sinônimo de algum tipo de elevação nacional.

Dentro deste escopo, é importante destacar dois universos que cujos patrimônios bibliográficos precisariam ser mais estudados em nosso país, as universidades<sup>39</sup> e bibliotecas públicas. Para compreender suas relevâncias, é necessário aprofundar estudos acerca das histórias de ambos os tipos de biblioteca no Brasil, bem como de que maneira seus acervos foram formados em diferentes momentos, muitas vezes absorvendo outras coleções. No caso das bibliotecas universitárias<sup>40</sup>, especificamente as públicas, muitas são

---

<sup>39</sup> Em 2012, tivemos acesso a dois trabalhos que foram fundamentais para nos ajudar a pensar o patrimônio bibliográfico em bibliotecas universitárias, desde então passamos a levar essa problemática para cursos e palestras. Durante o processo de doutoramento, aprofundamos nossas pesquisas sobre a história das universidades no Brasil, o que deixou ainda mais urgente essa pauta. Ao longo desse tempo, temos insistido na sua presença em congressos e seminários de biblioteconomia. As bases para nossas reflexões foram: TRAVIER, Didier. *Réserve précieuse et collections semi-précieuses en bibliothèque universitaire: l'exemple de la bibliothèque de l'Université de Bourgogne*. École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques. Mémoire d'étude. Diplôme de conservateur de bibliothèque, 2000. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/1606-reserve-precieuse-et-collections-semi-precieuses-en-bibliotheque-universitaire-l-exemple-de-la-bibliotheque-de-l-universite-de-bourgogne.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020. COQ, Dominique (Dir.). *Apprendre à gérer des collections patrimoniales en bibliothèques*. Villeurbanne: ENSSIB, 2012. Disponível em: <https://books.openedition.org/pressesenssib/643> Acesso em: 18 jul. 2019. MORALEJO ÁLVAREZ, M. R. El patrimonio bibliográfico de las universidades españolas. *Boletín de la ANABAD*, v. 48, n. 2, p. 227-260, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51115> . Acesso em: 18 jul. 2019. TOMÁS, David Almazán. Patrimonio, sociedade y universidad. *Studium: Revista de humanidades*, n. 7-11, p. 29-49, 2001. Disponível em: [http://studium.unizar.es/n\\_old/STVDIVM\\_n8\\_n9.pdf](http://studium.unizar.es/n_old/STVDIVM_n8_n9.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>40</sup> Desde de 2012 temos trabalhado com esse certame em palestras e cursos pelo país, apontando os riscos de dispersão, bem como sugerindo algumas alternativas a falta de políticas sobre o assunto. Felizmente, notamos que as poucas produções começaram a despontar com olhares críticos sobre o assunto. Dentre alguns trabalhos, por termos nos envolvido em menor ou mais nível, gostaríamos e recomendar: SOBRINHO, Luana Peleja. *Formação e desenvolvimento de coleções especiais através dos olhares sobre a Biblioteca Particular de Oswaldo de Almeida Costa*. 186f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. SOUZA, Indrig Lopes de Souza. *Patrimônio Bibliográfico de C&T em Universidades: proposta para formação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer*. 116f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia). – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017. LEIPNITZ, Fernando. *Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria, RS*. Santa Maria, RS, 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2017.

depositárias da história do desenvolvimento científico e/ou de determinadas disciplinas, sem contar que são frequentemente o destino de doações de bibliotecas privadas pessoais<sup>41</sup>.

Na conjuntura das bibliotecas universitárias, Weitzel (2018) considera uma situação quase alarmante, descarta-se hoje o que amanhã irão procurar ou até mesmo comprar. Notamos, a partir de nossa experiência, que se, às vezes, o recorte cronológico da coleção pode salvar, em outros pode destruir. Dependendo do contexto, pautado em critérios de raridade que associam ao antigo (ou melhor, seria dizer “velho”, pois há casos que não se tem clareza do que significa a palavra), descarta-se ou não são aceitas coleções contemporâneas, pois, a partir de uma análise superficial, que considera apenas o título e o ano de publicação, e não uma análise material. Com o objeto em mãos, atesta-se que são “fáceis de encontrar no mercado” ou “em qualquer biblioteca se encontra”<sup>42</sup>. Cria-se, às vezes, o que Napoleone e Beffa (2019) chamam de “zona cinzenta”<sup>43</sup> em bibliotecas. Ali, estariam os livros que não são considerados antigos, raros etc.

---

Para quem ler este artigo e trabalhar em biblioteca universitária em instituição pública recomendamos uma breve leitura nesses livros, pois abriram os olhos sobre a importância que determinadas coleções têm. Sem compreender a história não forma de pensar em patrimônio.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã*. 2. ed. rev., amp. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. CUNHA, Luiz Antônio. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. p. 22. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 31). CUNHA, Murilo Bastos da. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. ENCONTROS BIBLI, Santa Catarina, v. 21, n. 47, p. 100-123, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1986. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

<sup>41</sup> Em artigo que está no prelo discutimos e apresentamos uma proposta conceitual para Biblioteca Privada Pessoal e Biblioteca Privada Institucional.

<sup>42</sup> Temos discutido essa problemática há bastante tempo. Em um processo de institucionalização de uma biblioteca privada pessoal, no momento da seleção, se o gestor não puder receber tudo, quando houver duplicidade entre um título que já existe no acervo com o que está chegando, o processo decisório não deve ser apenas a partir de uma lista. Dentro do possível, recomenda-se olhar ambos os exemplares, pois podem possuir marcas de proveniência que tornará cada item em único. Ver: AZEVEDO; LOUREIRO, 2019.

<sup>43</sup> Essa reflexão foi apresentada pelas bibliotecárias Luciana Maria Napoleone e Maria Lúcia Beffa no Seminário “Atribuições dos bibliotecários de livros raros e especiais”, organizado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, no dia 12 de abril de 2019, no auditório Machado de Assis, da Fundação Biblioteca Nacional. Ver: <http://docplayer.com.br/179588028-Boletim-informativo-do.html>

Malfadadas por questões relativas ao espaço físico e a critérios pouco racionais do Ministério da Educação que visa a “atualizar” os acervos, os gestores dessas bibliotecas veem-se diante de dilemas muito graves que comumente terminam em dispersão de coleções<sup>44</sup>.

Através de um diálogo mais amplo como já aconteceu e vem acontecendo em outros países, poderíamos chegar à conclusão de que as Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Universitárias também deveriam assumir o papel de guardiãs de patrimônio bibliográfico nacional. Contudo, o que vemos, em alguns casos (infelizmente), são redes ou sistemas de bibliotecas universitárias que sequer dialogam entre si, que não conhecem suas coleções fundadoras ou como seus acervos poderiam se complementar. E no caso das bibliotecas públicas, quantas viraram depósitos de livros que “ninguém mais quer em casa” ou compras superfaturadas de coleções que nada tem a ver com aquela comunidade, ou não possui, por exemplo, um setor destinado à produção local. Ah! Em muitos casos, o que ouvimos é: mas eles são livros comuns, não são raros. Por isso, concordamos totalmente com:

**A responsabilidade pelo patrimônio bibliográfico não é uniforme** e, portanto, nem todas as bibliotecas públicas são patrimoniais. Por outro lado, não apenas a biblioteca pública possui funções patrimoniais, função também assumida por outros tipos bibliotecas, sobretudo, bibliotecas nacionais. **O vínculo da biblioteca pública com o patrimônio tem mais a ver com seu caráter geográfico.** Em outras palavras, as bibliotecas departamentais ou provinciais têm sido historicamente patrimoniais, enquanto as bibliotecas locais não. No entanto, **existe uma relação evidente entre o patrimônio bibliográfico**, as coleções e os serviços de informações locais das bibliotecas municipais, mesmo quando essas coleções e serviços não respondem a processos de conservação do patrimônio, como o que geralmente ocorre nas bibliotecas departamentais e nacionais. (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 430, tradução e grifos nossos)<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> Sobre essa quase tragédia para o patrimônio bibliográfico, recomendamos duas reflexões que ajudaram em nossas reflexões: CARLEY, James P. The dispersal of the monastic libraries and the salvaging of the spoils. In: LEEDHAM-GREEN; WEBBER, Teresa. *The Cambridge history of libraries in Britain and Ireland*. Cambridge, 2006, v. 1 (1640), p. 265-291; LISBOA, João Luís. Coleções e dispersão. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2018. p. 8-25. E-book. Disponível em: [http://www.mast.br/images/publicacoes\\_mast/livro\\_da\\_minha\\_casa\\_para\\_todos\\_v2.pdf](http://www.mast.br/images/publicacoes_mast/livro_da_minha_casa_para_todos_v2.pdf). Acesso em: 24 out. 2019.

<sup>45</sup> La responsabilidad frente al patrimonio bibliográfico no es uniforme, y por tanto, no todas las bibliotecas públicas tienen carácter patrimonial. Por otro lado no sólo la biblioteca pública tiene funciones patrimoniales, también lo asumen bibliotecas de otros tipos, y sobre todo, las bibliotecas nacionales. El vínculo de la

Se a Colômbia, um país muito menor que o nosso, tem tentado articular essa ideia por perceber ser inviável uma centralização, cremos que poderíamos passar a pautar esse assunto em nossos debates. Por favor, que fique evidente e claro que não estamos aqui questionando o papel irrefutável de uma Biblioteca Nacional como guardião do Patrimônio Bibliográfico, e sim (inclusive à guisa do que Monte-Mor já havia sinalizado nos anos 1980) estimulando um debate sobre a ampliação desta ideia.

Ao que pese a relação do Patrimônio Bibliográfico com a identidade local, Mouren (2007) igualmente recomenda como uma forma de evitar dispersão e contribuir com a preservação da memória de um grupo a criação em bibliotecas públicas, e até mesmo universitárias, o que ela chama de “fundo local”. Nesse rol, estão fundos com autores e editoras locais, e no caso de uma instituição o que normalmente conhecemos como memória institucional. Um conjunto de livros que está imbricado de algum modo com as pessoas e suas histórias.

Em Belém (Pará), há um modelo notável sobre a forma de pensar Patrimônio Bibliográfico local. Trata-se de “Projeto Memorial do Livro Morongêta”, ligado a UFPA, cujo objetivo é reunir, organizar e disponibilizar bibliotecas e “objetos pessoais de eminentes intelectuais paraenses”. (SILVA, 2017, p. 68)

O que para os olhos de alguns pode parecer simples, consideramos exemplar em sua forma e execução, pois não há nenhuma menção, por exemplo, se o livro é raro, especial ou qualquer um desses adjetivos. O critério é claro e objetivo: “objetos pessoais de eminentes intelectuais paraenses”. Com isso, há tentativa de preservar não só o que foi produzido no local, mas as ideias que influenciaram aquele espaço geográfico. Sem contar com uma infinidade de histórias paralelas que podem ser depreendidas do estudo de bibliotecas privadas particulares como essas que compõem o Moroguêta.

---

biblioteca pública con el patrimonio tiene que ver más con su carácter geográfico. Es decir, que las bibliotecas departamentales o provinciales históricamente han sido patrimoniales, mientras que las locales no. Sin embargo, existe una relación evidente entre el patrimonio bibliográfico, las colecciones y servicios de información local de las bibliotecas municipales, aun cuando estas colecciones y servicios no respondan a procesos de conservación de carácter patrimonial como el que generalmente se da en las bibliotecas departamentales y nacionales.

Só para abrimos um parêntese, nessas bibliotecas podem ter recortes de jornais, panfletos de fatos que não se conhecem mais. Além disto, anúncios de artífices, empresas, serviços, uma verdadeira história social e cultural apenas pelas marcas de proveniência ou documentos avulsos que normalmente encontramos dentro desses livros. O trabalho de Mazzoni (2020) é uma evidência disto, pois pela investigação na Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Salvador, Bahia), desvelou uma história já esquecida sobre de produção e circulação de impressos na cidade entre os séculos XIX e XX.

Voltando da digressão, ainda no que concerne a patrimônio local em alguns filmes estrangeiros, sobretudo norte-americanos, vemos alguns personagens em sequências investigativas procurar determinados assuntos nas bibliotecas públicas, pois, teoricamente, ela que deveria ter folhetos e periódicos locais. Um exemplo disso pode ser visto em vários episódios da série *Cold Case*<sup>46</sup> ou na famosa cena de *Somewhere in the past*<sup>47</sup>, de 1980, onde o personagem principal pesquisa informações sobre uma atriz que havia vivido na região no início do século XX.

O IFLA *Cultural Heritage Programme Advisory Committee*, grupo que integramos por dois anos – lembra que “a cultura é uma necessidade básica. A comunidade avança com o patrimônio cultural, mas morre sem ele”<sup>48</sup>. Explica que o patrimônio cultural deve ser considerado algo necessário e importante pelo próprio desenvolvimento do conhecimento de uma sociedade. Aponta que junto com UNESCO e Blue Shield tem colaborado para “identificar coleções únicas e insubstituíveis de patrimônio documental para uma região, mas também para o mundo, de modo que, no caso de um desastre causado pelo homem ou natural; poderão ajudar a garantir sua segurança” (IFLA. *Cultural Heritage Programme Advisory Committee*, tradução nossa).<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> Série produzida pela CBS de 2003 a 2010. Ver: <https://www.imdb.com/title/tt0368479/>

<sup>47</sup> Em português, “Em algum lugar do passado”. Ver: <https://www.imdb.com/title/tt0081534/>

<sup>48</sup> *Culture is a basic need. A community thrives through its cultural heritage, it dies without it.*

<sup>49</sup> *One of IFLA's goal is to pinpoint unique, irreplaceable documentary heritage collections of value to a region, but also to the world so that in the event of a man-made or natural disaster; such information will help secure their safety.*

Como sugestão, talvez fosse interessante pensarmos, pelo menos em nosso país, como em outros países latino-americanos “[...] identificar coleções únicas e insubstituíveis de patrimônio documental para uma região”, mas não apenas sob o que parecem ser termos guarda-chuvas, como “obras raras” e “livros raros”, mas considerando o patrimônio local, independentemente da data de sua publicação – pois como veremos na próxima seção chegamos a hipótese de que além de erroneamente associarmos raro a antigo, também se associa raro e antigo ao que merece estar na categoria de “Patrimônio Bibliográfico”. Mas lembremos sempre: Quem escolhe? Por que escolhe? Em qual contexto foi escolhido? Precisamos falar de nacional e esquecer o local/regional?

Será que as primeiras edições de livros de Clarice Lispector, Raquel de Queirós, Jorge Amado estão em áreas chamadas de “livros raros”, certamente não, sobretudo se não tiver nenhum tipo de marca de proveniência, mas pelo critério de escassez. Mas, será que esses livros não poderiam ser considerados “identificar coleções únicas e insubstituíveis de patrimônio documental para uma região” em uma biblioteca de letras ou ainda: até que ponto vêm sendo considerados e também protegidos por legislações? Como veremos na seção seguinte, parece haver várias lacunas muito perigosas que ignoram o livro contemporâneo, por exemplo.

Cassandra Rios<sup>50</sup> é conhecida como uma das autoras mais censuradas durante o Regime Militar no Brasil. Uma simples e rápida pesquisa nas bibliotecas universitárias, públicas e particulares, no Rio de Janeiro e São Paulo, revela um dado preocupante: ausência quase absoluta. Por quê? Onde e quem deveriam se preocupar em ter esses livros? Só a FBN? Não, em absoluto. O discurso da falta de espaço físico não pode ser uma trave

---

<sup>50</sup> Em 2019, tivemos o prazer de orientar o aluno de graduação em Biblioteconomia, Erick Gonçalves Garcia, que escreveu o Trabalho de Conclusão de Curso “O silêncio dos livros censurados pela Ditadura Militar: uma abordagem a partir da perspectiva do Patrimônio Bibliográfico”. Nele, foi possível confirmar uma inferência que fizemos durante nossa tese de doutorado, o absoluto silêncio nos catálogos das bibliotecas a respeito de livros que na nossa história recente tinha sido censurados e perseguidos. A partir da premissa de que se foram listados no rol de livros proibidos, de algum modo foram publicações que influenciaram ou poderiam influenciar uma geração. E como nem sequer isto ser mencionado? Verificou-se, porém, que, salvo algum engano, a Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco tem feito um esforço neste sentido na identificação dos livros produzidos no contexto da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED).

para debatermos mais sobre esses temas, pois, se olharmos relatórios de bibliotecários na segunda metade do século XIX muitos já reclamavam de espaço físico.

Ainda dentro deste assunto, coleções locais como patrimônio bibliográfico, Moralejo Álvarez apresentou uma análise sobre o que aconteceu na cidade de Teruel (Aragão, Espanha). Depois em um trabalho conjunto que levou quase 20 anos, estabeleceu-se um marco legal pelo qual ficou estabelecido que fosse considerado patrimônio bibliográfico e documental de Teruel: tudo que foi produzido na cidade e por seus cidadãos, documentos e livros que tenham pertencido a cidade e que agora não mais<sup>51</sup>. A partir de um critério territorial – o que para Junco (2011) foi o critério de patrimônio bibliográfico científico – o foco seria tentar fazer uma estimativa desse patrimônio, assim, internamente, contataram todas as bibliotecas públicas e privadas. Nesse projeto, além de darem especial destaque aos livros produzidos por autores locais, tentaram também recuperar documentação sobre a história da cidade<sup>52</sup>.

Esse projeto nos traz um exemplo valoroso, pois não pensou apenas no passado, mas no futuro, e, ao tratar disto, faz uma reflexão que nos ajuda a passar para outro ponto que gostaríamos de abordar neste artigo:

Em geral, **o conceito de patrimônio bibliográfico pode ser associado ao livro antigo, anterior a 1900**, de certa relevância ou beleza, como um objeto que merece proteção ou tratamento especial; essa ideia deixa de fora numerosos exemplos ou que por sua estética parecem não torná-las dignas do status de patrimônio histórico. [...] É necessário ter em mente que eles já fazem parte do patrimônio documental e bibliográfico, ou formarão no futuro, não apenas as obras importantes desde o seu surgimento, mas também uma série de documentos contemporâneos, como certos livros de características como edição especial, distribuição muito limitada, brochuras, folhas soltas, etc; além dos manuscritos, dos originais dos autores, das obras anotadas, da correspondência etc., a cuja conservação é necessária dedicar a máxima atenção. (MORALEJO ÁLVAREZ, 2001, p. 49, grifos e tradução nossos)<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Em escala nacional, a Biblioteca Nacional da Colômbia coordena o projeto “Vamos hacer memoria”. Ver: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/Footer/planes/vamos-hacer-memoria>

<sup>52</sup> Será que poderíamos pensar as ações no século XIX pelo Itamaraty e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro na busca por documentação sobre a história do Brasil dentro desse viés? Assim como também o foi o Projeto Resgate.

<sup>53</sup> “Por lo general, el concepto de Patrimonio bibliográfico se suele asociar al de libro antiguo, anterior a 1900, de cierta entidad a belleza, como objeto merecedor de protección o tratamiento especial; dejando fuera de esa consideración numerosas piezas de menor volumen o visibilidad que no parecen hacerlas acreedoras de la condición de bienes de patrimonio histórico. [...] Es preciso tener presente que forman parte ya parte del



Sem dúvida, um considerável alerta. Algumas perguntas: se a Biblioteca Pública não guardar o jornal de bairro com anúncios locais ou panfletos com anúncios de shows de artistas locais, quem os fará? Se biblioteca universitária (se o arquivo central da universidade não o fizer<sup>54</sup>) não guardar, por exemplo, os programas das disciplinas, sem os quais não é possível a compreensão da história da coleção, quem o fará? Nessa perspectiva futura, inclusive já se fala em Preservação do Patrimônio Digital<sup>55</sup>.

## UMA MIRADA RÁPIDA ACERCA DA LEGISLAÇÃO

Nosso intento aqui não é uma revisão de legislações, mas trazê-las na medida em que de alguma forma nos ajude a conduzir nossas premissas.

A partir de tudo que dissemos anteriormente, e seguindo a linha de exposição que nos conduziu à mesa redonda, algo muito inquietante nos causa espanto. Diante do que

---

patrimonio documental y bibliográfico, o la formarán en el futuro, no sólo las obras que son importantes desde su aparición, sino también una serie de documentos actuales como ciertas obras de características especiales, de tirada reducida, de difusión muy limitada, folletos, hojas sueltas, etc; además de los manuscritos, los originales de autores, las obras anotadas, la correspondencia, etc, a cuya conservación es preciso dedicar la máxima atención”.

<sup>54</sup> Sem nenhum tipo de julgamento ou crítica, constatamos algo durante a pesquisa do doutorado. Por quase dois anos percorremos vários arquivos de universidades federais em busca de planos de aula e/ou programas de disciplinas de graduação dos anos 1960 e 1970 de cursos de Ciências Humanas e Sociais. Infelizmente, a busca foi infrutífera. Pergunta-se se essa ausência se deve há algum tipo de apagamento voluntário, haja vista os problemas que essa área do conhecimento sofreu durante aquelas duas décadas ou se nunca foram arquivados ou se foram descartados obedecendo às regras de temporalidade? Desde a Reforma Universitária, as bibliotecas em universidades formam seus acervos também por demanda dos cursos, por isso, acreditamos que se o arquivo central não tem a política de manter os planos de aula e/ou programas, sugerimos que as bibliotecas façam a guarda desses documentos, pois são memória de suas coleções. Isto pode ser absolutamente estratégico a longo prazo.

<sup>55</sup> Algumas fontes: UNESCO. Carta sobre la preservación del patrimonio digital. 2003. Disponível em: [http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL\\_ID=17721&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acesso em: 20 jan. 2020. ABID, Abdelaziz. Conservando nuestro patrimonio digital: un nuevo paradigma de preservación documental. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECARIOS: la biblioteca, memoria documental de la humanidad. 17., 2010, Guadalajara, Jalisco, p. 109-126. Disponível em: <http://riudg.udg.mx/handle/20.500.12104/39?mode=full>. Acesso em: 20 jan. 2020. RUIZ, Francisco José Valentín. Patrimonio Bibliográfico-Documental y Preservación Digital: compañeros inseparables en entornos cloud. *RUIDERAE: Revista de Unidades de Información*, n. 12, seg. sem., 2017, p. 1-14. Disponível em: <https://revista.uclm.es/index.php/ruiderae/article/view/1631/1320>. Acesso em: 20 jan. 2020.

parece ser grande mixórdia conceitual, que não considera tempo, contexto, cultura política, história dos conceitos e nada nessa linha. Parece-nos que algumas legislações que remontam os anos 1930 ainda hoje expressam influência em outras muito recentes.

Fala-se de Patrimônio Bibliográfico e uma infinidade de variações, associa-se a livro raro/antigo<sup>56</sup>, sem, contudo, mostrar clareza em duas perguntas basilares: o que significa? Para quem?

No Brasil, alguns especialistas que trabalham diretamente com livros antigos e raros (aqui no caso incluindo, mormente, os antigos) vêm discutindo essa aproximação. Destacamos três que trazem importantes contribuições em revisão de literatura e apontam pautas que deveriam ser mais debatidas. Gauz (2014), ao discutir o livro raro como objeto em museu, faz duas considerações que nos chamam atenção, primeiro ao comentar o artigo 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>57</sup>, diz que

Talvez pela primeira vez, como política de Estado, o patrimônio bibliográfico tenha sido citado como parte de um conjunto de diretrizes que visavam à identificação e consequente preservação de bens nacionais. Ao ser elevado à categoria de patrimônio nacional, o livro presumidamente raro iria adquirir visibilidade no âmbito da sociedade civil, a fim de ser valorizado e, por consequência, preservado para as futuras gerações (GAUZ, 2014, p. 457).

---

<sup>56</sup> Gostaríamos de declarar que discordamos peremptoriamente da forma que o conceito “livro raro” é, as vezes, tratado no Brasil. Consideramos um equívoco imenso usar critérios e fundamentos bibliofílicos. Para nós, critério de raridade não é *Prêt-à-porter*, mas algo feito sob medida. E a primeira pergunta não deveria ser: “O que é o livro raro?”, mas sim, “o que se considera como patrimônio bibliográfico?”. Livro raro, a nosso ver, não é um nível superior de gradação, mas um critério de seleção para se estabelecer prioridade dentro de uma coleção especial, por exemplo. Sem contar a ideia de “livro antigo” que, dentro do contexto europeu, livros antigos são considerados aqueles que “foram produzidos desde a invenção da imprensa até ao início do século XIX; de modo mais preciso, e uma vez que os incunábulos constituem uma produção tipográfica à parte, não só pelas suas características próprias, mas também pelo seu tratamento catalográfico, pode dizer-se que o livro antigo abrange obras impressas desde 1501 até 1800, inclusive”. (FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Almedina, 2008, p. 764).

<sup>57</sup> “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Ver: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)

A gravidade do que a pesquisadora aponta aqui é muito grande, pois 83 anos passados ainda vemos reflexos dos efeitos desse conteúdo em alguns textos e até em políticas de formação e desenvolvimento de coleções.

Que livro raro é esse que estamos preservando em detrimento de outros? Não há como esquecer o pêndulo de que se escolho salvar um grupo posso deixar perecer o outro. Gauz é uma das poucas autoras que discute esse assunto trazendo uma reflexão necessária: a ideia histórica da formação e identidade nacional. Concordamos e reforçamos que não há como apartar-se disto.

Nesse contexto, Santos e Reis (2018), para abordarem a história das formas de proteção legal do patrimônio bibliográfico direcionados ao livro raro no Brasil estabelecem uma divisão, muito elucidativa, em quatro períodos, a saber: primeiro: 1847-1907; segundo: 1930-1945; terceiro: 1946-1988 e quarto período: 1989-2015.

No conjunto das manifestações estavam arroladas: a) Monumentos; b) Iconografia nacional; c) Iconografia estrangeira; d) Brasileira; e) Iconografia estrangeira referente a países estrangeiros. Sobre Brasileira compreendia-se “todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meios tipográficos”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980, anexo VI, p. 58).

Sobre a ideia de Brasileira, cabe uma ressalva aqui. Em 1975, Rubens Borba de Moraes publica *O bibliófilo aprendiz: prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros [...]*. Sobre Brasileira ele diz:

Se tomarmos o termo na sua acepção geral, no seu sentido mais largo, pertencem à Brasileira todos os livros que tratam do Brasil, todos os livros escritos por brasileiros e todos os livros impressos no Brasil. [...] Se Brasileira abrange, em tese, tudo quanto dissemos, na prática, o assunto é mais restrito. Entende-se por Brasileira somente os livros antigos sobre o Brasil. Publicados até que data? – perguntarão. Nada mais difícil que marcar uma data para uma coleção de assunto. Na minha fraca opinião, o fim do século XIX parece-nos uma data prática e realista. O limite de 1900 é bastante recuado para dar ao assunto o cunho antigo, indispensável, que exige o bibliófilo.

No mesmo livro, na sequência o mesmo autor diz que Brasileiros são considerados os “livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias” (MORAES, 1975, p. 164). De acordo

com Moraes, será realmente nesses “nossos dias” que estão sendo considerados os livros dos séculos XX e XXI? Parece-nos que sim, a crer pelo documento que analisaremos na a seguir.

Em 1937, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional<sup>58</sup>. No capítulo 1, Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, artigo 1º ficou estabelecido que

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Vemos aqui uma aproximação da relação com memória e história nacional, com relação identitária, a ambiguidade continua em como atribuir valor e o que viria a ser “excepcional valor”. Todavia, se considerarmos o contexto que o documento foi produzido, bem como o nível de discussão sobre o assunto aqui no país, qualquer crítica seria anacrônica e leviana, por isso nos restringimos a apresentar os fatos. O trecho “cuja conservação seja de interesse público” nos remete ao que será mencionado na legislação portuguesa sobre patrimônio bibliográfico nos anos 1980 – como veremos adiante; e daria margem para pensarmos a ideia do vínculo de pertencimento mútuo: acervo-indivíduos-acervo.

Adiante, Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, no Capítulo 5, Disposições Gerais, o artigo 26 diz que

Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Por esse texto fica um pouco mais claro que considerariam o “conjunto bibliográfico que comporia o patrimônio nacional”, e estabelece uma coerente proposta – de acordo com a ideia do texto – uma vez que se tenha verificado “cuja conservação seja de interesse

---

<sup>58</sup> Santos e Reis (2018) comentam e discutem esse decreto dentro do contexto do período. Esse e o projeto lei anteriormente citado.

público”. Obviamente que tudo isto também deveria estar em consonância com o estudo feito para o projeto lei um ano antes. Desperta atenção também o fato de aparentemente considerar uma distinção entre o que é livro antigo e livro raro. Enfim, só analisando pareceres da época para chegar a essas conclusões de maneira mais precisa.

Santos e Reis (2018) esclarecem que nos anos 1960 ocorreram algumas mudanças no trato com os bens móveis no país, e salientam que vieram a reboque a Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, em 1964, que recomendava medidas para impedir tráfico ilícito de bens culturais. Comentam que

A adesão do Brasil a esta recomendação resultou na promulgação da Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, que proibia a saída, para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no País até o fim do período monárquico. Embora muitas obras impressas nesta época possuísem pranchas e mapas que constituem verdadeiras obras de arte, para os efeitos da Lei 4.845/65 foram considerados apenas os trabalhos artísticos avulsos (SANTOS; REIS, 2018, p. 236).

Em 1968, o Governo Federal publicou a Lei nº 5.471, de 9 de julho, que dispunha sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros<sup>59</sup>. Conforme o artigo 1º, “Fica proibida, sob qualquer forma, a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX”.

O Decreto nº 65.347, de 13 de outubro de 1969, que regulamenta essa lei, traz mais detalhes que transcrevemos em recortes e comentamos: De acordo com o artigo 1º ficava “proibida, sob qualquer forma, nos termos da Lei nº 5.471, de 9 de julho de 1968<sup>60</sup>, a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX”. O artigo 4º especificava ainda mais a questão ao dizer que:

[...] a exportação de livros antigos, brasileiros, ou sobre o Brasil, editados nos séculos XVI a XIX (até 1899), dependerá de comprovação: a) de não provirem de conjuntos bibliográficos cuja exportação é proibida; b) de se haver pronunciado favoravelmente o Conselho Federal de Cultura, ou, por delegação deste, o Conselho

---

<sup>59</sup> Ver texto completo em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5471.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5471.htm)

<sup>60</sup> Santos e Reis (2018) comentam e contextualizam essa legislação.

Estadual de Cultura competente (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 13 out. 1969).

Apesar de Santos e Reis acreditarem que em ambas as ações, a Lei e o Decreto, não tenham prevalecido “o amplo reconhecimento dos livros raros e antigos como elementos da cultura nacional” (2018, p. 237), nossa interpretação é um pouco diferente. Notamos que se olharmos a própria discussão historiográfica que as autoras fazem, sobretudo no projeto de 1936, havia sim um reconhecimento, o que faltou, e vemos que ainda falta, é uma compreensão do que são esses “livros raros e antigos” e como essa classificação, ou melhor dizendo, adjetivação poderia, em sentido prático, representar algo relacionando memória e identidade nacional, sem desconsiderar um rígido recorte cronológico.

Sob nosso ponto de vista, pela Lei nº 5.471, de 9 de julho de 1968 e Decreto nº 65.347, de 13 de outubro de 1966, se aplicados hoje poderiam ser retirados do país sem nenhum problema, por exemplo, primeiras edições autografadas dos modernistas ou de Jorge Amado, Nelson Rodrigues, Carolina de Jesus, Ferreira Gullar, Patativa do Assaré etc. Ressalta-se que estamos usando os autores aleatoriamente e como exemplos, pois o que gostaríamos de destacar é o recorte cronológico que talvez não consideraria “raro” nenhum desses autores, já que antigos, seja pelo critério dos 100 anos ou pela produção manual, não seriam.

A ideia de raridade não deveria ser um ideal idílico a ser percorrido, mas um simples auxílio na compreensão de uma coleção. Não deveria ser algo que fizesse que uma biblioteca fosse percebida melhor ou mais importante que outra. Desde que o princípio seja pelo Patrimônio bibliográfico, raro ou não, seriam coleções complementares.

Assim como fizemos em curso ministrado na Fiocruz em abril de 2014, apresentamos o exemplo de Portugal a partir da Lei nº 107, de 8 de setembro de 2001, ou Lei de Bases do Patrimônio Cultural. O Capítulo V, “Do patrimônio bibliográfico”<sup>61</sup>, é dividido em três artigos, o Artigo 85º Patrimônio Bibliográfico; o Artigo 86º Classificação do património

---

<sup>61</sup> PORTUGAL. Procuradoria Geral Distrital de Lisboa. Ministério Público. Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, “Lei de Bases do Património Cultural”. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=844A0085&nid=844&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=844A0085&nid=844&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo). Acesso em: 17 mar. 2020.

bibliográfico como de interesse nacional, Artigo 87º Classificação do patrimônio bibliográfico como de interesse nacional e Artigo 88º Inventariação do patrimônio bibliográfico.

Apesar de também conter alguns pontos dúbios, é muito mais clara do que qualquer outra legislação que temos no Brasil, como por exemplo declara que:

Integram o patrimônio bibliográfico as espécies, colecções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse de pessoas colectivas públicas, **independentemente da data em que foram produzidos ou reunidos**, bem como as colecções e espólios literários (PORTUGAL, 2001).

Ao esclarecer o recorte e alcance do que consideram Patrimônio Bibliográfico isto deve, sobremaneira, evitar tantos equívocos como por vezes acontecem aqui. Do mesmo modo, quando declaram o que é de interesse nacional.

A complexidade da ideia do que é de interesse nacional é altíssima. Não é tão óbvio quanto possa soar. Daí, mais uma vez, retorna-se aqui a necessidade imperiosa do campo científico História.

Pensando nessa complexidade, em 2017, o IFLA RBSCS organizou na Polônia uma jornada chamada “Collections and Books [A]cross Borders”<sup>62</sup>. O foco de suas discussões foram os desafios para o gerenciamento de colecções de se interligam entre fronteiras, ou entre países e propunha-se o título de “non-patrimonial”.

O buraco conceitual se reflete em outros documentos legislativos. De acordo com Art. 23, III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

[...] competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III – proteger os documentos, as obras e outros **bens de valor histórico, artístico e cultural**, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos<sup>63</sup> (grifos nossos).

<sup>62</sup> Ver: <https://iflarbcs.hypotheses.org/441>

<sup>63</sup> Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp). Acesso em: 20 jan. 2020.

Ver também: CORA, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, out. 2014.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122014000500002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 fev. 2020.

Respeitando o recorte de seu trabalho, Gauz (2014, p. 4557) compreende que nesses “bens de valor histórico, artístico e cultural livro raro continua a ser contemplado (embora ainda implicitamente e sem muitas especificidades)”.

Entretanto, ainda a nossa percepção é que ficam fora daí vários outros conjuntos bibliográficos. Como vimos, a já citada Lei nº 107, de 8 de setembro de 2001, ou Lei de Bases do Patrimônio Cultural de Portugal, é muito mais clara e objetiva quanto às categorias que consideram como patrimônio bibliográfico e ampliam até mesmo o recorte cronológico.

Vejamos agora a Instrução Normativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 01, de julho de 2007, que “dispõe sobre o cadastro especial dos negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros [...]”.

Não estamos querendo simplesmente afirmar que essas legislações estão equivocadas, mas compartilhamos aqui nossa inquietação, primeiro porque nota-se a imprecisão do que significa “livro raro e antigo” neste país, como já tivemos ocasião de afirmar. Em segundo lugar, se levarmos em consideração tudo que vem sendo dito sobre essas duas categorias, poderia ficar de fora uma grande quantidade de livros. E repetimos: Quem escolhe? Quem define? Por quê? Para quem? Será que essa amplitude nacional dá conta do regional?

O artigo 3º lista os tipos de bens culturais que os comerciantes deveriam cadastrar no Iphan. O parágrafo V determina que

[...] documentos arquivísticos manuscritos, impressos e mistos relacionados à história do Brasil, temas ou pessoas relevantes para a historiografia brasileira e a paisagens ou situações sociais brasileiras, produzidos até o século XX (2000 inclusive).

O parágrafo IX trata dos “livros antigos ou raros, desse modo consagrados na literatura especializada, ou que tenham valor literário, histórico ou cultural permanente”.

Em seguida detalha:



- a) Coleção Brasileira: livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808;
- b) a Coleção Brasiliense: livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias, que tenham valor bibliofílico: edições da tipografia régia, primeiras edições por unidades federativas, edições príncipes, primitivas ou originais e edições em vida – literárias, técnicas e científicas; edições fora do mercado, produzidas por subscrição; edições de artista;
- c) Os incunábulos, pós-incunábulos e outras edições impressas e gravadas, célebres ou celebrizadas, de evidenciado interesse para o Brasil, impressas artesanalmente nos séculos XV a XVIII (1800 inclusive), em qualquer lugar;
- d) As publicações periódicas e seriadas, em fascículos avulsos ou coleções: títulos sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados no estrangeiro até 1825; títulos impressos ou gravados no Brasil, de 1808 a 1900, inclusive; folhas volantes – papéis de comunicação imediata, originalmente soltos e esporádicos, impressas ou gravadas no Brasil, no século XIX (1900 inclusive); os títulos manuscritos, configurados como jornalismo epistolar, produzidos ou não sob subscrição no Brasil, no século XIX (1900 inclusive); os títulos célebres ou celebrizados, de evidenciado interesse para o Brasil, impressos ou gravados artesanalmente, nos séculos XVI a XVIII (1800 inclusive), em qualquer lugar.

Como dissemos na introdução, temos mais perguntas do que respostas. Assim, há algumas que gostaríamos de fazer, sempre atinente a tudo que expusemos até aqui: O que significa propriamente dito: “livros antigos ou raros, desse modo consagrados na literatura especializada”. Quem consagra? Por quê? Será que levaram em consideração critérios locais e regionais?

Parece-nos que os conceitos de “Brasileira” e “Brasiliense”<sup>64</sup> criados em pleno Estado Novo e consolidados por Rubens Borba de Moraes em 1978 – como já citamos – ainda prevalecem como parâmetro, muito embora na última categoria haja a ressalva “até nossos dias”. Se pensássemos dentro dos parâmetros da história dos conceitos, isto seria viável ainda hoje? Ao tratar de “Coleção Brasiliense” por que falar de “valor bibliofílico” e não “valor patrimonial”? As perguntas seguiriam, mas seria muito enfadonho. Deixamos ao leitor fazê-las, responder ou refutar as que foram feitas aqui à guisa de exemplo.

Continuando na Instrução Normativa, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 01, de julho de 2007, décimo parágrafo do Artigo 3º orienta:

Os exemplares de livros ou fascículos de periódicos representativos, respectivamente, da **memória bibliográfica e hemerográfica mundial**, avulsos ou

<sup>64</sup> Ver como exemplo: BORBA, 1975, p. 158.

em volumes organizados ou factícios, que apresentem marcas de **coleccionismo ativo ou memorial**, tais como: ex libris, super libris, ex-donos e carimbos secos ou molhados; marcas de leitura personalizadas; marcas de exemplar de autor, com anotações autógrafas ou firmadas que evidenciam o amadurecimento e a redefinição do texto (IPHAN, 2007, grifos nossos)<sup>65</sup>.

De que século se refere? O significa a categoria “memória bibliográfica”? E por que falar de “mundial”? Quais os parâmetros para essa identificação? Esse trecho da instrução normativa nos faz novamente retomar a Lei nº 107, de 8 de setembro de 2001, ou Lei de Bases do Patrimônio Cultural Português, que em seu texto procura reduzir a subjetividade do certame – se na prática conseguem ou não, é outra questão.

Como resultado de uma força tarefa e após estudos, no dia 12 de novembro de 2019, “entrou em tramitação uma proposta Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 10531/18, cujo objetivo é atualizar e ampliar a Lei 5471/68”. O projeto, postulado pela “deputada Flávia Moraes (PDT-GO), abrange também itens iconográficos do patrimônio brasileiro, como gravuras, a fim de evitar o contrabando dessas obras”. A justificativa é absolutamente pertinente, pois, de acordo com o texto, “as regras vigentes tratam apenas da proteção de acervos de livros e documentos antigos”. (BRASIL. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 12 nov. 2019)<sup>66</sup>.

A proposta criou uma nova lista de “itens protegidos – cuja exportação fica proibida”. A saber:

- livros e folhetos impressos no Brasil ou que versem sobre o País publicados até 1900;
- periódicos manuscritos feitos no Brasil ou relacionados com a história brasileira, configurados como jornalismo epistolar (escrito em forma de carta);
- exemplar ou conjunto de periódicos impressos cujo primeiro número tenha sido impresso no País até 1900;
- partituras manuscritas ou impressas no Brasil ou de artistas brasileiros datadas até 1930;
- obras iconográficas impressas artesanalmente no Brasil ou que se relacionem com a história brasileira até 1900. (BRASIL. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 12 nov. 2019)

<sup>65</sup> Texto completo em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/IN.pdf>

<sup>66</sup> Ver texto completo em: <https://www.camara.leg.br/noticias/613127-comissao-aprova-ampliacao-da-protecao-ao-patrimonio-bibliografico-nacional>

Ainda que não tenha sido a intenção dos proponentes, será que, hipoteticamente, uma ampliação não poderia levar em conta incluir os séculos XX e XXI, visto que a lei de 1968 não o fez? Será que sabemos de fato o que significa Patrimônio no âmbito das bibliotecas no Brasil?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado teve como objetivo retomar e ampliar alguns apontamentos que fizemos na mesa redonda durante o “II Seminário Nacional de Paleografia” com vistas à exposição de pontos de vistas sobre cinco premissas.

Na **primeira premissa**, “A falta de clareza conceitual pode levar a equívocos perigosos e excludentes no âmbito do patrimônio”, com a breve e simples revisão de literatura apresentada, acreditamos ter sido possível exemplificar dificuldades terminológicas e epistêmicas que podem ter seu cerne no próprio conceito de documento. Pareceu-nos também que não estamos levando em conta diferenças linguísticas e as tradições atreladas a elas.

Na **segunda premissa**, “Associar “Patrimônio Bibliográfico” com livro antigo e livro raro tem sido um conflitante”, fica evidente que ambos os conceitos precisam urgentemente ser revistos em nosso país. Desde os anos 1930 eles vêm sendo utilizados em legislações, sem, contudo, apresentar o que significam.

Por fim, de acordo com **terceira, quarta e quinta premissas**, “A legislação brasileira ao usar esses conceitos deixa brechas que excluem as edições contemporâneas”, fizemos uma tentativa a partir de exemplos. Desejar discutir “Patrimônio Bibliográfico” sem básica compreensão de história do livro, história do impresso, bibliografia material e história do Brasil é como querer compreender os cálculos que levaram o homem à Lua sem saber usar “regra de três”; em um país tão múltiplo como o Brasil, acreditamos e defendemos a necessidade de se ponderar no nível do patrimônio bibliográfico local, e este não é apenas regional, mas também de um grupo ou de uma área do conhecimento.

As três premissas se interligam e no decorrer da construção deste texto percebemos sua complexidade e como existem lacunas que se prolongam por décadas e, salvo equívocos de nossa interpretação, de fato, estimulam pouco os estudos sobre o patrimônio local. Acreditamos ser emergencial a inclusão desta pauta em eventos de todas as áreas envolvidas com bibliotecas. Felizmente, somos um país múltiplo e diverso e ambas as características devem ser levadas em conta, de modo a evitarmos apagamentos.

Somos seres políticos e como qualquer pessoa envolvida com bibliotecas neste país deveria ampliar suas consciências sobre isto. O livro, a biblioteca, a leitura, ainda hoje, do mesmo modo que há séculos na sociedade ocidental, incomodam, assustam, em si e, mais ainda, a partir de quem/onde foram produzidos e/ou pertenceram. Assim, além de um debate mais vertical acerca dos conceitos, como já vimos aqui, é premente a reflexão sobre quem e por que as escolhas existem.

Retomando o que dissemos no início, este texto é de caráter ensaístico. Trata-se da opinião pessoal de um teórico, trata-se de uma tentativa – esperamos não tão frustrada – de contribuição para esse debate. Não tivemos a intenção de ser exaustivos e muito menos de fazer uma profunda revisão de literatura – essa se deu dentro do possível, é verdade. Este texto não foi escrito com tons de críticas, refutações, para criar polêmicas ou na vã ideia de provocar mudança, mas simplesmente para dividir dúvidas e alguns pontos de vista muito particulares.

## REFERÊNCIAS

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Patrimônio Bibliográfico e o Bibliotecário: competências que perdemos ao longo do caminho. *In*: SEMINÁRIO ATRIBUIÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS DE LIVROS RAROS E ESPECIAIS, organizado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, no dia 12 de abril de 2019, no auditório Machado de Assis, da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://docplayer.com.br/179588028-Boletim-informativo-do.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BOS, Jan. All books are equal, but some books...: towards a modern vision of special collections. *In*: MOUREN, Raphaele (ed). **Ambassadors of book: competences and training for heritage librarians**. Berlin: Gryter, 2012, p. 15-23. (IFLA Publications, 160).

BIRMAN, Patrícia. **O que é Umbanda**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão aprova ampliação da proteção ao patrimônio bibliográfico nacional. 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/613127-comissao-aprova-ampliacao-da-protECAo-ao-patrimonio-bibliografico-nacional>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURAL. Instrução Normativa, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 01, de julho de 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/IN.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURAL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. CASA CIVIL. Lei n. 5.471, de 9 de julho de 1968. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5471.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5471.htm). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n. 65.347, de 13 de outubro de 1969. Regulamenta a Lei nº 5.471, de 9 de junho de 1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65347-13-outubro-1969-406856-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

COSTA, Elisângela da Silva. O projeto Memorial do Livro Moronguêta (MLM) e a salvaguarda da memória paraora. **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2018. p. 67-75. *E-book*. Disponível em: [http://www.mast.br/images/publicacoes\\_mast/livro\\_da\\_minha\\_casa\\_para\\_todos\\_v2.pdf](http://www.mast.br/images/publicacoes_mast/livro_da_minha_casa_para_todos_v2.pdf). Acesso em: 24 out. 2019.

DAVALLON, Jean. Memória social e produções culturais. *In: Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2010.

DECLARACIÓN DE MÉXICO SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES. Disponível em: <http://diversidadaudiovisual.org/declaracion-de-mexico-sobre-politicas-culturales-1982/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

GAUZ, Valéria. Livro Raro-Objeto em Museu Casa Histórica: o Caso do Museu Plantin-Moretus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: Enancib, 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt9>>. Acesso em 4 maio 2015.

GAUZ, V. O Livro Raro e Antigo como Patrimônio Bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 8, p. 71 - 87, 9 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 11, n. 23, p. 15-36, June 2005 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Apr. 2020.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El Profesional de la Información*, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 18 jul. 2019.

JUNCO, Guillermo Ramón González. El Fondo, de libros raros, antiguos y manuscritos de la Biblioteca Nacional de Ciencia y Tecnología de la República de Cuba. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS : IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 77., 2011, Porto Rio. **Anais [...]**. Porto Rico: IFLA, 2011, p. 01-12. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2011/121-junco-es.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SANTOS, Renata Ferreira dos y Alcenir Soares dos Reis. O Patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información* 32 (75): 223-259. <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.75.57970>

MAZZONI, Vanilda Salignac de Sousa. **Livros, leitura e tipografia (editora): os caminhos da produção impressa em Salvador entre 1811-1950**. Salvador: Memória e Arte, 2020.

MORALEJO ÁLVAREZ, M. R. Aproximación al patrimonio bibliográfico y documental. **Studium: Revista de Humanidades**, n. 8-9, p. 29-49, 2001. Disponível em: [http://studium.unizar.es/n\\_old/STVDIVM\\_n8\\_n9.pdf](http://studium.unizar.es/n_old/STVDIVM_n8_n9.pdf) . Acesso em: 18 jul. 2019.

MELOT, Michel. Qu'est-ce qu'un objet patrimonial?. **Bulletin des bibliothèques de France** (BBF), n. 5, p. 5-10, 2004. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/01-melot.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz** [...]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

MOUREN, Raphaele. **Manuel du patrimoine en bibliothèque**. Paris: Éditions du Cercle de la Libraire, 2007.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. **La educación sobre patrimonio documental de la humanidad en la sociedad del siglo XXI.**, 2013a Editorial Académica Española (EAE). [Book]

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, sep./dic., p. 31-58, 2013b. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-16592013000300003](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003). Acesso em: 18 jul. 2019.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/38822662.pdf>> . Acesso em: 18 jul. 2019.

PORTUGAL. Procuradoria Geral Distrital de Lisboa. Ministério Público. Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, "Lei de Bases do Patrimônio Cultural". Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=844A0085&nid=844&tab\\_ela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=844A0085&nid=844&tab_ela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo). Acesso em: 17 mar. 2020.

RICHARD, Hélène. **La formation aux questions patrimoniales dans les bibliothèques**. Rapport, Ministère de la Culture et de la Communication: Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche, 2010. Disponível em: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/notices/56441-laformation-aux-questions-patrimoniales-dans-les-bibliotheques>. Acesso em: 18 jul. 2019.

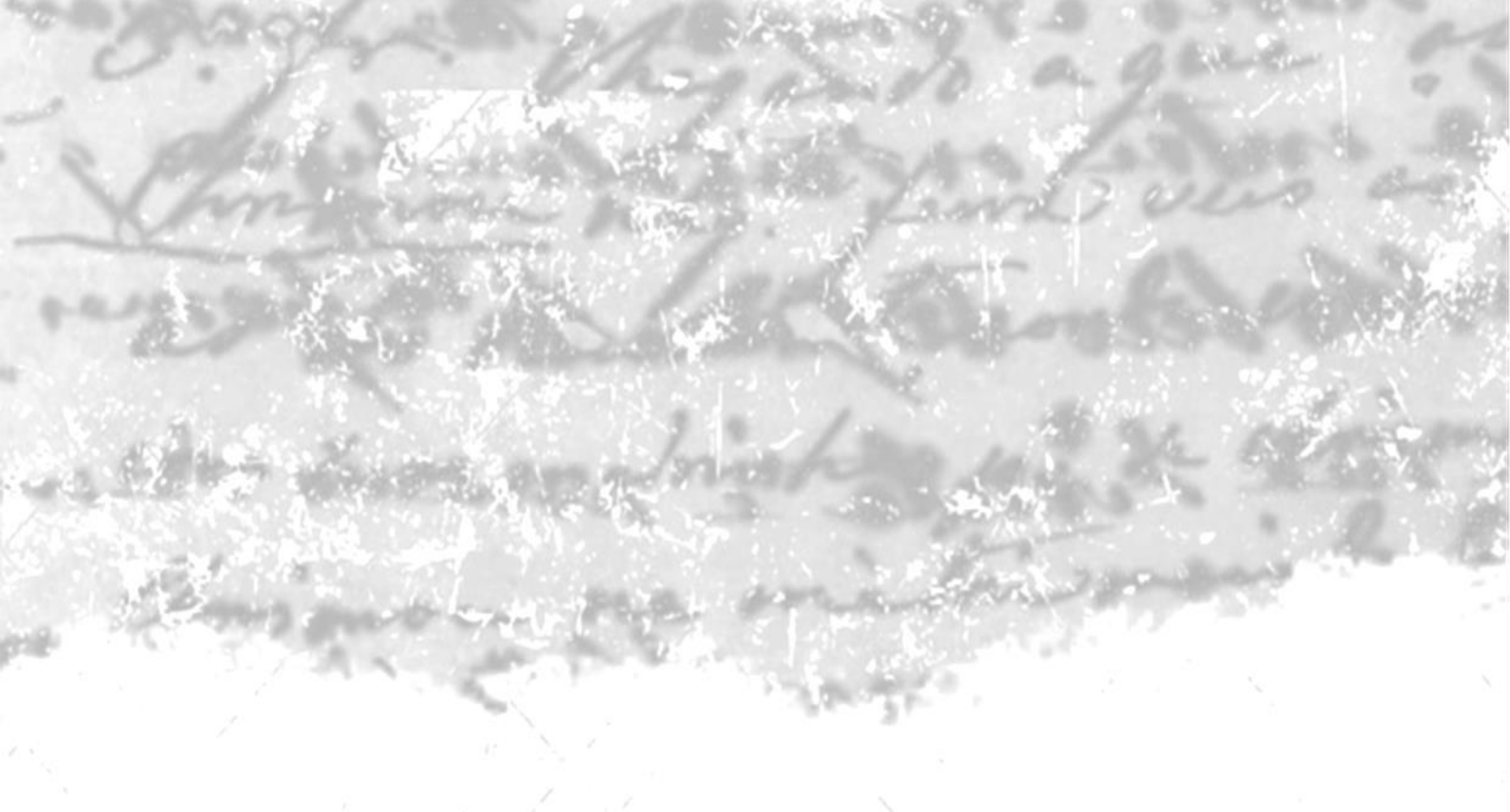
RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 110-125, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/0>. Acesso em: 06 jul. 2018.

SANTIAGO, Maria Claudia; FERRINO, Abel. O patrimônio bibliográfico como parte dos direitos da humanidade e sua proteção. II JORNADA IFLA: O tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico na América Latina e Caribe. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, novembro de 2018. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/patrimonio-bibliografico-como-parte-direitos-humanidade-sua>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANTIAGO, Maria Claudia; CORRÊA, Amarílis Montagnolli Gomes; GREENHALGH, Raphael Diego. Economia do crime e patrimônio cultural e bibliográfico brasileiro: possíveis mudanças na Lei 5.471/68 e no código penal. II JORNADA IFLA: O tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico na América Latina e Caribe. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, novembro de 2018. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/economia-crime-patrimonio-cultural-bibliografico-brasileiro>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. 2018. O Patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, 32, n. 75, p. 223-259, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v32n75/2448-8321-ib-32-75-223.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.





# ACESSIBILIZANDO O PASSADO: O EXERCÍCIO PALEOGRÁFICO EM ARQUIVOS PÚBLICOS

Libânia da Silva Santos

Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia

## INTRODUÇÃO

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, [...] porque estas operações não são naturais. [...] Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. [...] E se, em compensação, a **história** não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1984).

A história que conhecemos, o conhecimento histórico que acessamos, ainda que considerado fruto de um trabalho sério, que siga criteriosamente os procedimentos e metodologias do exercício historiográfico, não é e nem será a história do todo ou de tudo

sobre determinado assunto, e nem a *verdade*. É uma história, um discurso, uma visão, entre muitas narrativas ocultadas, privilegiadas, apagadas, forjadas, construídas.

A escola de pensamento positivista, entre outras correntes, por muito tempo disseminou a errônea interpretação de que o simples acesso a fontes oficiais, escritas, eram o suficiente para a obtenção de dados seguros, precisos, que permitissem a construção de uma memória coletiva, da história de uma nação, de um povo. Ignoraram o veemente aspecto de que desde o ato de produção de um registro que resistiu ao tempo para ser acessado por nós, por todo o caminho percorrido – do ato de levar a pena ao suporte com tinta, em cada traçado, cada palavra escolhida, cada caminho trilhado pela correspondência, cada consequência de seu conteúdo, até o momento em que esse pedaço de papel se une a uma pilha de outros papeis e diversos humanos diferentes que o acessam escolhem se ele deverá ser mantido ou descartado – esse documento e seu significado vai sendo moldado.

O que chega até nós, para ser base de pesquisas de áreas múltiplas do conhecimento, é fruto de sucessivas escolhas, nunca parciais ou naturais e sempre fortemente políticas de quais acontecimentos deverão ser lembrados, quais apagados, ou os escolhidos para receber novo significado. E esse processo continuará à medida em que os espaços que os custodiam lidam com eles, os lugares de memória, os arquivos.

O processo de instalação de arquivos inicia-se no Brasil no século XIX com a criação de oito instituições públicas – o Arquivo Público do Império, posteriormente nominado Arquivo Nacional (1838), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (1842), o Arquivo Público Estadual de Sergipe (1848), o Arquivo Público do Paraná (1855), o Arquivo Público do Estado da Bahia (1890), o Arquivo Público de Minas Gerais (1895), o Arquivo Público de Mato Grosso (1896), e o Arquivo Público do Amazonas (1897) (MATOS; ROSADO, 2012) – e intensifica-se no século XX, sendo espaços criados, principalmente, para a gestão dos registros da administração em diversos períodos da história do Brasil, sobretudo os considerados à época como históricos, o que quase sempre equivalia aos documentos do período colonial.

A acumulação dos documentos desencadeia a necessidade de gestão dos mesmos. Com o tempo, *arquivos* não serão apenas os documentos ou as instituições. De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), podemos definir **arquivos** como

1 – Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; 2 – Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; 3 – Instalações onde funcionam arquivos. 4 – Móvel destinado a guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Em quaisquer uma das quatro definições acima é perceptível que seria irrelevante a existência de documentos (1), instituições (2), prédios (3) ou móveis com documentos (4) se esses não fossem acessíveis para os fins que justificam as suas existências, sobretudo o acesso ao passado e as tentativas de interpretação de sua complexidade. Essa compreensão, entretanto, é recente, constituindo-se de forma processual e lenta sobretudo à medida em que a arquivologia se fortalecia enquanto ciência.

Atualmente, em relação aos arquivos públicos (documentos e instituições), possuímos instrumentos normativos que visam a assegurar essa acessibilidade. A Constituição Federal (1988), em seu art. 5º, inciso XXXIII, especifica que

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

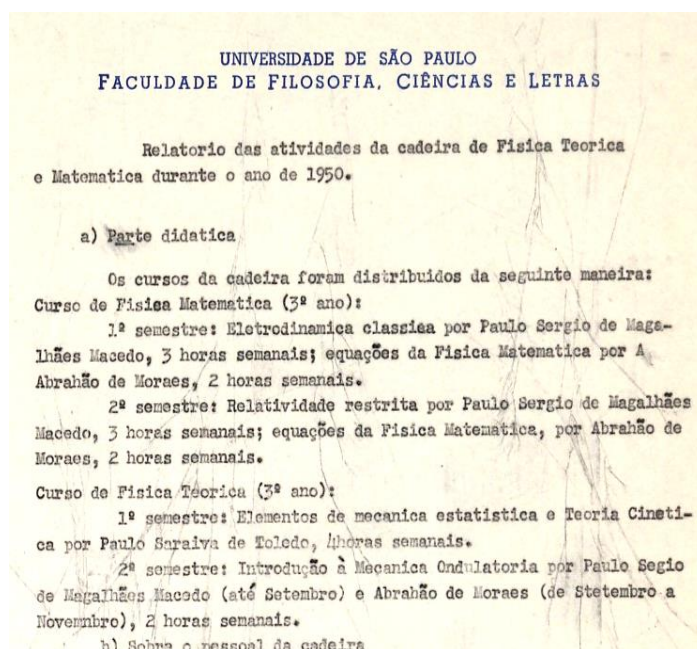
O art. 216 do mesmo instrumento, ao versar sobre o patrimônio cultural brasileiro, no parágrafo § 2º, esclarece que compete à “administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

Complementando a Carta Magna brasileira, em 18 de novembro de 2011, foi sancionada a Lei Nº 12.527, conhecida como a Lei de Acesso à Informação, na qual, no art. 4º, considera-se

- I – informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em **qualquer meio, suporte ou formato**;  
 II – documento: unidade de registro de informações, **qualquer que seja o suporte ou formato** (grifo nosso).

Para documentos públicos, produzidos e acumulados entre fins do século XX e início do XXI, a garantia de acesso prevista na legislação pode ocorrer muitas vezes apenas com a disponibilização dos mesmos em espaços físicos ou virtuais, digitalizados ou em outros suportes, por serem, majoritariamente, datiloscritos ou digitados, e com signos e normas da língua corrente brasileira, o português.

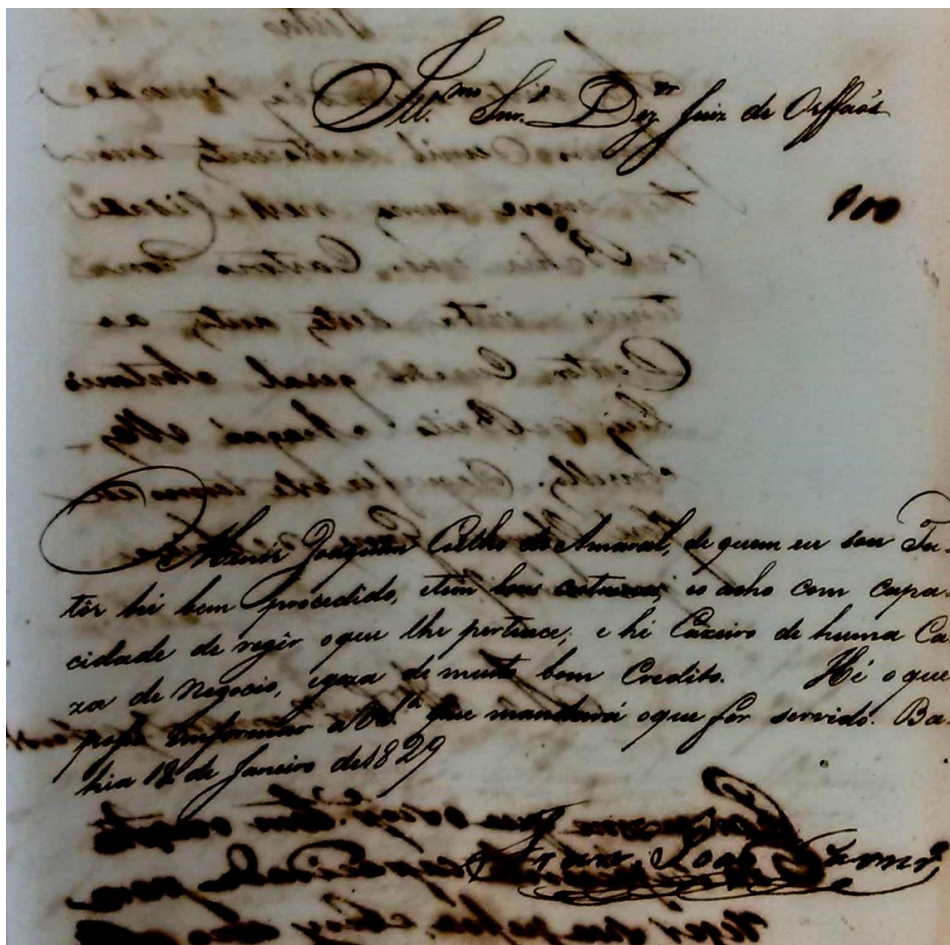
Figura 1 – Relatório da cadeira de Física Teórica e Matemática de 1950 – USP



Fonte: Universidade de São Paulo.

Contudo, ao voltarmos o olhar para as instituições arquivísticas públicas brasileiras, ou ainda as instituições privadas dotadas de acervos de interesse público, verificamos a existência de expressiva massa documental custodiada com características completamente diversas das encontradas nos documentos produzidos nas últimas décadas. Por se tratar de acervos datados desde o período colonizatório do território brasileiro, são quase sempre em suporte papel, manuscritos, e com tintas, signos, selos e processos de escrita muito diferentes dos conhecidos pela maioria dos pesquisadores hoje.

Figura 2 – Acervo Correspondências Recebidas de Juízes



Fonte: Seção Colonial, Arquivo Público do Estado da Bahia.

Para que uma instituição arquivística possa ofertar o acesso a esses documentos de fato, é imprescindível o desenvolvimento de métodos que possibilitem ao consulente identificar e trabalhar os seus conteúdos e, deste modo, cumprir com o disposto no inciso I do art. 4º da Lei de Acesso a Informação, ou seja, permitir a produção e transmissão de conhecimento. Para que isso ocorra, para que informações em suportes diversos se tornem interpretáveis e se tornem conhecimento histórico, por exemplo, compete às instituições custodiadoras de acervos promover as ações iniciais de identificação, classificação, conservação, acondicionamento e elaboração de instrumentos de pesquisa que serão a ponte entre a fonte primária e o pesquisador.

Com relação a documentos manuscritos como os brasileiros de datações entre os séculos XV ao XIX, por exemplo, nenhuma das etapas citadas acima poderá ser realizada

com precisão sem que os profissionais responsáveis por sua execução estejam dotados de conhecimentos e metodologias de uma imprescindível ciência, a Paleografia.

## A PALEOGRAFIA E A DOCUMENTAÇÃO BRASILEIRA

A Paleografia possui diversas interpretações e conceitos. Alguns desses foram trazidos na já clássica obra *Noções de Paleografia e de Diplomática* (2008), onde, após explicitá-los, os autores resumem os seus objetos e finalidades como “o estudo das características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem” (BERWANGER; LEAL; 2008, p. 16). É a ciência responsável por compreender e decodificar escritas antigas, diversas dos modos de escrita em vigor.

A chamada documentação manuscrita brasileira, ou seja, produzida no Brasil (a partir do séc. XVI), possui em sua maioria o estilo de escrita humanística, que assume tal nomenclatura por, assim como o movimento humanista do Renascimento, valorizar as características peculiares e únicas de cada ser no ato da escrita, de cada *scriptor*, negando um modelo de escrita em vigor até então que visava ao inverso, uma padronização da grafia, como os modelos góticos e carolíngios.

As consequências da adoção desta filosofia no campo da execução da massa documental manuscrita é uma enorme pluralidade de traçados e signos, existentes apesar das voláteis e pouco constituídas normas para o português. A influência das línguas nativas brasileiras das diversas etnias, das línguas oriundas do território africano, do espanhol, e da própria origem plural e mista do português na Península Ibérica, tornam o português do Brasil uma língua diferenciada.

Dificultam ainda a compreensão destes documentos, dialetos locais, abreviações, siglas, disposições plurais de números com outros significados, e o estado de conservação dos suportes onde estes signos estão redigidos, em sua maioria em papel, e escritos com tinta ferrogálica ou de origem vegetal. Ambos os materiais, em território tropical e sem uma conservação adequada, dificultam a qualidade de leitura ao longo do tempo. A tinta ferrogálica, se utilizada em excesso no suporte papel, em contato com o oxigênio tende a

oxidar e desprender-se do suporte, gerando diversas lacunas irreparáveis, verdadeiras trilhas vazias do que um dia foram letras. As tintas de origem vegetal, se em contato com umidade podem escorrer e manchar o restante do suporte, ou sofrer um processo de esmaecimento (desaparecimento), restando apenas sutis marcas de conteúdos levados pelo tempo.

## O EXERCÍCIO PALEOGRÁFICO EM ARQUIVOS

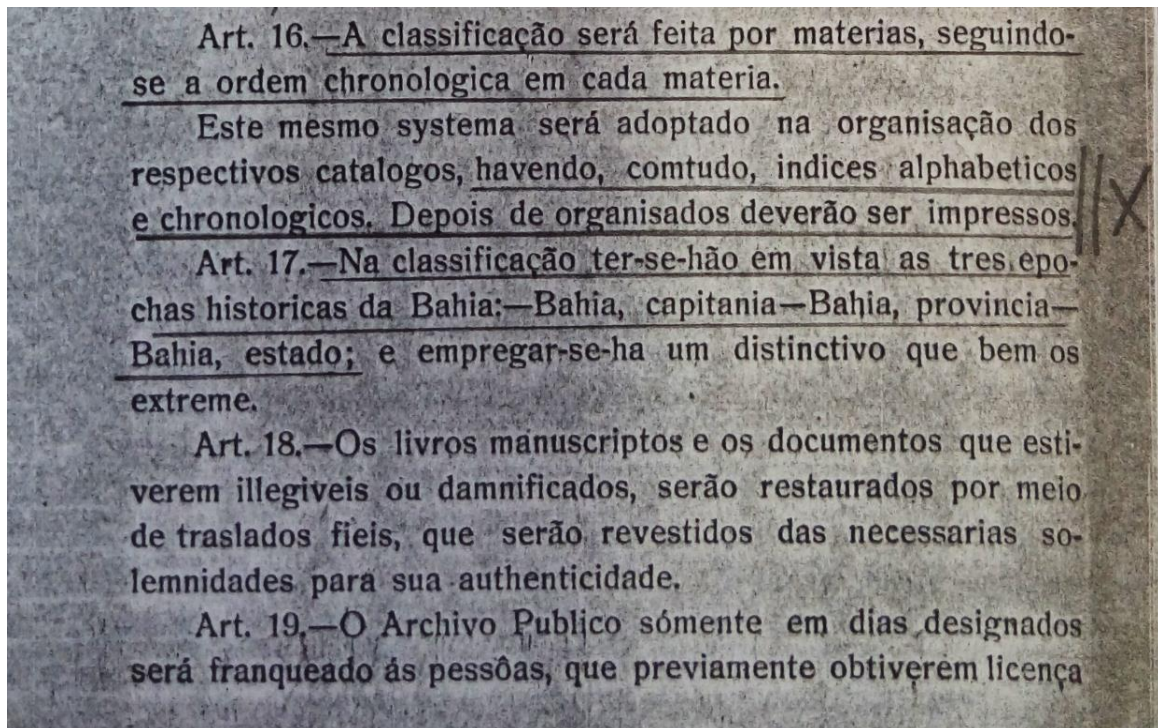
A complexidade existente em todos os aspectos relativos a uma documentação manuscrita de época deveria, por si só, despertar nos órgãos públicos responsáveis pela gestão dos registros de nossa história a compreensão de que são essenciais profissionais preparados para lidar com todas as suas nuances. Entretanto, apesar da criação ainda no 19 de diversas instituições arquivísticas, conforme vimos na introdução deste trabalho, essas não foram dotadas de profissionais capacitados para executar as funções que lhe foram atribuídas.

A Paleografia, a arte de decodificar textos escritos de outros períodos históricos convertendo-os em transcrições com signos de escrita dos períodos em que estão sendo produzidas, deveria ter sido a ciência básica utilizada para capacitar esses servidores, colocando-os a par dos conhecimentos introdutórios sobre as pluralidades e particularidades dos documentos que gerenciariam de modo a contribuir para a redução dos desafios de sua execução. Entretanto, no Brasil, a Paleografia, a ciência paleográfica, não foi exercitada de forma prévia, principalmente nessas instituições, o que ocorreu foi um processo inverso: da prática para a teoria, muito tempo depois.

Tomemos por exemplo o Arquivo Público do Estado da Bahia, criado em 16 de janeiro de 1890. Em seu primeiro regulamento, instituído por meio de ato governamental de 21 de outubro de 1890 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 1890), já constam os procedimentos a serem adotados para a aquisição, classificação, guarda e consulta dos documentos, como cuidados com a conservação e restauro, critérios para acesso e reprodução, e elementos como recolhimento, classificação, elaboração de instrumentos de consulta, e “tabelas de temporalidade”.



Figura 3 – Trecho do 1º Regulamento do Archivo Público da Bahia



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

Notamos a importância dos conhecimentos em Paleografia para o exercício do disposto no artigo 18, onde o método utilizado para “restauro” dos documentos seria a transcrição dos mesmos. Logo, seria necessária a nomeação de alguém letrado e dotado de conhecimentos diversos para o desempenho da atividade. De modo a assegurar isto, ainda no mesmo Regulamento, acerca dos servidores que atuariam no Archivo, o Art. 25 especifica que

Para ser-se admittido como amanuense é preciso provar-se perante o Director, primeiro, que se tem dezoito annos de idade, pelo menos, e bom procedimento cibil e moral; segundo, por meio de certificados da directoria da instrucção publica, ou de quaesquer estabelecimentos publicos de instrucção secundaria, que se está habilitado em calligraphia, redacção, grammatica e lingua nacional, elementos de chronologia, geographia e historia, principalmente do Brazil, arithmetica até a theoria das proporções, traducção das linguas franceza e ingleza para a nacional, e leitura de manuscriptos antigos. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Seção Colonial/Provincial, Maço).



Contudo, documentos de anos posteriores a 1890 do Fundo *Arquivo do Arquivo*<sup>1</sup> dão conta da nomeação de diversos cidadãos que trabalhavam em outros setores públicos para o desempenho destas funções no Arquivo, sem aparentar haver uma preocupação com o disposto no Art. 25. Pesquisas mais aprofundadas estão sendo desenvolvidas acerca de cada nomeado e sua atuação, entretanto os resultados obtidos até o momento nos levam a crer que o descumprimento desse instrumento normativo pode ter sido responsável por diversos equívocos realizados no período na execução das atividades da instituição.

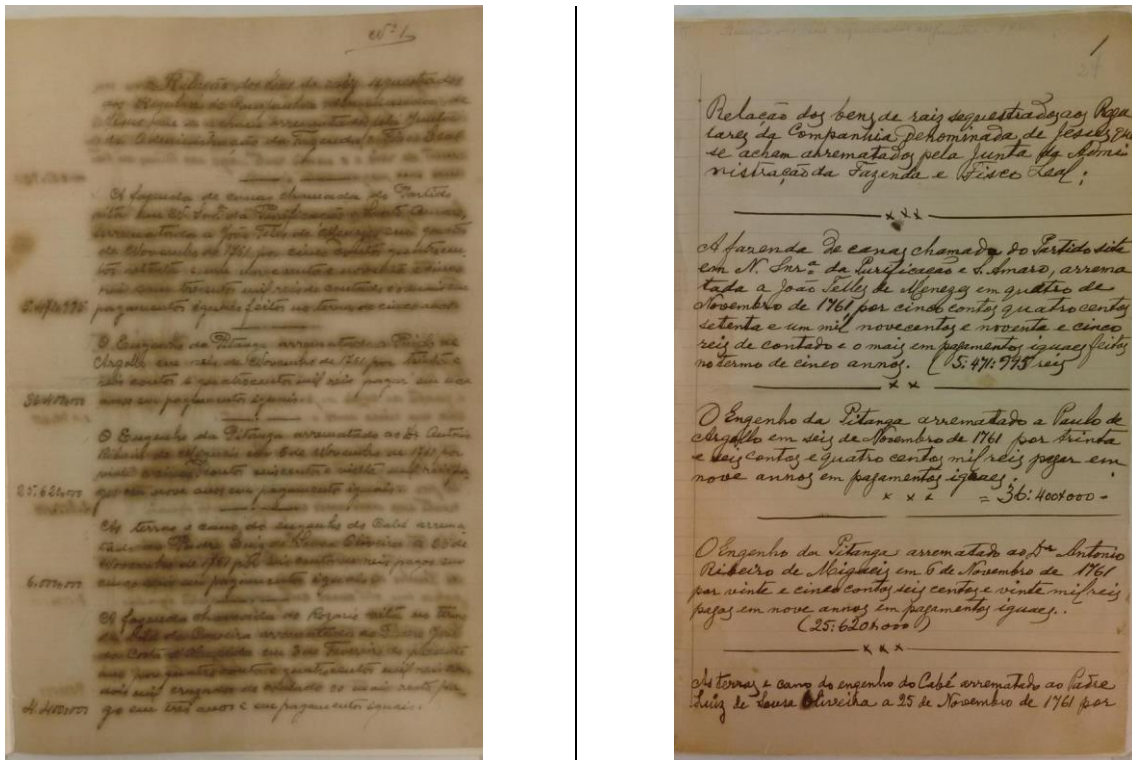
Os documentos a seguir são um exemplo dentre os muitos encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia. São as primeiras páginas, primeira do original (imagem à esquerda) e primeira da cópia (imagem à direita), do Sequestro do Bens dos Jesuítas da Bahia, quando expulsos dos territórios portugueses pelo Marquês de Pombal. Os dois documentos encontram-se acondicionados juntos em um mesmo invólucro no Arquivo Público do Estado da Bahia. Ao ser solicitado pelo consulente, o acesso é cedido a ambos os manuscritos, entretanto, por possuir uma visualização e possibilidade de leitura maior, a maioria dos pesquisadores consulta apenas a última cópia (imagem abaixo à direita).

Uma leitura mais atenta dará conta, já no início do documento, de equívocos procedidos na transcrição (“restauração”) desse manuscrito no final do século XIX. Na linha de número nove do documento original (imagem abaixo à esquerda), encontramos “l tos e setenta e um novecentos e noventa e cinco”. A transcrição do século XIX traz o mesmo trecho na linha nove (imagem à direita) da seguinte maneira: “quatrocentos setenta e um **mil** novecentos e noventa e cinco”, ocorrendo a adição da palavra “mil”, inexistente neste trecho no original. No mesmo parágrafo de registro de sequestro da fazenda de canas “chamada do Partido” é possível ainda perceber o inverso, a omissão na transcrição de um trecho presente no original (“com trezentos mil reis de contado”).

---

<sup>1</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Arquivos Republicanos, Fundo: Arquivo do Arquivo.

Figura 4 – Página 01 do Registro do Sequestro dos Bens dos Jesuítas (1759)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

Nos catálogos dos documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia existem inúmeros outros exemplos do custo trazido pela inexistência de preparação para a leitura e decodificação dos documentos, impactando em demasiado o processo de consulta aos acervos, visto que por diversas vezes o que está presente no catálogo não condiz com o presente no manuscrito original. Quando o pesquisador está atento a essas divergências, a instituição pode ser comunicada, o equívoco corrigido no instrumento de consulta e a pesquisa refeita, de modo a encontrar a fonte desejada.

No entanto, o que se observa em diversos trabalhos é o *feito dominó* de um erro cometido há mais de um século, quando pesquisadores tratam de um tema, de uma pessoa, ou de um local, de maneira completamente distorcida, por se tratar de documento que falam de outro tema com nome similar, ou outra pessoa cujo nome foi lido de modo equivocado, ou de outro local com idêntica proximidade.

Figura 5 – Trecho do catálogo da Seção Colonial – Terrenos foreiros foram transcritos como “ferreiros”

| <b>CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE DIVERSOS PROPRIETÁRIOS<br/>DE TERRENOS FOREIROS</b> |             |
|--|-------------|
| 4851 - Terrenos ferreiros ?  | 1870/1877   |
| 4852 - Terrenos ferreiros ?  | 1878/1882   |
| 4853 - Terrenos ferreiros ?  | 1842/1889 . |
| 4854 - Terrenos ferreiros ?  | 1846/1889 * |

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, para a obtenção de um trabalho de qualidade em quaisquer das muitas áreas de conhecimento que podem dispor da consulta a fontes primárias manuscritas, a compreensão e utilização das técnicas e procedimentos da Paleografia não são essenciais apenas para o pesquisador acadêmico.

Se o caminho percorrido no processo de gestão dos acervos por suas instituições custodiadoras não tiver considerado e inserido os conhecimentos paleográficos muito provavelmente haverá equívocos graves presentes em catálogos, guias, inventários sumários, índices, verbetes, e outros instrumentos utilizados para mediar o trabalho do pesquisador. A leitura incorreta de uma abreviatura pode acarretar na inferência de que o documento se refere a uma pessoa, quando, na verdade, se refere a outra; a transcrição apressada do nome de um local pode provocar a compreensão da existência de uma aldeia indígena localizando-a em um lugar errado; ou ainda, a leitura incorreta da extensão territorial de uma posse de terras onde estavam grafadas “duas léguas” e foram lidas como “dez léguas” pode provocar diversos conflitos jurídicos e consequências enormes em diversas vidas.

Para os trabalhos com fontes primárias a Paleografia é tão importante – ou mais – que os conhecimentos em história, geografia, e direito, por exemplo. Urge que esta seja uma

ciência valorizada e não apenas nos espaços acadêmicos, mas que atinja os ambientes que se destinam à preservação de nossa memória documental, provocando uma inversão na ordem vigente secularmente no Brasil e passe a ser primeiro exercitada e conhecida em sua teoria para que depois, com a devida capacitação, possa ser desempenhada a sua prática, de modo que o passado continue a ser acessibilizado, mas de forma mais legítima.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (Bahia). **Catálogo de documentos da Seção Colonial/Provincial**. (Não publicado. Disponível para consulta presencial na instituição).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (Bahia). **Regulamento Interno**. Seção de Arquivos Republicanos. Fundo: Arquivo do Arquivo.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. rev. e ampli. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

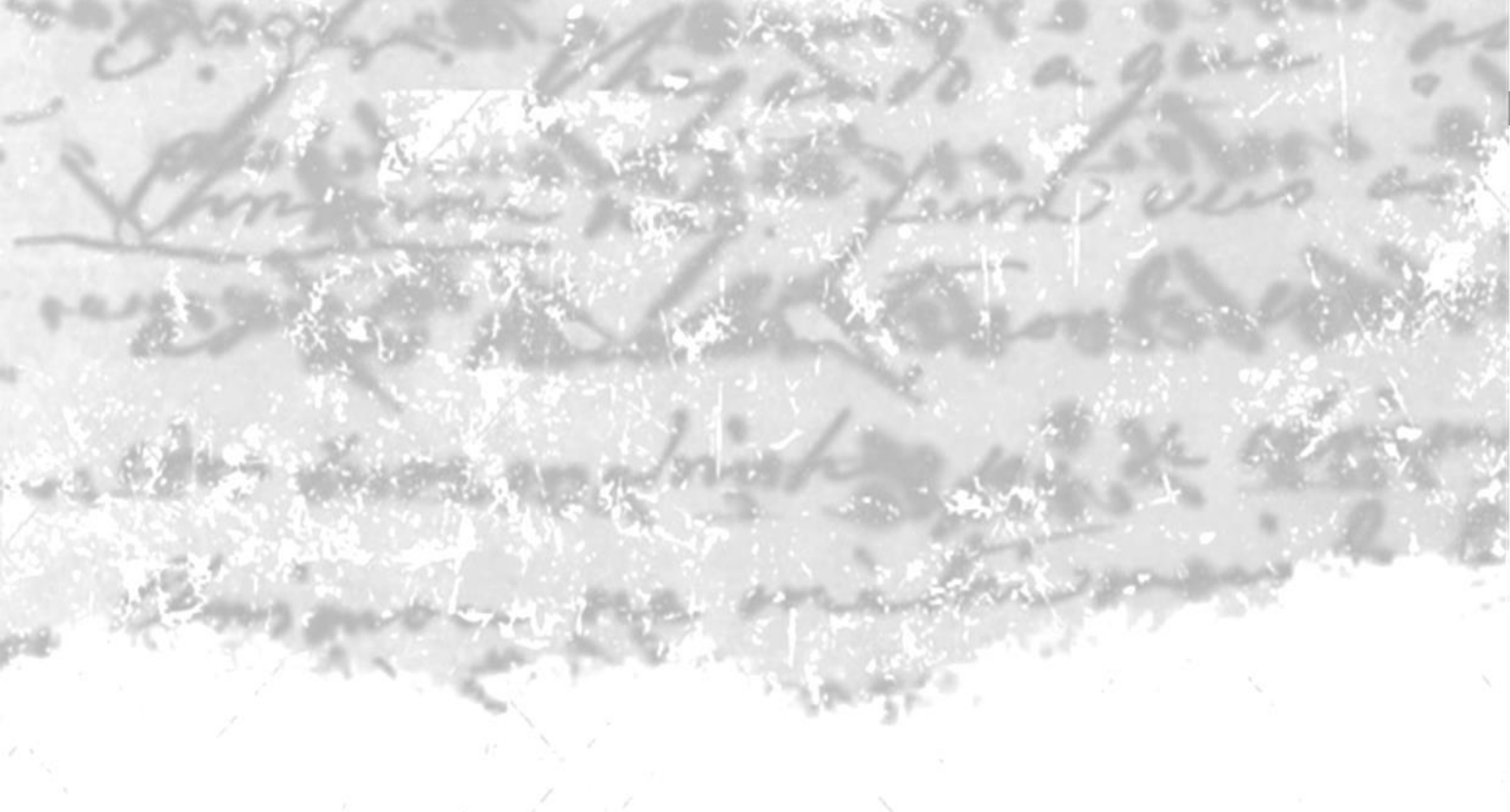
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#art216%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art216%C2%A72)  
Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. **Lei de Acesso a Informação**. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)  
Acesso em: 12 jan. 2020.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. A Institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos em História do Departamento de História da PUC/SP. 1981/1993, n. 10.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Arquivo do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia. Série: Documentação Acadêmica Subsérie: Atividades Científicas. Grupo: Relatórios. Disponível em: <http://acervo.if.usp.br/index.php/relatorio-da-cadeira-de-fisica-teorica-e-matematica-de-1950>. Acesso em: 12 jan. 2020.



# **TERMOS DE ALINHAMENTOS E VISTORIAS (1724-1891): TESTEMUNHO DOCUMENTAL DA EVOLUÇÃO URBANA DE SALVADOR**

Jan Maurício Oliveira Van Holthe  
Universidade Salvador

## **INTRODUÇÃO**

O crescimento extraordinário que a Paleografia e a Diplomática [...] vêm assumindo nos últimos tempos, não só para as áreas tradicionalmente de sua interferência [...] mas na sociedade em geral, justifica plenamente o aparecimento desta e de quantas mais obras surgirem sobre o tema. [...] Tanto na vida do cidadão comum, como na vida das instituições e das comunidades, muitos podem beneficiar-se das “verdades” que a Paleografia e a Diplomática podem revelar, em todo tempo e lugar. (BELOTTO, 2012, p. 9)

No campo da teoria e história da Arquitetura e Urbanismo, o interesse pela evolução urbana da primeira capital do Brasil vem de longa data, com publicações e registros iconográficos produzidos por ilustres historiadores, geógrafos, arquitetos, engenheiros etc. Os antigos mestres – Theodoro Sampaio, Américo Furtado de Simas, Thales de Azevedo, Milton Santos, Diógenes Rebouças etc. – nos legaram preciosos ensinamentos. Através de suas obras, diferentes quadros da realidade soteropolitana podem ser montados, revelando aspectos históricos, econômicos e sociais de sua evolução espacial no tempo.

O saber, no entanto, não é inteiramente estanque, pois sobre a base da tradição, novos blocos de conhecimento são erguidos, num processo de evolução contínua do aprendizado. O estudo de fontes primárias, por exemplo, ainda tem muito a contribuir com a nossa compreensão sobre uma infinidade de temas. Os dois principais arquivos públicos da Bahia – o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e o Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) – são detentores de um rico acervo diplomático, de importância reconhecida internacionalmente<sup>1</sup>; suas coleções abrangem conteúdos tão vastos e ecléticos que atraem pesquisadores das mais diversas formações.

De fato, as antigas folhas de papel, invariavelmente amareladas pelo tempo e portadoras de inúmeras patologias, marcas indeléveis que o transcorrer do tempo imprime à matéria (BRANDI, 2008, p. 47), são detentoras de testemunhos e registros oficiais que ajudam a completar – e não raro corrigir – os quadros com os quais temos trabalhado desde então. Entendemos o processo de evolução do conhecimento, portanto, como uma “obra aberta” (ECO, 2015): uma obra constantemente sujeita a contribuições, revisões e aprimoramentos. Daí a importância da preservação dos documentos originais para as futuras gerações, já irremediavelmente prejudicadas por lacunas e danos ao suporte de conjuntos inteiros de manuscritos, perdas resultantes de décadas de condições inadequadas de armazenamento e falta de interesse das autoridades públicas em preservar o que ainda nos resta.

---

<sup>1</sup> O acervo do AHMS, em 2009, foi tombado como patrimônio documental da humanidade pelo Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

## PALEOGRAFIA E SUAS INTERFACES

Para a história da arquitetura e do urbanismo, a consulta a fontes primárias documentais costuma ser imprescindível à elaboração de publicações confiáveis e amplamente disseminadas no meio acadêmico. No caso de Salvador, percebemos que os pesquisadores que desenvolvem seus estudos nessas duas áreas têm o hábito de usar, com certa frequência, documentos antigos tais como: inventários, testamentos, atas da câmara, livros de posturas municipais, registros de compra e venda de imóveis etc. O escopo das fontes primárias utilizadas, contudo, tende a ampliar-se na medida em que novos documentos são “descobertos” com o passar do tempo, ou resgatados do esquecimento imposto por uma série de entraves que, infelizmente, têm dificultado bastante o acesso aos arquivos públicos baianos por todos aqueles interessados em consultar seus preciosos acervos. Esse é o caso, por exemplo, da coleção denominada *Termos de Alinhamentos e Vistorias*, pertencente ao AHMS, cuja existência – e importância – aos poucos temos ajudado a divulgar na comunidade acadêmica, desenvolvendo, em paralelo, um trabalho de transcrição dos mesmos, visando a facilitar ao máximo o acesso às suas informações.

## A EVOLUÇÃO URBANA DE SALVADOR SOB A ÓTICA DOS TERMOS DE ALINHAMENTOS E VISTORIAS

Desde que iniciamos nossas pesquisas no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, durante a fase de coleta dos dados que, posteriormente, embasariam nossa dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (defendida em 2002), uma coleção de manuscritos, em especial, despertou nossa atenção: os 11 volumes encadernados intitulados *Termos de Alinhamentos e Vistorias*, conjunto de documentos oficiais que abarca quase 170 anos da história de nosso município (1724 a 1891). Até então inéditos para nós, não podemos deixar de reconhecer, de imediato, a sua relevância para uma série de possíveis estudos relacionados à evolução urbana de Salvador (incluindo algumas de suas especificidades e subtemas). Igualmente marcante foi a triste descoberta de que,

lamentavelmente, essa coleção já apresentava uma série de lacunas (temporais), mais ou menos expressivas, representando uma perda irreparável para os pesquisadores.

A partir da análise dos referidos *Termos*, contudo, percebe-se que, por determinação legal, todas as obras formais levadas a cabo na cidade – públicas ou privadas – deveriam submeter-se à análise e aprovação prévia por parte das autoridades municipais: reformas, ampliações, construção de novas edificações, construção de muros, abertura de portas e janelas adicionais, remodelações de fachadas, demarcação e calçamento das ruas, reparos e ampliações em fontes públicas, construção de pontes e passarelas, acréscimos ou reformas dos “canos” públicos (por onde escoavam as águas pluviais e, invariavelmente, também uma parte dos dejetos residenciais) etc.

Enfim, o amplo escopo das atividades registradas nesses documentos já nos permite elencar inúmeros estudos que poderiam beneficiar-se das informações neles contidas. Do ponto de vista da história de Salvador (e sua arquitetura), podemos sugerir, por exemplo: a análise das tipologias arquitetônicas predominantes na cidade (casas térreas, sobrados, telheiros etc.), a evolução das diferentes zonas urbanas (freguesias) em períodos distintos de interesse, períodos de maior investimento na construção de novas edificações em Salvador, estudos estatísticos com base nas dimensões das testadas dos lotes urbanos – medida sempre anotada pelos “medidores do conselho” durante as vistorias *in loco* – por freguesia etc.

Por outro lado, conforme apontamos anteriormente, não podemos ignorar o fato de que as dificuldades enfrentadas, atualmente, pelos pesquisadores interessados em consultar os acervos dos arquivos públicos, de forma geral, não são poucas (e nem de fácil superação): horários limitados de funcionamento dos arquivos, o péssimo estado de conservação de manuscritos com séculos de existência, a caligrafia rebuscada de determinados escribas (especialmente os eventuais substitutos), as antigas convenções, o próprio vocabulário e as abreviaturas em suas diferentes variações arcaicas etc. Obviamente que o domínio da paleografia, portanto, apesar das inúmeras ofertas de cursos e oficinas ministradas nos últimos anos por entidades e profissionais especializados no assunto, talvez represente o maior obstáculo à plena transcrição dos manuscritos, constituindo-se, na verdade, em uma



habilidade ainda rara entre alunos e professores de grande parte dos cursos superiores aqui na Bahia (dentre os quais, naturalmente, incluem os de Arquitetura e Urbanismo).

Por conseguinte, a partir da constatação dessa realidade, desde 2013, contando com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Salvador – UNIFACS, demos início ao processo de captura e tratamento de imagens digitais e posterior transcrição completa dos *Termos de Alinhamentos e Vistorias* pertencentes ao AHMS, fruto também de uma rica parceria com a Fundação Gregório de Matos, órgão ao qual o AHMS esteve subordinado até 2018. As atividades tiveram início, porém, justamente com o volume que, dentre os 11 existentes, apresentava o pior estado de conservação: o livro contendo os registros do último quartel do século XVIII (ou seja, o período entre os anos de 1775 e 1800). De fato, pouco após a fase de coleta das fotografias, esse livro foi recolhido para o restauro, tornando-se indisponível para a pesquisa direta e, lamentavelmente, ainda sem prazo para retorno ao acervo disponível para consultas.

Por uma questão de ordem técnica, após a conclusão do trabalho inicial com o volume referente ao período entre 1775 e 1800, decidimos continuar a transcrição dos documentos seguindo a ordem cronológica a partir do último *Termo* que havíamos transcrito (ou seja, centralizar nossas atividades, desse ponto em diante, nos manuscritos do século XIX). Os dois volumes que completam o século XVIII (1724 a 1746 e 1746 a 1770), de fato, irão demandar o uso de técnicas e equipamentos mais sofisticados, uma vez que grande parte das folhas encontra-se coberta com papel japonês antigo que, com o tempo, tornou-se opaco. Ou seja, a intervenção de restauro feita nesses volumes, em época ainda indefinida, impediu a sua leitura a olho nu, o que naturalmente inviabilizou a aplicação da metodologia, bastante simples, que temos usado desde 2013: captura de imagens digitais e posterior leitura – a partir dessas imagens – com o apoio eventual de *software* gratuito de tratamento de imagens (o GNU Image Manipulation Program – GIMP, programa de código aberto voltado à criação e edição de imagens, desenvolvido por Spencer Kimball e Peter Mattis em 1996), realçando trechos específicos para uma melhor visualização dos textos em pior estado de conservação.

Dessa forma, chegamos ao final de 2019 tendo concluído a transcrição de mais um volume da coleção de *Termos de Alinhamentos e Vistorias*: o livro referente ao período entre 1849 a 1855. Com mais essa etapa, portanto, completamos a transcrição de todos os termos lavrados entre 1775 e 1855 (excetuando, é claro, as lacunas já mencionadas). Esse material, impresso e encadernado, foi posteriormente doado ao acervo do AHMS, junto com um conjunto de mídias (DVD) com os arquivos digitais das folhas (cada face fotografada individualmente). Com este material em mãos, queremos crer que os futuros pesquisadores poderão ter acesso com muito mais facilidade às informações contidas nos *Termos de Alinhamentos e Vistorias*, bem como usar as imagens digitais para conferir – e eventualmente até corrigir – o texto impresso, num processo de aprimoramento contínuo do material produzido.

### **Os Termos de Alinhamentos e Vistorias**

Os manuscritos denominados *Termos de Alinhamentos e Vistorias* são, de modo geral, documentos sucintos e lavrados de modo bastante objetivo, raramente ultrapassando a extensão da face de uma única folha. Eles contêm, basicamente, os relatórios das visitas feitas *in loco* por comissões do antigo Senado da Câmara<sup>2</sup> a pontos específicos da cidade, normalmente a partir de requerimentos previamente encaminhados às autoridades municipais pelos cidadãos, com o objetivo de verificar, no próprio sítio, a pertinência das obras solicitadas, elaborando, ao final, um parecer, aprovando – ou recusando – a emissão da licença requerida.

Na prática, com base na(s) demanda(s) exposta(s) nos requerimentos, o vereador que, na ocasião, ocupasse o posto de responsável pela fiscalização das obras no município, acompanhado por um escrivão, por um oficial engenheiro (o denominado “perito”) e, eventualmente, também por “mestres” pedreiros e carpinteiros, dirigia-se ao local da obra e acompanhava os serviços de medição (dos lotes, da largura das vias e calçadas etc.), a avaliação do estado de conservação de paredes e alicerces que eventualmente pudessem ser

---

<sup>2</sup> O antigo “Conselho de Vereança da Bahia” foi elevado a “Senado da Câmara” por alvará de 22 de março de 1646. (RUY, 1953, p. 28)

reaproveitados, a indicação dos cuidados especiais que deveriam ser tomados durante a obra para evitar acidentes ou a obstrução do trânsito público etc., tudo devidamente registrado e posteriormente assinado pelos membros da comissão presentes à vistoria (inclusive o(a) requerente ou seu procurador).

Também eram anotadas nos referidos *Termos* a data das vistorias, a localização do imóvel, o nome do(a) requerente, a natureza da obra que se pretendia executar (reforma, ampliação, nova edificação etc.) e, vez por outra, detalhes adicionais que ajudariam a caracterizar a propriedade: nome dos vizinhos, proximidade de marcos relevantes (igrejas, quartéis, fontes etc.), sistema autorizado de demarcação do(s) lote(s) (muros ou cercas), dentre outros comentários considerados relevantes pelos membros das comissões. Podemos apresentar, como exemplo típico, o documento de 10 de março de 1802:

Aos dez de Março demil, oito centos, e | dois annos nesta Cidade da Bahia, eRua dos OSsos àSancto | Antonio alemdo Carmo, ondefoi vinda aVereação actual com | migo, eos Medidores do Concelho abaixo aSsignados a Requerimen | to de Manoel Teixeira Portugal para fazer duas moradas deCazas | terreas no terreno devoluto, que se achava na referida Rua; esen | do ahi adita Vereação, mandarão aos Medidores do Concelho, | quearruaSsem, econfrontassem, edeitando estes asua linha, de | clararão ter defrente odito terreno quatro braças emeia, que | parte de hum lado com Cazas de Marcos Antonio, edo outro | com Domingos Dantas; o quesendo visto, eouvido pela Vere | ção, concederão licença de edifficar as referidas duas moradas | deCazas terreas, seguindo o cordeamento das Cazas confrontadas, | e guardando aforma donovo Prospecto daCidade ; penade | selhedemollirem asua custa, obrando o contrario; quepa | ra constar fiz este termo emque aSsignarão. Eeu Luiz | Pereira Sodré Escr.<sup>am</sup> do Sen.<sup>o</sup> oescrevi. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR, Termos de Alinhamentos e Vistorias: 1775 a 1800, fl. 26v.)

Com base na análise que temos feito dos documentos desde então, acreditamos poder afirmar, portanto, que os antigos *Termos de Alinhamentos e Vistorias* de Salvador registram, em última análise, a cronologia da evolução física formal da cidade do Salvador nos séculos XVIII e XIX, especialmente do seu núcleo urbano consolidado. Reconhecemos, todavia, que, em termos práticos, provavelmente nem todas as obras da cidade fossem oficialmente licenciadas pela Câmara do Senado, especialmente no caso da construção de moradias precárias, erguidas em taipa ou outros materiais de pouca durabilidade. De fato, os *Termos de Alinhamentos e Vistorias* confirmam a preocupação das autoridades em ordenar

as edificações executadas em pedra e cal, registrando, inclusive, casos de residências arruinadas, executadas em taipa, cujos proprietários investiam na reconstrução com o uso desses “nobres materiais” em suas alvenarias, decisão esta que, conseqüentemente, implicava na produção de um requerimento e na espera pela concessão da devida licença municipal.

Aos quatorze de Abril | de mil Sete centos e setenta e nove nesta Cidade da Bahia, e Sítio | da Rua que vai para Na | zareth adonde seaxou | a vereação abaixo asina- | da Comigo para efeito | dese aRuarem duas brasas | edois palmos de terra em | que tinha Cazas de taipa | Custodia Maria do Sa | cramento, ao que mandou | a dita Vereação ao Tenente | te aRuador, que lansa- | se a Sua linha, com | cedendo-lhe que Levan- | tase Cazas de pedra | e Cal seguindo [...] o Cordimento, e no | vo Prospecto, que sai ja | da parte do Norte com | as Cazas de José Vieira e | da parte do Sul com as | de José da Silva do que | para Constar fiz este | termo que assinarão, | e eu João Sodré Perei- | ra o escrevi. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR, Termos de Alinhamentos e Vistorias: 1775 a 1800, fl. 19v.)

No entanto, os volumes encadernados também contêm *Termos* que ampliam o escopo dos temas tratados pelas autoridades municipais, enriquecendo o conjunto de informações à disposição dos pesquisadores. Encontramos, por exemplo, documentos que descrevem as inspeções realizadas *ex-officio* em obras irregulares (bem como as eventuais punições aplicadas aos infratores):

Aos dezoito de Março de mil, oito centos e doze annos nesta Cidade da Bahia, e Sítio do Terreiro, onde | foivinda a Vereação actual com migo, e os Medidores do Concelho | abaixo assignados a Requerimento dos R.<sup>dos</sup> Irmaons da Irmand.<sup>e</sup> | de São Pedro dos Clerigos, para effeito de selhe permittir li- | cença para continuar a Obra da sua Igreja, que lhes ha- | via sido embargada pelo Senado com o pretexto de altera- | rem o Cordeamento das mais propriedades contiguas; e sen- | do ahi adita Vereação, depois de se proceder em exames necessa- | rios pelos Medidores do Concelho, concedêo que podesse conti- | nuar a referida obra, visto q.º em nada offendia ao Cordeamento, e prospecto da Cidade; e para constar fiz este termo em que | assignarão. E eu Luiz Pereira Sodré Escr.<sup>am</sup> do Senado o escrevi. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR, Termos de Alinhamentos e Vistorias: 1800 a 1812, fl. 27r.)

Outros *Termos* apresentam relatórios dos danos provocados por acidentes nas áreas da encosta da cidade (principalmente os deslizamentos ocorridos após fortes chuvas) e as providências tomadas pelo Senado da Câmara para evitar novos desastres:

Aos oito de Julho demil sette centos eno- | venta esette annos, nesta Cidade da Bahia, e Rua | que vem do Palacio deSua Excellencia Reverendissima | onde foi vinda aVereçam com migo Escrivam aodian | te nomeado em virtude da Portaria do Illustrissimo e | Excellentissimo Senhor Governador Dom Fernando | Jozé de Portugal datada em sette deste mes, e Regis | tada no Livro Oitavo a f223r° com os Engenheiros e | Mestres Pedreiros para seproceder a exame nas Pro | priedades existentes sobre amontanha para sever ar | ruina eestado emque ellas seacharem; eprezentes todos | seprocedeo aexame na Propriedade deque hé Senhorio | o Thenente Manoel Glz' da Cunha eoutros; eexami | nandose [...] os alicerces | eparedes tanto da frente como Lateraes seacha | ram em bom estado mas pela falta deterreno | naparte posterior que sedeixa pendente por | falta defundamentos, se assentou por unani- | me consenso detodos: Que deve ser cortada | nadistancia devinte palmos principiando | desde aparede posterior the oprimeiro pillar | facejando porfora tudo afim deficar com mais | firmeza, enão tendente aalgum impulso por | falta deterreno oque pode acontecer havendo | continuadas chuvas. O que sendo visto pela | Vereçam ordenarão aos ditos Senhorios que | no termo devinte equatro horas assim cum | prirem deque para constar fiz este ter- | mo emque assignaram [...]. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR, Termos de Alinhamentos e Vistorias: 1775 a 1800, fl. 175r)

As fontes públicas, vitais para o abastecimento de água potável aos moradores, também são citadas nos *Termos de Alinhamentos e Vistorias*, ocasião em que as comissões municipais promoviam avaliações *in loco* do estado de conservação e asseio das fontes e definiam as providências necessárias para garantir o pleno acesso da população às mesmas:

Aos vinte, e oito dias domes deJulho demil Setecentos oitenta, equatro annos nesta cida- | de da Bahia eCampo que fica por detras do Hospicio deNosa Senhora da Pieda- | de, ondefoi vinda aVereção que aoprezente Serve abaixo aSignada com migo | Escrivão do Senado aodiante nomeado afim deSeproceder àvistoria que tinha sido | requerida pello Doutor Procurador domesmo Senado João da Costa Carneiro de | Oliveira naVereção antecedente, eexaminar Se erão, ou não com effeito terras | baldias, elogradouros da cidade eSsas queficão pordetras do Hospicio deNosa Se- | nhora da Piedade, e com effeito sendo ahi todos, e junta mente o Capitão João | Francisco da Costa homem denegocio desta Praça, o Reverendo Padre | eProcurador do Mosteiro de Sam Bento, e o Reverendo Padre Mestre | eFrei Antonio deSanta Catharina damesma Religião Eréos confinan- | tes, e o Ajudante do Regimento da Artelharia desta Praça Francisco de | Aguilar Pantoja, [...] forão mandadas vir perante o mesmo | Senado as testemunhas Manoel Galvão daSilva, Antonio Rodrigues | Lançarote, João daSilva Vieira, eo Alferes Jacintho Coelho deAbreu Al- | varengaLima, eSendo inquiridas, eperguntadas Sobre anatureza dasditas terras | e Seerão, ou não baldias, elogradouros dacidade, dicerão debaixo do juramento | dosSantos Evangelhos que lhes foi dado que desde que Seentendem nunca | tiverão noticia, nem virão que nasSobreditas terras Seconstruíssem Cazas, | ou Cercas dequalidade alguma exceptuando asRosas queSão hoje do | Mestre deCampo Antonio Estanislau Cozieu eManoel Fernandes daCosta, | eque tudo omais sempre forão baldios dacidade, dequelivre mente uzava o | Povo, não só para osSeos paSseios, mas ainda ServindoSe dodito Campo co- | mo Serventia das fontes publicas do Barril, eCoqueiro, o quedicerão una- | nime, econteste mente; Elogo

pello Doutor Procurador foi requerido que | em via do que jurarão as refferidas testemunhas, [...] depois de se ter aSsentado por | toda aVereação que pello que respeitava as Cercas inteiramente | se demoliSsem, e que o mesmo se praticaSse a respeito das Cazas | construídas pello Ajudante Francisco de Aguilar Pantoja, | epello Cabo deEsquadra Simplicio Pereira; e [...] desmanchadas as cercas ficava livre o tranzito para ellas e | desembaraçada a Estrada que vai da Ponte para as mes | mas [...] ede como aSsim se deter- | minou, e seprocedeo arefferida vistoria mandarão fazer este termo | em que assignarão com as ditas tes | temunhas, e todos depois de lido este | perante elles Eeu Antonio Joze da Rocha eSouza oes | crevy. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR, Termos de Alinhamentos e Vistorias: 1775 a 1800, fl. 33v.)

Por fim, destacamos a exposição de questões sociais relacionadas à ocupação dos espaços públicos pelo comércio informal, uma atividade aparentemente também sujeita à fiscalização e regulamentação por parte dos vereadores:

Aos doze de Fevereiro demil, oito | centos annos nesta Cidade da Bahia, eCazas da Ca | mara, presente aVereação abaixo assignada commi | go appareceo Manoel Antonio de Sá Pinto como | Procurador das pretas ganhadeiras de detraz da Cadêa | e por elle foi apprezentado hum Requerimento com | despacho doSenado do teor seguinte // Illustris | simos Senhores do Senado, Dizem Theodozia, An | na, Maria, Jozefa, eAnna, todas ganhadeiras, digo ven | dedeiras de ortalijas, que estando ellas conservadas avarios | annos por detraz aCadêa abaixo, perto do açougue da Pra | ça, vendendo as mesmas Ortaliças forão apoucos dias reti | radas por ordem deste Senado para o sitio de Nossa Senho | ra deGuadalupe. Epor que nesse lugar alem delhes ficar | distante do mesmo açougue não vende ali coiza alguma | por falta dos compradores; Requerem portanto aVossas Se | nhorias sedignem haver porbem mandar conservar as | Supplicants emoutro lugar que escolherão, oqualsegue | por detraz da mesma Cadêa hindo para o Algibebe pa | ra ahi venderem as suas ortalijas, e ficam mais perto do | dito açougue, obrigando-se as Supplicants debeneficiarem | sempre amesma Rua dos muitos lixos, que actualmente | sevê innundada do Povo embotar nella tudo quanto havia | evitando-se assim agrande despeza que fez este Senado o an | no finado no Desaterro do entulho em que então seachava | amesma Rua, como foi constante a este mesmo Senado, e | alguns vizinhos dehonra eprobidade que ali morão; por | tanto pedem aVossas Senhorias sejam servidos assim oman | darem [restauro com papel japonês] merce // Despacho // Assignando termo | de [restauro com papel japonês] sempre limpa aRua acima daCamara concede- | mos licença que pede. Bahia em Camara doze de | Fevereiro de mil, oito centos. Barros // Marques // Costa // | Brandão [em branco] Em virtude do qual disse que elle pellas suas | Constituintes vinha se obrigar a conservar sempre lim | pa aRua declarada na forma do despacho assim, de que para constar fiz este termo em que assignarão Eeu Luiz Per<sup>a</sup> Sodré Escrivão do Sena | do o escreveu. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR, Termos de Alinhamentos e Vistorias: 1775 a 1800, fl. 229r.)

Em resumo, diante dos exemplos expostos anteriormente, acreditamos poder afirmar que, sem sombra de dúvidas, as informações contidas nos *Termos de Alinhamentos e Vistorias*

possuem grande potencial de contribuição para as pesquisas vinculadas ao processo de evolução física do espaço urbano de Salvador, bem como de suas múltiplas interfaces: econômicas, sociais, políticas etc. As áreas do conhecimento beneficiadas por essa coleção de manuscritos, portanto, extrapolam o âmbito da Arquitetura e Urbanismo, aumentando ainda mais a nossa preocupação – e responsabilidade – com a preservação desses documentos para as futuras gerações.

Para os interessados em consultar diretamente os *Termos de Alinhamentos e Vistorias* no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, informamos que eles encontram-se distribuídos, atualmente, em 11 volumes abarcando os seguintes recortes temporais: 1724-1746 (volume 1), 1746-1770 (volume 2), 1775-1800 (volume 3), 1800-1812 (volume 4), 1817-1827 (volume 5), 1827 a 1829<sup>3</sup> (volume 6), 1837-1841 (volume 7), 1841-1849 (volume 8), 1849-1855 (volume 9), 1877-1885 (volume 10) e, finalmente, 1885-1891 (volume 11). Conforme mencionamos anteriormente – e com base nos intervalos temporais listados acima –, é possível notar que essa coleção, infelizmente, está incompleta. As lacunas correspondem, portanto, aos seguintes períodos: 1770 a 1775, 1812 a 1817, 1830 a 1837 e 1855 a 1877. Ou seja, dos 167 anos originalmente cobertos pelos *Termos de Alinhamentos e Vistorias*, 29 deles (17,4%), lamentavelmente, não constam mais do acervo permanente do Arquivo Municipal. Contudo, o que ainda resiste ao tempo e às condições adversas de armazenamento e manuseio – cerca de 82,6% do período total original – ainda representam, a nosso ver, um importante material de consulta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas abordados anteriormente, evidentemente, não esgotam todas as particularidades dos *Termos de Alinhamentos e Vistorias*, mas, seguramente, a nosso ver, demonstram a relevância das informações que eles contêm para pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento, mais especificamente aquelas que tenham a cidade do

---

<sup>3</sup> Em realidade, o volume original encontra-se catalogado como referente ao período entre 1824 e 1828, mas a consulta direta aos manuscritos revelou o equívoco. Os termos contidos nesse livro, portanto, englobam apenas os documentos lavrados nos anos de 1827 (parcial), 1828 e 1829.

Salvador como foco principal de seu trabalho. A partir dessas informações, já desenvolvemos, inclusive, novos estudos em paralelo, um dos quais procurou confrontar as informações do século XIX com o estado atual de uma série de edificações facilmente identificáveis no tecido urbano contemporâneo (lotes em esquinas), identificando as eventuais transformações e permanências. Um trabalho que, a nosso ver, poderá contribuir com eventuais intervenções de restauro que venham a ser propostas para essas edificações.

É também nosso objetivo que esse trabalho sirva de exemplo – e estímulo – para que outros profissionais – incluindo os arquitetos e urbanistas – continuem enriquecendo suas pesquisas com os registros documentais pertencentes ao acervo permanente do Arquivo Histórico Municipal de Salvador – e também, logicamente, o do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) –, e que eles possam, sempre que possível, contribuir com a preservação da memória de nossa cidade, doando ao arquivo pelo menos as cópias transcritas daqueles documentos com os quais tenham trabalhado. O estado lamentável de conservação dos antigos manuscritos com os quais temos nos defrontado, infelizmente, torna ações como essa cada vez mais urgentes e necessárias.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Termos de Alinhamentos e Vistorias**: 1775-1800. Estante 09. Número de Ordem 174.3. 245 fls. ms.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Termos de Alinhamentos e Vistorias**: 1800-1812. Estante 09. Número de Ordem 174.4. 281 fls. ms.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Termos de Alinhamentos e Vistorias**: 1817-1827. Estante 09. Número de Ordem 174.6. 301 fls. ms.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Termos de Alinhamentos e Vistorias**: 1827-1829. Estante 09. Número de Ordem 174.7. 200 fls. ms.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Termos de Alinhamentos e Vistorias**: 1837-1841. Estante 09. Número de Ordem 174.8. 298 fls. ms.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Termos de Alinhamentos e Vistorias**: 1841-1849. Estante 09. Número de Ordem 174.9. 200 fls. ms.



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Termos de Alinhamentos e Vistorias**: 1849-1855. Estante 09. Número de Ordem 174.10. 201 fls. ms.

BELLOTO, Heloísa. Prefácio. *In*: BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012. p. 9-10.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Carapicuíba: Ateliê Editorial, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Actas da Câmara**: 1765-1775. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2010.

DÓREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas Ruas**. Salvador: EDUFBA, 2006.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

RUY, Affonso. **História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953.



**TRANSCRIÇÃO DOS  
MANUSCRITOS DA COLÔNIA DE  
BLUMENAU DO SÉCULO XIX -  
ACERVO QUE INTEGRA O SETOR DE OBRAS  
RARAS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Aline Carmes Krüger**  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Glaucia da Silva**  
Bacharelanda da Universidade Federal de Santa Catarina

**INTRODUÇÃO**

A preservação da memória e do patrimônio histórico cultural representado nos arquivos, museus e bibliotecas merece cada vez mais atenção na atualidade, dada a

importância da transmissão da nossa herança cultural para as futuras gerações. A formação dessa memória perpassa um processo histórico significativo que deve, portanto, ser conhecido e disseminado. Desta forma, apresentamos o desenvolvimento de um projeto de conservação, transcrição paleográfica e digitalização da coleção de manuscritos referente à Colônia de Blumenau, Santa Catarina, do século XIX, acervo disponível no setor de obras raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC).

O setor de obras raras da BU/UFSC detém em seu patrimônio um acervo documental de manuscritos ainda inéditos no que diz respeito à transcrição e disseminação. Os manuscritos aqui tratados pertencem ao acervo de correspondências da colônia alemã de Blumenau, Santa Catarina, do século XIX. Esses documentos integram o Acervo Catarinense de Originais Manuscritos (ACOM). O trabalho de conservação, transcrição e digitalização desses documentos irá permitir um melhor acesso e interpretação dos mesmos para os pesquisadores e proporcionar um conhecimento da história, da língua e da forma de escrita na época do registro documental.

O objetivo desta pesquisa é apresentar os procedimentos realizados no processo de conservação, transcrição paleográfica e digitalização dos manuscritos da Colônia de Blumenau, que integram o acervo de obras raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

O primeiro passo no desenvolvimento metodológico consistiu na transcrição paleográfica dos manuscritos, que foi realizada linha a linha, seguindo as estruturas existentes no documento, e se fez uso das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, que oferece diretrizes e convenções para a padronização das edições paleográficas. Para que seja possível o uso dos documentos no futuro, seja por razões administrativas ou como fonte para pesquisa, foi necessária a realização de ações de conservação nos documentos. Deste modo, os documentos permanecerão no seu melhor estado físico e suas informações estarão acessíveis. Na sequência, o processo de digitalização foi realizado em parceria com o Arquivo Central da UFSC utilizando a mão de obra da equipe de técnicos e os equipamentos específicos do Serviço de Digitalização e Microfilmagem de Documentos (SDMD) da Coordenadoria de Arquivo Central (CARC). O

processo de digitalização atende à legislação vigente e às diretrizes e normas do Arquivo Nacional/Conarq.

## PALEOGRAFIA E SUAS INTERFACES

A Biblioteca Universitária da UFSC detém em seu acervo um conjunto documental de manuscritos e realiza a gestão documental dos mesmos, entendendo a Gestão de Documentos de uma forma ampla, referindo-se a todo o tratamento concedido ao documento, desde a criação até a preservação, no caso de documentos considerados históricos<sup>1</sup>. Os manuscritos aqui analisados compõem o conjunto documental da Colônia alemã de Blumenau do século XIX e constituem-se de um arquivo permanente, que se conserva em razão de seu valor histórico e documental. A conservação, transcrição paleográfica e digitalização dos manuscritos da Colônia de Blumenau do século XIX têm como objetivo reestabelecer o material dos danos já ocorridos e disponibilizá-lo para pesquisa por meio da transcrição e digitalização. O material original foi acondicionado, limitando sua manipulação, sendo acessado para futuras exposições e/ou divulgações, priorizando sua preservação para gerações vindouras.

O principal objetivo da reunião de documentos em um órgão central é torná-los acessíveis e colocar à disposição dos usuários a experiência do passado. A necessidade de priorizar esses manuscritos se deve à falta de catalogação dos mesmos, à fragilidade dos suportes empregados, às evidências da necessidade de prevenir e deter as ações degenerativas, principalmente àquelas relacionadas à manipulação dos documentos; o reconhecimento do apagamento das informações nos suportes; bem como a demanda de consulta por parte de pesquisadores. Tendo em vista a fragilidade do suporte empregado, as degradações e os danos já ocorridos, a perspectiva de exposição e disponibilização da coleção para o público acadêmico e a comunidade em geral, foram necessárias ações imediatas na instituição de conservação, transcrição e digitalização dos documentos.

---

<sup>1</sup> Sobre documentos históricos em Bibliotecas, ver: MARQUES, Luciana Bergamo. **Documentos históricos de bibliotecas universitárias do Rio Grande do Sul: no encalço da realidade de preservação**. 2018. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PCIN0185-D.pdf>.

O desenvolvimento deste projeto se justifica pelo importante trabalho de conservação, transcrição e digitalização desses documentos. Essas ações permitem melhor acesso e interpretação dos mesmos aos pesquisadores. A colônia alemã de Blumenau foi fundada no ano de 1850 pelo Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, e os documentos aqui analisados são na sua maioria assinados por ele. Porém, na ausência do Dr. Blumenau os documentos eram assinados por Hermann Wendeburg, que assumia interinamente a diretoria da Colônia.

Esses documentos informam a respeito do modo de vida da época, das necessidades de subsistências, apresentam relatórios dos trabalhos realizados, informações sobre arrecadações, solicitações de pagamentos, entre outros. Relatam também sobre as dificuldades encontradas pelos imigrantes para se estabelecerem no local, bem como sobre as adversidades enfrentadas no trajeto entre a partida no porto de Hamburgo, na Alemanha, e o desembarque na “nova pátria” (Brasil). A partir do conteúdo dos manuscritos, verifica-se a importância da conservação, preservação e disseminação desse acervo e da história local, dada à relevância da imigração alemã para a povoação da região onde hoje está situada a cidade de Blumenau.

## CONSERVAÇÃO

Para impedir que os documentos se percam é importante que ocorra a gestão documental desde o nascimento até a destinação final do documento. Dentro dos procedimentos e operações técnicas da gestão documental está a preservação e a conservação, que são atividades desenvolvidas com o objetivo de prolongar a vida do documento sem que ele se torne inacessível ou inutilizável por conta do seu estado físico. É importante ressaltar que as ações de preservação precisam ser realizadas desde o nascimento do arquivo. Não se deve esperar o documento apresentar sinais de danos para empregar atividades de conservação. É preciso conscientizar as instituições e a população sobre a importância de se preservar os documentos que contam a nossa história para as futuras gerações.

Cassares (2000, p. 12) define conservação como “um conjunto de ações estabilizadoras que visam a desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)”. Para Spinelli, Brandão e França (2011, p. 4) a conservação é dividida em duas categorias, a preventiva e reparadora:

Conservação preventiva: um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação. Conservação reparadora: toda intervenção na estrutura dos materiais que compõem os documentos, visando melhorar o seu estado físico.

Pavesi e Rosa (2014) falam que a importância, o cuidado, a proteção e a conservação de patrimônios documentais são bens inestimáveis para a reconstituição das diferentes memórias construídas ao longo dos séculos pela humanidade. Pavesi e Rosa (2014, p. 867) ainda colocam que:

A Conservação da memória documental é importante para a geração de conhecimento em qualquer área de pesquisa, pois a informação é inerente ao ser humano e necessária para o desenvolvimento de pesquisas, seja qual for a necessidade que instigou a procura por esses registros históricos.

As questões relacionadas à conservação são de fundamental importância não apenas pela permanência física do documento, mas pela sua potencialidade enquanto documento histórico. Sendo que, por meio da conservação, a matéria original permanece íntegra, possibilitando a apreciação estética sem nenhum comprometimento por perda de material original. Os manuscritos aqui estudados foram produzidos em papel de uso corrente, sendo que esses, devido à fragilidade, ao envelhecimento natural e ações de fatores químicos, físicos decorrentes do meio ambiente apresentam problemas na conservação da informação registrada. A maioria apresenta certa acidez propiciando a hidrólise ácida, o que acelera o seu envelhecimento. E é conhecido que fatores externos, como a temperatura, umidade relativa, luminosidade e outros agentes degradadores, mesmo quando controlados, não impedem o envelhecimento natural dos materiais orgânicos.

A conservação preventiva, por meio da observação constante e a ação de conservação curativa são necessárias para que o registro histórico seja preservado e intervenções restauradoras não sejam necessárias. Desta forma, tornou-se urgente a conservação, transcrição e digitalização dos documentos manuscritos da Colônia de Blumenau para que as informações sejam disponibilizadas em outro suporte e os originais sejam acondicionados em material adequado para sua preservação.

A climatização do ambiente, o controle da luminosidade natural e artificial e do ataque biológico, juntamente com o manuseio correto e sistemas de segurança contra roubo e incêndio são ações fundamentais para preservação dos acervos. Desta forma, os fatores de degradação extrínsecos ao documento são controlados e os intrínsecos ao processo de fabricação são minimizados, prolongando a vida útil dos mesmos.

Foram confeccionadas pastas para o acondicionamento dos manuscritos, em material adequado para a conservação documental (papel filifold), pois esses se encontravam acomodados em pastas confeccionadas em material impróprio e prejudicial à sua conservação (papel pardo). Elaboraram-se fichas com algumas informações relacionadas a cada um dos documentos (data, de, para, conteúdo, tamanho) para serem anexadas às suas respectivas pastas, com intuito de facilitar identificação, em uma possível necessidade de manuseio do documento original.

## **PALEOGRAFIA**

É muito comum um pesquisador que está no início de sua pesquisa, ou que nunca teve contato com um documento manuscrito antigo, ao se deparar com um, ficar arrebatado pelo deslumbramento que um documento antigo pode nos provocar, ou muito assustado, inseguro em poder tocá-lo ou mesmo lê-lo. É natural que um documento aparentemente ilegível, espante o leitor. O exercício paleográfico realizado com calma, cautela e empenho, pode tornar um documento ilegível em documento legível, despertando o interesse no desconhecido, decifrando histórias respeitáveis e possibilitando o acesso à informação. Em síntese, a Paleografia abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os

suportes da escrita e os instrumentos de escrever. Segundo Berwanger e Leal (2008), a Paleografia é o estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais, instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição.

A prática de ler manuscritos antigos requer muita leitura e muito aprendizado, pois precisamos conhecer não somente o tipo de letra da época em que o documento foi escrito, mas também a época em que o documento foi elaborado, o momento histórico em que o mesmo foi produzido. Para a análise paleográfica, devemos observar a base da escrita, a tinta, a grafia das palavras, a caligrafia, a pautação, os parágrafos, a pontuação, a numeração, bem como eventuais tentativas de adulteração do documento, entre outros aspectos.

Os documentos aqui analisados são manuscritos da Colônia de Blumenau dos anos de 1865 a 1882, na sua maioria assinados por Hermman Blumenau. São documentos enviados ao presidente da Província de Santa Catarina comunicando os modos de vida na Colônia, as necessidades de subsistências, relatórios dos trabalhos realizados, informações sobre arrecadações, solicitações de pagamentos, entre outros. São documentos textuais que têm como suporte o papel. Estão organizados de maneira cronológica, podendo ser escritos em frente e verso ou em mais de uma folha. A medição aproximada da maioria deles é de 33 cm x 22 cm.

O material utilizado na escrita foi a pena de ave, ou a pena de aço, ambos recursos de grafia que existiam no século XIX, que possibilitam o traçado fino e o uso de tinta. Os manuscritos apresentam uma escrita humanística cursiva intermediária, pertencente à corrente do final do século XIX (CONSTANTE; FAJARDO; RICHTER et al., 2010). Essa escrita é derivada da humanística redonda e da gótica florentina cursiva, e apresenta uma inclinação pronunciada, com as letras ligadas umas as outras, o que atribui velocidade a escrita (FETTER; LIMA, [s.d.]).

Acioli (2003 *apud* ANDRADE, 2009) afirma que os diferentes tipos de letras utilizados no Brasil entre os séculos XVIII e XIX formam um conjunto único, que pouco difere da utilizada nos dias atuais, o que facilita a leitura dos manuscritos do período. A inclinação da



grafia do manuscrito é à direita (destrógera), com traçados finos e um tamanho de letra médio, sendo possível identificar as maiúsculas por serem maiores e com uma forma diferenciada. O peso da mão sobre o documento é equilibrado, não contendo, assim, muitas marcas de tinta ou engrossamento das letras. O traço fino, a consistência da escrita e o tamanho das letras sugerem que os redatores apresentam certo grau de instrução.

O processo de transcrição paleográfica dos manuscritos, que foi realizado linha a linha, seguindo as estruturas existentes no documento original, fazendo uso das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, que oferece diretrizes e convenções para a padronização das edições paleográficas. A caligrafia da maioria dos documentos é de, certa forma, clara, e com letras bem pronunciadas, porém em alguns deles se apresenta bastante confusa e ilegível. Os documentos, por se tratarem de manuscritos datados do século XIX, possuem em sua escrita palavras com grafias diferentes da gramática brasileira atual, bem como palavras que já caíram em desuso nos textos atuais, sendo necessário, muitas vezes, recorrer a diferentes fontes de informação (Internet, dicionários) para uma melhor compreensão do conteúdo da escrita.

Os valores monetários, assim como os símbolos, também diferem muito dos utilizados nos dias atuais. Outra dificuldade encontrada durante o processo de transcrição está relacionada à identificação de alguns nomes e sobrenomes dos imigrantes alemães citados nas correspondências e, mais uma vez, fez-se necessário recorrer a outras fontes de informação (Internet, livros de história) para identificá-los. A maioria dos manuscritos apresentam palavras abreviadas em seus textos, o que muitas vezes causou dificuldade de entendimento por não ser possível encontrar seu significado em dicionário específico. Abaixo, listamos alguns exemplos de abreviaturas encontradas nos textos:

a.c. – ano corrente  
br. corr. – braças correntes  
br. cub. – braças cubicas  
cath – cathólica  
Cias – Companhias  
Dmo – Digníssimo  
Dor – Doutor  
evang – evangélica

Exmo – Excelentíssimo  
id. – idem  
Illmo – Ilustríssimo  
pos corr. – palmos correntes  
pos □os – palmos quadrados  
pa – para  
p. p. – próximo passado  
Snr – Senhor  
Sa Exa – Sua Excelência  
thesa – thesouraria  
trab. – trabalhador  
Va Exa – Vossa Excelência

Ressalta-se que a inexistência de uma norma para a escrita acarretava no fato de os manuscritos do período apresentarem grafias variáveis e com traços de oralidade.

Vimos, portanto, que a Paleografia tem assim um papel significativo na construção da história e da memória, uma vez que oferece ferramentas para a compreensão de manuscritos antigos e suas complexas interpretações. No quadro da Ciência da Informação, a Paleografia não pode dispensar-se como ferramenta para a compreensão do processo gerador da Informação.

## DIGITALIZAÇÃO

O processo de digitalização atende à legislação vigente e às diretrizes e normas do Arquivo Nacional/Conarq, considerando a tipologia documental e a especificidade dos documentos. Para essa etapa foi respeitada a Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010 que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Para manuscritos sem a presença de cor, a captura digital foi de resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem revolucionado o método de coletar, produzir e disseminar a informação, mudando gradativamente a forma como as instituições acessam e lidam com a informação. Os documentos da Colônia de Blumenau do século XIX são convertidos do suporte papel para o digital visando ao acesso e à

preservação. Assim, juntamente com o setor de obras raras da BU/UFSC, faz-se o processo de indexação e disponibilização do documento original em arquivo digital PDF/A e imagem TIFF, acompanhado de sua transcrição paleográfica, também em arquivo PDF/A, no Repositório Institucional da UFSC, na coleção “ACOM – Acervo Catarinense de Originais Manuscritos”, que se encontra subordinada à comunidade “Manuscritos” e à comunidade “Biblioteca Universitária”. Para tanto, foram definidos os metadados a serem utilizados e padronizadas as informações que foram inseridas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da memória e do patrimônio histórico cultural tem cada vez maior relevância na atualidade dada à importância da transmissão da nossa herança cultural para as futuras gerações. O fundo documental do Setor de Obras Raras da Biblioteca Universitária da UFSC é uma ampla fonte de informação para a pesquisa histórica, arquivística e paleográfica. Esse patrimônio pode ser utilizado como documento historiográfico, bibliográfico, arquivístico, cultural, bem como análise da produção e processo gerador de informação. Através da utilização dos acervos preservados e contextualizados, objetiva-se a integração do indivíduo com o mesmo. Apesar de ser compreensível a vida perene da matéria, a conservação tem por objetivo o prolongamento da sua vida útil, em função do caráter insubstituível dos documentos.

Identificar “os modos de ler e escrever” um documento é importante para a análise dos mesmos. E é somente o estudo e a prática diária e o contato constante com os documentos que permitirão o seu entendimento e sua transcrição efetiva. Podemos aqui listar uma série de dificuldades encontradas durante o exercício de transcrição: a falta de reconhecimento do tipo de letra, as diversidades nas formações de palavras e chaves, expressões e abreviaturas não usuais nos dias de hoje (sendo que muitas delas não se encontram em dicionário especializado), o estado de conservação do papel ou da tinta.

O acervo documental é um registro histórico de grande efeito. Torna-se possível, portanto, a leitura da cultura local a partir desses documentos. Dessa forma, espera-se que a

BU/UFSC possa disponibilizar aos usuários a transcrição e a digitalização dos documentos com segurança, proporcionando o acesso à informação desse acervo. Desenvolver os métodos e as técnicas de conservação e transcrição proporcionaram uma maior compreensão da interação entre documento histórico e pesquisador, visto que o exercício paleográfico vai muito além de transcrever usando as normas técnicas, é também uma ferramenta significativa na construção da história e da memória e indispensável para a compreensão do processo gerador da Informação.

Sendo o principal objetivo do desenvolvimento do projeto tornar o acervo da Colônia Blumenau acessível e colocá-lo à disposição dos usuários e pesquisadores a experiência do passado, buscou-se ao máximo compreender, identificar e transcrever o conteúdo dos textos de forma mais completa possível, pensando nas futuras dificuldades que os usuários teriam ao se depararem com um documento, à primeira vista, incompreensível ou ilegível.

Finalmente, entende-se que as ações aqui realizadas e apresentadas estão em concordância com uma adequada política de conservação preventiva, indispensável ao pleno desempenho das atividades inerentes à natureza dessa instituição. Sua realização possibilita que a totalidade dos manuscritos da Colônia de Blumenau do século XIX tenha sua integridade físico-estética preservada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 10, p.149-172, 2009.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005 (Publicações Técnicas – NA, n. 51)

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. [1993]. Disponível em:  
<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>.

BERWANGER, Ana Regina. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

CONSTANTE, Sônia Elisabete; FAJARDO, Francisco; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer *et al.* **Recorte Histórico de Santa Maria**: Estudo através da Paleografia. Santa Maria, 2010.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: Conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães: Universidade do Minho, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2008.

KORMANN, Edith. **Blumenau**: Arte, cultura e as histórias de sua gente (1850 – 1985). Florianópolis: Edição da autora, 1994.

MARQUES, Luciana Bergamo. **Documentos históricos de bibliotecas universitárias do Rio Grande do Sul**: No encaicho da realidade de preservação. 2018. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PCIN0185-D.pdf>.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã**: Uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. revista e ampliada. Brasília, DF: Edição de autor, 2005.

SILVA, Jose Ferreira da. **A Colonização do Valle do Itajahy**: notas para a história do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense. [Blumenau]: [Typ. do Correio de Blumenau], 1932.

SILVA, Jose Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, [1972?].

SPINELLI JUNIOR, Jayme. **A Conservação de Acervos Bibliográficos & Documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. 92 p.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

TERRERO, Angel Riesco. **Introducción a la Paleografía y la Diplomática General**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.



***CAN MACHINES THINK?<sup>1</sup>:***  
POR UMA PALEOGRAFIA DIGITAL PARA TEXTOS  
EM LINGUA PORTUGUESA

Lívia Borges Souza Magalhães  
Universidade Federal da Bahia

Lucia Furquim Werneck Xavier  
Projeto Resgate

A questão apresentada como título deste texto é uma citação de uma inscrição de grande matemático do século XX, considerado o pai da computação moderna, cunhada como provocação inicial do escrito *The imitation game*<sup>2</sup>. Em tal texto, já no primeiro parágrafo, ao lidar sobre a discussão sobre *máquinas* e *pensar*, o autor salienta que o questionamento é absurdo, pois as máquinas (ainda) imitam somente aquilo a que estão programadas.

---

<sup>1</sup> (TURING, 1950)

<sup>2</sup> Tradução nossa: O jogo da imitação.

No nosso jogo atual, as máquinas são ferramentas auxiliares de importância bastante relevante. Elas participam amplamente do processo do que é ser um humano do século XXI, visto que os computadores digitais estão constantemente conosco, seja através de uso de aparelhos como os *smartphones*; ou do acesso fácil à informação, por meio da interconexão, permitida pela rede mundial de computadores; e, até mesmo, para realização de tarefas diárias o homem contemporâneo pode contar com a ajuda das máquinas, como, por exemplo, do uso dos assistentes virtuais, como o *Alexia* ou o *Google Home*. Não se quer, aqui, tratar sobre os aspectos positivos ou negativos desse cenário, tocamos em algo que é fato: as máquinas nos permitem viver em um mundo conectado, que não irá mais se desconectar e, para continuarmos vivos, precisamos nos adaptar a essa lógica mundial, ou, em outras palavras, entrar no jogo.

Evidente que a entrada no jogo não ocorre instantaneamente. Prensky (2001) teorizou esse processo de entrada constituindo uma distinção entre *digital natives* e *digital immigrants*<sup>3</sup>. Os primeiros, nativos, já nasceram nesse mundo permeado pela tecnologia e conectado, o que faz com que eles tenham uma facilidade maior no trato com as máquinas. É ser nativo digital que faz, por exemplo, crianças que ainda não falam conseguirem manusear, com certa facilidade, computadores e *smartphones*. Ao contrário deles, existem aqueles que foram inseridos nesse mundo já depois de adultos sendo, por isso, imigrantes.

Para aprender sobre a nova configuração tecnológica mundial, os imigrantes fazem um esforço muito maior, já que carregam consigo uma defasagem digital tendo que, por vezes, serem convocados e provocados a realizar uma mudança de práticas, caso, por exemplo, da ação feita em 2011, em Paris, durante a realização do *THATCamp*, quando cunhou-se o *Manifesto das Humanidades Digitais*, clamando os cientistas da área de humanidades, das artes e das letras a se inserirem, de fato, no cenário de pesquisa em que a tecnologia ocupa um lugar de importância e, por isso, possibilita um significativo desenvolvimento das práticas coletivas das ciências.

*Humanidade digitais* é uma expressão agregadora usada para tratar de uma “[...] transdisciplina que incorpora os métodos, os dispositivos e as perspectivas heuréticas das

---

<sup>3</sup> Tradução nossa: Nativos digitais e imigrantes digitais

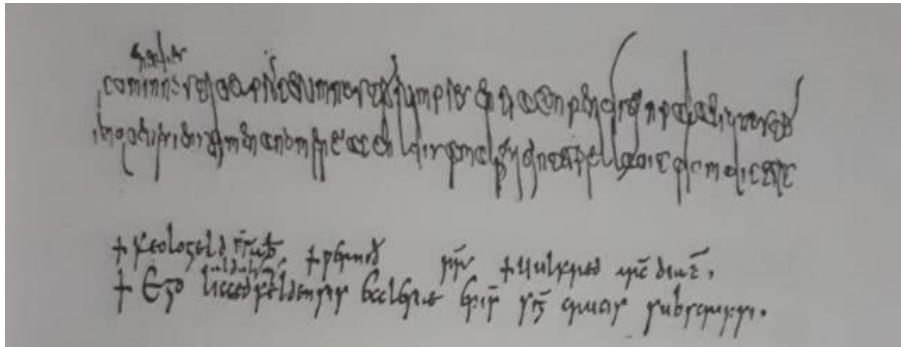
ciências humanas e sociais, ao mesmo tempo em que mobiliza as ferramentas e abordagens singulares abertas pela tecnologia digital”. (PAIXÃO DE SOUSA, 2011). Como nos apresenta Cohen (2011), a proposta da Humanidades Digitais é utilizar recursos tecnológicos capazes de lidar com demandas das ciências humanas no século XXI, quando a informação circula em ampla velocidade, as culturas estão em constante transformação e as sociedades tornam-se mais longevas; estimular o fazer pesquisa e, ao mesmo tempo, possibilitar o diálogo entre os pesquisadores que, em função da rede mundial de computadores, estão interconectados, podendo contribuir/colaborar no avanço das ciências humanas, como é o caso da Paleografia, instituindo o que doravante chama-se **Paleografia Digital**.

Paleografia Digital *não* é uma nova Paleografia. Trata-se de a mesma ciência, mas com moldes de investigação modificados frente ao cenário tecnológico para acessar e difundir o dado histórico, seja ele registrado no suporte que for, com a tinta que for, na letra que for. Destacamos que não estamos aqui desconsiderando os dados da escrita. Sabemos e salientamos que eles são deveras importantes para o estudo paleográfico e devem, indubitavelmente, constituir-se como um dado considerado pelo paleógrafo, inclusive na Paleografia Digital, cujo foco encaminha-se para quatro eixos: a captura de imagem, a segmentação dos caracteres, criação de modelos prototípicos e a classificação destes.

Os estudos paleográficos, convencionalmente, devem ser acompanhados por ilustrações para exemplificar o dado estudado ou, até mesmo, comprovar que não houve um erro de leitura durante o exercício de transcrição. O advento da tecnologia digital possibilitou o abandono da prática de produzir desenhos que funcionavam como ilustrativos em prol do uso de digitalizações em alta resolução, capazes de expor detalhes superficiais finos, cabendo pesquisador observar, por exemplo, se “[...] a capacidade de armazenamento de informação sobre cores é suficiente para o tipo de documentação que será digitalizada” (MOREIRA, et al 2007).

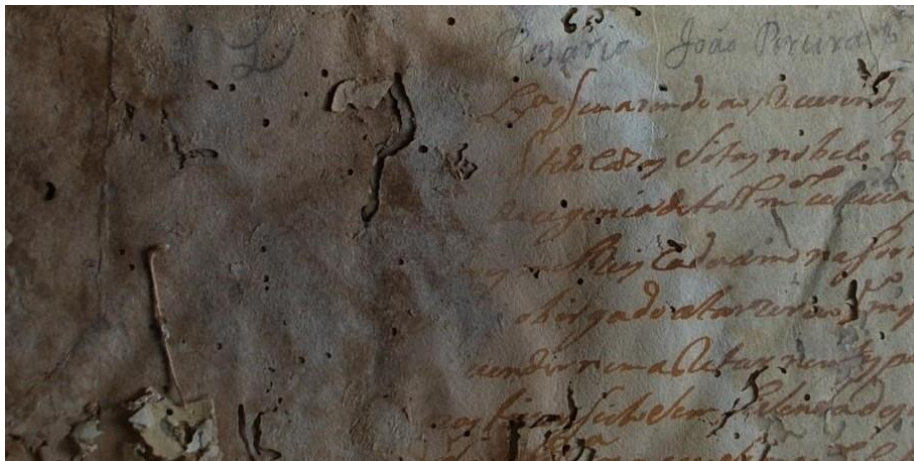


Figura 1 - Exemplo de imagem com desenho das letras



Fonte: BERWANGER; LEAL, 2007.

Figura 2 - Digitalização produzida com câmera digital de alta resolução



Fonte: MAGALHÃES, 2018.

Os acervos e instituições detentoras/curadoras de documentos, ao redor do mundo, já estão adotando a tendência de realizar digitalizações em alta resolução como uma forma de preservação e difusão (BARATA; DIAS; SILVA, 2013) do conjunto documental. Contudo, essas digitalizações não dão conta, por completo, do exercício de auxiliar pesquisadores a acessar dados presentes no acervo, uma vez que, a imagem, por si, não permite o uso da ferramenta de busca ou localização e é nesse ponto que a Paleografia Digital torna-se um diferencial: ela propõe que as digitalizações sejam transformadas em formato *Hyper Text Markup Language* (html) ou *Extensible Markup Language* (xml), ambos caracterizados pela possibilidade de inclusão de uma marcação, as *tags*, que podem ser usadas para construção de verdadeiros bancos de dados.

Exemplificamos o dito acima tomando como base o acervo digital da Biblioteca Nacional Brasileira, disponibilizado no site <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Em tal site os metadados estão organizados partindo de 15 elementos: "Título, Criador, Assunto, Descrição, Publicador, Contribuidor, Data, Tipo, Formato, Identificador, Fonte, Idioma, Relação, Cobertura e Direitos" (BIBLIOTECA ..., 2020). Se o pesquisador quiser qualquer outra informação que não seja uma dessas listadas, os metadados já não mais permitem a realização da busca dentro do acervo. A possibilidade de transformar as digitalizações em textos marcáveis permitiriam, então, a produção de buscas mais refinadas.

Para o desenvolvimento da segunda etapa do fazer paleográfico digital, toma-se a imagem digitalizada para passar por um processo de segmentação, chamado de *layout analysis*. Neste processo, o computador identifica os dados presentes na imagem, constituindo regiões de texto. Em seguida, faz-se necessário instituir um refinamento dessas regiões, direcionando a máquina para que a reconhecer, linha a linha, os dados textuais. Por fim, o reconhecimento chega ao nível do carácter. Jurafsky e Martin (2019) chamam esse processo de reconhecimento final de *tokenização*, primeira etapa do processamento de linguagem natural (PLN), e fazem uma descrição desse processo apresentando exemplos bem concretos:

English words are often separated from each other by whitespace, but whitespace is not always sufficient. New York and rock 'n' roll are sometimes treated as large words despite the fact that they contain spaces, while sometimes we'll need to separate I'm into the two words I and am. For processing tweets or texts we'll need to tokenize emoticons like :) or hashtags like #nlproc. (JURAFSKY; MARTIN, 2019, p. 2<sup>4</sup>)

Com o reconhecimento feito, pode-se partir para o outro objetivo da Paleografia digital: a criação de modelos, ou, em outras palavras, a programação do computador para reconhecer determinadas características linguísticas, criando regras para que, todas as vezes que a máquina lide com uma determinada estrutura linguística (lexical, morfológico,

---

<sup>4</sup> **Tradução nossa:** As palavras em inglês geralmente são separadas umas das outras por espaços em branco, mas nem sempre os espaços em branco são suficientes. Às vezes, Nova York e rock 'n' roll são tratados como uma só palavra, apesar de conterem espaços, enquanto, em outras vezes é necessário que façamos a separação das duas palavras. Para processar tweets ou textos, precisaremos *tokenizar* emoticons como :) ou hashtags como #nlproc. (JURAFSKY; MARTIN, 2019)

sintático, semântico), ela adote um tipo de comportamento esperado e trabalhe com textos na língua ali encontrada. Com o modelo pronto e funcionando com um determinado êxito, temos a classificação dele para o *software*.

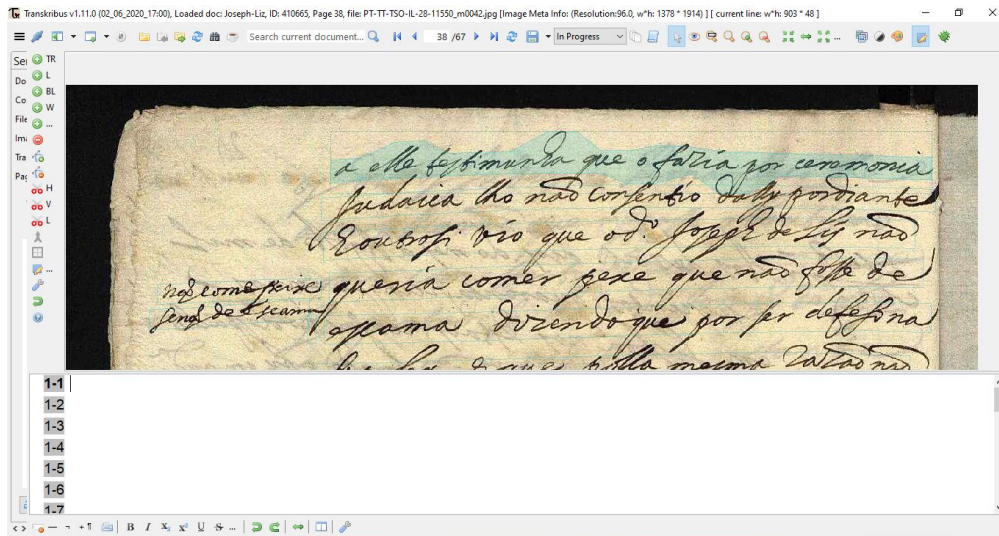
Todas as etapas citadas anteriormente têm sido executadas na plataforma *Transkribus* “[...] a comprehensive platform for the digitisation, recognition, transcription and searching of historical documents”<sup>5</sup>, para a construção do modelo *Portuguese Inquisition Handwriting*, mas, antes de tratar dele, apresentaremos a *Transkribus*. Esta plataforma foi desenvolvida pela Universidade de Innsbruck, na Áustria e está disponível no site <https://transkribus.eu/Transkribus/>, podendo ser usada em uma versão *on-line* ou também em uma versão *desktop*. Com um e-mail pessoal, cria-se uma senha de acesso para adentrar na plataforma que, atualmente, já trabalha com classificação de algumas línguas, como o árabe, o inglês, o alemão, o holandês gótico, o polonês e o hebraico, algumas das línguas, com uma taxa 95% de êxito no processamento.

O português, especificamente, ainda não apresentava um espaço no *software* e, frente a isso, que propomos a produção do *Portuguese Inquisition Handwriting*, o primeiro modelo em Língua Portuguesa. Para tanto, optamos pela seleção de cinquenta processos relativos e de algumas partes dos Cadernos do Promotor relativos ao Brasil Colônia, disponibilizados no acervo inquisitorial da Arquivo Nacional Torre do Tombo. Essa escolha justifica-se, primordialmente, pelo fato dos documentos já estarem digitalizados com uma qualidade considerada adequada para o trabalho proposto, um quesito relevante por facilitar o processo de reconhecimento, por parte da *Transkribus*, das regiões de texto que precisam ser selecionadas para leitura.

---

<sup>5</sup> **Tradução nossa:** uma plataforma abrangente para a digitalização, reconhecimento, transcrição e pesquisa de documentos históricos.

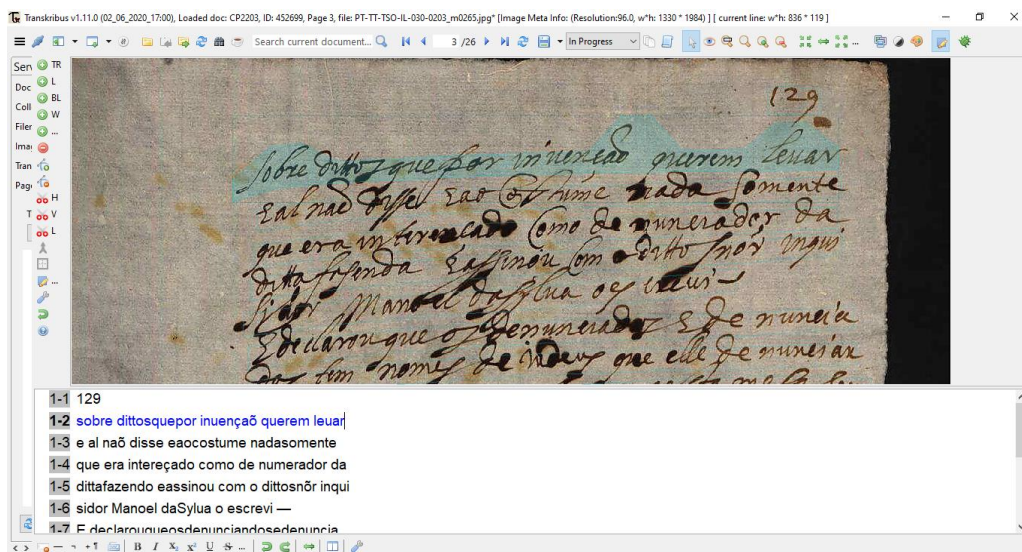
Figura 3 - Exemplo da marcação de linha produzida pela Transkribus



Fonte: Transkribus, 2020.

Outro ponto que justifica a escolha é a própria relevância social, cultural e histórica que os processos da Inquisição salvaguardam em si por serem testemunhos da atuação do Santo Ofício no Brasil Colônia. Como nos lembra Ginzburg (1991), o olhar para esses *arquivos da repressão* denota uma forma de conhecer as pessoas do período, principalmente os grupos sociais como mulheres e camponeses que, normalmente, não eram bem representados nas chamadas fontes oficiais.

Figura 4 - Exemplo da marcação de linha textual produzida pelo Transkribus com a devida transcrição da região selecionada



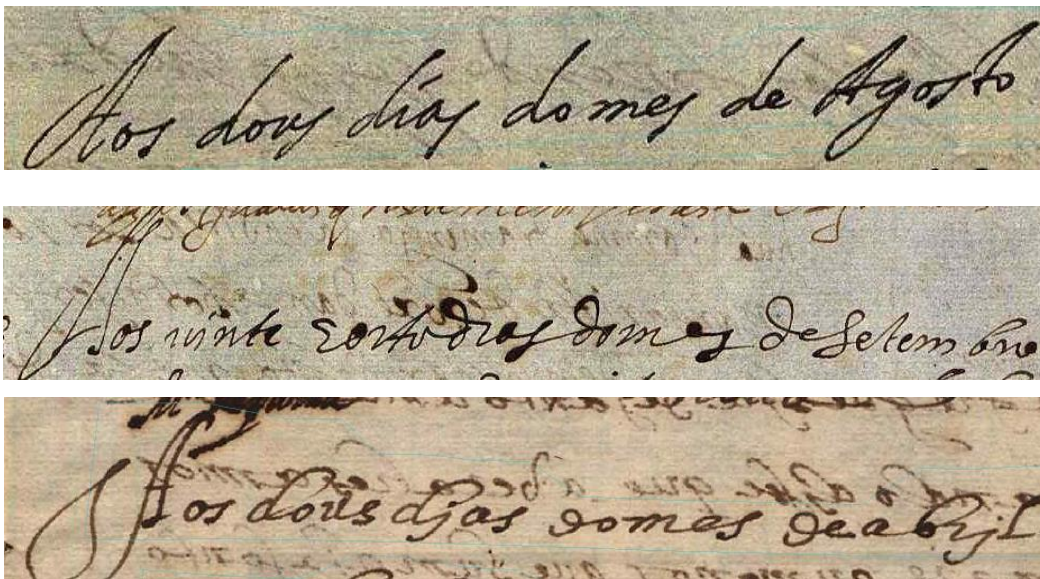
Fonte: Transkribus, 2020.



Por fim, a extensão do conjunto documental conta como um outro ponto relevante que nos influenciou na escolha pois, convencionalmente, cada processo apresenta um tipo de *scripta*, dotado de determinadas características. Diversificar essa leitura significa diversificar a capacitação da plataforma na *tokenização*, o que faz com que o modelo seja mais exitoso.

Figura 5 - Exemplos de variação de *scripta* encontradas nos processos selecionados para produção do modelo

*Portuguese Inquisition Handwriting*



Fonte: Acervo digital da Torre do Tombo, 2020.

Feita a escolha do *corpus* documental, partimos para a etapa em que estamos atualmente, “ministrar aulas” para a máquina. Para tanto, fazemos uma transcrição do manuscrito, aplicando os conhecimentos pertencentes à prática da Paleografia de leitura. A ideia, nesse momento, é ser o mais conservador possível e, por isso, adotamos alguns critérios:

- a) manutenção das fronteiras de palavras;
- b) não desdobramento das abreviaturas;
- c) inclusão de caracteres específicos do estado da língua presente no documento;
- d) preservação da divisão linear do texto;

e) destacamento da mancha escrita principal do texto como *região 1*, e da marginalia como *região 2*.

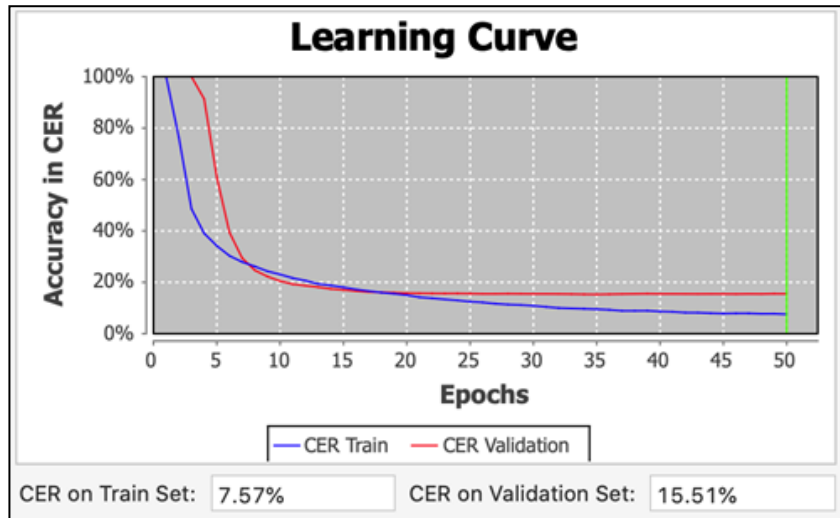
Sobre o critério *c*, ou seja, a inclusão de caracteres específicos, é importante salientar que ele possibilitado pela programação, da plataforma, para leitura do Unicode, isto é

[...] um único conjunto de caracteres contendo os idiomas de todo o mundo e um número pequeno de formatos e esquemas de codificação conhecidos da máquina para adequar as necessidades de aplicativos e protocolos existentes. (IBM, 2020).

É em função dessa característica de programação que elementos comuns nos manuscritos, como o *ẽ*, o *ũ* e o *ñ*, que não estão disponibilizados no teclado padrão da plataforma, podem ser inseridos e, inclusive, aprendidos pela máquina.

Entretanto, no critério sobre abreviaturas há uma demanda que compromete, parcialmente, o desenvolvimento do trabalho: os casos de abreviatura com sobreposição, como, por exemplo, *off<sup>o</sup>* para *officio*. A programação da plataforma reconhece apenas 100 caracteres por alfabeto e, por isso, sobrescritos, subscritos, tachado e outras marcações textuais, não entram no modelo. Frente a esse fato, ponderamos que, no atual momento de execução do trabalho, ou seja, no ensinar à máquina, seria mais importante capacitá-la a ler a letra do que, propriamente, perceber o posicionamento dela na linha e, por isso, passamos a transcrever todo o texto sem considerar sobreposições.

O primeiro modelo em Língua Portuguesa da *Transkribus* foi produzido com, aproximadamente, 11.876 palavras transcritas, mas, como parte de todo processo de aprendizagem, o resultado obtido não foi satisfatório. A imagem abaixo representa a curva de aprendizado da *Transkribus*. A linha em azul descreve a taxa de erro de caracter (CER) no material de treinamento. Este material são as páginas onde a plataforma aprende a “ler” a letra manuscrita. Já a linha vermelha representa a CER das páginas de teste, que é o material utilizado para avaliar a precisão do modelo.

Figura 6 - Curva de aprendizado da *Transkribus*.

Fonte: Transkribus, 2020.

O nosso objetivo é que a taxa de acerto dele gire em torno de 95%, ou seja, CER menor ou igual a 5%.

Sabemos que a jornada de produção do modelo é longa, principalmente tendo como *corpus* um conjunto documental tão extenso e significativo como é a documentação inquisitorial. Estamos apenas começando. No momento de redação desse artigo, as mãos atuantes são poucas: nós duas e a historiadora Cláudia Coimbra do Espírito Santo, trabalhando voluntariamente. Como cientistas das *Humanidades Digitais*, ponderamos constantemente como inclusão desse método de transcrição impactará o fazer paleográfico. Em outras palavras, o projeto visa trazer a máquina para o nosso jogo, contribuindo com as pesquisas em acervo, história, memória e cultura.

## REFERÊNCIAS

BARATA, Manoel Silva; DIAS, Eliane Monteiro de Santana; SILVA, Aline Gonçalves da. **Digitalizar para preservar e difundir**: estudo de caso do acervo de obras raras da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde - COC/Fiocruz. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1336/1337>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 4. ed. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

COHEN, Dan. **Defining Digital Humanities, Briefly**. Disponível em: <http://dancohen.org/2011/03/09/defining-digital-humanities-briefly/>. Acesso em: 15 abr. 2020

GINZBURG, Carlos. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, Carlos. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 203-14.

IBM Knowledge Center. **O que é o unicode**. Disponível em: [https://www.ibm.com/support/knowledgecenter/pt-br/SSGSPN\\_9.3.0/com.ibm.tivoli.itws.doc\\_9.3/apps/src\\_usr/awsauwhatsunic.htm](https://www.ibm.com/support/knowledgecenter/pt-br/SSGSPN_9.3.0/com.ibm.tivoli.itws.doc_9.3/apps/src_usr/awsauwhatsunic.htm). Acesso em: 20 abr. 2020

JURAFSKY, Daniel ; MARTIN, James. **Speech and Language Processing: an Introduction to Natural Language Processing, Computational Linguistics and Speech Recognition**. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~jurafsky/slp3/ed3book.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MAGALHÃES, Livia Borges Souza. **Papéis que narram: a história do Mosteiro de São Bento da Bahia contada pelos documentos da Instituição**. 2018. 136f + site. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Livia e Cultura, Universidade Federal da Bahia, 2018.


MOREIRA, Alexandra et al . **Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana**. Ci. Inf., Brasília , v. 36, n. 3, p. 89-98, Dec. 2007 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652007000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara Paixão de. **Humanidades digitais?: um breve panorama**. Disponível em: <https://nehilp.prp.usp.br/~nehilp/HD/SobreHD.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PRENSKY, Marc: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. **On the Horizon. NCB University Press**, v. 9, n. 5, 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

TURING, Alan. **Computing Machinery and Intelligence**. 1950. Disponível em: <https://www.csee.umbc.edu/courses/471/papers/turing.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.





# **CODIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES PALEOGRÁFICAS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS TEATRAIS: UMA EXPERIÊNCIA COM AS *GUIDELINES* DO *TEXT ENCODING INITIATIVE***

Isabela Santos de Almeida  
Universidade Federal da Bahia

## **INTRODUÇÃO**

No meu percurso como pesquisadora, tenho me aventurado na interface entre a Filologia e as Humanidades Digitais desde o ano de 2011. Somo-me a outros tantos colegas, que, mesmo em diferentes frentes de pesquisa, têm deslindado caminhos para a consolidação deste âmbito de estudos, especialmente na Bahia. O que é interessante de se perceber e que atesta a qualidade das pesquisas desenvolvidas é que, muito além da aplicação de uma técnica, ou de um conjunto de *softwares*, muitas metodologias criativas

(HISSA, 2013) têm sido efetivamente desenvolvidas para dar conta das demandas dos pesquisadores. É possível, então, verificar nos trabalhos de Barreiros (2013), Magalhães (2013), Prudente (2018) e Mota (2017), como a organização dos dados resultantes do trabalho de edição de textos para a tela, comprometido com uma apresentação acessível, organizada, relacional, marca uma tendência crítica em que a mediação editorial avança para além da disponibilização de um texto fiável, interessando-se também pelas formas adquiridas pelos textos na contemporaneidade e como elas participam da construção dos sentidos.

O uso de linguagens de marcação e de linguagens de programação, nos trabalhos acima citados, recai, principalmente, sobre os designados variantes textuais e dados paratextuais, no intuito de constituir a teia de relações entre os documentos localizados e organizados, textos editados e sua disponibilização aos leitores. O ambiente virtual é cuidadosamente preparado para apresentar a massa documental digital, disposta de maneira a seguir os princípios da usabilidade e as normas da preparação de edição para a tela, com o propósito de produzir, de fato, uma experiência de leitura significativa para os sujeitos que acessam aquele meio. Em geral, o texto utilizado para as edições constitui-se em arquivos produzidos em editores de texto que são posteriormente associados à estrutura digital da edição, utilizando-se de folhas de estilo, arquivos .css, arquivos .html etc.

No presente trabalho, optei por experimentar a codificação do próprio texto, utilizando-me, para tanto, da linguagem de marcação XML. Isto quer dizer que, além de transcrever o documento em um editor de textos comum, evidenciando as características da mancha escrita, farei também a transcrição do texto utilizando-me das etiquetas do XML, especificamente as *guidelines* do *Text Encoding Initiative*<sup>1</sup> (TEI), diretrizes de codificação que permitem marcar o texto a partir dos elementos que o estrutura, assim como designar os códigos paleográficos que o compõe. Intentarei utilizar essas diretrizes para explorar as possibilidades de transcrição e codificação de textos teatrais censurados, acompanhando McKenzie (2018 [1986]), a partir do qual é possível afirmar que a materialidade dos suportes

---

<sup>1</sup> Em tradução livre: Iniciativa de Codificação de Textos.

é um aspecto fundamental na construção dos sentidos e, por esse motivo, não deve ser subtraída do processo editorial.

Para o presente trabalho, selecionei a primeira folha do texto teatral *Noivas*<sup>2</sup> (1986), da dramaturga Cleise Mendes. A partir dela, serão experimentadas duas possibilidades de transcrição que evidenciem os aspectos paleográficos presentes no documento, a primeira, como proposto pela Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC/UFBA), que toma os recursos da Crítica Genética para representar as intervenções manuscritas ao texto; a segunda, utilizando-se das *tags* do TEI para o mesmo propósito. A partir deste exercício, pretendo elucidar as potencialidades do uso desse sistema de marcação na codificação das marcas paleográficas, visando a uma futura proposição de edições para os textos teatrais censurados, que considerem, para além do texto, os dados materiais dos suportes que compõem sua tradição.

## LINGUAGEM DE MARCAÇÃO PARA EDITORES: *GUIDELINES* DO TEI PARA ELABORAÇÃO DE EDIÇÕES

O TEI é um consórcio que reúne pesquisadores de todo o mundo interessados em desenvolver diretrizes para a criação e organização de dados digitais em humanidades, tais dados incluem textualidades das mais diversas, priorizando-se textos verbais. Apesar de a linguagem de marcação parecer própria da interface digital, Pierazzo e Burghart (2017) esclarecem que os princípios da codificação de textos já estavam presentes nos manuscritos autógrafos que eram entregues aos tipógrafos: o uso de certos destaques como asteriscos e sublinhados indicava que aquela palavra ou frase deveria assumir uma forma diferente no momento da impressão. A ampliação do sistema de codificação, com a emergência das linguagens computacionais, atualiza esse uso: quando emprego as *tags* `<b>...</b>`, em html, `<hi>` em xml, ou simplesmente \* ... \* numa mensagem de WhatsApp, marco o texto de três formas distintas, mas todas indicam que certa palavra deverá aparecer na tela em negrito.

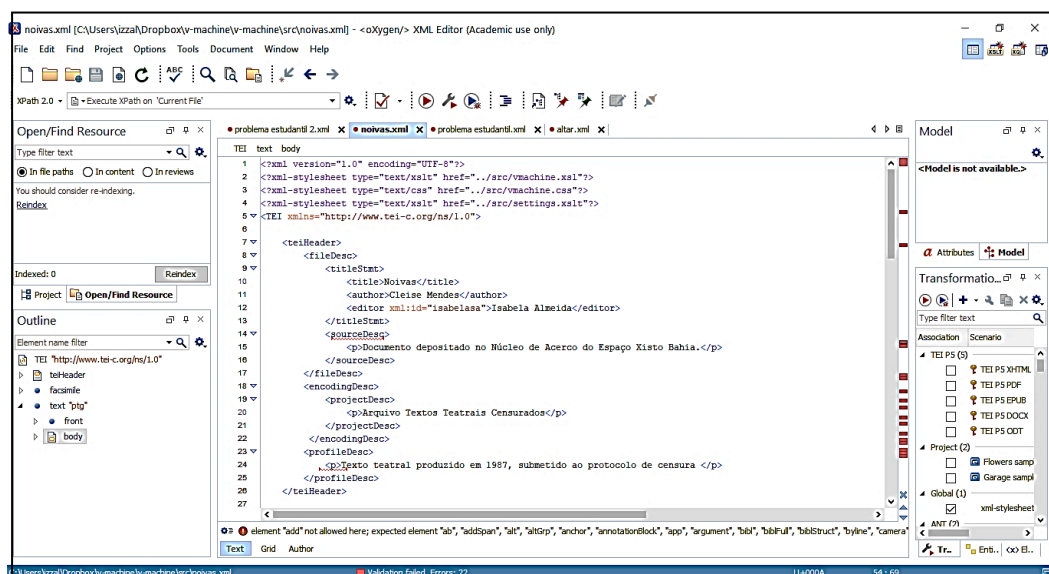
---

<sup>2</sup> Uma discussão sobre a materialidade do texto *Noivas* (MENDES, 1986) foi apresentada no I Seminário Nacional de Paleografia, em trabalho intitulado *Escritas e sujeitos na cena dramaturgica baiana*, desenvolvido junto com a Profa. Dra. Rosa Borges (ALMEIDA; BORGES, 2018).

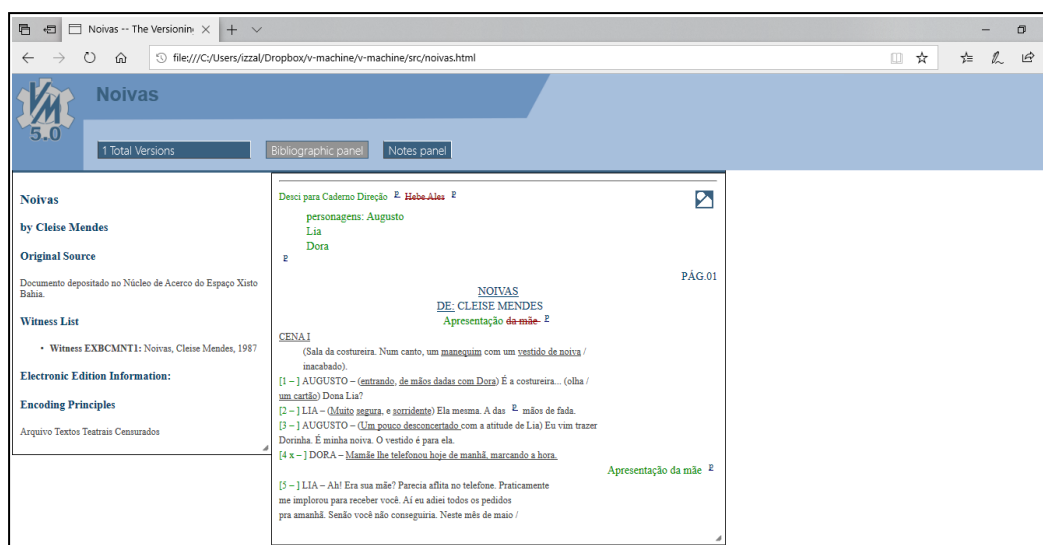
O TEI baseia-se na linguagem de marcação XML, *eXtensible Markup Language*, diferente de outras linguagens de marcação, como o HTML<sup>3</sup>, o XML tem a vantagem de produzir etiquetas customizáveis, em função do objeto a ser estudado, ao passo que o HTML é composto por uma série de *tags* pré-determinadas, que devem ser aplicadas aos diferentes objetos, nesse sentido, o XML é extensível, expansível, adaptável, ao passo que o HTML é fixo. Tal fato, no entanto, não resulta em um cenário em que tudo é possível, ao contrário, um documento em XML deve seguir uma sintaxe pré-definida e deve ser validado conforme a aplicação de certas regras.

Outra diferença do XML em relação ao HTML é que seu interesse maior recai sobre o significado dos dados e não sobre sua apresentação na tela. Para criar uma interface amigável ao usuário, o arquivo XML não é suficiente, é preciso associá-lo a uma folha de estilos e convertê-lo para o formato HTML, que cuidará da apresentação do texto na tela, decodificando suas marcações (GENTLE, 2020; BURNARD, 2014). A figura 1 mostra a comparação entre o texto codificado em XML, feito com o auxílio do editor XML *Oxygen* (à esquerda) e o resultado desse mesmo arquivo associado à folha de estilos do *software Versioning Machine*, convertido em um arquivo .html (à direita).

Figura 1 – Diferença visual entre um arquivo .xml e o mesmo arquivo associado a uma folha de estilos e convertido em .html



<sup>3</sup> O HTML, *HyperText Markup Language*, é a linguagem de marcação mais utilizada para a elaboração de websites.



Fonte: elaborado pela autora.

O trabalho principal durante a produção de uma edição digital recai sobre o processo de codificação, i.e. categorização dos elementos textuais adequando-os às *tags* disponíveis. Em se tratando de projetos editoriais com um conjunto documental similar, basta, então, elaborar uma única folha de estilos, que possa ser aplicável a toda uma sequência de textos que compõem o *corpus* da pesquisa, o que torna o uso de sistemas de codificação vantajoso.

Apesar de ser possível criar *tags* próprias para cada situação, essa característica do XML pode resultar limitadora da capacidade de intercambiar dados com outros pesquisadores. É nesse sentido que o TEI é proposto em 1990, ano de divulgação de sua primeira versão, e passa a agregar diferentes pesquisadores no mundo com o propósito de prover as áreas de Humanidades, Artes e Linguagens com um padrão intercambiável de codificação de textos, útil para a pesquisa, ensino, apresentação e preservação de documentos.

O TEI XML mostra-se autônomo em relação ao ambiente digital, já que não depende de nenhum ambiente ou *software* específico para funcionar (BURNARD, 2014). O texto codificado segundo esses parâmetros estaria menos distante da linguagem da máquina<sup>4</sup> em comparação a um texto produzido em um editor de texto como o Word, cuja aparência

<sup>4</sup> Designa a linguagem binária que é compreendida pelos computadores. As linguagens de programação e de marcação funcionam, em diferentes níveis, como intermediárias entre a linguagem da máquina e a interface da tela.

remete a uma conhecida folha impressa, que constitui uma interface amigável ao usuário, ao passo que oculta camadas de linguagem de programação que, de fato, interagem com a máquina (PAIXÃO DE SOUSA, 2009). A ausência dessa interface amigável e a relativa aproximação com uma linguagem mais próxima da máquina contribuem para minorar os problemas de compatibilidade entre o arquivo .xml e os *softwares*.

Burnard (2014) pontua, ainda, um fator diferencial para o uso do TEI por pesquisadores em filologia e áreas correlatas: o fato de o TEI XML ter sido pensado por pesquisadores e para pesquisadores. Trata-se de um aspecto que minimiza o problema da intercompreensão que pode haver em equipes interdisciplinares e promove a assimilação de toda uma terminologia específica da área (como variantes, aparato etc.) ao vocabulário XML. Nesse sentido, a proposição de *tags xml* adequadas à realidade dos editores acadêmicos contribui de forma significativa para a aproximação entre duas áreas afins, promovendo uma mediação entre a tecnologia e os pesquisadores das humanidades, nem sempre afeitos às linguagens computacionais.

Seguindo o mesmo raciocínio, outra vantagem pode ser elencada. Um dos grandes problemas de quem lida com os recursos informáticos é a perenidade das mídias e dos arquivos digitais. Um texto marcado com o TEI possibilita a feitura de um arquivo relativamente leve e que pode ser aberto em diversos *softwares* e sistemas operacionais, sendo pouco suscetível a problemas de desconfiguração e perda de dados. Em um projeto editorial, em que cada detalhe importa, cada signo contém informação relevante sobre o documento em estudo, a perda mínima de dados pode interferir na correção da edição. O referido formato mostra-se vantajoso por ser altamente perene e intercambiável.

A codificação de um texto em XML parte do princípio de que o texto é um todo formado por elementos e subelementos estruturados em função de uma hierarquia previamente estabelecida (A GENTLE, 2020). Assim, por exemplo, um texto teatral ao ser codificado no TEI é pensado em termos de atos, cenas, réplicas e rubricas, elementos que se encadeiam e se aninham na construção do texto. Materialmente, esse mesmo texto também é constituído por páginas, linhas, parágrafos, ilustrações, intervenções manuscritas de natureza diversa, realizadas pelos diferentes sujeitos que participam do levantamento da

cena. Como, então, compatibilizar as estruturas materiais que conformam um documento com os códigos paleográficos, sem incorrer em perturbações na hierarquização da codificação?

Pierazzo e Stokes (2011, p. 399) expõem a limitação das *guidelines* citadas

The approach of the TEI, in fact, forces scholars to consider the text first. The TEI certainly offers a very sophisticated way of describing manuscripts; however, when it comes to transcription, of the two main hierarchies (text and document) the TEI privileges the text, relegating topographical description to empty elements (<pb/>, <lb/>, <cb/>) or attributes (<add place="...">, <note place="...">); it is no coincidence, after all, that it is called the *Text Encoding Initiative*. The TEI does not say that documents are not relevant, but rather that they are less relevant than texts; to use a metaphor from bibliography, texts are “substantial” while documents are “accidental”<sup>5</sup>

A observação é precisa ao identificar que a dicotomia forma x conteúdo ainda é muito presente na área de Letras e também, especificamente, na área da Crítica Textual, como influência da bibliografia, que desvinculava os aspectos da materialidade física da construção textual. Até 2011, as *TEI Guidelines* eram incipientes para codificar aspectos materiais dos documentos transcritos, restringindo-se a algumas poucas *tags*: <pb/> indica a quebra de página; <lb/> indica o início de linha, <cb/> indica o início de coluna, para inserções ao texto <add place="..."> e para indicar notas e especificar sua localização na página <note place="...">. Apesar de dizerem respeito a aspectos materiais, ainda assim, é evidente que sua função final é dar conta de registrar segmentos textuais, relativamente autonomizados em relação à materialidade do suporte.

É preciso considerar, no entanto, que o avanço no uso de fac-símiles digitais para a elaboração de edições tem promovido uma atualização nas teorias e práticas editoriais, orientando editores a incorporar aos seus projetos aspectos concernentes à materialidade

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: “A abordagem do TEI, de fato, força os editores a considerar o texto em primeiro plano. O TEI certamente oferece um caminho muito sofisticado para a descrição de manuscritos; no entanto, quando se passa à transcrição, das duas principais hierarquias (texto e documento) o TEI privilegia o texto, relegando a descrição topográfica a elementos vazios (<pb/>, <lb/>, <cb/>) ou atributos (<add place="...">, <note place="...">); não é coincidência, afinal, que se chama *Text Encoding Initiative*. O TEI não diz que os documentos são irrelevantes, mas sim que eles são menos relevantes que os textos; para usar a metáfora da bibliografia, textos são ‘substanciais’, enquanto documentos são ‘acidentais’” (PIERAZZO; STOKES, 2011, p. 399).

física dos documentos (PIERAZZO, 2017). Na interface entre a Crítica Textual e a Paleografia, a análise da materialidade do texto extrapola o âmbito do exame dos documentos localizados na etapa da recensão, no que tange à sua composição e datação, por exemplo, e avança para a proposição de um texto crítico que considera os aspectos materiais do documento na constituição dos sentidos. O editor assume o papel de sujeito inscrito na tradição textual, pertencente a um momento específico da história da cultura escrita, constituindo-se como um mediador ativo da relação entre textos pretéritos e leitores contemporâneos, desconstruindo o lugar a ele, anteriormente associado, o da neutralidade do observador externo.

Dada a importância da problematização levantada por Pierazzo e Stokes (2011) e outros, pesquisadores associados ao TEI propuseram novas diretrizes para a codificação de informações paleográfica, que efetivamente referissem-se à constituição da *mise-en-page*, seu processo de fabricação ou ao processo de escrita, com o módulo *11 Representation of Primary Sources*, o qual será explorado na próxima seção desse trabalho. Considerando que as coordenadas materiais que orientaram a produção dos documentos desempenham um papel relevante na construção dos sentidos sobre o texto e o seu contexto de elaboração, assim como sobre a maneira como tais textos funcionam como instrumento de interação social, passo a discutir de que forma a codificação do texto em TEI poderá viabilizar a visualização de tais aspectos materiais.

## **CODIFICAÇÃO DO TEXTO DRAMÁTICO NO TEI XML: EXPERIMENTANDO POSSIBILIDADES**

Os estudos em Crítica Textual desenvolvidos nas últimas décadas têm reafirmado a necessidade de se reconstituir os códigos materiais da produção de um documento para o desenvolvimento de edições, esse posicionamento é advindo tanto da disponibilização de edições fac-similares quanto da necessidade de se considerar a forma do texto na construção dos sentidos. Ao tomar os textos teatrais censurados como objeto de edição e estudo, lido com manuscritos modernos que, de acordo com Grésillon (2007 [1994]), pode ser



caracterizado em três dimensões, pois configura-se como um: a) *objeto material*, que atesta a tecnologia da escrita de um tempo, os hábitos e os rituais de escrita dos diferentes sujeitos que interferiram na textualidade; b) *objeto cultural* que transmite os modos de escrever teatro e encenar na Bahia, em tempos de ditadura militar; c) *objeto de conhecimento*, que é passível de sistematização e racionalização, permitindo a constituição de saberes acerca do processo de escritura, no caso do texto teatral, escapando do nível individual e considerando também as criações coletivas. O olhar paleográfico faz-se presente para deslindar as marcas da materialidade do suporte do texto teatral censurado que atestam as condições de produção e de circulação desse texto, tais como rasuras de diferentes sujeitos, assinaturas, carimbos, dentre outros.

No caso do estudo aqui desenvolvido, recorto a primeira folha do texto teatral *Noivas*, de Cleise Mendes<sup>6</sup>, datado do ano de 1986. Essa folha é a cópia xerográfica de um datiloscrito com intervenções manuscritas feitas antes da reprodução. Nela, consta o carimbo da Superintendência Regional da Bahia – DPF – Censura Federal em tinta vermelha<sup>7</sup>, rubricado ao centro em tinta azul, assim como o carimbo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais em tinta preta, rubricado ao centro em tinta azul. Há destaques manuscritos tais como numeração das falas dos personagens, sublinhados nas reações dos personagens no palco e anotações sobre o deslocamento no espaço cênico.

A materialidade do texto mostra diversas camadas de intervenções, sendo possível observar pelo menos dois momentos de escritura, o primeiro, datiloscrito, que dá conta do *script* da peça, referindo-se ao processo de elaboração textual. O segundo, manuscrito, no qual se fazem inserções, que podem ser autógrafas ou não, e que registram a marcação cênica, dando a conhecer que decisões foram tomadas no levantamento da cena pelo diretor e pelos atores; some-se a essas as revisões de erros de datilografia ou normatização linguística.

---

<sup>6</sup> O texto foi recolhido e digitalizado pelos pesquisadores da ETTC/UFBA e integra o Arquivo Textos Teatrais Censurados, um banco de textos digitais que reúne diversos textos teatrais censurados no período da Ditadura Militar.

<sup>7</sup> O mesmo carimbo e rubrica aparecem em todas as folhas do *script*.

Como afirmam Borges e Almeida (2018), essas marcas eram pouco frequentes em textos destinados ao exame do serviço de censura, em geral, o mais comum era encaminhar um texto passado a limpo. Vale ressaltar que o texto foi submetido à censura no ano de 1986, momento posterior ao final do regime militar, mas anterior à Constituição de 1988, período em que a censura permaneceu atuando, apesar dos grandes esforços pela reconfiguração/reinvenção das estruturas democráticas do país.

O processo de transcrição desse testemunho, etapa que antecede a edição, foi orientado por dois princípios: 1) postura conservadora na transcrição do texto, preservando as marcas próprias da datilografia, da língua registrada no texto; 2) registro das intervenções manuscritas e dados relativos à materialidade do texto, tais como notas, carimbos, assinaturas, dentre outras.

O tratamento das intervenções manuscritas presentes no suporte foi feito a partir da metodologia da Crítica Genética, conforme prática corrente da ETTC, e orientou-se por dois tipos de comportamento de transcrição, a saber, a transcrição diplomática e a transcrição linearizada<sup>8</sup>.

Na transcrição diplomática, o objetivo é reproduzir a mancha escrita, respeitando-se a sua topografia, o que se faz por um procedimento mimético, buscando-se os recursos disponíveis no editor de texto para representar, da forma mais próxima possível, a materialidade documental e linguística de um manuscrito. O pesquisador lança mão do uso de cores, tachados, sublinhados, fontes, organização do texto em colunas, diferentes alinhamentos do texto, dentre os diversos recursos na tentativa de propor um ordenamento ao manuscrito (GRÉSILLON, 2007 [1994]).

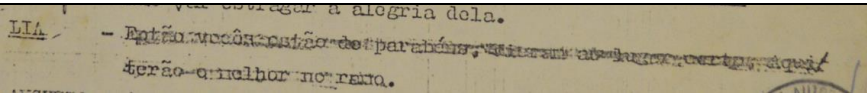
É possível, ainda, realizar a transcrição linearizada, “reduzindo a dimensão paradigmática das reescrituras ao curso sintagmático da linha” (GRÉSILLON, 2007 [1994], p. 169), utilizando-se de parênteses retos e parênteses angulares, colchetes e barras. O grande problema do uso desses símbolos, como já amplamente constatado, é a falta de

---

<sup>8</sup> Grésillon (2007 [1994]) refere-se ainda à transcrição do tipo misto, em que se combinam a reprodução da mancha escrita com o uso de símbolos no intuito de tornar a transcrição mais legível. Em função dos objetivos do presente estudo, não foi necessário trazer a transcrição mista à discussão.

uniformidade no seu emprego entre os diferentes grupos de pesquisa, já que o mesmo parêntese angular pode representar um acréscimo ou uma supressão, conforme quem o empregue. O uso desses elementos já indicaria um nível de transcrição menos mimético e mais descritivo-interpretativo, não se trata de apenas indicar um riscado sobre a palavra, mas identificá-lo, precisamente como um movimento de supressão. Vejam-se os exemplos no quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo entre diferentes formas de transcrição usando editores de texto

|   |   |
|---|---|
| Recorte do fac-símile da f.1 de Mendes (1986) |   |
| Transcrição diplomática                       | <u>LIA</u> – Então vocês estão de parabéns. Vieram ao lugar certo. Aqui/<br>Terão o melhor no ramo  |
| Transcrição linearizada                       | <u>LIA</u> – <Então vocês estão de parabéns. Vieram ao lugar certo. Aqui/<br>Terão o melhor no ramo>  |
| Codificação do texto transcrito com o TEI     | <p> <u>LIA</u> – <del rend = “supressão por riscado”><br>Então vocês estão de parabéns. Vieram ao lugar certo. Aqui<br>Terão o melhor no ramo </del> </p> |

Fonte: elaborado pela autora.

Se na transcrição diplomática há apenas a indicação de que um dado trecho se trata de um segmento riscado; na transcrição linearizada, o uso dos parênteses angulares aponta para um editor que interpreta essa marca como uma supressão do segmento. Com o uso das *tags* do TEI, o editor opera a partir de um procedimento efetivamente descritivo-analítico, no qual é possível agregar à transcrição, por meio da descrição do suporte material, sua leitura sobre as marcas ali presentes, que podem ser especificadas, como no quadro 1, com a *tag* <del> e o uso do atributo *rend* = “supressão por riscado”, identificando o motivo da supressão com aspas.

A codificação avança para além de realizar uma transcrição fidedigna, abrindo espaço para que o editor proponha gestos interpretativos em relação ao texto transcrito, na medida em que categoriza os dados observáveis com as *tags* disponíveis. Ao utilizar as *tags* do TEI em lugar dos símbolos da transcrição linearizada promove-se uma padronização da

representação das intervenções manuscritas ao texto, amplamente aceita pela comunidade acadêmica. Além disso, alguns símbolos utilizados na transcrição linearizada podem não ser lidos pelos *softwares*, notadamente, os parênteses angulares <>, utilizados para marcar as *tags*.

Como é de se esperar, cada gênero textual demanda uma categorização em função da sua especificidade, no caso dos textos teatrais, destacamos algumas *tags* designadas pelo TEI para a codificação, presentes no módulo 7 das *Guidelines, Performance Texts*<sup>9</sup>, são elas:

1. <div type="cena" xml:id="cena1"/>: normalmente, os textos teatrais são divididos em atos e cenas, cada uma dessas partes maiores corresponde a uma <div> em *Noivas*, não há a divisões em atos, apenas em cenas.
2. <stage><sup>10</sup>: marca as indicações cênicas e pode receber atributos que caracterizam o tipo de indicação cênica, a saber: 1) setting (cenário); 2) entrance (entrada na cena); 3) exit (saída de cena); 4) novelistic (narração); 5) delivery (elocução); 6) modifier (modificador); 7) location (posição); 8) mixed (misto)
3. <sp>: marca que determinado trecho é a fala de um personagem
4. <speaker>: subelemento de <sp>, especifica o personagem que fala
5. <p>: como o texto se estrutura em réplicas, a *tag* é utilizada para marcar as falas dos personagens como um parágrafo (TEI, 2020).

Em sequência, a transcrição das primeiras linhas de *Noivas* (MENDES, 1986, p. 1), conforme as *tags* citadas, e o recorte do fac-símile (figura 2):

```
<pb ed="#EXBCMNT1" facs="c001r"/>
  <add place="margin"> Desci para Caderno Direção </add>
  <notesStmt>
    <note type="physical" anchored="true"><p>Acréscimo manuscrito realizado antes da
reprodução</p></note>
  </notesStmt>
<handShift medium="lighter-ink"/>
  <del>Hebe Al<supplied>v</supplied>es</del>
  <notesStmt>
    <note type="physical" anchored="true"><p>Acréscimo manuscrito seguido de cancelamento
realizado antes da reprodução</p></note>
  </notesStmt>
<head rend="left"> <add place="left ">
  <l> personagens Augusto </l>
  <l> Lia </l>
  <l> Dora </l>
</add>
```

<sup>9</sup> No presente artigo, optei por me centrar nas *tags* referentes aos componentes do texto teatral, não abordarei aqui as *tags* utilizadas para configurar o cabeçalho em TEI, elemento fundamental para a codificação de qualquer arquivo .xml. Optei também por não abordar o módulo que trata da descrição dos documentos, já que o objetivo é discutir a transcrição.

<sup>10</sup> Note, no exemplo em sequência, que para cada tag de abertura, há uma de fechamento, formando um par, tal como <sp> </sp>.

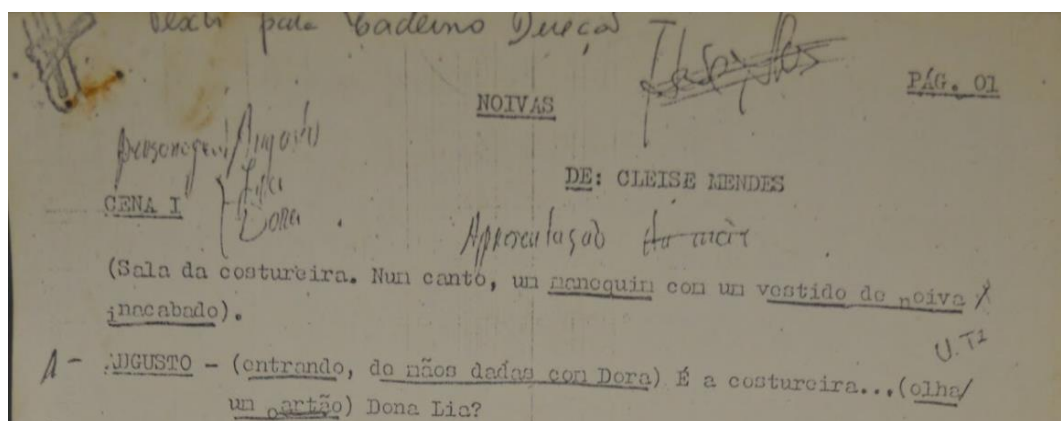
```

<notesStmt>
<note type="physical" anchored="true"><p>Acréscimo manuscrito realizado antes da
reprodução</p></note>
</notesStmt>
</head>
<div type="cena" xml:id="cena1"/>

<p><hi rend="underline">CENA I</hi></p>
<head rend="center"><add place="center"> Apresentação
<del>da mãe </del> </add>
<notesStmt>
<note type="physical" anchored="true"><p>Acréscimo manuscrito realizado antes da
reprodução</p></note>
</notesStmt>
</head>

<stage type="setting">
<p><add hand="annotator01" place="margin"> [1 - ] </add> AUGUSTO -
<del>da mãe </del> </add> Apresentação
<hi rend="underline">entrando</hi>, <hi rend="underline">de mãos dadas com Dora</hi>
</stage>
<sp>
<speaker>
<p><add hand="annotator01" place="margin"> [1 - ] </add> AUGUSTO -
<del>da mãe </del> </add> Apresentação
<hi rend="underline">entrando</hi>, <hi rend="underline">de mãos dadas com Dora</hi>
</stage>
<sp> É a costureira... </sp>
<p>(olha / <hi rend="underline">um cartão</hi>) Dona Lia? </p>
</speaker>
</sp>
    
```

Figura 2 – Recorte do fac-símile de Noivas



Fonte: Mendes (1986).

O uso de tais *tags* tem a vantagem de propor uma categorização às partes do texto, por exemplo, se interessa ao editor analisar o estilo de escrita do dramaturgo, a categorização proposta pelos tipos de rubricas codificadas com <stage> e seus atributos,

permitiria identificar o estilo de escrita como mais ou menos narrativo ou caracterizar a importância do cenário no desenvolver da ação, por exemplo.

A transcrição anteriormente apresentada, seria, portanto, uma transcrição orientada pelo texto, pois visa a representar e codificar seu conteúdo em detrimento de se registrar as intervenções ao suporte material. É possível, no entanto, incorporar a essa transcrição, dados que apontam para a materialidade do suporte. Destaco a tag `<note>` e o atributo `@physical`, por meio da qual é possível elaborar comentários sobre aspectos do suporte físico, que podem aparecer no texto editado a partir de uma nota. Além disso, sublinhados, tachados e alguns outros recursos de formatação estão também disponíveis com o recurso *highlighting* `<hi>` e os atributos `@rend` (marca o destaque que é dado à palavra ou texto no documento estudado), `@rendition` (descreve como o destaque aparece no texto de origem), ou `@style` (indica a forma como o texto será apresentado na tela) (TEI, 2020; BURGHART, 2017).

As intervenções manuscritas podem ser codificadas com a tag `<add>`, que pode receber, dentre muitos atributos, `@place` (que indica localização da anotação no suporte) e `@hand` (que indica quem fez a anotação), dados que são úteis para a categorização da intervenção manuscrita, marcando os diferentes sujeitos que participam do fazimento do texto teatral. Quando não é possível atribuir uma anotação a um sujeito específico, mas verifica-se a mudança de *scriptor*, a tag `<handshift>` pode ser utilizada, associada a um atributo que pode se referir ao instrumento de escrita ou a um sujeito (TEI, 2020; BURGHART, 2017). No exemplo, optei por indicar a mudança de mãos no destaque por meio da caracterização do instrumento de escrita, usando a tag `<handShift medium="lighter-ink"/>`, já que não é possível confirmar quem é o sujeito que anotou, mas é evidente que o texto foi escrito com uma caneta mais leve que em outras passagens.

Para indicar o carimbo do DPF, utilizo a tag `<hi>` e seus atributos, lançando mão do recurso de apresentar um recorte do fac-símile: `<hi rend= "carimbo circular SR-BA" facs=".../carimboSR-BA.png"></hi>` (TEI, 2020; BURGHART, 2017). O recurso mostra-se interessante por trazer o fac-símile para dentro da transcrição, no entanto, pode resultar em uma descontextualização do recorte em relação à folha a qual ele pertence. Nesse caso, o carimbo aparece muito mais como um recurso acessório ao entendimento do texto do que

como efetivamente elemento que compõe a materialidade e o sentido de um texto produzido num momento em que já não mais havia ditadura militar, mas cuja burocracia instalada pelo regime insistia em perdurar.

Note-se que apesar de alguns elementos referentes à materialidade do texto estarem presentes na transcrição orientada pelo texto é com a ampliação do módulo 11 *Representation of Primary Sources* (TEI, 2020), que se possibilita um incremento na maneira como documento e transcrição interagem na apresentação das edições. Incorporando os fac-símiles de maneira dinâmica ao processo de transcrição e de edição, as *guidelines* do TEI permitem alçar as edições face a face a um nível distinto, propondo o documento material como ponto de partida para a elaboração da edição, sobretudo, quando tal documento subverte a lógica predominantemente verbal da folha manuscrita ou da página impressa e se estrutura a partir de iluminuras, textos em diferentes direções e rasuras de toda natureza.

No caso de *Noivas* (MENDES, 1986), como já dito, temos um *script* inicialmente feito para o levantamento da cena no palco em uma camada datiloscrita de texto, que, na construção da encenação, recebe uma nova camada de anotações, feita, pelo menos em dois momentos distintos, um com uma caneta de ponta mais fina e outra com caneta de ponta mais grossa. É possível perceber no uso dos sublinhados traços que são mais uniformes e retos, como se feitos com auxílio de uma régua ou ainda que poderiam ser datiloscritos. O fato de dispor de apenas uma reprodução dificulta sobremaneira a identificação da cronologia dessas intervenções, no entanto, uma referência ao caderno de direção aponta para o fato de que essas inserções devem ter sido feitas no momento do levantamento da cena.

Apresento, então, os recursos que podem ser empregados na codificação de textos, centrada no documento. Interessa trazer o fac-símile, lado a lado com a transcrição, por meio da *tag* <facsimile> e seus atributos, permitindo ao leitor visualizar a materialidade do texto, comparando-a com a transcrição proposta pelo editor. A relação entre texto e fac-símile mostra-se mais sofisticada com a possibilidade de se relacionar zonas específicas da imagem com porções específicas do texto. Nesse caso, a *tag* <facsimile> vem acompanhada da

indicação da zona retangular ou poligonal transcrita, que pode ser determinada com coordenadas (x, y), considerando o fac-símile como um plano cartesiano (PIERAZZO, 2017).

Na edição e estudo dos manuscritos contemporâneos, esse zoneamento é relevante para a codificação dos carimbos e outros elementos gráficos que encontramos nos textos teatrais censurados. Para codificar uma zona específica de um fac-símile e relacioná-la a uma transcrição, é preciso, em primeiro lugar, declarar na *tag* <facsimile> qual arquivo será acionado, bem como determinar que região do manuscrito ele ocupa, a partir de uma medida em pixels (PIERAZZO, 2017), assim:

```
<facsimile>
  <surface n="001r" xml:id="cleisenoiviasr">
    <graphic url="/images/cleise Noivas - Copia.jpg" width="1280px" height="1924px"/>
    <zone ulx="762" uly="1292" lrx="1008" lry="516" xml:id="carimboDPF"/>
    <zone ulx="972" uly="1636" lrx="1180" lry="1824" xml:id="carimboSBAT"/>
  </surface>
</facsimile>
```

Para tornar ainda mais evidente a relação entre texto e fac-símile, adicionei uma nota do tipo “físico” descrevendo o carimbo, acrescentando à *tag* <note type>, utilizada anteriormente, o atributo @facs, conforme declaração feita abaixo do cabeçalho (PIERAZZO, 2017), a opção por essa codificação, considera que é possível destacar no fac-símile o elemento que interessa durante a leitura do texto, assim como descrever a sua materialidade física. A codificação das notas se apresentaria da seguinte forma:

```
<note type="physical" facs="#carimboDPF">Carimbo da Superintendência Regional da Bahia - Censura Federal, a tinta vermelha, rubricado ao centro com caneta esferográfica de tinta azul</note>
<note type="physical" facs="#carimboSBAT">Carimbo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais - SBAT, a tinta preta, rubricado ao centro com caneta esferográfica de tinta azul</note>
```

O recurso do zoneamento pode ser útil também na representação das diversas intervenções textuais manuscritas presentes em *Noivas*, permitindo, por exemplo, melhor identificá-las e interpretá-las, uma vez que estão dispostas na folha de maneira pouco organizada. Em vez de codificar tais intervenções como notas de cunho físico, como feito anteriormente, proponho a transcrição e leitura dessas rasuras a partir da topografia do



documento. É preciso, assim, é declarar com `<sourceDoc>` as zonas do fac-símile que contém as rasuras e transcrevê-las, conforme segue:

```
<sourceDoc>
  <surface n="001r" xml:id="cleisenoivasr">
    <graphic url="/images/cleise Noivas - Copia.jpg" width="1280px" height="1924px"/>
    <zone ulx="160" uly="8" lrx="752" lry="56">
      <line> Desci para Caderno Direção </line>
    </zone>
    <zone ulx="744" uly="8" lrx="972" lry="172" >
      <line><del> Hebe Al<supplied>v</supplied>es </del></line> </zone>

    <zone ulx="128" uly="148" lrx="388" lry="296">
      <line> personagens: Augusto</line>
      <line> Lia</line>
      <line> Dora</line> </zone>
    <zone ulx="528" uly="236" lrx="908" lry="316">
      <line> Apresentação <del> da mãe</del></line>
    </zone>

  </surface>
</sourceDoc>
```

Some-se ao zoneamento do fac-símile as notas físicas anteriormente dispostas que esclarecem a natureza das intervenções textuais. Uma edição dessa natureza vai centrar a leitura no fac-símile e não apenas no texto do documento, já que é ele quem convida o leitor a explorar as suas nuances e zonas de escrita, que atestam os processos de produção e circulação do texto. A apresentação desses códigos na tela, em uma interface navegável e amigável para o leitor, como dito anteriormente, se fará com a associação do arquivo .xml a uma folha de estilos, um arquivo em .xslt. Por meio de um editor xml, como o *Oxygen*<sup>11</sup>, esse arquivo .xml é, então, convertido em um .html, que é legível pelos navegadores comuns. Experimentei utilizar a folha de estilos disponibilizada pelo *Versioning Machine*<sup>12</sup>, obtendo o resultado apresentado na figura 3.

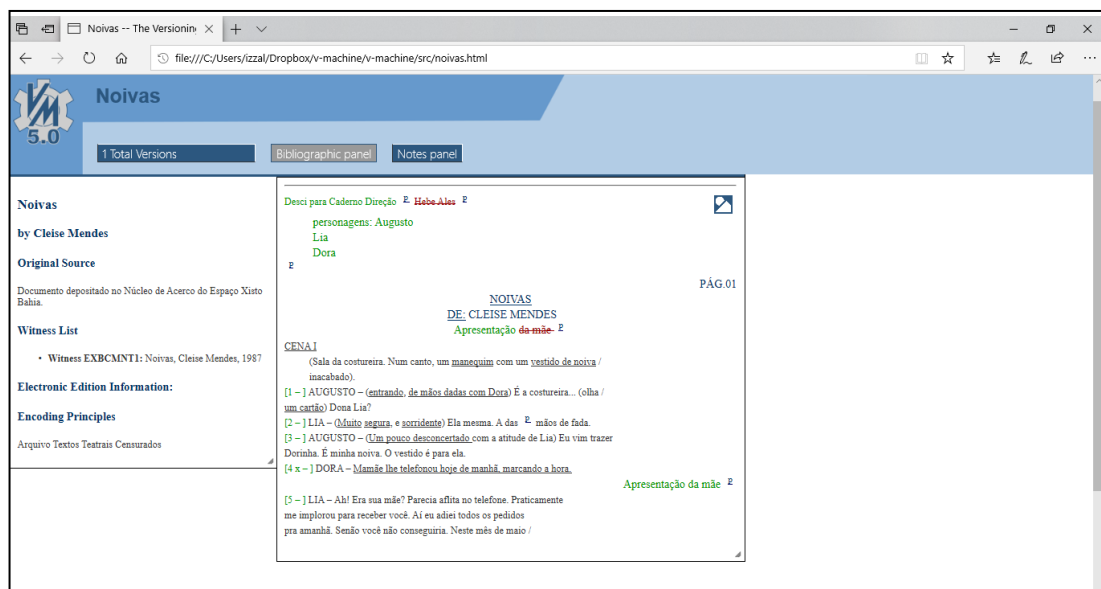
É preciso observar que, com essa folha de estilos, privilegia-se a edição orientada para o texto, as informações paleográficas são pouco visíveis: o fac-símile é acessível clicando-se no ícone no ângulo superior direito da tela; as intervenções manuscritas são marcadas em cores, sendo verde para acréscimos e vermelho para supressões; as notas que

<sup>11</sup> O software *Oxygen XML editor* está disponível no endereço eletrônico: <https://www.oxygenxml.com/>.

<sup>12</sup> O *Versioning machine* trata-se de uma folha de estilos para a apresentação e comparação de diferentes versões de textos literários e está disponível no endereço eletrônico: <http://v-machine.org/>

indicam aspectos materiais, codificadas com a *tag* <note type>, são indicadas com o índice ¶. Por fim, a folha de estilos não decodifica na tela as *tags* utilizadas para apresentar os carimbos e as intervenções manuscritas a partir do zoneamento proposto.

Figura 3 – Resultado da conversão do arquivo .xml em .html com a folha de estilos do Versioning Machine



Fonte: elaborado pela autora.

Os recursos do *Versioning Machine* mostram-se mais claramente aplicáveis a textos de tradição politemunhal, uma vez que a folha de estilos é configurada para apresentar as modificações textuais de um testemunho a outro. Considero, portanto, premente a necessidade de se desenvolver uma folha de estilo que seja adequada aos propósitos editoriais almejados na edição dos textos teatrais censurados, de modo a fazer-se claro na interface que aparece ao leitor-navegador toda a gama de informações sobre a materialidade do suporte que foram marcadas com as *tag* do TEI.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transcrição de textos para elaboração de edições é, muitas vezes, considerado mecânico. A experiência aqui apresentada, entretanto, afirma que o olhar crítico do estudioso é fundamental, no sentido de evidenciar, no processo de transcrição, a riqueza de informações contextuais que a materialidade do suporte tem a apresentar,

mesmo em se tratando de textos datiloscritos, que, em tese, não apresentariam grandes dificuldades de leitura. Essas informações, efetivamente, testemunham a cena de produção e circulação de um texto, descortinando os sujeitos que o produziram, as instituições pelas quais tais documentos circularam, assim como as práticas de escrita, guarda e toda a rede de interações sociais implicadas.

Nas palavras de Pierazzo (2014, p. 83),

Transcribing is an editorial act that simplifies and regularizes the phenomenology of the page. It is never mechanical or objective, but, like any other modelling activity, is guided and interpretative. The process of digitization through transcription, followed by the process of encoding such transcriptions, accompanied by the expressiveness provided by the TEI which allows for a very deep analysis of the transcribed signs; all of these together have opened a new field of study. Transcription, normally thought to be a preliminary operation to the real editorial act, has revealed itself to be a complex, interpretative operation, the mechanics, implication and hermeneutics of which are not yet completely understood but promise to be fascinating and scholarly engaging.<sup>13</sup>

É nesse sentido que a interface entre Paleografia, Crítica Textual e Humanidades Digitais se consolida no intento de propor transcrições e edições capazes de representar essa textualidade para além do seu conteúdo, adentrando, também, as questões atinentes ao reconhecimento desse texto como um documento de cultura.

No caso dos textos teatrais censurados na Bahia, objeto de investigação pela ETTC, desde 2006, interessam edições centradas no texto visto que elas o preparam para circular num contexto distinto do qual ele foi concebido, contribuindo para a consolidação de uma literatura dramática na Bahia. Por sua vez, transcrições e edições centradas na materialidade do texto, evidenciando os aspectos paleográficos, contribuem sobremaneira para a verificação dos bastidores do levantamento da cena, os usos feitos dos *scripts*, somando-se às possibilidades de se compreender o espetáculo para além do texto.

---

<sup>13</sup> Tradução nossa: “A transcrição é um ato editorial que simplifica e regulariza a fenomenologia da página. Nunca é mecânico ou objetivo, mas, como qualquer outra atividade de modelagem, é guiado e interpretativo. O processo de digitação através da transcrição, seguido pelo processo de codificação de tais transcrições, acompanhado pela expressividade fornecida pelo TEI, que permite uma análise muito profunda dos sinais transcritos; todos juntos abrem um novo campo de estudo. A transcrição, normalmente considerada uma operação preliminar ao ato editorial real, revelou-se uma operação interpretativa complexa, cuja mecânica, implicação e hermenêutica ainda não são completamente compreendidas, mas prometem ser fascinantes e engajadoras do ponto de vista acadêmico.” (PIERAZZO, 2014, p. 83).

A presente pesquisa, que se encontra em desenvolvimento, deverá, assim, caminhar para a proposição de uma folha de estilos capaz de apresentar, de forma satisfatória e alinhada aos princípios das edições digitais, um texto crítico que coordene dois propósitos editoriais: o de representar da materialidade documental e fornecer um texto de referência para a circulação na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

A GENTLE Introduction to XML. TEI Consortium (ed.). **Guidelines for Electronic Text Encoding and Interchange**. [Last modified date 13th February 2020]. <http://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/DS.html#DSFLT>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALMEIDA, Isabela Santos de; BORGES, Rosa. Escritas e sujeitos na cena dramática baiana. In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 143-158.

BARREIROS, Patrício Nunes. **Pasquineiro da Roça**: edição dos panfletos de Eulálio Motta. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BURGHART, Marjorie (ed.). **Creating a Digital Scholarly Edition with the Text Encoding Initiative**. [S.l.]: DEMM, 2017. Disponível em: <https://www.digitalmanuscripts.eu/digital-editing-of-medieval-texts-a-textbook/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BURNARD, Lou. **What is the Text Encoding Initiative?** Marseille, OpenEdition, 2014. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/426>. Acesso em: 02 nov. 2019.

CORREIA, Fabiana Prudente. **Filologia e Humanidades digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde**: acervo e edição de Os Desinibidos. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29614>. Acesso em: 25 maio 2019.

GRÉSILLON, Almuth. O manuscrito moderno: objeto material, objeto cultural, objeto de conhecimento. In: GRÉSILLON, Almuth. **Elementos de crítica genética**: ler manuscritos modernos. Porto Alegre: UFRGS, 2007 [1994], p. 51-146.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MAGALHÃES, Livia Borges Souza. **Fazendo filologia entre tags e dígitos binários**: uma proposta de edição digital do Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2013. 418 f. + 1 pen drive (edição digital). Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografia e sociologia dos textos**. Tradução: Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1986]. Título original *Bibliography and sociology of texts*.

MENDES, Cleise. **Noivas**. Salvador, 1986. [Datiloscrito].

MOTA, Mabel Meira. **Filologia e Arquivística em tempos digitais**: o arquivo hipertextual e as edições filológicas de A Escolha ou o Desembestado de Ariovaldo Matos. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Conceito material de um “texto digital”. **Texto Digital**, Florianópolis, v. 5, n. 2, dez. 2009, p. 159-187. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/issue/view/1429>. Acesso em: 02 nov. 2019.

PIERAZZO, Elena. **Digital Scholarly Editing: Theories, Models and Methods**. 2014. Disponível em: <http://hal.univ-grenoble-alpes.fr/hal-01182162>. Acesso em: 02 nov. 2019.

PIERAZZO, Elena. Facsimile and Document-Centric Editing. *In*: BURGHART, Marjorie (ed.). **Creating a Digital Scholarly Edition with the Text Encoding Initiative**. [S.l.]: DEMM, 2017. Disponível em: <https://www.digitalmanuscripts.eu/digital-editing-of-medieval-texts-a-textbook/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

PIERAZZO, Elena; BURGHART, Marjorie. **Text encoding and the Text Encoding Initiative**. Disponível em: <https://teach.dariah.eu/course/view.php?id=23>. Acesso em: 02 nov. 2019.

PIERAZZO, Elena; STOKES, Peter A. 2010. Putting the Text Back into Context: a Codicological Approach to Manuscript Transcription. *In*: FISCHER, Franz; FRITZE, Christiane; VOEGLER, Georg. **Kodikologie und Paläographie im Digitalen Zeitalter 2 - Codicology and palaeography in the digital age2**, Norderstedt: Books on Demand. Disponível em: <https://www.i-d-e.de/publikationen/schriften/3-kpdz2/>. Acesso em 02 nov. 2019.

**“E SENDO VISTOS OS SERVIÇOS  
REFERIDOS, PARECEU AO  
CONSELHO VOTAR”:  
UMA ANÁLISE DAS CONSULTAS DO CONSELHO  
ULTRAMARINO PARA GOVERNADOR DA  
REGIÃO MINERADORA (1708-1724)<sup>1</sup>**

**Fabiana Léo**

Doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais

---

<sup>1</sup> O presente texto foi elaborado em referência à comunicação intitulada “O microfilme, o Photoshop e as planilhas: ferramentas para a análise das consultas para governador da região mineradora (1707-1720)”. Na ocasião, a apresentação oral privilegiou a exposição de alguns comentários preliminares sobre a utilização de ferramentas digitais no tratamento das fontes a serem analisadas, bem como uma breve descrição das partes constituintes dessas fontes. Apresento, neste texto, algumas reflexões proporcionadas pela análise tipológica e diplomática desse *corpus*, realizadas inicialmente entre os anos de 2013-2015, quando da elaboração da minha dissertação de mestrado, e retomadas agora com um novo fôlego e novas perspectivas, proporcionadas principalmente pelo debate interdisciplinar fomentado a partir da participação em eventos acadêmicos no campo da Paleografia e da Diplomática. Registro, portanto, meu agradecimento à comissão organizadora do II Seminário Nacional de Paleografia, pela oportunidade de revisitar e aprimorar esta pesquisa. Agradeço, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), agência de fomento responsável pela minha bolsa de doutorado, bem como pelo custeio da minha participação no evento. Em tempos como os nossos, de corte de verbas e perseguição à universidade, é necessário reforçar que a pesquisa é um trabalho como qualquer outro, passível de gerar importantes contributos sociais, merecendo, portanto, remuneração digna e regular para que possa ser exercido por todas e todos que o pretendam, e não apenas por uns poucos privilegiados.

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta nota de pesquisa é demonstrar a importância fundamental da compreensão da estrutura formal das fontes escritas, especialmente no caso da documentação governamental, administrativa ou cartorial. Isso porque

o documento por meio do qual um fato e uma vontade determinam consequências é o resultado de um procedimento, de um processo de criação, um processo genético que se verá refletido na categoria documental que se converte em um dos elementos constitutivos do documento arquivístico escrito (BELLOTTO, 1999, p. 280).

Dessa forma, a análise tipológica e diplomática, ou seja, a compreensão dos aspectos formais de um documento, bem como da relação entre a gênese daquele documento, a forma dela resultante e o funcionamento da sua entidade produtora fornecem elementos importantes para o entendimento das informações textuais nele contidas, do seu contexto histórico de produção e das mecânicas dos procedimentos políticos e administrativos que o geraram.

Nos parágrafos que se seguem, apresentarei a estrutura de cinco consultas selecionadas do Conselho Ultramarino, pretendendo não apenas fornecer evidências para esse argumento, como também, assim espero, fomentar o acesso a essa documentação e encorajar que outras pesquisadoras e outros pesquisadores conduzam suas próprias investigações sobre ela. Ao longo do texto, essas cinco peças serão referidas, simplificarmente, como Consultas 1 a 5. As referências completas constam do a seguir.

Quadro 1 – Identificação do *corpus*

| Documento <sup>2</sup> | Notação                           | Data inicial e final <sup>3</sup> |
|------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Consulta 1             | PT/AHU/CU/031/0020, fls. 157-162v | 25/01 a 09/08/1708                |
| Consulta 2             | PT/AHU/CU/031/0020, fls. 396-401v | 10/06 a 16/08/1712                |

<sup>2</sup> Indica a forma como o documento será referido ao longo do texto.

<sup>3</sup> Corresponde, especificamente, à data de realização da consulta no Conselho Ultramarino (chamada aqui de “data inicial”) e à data de emissão do despacho régio (considerada como “data final”). É preciso observar que cada uma dessas consultas é resultado de um aviso ou ordem régia, que, por sua vez, determina a colocação de editais e o recebimento de documentos dos candidatos, ou “opositores”, pelo Conselho Ultramarino.

|            |                                    |                         |
|------------|------------------------------------|-------------------------|
| Consulta 3 | PT/AHU/CU/031/0021, fls. 114v-117v | 06/07/1715 a 22/12/1716 |
| Consulta 4 | PT/AHU/CU/031/0021, fls. 373-380v  | 28/05 a 12/10/1720      |
| Consulta 5 | PT/AHU/CU/031/0022, fls. 118v-119v | 08/08/1724 <sup>4</sup> |

Fonte: elaborado pela autora a partir das consultas e dados da instituição de guarda.

Veremos mais sobre a composição desse *corpus* na seção seguinte.

## ESTABELECIMENTO DO *CORPUS*

A amostra aqui analisada foi definida, inicialmente, com o objetivo de compreender o processo de escolha dos governadores e capitães-gerais que administraram a região mineradora no auge do período aurífero, questão que subsidiou, na ocasião, os problemas mais específicos da pesquisa de mestrado então conduzida. Nesse sentido, cabem algumas palavras sobre os recortes geográfico e cronológico que se refletem na composição dessa amostra.

### O RECORTE GEOGRÁFICO E SUA TOPONÍMIA

É importante esclarecer que a espacialidade que aqui escolhi denominar genericamente como “região mineradora” corresponde a um recorte geográfico fluido – até porque de natureza fronteiriça – e com oscilações no seu pertencimento jurisdicional.

Como destaca Francisco Andrade (2008, p. 15) sobre as variações na toponímia da região,

---

Esse procedimento será explicado mais à frente no texto. Por ora, o importante é notar que outras formas de datação são possíveis para esses documentos, uma vez que as datas dos procedimentos que antecedem a consulta podem vir explicitadas em seu texto. Seria possível, ainda, considerar que o despacho régio constitui um ato jurídico à parte e, portanto, existiria apenas uma data para o documento, qual seja: a data da realização da consulta pelos Conselheiros.


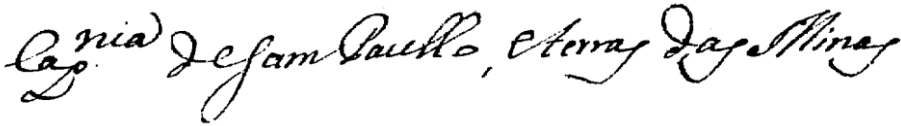



<sup>4</sup> A Consulta 5 não foi acompanhada por despacho régio; a data indicada, portanto, corresponde à do procedimento no Conselho Ultramarino. Agradeço ao amigo Ygor Gabriel Alves de Souza, companheiro de trabalho na Oficina de Paleografia – UFMG, pela localização dessa peça, que não fazia parte da amostra original.



A mudança da sua designação convencional revelaria o processo histórico de criação ou invenção sociocultural, política e econômica, nos limites de uma condição colonial: foi Minas de Taubaté, Minas de Cataguases, Minas de São Paulo, Minas do ouro e consolidou-se como Minas Gerais quando passou a capitania autônoma em 1720.

Nas peças que são objeto de atenção deste texto, as designações observadas são as seguintes:

Quadro 2 – A toponímia nas consultas selecionadas<sup>5</sup>

| Documento  | Toponímia  |
|------------|--|
| Consulta 1 |     |
|            | Capitania do Rio de Janeiro <sup>6</sup>   |
| Consulta 2 |   |
|            | Capitania de sam Paullo, e terras das Minas  |
| Consulta 3 |  |
|            | Sam Paullo, e terras das minas   |
| Consulta 4 |   |
|            | Minas  |
| Consulta 5 |  |
|            | Cappitania das Minas   |

Fonte: elaborado pela autora a partir das imagens dos manuscritos.

<sup>5</sup> Para facilitar a visualização da toponímia, reuni na mesma linha as sílabas e/ou palavras que no manuscrito se dividiam entre duas linhas diferentes, daí a perceptível mudança de ângulo entre palavras (como em “Capitania / de Sam Paullo, e terras das Minas”, na Consulta 2, “Sam / Paullo, e terras das minas”, na Consulta 3, e “Cappitania / das Minas” na Consulta 5) ou mesmo entre partes da mesma palavra (como em “Mi- / nas”, na Consulta 4). Também foram eliminados os eventuais enlaces com palavras que não compunham as expressões.

<sup>6</sup> Salvo quando indicado em contrário, as transcrições aqui apresentadas foram elaboradas em conformidade com as Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos (ARQUIVO NACIONAL, 1993).

A sucessão de designações observada no quadro acima reflete bem o processo de conformação territorial da região. Explico. A definição dos limites e a formação do que viria a ser a Capitania das Minas Gerais, inexistente quando das ações de descobrimento do ouro, se processou gradualmente “em função do seu enquadramento territorial pelo Estado” (ANDRADE, 2008, p. 15)<sup>7</sup>.

Ao longo de pouco mais de dez anos, a região mineradora passou por duas demarcações (CAMPOS, 2002). Apesar disso, tratava-se, desde pelo menos a década de 1690, de um bem destacado conjunto de arraiais e vilas, com uma crescente importância nas atenções da Coroa, relevância essa da qual se percebe um indício já na análise dos títulos das consultas – observe-se que, mesmo antes da criação da capitania autônoma (existente apenas quando da realização das Consultas 4 e 5), vemos claramente que o termo “Minas” já aparece ressaltado.

Em 1709, com a ocorrência da chamada Guerra dos Emboabas, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (Consultas 2 e 3) foi separada da do Rio de Janeiro (Consulta 1), passando a ser governada por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (ESTABELECIMENTO, 1709), e em 1720, após intensa discussão dos governadores anteriores, D. Brás Balthasar da Silveira e D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, com a Coroa, a Capitania de Minas Gerais (Consultas 4 e 5) foi, por sua vez, separada da de São Paulo (SOBRE A CRIAÇÃO, 1720).

## O RECORTE CRONOLÓGICO

Como observamos no Quadro 2, a primeira consulta realizada para uma região designada como mineradora foi a Consulta 2 (1712), convocada “por Antonio de

---

<sup>7</sup> Essa singularidade, de acordo com Carla Anastasia (1998, p. 12), pode ser explicada pela própria natureza do produto que se passou a extrair. O ouro, sendo ao mesmo tempo o produto da exploração colonial e o próprio equivalente universal, dispensava os colonos da mediação comercial da Coroa, tornando necessária, para o sucesso desse projeto de dominação, a criação de novos e mais precisos aparatos de controle. Segundo indicação de Maria Verônica Campos (2002), essa análise teve origem em MARTINS, Luciano. *Politique et développement économique, structures de pouvoir et système de décisions au Brésil*. Paris: Université René Descartes, 1973. A autora, ao analisar os aspectos administrativos e fiscais mais gerais do período aqui estudado, também aponta para uma especificidade das necessidades organizacionais da região mineradora.

Albuquerque Coelho de Carvalho ter acabado os três anos por que foi provido no Governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro” (fl. 396, transcrição modernizada). Retrocedendo-se, então, três anos a partir de 1712, era esperado que houvesse o registro, por volta de 1709, de uma consulta que culminasse nesse provimento. Não consta, no entanto, nenhuma consulta para a região entre os anos de 1709 e 1712.

Isso porque a nomeação de Antonio de Albuquerque para esse posto específico se deu por um procedimento diferente – uma espécie de recondução do seu cargo anterior, de governador da Capitania do Rio de Janeiro, a partir da já mencionada subdivisão dessa capitania (ESTABELECIMENTO, 1709). Assim, e também pela importância do referido governador no processo de formação territorial da região<sup>8</sup>, foi escolhida como primeira baliza da nossa amostra a consulta que o levou ao governo do Rio de Janeiro, denominada, então, como Consulta 1<sup>9</sup>.

Essa amostra se encerra em 1724 (Consulta 5), data da realização da última consulta para a capitania, a qual guarda uma peculiaridade: não ter resultado em nomeação, uma vez que o governador provido a partir da Consulta 4, D. Lourenço de Almeida, permaneceu em seu cargo até o ano de 1732. A existência de um documento que não culmina em um despacho régio, bem como a inexistência de peças posteriores, condiz com a tendência geral apontada por Nuno Gonçalo Monteiro (2005, p. 100-101) para a década de 1720:

ampliou-se gradualmente o número de capitanias não sujeitas ao sistema de concurso antes referido, ou seja, cujos governadores foram nomeados sem consulta

---

<sup>8</sup> O programa de atuação de Antonio de Albuquerque para a capitania independente de São Paulo e Minas do ouro envolveu principalmente o estabelecimento de ouvidorias em nível local, a fundação das primeiras vilas e a demarcação das fronteiras da região mineradora em relação ao governo do Rio de Janeiro, do qual ela havia se separado. As instruções específicas do monarca para esse programa de governo incluíram, dentre outras, orientações para a expulsão dos clérigos, para a arrecadação dos quintos por comarca, para se procurar meios de combater o descaminho do ouro, levantar casas de fundição e levantar um regimento de infantaria de quatrocentas a quinhentas praças, nomeando para ele “as pessoas mais dignas e de melhor procedimento”, à exceção do posto de coronel, que seria nomeado após consulta ao Conselho Ultramarino (ESTABELECIMENTO, 1709, p. 5).

<sup>9</sup> É importante ressaltar que existem outras possibilidades de recorte inicial para uma amostra de igual temática, considerando-se que (1) esse processo de escolha do governador e capitão-general de Capitania por concurso mediado pelo Conselho Ultramarino existia desde pelo menos 1644 (MONTEIRO, 2005, p. 100; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 2016a) e (2) que a exploração do ouro vinha se processando desde a década de 1690. Recomendo, nesse caso, o exame dos códices 18 e 19 da mesma série.

do Conselho Ultramarino. A regra parece clara: quanto mais importante era a capitania, mais cedo desapareceram os concursos ou estes se tornam irregulares.

Pode-se perguntar, por fim, se a partir de uma amostra reduzida é possível, de fato, extrair conclusões sobre a regularidade da estrutura formal da série. Como será visto nas próximas páginas, a realização das consultas no período estudado seguia um procedimento razoavelmente regular, o que se verifica não apenas internamente à amostra, mas comparativamente à análise da tramitação de amostras mais significativas conduzidas pela historiografia especializada (CUNHA; MONTEIRO, 2005; MONTEIRO, 2005; MONTEIRO, 2010).

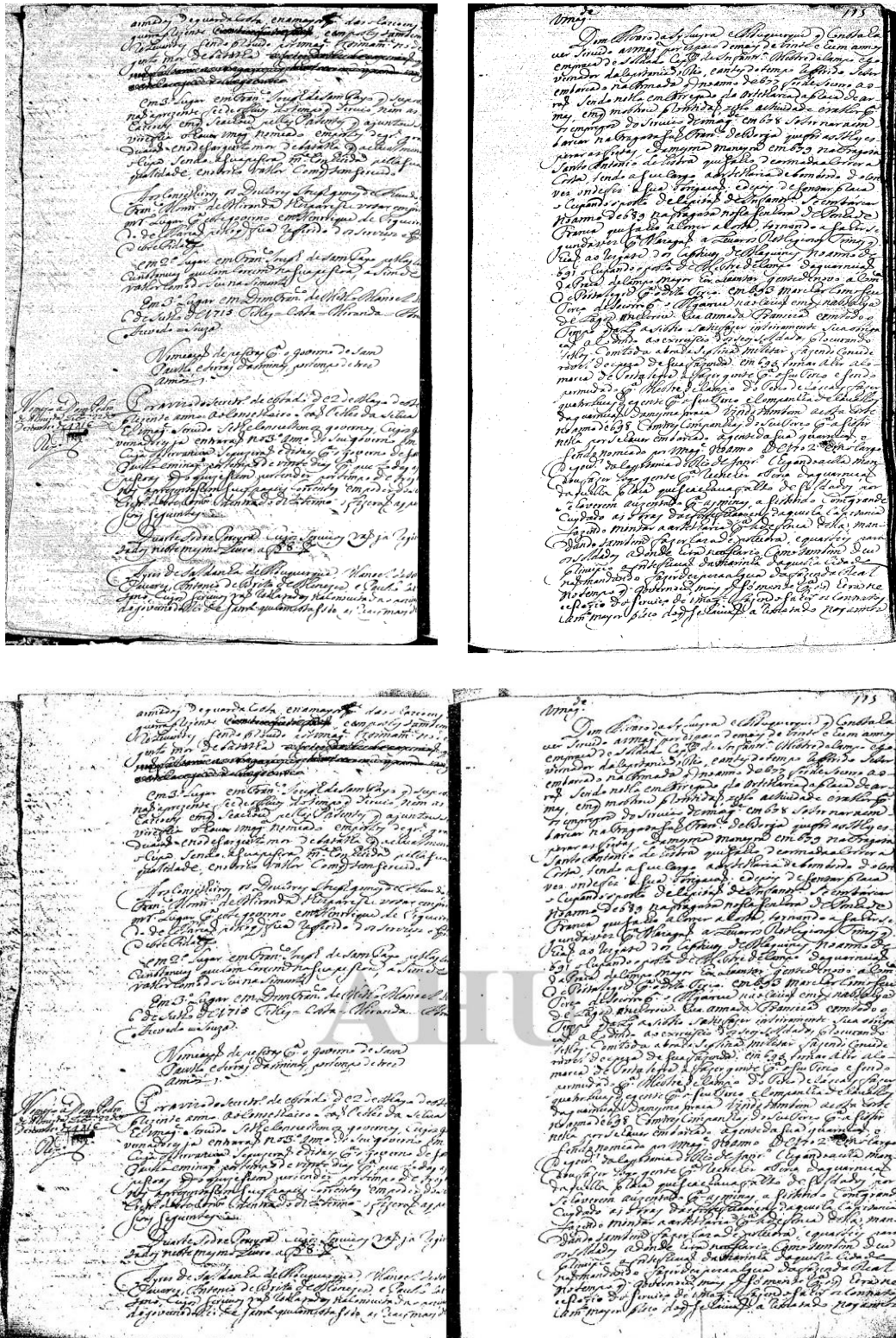
#### FORMA DE ACESSO E ASPECTOS MATERIAIS

Quando do meu primeiro contato com essa amostra, no final de 2013, a única forma de acesso à série era a consulta *in loco* à cópia microfilmada. Mesmo quando era necessário recorrer ao original em papel para sanar alguma dúvida, essa verificação era realizada pela equipe da instituição de guarda, não sendo facultado ao consulente o acesso ao original. Também as cópias digitais encomendadas à instituição eram efetuadas a partir dos microfilmes, e não do papel. Com a mudança de jurisdição do arquivo, anteriormente pertencente ao Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e integrado, em meados de 2015 à Divisão Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB) (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 2016b), o acervo passou a ser gradualmente disponibilizado na plataforma DigitArq<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Ao que parece, as Consultas Mistas passaram a ser disponibilizadas na DigitArq em outubro de 2018 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 2016a).

Figuras 1 e 2 – Imagens adquiridas junto ao serviço de reprodução (acima) x imagens disponibilizadas na plataforma DigitArq (abaixo)



Fonte: Serviço de Digitalização e Microfilmagem – Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) (acima), DigitArq: Arquivo Histórico Ultramarino (abaixo).

Comparei brevemente, então, as imagens obtidas do serviço de reprodução da instituição de guarda e aquelas disponibilizadas na DigitArq. Acima (Figuras 1 e 2), vi a abertura da Consulta 3 (especificamente as folhas 114v e 115), em ambas as versões.

Como se pode observar, nas imagens recebidas do serviço de digitalização tenho as páginas em imagens individualizadas, o que torna a numeração de cada arquivo de imagem razoavelmente mais próxima da numeração da página a que ela corresponde, facilitando, portanto, a sua localização. Nas imagens obtidas na plataforma DigitArq, as páginas estão dispostas em dupla; vi menos manchas resultantes da microfilmagem, porém a marca d'água digital por vezes se mescla com o conteúdo textual, dificultando a leitura. Além disso, existe uma pequena diferença de resolução – 250 dpi para essas, 300 dpi para aquelas – que não prejudica de todo a legibilidade, mas tem impacto sobre a apresentação visual dos manuscritos<sup>11</sup>.

Uma digitalização começada já no miolo, feita a partir do microfilme, reduzida, portanto, ao preto e branco puro, todo esse conjunto de fatores torna severamente limitadas as possibilidades de análise da materialidade dos livros. As poucas informações de que dispomos a esse respeito provêm do *site* da instituição de guarda (2016a). Se, por um lado, essa restrição parece diminuir as possibilidades de estudo do material, por outro, as características das cópias trabalhadas atuaram como um facilitador na manipulação das imagens para os objetivos deste estudo.

## **O MICROFILME, O PHOTOSHOP E AS PLANILHAS: FERRAMENTAS DIGITAIS NA PREPARAÇÃO DAS FONTES**

Quando falo de ferramentas digitais, quero dizer algo bem simples. Falo de *softwares* ou mesmo serviços *online* com funções de que dispomos no cotidiano, mas que podem, por mais que não notemos ou não demos a eles muita importância, ser de grande utilidade nos procedimentos de análise de fontes manuscritas obtidas em suportes digitais. Até o Windows Explorer (sim, a janela em que visualizamos os arquivos contidos em uma

---

<sup>11</sup> Observe-se, por exemplo, nos Quadros 1 e 2, a qualidade dos trechos referentes à Consulta 5, para a qual dispomos apenas das imagens provenientes da DigitArq.

determinada pasta) pode ser frutífero, por exemplo, na análise preliminar da distribuição da mancha textual – basta configurá-lo para exibir as miniaturas dos arquivos. No caso desta pesquisa, recorri a editores de imagem e de planilhas. É aconselhável que os editores de imagem disponham de funções como o uso de camadas e a possibilidade de salvamento em um formato compatível com transparências. No caso da documentação aqui trabalhada, no entanto, reduzida pela microfilmagem ao aspecto bitonal, como já comentamos, até mesmo um editor simples como o MS Paint Brush serviu para a tarefa. Tomando alguns cuidados simples<sup>12</sup>, foi possível eliminar as manchas resultantes da microfilmagem e tornar o conteúdo textual mais legível com a ferramenta “borracha”.

Na etapa seguinte, esse conteúdo textual, já livre de interferências visuais, foi recortado em partes de acordo com a sua distribuição espacial na mancha textual. Quando necessário, cada recorte foi redividido de acordo com o seu conteúdo, buscando identificar, na amostra, a ocorrência ou não das partes descritas por Heloísa Liberalli Belloto (2002) e por Erica Cristina Camarotto de Souza (2007) na análise diplomática de seus *corpora*. Voltaremos a isso mais tarde.

Uma vez tratadas e editadas as imagens, utilizei o recurso “inserir imagem nas células” para compor um banco de dados sobre as peças trabalhadas que incluísse não apenas a transcrição do conteúdo textual, mas também a sua forma manuscrita. Finalizada a alimentação do banco de dados, o recurso “tabela dinâmica” foi utilizado para efetuar uma série de filtragens temáticas, que permitiram não apenas comparar entre si as diferentes partes de uma mesma peça, como também buscar paralelos entre as apresentações de uma mesma parte nas diferentes peças.

---

<sup>12</sup> Notadamente, o de discernir entre manchas e possíveis diacríticos e/ou partes das letras. Também é necessário muito cuidado com a superampliação, para que não percamos o contexto de cada traço. Antes da manipulação das imagens, portanto, é imprescindível um estudo criterioso do *ductus* do texto.

Figura 3 – Tabela dinâmica mostrando os títulos em forma manuscrita e transcritos

|   | A   | B   |
|---|---|---|
| 2 | <i>Nomeação de pessoas para o Governo da Capitania do Rio de Janeiro por tempo de tres annos.</i>               | Nomeação de pessoas para o Governo da Capitania do Rio de Janeiro por tempo de tres annos.                |
| 3 | <i>Nomeação de pessoas para o Governo da Capitania de Sam Paulo e terras das Minas por tempo de tres annos.</i> | Nomeação de pessoas para o Governo da Capitania de Sam Paulo, e terras das Minas por tempo de tres annos. |
| 4 | <i>Nomeação de pessoas para o Governo de Sam Paulo e terras das Minas por tempo de tres annos.</i>              | Nomeação de pessoas para o Governo de Sam Paulo, e terras das Minas, por tempo de tres annos.             |

Fonte: Captura de tela realizada pela autora.

Os resultados dessas análises são os que se seguem.

## APRESENTAÇÃO DA TIPOLOGIA: A ESPÉCIE “CONSULTA” TÍTULO FORMAL E TÍTULO ATRIBUÍDO

“Consulta” é o título atribuído diplomaticamente para a série (TROITIÑO, 2015, p. 169) e se refere, ao mesmo tempo, ao ato administrativo<sup>13</sup> e ao produto escrito para registro e comunicação desse ato. É justamente por essa natureza dupla, ao mesmo tempo procedimento e texto escrito, que a análise da estrutura do documento resultante permite entender a dinâmica do ato administrativo que o gerou. A série que essas peças compõem, intitulada “Registo de Consultas Mistas do Conselho Ultramarino”, faz parte do fundo Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), sediado na cidade de Lisboa, Portugal.

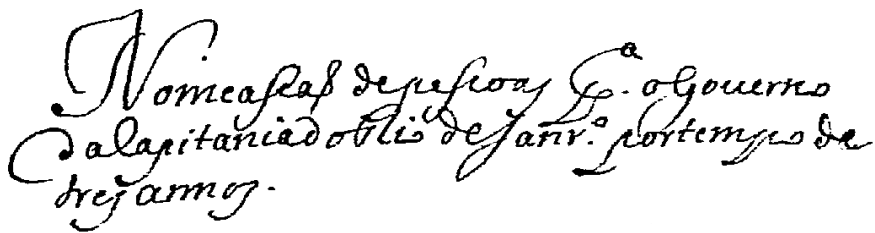
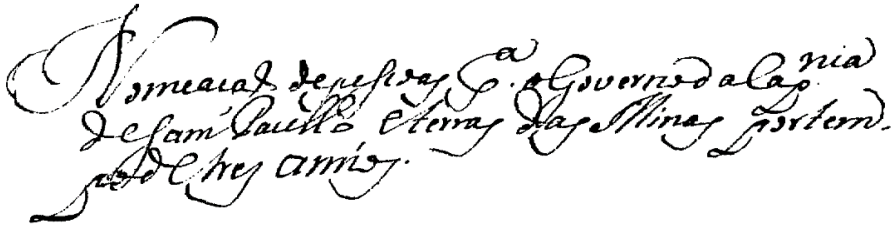

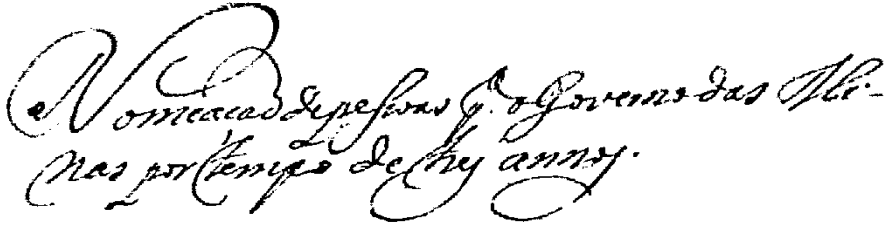
O título formal, ou seja, aquele contido no cabeçalho do próprio documento (TROITIÑO, 2015, p. 169), apresenta uma estrutura semelhante nas cinco peças que

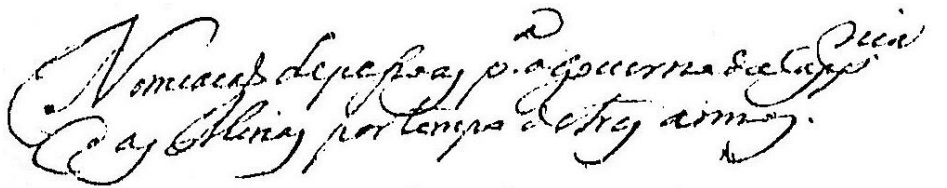
<sup>13</sup> Considerado por Heloísa Bellotto (2002) como a atividade-fim da instituição produtora, o Conselho Ultramarino, apesar de não ser um tipo documental produzido exclusivamente por ele – o Conselho das Índias já as emitia, bem como os Conselhos da Fazenda em Portugal e na Espanha.



compõem o *corpus*, como se vê a seguir.

Quadro 3 – A estrutura dos títulos formais

| Documento  | Título apresentado no cabeçalho da Consulta   |
|------------|---|
| Consulta 1 |                                 |
|            | Nomeação de pessoas <u>para</u> o Governo da Capitania do Rio de Janeiro por tempo de tres annos.                 |
| Consulta 2 |                                |
|            | Nomeação de pessoas <u>para</u> o Governo da Capitania de sam Paullo, e terras das Minas por tempo de tres annos. |
| Consulta 3 |                               |
|            | Nomeação de pessoas <u>para</u> o Governo de Sam Paullo, e terras das minas, por tempo de tres annos.             |
| Consulta 4 |                               |
|            | Nomeação de pessoas <u>para</u> o Governo das Minas por tempo de tres annos.                                      |

|            |   |
|------------|---|
| Consulta 5 |   |
|            | Nomeação de pessoas para o Governo da Cappitania das Minas por tempo de tres annos. |

Fonte: Elaborado pela autora a partir das imagens dos manuscritos.

Em edição modernizada, a estrutura fica: “Nomeação de pessoas para o Governo [da Capitania] [*nome da Capitania*] por tempo de três anos”. Isolando os títulos formais das peças aqui selecionadas, percebe-se, portanto, o paralelismo de sua estrutura, bem como a discrepância em relação ao título diplomaticamente atribuído. Quando se considera a totalidade dos documentos registrados no mesmo livro, no entanto, é possível perceber uma gama maior de estruturas formulares<sup>14</sup>.

Voltando ao *corpus* aqui estudado, antes de apresentar suas partes constituintes, é importante compreendê-lo tipologicamente, uma vez que sua pertinência tipológica tem influência direta sobre a sua estrutura formal (SOUZA, 2007, p. 7).

## TIPOS DE CONSULTA

Segundo a designação proposta por Heloísa Bellotto (1999, p. 29; 2000, p. 59), as consultas se dividem em três tipos: de mercê, de partes, de serviço real. Seria possível supor, portanto, que a nomenclatura “mista” se referisse não a cada consulta individual, mas à série e/ou à composição dos livros em que elas foram registradas, como sugere o próprio *Catálogo Geral dos Códices existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*: “com a criação do Conselho Ultramarino, em 1643, inicia-se a série de consultas mistas, isto é, registaram-se no mesmo livro consultas do serviço real e consultas de partes” (2013, p. 18). No entanto, a mesma publicação, na página seguinte, parece descrever as “consultas mistas” como um tipo documental em si:

<sup>14</sup> “O sumário das matérias é dividido em duas partes, a saber, Sobre o que S. Magde ordena (...), e Informação de sujeitos para, Nomeação para, Oposição de sujeitos para” (CATÁLOGO, 2013, p. 19).

São, como as consultas do serviço real, sobre matérias do interesse da coroa e do interesse dos súbditos ou das partes. Estas consultas são, por princípio, da iniciativa do soberano que, através de uma ordem, normalmente um decreto, ordena se faça consulta sobre a qual dá resolução. As consultas mistas, ou místicas, continuaram as do serviço real do Conselho da Fazenda. Nestas, como nas do serviço real, as relativas ao interesse das partes referem-se normalmente à escolha ou concurso para nomeação de indivíduos para cargos, ofícios e postos militares (CATÁLOGO, 2013, p. 19).

Ou seja, “mista” pode ser a própria consulta, que reúne em si características de outros dois tipos já conhecidos (as de serviço real e as de partes). Essa é uma das principais explicações para as pequenas variações encontradas entre as descrições da autora e as de Erica Cristina Camarotto de Souza, nelas baseadas, por um lado, e as aqui apresentadas, por outro – já que a ação que originou a produção de cada tipo de consulta “resulta em diferentes estruturas e em fórmulas linguisticamente diversificadas” (SOUZA, 2007, p. 7).

#### A SÉRIE “CONSULTAS MISTAS”

A série, recortada tipologicamente e organizada cronologicamente, é composta por dezessete livros, que recebem numeração (referida na plataforma DigitArq como “cota atual”) de 13 a 29. Cada livro pode ser referido por sua “cota original” (livros numerados de um a dezessete) ou pelas cotas “antiga” e “atual” (livros numerados de 13 a 29). Quando da transição do acervo para a plataforma DigitArq, a série recebeu um código de referência padronizado<sup>15</sup> de acordo com a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)* (2000) e com as *Orientações para a descrição arquivística – ODA* (2007).

As datas-limite são o ano de 1643 para o primeiro livro (bem próximo, portanto, da criação do próprio Conselho Ultramarino) e 1833 para o último. Apenas os seis primeiros livros (ou seja, de 13 a 18) contam com catálogos descritivos que contemplam cada documento individual contido neles. A partir do livro 19, é possível consultar na DigitArq apenas as datas-limite de cada códice, porém sem a descrição dos documentos individuais, como se vê a seguir:

---

<sup>15</sup> É o que consta no Quadro 1.

Os documentos que compõem o *corpus* aqui estudado se encontram nos livros 20, 21 e 22, respectivamente o oitavo, nono e décimo da série.

Figura 4 – Informações da DigitArq para os códices 13 a 17 (à esquerda) e para os códices 20 a 29 (à direita)

The image shows a screenshot of the DigitArq interface. It is divided into two columns. The left column displays information for 'Cod. 13' and lists ten individual consults (00001 to 00010) with their titles. The right column displays information for 'Cod. 20' and shows only the first consult (00020) with its title. Both columns show a hierarchical structure with icons for 'f' (fundação), 'sr' (série), 'ui' (unidade), and 'dc' (documento).

| Codex   | Document ID | Title                          |
|---------|-------------|--------------------------------|
| Cod. 13 | 00001       | Consulta sobre V. Magestade r  |
|         | 00002       | Consulta sobre se será conve   |
|         | 00003       | Consulta sobre o Dr. Diogo Lo  |
|         | 00004       | Consulta sobre S. Magestade    |
|         | 00005       | Consulta sobre a nomeação d    |
|         | 00006       | SobreS. Magestade mandar q     |
|         | 00007       | Consulta sobre um memorial c   |
|         | 00008       | Consulta sobre o socorro que   |
|         | 00009       | Consulta sobre um escrito que  |
|         | 00010       | Consulta sobre o capitão e go  |
| Cod. 20 | 00020       | CONSULTAS MISTAS, Cod. 20 1704 |

Fonte: captura de tela realizada pela autora.

## A ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Na descrição apresentada por Heloísa Bellotto (2002, p. 59), as consultas teriam a seguinte estrutura básica:

Protocolo inicial: direção - “Senhor” ou “Senhora” (Rei ou Rainha). Segue-se a expressão: “Viu-se neste Conselho...” ou “Por avisos chegados a este Conselho...” ou equivalente.

Texto: motivos que levaram à consulta e o parecer.

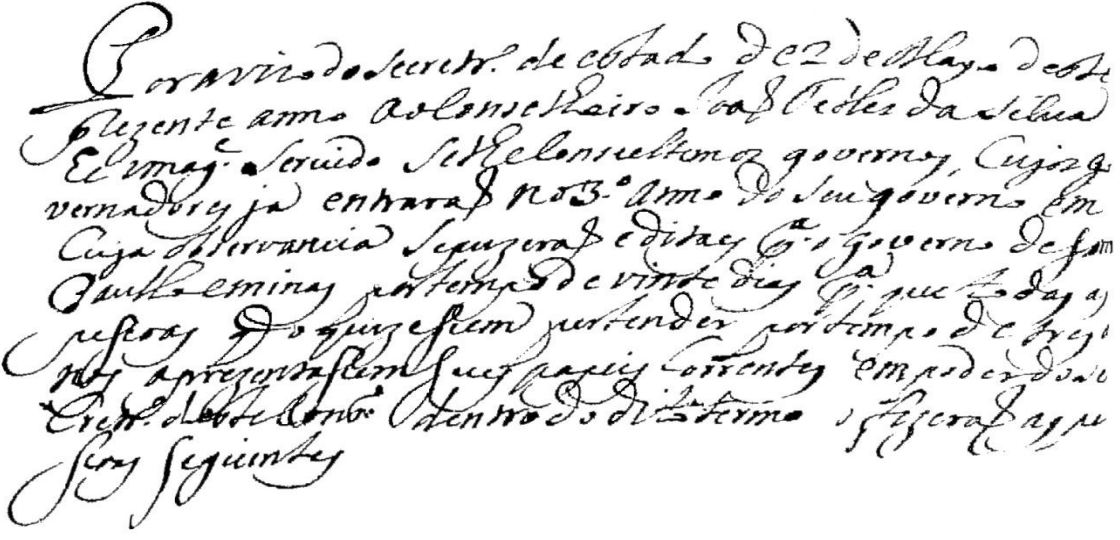
Protocolo final: datas tópica e cronológica. Assinatura do presidente do Conselho.

Registros.

Notam-se aqui poucas diferenças. Provavelmente, por se tratar não das consultas de fato remetidas ao rei, mas de suas cópias em livros de registro, os documentos não apresentam direção no seu protocolo inicial. Cada consulta é precedida apenas do seu título, apresentado em posição centralizada em relação à mancha.

O primeiro parágrafo de cada uma delas traz um prólogo ou preâmbulo, que explicita a motivação do procedimento – “a *actio*, ou seja, a declaração da vontade que criou a situação que teria colocado em prática a escrita do documento” (SOUZA, 2007, p. 7)<sup>16</sup> –, bem como registra a tramitação que a precedera – por vezes, apresentando a *notificatio*, “trecho do texto responsável pela notícia da promulgação de um ato” (SOUZA, 2007, p. 59).

Quadro 4 – O preâmbulo (I)

|  |
|--|
|   |
| Por avizo do Secretario de estado de 2 de Mayo deste presente anno ao Conselheiro Joaõ Telles da Silua he Vossa Magestade seruido selheconsultem os gouernos, cujos go vernadores já entraraõ no 3.º anno do seu governo em cuja observancia sepúzeaõ editaes para o gouerno de sam Paulo e minas por tempo de vinte dias para que todas as pessoas que o quizessem pertender por tempo de tres [an] nos apresentassem seus papeis correntes em poder do [Se] cretario deste Conselho dentro do dito termo o fizeraõ as pe ssoas seguintes |

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Consulta 3.

Vejamos, parte a parte, como o preâmbulo é estruturado em todas as peças.

<sup>16</sup> Ainda de acordo com a autora, é justamente a *actio*, sempre explicitada no início de cada peça, que diferencia cada subtipo de consulta.

Quadro 5 – O preâmbulo (II)

| Documento  | Referência à actio/notificatio  |
|------------|---|
| Consulta 1 | Por Decreto de vinte e noue de Novembro do anno próximo passado   |
| Consulta 2 | Por <u>Antonio</u> de <u>Albuquerque</u> <u>Coelho</u> de <u>Carvalho</u> ter acabado os tres annos por que foi provido no Governo da <u>Capitania</u> de Sam Paullo, e Minas do Ouro |
| Consulta 3 | Por avizo do <u>Secretario</u> de estado de 2 de Mayo deste prezente anno ao <u>Conselheiro</u> <u>Joaõ</u> <u>Telles</u> da <u>Silua</u>   |
| Consulta 4 | Por se achar em termos de sepoder consultar o Governo das Minas   |
| Consulta 5 | Por se achar em termos de seconsultar o governo da <u>Cappitania</u> das Minas  |

Fonte: elaborado pela autora.

Apesar das diferenças de redação entre as consultas, com um pouco de atenção é possível notar os paralelismos. Todas elas começam enunciando uma motivação, seja ela um documento jurídico-administrativo (um Aviso ou Decreto) ou uma razão de ordem prática (o fim do governo anterior). Lembremos que nos casos em que o documento precedente não foi mencionado, ele muito provavelmente existiu (afinal, foi necessário comunicar e/ou ordenar que o Conselho Ultramarino desse início ao procedimento) e que, nos casos em que apenas o documento foi mencionado, sem expressão da razão que o motivou, ela muito provavelmente era a mesma: o governo anterior ter chegado ou estar próximo de chegar a termo<sup>17</sup>.

Essa porção de texto pode ser conectada à próxima por uma expressão como “foi Vossa Magestade seruido ordenar que este Conselho lheconsultasse logo sogeitos para o Gouerno da Capitania do Rio de Ianeyro” (Consulta 1) ou “he Vossa Magestade seruido selheconsultem os gouernos, cujos governadores ja entraraõ no 3.<sup>o</sup> anno do seu governo” (Consulta 3). Essa referência está ausente nas Consultas 2, 4 e 5. Segue-se a tramitação decorrente:

Quadro 6 – O preâmbulo (III)

| Documento  | A tramitação anterior  |
|------------|--|
| Consulta 1 | e pondosse eddittaes por tempo de hú mes <u>para</u> que todas as pessoas que oquizessem pertender por tres annos apresentassem oz papeis de seus seruicos correntes em poder do <u>Secretario</u> deste <u>Conselho</u> |

<sup>17</sup> Pode-se perguntar se essa dedução é válida para a Consulta 5, que não resultou em nomeação. Ela teria sido realizada por ordem régia e posteriormente descartada, ou teria partido de uma iniciativa do Conselho, e por isso não considerada pela Coroa?

|            |   |
|------------|---|
| Consulta 2 | Sepuzeraõ edditaes de hum mes, <u>para</u> que as pessoas <u>que</u> o quizessem pertender apresentassem seus papeis Correntes na maõ do Secretar <u>io</u> deste Consel <u>ho</u>  |
| Consulta 3 | em cuja observancia sepuzeraõ editaes <u>para</u> o Governo de sam Paullo e minas por tempo de vinte dias <u>para</u> que todas as pessoas <u>que</u> o quizessem pertender por tempo de tres [an]nos apresentassem seus papeis correntes em poder do [Se]cretar <u>io</u> deste Consel <u>ho</u> <sup>18</sup> |
| Consulta 4 | se puzeraõ edditaes por tempo de 20 dias nas portas do Consel <u>ho</u> , <u>para que</u> todas as pessoaz que o quizessem pertender apresentassem seoz papeis correntes em poder do Secretar <u>io</u> deste Consel <u>ho</u>  |
| Consulta 5 | sepuzeraõ, edditaes na forma das ordens de <u>Vossa Magestade</u> <u>para que</u> todas as pessoas que oquize- quizessem pertender apresentassem seus papeis correntes em poder do Secretar <u>io</u> deste Consel <u>ho</u>  |

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, todos os preâmbulos se encerram com a indicação de que “dentro do dito termo os<sup>19</sup> ofereceram / o fizeram as [pessoas] seguintes” (transcrição modernizada).

Segue-se a parte denominada como *expositio* ou *exposição*: aquela em que são apresentadas as razões que embasam a próxima parte do texto, a *dispositio* ou *dispositivo*, ou seja, o resultado propriamente dito da consulta. Essa parte (*expositio*) se compõe principalmente do traslado dos chamados “papéis dos serviços correntes” ou “papéis correntes”, e ocupa uma parcela significativa da extensão das consultas.

Temos, então, a *dispositio*, porção do texto em que os conselheiros apresentam seus votos em forma de uma lista tríplice, geralmente, mas não sempre, acompanhados de justificativa<sup>20</sup>. Nas Consultas 1 e 2 houve unanimidade nos votos de todos os conselheiros. Esse consenso pode ser deduzido da própria forma como se apresenta o resultado da votação: “pareceu *ao Conselho* votar em primeiro lugar para o Governo do Rio de Janeiro para que o sirva por tempo de três anos em Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho” (Consulta 1, fls. 157-162v, transcrição modernizada, grifo nosso). Em outros casos, cada conselheiro individualmente, ou cada grupo de conselheiros apresenta sua própria lista tríplice. Não é realizada nenhuma apuração do quociente dessas diferentes listas tríplices pelo Conselho.


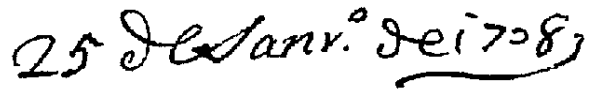

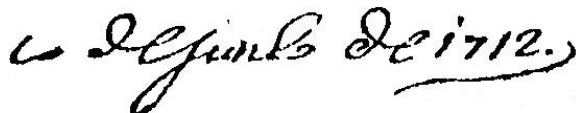


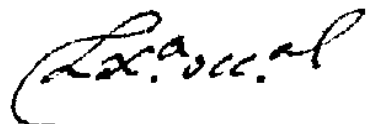
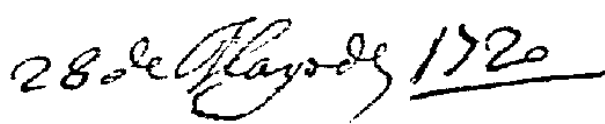
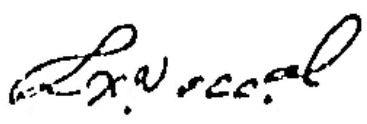
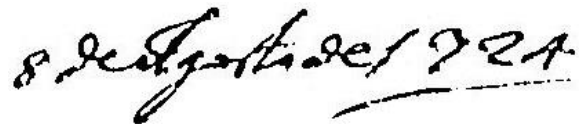
<sup>18</sup> Notar que a menção, aqui, à capitania deriva da ausência dessa especificação no trecho anterior, como se vê no Quadro 5.

<sup>19</sup> Os papéis correntes.

<sup>20</sup> Fenômeno também percebido por Monteiro (2005, p. 100).

O documento se encerra com a data tópica (Lisboa ou Lisboa Ocidental) e cronológica, e com o treslado dos elementos de validação do original: as assinaturas dos membros do Conselho.

Quadro 7 – A datação no escatocolo

| Documento  | Data tópica   | Data cronológica   |
|------------|---|--|
| Consulta 1 |    |    |
|            | Lixboa  | 25 de Janeiro de 1708  |
| Consulta 2 |    |    |
|            | Lixboa  | 10 de junho de 1712  |
| Consulta 3 |    |   |
|            | Lixboa  | 6 de julho de 1715   |
| Consulta 4 |  |  |
|            | Lixboa occidental   | 28 de Mayo de 1720   |
| Consulta 5 |  |  |
|            | Lixboa occidental   | 8 de Agosto de 1724  |

Fonte: elaborado pela autora.

Antes que se dê essa descrição por encerrada, é muito importante comentar a relação da consulta com outro documento treslado em sua margem: o despacho régio. Embora pareça fazer parte do início da consulta, porque situado paralelamente ao preâmbulo, ele de fato encerra toda a tramitação do provimento do cargo. No *Glossário de Paleografia e Diplomática*, o despacho é definido como o “registro de decisão proferida, em documentos, autos ou processos por funcionários competentes, em caso de matéria submetida à sua apreciação” (LEAL; SIQUEIRA, 2011, p. 59).

O fato de ele estar inserido na consulta poderia levar a interpretá-lo como parte



integrante dela, e não como um documento individualizado, separado. No entanto, saber que o despacho advém de um ato jurídico em si, interligado à consulta, porém não dependente dela, permite que o compreendamos como uma espécie de documento dentro do documento (BELLOTTO, 1999, p. 294). Esse entendimento é reforçado pela análise tipológica das duas peças. Vejamos como os define Heloísa Bellotto (2002, p. 59 e 64):

CONSULTA – documento não-diplomático, enunciativo, ascendente ou descendente conforme o âmbito de atuação [...].

DESPACHO – documento diplomático [...] dispositivo, se DECISÓRIO, descendente.

Por um lado, a diferença de sentido ou fluxo burocrático pode ser bastante óbvia: a consulta vai do Conselho Ultramarino ao rei, portanto é ascendente, e o despacho vai do rei ao Conselho Ultramarino, portanto descendente. Mas ela já enuncia a relação fundamental a ser compreendida aqui: a consulta é opinativa, e o documento de fato dispositivo é o despacho. Como, então, interpretar historicamente esse dado advindo da análise tipológica? Ele nos permite, com a devida atenção, compreender a natureza da relação entre ambos os produtores, Conselho Ultramarino e Coroa. Qual deles dispõe, de fato, de poder decisório? Uma evidência importante nesse sentido resultará do contraste das informações contidas na parte dispositiva da Consulta com aquelas contidas no despacho régio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROCEDIMENTO-CONSULTA DEPREENDIDO A PARTIR DO SEU REGISTRO**

Como foi visto na análise dos preâmbulos, a promulgação de um edital estabelecia um prazo – de vinte dias a um mês, nos casos aqui estudados – para a apresentação dos “papéis dos seus serviços correntes”, também chamados “papéis correntes”, em que os candidatos, ou “opositores”, relatavam os serviços prestados à monarquia. Após análise das candidaturas, os conselheiros redigiam um texto, em que apresentavam os currículos dos principais candidatos e elencavam ao monarca os seus votos e justificativas. Por vezes, ao fim do documento, seguia-se uma lista dos candidatos cujos serviços não foram

reproduzidos na consulta. As indicações dos conselheiros poderiam ou não ser unânimes, e a nomeação exarada no despacho régio poderia ou não ser condizente com elas<sup>21</sup>.

Todas essas informações procedimentais foram reunidas, como se viu nas páginas anteriores, a partir da análise diplomática das consultas. Também a análise tipológica nos ajudou a entender uma realidade fundamental: como afirmado anteriormente, a consulta é documento opinativo, o despacho régio, dispositivo. Isso significa que, em caso de divergência entre a Coroa e o Conselho (o que ocorre nas Consultas 3 e 4), o indivíduo que de fato recebe a patente é o nomeado no despacho régio<sup>22</sup>, não na somatória das listas tríplices, e no caso em que a consulta não recebeu despacho (Consulta 5), ela ficou sem efeito prático – o que condiz com todo o esforço político da dinastia de Bragança, desde o fim da Guerra de Restauração (1640-68), no sentido de centralizar o poder cada vez mais nas mãos da Coroa, subordinando a ela as suas instâncias administrativas e acessórias.

Vemos que, de fato, “o documento é a fusão de dois elementos essencialmente necessários: a *actio* jurídica, o feito ou ação documentada, e a sua colocação em forma escrita, sua *conscriptio*” (DIAZ, 1970, p. 73, tradução nossa), e que, por isso, “não é possível dissociar a forma e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação” (1999, p. 275). Portanto, pode-se perceber as potencialidades da análise diplomática, tantas vezes negligenciada pelos historiadores, no refinamento da reflexão historiográfica sobre os nossos objetos.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes**: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Com Arte, 1998.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Consultas Mistas**. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119404/>. Data de criação: 29 abr. 2016. Última atualização: 11 out. 2018. Acesso em: 14 nov. 2019.

<sup>21</sup> Como observado por Monteiro, justamente nesse contexto foram aumentando as nomeações de governadores não coincidentes com as propostas do Conselho (2005, p. 100).

<sup>22</sup> Vide, nesse sentido, a *Carta patente do governo das Minas passada ao Excelentíssimo Senhor Dom Brás Balthazar da Silveira* (1712) e a *carta patente do governo das Minas passada a D. Pedro de Almeida* (1717).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **História**. Disponível em:  
<http://ahu.dglab.gov.pt/historia/>. Última atualização: 13 dez. 2016. Acesso em: 14 nov. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, H. L. Estudo diplomático da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1751, relativa ao Regimento das Casas de Fundição das Minas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 21, jul. 1999, p. 274-294.

BELLOTTO, H. L. Glossário das espécies documentais. *In*: ARRUDA, José Jobson de Andrade (org.). **Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)**: Catálogo 1. Bauru: EDUSC, 2000, p. 301-303.

CAMPOS, Maria Veronica. **Governo de mineiros**: ‘de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado’: 1693 a 1737. 2002. 479f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História.

CARTA patente do governo das Minas passada ao Excelentíssimo Senhor Dom Brás Balthazar da Silveira. 12 set. 1712. Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial), Códice 2, fls. 1-3v.

[CARTA patente do governo das Minas passada a D. Pedro de Almeida]. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Ofícios, Códice 126, fls. 183-186.

CATÁLOGO Geral dos Códices existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF006a001/AHU-CatalogoGeralCodices.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, N. G. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. *In*: CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, N. G.; CARDIM, Pedro (org.). **Optima Pars**: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2005, p. 191-252.

DIAZ, Joaquin Real. **Estudio diplomatico del documento indiano**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1970. Disponível em: <https://digital.csic.es/bitstream/10261/66467/1/realdiaz.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. **Orientações para a descrição arquivística**. 2. ed. Lisboa: DGARQ, 2007.

ESTABELECIMENTO do Governo do Senhor Antonio de Albuquerque. 9 nov. 1709. Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial), Códice 4, p. 1-5.

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

MONTEIRO, N. G. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. *In*: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no Império Português – Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-118.

MONTEIRO, N. G. Trajetórias sociais e governos das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. *In*: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista.; GOUVEA, Maria de Fatima (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 249-284.

NOMEAÇÃO de pessoas para o Governo da Capitania das Minas por tempo de três anos. 08 ago. 1724. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Consultas Mistas, Cód. 22, fls. 118v-119v.

NOMEAÇÃO de pessoas para o Governo da Capitania de São Paulo e terras das Minas por tempo de três anos. 16 ago. 1712. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Consultas Mistas, Cód. 20, fls. 396-401v.

NOMEAÇÃO de pessoas para o Governo da Capitania do Rio de Janeiro por tempo de três anos. 09 ago. 1708. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Consultas Mistas, Cód. 20, fls. 157-162v.

NOMEAÇÃO de pessoas para o Governo das Minas por tempo de três anos. 12 dez. 1720. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Consultas Mistas, Cód. 21, fls. 373-380v.

NOMEAÇÃO de pessoas para o governo de São Paulo e terras das Minas pelo tempo de três anos. 22 dez. 1716. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Consultas Mistas, Cód. 21, fls. 114v-117v.

SOBRE A CRIAÇÃO do Novo Governo de São Paulo. 2 dez. 1720. Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial), Códice 5, fls. 75v-76.

SOUZA, Erica Cristina Camarotto de. **Apontamentos diplomáticos sobre consultas do Conselho Ultramarino referentes à Capitania de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TROITIÑO, S. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais: dialogando com Mariano Garcia Ruipérez. *In*: CAMARGO, A. M. de A. *et al.* (org.). **Dar nome aos documentos**: da teoria à prática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.



# **A ESCRITA ALÉM DO MUNDO DE PAPEL: OS SUPORTES DOS TEXTOS NA ATUALIDADE**

**Expedito Eloísio Ximenes**

Universidade Estadual do Ceará /  
Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará

## **INTRODUÇÃO**

Tratar da escrita é evocar uma prática cultural milenar que marca uma necessidade básica do ser humano, ainda na atualidade, que é a comunicação e a interação com os outros. É analisar na linha do tempo o processo de evolução das técnicas de produção da linguagem escrita que está atrelada à própria evolução física, social e cultural do ser humano. Com esse pensamento, podemos adentrar nas práticas escritas desde os rabiscos, os desenhos, os símbolos que caracterizam o desenvolvimento de várias etapas do processo da escrita, ao alfabetismo que constitui a última etapa desse processo, como se

refere Martins (2002). A invenção do alfabeto pode ser considerada o primeiro impacto tecnológico da humanidade que vai dar condição de uma intensa produção de textos.

Outro grande percurso que não devemos ignorar são os materiais *escriptoria* ou os sustentantes da escrita, ou ainda o que podemos chamar modernamente de suporte do texto que atingem também um processo evolutivo ao longo do tempo sem, contudo, ter sido olvidado completamente, pois, no momento atual, muitos materiais sustentantes são empregados pela humanidade como eram nos primórdios do desenvolvimento da escrita.

Quando surge a ideia de escrever e onde escrever? Não vamos fazer aqui uma história da escrita, mas algumas reflexões merecem ser expostas sobre isso, pois o ato de escrever parece ser muito simples na atualidade, sem nos perguntarmos como aprendemos a escrever, quais símbolos empregamos, quais materiais utilizamos e como chegaram a nós esses materiais. Nunca devemos nos esquecer de onde herdamos essa prática recorrente e indispensável na modernidade, que é o ato de escrever.

Talvez vinda das condições que a natureza oferecia, teve o homem a ideia de fixar uma informação em algum suporte. Assim, o pensamento seria transmitido a outros e duraria mais no tempo a comunicação. Observando seus próprios rastros no chão, o homem, em algum tempo passado, teve a ideia de usar o material em que pisava como suporte para deixar aos seus pares uma mensagem gravada.

Quando um animal ou o próprio homem passava por um terreno mole, deixava impresso no chão seu pé. O barro secava pela ação do calor e a pegada ali registrada permanecia por mais tempo, símbolo mudo, mas eloquente, da passagem do ser vivo pelo local. (MENDES, 1953, p. 17).

Essa teria sido a ideia que iluminou o homem a utilizar a argila como material escrevente? A pegada ali, podemos dizer, é uma informação, é um texto que possibilita uma comunicação. Assim, temos um suporte muito importante para a divulgação da escrita que foi o barro. Dadas as necessidades cada vez mais prementes de registrar as informações, outros materiais sustentantes foram sendo usados para a divulgação da escrita. Assim, além do barro, o metal, a pedra, o mármore, o osso, as tabuinhas de madeira, enfim toda superfície, plana ou não, poderia sustentar uma informação ou um

texto por muito tempo. A escrita é a matéria sustentada e a matéria sustentante ou o suporte pode ser qualquer uma que supria e supre as necessidades de informações humanas no momento. Esse conjunto de materiais é denominado suporte duro que, a rigor, seria objeto de estudo da Epigrafia.

As necessidades de matérias *escriptoria* tornaram-se urgentes, graças aos sistemas de organização das sociedades e do aumento dos registros, quanto mais complexo o sistema administrativo e suas burocracias, mais urgente era escrever, registrar tudo e para isso mais matéria sustentante era necessária, pois a hipótese mais aceita é de que a escrita tenha surgido da necessidade administrativa.

A escrita teria nascido para resolver problemas burocráticos das sociedades, anotar registros precisos e extensos de produções agrícolas, registros comerciais (débito/crédito), a fim de ajudar a memória, além do que podiam ser consultados por várias pessoas durante muito tempo. A confecção dos registros e sua custódia estava a cargo da classe sacerdotal que, no princípio, acumulava as funções administrativa e religiosa. (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 43).

Com os sistemas administrativos cada vez mais complexos, surgiram também as tecnologias que tiraram da natureza os elementos que, após o processo de elaboração, passaram a ser utilizados para os registros. Primeiramente, a folha do papiro, que tratada devidamente transformou-se em *rolos* nos quais se assentavam os textos. Depois, a pele de animais, após ser submetida a rigorosos processos químicos, transformou-se em material hábil para receber os textos. A pele tratada, cortada em quadrados e costurada, formou os *quaternos* que, por sua vez, constituíram os *códices* com muito mais duração e mais facilidade de manipulação e de reaproveitamento como os casos dos *palimpsestos*. O papel, como matéria mais abundante, teve entrada no mundo da escrita, no Ocidente, no século XI, tendo sido descoberto pelos chineses. O uso do papel se alastrou posteriormente pelo mundo, substituindo o pergaminho. Na Península Ibérica, no século XVI, foram instaladas indústrias de papel, e o material ganhou força no mercado da escrita, desbancando o pergaminho. A invenção do papel é considerada uma grande revolução tecnológica que modificou plenamente as relações culturais e sociais. O papel tornou-se dominador e o seu predomínio gigantesco. (MARTINS, 2002)



A invenção da imprensa, outra revolução tecnológica do século XV, só teve resultados favoráveis graças à chegada do papel no Ocidente, como afirmam Febvre e Martin (2017, p. 76): “A invenção da imprensa teria sido inoperante se um novo suporte do pensamento, o papel, vindo da China através da Arábia, não tivesse aparecido na Europa havia dois séculos para tornar-se de emprego geral e corrente no final do século XV”.

Todo este material descrito, como o papiro, pergaminho e papel é denominado de suporte brando, seria estudado especificamente pela Paleografia, a ciência da escrita em matéria branda. O desenvolvimento dos suportes não parou no papel. Após séculos, a sociedade ainda o utiliza muito e sua fabricação gera preocupação ao meio ambiente, no entanto, a escrita não se restringe a ser sustentada apenas sobre este suporte.

Outra explosão tecnológica ocorreu com a descoberta da informática e dos computadores, sobretudo, das redes de comunicação interligadas a que se chama Internet. Essa revolução tem seus primórdios na década de 1960, e sua divulgação e popularização são cada vez mais acessíveis e usadas por um número expressivo de pessoas no mundo inteiro. Isso permitiu o uso em larga escala por todos os setores das sociedades que produzem textos, utilizando os recursos tecnológicos que detêm um suporte de dimensões infinitas, suportando todo tipo de registro.

Na atualidade, escreve-se muito, no entanto, não se tem somente um suporte bem definido, escreve-se em qualquer material sustentante, não necessariamente na tela do computador. Isso significa que a escrita amplia sua supremacia. Podemos ver, a cada dia, na prática das sociedades modernas, o uso de qualquer material sendo utilizado para sustentar a escrita, portanto, aquela considerada matéria dura não está ultrapassada, pois a escrita está presente em vários suportes como pedras, paredes, madeira, asfalto, postes construídos com argamassa de cal e cimento, plásticos de toda espécie e outros materiais considerados menos convencionais. Conforme as necessidades pragmáticas, comerciais, artísticas e até supérfluas de cada momento, pode-se utilizar a escrita em casca de ovo, vidro, caixinhas de papel, biscoitos e no próprio corpo humano, como as tatuagens, para citar alguns.

A Paleografia e a Epigrafia como ciências da escrita, sistematizadas e divulgadas no século XVII, não estão ultrapassadas, ao contrário, são evocadas a todo momento, para acompanhar as práticas modernas de desenvolvimento dos modelos de escrita como também a invenção e a utilização inovadora de certos suportes e, principalmente, para acompanhar as funções e as finalidades dos textos escritos.

## **PALEOGRAFIA E EPIGRAFIA: CIÊNCIAS DA ESCRITA ANTIGA E CONTEMPORÂNEA**

Discutimos nesta subseção o entendimento acerca das ciências da escrita, considerando a evolução e a ampliação das definições e dos campos de atuação de cada, (se se pode separar realmente cada uma em um campo), no momento atual. A maioria dos manuais de Paleografia não hesita em dividir as ciências da escrita em duas e atribuir a cada uma seu campo: a) Epigrafia, a ciência que estuda a escrita em material duro, “estuda as inscrições sobre material duro (pedra, metal, mármore, etc.)” (ACIOLI, 2003, p. 6). Na mesma linha de pensamento, Mendes (1953) faz uma nítida separação entre Paleografia e Epigrafia, atribuindo a essa a função de decifrar a escrita sobre os materiais duros.

Se, entretanto, uma inscrição é feita sobre matéria dura, como o mármore, a pedra, metais, principalmente quando de difícil transposição e com a finalidade de servir de monumento para idades futuras, então se diz que tais documentos, pertencem ao campo de estudo de outra ciência: a Epigrafia. (MENDES, 1953, p. 12).

O entendimento de Epigrafia restrito à escrita em matéria dura não dá conta de sua função, pois embora esta ciência no passado se dedicasse à análise das epígrafes gravadas em matérias sólidas, na atualidade, podemos agregar a ela todos os conteúdos expostos com fim de publicidade. Se a publicidade vive em alta no mundo atual, sobretudo no comércio, não faz sentido considerar apenas matéria dura, pois se faz publicidade em qualquer material, incluindo a matéria branda como o tecido de pano, de feltro, o papel, o suporte virtual etc. Queremos dizer que a Epigrafia tem o sentido e a função muito latos e atuais.

Zozaya-Montes (2017, p. 4) atribui um sentido moderno à Epigrafia como a ciência que tem por objetivo divulgar um conhecimento com fins propagandistas. “Como disse, a epigrafia estuda essencialmente os escritos públicos com a intenção comunicativa de difundir uma mensagem publicamente, com afã propagandístico ou divulgação”.<sup>1</sup>

Muitos materiais considerados duros, como pedras, são hoje utilizados com fins de divulgação, sobretudo de campanhas políticas e de comércio. Outras matérias consideradas brandas também compõem o campo da Epigrafia, porque não é o material, mas a funcionalidade do conteúdo exposto para divulgar uma ideia, a propaganda de um estabelecimento comercial, o nome de um candidato dentre muitos outros fins que constitui, na atualidade, o campo de estudo da Epigrafia, embora essa ciência seja pouco conhecida, mas é muito presente na vida da sociedade.

A Paleografia de forma muito simplória e apenas considerando sua etimologia seria a ciência da escrita antiga. Se considerarmos apenas isso, não faria sentido falar em Paleografia na modernidade, a não ser para evocar o passado. O conceito e a função ampliaram-se porque a prática da escrita é algo efervescente na contemporaneidade, assim como se ampliaram os suportes, as necessidades de comunicação e os interesses variados de dizer algo aos outros.

Acioli (2003) diz que a Paleografia estuda a escrita feita sobre material brando como o papiro, o pergaminho e o papel, separando o seu campo de atuação da Epigrafia, conforme visto anteriormente. A autora amplia a função da Paleografia como instrumento de análise de documentos históricos, não só de leitura e interpretação, datação, estabelecimento de origem e procedência dos documentos, além da crítica quanto à autenticidade. Não obstante a ampliação de sentido, a nosso ver, restringe o campo de atuação desta ciência apenas a documentos antigos.

Berwanger e Leal (2008) elencam uma série de autores que atribuem à Paleografia um conceito de ciência que estuda ou decifra a escrita ou os documentos antigos. A palavra antigo/antiga é comum em todas as definições de Paleografia, isso revela uma

---

<sup>1</sup> “Como dije, la epigrafía estudia esencialmente los escritos públicos con la intención comunicativa de difundir un mensaje públicamente, con afán propagandístico o divulgativo”.

definição baseada na etimologia e parece não ter evoluído. Será que a escrita na atualidade e nos diversos suportes não precisa ser analisada, interpretada e entendida? Que função teria/tem a Paleografia no efervescente mundo da escrita das sociedades atuais?

Não podemos nos esquecer de que a escrita ainda está no centro das sociedades modernas, escreve-se em qualquer material ou suporte, a escrita ocupa muitos espaços físicos em nossa vida. Não se usa apenas o teclado de um computador e as opções de fontes de letras que essa máquina oferece para se escrever, escreve-se à mão, a jato de tinta e com outros instrumentos, e a forma de escrever é individual, fazendo com que haja uma variedade infinita de tipos de escrita. Queremos dizer que a Paleografia não se restringe a apenas ao texto ou à escrita antiga. Por isso, evocamos concepções mais atualizadas que trazem a Paleografia para o convívio das práticas de escrever do contexto atual.

Riesco (2004, p. 30), ao apresentar uma coletânea de textos produzidos por vários especialistas em Paleografia e Diplomática, traz-nos o conceito de Paleografia como

A disciplina científica de caráter teórico e prático [...] que se ocupa do conhecimento, interpretação e valorização global da escritura e dos testemunhos escritos de todos os tempos, cujo estudo e análise permitem não só a leitura e interpretação corretas dos textos e mensagens, mas também sua fixação crítica, sua valoração e função social, cultural e administrativa [...], em relação com seus autores (escreventes), com a sociedade, época, circunstâncias, etc.<sup>2</sup>

Ao ocupar-se com a escrita em todos os tempos, a Paleografia deve assumir seu lugar de direito na escala das ciências atuais, preenchendo uma lacuna que faz falta nas discussões sobre a escrita nos meios acadêmicos, sobretudo nos cursos de História e de Letras, onde teoricamente se discute mais a cultura escrita.

Zozaya-Montes (2017) apresenta três tipos ou níveis de Paleografia: a) Paleografia de leitura ou Paleografia prática voltada apenas para ler textos antigos, portanto, relegada a auxiliar a outras ciências; b) Paleografia científica ou Paleografia crítica ou de análise que está voltada para análise dos signos gráficos, análise dos modelos de escrita, traços

---

<sup>2</sup> "la disciplina científica de carácter teóricopráctico, [...] que se ocupa del conocimiento, interpretación y valoración global de la escritura y de los testimonios escritos de todos los tiempos, cuyo estudio y análisis permiten no solo la lectura e interpretación correctas de los textos y mensajes, sino también su fijación crítica, su valoración y función social, cultural y administrativa..., en relación con sus autores (escribientes), con la sociedad, época, circunstancias, etc."

característicos de cada modelo, averigua a originalidade ou falsidade dos textos; c) Paleografia cultural centrada na escrita e no seu contexto cultural de produção.

López (2018) apresenta essas mesmas concepções. Para ele, a Paleografia de leitura se concentra no reconhecimento e identificação de elementos gráficos e a transcrição do texto com base em normas. A Paleografia crítico-analítica responde às perguntas *quando, onde e como* o texto foi escrito e analisa elementos físicos relativos à escrita como morfologia, ângulo, módulo, peso, *ductus*, ligaduras e nexos. A Paleografia cultural se centra na história da cultura escrita e responde às perguntas *quantos, quem e por que* se usa a escrita. Nesta concepção, a Paleografia é um ramo da história da cultura escrita relacionada à história social da produção, da difusão e da apropriação da escrita como forma de poder e ainda como prática social de escrever e ler. Essa concepção abarca a atividade política muito importante para se pensar atualmente as sociedades. A Paleografia questiona o poder da escrita, o *status* de quem escreve, questiona sobre a necessidade de ensinar a ler e a escrever como prática de cidadania e de empoderamento dos cidadãos. Essas questões são muito caras nas cenas do cotidiano por necessidade de instrumentalização dos usuários que utilizam diariamente uma linguagem como forma de letramento para exercício de sua cidadania.

Portanto, concebemos a Paleografia como uma ciência atual que concentra várias funções desde ler e transcrever textos antigos, identificar tipos de escrita, reconhecer os tipos documentais, analisar criticamente um texto, considerando sua autenticidade ou falsificação, analisar aspectos históricos e linguísticos importantes nos textos e ter uma visão crítica da história do texto e da escrita, sobretudo dos contextos de produção e dos sujeitos produtores dos textos e dos seus discursos subjacentes. Por essas razões, faz-se necessário um pouco da história da cultura escrita.

## **A ESCRITA AINDA É O CENTRO DA VIDA DAS SOCIEDADES**

A história da escrita está muito atrelada ao desenvolvimento tecnológico do ser humano e, também, de suas necessidades socioculturais em várias dimensões: religiosa,

econômica, artística, política e administrativa. Como exposto antes, deve ser essa a causa mais forte que sustenta a teoria do surgimento da escrita, embora o conjunto de todas as necessidades tenha acelerado a prática de registrar alguma mensagem, comunicando um pensamento ou uma ordem para os outros.

As primeiras manifestações dos homens eram por gestos, depois gemidos e gritos, posteriormente emitiram palavras articuladas, isso marca uma evolução que engloba aspectos fisiológicos e socioculturais, o que vai caracterizar a linguagem gestual e oral. As palavras faladas comunicavam as ideias apenas aos presentes, aos semelhantes que se encontravam nas proximidades no instante da emissão da voz. Várias formas mnemônicas de transmissão de comunicação foram inventadas, nós, entalhes, sinais, desenhos, enfim, o alfabeto. Pela necessidade de comunicar por mais tempo, surgiram sinais expressos em diversos materiais, como a argila, por exemplo. Além da fase gestual e oral, desenvolve-se a escrita e o domínio do alfabeto foi um dos recursos mais importantes para isso. (FISCHER, 2009)

Vários alfabetos surgiram no Ocidente. Os romanos, a partir do etrusco, desenvolveram o alfabeto latino, único a se impor dos muitos que havia no mundo romano. Herdamos esse alfabeto que ainda utilizamos hoje. Todas as sociedades modernas se vangloriam de dominar a escrita que se impõe sobre a oralidade.

O desenvolvimento econômico, jurídico, cultural, filosófico, por exemplo, foi e é registrado, utilizando-se sistemas de escrita e suportes diversos desenvolvidos pelo ser humano. As práticas burocráticas dos estados modernos, das chancelarias das monarquias independentes, dos órgãos da administração pública leiga e eclesiástica; o surgimento das línguas e das literaturas; os contratos; as doações de bens; os testamentos etc., tudo passou e passa pelo registro escrito. A escrita dá validade aos atos realizados, sem um documento comprobatório muitas falas e atos não teriam e nem têm como ser validados. Embora isso não assegure o cumprimento, pois muitas leis que existem são ignoradas. O importante aqui é ressaltar a importância do registro escrito nas sociedades burocratas.

Assim, o texto escrito ganhou força e poder sobre aquilo que é simplesmente falado. O manuscrito e seus copiadores ganharam destaque, os tabeliães em Portugal, por

exemplo, tinham privilégios e poderes a eles conferidos pelos monarcas. Esses profissionais, os tabeliães, eram os melhores partidos para o casamento e suas mulheres tinham *status* de rainhas, como afirma Coelho (2001). Mas, com a evolução da humanidade, surge a reprodução mecânica, muito mais potente diante de algumas mãos habilidosas aptas a reproduzir os textos. Essas mãos são cada vez mais hábeis, proliferando a prática de escrever em qualquer momento e lugar, ou seja, em qualquer suporte.

A escrita atua de forma privilegiada nas sociedades modernas porque tudo deve ser registrado, ela representa poder, saber e autoridade. Deve ser ensinada nas escolas, aprendida e usada como formas de conhecimento e de domínio. Tudo que se faz passa pelo processo da escrita. No entanto, há questionamentos sobre a sua supremacia.

Olson (1997) lança algumas questões a respeito do domínio da escrita às quais denomina de crenças, quais sejam: 1) Escrever é transcrever a fala? Sobre esta afirmativa ele questiona se a escrita é a fala no papel, ou seja, a escrita daria conta de toda a dimensão do que é falado, e tudo quanto se fala pode ser representado pela escrita? Para o autor, a escrita não capta toda a sutileza do que é dito, representa partes como fonética, lexemas e sintaxe, mas não registra *o como foi dito*. É importante ressaltar que a entonação pode até ser representada por sinais gráficos, mas algumas representações dos interlocutores como *ironias*, por exemplo, a escrita não consegue representar. 2) Há superioridade da escrita com relação à fala? O autor comenta a característica da fala ser desregrada, enquanto a escrita é um instrumento de precisão e de poder, mas ressalta que a escrita, embora importante é apenas secundária. 3) Existe superioridade tecnológica do sistema de escrita alfabética? A invenção do alfabeto representa o ponto mais alto da cultura de um povo. “A representação de idéias mediante sinais logográficos e a invenção de silabários são vistas como etapas ou tentativas frustradas no processo que levou à invenção do alfabeto”. O alfabeto não constitui a causa mais importante de níveis elevados de domínio da escrita, assevera o autor.

Só na década de 1980 argumentou-se claramente contra a universal superioridade do alfabeto enquanto representação da linguagem [...] a simplicidade do alfabeto

não constitui a causa mais importante de níveis elevados de domínio da escrita; muitos outros fatores afetam o grau de alfabetização dos países e dos indivíduos. (OLSON, 1997, p. 25)

Na perspectiva de nossa análise, reafirmamos que a invenção do alfabeto foi um grande desenvolvimento tecnológico, apesar de que já havia alguns sistemas que difundiam as informações registradas em suportes. Continuando as questões de Olson, 4) a escrita é o órgão do progresso social? Por meio do aprendizado da leitura e da escrita as sociedades modernas atingiram elevado grau de desenvolvimento e de organização das instituições. A escrita é um fator que promove o desenvolvimento social, mas também poderá ser um instrumento de domínio, porque está atrelada ao poder. Será que a função primária da escrita, como meio de comunicação, é facilitar a escravização de outros seres humanos? A escrita é um meio de controle social, para fazer das pessoas bons cidadãos, trabalhadores produtivos e, se necessários, soldados obedientes. Essas questões podem ser aprofundadas e, com certeza, encontraremos respostas que confirmam o uso da escrita em função de domínio e controle sobre as pessoas numa perspectiva negativa, no entanto, é necessário reconhecer o poder que todos podem adquirir com a aquisição da escrita. 5) A escrita é um instrumento do desenvolvimento cultural e científico? Segundo o autor, não se pode estabelecer nenhum vínculo direto entre escrita e o desenvolvimento cultural, e as opiniões correntes vão do entusiasmo – “A escrita tem a maior importância para o pensamento”. Não pode ser refutada a ideia de que a escrita seja responsável pelo desenvolvimento do pensamento e o surgimento de várias modalidades de manifestações desse pensamento, surgindo várias áreas do conhecimento como Justiça, Filosofia, Medicina etc. A escrita veicula o pensamento e o conhecimento, fazendo prosperar outros pensamentos e outros conhecimentos. No entanto, não podemos negar que as sociedades ágrafas pensavam e desenvolviam o pensamento, mas o que defendemos é que, por meio da escrita, há maior celeridade de divulgação das idéias e mais ação como consequência da recepção das informações. 6) A escrita é um instrumento de desenvolvimento cognitivo? A aprendizagem e o uso de um sistema de escrita desenvolvem o pensamento, aumenta o



grau de reflexão e de abstração, possibilitando o desenvolvimento cognitivo de uma pessoa, a nosso entender.

Os questionamentos apresentados por Olson (1997) têm seu valor, pois não devemos menosprezar a linguagem oral como fonte de conhecimento mais primitivo possível, no entanto, não podemos negar o desempenho e o lugar que a escrita veio adquirindo ao longo do tempo e ainda permanece no ápice das sociedades como forma de legitimação e de testemunho de todos os atos da humanidade.

Atualmente, podemos perguntar sobre a importância da linguagem oral nos estudos acadêmicos: história oral, narrativas de vida para estudos diversos da língua, as pesquisas de campo para os estudos em Dialetologia, Sociolinguística, por exemplo, no entanto, toda a oralidade passa por um processo de transcrição e se transforma no texto escrito, confirmando, assim, a supremacia da modalidade da escrita.

Os conhecimentos podem ser transmitidos de várias maneiras: pela fala, pela escrita, por meio de gráficos, por gravações etc. Um texto não é apenas um conjunto de palavras grafadas, mas a elas se adicionam outros signos, como imagens, cores, vários formatos e tamanhos de letras, podemos falar aqui de multimodalidade representada por vários outros recursos além das palavras.

Não podemos negar o fato de que, na sociedade contemporânea, há a supremacia da escrita, no entanto, não podemos menosprezar que a linguagem oral também tem sua importância e representa um desenvolvimento cultural. A oralidade é um poder de todos, mesmo de pessoas analfabetas que não têm a tecnologia da escrita, aquela modalidade de linguagem não perderá sua hegemonia e, concomitantemente à esta, permanece com vitalidade, no entanto, o texto escrito tem maior permanência e ainda tem credibilidade, como afirma os romanos *Verba volant, scripta Manet*.

## **APRESENTANDO USOS DA ESCRITA EM ALGUNS DE SEUS SUPORTES NA ATUALIDADE**

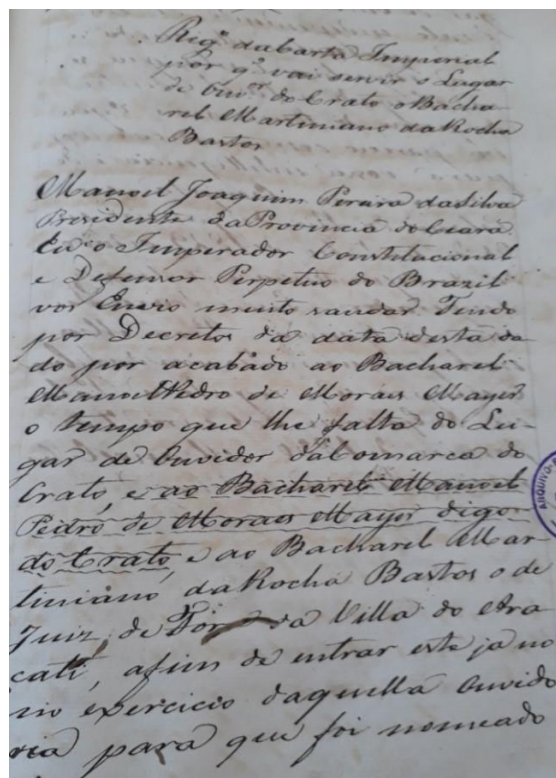
Considerando o que foi discutido anteriormente, apresentamos alguns usos da escrita em suportes diversos que mostra o fascínio que exerce esta prática de escrever

sobre as pessoas. O ser humano precisa dizer alguma coisa aos outros, como forma de expressão da alma, como forma de marcar presença, ou ainda por interesse. Podemos dizer que há uma grande democratização atualmente no que diz respeito ao ato de escrever e aos suportes onde se escreve.

A figura 1 demonstra o uso da escrita no suporte mais tradicional, o papel, que tem amplo emprego quer seja para a escrita manuscrita quer seja para textos impressos. O papel exerce fundamental importância econômica e cultural nas sociedades contemporâneas, apesar de muitos documentos serem gerados eletronicamente e da prática de leitura ocorrer em instrumentos como a tela de computador ou em outros aparelhos eletrônicos, no entanto, o mercado editorial ainda é predominante no mundo de papel.

O material sustentante na figura 1 é um fólio de papel de um livro preservado no Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC e o texto manuscrito é um fragmento de uma carta imperial, escrita em 07 de janeiro de 1830, época do Império brasileiro, como é explicitado na carta.

Figura 6 – Carta Imperial, escrita em 07 de janeiro de 1830



Fonte: fotografia do autor.

Na figura 2, vemos uma mensagem informativa, um tipo de carimbo, feito à tinta de cor velha, registrado na casca de um ovo, um suporte pouco comum, porém, o comércio utiliza este material para registrar nele o nome da empresa que fornece ovo ao mercado e a data de validade do produto. Essa mensagem tem um fim propagandista e comercial, cuja função pragmática é de atender a uma exigência legal, ou seja, estabelecer o prazo de validade da mercadoria atendendo às exigências mercadológicas e dos consumidores.

Figura 7 – Inscrição na casca de ovo



Fonte: fotografia do autor.

Nas figuras 3a e 3b, encontramos uma prática antiga de registros em paredes. A sociedade romana deixou muitas inscrições parietais que testemunham práticas culturais e usos da língua latina, em uma variedade do clássico a que se denominam de latim vulgar. Graças a essa prática de escrever nas paredes e em outros suportes duros, podemos conhecer formas legítimas de expressões daquela época, que se preservaram pelos costumes de se fazer das inscrições parietais.

Na atualidade, essa herança continua, pois a escrita está estampada nos muros das casas, dos cemitérios, das igrejas; nas pedras às margens das estradas; nas placas de trânsito e outros tipos de placas confeccionadas de vários materiais espalhadas pelas cidades; nos *outdoors* etc., tudo repleto de textos de cunho propagandista de caráter comercial, político, religioso dentre outros. Podemos ver na figura 3a, à esquerda, uma marca na parede do muro de uma residência. As letras graúdas, regulares, de cor preta,

com ângulos salientes, expressam a mensagem ETICA FETIDA, cujo sentido ignoramos. Encontramos essa mensagem em vários muros da cidade de Fortaleza, mantendo sempre a mesma regularidade do traçado das letras, é uma comunicação importante para o grupo ou indivíduo que se expressa de forma a marcar sua presença por toda a cidade.

A figura 3b, à direita, é também um registro parietal, feito em um muro na Avenida Duque de Caxias, no centro de Fortaleza. Vemos um texto multimodal em que combinam o imagético e as palavras, acompanhado de outros signos que complementam o contexto de mendicância. O que nos chamou a atenção foi o mendigo pedindo *uma curtida pelo amor de Deus*, que a nosso ver, além de denunciar a situação dos moradores de rua que não são vistos pela sociedade em geral, expressa, também, uma verdadeira crítica aos que vivem solicitando curtidas para suas fotografias e conteúdos postados nas redes sociais, pois há uma retextualização da frase que comumente um mendigo pronunciaria *uma esmola pelo amor de Deus*. Neste sentido, os internautas, que solicitam curtidas a seus seguidores, comportam-se como verdadeiros mendigos pedindo atenção, o que mostra uma carência de afeto ou revela um vazio existencial em muitos que se comportam assim.

Figura 8a – Inscrições parietais



Fonte: Fotografias do autor.

Figura 9b – Inscrições parietais



Fonte: Fotografias do autor.

Na figura 4, o material sustentante do texto é o próprio corpo humano, no caso uma tatuagem gravada no braço de uma pessoa. É cada vez mais comum a prática de tatuagens na atualidade, que na verdade não constitui nenhuma novidade, apenas uma renovação de hábitos de algumas tribos antigas.

A prática de pintar os corpos remonta ao homem primitivo como salienta Cavalcante (2018, p. 32)

Aparentemente, a primeira forma de arte foi a pintura do corpo – às vezes para atrair as mulheres, às vezes para atemorizar os inimigos. Os nativos da Austrália traziam consigo uma provisão de colorantes vermelhos, amarelos e brancos, com os quais de quando em quando se retocavam. Nos dias comuns contentavam-se com um pouco de cor nas faces, ombros e peito; nos eventos festivos, porém, consideravam-se vergonhosamente nus se não tinham todo o corpo sarapintado.

Na atualidade, o corpo serve de suporte para todo tipo de mensagens, desenhos ou qualquer tipo de pintura para o embelezamento, sobretudo, dos corpos talhados em academias, como uma forma de chamar a atenção, mas também como marcas de homenagem a alguém quando se escreve os nomes de filhos, mães, ou se emite uma opinião, uma prece, como a que vemos na figura 4.

Figura 10 – Inscrição realizada no corpo



Fonte: Fotografia do autor.

Todos os usos da escrita demonstram que realmente essa modalidade de linguagem tem um poder dominante e exerce um fascínio sobre a humanidade, não obstante, os questionamentos de Olson (1997). Todos os suportes utilizados podem ser analisados tanto pela Epigrafia quanto pela Paleografia. A primeira se atém às finalidades do texto em divulgar um conteúdo de teor publicitário e propagandista, não obstante a característica da matéria do suporte ser dura ou branda. Isso demonstra que a Epigrafia

acompanha o desenvolvimento da sociedade e suas práticas culturais no tocante aos usos da escrita. A segunda, intimamente interligada à primeira, analisa a escrita sob várias dimensões tanto como leitura de textos, como análise crítica do texto ou como estuda a história da cultura escrita, considerando vários fatores. Ambas são interdisciplinares e acompanham o processo cultural do ser humano de uso da linguagem escrita para fins diversos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos neste artigo a prática da cultura escrita na atualidade que não se restringe apenas aos suportes brandos, ou seja, o hábito da humanidade escrever em material duro no passado continua no presente. Houve o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de muitas técnicas de escrita, inventaram suportes diferenciados, ampliaram os limites da escrita com o surgimento do suporte eletrônico, porém, as práticas de escrever em paredes, em pedras, em tecidos de pano, em metais, no corpo humano dentre outros suportes, ainda vigora com bastante força nos hábitos das sociedades contemporâneas.

A escrita é um instrumento de cultura, desenvolvida e aperfeiçoada ao longo dos séculos, saber escrever sempre foi e continua sendo uma atividade em que se expressa o conhecimento e isso dá ao ser humano um empoderamento para enfrentar os desafios de competitividade no mundo do trabalho e no reconhecimento individual dos sujeitos. Dominar um sistema de escrita, sobretudo, na sociedade burocrática, é ocupar um lugar e ser visto como cidadão com condição cultural simétrica aos semelhantes. Saber escrever é ter uma identidade para expressar o pensamento e comunicar uma opinião em qualquer suporte que for conveniente.

Porém, a escrita pode ser encarada também como uma força de poder que exclui e anula os sujeitos que não a dominam. Neste sentido, a oralidade é mais democrática, pois todos, mesmo os que não tendo prática escrita, poderão expressar-se por meio do texto falado. O que queremos defender aqui não é uma disputa entre essas duas modalidades

de linguagem, mas destacar a relevância da escrita como uma atividade extremamente importante para a manutenção de uma memória coletiva, como uma forma democrática em que todo aquele que domina essa cultura possa expressar suas mensagens e fazer uso de qualquer material *scriptorium* para isso.

Para entendermos a importância do ato de escrever, adentramos no conhecimento da Paleografia, conforme entendemos essa ciência, sua definição vai além da leitura de textos antigos, acrescentam-se o questionamento e a funcionalidade da escrita, a intencionalidade dos escreventes e a capacidade que o texto escrito poderá congrega para transmitir um conteúdo seja qual for sua mensagem e qual a sua matéria sustentante. Congrega também a concepção de Paleografia cultural que responde às perguntas *quantos* textos são escritos, *quem* escreve e *por que* se escreve, está imbuída de interpretar as questões mais críticas que a escrita poderá suscitar no seio de uma sociedade. Escrever não tem nada de inocente, sempre se tem uma intencionalidade, uma mensagem cuja ideologia poderá ser tendenciosa, é necessário saber ler e interpretar as mensagens. Neste sentido, a Paleografia de leitura não se atém a apenas aos textos antigos, pois é necessário ler os textos modernos, interpretar as informações neles vinculadas.

O sentido do radical grego *paleos* que significa antigo não se adéqua mais ao radical também grego *graphien* ou grafia, pois a Paleografia não é somente o estudo da escrita antiga é, com muita vitalidade, o estudo, a análise e a interpretação da escrita contemporânea com todas as suas nuances e significados. É o estudo da escrita nos vários suportes modernos que vão muito além do papel, abarcando todas as matérias *scriptoria* que nos remonta às práticas dos antepassados longínquos, ao tempo que não passou definitivamente, sinal de que a humanidade não abandona inteiramente os seus hábitos, apenas ressignifica ou amplia os sentidos das coisas, continuando a exercer as mesmas atividades dos antepassados.

Estudar Paleografia e as ciências complementares e interdisciplinares como Epigrafia, Filologia, História dentre outras é uma atividade que nos permite perceber a continuação do passado em um ritmo *pari passu* com o presente.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para a leitura de documentos manuscritos. 2. ed. Recife: Massangana, 2003.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.
- CAVALCANTE, Antonio Simão. **Ser'tão' travesti**: narrativas de gênero, sobrevivências e resistências das travestis do sertão central cearense. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras), Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/mihl/dmdocuments/dissertacaoantoniosimaocavalcante.pdf>. Disponível em: 30 dez. 2019.
- COELHO, Maria Helena da cruz *et al.* Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-econômico. *In: Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Edusp, 2017.
- FISCHER, Steven Roger. **História da Escrita**. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.
- LÓPEZ, Manuel Joaquín Salamanca. **Escritura y documentos en la Iberoamérica Colonial**. Universidad Complutense de Madrid, 2018.
- MENDES, Ubirajara Dolácio. **Noções de Paleografia**. São Paulo: Secretaria da Educação, 1953.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- OLSON, David R. **No mundo do papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1997.
- RIESCO, Ángel. **Introducción a La Paleografía y La Diplomática General**. 2. ed. Madrid: Editorial Sintese, 2004.
- ZOZAYA-MONTES, L. **Paleografía de las edades media y moderna**: transcribir la escritura antigua. Madrid: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://paleografia.hypotheses.org/2183>. Acesso em: 30 dez. 2019.





# DA PALEOGRAFIA PARA A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA:

CONEXÕES TEÓRICAS E DESDOBRAMENTOS DE  
UM NOVO CAMPO DE PESQUISAS

André Moreno

Universidade Estadual da Bahia

## INTRODUÇÃO

No alvorecer do século XX, com a constituição da chamada *École des Annales*, uma nova concepção das perspectivas historiográficas começou a ser aventada. Não mais bastava reconstruir o passado das instituições políticas, dos grandes feitos e das grandes personagens, pois o que foi compreendido como “periferia da história” – as pessoas comuns, que não representariam qualquer importância no processo de reconstrução do

passado –, estava, se assim podemos dizer, quase que totalmente excluído das produções historiográficas.

No desenrolar desse mesmo século, mais precisamente nas décadas de 70 e 80, observamos uma significativa expansão do universo historiográfico, que contribuiu efetivamente para a revisão e para a fragmentação das concepções dos estudos históricos, e que, conseqüentemente, promoveu a quebra do *paradigma tradicional*. Dessa maneira, discutindo sobre quais seriam os objetos das investigações que se preocupariam com as sincronias idas, os estudiosos se afastaram de uma concepção de cultura muito estreita, que compreendia como fatos investigáveis as realizações notáveis das grandes *personas*, para uma concepção mais antropológica, que compreende que toda atividade humana é passível de ser historicizada (BURKE, 1992).

Circunscrita nesse plano da “guinada antropológica” dos estudos históricos, a Nova História emerge em oposição às diversas perspectivas propagadas pelo *paradigma tradicional*. Segundo Peter Burke (1992, p. 11-12), sua base filosófica “é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente construída”, demonstrando que esse relativismo “destrói a tradicional distinção, entre o que é central e o que é periférico na história”.

Seguindo por essa linha, nos últimos anos, após a fragmentação e conseqüente expansão das perspectivas historiográficas, a *História Cultural*, que emergiu em meio a esse processo, vem angariando um relativo espaço no cenário científico. Remetendo-nos a toda e qualquer produção que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada, essa nova seara compreende como *cultura* qualquer objeto material e simbólico produzido pelo homem. Tal concepção pôde surgir somente a partir de uma importante expansão dos objetos historiográficos, que, permeados pela noção polissêmica de *cultura*, acolhem a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as práticas discursivas compartilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais como alguns de seus vários elementos de investigação (BARROS, 2005, p. 126).

Diante disso, José d’Assunção Barros (2005, p. 130) nos diz que existem alguns eixos fundamentais para o historiador cultural: a) os objetos materiais, oriundos das diversas

concepções culturais; b) os sujeitos produtores e receptores de cultura; c) as práticas e os processos de transmissão cultural; e d) os padrões sociais compartilhados por um determinado agrupamento social. Assim, compreendendo que toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura, podemos observar a emergência de uma “história vista de baixo”, que, como já preconizou Jim Sharpe (1992), vê, nas manifestações cotidianas, valiosas referências culturais das práticas, das representações e dos discursos que permeiam as diversas esferas sociais<sup>1</sup>.

Imersa nessa perspectiva, a *História da Cultura Escrita* nasce como uma forma específica de *História Cultural*, que se inscreve como uma história social do fato escrito e que transcende a consideração da escritura como um mero sistema gráfico (CASTILLO GOMÉZ, 2003, p. 107). Nessa conjuntura, apontando que um de seus principais objetivos é a reconstrução das diferentes conexões entre as diversas materialidades do escrito, em busca de uma aproximação de seu significado global, Antonio Castillo Gómez (2003, p. 108) revela que a *História da Cultura Escrita* pode ser entendida a partir da conjugação de três histórias que haviam avançado em paralelo: a) a história das normas (padrões), das capacidades e dos usos da escrita; b) a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos (e eletrônicos, já considerando formas modernas de escrita); e c) a história das maneiras de ler.

Vista assim, essa forma específica da *História Cultural* pode manter-se aberta a três direções, onde é a cultura escrita o objeto de uma *produção discursiva* relacionada com os valores que se lhe atribuem em cada momento da história, na qual as *práticas* se direcionam para os testemunhos específicos nos quais se expressam os usos e as funções atribuídas ao escrito e as *representações* constituem os distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói a propósito dos temas e objetos do escrito. Por isso mesmo suas fontes não são parcas. Temos, para o *discurso*, os textos socialmente autorizados, através dos quais se estabelece e se propaga uma determinada concepção da escrita e da leitura; para as *práticas*, o *corpus* mais extenso e impreciso posto que compreenda a totalidade dos objetos escritos, sejam de caráter oficial ou privado, impressos, manuscritos ou eletrônicos;

---

<sup>1</sup> Esta proposição foi feita, na realidade, por Edward P. Thompson, em 1966.

para as *representações*, temos os textos que revelam os distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói dos temas e objetos da cultura escrita (CASTILLO GOMÉZ, 2003, p. 108-113).

De outro ponto de vista, a *História da Cultura Escrita* também se pode definir como aquela que trata de explicar o escrito em cada uma das etapas que constituíram sua trajetória. Distinguem assim o *tempo de aquisição*, quando se acede à competência gráfica (compreender a importância das circunstâncias que rodeiam a apropriação da capacidade de escrever); o *tempo de produção*, ligado às circunstâncias que intervêm no momento de criar ou “fabricar” um produto da cultura escrita; o *tempo de recepção*, no qual o protagonismo passa do autor, sujeito central das mais convenções históricas da literatura, para o leitor, que ascende ao primeiro plano da representação por causa direta da estética da recepção; *tempo de conservação*, que deve indagar as políticas da memória, em particular a escrita, quer dizer, os discursos, as pessoas e as instituições que têm exercido historicamente a competência sobre o patrimônio escrito em uso sobre a qual intervêm em sua seleção e transmissão (CASTILLO GOMÉZ, 2003, p. 116-122).

Diante disso, valendo-nos do que afirma Armando Petrucci (1999, p. 25-26), podemos dizer que, de forma mais ampla, toda investigação que queira estudar as relações entre cultura escrita e sociedade deve levar em conta, em qualquer caso, duas direções fundamentais, a saber:

- 1) la difusión social de la escritura, entendida genéricamente como pura y simple capacidad de escribir incluso en su nivel más bajo, es decir, como porcentaje numérico de los individuos que en cada comunidad están en condiciones de emplear activamente los signos del alfabeto; que debe unirse y compararse con el cociente de difusión social pasiva de los productos gráficos, constituido por los destinatarios de los mensajes escritos, sea en tanto lectores, sea en tanto usuarios de lo escrito incluso de una manera indirecta, es decir, meramente visual<sup>2</sup>;

---

<sup>2</sup> A difusão social da escrita, entendida genericamente como pura e simples capacidade de escrever, inclusive em seu nível mais baixo, quer dizer, como porcentagem numérica dos indivíduos que em cada comunidade estão em condições de empregar ativamente os signos do alfabeto; que deve unir-se e comparar-se com o quociente de difusão social passiva dos produtos gráficos, constituído pelos destinatários das mensagens escritas, seja como leitores, seja como usuários do escrito, inclusive de uma maneira indireta, quer dizer, meramente visual.

- 2) la función que la escritura en sí misma asume en el ámbito de cada sociedad organizada y que cada tipo o producto gráfico asume, a su vez, en el ámbito de un ambiente cultural concreto que lo produce y lo emplea; de donde deriva (o puede derivar) el grado de prestigio social de los escribientes (o, mejor, de los capaces de escribir) en la jerarquía social.<sup>3</sup>

Porém, ao resgatarmos a proposição de Petrucci (1999), evocamos, aqui, as proposições de um reconhecido paleógrafo italiano, que, na segunda metade do século XX, propôs uma renovação da Paleografia, que expandia, a partir desta, seus interesses investigativos. Sendo assim, é notória a relação entre essa nova perspectiva da Paleografia e o desenvolvimento da História da Cultura Escrita, já que ambas têm como fonte as inúmeras manifestações das práticas de escrita. Mas quais seriam suas conexões teóricas e como essas se relacionam, ao pensarmos na composição deste novo campo? Vejamos.

## DA PALEOGRAFIA PARA A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

Como pôde ser visto até aqui, o nascimento e a estruturação do campo *História da Cultura Escrita* nos revelam uma autonomia diante de outras perspectivas, pois tal campo apresenta objetos autônomos, com especificidades investigativas próprias. A questão é que sua constituição não se deu uniforme, em um mesmo espaço-tempo, como foi apontado por Antonio Castillo Gómez (2003). Na realidade, esse, segundo ele, nasce da conjugação de três histórias que vinham avançando paralelamente, mas, pelo que nós percebemos, sua emergência dependeu não só daqueles fatores pontuados anteriormente. O próprio Castillo Gómez, juntamente com C. Saéz, (1999), numa tentativa de demonstrar a especificidade e a autonomia do referido campo, talvez por uma necessidade de estabelecimento institucional – pois, na *Universidad de Alcalá de Henares*, há um forte grupo de paleógrafos resistentes ao estabelecimento dessa nova perspectiva –, tenta desenhar

---

<sup>3</sup> A função que a escrita em si mesma assume no âmbito de cada sociedade organizada e que cada tipo de produto gráfico assume, por sua vez, no âmbito de um ambiente cultural concreto que o produz e o emprega; de onde deriva (ou pode derivar) o grau de prestígio social dos escreventes (ou melhor, dos capazes de escrever) na hierarquia social.

ideia de como a *História da Cultura Escrita* se “desmembrou” da Paleografia, ganhando novos rumos investigativos. Analisando tal proposição, buscaremos demonstrar a problemática epistêmica que o campo apresenta.

A Paleografia, segundo Castillo Gómez e Saéz (1994), é o cerne das perspectivas que circunscrevem os pressupostos da *História da Cultura Escrita*. Essa fez brotar o interesse pela evolução da escrita, pelas técnicas de escritura, pelos modos de produção e pelos diversos produtos do escrito, que se manifestam em livros, em documentos oficiais, em inscrições gráficas, em escritos privados etc. Valendo-se disso, tem o intuito de investigar o que se escreveu, quando se escreveu, onde se escreveu, como se escreveu, quem escreveu e por que se escreveu. A partir desse ensejo, três vieses emergem: a *Paleografia de Leitura*, a *Paleografia Analítica* e a *História da Cultura Escrita*.

A *Paleografia de Leitura* preocupa-se efetivamente com a leitura precisa de um testemunho escrito, buscando identificar o que está manifestado no produto gráfico enquanto conteúdo informacional. A *Paleografia Analítica* envereda na contextualização espaço-temporal e tipológica dos produtos escritos, identificando a datação, a localização e os tipos gráficos de cada testemunho. A *História da Cultura Escrita* se direciona para uma investigação sobre a difusão e as funções sociais da cultura escrita, ampliando o leque específico dos produtos escritos em si, visando a apreender quais *personas* os escrevem e quais funções podem ser depreendidas de tais manifestações.

Diante disso, Castillo Gómez e Sáez (1994) buscam enfatizar o caráter autônomo da *História da Cultura Escrita*, pontuando que esta se preocupa em investigar tanto os usos ativos e os usos passivos da cultura escrita, ou seja, as práticas do escrever e do ler, quanto às funções do escrito em uma determinada sociedade. Sobre os outros dois tipos de Paleografia, os autores expõem que seriam disciplinas auxiliares de outras, como a Codicologia, a História, a Filologia, a Diplomática etc.

Analisando a proposta<sup>4</sup> dos pesquisadores da *Universidad de Alcalá de Henares*, consideramos prudente propor uma reflexão sobre o que acabamos de expor, no intuito de

---

<sup>4</sup> A proposta em questão foi apresentada no texto publicado pelos pesquisadores em 1999, e que está indicado nas referências deste texto.

recontextualizar a ideia de “autonomia”, que caracteriza a *História da Cultura Escrita* e que, segundo eles, a difere das outras possibilidades do labor paleográfico.

Existe, para nós, uma problemática evidente na proposição de Castillo Gómez e Sáez (1999), quando consideram a *Paleografia de Leitura* e a *Paleografia Analítica* como simplesmente disciplinas auxiliares em relação às outras apontadas. Na realidade, essas apresentam objetivos próprios, com objetos específicos. Por isso mesmo não podem ser consideradas como somente auxiliares ao labor de outros campos de investigação, pois elas existem e se constituem autonomamente.

Um segundo problema está na verticalização da proposta, ou seja, tratar o surgimento de uma como a superação de outra forma de se fazer Paleografia. A emergência de uma nova perspectiva não exclui a existência concomitante de outras, que são geralmente consideradas “tradicionais” em relação às inovações observacionais. Além disso, não reflete a ideia de que é o próprio objeto que “exige” novos olhares, que irão depender de como as sociedades o observam em suas transformações históricas. Isso quer dizer que, com as mudanças evidentes das diversas esferas sociais, principalmente as que podem ser caracterizadas como grafocêntricas, a difusão ativa e passiva e as funções da cultura escrita, pouco a pouco, foram se tornando objetos formais de investigação. Mas, mesmo assim, a escrita continuou sendo, em suas diversas facetas, objeto material de outras disciplinas, como a Paleografia e/ou a Diplomática, cada uma com objetivos próprios.

Um terceiro problema que pode ser identificado está no caráter reducionista do objeto do qual se vale a *História da Cultura Escrita*, pelo menos pensando no que hoje é difundido pelos pesquisadores de tal campo, até mesmo pelo próprio Castillo Gómez (2003), como já pôde ser visto anteriormente. O interesse pela difusão e pelas funções do escrito não se resume à investigação das *práticas* de leitura e escrita, ou seja, os usos ativos e passivos da cultura escrita. Para além disso, como já apontado pelo próprio pesquisador espanhol, as *práticas* representam uma das três possibilidades de pesquisa sobre o escrito, além das *representações* e dos *discursos*, que podem ser identificados como investigações do lugar simbólico constituído pelas sociedades sobre o universo do escrito. Maior exemplo

disso é o pesquisador Roger Chartier, que, apesar de não ser paleógrafo, e por vezes não investigar produtos escritos em si, tem uma larga produção que indubitavelmente pode ser caracterizada como própria do campo da *História da Cultura Escrita*.

Partindo disso e levando em consideração o que já pontuamos aqui, podemos afirmar que a *História da Cultura Escrita* emergiu da Paleografia, mas não a partir de uma “evolução” linear. Para mais, os novos caracteres, que a constituem como um novo campo, dependem de outras disciplinas para serem contextualizados, pois é o seu objeto que exige uma observação interdisciplinar. Assim sendo, podemos expor que as revoluções do fazer historiográfico, que trazem à tona a Nova História e, conseqüentemente, a História Cultural, demonstraram que as diversas atividades humanas são passíveis de serem historicizadas. Como quaisquer outras manifestações culturais, a cultura escrita adentra o cenário das pesquisas historiográficas, principalmente levando em conta que, nas sociedades grafocêntricas, ela pode revelar as estruturas sociais que as compõem, pois o acesso direto à escrita pode manifestar, em grande parte delas, as estratificações sociais, tão latentes nas sociedades modernas.

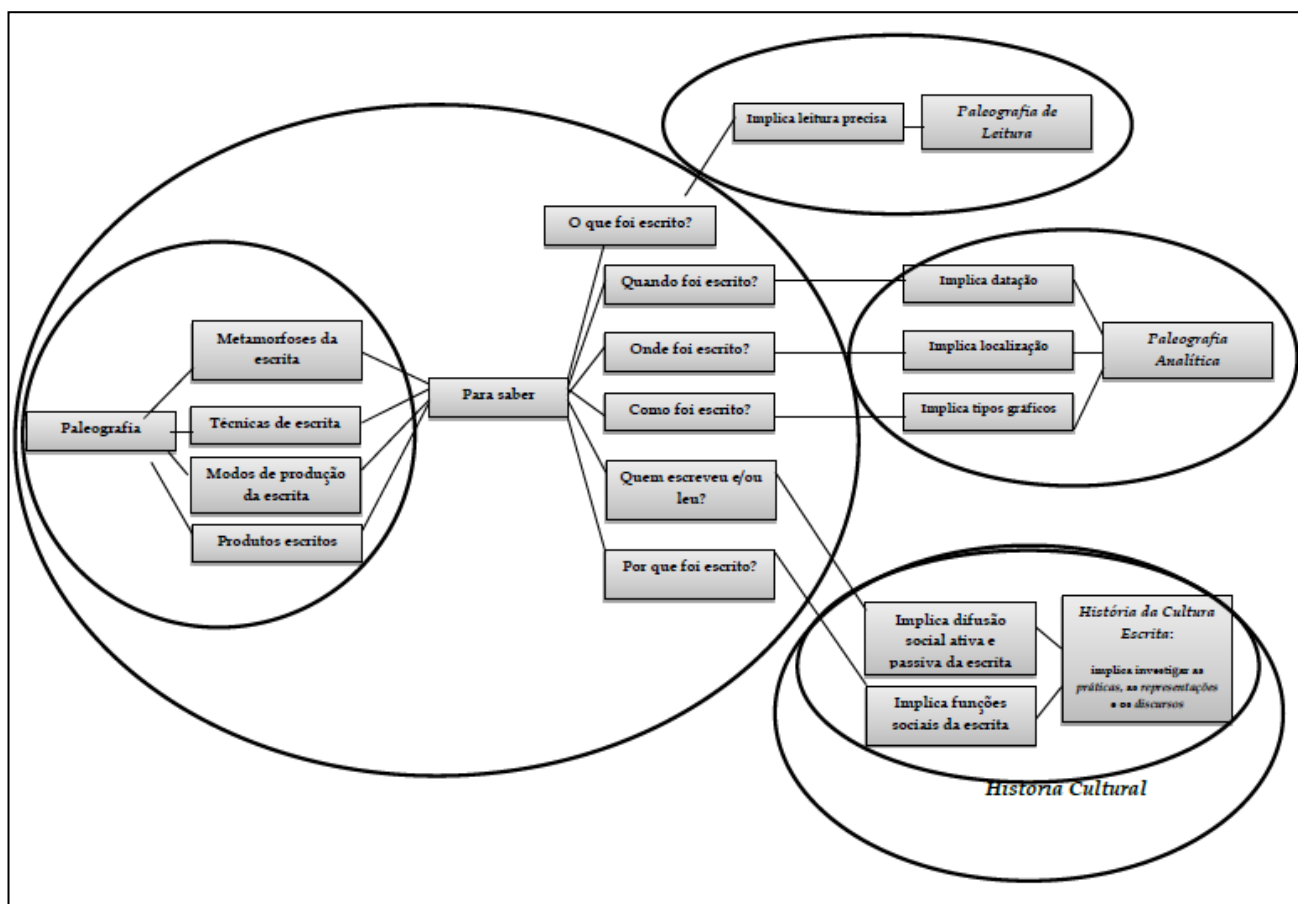
Esse movimento renovador, provavelmente, atingiu as investidas da Paleografia, proporcionando a constituição de uma nova seara de pesquisas, que não se sobrepôs às chamadas *Paleografia de Leitura* e a *Paleografia Analítica*. Para além disso, podemos pontuar, também, que, em certos cenários, como a Itália, foi, na realidade, uma concepção marxista de sociedade que influenciou essa renovação, compreendendo-se que são os condicionamentos sociais que delineiam o quadro quantitativo e qualitativo dos que escrevem e dos que não escrevem nas sociedades contemporâneas.

Seja de uma maneira ou de outra, o que é notório para nós é que houve um movimento de convergência dos pressupostos do campo da *História da Cultura Escrita*, que, pouco a pouco, foi ganhando a corporificação que hoje conhecemos. Sabemos que ela não se restringe aos objetivos da Paleografia, pois, na tentativa de compreender como a cultura escrita se difundiu e quais funções pode apresentar, outras perspectivas de análise emergiram, com o intuito de analisar como as sociedades observam as manifestações das diversas culturas do escrito, seja através das *práticas*, como também das *representações* ou



dos *discursos* que podem se manifestar em quaisquer instâncias institucionais ou extrainstitucionais.

Dessa forma, diante do que refletimos, propomos aqui um quadro – que por si só já apresenta problemas, pois nenhuma observação científica se resume a um esquema –, que tenta indicar uma percepção mais hodierna do campo da *História da Cultura Escrita*.



Diante dessa proposta, é possível observar algumas mudanças em relação ao que nos coloca Castillo Gómez e Sáez (1994). A primeira delas está na horizontalização do processo de transformação e ampliação observacional do objeto material *cultura escrita*, que, em quaisquer circunstâncias metodológicas e temporais, sempre existiu. Na realidade, foram as necessidades sociais e científicas que foram arquitetando as diversas possibilidades de análise de tal objeto, desde uma tentativa de identificar a autenticidade documental dos testemunhos até uma percepção de quais são as funções da *cultura escrita* e como esta se difundiu nas diversas esferas sociais.

Outra mudança diz respeito à identificação da intrínseca relação entre a emergência da *História da Cultura Escrita* com os pressupostos da História Cultural. Imersa a essa última, quando se debruça em investigações sobre as funções e a difusão da cultura escrita, esse novo campo amplia-se, dando lugar a outras possibilidades de reflexão sobre o objeto escrito, quando se vale, além das *práticas* – que representam praticamente a totalidade dos objetos escritos –, dos *discursos* e das *representações* que as sociedades constroem sobre as manifestações multifacetadas da *cultura escrita*.

Além dessas, podemos observar também que, apesar de ganharem direcionamentos diferentes, devido aos seus objetivos específicos, a *Paleografia de Leitura*, a *Paleografia de Análise* e a *História da Cultura Escrita* estão intimamente conectadas, tanto pelo compartilhamento do mesmo objeto material, como também pela ideia de que, em certa medida, uma carece da perspectiva teórico-metodológica da outra para dar cabo às investigações que envereda. Fica claro que, para acessar os conteúdos informacionais dos testemunhos escritos e contextualizá-los espaço-temporal e tipologicamente, a *História da Cultura Escrita* depende muito mais de suas “irmãs” do que elas de si.

Sendo assim, podemos dizer que cada uma delas é autônoma, a partir de objetivos específicos muito bem delineados. Para mais, outras disciplinas podem “auxiliá-las” em suas investigações, fornecendo informações que possam fortalecer ainda mais as conclusões dos pesquisadores. A questão básica que distingue as Paleografias de *Leitura* e de *Análise* da *História da Cultura Escrita* é a ideia de que essa última tem como base metodológica fundamental a interdisciplinaridade, pois dependerá de dados demográficos, históricos, arqueológicos, arquivísticos, paleográficos etc. para analisar as diversas manifestações da *cultura escrita*, que, a depender de cada contexto, exigirão mais de umas do que de outras disciplinas. Ou seja, na tentativa de descortinar o lugar material e simbólico ocupado pela cultura escrita nas diversas sociedades históricas, esse novo campo se manifesta de forma multivariada, que somente pode existir a partir de uma composição multiorgânica de outras disciplinas científicas. Isso não quer dizer que as perspectivas das Paleografias de *Leitura* e *Análise* também não dependam da interdisciplinaridade para compor seu desenvolvimento laboral, contudo, na *História da*

*Cultura Escrita* essa questão é central para a manifestação das investigações que se debruçam por esse viés.

Não podemos deixar de pontuar a própria estrutura de nossa proposta, que se assemelha a uma “pegada”, uma marca deixada em um árduo e meticuloso caminho. A ciência, por ser dinâmica e insaciável, alimenta-se das demandas sociais que delinearão os caminhos cujas diversas pesquisas serão direcionadas. Por isso mesmo, o que temos de Paleografias de *Leitura* e de *Análise* e de *História da Cultura Escrita* é apenas um rastro de nosso incansável labor investigativo, que muito tem ainda para desvendar.

### **A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA NO BRASIL: DESENVOLVIMENTOS DE UM NOVO CAMPO E POSSIBILIDADES DE PESQUISAS**

No Brasil, a construção do campo da *História da Cultura Escrita* vem ocorrendo de forma paulatina, dependendo dos espaços de formação dos pesquisadores alocados nos institutos de pesquisa do país, principalmente nas universidades brasileiras. Desde centros temáticos, como o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), perpassando por projetos específicos, como os desenvolvidos por Márcia Abreu, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), até programas de pesquisa, como o *Programa História da Cultura Escrita no Brasil* (HISCULTE), desenvolvido no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, podemos perceber que são diversas as áreas envolvidas com essa nova seara, demonstrando factualmente o seu caráter interdisciplinar latente.

Em meio a esses pólos de pesquisa, temos duas produções que buscam propor reflexões sobre os desenvolvimentos do campo da *História da Cultura Escrita* no Brasil, principalmente em se tratando das diversas possibilidades de pesquisa que começam a ser implementadas.

A primeira delas, intitulada *Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa*, de Ana Maria Galvão (2010), apresenta uma análise dos principais vieses de pesquisa, que estão sendo desenvolvidos no Brasil, sobre a cultura escrita numa

perspectiva histórica, expondo possíveis vias de investigação para a compreensão desse fenômeno nos diversos momentos da história de nosso país (GALVÃO, 2010).

A pesquisadora já inicia seu texto pontuando as motivações que a levaram a utilizar o gênero masculino para identificar o cerne, exposto como *culturas do escrito*, das investigações desse novo campo. Galvão (2010, p. 219) diz que se vale disso porque não se está remetendo apenas às habilidades de escrever, “mas a todo e qualquer evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita”. Dessa maneira, anuncia, a partir de uma acepção antropológica, sua compreensão de *cultura escrita*, compreendida

[...] como toda e qualquer produção material simbólica produzida a partir do contato dos seres humanos e com os próprios artefatos criados a partir dessas relações, podemos considerar que a cultura escrita é o lugar – material e simbólico – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade (GALVÃO, 2010, p. 218).

É importante pontuar que é essa a definição de que nos valem aqui, como já pôde ser notado anteriormente, pois, como a própria pesquisadora aponta, essa percepção indica que as manifestações das *culturas do escrito* não são homogêneas, ou seja, elas dependerão de inúmeras variáveis que irão compor as idiossincrasias das diversas sociedades. Dessa forma, é possível compreender que não há somente um único lugar para *cultura escrita* num determinado grupo social, pois

[...] os seres humanos produzem cotidianamente bens materiais e simbólicos em várias dimensões de sua vida, conseqüentemente também em relação ao escrito. Essa produção diária é que vai, ao longo do tempo, configurar o lugar do escrito em seu grupo social, na sua comunidade (GALVÃO, 2010, p. 219).

Além disso, Ana Maria Galvão (2010, p. 220) enfatiza que, se “a cultura escrita diz respeito ao(s) lugar(es) que o escrito ocupa em determinada sociedade, comunidade ou grupo social”, é possível dizer que tais lugares “não são os mesmos para os diferentes sujeitos e grupos que vivem naquela sociedade”. Por isso mesmo, a cultura escrita, como quaisquer outras manifestações humanas, está imersa em relações de poder, que podem ser identificadas a partir de investigações sobre as *práticas*, os *discursos* e as *representações*

das sociedades sobre o escrito, as quais nos revelarão suas funções e sua difusão, que dependerão justamente das lógicas estruturais e organizacionais de cada agrupamento social.

Diante disso, a referida pesquisadora nos propõe cinco “vias de entrada” para reconstituir a história da cultura escrita no Brasil, que estão assim expostas:

1. **Primeira entrada:** *A primeira dessas dimensões se refere às instâncias ou instituições que ensinam ou possibilitam a circulação do escrito em certas épocas e em certos locais.*
2. **Segunda entrada:** *A segunda possibilidade para apreender o lugar ocupado pelo escrito em outros tempos e lugares é fazer uma história dos objetos que lhe dão suporte.*
3. **Terceira entrada:** *A terceira via de entrada na cultura escrita de outros tempos e espaços é estudar os suportes por meio dos quais ela é difundida e ensinada.*
4. **Quarta entrada:** *A quarta via que propomos para investigar a história da cultura escrita é aquela que focaliza os sujeitos que, em suas vivências cotidianas, constroem historicamente os lugares simbólicos e materiais que o escrito ocupa nos grupos e nas sociedades que os constituem (e que, ao mesmo tempo, ajudam a constituir).*
5. **Quinta entrada:** *Uma última via de entrada na cultura escrita de outros tempos merece ser discutida: trata-se da investigação dos meios de produção e transmissão das múltiplas formas que o fenômeno assume (GALVÃO, 2010, p. 221-223).*

Levando em consideração tais vias, é possível observar a amplitude das possibilidades de investigação sobre as *culturas do escrito*, mais especificamente as que se manifestaram, e que ainda se manifestam, na história de nosso país. Mas, como a própria Galvão (2010) explicita, as investigações que enveredam por esta seara especificamente ainda são muito tímidas e estão dispersas em diversas áreas do conhecimento, sendo as de *Educação, Letras e Linguística, História e Comunicação* as que apresentam maior representatividade. Além disso, ela nos revela, também, que são os séculos XIX e XX os períodos mais privilegiados pelos estudos, dando-nos um número muito ínfimo de 3% de investigações que dão destaque para os outros tempos da história do Brasil, comumente conhecidos como o período do Antigo Regime.

A segunda produção, cujo título é *História da Cultura Escrita no Brasil: um programa de investigação*<sup>5</sup>, de Tânia Conceição Freire Lobo e Klebson Oliveira (2013), manifesta o estabelecimento de um programa de pesquisa, no Instituto de Letras da Universidade

---

<sup>5</sup> O texto *História da Cultura Escrita no Brasil: um programa de investigação*, de Tânia Conceição Freire Lobo e Klebson Oliveira (2013), está disponível em [www.prohpor.org](http://www.prohpor.org).

Federal da Bahia, que se direciona justamente para os questionamentos que constituem o campo da *História da Cultura Escrita*. Assim sendo, além de situar o seu “lugar de fala”<sup>6</sup>, esse texto programático busca enfatizar que os pressupostos teórico-metodológicos que o circunscrevem são os que são utilizados comumente pelos pesquisadores desse novo campo, tanto na Europa, como no Brasil.

Sendo assim, o *Programa História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULTE)* é composto de oito subcampos de investigação. Esses refletem, dentre outras questões, as duas principais perspectivas apontadas por Petrucci (1999) quando enfatiza que, para qualquer investigação que se debruce sobre a história da cultura escrita, se deve levar em conta a *difusão social* e as *funções* que a escrita mesma assume nas diversas esferas sociais. Tais subcampos estão assim distribuídos:

Programa História da Cultura Escrita no Brasil<sup>7</sup> (HISCULTE)

| Subcampos de investigação  |
|--|
| 1. Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil   |
| 2. Leitura e escrita aos olhos da Inquisição   |
| 3. Escritas ordinárias e de foro privado na história do Brasil   |
| 4. Prospecção de arquivos e acervos escritos de irmandades negras, de mestiços e de terreiros de candomblé |
| 5. A escrita do nome próprio de pessoa na história do Brasil   |
| 6. O estudo da língua portuguesa e o fator escolarização em perspectiva histórica                          |
| 7. História da cultura escrita das línguas clássicas e de outras línguas no Brasil                         |
| 8. Fontes iconográficas e manifestações gráficas híbridas  |

O primeiro subcampo, o da *Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil*, segundo Lobo e Oliveira (2013),

[...] dedica-se ao **estudo da difusão social da escrita na sociedade brasileira, desde as suas origens, no século XVI, aos dias atuais**. Para todo o período anterior ao

<sup>6</sup> Neste texto, utilizamos “lugar de fala” com o sentido de espaços de formação.

<sup>7</sup> Para um aprofundamento nos pressupostos teórico-metodológicos de cada subcampo deste Programa, consultar *História da Cultura Escrita no Brasil: um programa de investigação*, de Tânia Lobo e Klebson Oliveira (2013).

século XIX, correspondente, portanto, ao Antigo Regime, a via privilegiada não será a do discurso oficial nem a da história da escolarização, mas a da aplicação crítica do chamado **método do cômputo de assinaturas** a fontes documentais oriundas de esferas diversas, tais como a esfera religiosa, a jurídica e a administrativa (grifos nossos).

O segundo, denominado *Leitura e escrita aos olhos da Inquisição*, “relaciona-se ao anterior, mas o extrapola no conjunto dos seus objetivos gerais. Aqui, o foco está na exploração vertical das fontes inquisitoriais produzidas no mundo colonial ibérico” (LOBO; OLIVEIRA, 2013). Por isso mesmo, além do interesse de mensurar os níveis de alfabetismo do mundo colonial ibérico – com o objetivo de contrastar a realidade brasileira com as das outras possessões portuguesas e espanholas, no que diz respeito à difusão da cultura escrita –, tem-se o objetivo de investigar trajetórias singulares dos indivíduos envolvidos nas acareações do Santo Ofício com a leitura e a escrita. Para mais, tem-se o objetivo de, também, editar toda a documentação que envolva essa investigação, para que essa possa ser disponibilizada ao público em geral.

O terceiro subcampo, cujo título é *Escritas ordinárias e de foro privado na história do Brasil*, tem o objetivo de

[...] trazer à luz e analisar as práticas de escrita de cartas particulares, diários íntimos, diários parentais, cadernos escolares, cadernos de confidências, livros de razão e uma infinidade de outras fontes que quase sempre jazeram esquecidas em baús e gavetas, não apenas para os retirar da constante iminência de destruição que sobre eles paira, mas para investi-los do caráter de legítimos objetos de investigação que podem mobilizar, até mesmo em projetos interdisciplinares, historiadores, linguistas, antropólogos etc. (LOBO; OLIVEIRA, 2013) (grifos nossos).

Em relação à *Prospecção de arquivos e acervos escritos de irmandades negras, de mestiços e de terreiros de candomblé*, o quarto subcampo, Lobo e Oliveira (2013) nos dizem que

A prospecção contínua de fontes documentais relevantes para a reconstrução da história da cultura escrita no Brasil não é prerrogativa exclusiva do campo 3. Dadas as condições particulares de formação do português brasileiro, língua que emergiu de uma sócio-história de contatos entre o português europeu transplantado, línguas indígenas, línguas africanas e, em contextos mais localizados, línguas da imigração, é fundamental, ainda que sem caráter de exclusividade, **mapear e explorar arquivos e acervos**, supostamente raros, **que preservem a memória de**

**como índios, africanos, imigrantes e seus respectivos descendentes não só adquiriram o português na oralidade, mas, sobretudo através dessa língua, foram também paulatinamente adentrando um mundo de cultura escrita (grifos nossos).**

Sobre o subcampo 5, intitulado *A escrita de nome próprio de pessoa na história do Brasil*, podemos dizer que seu principal interesse é o de

**[...] analisar as mudanças que afetaram as práticas de escrita dos nomes de índios, africanos e seus respectivos descendentes, não só perseguindo fontes distintas, tais como a já referida certidão de batismo, e também cartas de alforria, testamentos, inventários, registros de matrícula em irmandades, certidões de casamento e registros civis, mas ainda distinguindo dois períodos, a partir de um marco histórico significativo, o ano de 1888, quando ocorreu a abolição da escravatura e se instituiu a lei do registro civil no Brasil (LOBO; OLIVEIRA, 2013) (grifos nossos).**

Sobre *O estudo da língua portuguesa e o fator escolarização em perspectiva histórica*, o sexto subcampo, é possível dizer que o seu principal objetivo é o de analisar “o desenvolvimento do estudo da escolarização da língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial”, levando em consideração as profundas mudanças na história linguística do Brasil a partir de três pontos centrais: a) a passagem de um país generalizadamente multilíngue para um país localizadamente multilíngue; b) a passagem de um país basicamente rural para um país eminentemente urbano; e c) a passagem de um país analfabeto para um país de alfabetizados (LOBO; OLIVEIRA, 2013).

O subcampo 7, que trata da *História da cultura escrita das línguas clássicas e de outras línguas no Brasil*, busca, “a partir do levantamento de fontes primárias, observar os discursos, as práticas e as representações ligadas à cultura escrita de outras línguas”, como o latim, o grego, o iorubá etc.

E, finalmente, o subcampo 8, cujo interesse é investigar *Fontes iconográficas e manifestações gráficas híbridas*, amplia as possibilidades de investigação, dando voz a fontes menos “ortodoxas”, pois não são escritas ou não exclusivamente escritas. Dessa maneira, tem-se o intuito de questionar o seguinte aspecto: “qual a contribuição de ex-votos do tipo tábuas votivas, livros de arte, cartões-postais, escrita cemiterial, *ex libris*, envelopes de



cartas etc. para a reconstrução da história da cultura escrita no Brasil?" (LOBO, OLIVEIRA, 2013).

Diante desse amplo programa, buscaremos tratar aqui especificamente do subcampo da *Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil*, uma das vertentes mais desenvolvidas em seu ensejo. Assim sendo, além de demonstrar a necessidade da reconstituição da história da penetração e da difusão da cultura escrita no Brasil, delinearemos seus principais aspectos teórico-metodológicos, com o objetivo de explicitar algumas das possibilidades de pesquisa desse campo. Vejamos.

#### DIFUSÃO SOCIAL DA CULTURA ESCRITA: UMA ANÁLISE DO SUBCAMPO DA MENSURAÇÃO DE NÍVEIS DE ALFABETISMO NO BRASIL

O interesse pela reconstituição histórica da cultura escrita no Brasil emergiu de forma paulatina em nossos centros de pesquisa. Levando em consideração o nosso lugar de fala, é possível dizer que uma lacuna persistia nas investigações sobre a história linguística brasileira, quando interrogávamos como se deu o processo de penetração e difusão social da escrita em terras brasílicas. Diante disso, baseando-nos em pressupostos teórico-metodológicos difundidos em outros cenários de pesquisa, nasceu não só o interesse de delimitar as prováveis funções sociais do escrito, nas mais variadas instâncias, mas também o empenho de delinear como estava distribuído o quantitativo de alfabetizados e não alfabetizados, desde o início do processo de colonização portuguesa, que se iniciou efetivamente em meados do século XVI, para nos aproximarmos de uma possível história da alfabetização, que aos poucos começa a ser desvendada.

O interesse por esse viés de pesquisa, segundo Castillo Gómez e Saéz (1994, p. 134-135), quando nos propõem um balanço historiográfico sobre o surgimento desse novo campo, emergiu, na Europa, aproximadamente na década de 1960. Conforme os pesquisadores,

La inquietud historiográfica por el estudio de la escritura desde una perspectiva social tuvo su puesta de largo en la década de los sesenta con la publicación de las primicias científicas de antropólogos e historiadores, preocupados por la

transformaciones culturales acarreadas con la introducción de la escritura y la cuantificación de la extensión social de las capacidades de leer y escribir en el Antiguo Régimen. Paralelamente, incluso podría decirse que años antes, dieron sus primeros frutos las semillas plantadas a lo largo de la primera mitad del siglo respecto al estudio de la escritura en su contexto histórico y social, alumbrándose entonces la renovación del método paleográfico y su orientación *versus* el alfabetismo y la cultura escrita.<sup>8</sup>

Sendo assim, segundo tais pesquisadores, desde a emergência das perspectivas sociais de análise sobre a difusão da cultura escrita – a partir de um interesse quantitativista acerca da extensão do alfabetismo nas sociedades ditas grafocêntricas – até os nossos dias, é possível distinguir três gerações de pesquisadores interessados nesse fenômeno. Apoiando-se no que propõe Harvey J. Graff, um dos principais historiadores do alfabetismo, Castillo Gómez e Saéz (1994) buscam delinear como as primeiras gerações lidavam metodologicamente com essa perspectiva, apontando o processo de maturação das reflexões sobre o objeto de investigação *história da alfabetização*, que, nas duas primeiras gerações propostas, estavam circunscritas basicamente ao âmbito anglo-saxão e ao âmbito francês.

Mas antes mesmo da identificação de tais gerações, é possível pontuar algumas tentativas de observação da distribuição do alfabetismo no Ocidente, que não necessariamente se apresentam como projeções efetivamente científicas. Segundo Rita Marquilhas (2000, p. 83), os primeiros esforços para mensurar os níveis de alfabetização das sociedades ocidentais datam do século XIX. Foi a partir do processo de burocratização dos estados modernos que “o cálculo dos cidadãos alfabetizados começou por ser ensaiado no universo documental dos registros matrimoniais, com a adoção da assinatura como unidade de medida”. Na Inglaterra, por exemplo, o *Registrar General of England and Wales*, a partir de 1838-1839, trouxe à tona o total de assinaturas alfabéticas e não alfabéticas anualmente inscritas nos registros de casamento. No caso da França, o

---

<sup>8</sup> A inquietação historiográfica pelo estudo da escrita em uma perspectiva social teve seu ponto de partida na década de 60 com a publicação das primeiras obras científicas de antropólogos e historiadores preocupados com as transformações culturais decorrentes da introdução da escrita nas sociedades e a quantificação da extensão social das capacidades de ler e escrever no Antigo Regime. Paralelamente, inclusive, se poderia dizer que, anos antes, deram seus primeiros frutos as sementes plantadas ao largo da primeira metade do século com respeito ao estudo da escrita em seu contexto histórico e social, vislumbrando-se então a renovação do método paleográfico e sua orientação em direção ao alfabetismo e à cultura escrita.

*Statistique Générale de la France*, a partir de 1854, fez o cômputo regular das assinaturas firmadas no ato matrimonial, levando em consideração parâmetros regionais e sexuais. Sendo assim, não demorou muito para que esse tipo de fonte e a metodologia de recolha das assinaturas fossem utilizados para as investigações que buscam traçar aproximações das projeções históricas dos níveis de *alfabetização* (MARQUILHAS, 2006).

Em Portugal, Francisco Adolfo Coelho, em 1895, propôs aos leitores da *Revista de Educação e Ensino* que lhe mandassem por correspondência dados para um “Inquérito relativo à Instrução Primária anterior à Reforma Pombalina”. Segundo Marquilhas (2006, p. 84), Adolfo Coelho propunha

[...] aprofundar a investigação que acabava de publicar na mesma revista sob o título “Para a história da instrução popular”, pedindo colaboração no levantamento de um leque de fontes complementares que ilustrariam o estado do ensino elementar antes de 1722.

Diante disso, interessava-lhe:

1. [...] delimitar o empenho das instituições na oferta de ensino das primeiras letras e a relação entre formação alfabética e acesso aos diversos ofícios;
2. [...] avaliar o número de agentes e locais de ensino documentados e o número de indivíduos que teriam aprendido a assinar. (MARQUILHAS, 2000, p. 84)

Mas ele tinha ciência da dispersão e do volume das fontes. Por isso mesmo, tinha o intuito de fazer de sua investigação uma tarefa coletiva. Para que seu projeto se concretizasse, solicitava aos diversos setores da sociedade portuguesa:

1. Documentos em que se faça referência a mestres de meninos (moços, rapazes), de ler e escrever, mestras de meninas, seja qual for o propósito; as escolas de ler, escrever, de moços, etc.
2. Documentos em que se possa concluir que o conhecimento da leitura, da escrita, do cálculo elementar era exigido para tais profissões, cargos públicos, etc.
3. Documentos que respeitem particularmente à intervenção da administração municipal, no ensino de qualquer ordem.
4. Exame dos registros de batismo e casamento, escrituras, a fim de se reconhecer se as testemunhas e os contraentes assinam de seu próprio punho, e a frequência com que o fazem;

5. Documentos, notícias relativas à intervenção das ordens religiosas e do clero secular na instrução do povo, em Portugal e nas suas colônias. (MARQUILHAS, 2000, p. 84)

Apesar de sua proposta não ter tido êxito, segundo Marquilhas (2000, p. 85), devemos reconhecer o ecletismo com que “Adolfo Coelho pensava abordar a história da alfabetização, compensando a insuficiência das fontes indiretas com dados sistematicamente tomados de fontes diretas”.

Direcionando-nos ao século XX, a emergência do interesse historiográfico sobre o alfabetismo pode ser percebida a partir de publicações que propõem uma finalidade científica para o processo de reconstituição da história do alfabetismo, a partir do estabelecimento das primeiras séries cronológicas da difusão da cultura escrita e das fontes necessárias para tais investigações – principalmente as de tipo quantitativo, que se valeriam da variável *assinatura* para delimitar, por vezes de forma especulativa, os seus fatores mais determinantes e suas consequências sociocognitivas. Entretanto, também, aparecem algumas percepções um tanto deterministas dos processos da *alfabetização*, as quais logo se revelaram insuficientes e impróprias, como, por exemplo, promover-se uma relação intrínseca entre *alfabetização* e desenvolvimento socioeconômico e/ou político, o que favoreceu a constituição do chamado “mito da alfabetização” (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1994, p. 137-138).

Uma segunda geração, de caráter mais globalizante e especulativo, identificada por Harvey J. Graff, faz maior aproveitamento das séries quantitativas, buscando entender a complexidade dos processos da *alfabetização*, a importância atribuída à contextualização de tais processos, os fatores ideológico-culturais envolvidos e a influência na constituição de diversos modelos históricos de *alfabetização*. Para mais, essa segunda geração tinha o intuito de investigar os usos do alfabetismo, tanto em suas manifestações práticas – quando estamos tratando da escrita e/ou da leitura –, como em seus efeitos psicológicos, além de uma verticalização das questões teórico-metodológicas, assinalando as contradições e dificuldades da história da *alfabetização*, a importância dos estudos

comparativos e as limitações do método quantitativo. (CASTILLO GOMÉZ; SAÉZ, 1994, p. 138-139).

Diante desse quadro, Harvey J. Graff identifica uma série de manifestações sintomáticas que reconhecem as limitações derivadas da preferência concedida ao método quantitativo, propondo novos caminhos para a reconstituição da história da *alfabetização*, que deveria ter como pontos fulcrais, não excluindo os ganhos que as duas gerações anteriores ofereceram, os seguintes aspectos:

- a) La política cultural o economía política de la alfabetización en la historia, abundando en la concepción que ve en la alfabetización un factor de conservadurismo y control social o bien de liberación.
- b) El estudio comparativo de la alfabetización, para el que resulta decisiva la importancia del contexto.
- c) La nueva conceptualización de los diversos contextos - adquisición, uso o acción; individuales, familiares, de grupo, comunidad o clase - en el estudio de la historia de la alfabetización, lo que nos conduce a la etnografía de la alfabetización.
- d) El análisis crítico del mismo concepto de alfabetización; la cuestión del alfabetismo y lo que el llama la “creación del significado”, buscando una aproximación interdisciplinar que permita profundizar en los usos de la alfabetización, en definitiva el modo en que el significado es producido, influido, transmitido y modificado por el lector, la interacción entre el lector y el texto.
- e) La conciencia teórica de la importancia de la historia de la alfabetización y la subsiguiente evolución desde los estudios de historia de la alfabetización a los que plantean la alfabetización en la historia. (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1994, p. 147-149)<sup>9</sup>

Dessa maneira, levando em consideração os direcionamentos apontados por Harvey J. Graff, é possível dizer que o interesse contemporâneo, que pode identificar uma terceira geração, pela história do alfabetismo, e conseqüentemente – de maneira mais

---

<sup>9</sup> a) A política cultural ou economia política da alfabetização na história, levando em consideração a concepção que vê na *alfabetização* um fator de conservadorismo e controle social ou bem de liberação; b) O estudo comparativo da *alfabetização*, para o que se torna decisiva a importância do contexto; c) A nova conceituação dos diversos contextos – aquisição, uso ou ação; individuais, familiares, de grupo, comunidade ou classe – no estudo da história da *alfabetização*, o que conduz à etnografia da *alfabetização*; d) A análise crítica do próprio conceito de *alfabetização*; a questão do alfabetismo e o que ele chama a “criação do significado”, buscando uma aproximação interdisciplinar que permita aprofundar os usos da *alfabetização*, no modo como o significado é produzido, influenciado, transmitido e modificado pelo leitor, na interação entre o leitor e o texto; e) A consciência teórica da importância da história da alfabetização e a subsequente evolução desde os estudos de história da *alfabetização* aos que se preocupam com a alfabetização na história (CASTILLO GOMÉZ; SAÉZ, 1994, p. 147-149).

ampla – pela história da cultura escrita, como já vimos anteriormente, apresenta uma maturação evidente, quando comparado com as duas gerações anteriores.

Levando em consideração as premissas pontuadas por Harvey J. Graff para uma possível terceira geração, identificamos um percurso metodológico para as investigações interessadas em reconstruir a história da difusão da escrita em tempos pretéritos, mesmo em se tratando de uma análise quantitativa, que, apesar das diversas problemáticas apontadas, não deixa de ser uma possibilidade de investigação desse fenômeno. Tal caminho pode assim se manifestar:

1. Explicação dos discursos político-culturais sobre os processos de *alfabetização* da esfera social, na(s) sincronia(s) que se estão investigando;
2. Estabelecimento de estudos comparativos, que possam fornecer para a análise dos dados levantados em determinado contexto outras referências de uma mesma conjuntura – ou de conjunturas sociais conectadas historicamente;
3. Proposição de conceitos operacionais sobre o fenômeno, condizentes com as questões em discussão e com a realidade contextual da conjuntura em destaque.

Seguindo mais ou menos esse percurso, as investigações que estão sendo realizadas pelos pesquisadores envolvidos no *Programa HISCULTE* tentam abarcar, a partir de “histórias parciais”, todo o período correspondente à primeira metade do século XIX para trás. Isso porque, durante esse período da história do Brasil, não houve, pelo que sabemos, nenhuma delimitação censitária que pudesse nos fornecer dados aproximativos da distribuição dos alfabetizados e não alfabetizados no país. Na realidade, pelo que sabemos, o primeiro censo oficial realizado no Brasil é datado de 1872, momento em que mudanças muito efêmeras já nos davam seus primeiros sinais, como o processo de urbanização do país e o ingresso paulatino da população brasileira nas instituições escolares.

Sendo assim, os envolvidos com essa perspectiva, a partir da variável *assinatura* – cruzada com outras diversas variáveis sociais –, buscam reconstruir como a cultura escrita penetrou, se difundiu e se construiu em terras brasileiras, com o intuito de descortinar

uma história que esteve obscurecida por muito tempo. Com base em fontes diversas, é possível acessar uma sincronia pretérita, mesmo que de forma indiciária, e especular sobre a distribuição da cultura escrita naquela conjuntura, delimitando não só a sua difusão social, mas também os níveis de *alfabetismos* dos indivíduos postos em análise, levando em conta uma observação qualitativa das produções gráficas de suas *firmas*.

Assim sendo, segundo Petrucci (1999, p. 26), pôr o foco na difusão social da escrita, entendida em sentido geral, significa estudar: a) o mecanismo de ensino da leitura e da escrita em suas diversas articulações sincrônicas (sociais e geográficas) e diacrônicas; b) os modos de realização e as características do uso passivo da cultura escrita, quer dizer, da leitura, tanto de livros, como de qualquer outro testemunho gráfico; e também a recepção visual da mensagem puramente estético-formal que cada escrita contém e transmite; c) a diferente distribuição do grau de *alfabetização* (ativa e passiva) nos distintos setores de uma sociedade dividida em classes; d) as decisões ideológicas e econômicas que, de vez em vez, estão na base do processo de produção (manuscrito ou impresso) dos objetos gráficos (e, em particular, do livro); os mecanismos e os instrumentos técnicos por meio dos quais se desenvolve nas distintas épocas, e o peso que sobre eles exercem os protagonistas humanos, que, em qualquer caso, participam em diversos níveis e com diferentes responsabilidades.

Dentre esses direcionamentos, o que trata da distribuição dos níveis de alfabetismos nos diferentes setores sociais do Brasil ainda requer uma atenção para tempos pretéritos, pois, pelo que vimos, temos notícia de pouquíssimas pesquisas sistematizadas acerca da distribuição dos níveis de alfabetismo para a história brasileira, como o caso das investigações desenvolvidas por Ana Sartori (2016), em sua tese de doutorado, e por Lobo, Oliveira e Sartori (2016). Isso talvez ocorra, como já destacamos, segundo Ana Maria Galvão (2010, p. 241), porque

[...] na maior parte do país, não existem acervos organizados que nos permitam reconstruir séries de registros paroquiais, por exemplo, fundamentais para se realizar uma história demográfica e quantitativa. Esses registros estão dispersos em arquivos eclesiais ou em paróquias isoladas e são extremamente

fragmentados. Além disso, nem sempre esses registros trazem o tipo de informação que precisamos.

Seria por esse motivo que se tornaria quase impossível mensurar os níveis de alfabetismo na história brasileira, pelo menos da primeira metade do século XIX para trás. Mas, diferentemente de Galvão (2010), não consideramos a dispersão das fontes um obstáculo para este tipo de pesquisa, porque, valendo-nos de estudos pontuais e localizados, a partir de acervos dispersos e fragmentados, que mais tarde comporão um aglomerado de “histórias parciais”, poderemos, sim, constituir uma aproximação da história da difusão da cultura escrita em nosso país. Além do mais, sabemos que a dispersão e a fragmentação de acervos não é uma característica somente do Brasil<sup>10</sup>.

Quanto à informação da pesquisadora de que as fontes não nos fornecem geralmente o tipo de informação necessária, quando buscamos investigar os níveis de alfabetismo na história do Brasil, destacamos o fato de que ela se restringe a mencionar “séries de registros paroquiais” e trazemos à baila outros vários tipos de fontes que podem preencher essa lacuna. Estamos falando de *fontes inquisitoriais*, *livros de devassa* e *livros de tombamento*, *livros de matrícula* e *de obituário* de irmandades religiosas, *atas de casamento*, *fontes cartoriais* e *fontes de imigração*. Essas se manifestam nos mais variados contextos e representam um conjunto – quando tratadas especificamente em suas conjunturas – relativamente homogêneo, coeso, seriado e datado, favorável, portanto, para esse tipo de investigação.

### **Métodos e fontes para a Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil**

Segundo Magda Soares (2006, p. 113-114), existem basicamente três argumentos que podem servir de base para compreendermos a necessidade e a validade de avaliar e mensurar o *letramento*. Um deles está intimamente ligado com

---

<sup>10</sup> No caso da Itália, por exemplo, vários estudiosos se concentraram em estudos localizados, a partir de arquivos dispersos, para alcançarem uma visão coletiva dos dados históricos dos níveis de alfabetismo no país (BARTOLI; TOSCANI, 1991). Estranha-se, ainda, o fato de a autora não ter mencionado como fontes para este tipo de estudo testamentos e inventários que, pelo menos a partir do século XVII, são mananciais sistemáticos, seriados e localizados.



a utilidade dos processos de avaliação e medição para fins de comparação entre países ou entre comunidades, respondendo, assim, a uma importante preocupação nacional e internacional com o cotejo de dados econômicos e sociais.

Ou seja, por um lado, “os índices de **letramento** podem ser utilizados para avaliar e interpretar mudanças nos níveis de letramento/analfabetismo através dos tempos, com base nos dados de uma série cronológica de levantamentos”; por outro,

índices de letramento são utilizados para comparações em um determinado momento do tempo histórico, fornecendo dados para que se identifique a distribuição das habilidades e práticas de leitura e de escrita por regiões geográficas ou econômicas do mundo ou de um certo país (grifo nosso).

Compreendendo o conceito de *letramento* como uma variável contínua e impossível de se definir comum e universalmente, pois é o *letramento* um fenômeno heterogêneo, reconhecendo a importância de definições precisas para o processo de avaliação e mensuração, Soares (2006) diz-nos que, para alcançarmos acepções que correspondam a este tipo de procedimento, devemos nos valer de definições *operacionais*, porque, segundo ela,

Como não é possível “descobrir” uma definição indiscutível e inequívoca de letramento, ou a *melhor* forma de defini-lo, qualquer avaliação ou medição desse fenômeno será relativa, dependendo de o *quê* (quais habilidades de leitura *e/ou* escrita *e/ou* práticas sociais de letramento) estiver sendo avaliado e medido, *por quê* (para quais fins ou propósitos), *quando* (em que momento) e *onde* (em que contexto socioeconômico e cultural) se está avaliando ou medindo, e *como* (de acordo com quais critérios) é feita a avaliação ou a medição (SOARES, 2006, 115).

Assim sendo, o que é

*possível e necessário* para realizar qualquer avaliação ou medição do letramento é formular uma definição *ad hoc* desse fenômeno a ser avaliado ou medido e, a partir daí, construir um quadro preciso de interpretação dos dados em função dos fins específicos em um determinado contexto. (SOARES, 2006, p. 115-116)

A partir disso, os métodos podem ser delineados para compor as investigações que são desenvolvidas nesse âmbito.

Para a Era Moderna, do séc. XVI ao XVIII, a *firma*, ou *assinatura*, é uma das principais fontes de mensuração de níveis de alfabetismo. Compreendido como um

conceito imerso à concepção de letramento, pois se considera que ter a habilidade de escrita, no seu estágio mais ínfimo, é estar submetido ao que se compreende de letramento como prática social das habilidades e usos da escrita e da leitura, a definição de *alfabetismo funcional* foi utilizada por alguns pesquisadores como uma definição operacional de letramento.

Em relação a essa definição e, também, à fonte *assinatura*, Roger Chartier (2004, p. 14) nos diz que “a porcentagem de signatários pode indicar muito globalmente o limite de familiaridade com a escrita alcançado por uma sociedade”, pois o número de assinaturas registradas não pode representar fielmente a competência cultural particular dos níveis de alfabetismo. Por isso mesmo, propõe-nos que

[...] tal constatação não nos leva a negar as porcentagens de assinaturas pacientemente coletadas através dos séculos e dos sítios, mas apenas a avaliá-las pelo o que são: indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa. (CHARTIER, 2006, p. 114).

Dentre os estudos dessa natureza, podemos selecionar o de Rita Marquilhas (2000), que, a partir do conceito de *alfabetização funcional* e do método do cômputo binário de assinaturas, buscou mensurar os níveis de alfabetização de Portugal nos 600. Valendo-se de uma fonte seriada, datada, coesa e localizada – os cadernos de promotor e os livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício de Portugal –, Marquilhas (2000), associando a variável *assinatura* às variáveis *sexo*, *idade*, *residência*, *data* do depoimento e *classe socioprofissional* das testemunhas, conseguiu mensurar os níveis de alfabetismo em duas perspectivas: a) uma que dava conta de contabilizar os dados por em faixas de tempo determinadas; e b) a outra que buscou observar a “evolução” diacrônica da alfabetização portuguesa no século XVII.

Diante de tais variáveis e de seu cruzamento, Marquilhas (2000) nos oferece resultados aproximativos da distribuição dos níveis de alfabetização na sociedade portuguesa seiscentista. Por exemplo, há uma relevante disparidade no número de assinantes do sexo masculino em relação às assinantes do sexo feminino. Os homens assinam aproximadamente 60% a mais que as mulheres. Outro dado está relacionado com

a repartição *socioprofissional*, que, segundo ela, está intimamente ligada com a capacidade ou não de firmar a assinatura. Dividida em seis categorias classificatórias, essa variável, cruzada com as assinaturas firmadas e/ou não firmadas, diz-nos que quase 100% dos religiosos demarcam sua firma nos cadernos de promotor e nos livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício. Os nobres, os profissionais liberais, os oficiais administrativos, os mercadores e os familiares de inquisidores assinam aproximadamente cerca de 90% dos testemunhos analisados. Os ofícios subalternos apresentam um número em torno de 50% de assinantes. E os criados, jornaleiros, braceiros, aprendizes, soldados, escravos, trabalhadores, pescadores e mendigos assinam cerca de 20% (MARQUILHAS, 2000, 123). Em relação à evolução diacrônica, podemos perceber que, diferentemente do que se espera, o número de assinantes decresce timidamente entre os extremos do século XVII.

Para alcançar esses dados, Rita Marquilhas (2000) valeu-se, como já dissemos, de uma fonte coesa, datada, seriada e localizada: os cadernos de promotor e os livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício. Conhecidos por *livros de devassa*, ela nos diz que

Desde finais do século XVI que a visitação pastoral dos bispados, como forma de vigilância dos pecados públicos, foi alvo de normalização em constituições diocesanas, regimentos do auditório eclesiástico e instruções aos visitantes, em obediência à definição tridentina da reforma católica que teria necessariamente de passar pelo rigoroso controlo do comportamento moral dos fiéis. Ora, segundo o texto destas regulamentações, umas mais explícitas que outras, é possível saber-se que os paroquianos interrogados pelo visitante sobre os pecados públicos de seu conhecimento deviam ser nomeados *ao acaso*, a partir do rol dos confessados, devendo representar, paralelamente, a faixa social mais anônima e toda a amplitude geográfica da paróquia visitada. Suporte de milhares de depoimentos assinados por uma amostra bem diferenciada de população, os livros de devassa revelam-se assim fonte ideal para a constituição de um *corpus* significativo sobre o qual possa incidir uma medição da capacidade para assinar durante o Antigo Regime (MARQUILHAS, 2000, p. 95).

No âmbito do Programa HISCULTE, levando em consideração o mesmo tipo de fonte utilizada por Marquilhas (2000), Ana Sartori (2016), como já anunciado, desenvolveu sua tese de doutoramento pautando a questão da distribuição social da escrita em meio aos processos inquisitoriais realizados nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, com base nos três livros elaborados durante a primeira Visitação do Tribunal da

Inquisição ao Brasil. Esses são o *Terceiro Livro das Confissões* (1594-1595), o *Terceiro Livro das Denúncias* (1594-1595) e o *Quarto Livro das Denúncias* (1593-1595). Nessa investigação, a pesquisadora, além de tratar da distribuição social dos que foram depor durante tal visitação, também buscou apontar os diferentes níveis das manifestações gráficas das assinaturas coletadas, identificando contextos situacionais diferentes para os sujeitos envolvidos em tais processos, apontando-nos, dessa forma, que nem todos estes estavam sob o mesmo tempo de aquisição da escrita.

Assim sendo, podemos depreender, a partir das reflexões sobre a história do alfabetismo e o método quantitativo de Attilio Bartoli Langeli (1996), que, para ser compreendido como dado sociológico e demográfico, o alfabetismo deve ser o resultado da soma de múltiplos alfabetismos individuais, pois, somente assim, pode resultar mensurável. Portanto, o material de base do historiador do alfabetismo consiste em séries homogêneas e continuadas de indicadores diversificados das habilidades individuais. Na prática, trata-se de uma série de firmas (assinaturas), como se encontram, por exemplo e sobretudo, nos registros de estado civil; ou bem, em determinados países, em declarações subscritas por coletividades completas. Ou seja, a fonte *livros de devassa*, pelo que viu Rita Marquilhas (2000), é ideal para quem pretende investigar a distribuição de níveis de alfabetização a partir da distribuição da capacidade de assinar e/ou não assinar, pelo menos para as sociedades onde a Inquisição do Santo Ofício esteve instalada.

No Brasil, as visitas inquisitoriais se fizeram presentes durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Como em Portugal, e também em Espanha, foram constituídos *livros de devassa* para a averiguação dos pecados públicos. Só que, aqui, além dos cadernos de promotor e livros de denúncia inquisitoriais, as chamadas *devassas* ganharam outras corporificações que vão além do cunho religioso, como o caso das *Devassas de Insurreição*, investigadas por Moreno (2019), em sua tese de doutoramento.

Assim sendo, para esse tipo de investigação, Rita Marquilhas (2000, p. 88-91) nos propõe que devemos levar em consideração os seguintes aspectos teórico-metodológicos:

1. Definir um *conceito de alfabetização* adequado à *metodologia da contagem de assinaturas*.

2. Selecionar fontes onde figurem microcosmos de subscritores verossímeis enquanto representantes da sociedade sua contemporânea.
3. Respeitar os estudos feitos para realidades social, geográfica e cronologicamente vizinhas da que se pretende estudar.

Sobre o primeiro aspecto, Marquilhas (2000, p. 88-89) se vale do conceito operacional de *alfabetização funcional* quando utiliza a metodologia de contagem de assinaturas. Segundo ela,

Se nas etapas de ensino primário se aprendia primeiro a ler e só depois a escrever, então a fase em que já se sabia assinar, mesmo que pouco mais se conseguisse escrever, era uma fase intermediária, mas que já permitia a participação activa na vida pública e nas relações sociais.

Consideramos que o conceito utilizado pela renomada pesquisadora não está consoante com o tipo de investigação proposta, pois, a nosso ver, o termo *alfabetização* remete ao processo de aquisição de escrita e não à difusão e distribuição do alfabetismo nas sociedades grafocêntricas. Para mais, até mesmo a própria noção de *funcional* é problemática, pois pode angariar outras conotações que se distanciam efetivamente das realidades sociais analisadas. Um exemplo disso está manifestado claramente por Magda Soares (1995, p. 10) quando resgata a concepção de *alfabetismo funcional* utilizada pela UNESCO. Tal acepção, elaborada por W. S. Gray (1996), é definida como o “conjunto de habilidades e conhecimentos que tornam um indivíduo capaz de participar de todas as atividades em que a leitura e a escrita são necessárias em sua cultura ou em seu grupo”.

Consideramos que, para tempos pretéritos, essa proposta de *funcionalidade* obviamente não é viável, pois não há como resgatar quais teriam sido todas as atividades manifestadas pela *cultura escrita* nas diversas sincronias do passado. Na realidade, de uma maneira muito mais indiciária, nos aproximamos de um certo número de atividades, apontadas por diversos pesquisadores, mas somente através de métodos que nos deem uma noção macroscópica do contexto que está sendo analisado. Além disso, o que se concebe, e mais está difundido, como *alfabetismo funcional* é uma noção estritamente reducionista, considerando efetivamente como *funcional* o que está imerso ao universo contextual do escrevente e/ou do leitor a ser analisado, que pode se valer somente da

capacidade de assinar como atividade ativa da escrita, sendo, dessa forma, considerado um alfabetizado funcional.

Sobre o segundo aspecto pontuado por Marquilhas (2000), consideramos de suma importância estarmos diante de uma documentação que nos oferece um universo relativamente coeso de variáveis para que possamos construir os perfis sociológicos dos que firmam ou não firmam suas assinaturas no universo dos testemunhos em observação. Segundo ela mesma trata,

É preciso, logo de início, que cada subscritor seja inequivocamente identificado quanto à idade, proveniência geográfica e pertença a uma classe socioprofissional. É preciso também que os leques social, cronológico e geográfico do objeto histórico cujos níveis de alfabetização se pretende conhecer, poucas distorções sofram ao aflorarem nos documentos (MARQUILHAS, 2000, p. 89).

Além de apresentar um universo relativamente coeso, seriado, datado e localizado, a “seleção das fontes está [...] inexoravelmente presa às vicissitudes documentais de cada sociedade, bem como aos diferentes panoramas arquivísticos nacionais” (MARQUILHAS, 2000, p. 90). Por isso mesmo, é de suma importância que o pesquisador que se debruce nesse tipo de investigação tenha um preparo não só filológico, mas também arquivístico para lidar com a prospecção de acervos públicos e privados, em busca de séries documentais que possam ser utilizadas para reconstruir “histórias parciais” da difusão social da cultura escrita em nosso país.

Sobre o último aspecto metodológico apontado por Rita Marquilhas (2000, p. 91), quando trata da ideia de respeitar “os estudos feitos para realidades social, geográfica e cronologicamente vizinhas da que se pretende estudar”, avaliamos que é extremamente relevante para esse tipo de pesquisa levar em conta as investigações que já foram realizadas, e que nos possam oferecer uma visão panorâmica do espaço-tempo que está sendo observado. Sendo assim, tanto estudos históricos como também demográficos, antropológicos e etnográficos serão de grande valia para circunscrever o universo dos escreventes postos em observação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões aqui levantadas, foi possível demonstrar que a *História da Cultura Escrita* possui suas bases teórico-metodológicas bem delimitadas. Contudo, isso não a torna, como quis Castillo Gómez e Sáez (1999), uma “superação” dos estudos paleográficos. Na realidade, como apontamos, o que definirá a base referencial do pesquisador serão as especificidades contextuais do objeto *cultura escrita* e os objetivos de investigação que este tem diante desse fenômeno.

Como vimos, há diversos interesses que são específicos aos historiadores da cultura escrita, como a questão de sua difusão social. E, para dar conta desses interesses, é preciso acessar diversas outros pilares de produção científica para que possamos tratar do objeto a ser investigado. Mas essa realidade não é diferente da que experimentamos nos estudos paleográficos, que também precisam de uma percepção multidisciplinar para lidar com os diversos testemunhos escritos de nossa história.

Dessa forma, para nós, o que define um possível limite entre uma e outra, ou seja, a Paleografia e a história da cultura escrita, caso realmente haja um limite, seriam seus objetivos de investigação sobre a *cultura escrita*, além, é claro, de seus diferentes aspectos teórico-metodológicos.

Contudo, consideramos que este texto precisa ser finalizado não com possíveis respostas, mas com a seguinte questão: com base no que pudemos perceber das principais bases teórico-metodológicas do campo da História da Cultura Escrita, é possível dizer que este e a Paleografia são realmente perspectivas, ou mesmo áreas científicas, diferentes?

A partir desse questionamento, levantamos a seguinte hipótese: para nós, talvez, essa visão separatista entre ambas as perspectivas ainda ocorra por falta de uma compreensão dos pesquisadores em relação ao próprio objeto *cultura escrita*, que, observado de diversas formas, mais converge os estudos paleográficos e os estudos da história da cultura escrita do que os separa. Além disso, é claro, há a resistência de muitos pesquisadores, que ainda persistem em uma noção “tradicional” da Paleografia, que há muito caiu por terras inférteis.

## REFERÊNCIAS

- BARCELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso de arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BARROS, José d'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DHL/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005, p. 125-141.
- BASSANEZI, Silvia Maria. Registros paroquiais e civis. Os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-193.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria: Centro de Ciências Sociais e Humanas-UFSM, 1991.
- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CASTILLO GÓMEZ, A.; SAEZ, C. Paleografía versus alfabetización: reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. **Signo**, Revista de Historia de la Cultura Escrita, v. 1, 1994. p. 133-168.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, jan.-jun., 2003. p. 94-124.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In*: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (org.). **História da vida privada**: da Renascença ao século das luzes. 11 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 113-161.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, dez, 2002. p. 21-47.
- FRAENKEL, Béatrice. A assinatura contra a corrupção do escrito. *In*: BOTTÉRO, Jeán; MORRISON, Ken *et al.* **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo, Ática, 1995.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. *In*: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 218-248.
- LANGELI, Attilio Bartoli. Historia del alfabetismo y método cuantitativo. **Signo**, Revista de Historia de la Cultura Escrita, n. 3, Universidad de Alcalá de Henares, 1996. p. 87-106.



LANGELI, Bartoli; TOSCANI, Xenio (org.). **Istruzione, alfabetismo, scrittura**. Saggi di storia dell'alfabetizzazione in Italia (sec. XV-XIX). Milão: Franco Angeli, 1991.

LOBO, Tânia. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. *In*: OLIVEIRA, Klebson; SOLEDADE, Juliana; FERNANDES, Hirão (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.

LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide *et al.* (org.). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. *In*: OLIVEIRA, Klebson; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). **Várias navegações**: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos. Salvador: EDUFBA, 2013.

LOBO, T.; SARTORI, A.; SOARES, R. M. O aporte das fontes inquisitoriais para uma história da difusão social da leitura e da escrita no Brasil colonial. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n. 58, v. 2, p. 277-298, 2016.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Alquimias da escrita**: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime. Bragança Paulista: USF/CDAPH, 2001.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MORENO, André Luiz Alves. **Escrita (in)surgente**: distribuição social da escrita nos movimentos sediciosos do Brasil de finais do período colonial. Tese. (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, 2019.

OLIVEIRA, Klebson. E agora, com a escrita, os escravos! *In*: COSTA, Sônia Borba Bastos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 139-162.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita na Bahia do século XIX**: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. 4 v.

PETRUCCI, Armando. **Scrittura, alfabetismo ed educazione gráfica nella Roma del primo cinquecento**: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. *Scrittura e Civiltà*, n. 2, 1978, p. 163-207

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Barcelona: Gedisa, 1999.

PETRUCCI, Armando. **La ciência de la escritura**: primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2003.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976 [1950].

SOARES, Magda. B. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 5-16, Belo Horizonte, Anped, set./out./nov./dez., 1995.

SOARES, Magda. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. *In*: SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. 11. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Mariza de C. **Devotos da cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SARTORI, Ana. **Pela pena do Santo Ofício**: difusão social da escrita nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de Quinhentos. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. History from below. **The Times Literary Supplement**, 7 abr. 1966. p. 279-280.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana colonial. *In*: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.). **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2001. p. 391-399. Primeiros Estudos, v. 2.



**PAR DEUS DONA MARIA MHA  
SENHOR BEN TALHADA:  
ALGUNS PERCALÇOS EM EDIÇÕES DE TEXTOS  
DA LÍRICA PROFANA  
GALEGO-PORTUGUESA**

Risonete Batista de Souza  
Universidade Federal da Bahia

## INTRODUÇÃO

A lírica profana galego-portuguesa produzida a partir do final do séc. XII até meados do XIV nas cortes régias e senhoriais da Península Ibérica sobreviveu ao tempo quase exclusivamente em três grandes recolhas miscelâneas denominadas cancioneiros<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cancioneiro da Ajuda, copiado no final do séc. XIII ou início do XIV, na Península Ibérica, o Cancioneiro da Biblioteca Nacional, antigo Colocci-Brancuti, e o Cancioneiro da Vaticana, ambos copiados na cúria papal, por volta de 1525-1526 sob a supervisão do humanista Angelo Colocci (LANCIANI, TAVANI, 1993. p. 115, 119, 123). Doravante essas recolhas serão referidas pelas siglas A, B e V, respectivamente.

São mais de 1600<sup>2</sup> textos de mais de 150<sup>3</sup> autores, cujos nomes são referenciados nos dois cancioneiros copiados na cúria papal, na primeira metade do séc. XVI, e na Távola Colocciana<sup>4</sup>, considerada o índice do Cancioneiro da Biblioteca Nacional por parte da crítica especializada (GONÇALVES, 1974). Diferentemente das outras tradições líricas medievais em línguas vulgares, de algum modo derivadas da lírica occitânica, a tradição manuscrita galego-portuguesa é bastante modesta<sup>5</sup> e circulou precariamente.

[...] A tradição manuscrita da lírica galego-portuguesa revela-se muito pobre se comparada com a lírica occitânica oitânica ou sículo-toscana de inspiração paralela ou ainda com a mais tardia lírica catalã dos séculos XIV-XV, mas enquadra-se perfeitamente na tradição manuscrita ibero-românica dos primeiros séculos em grande parte recolhida num único códice transcrito em época muito próxima da data de composição do texto e tendo ficado durante muito tempo confinado numa biblioteca régia ou monástica onde, se, por um lado, se evitou (mas não sempre) a perda definitiva, por outro lado, porém, a sua potencial fecundidade esterilizou-se. (TAVANI, 1988, p. 62)

Desse conjunto de mais de 1600 cantigas, cerca de 65 são indubitavelmente anônimas ou de atribuição duvidosa e 383 textos foram transmitidos exclusivamente por um dos três cancioneiros<sup>6</sup>. Embora a tradição manuscrita galego-portuguesa seja relativamente uniforme, os textos sejam transmitidos em uma ordem bastante regular<sup>7</sup> e com pouca variação textual nos três cancioneiros principais, o fato de cerca de um quarto do total de cantigas remanescentes ter apenas um único testemunho pode criar problemas para o editor.

---

<sup>2</sup> Oliveira (1994) defende que o número aproximado é de 1680 cantigas. Na verdade, a oscilação se deve à existência de textos inseridos posteriormente e que não pertencem à tradição, e de cantigas repetidas ou não numeradas.

<sup>3</sup> Tavani (1991, p. 326) relaciona 156 autores conhecidos. O número exato, entretanto, não poderá ser computado, visto que não é possível determinar a autoria de algumas cantigas.

<sup>4</sup> Editada e estudada por Elsa Gonçalves (1974), é tradicionalmente indicada pela sigla C.

<sup>5</sup> Comparando com as outras tradições líricas medievais, a galego-portuguesa tem um número modesto de cancioneiros. Da lírica occitânica sobreviveram 95 testemunhos, da oitânica 90, da minnesinger 35 e da galego-portuguesa apenas 8, sendo apenas 3 cancioneiros miscelâneos de grande porte (OLIVEIRA, 1994, p. 22).

<sup>6</sup> São 250 cantigas transmitidas somente por B, 61 transmitidas apenas por A e 72 transmitidas apenas por V.

<sup>7</sup> O portal MedDB oferece um quadro de correspondências denominado “Índice xeral dos testemunhos manuscritos da lírica galego-portuguesa”. (Cf. em <http://bernal.cirp.gal/ords/f?p=MEDDB3:2>)

Outro aspecto que merece reflexão é o tipo de edição a ser adotada. Desde a redescoberta dessa lírica no século XIX aos primeiros anos do século XXI, as edições do *corpus* foram quase exclusivamente parciais, com tendência uniformizadora da língua e direcionadas aos estudiosos da literatura.

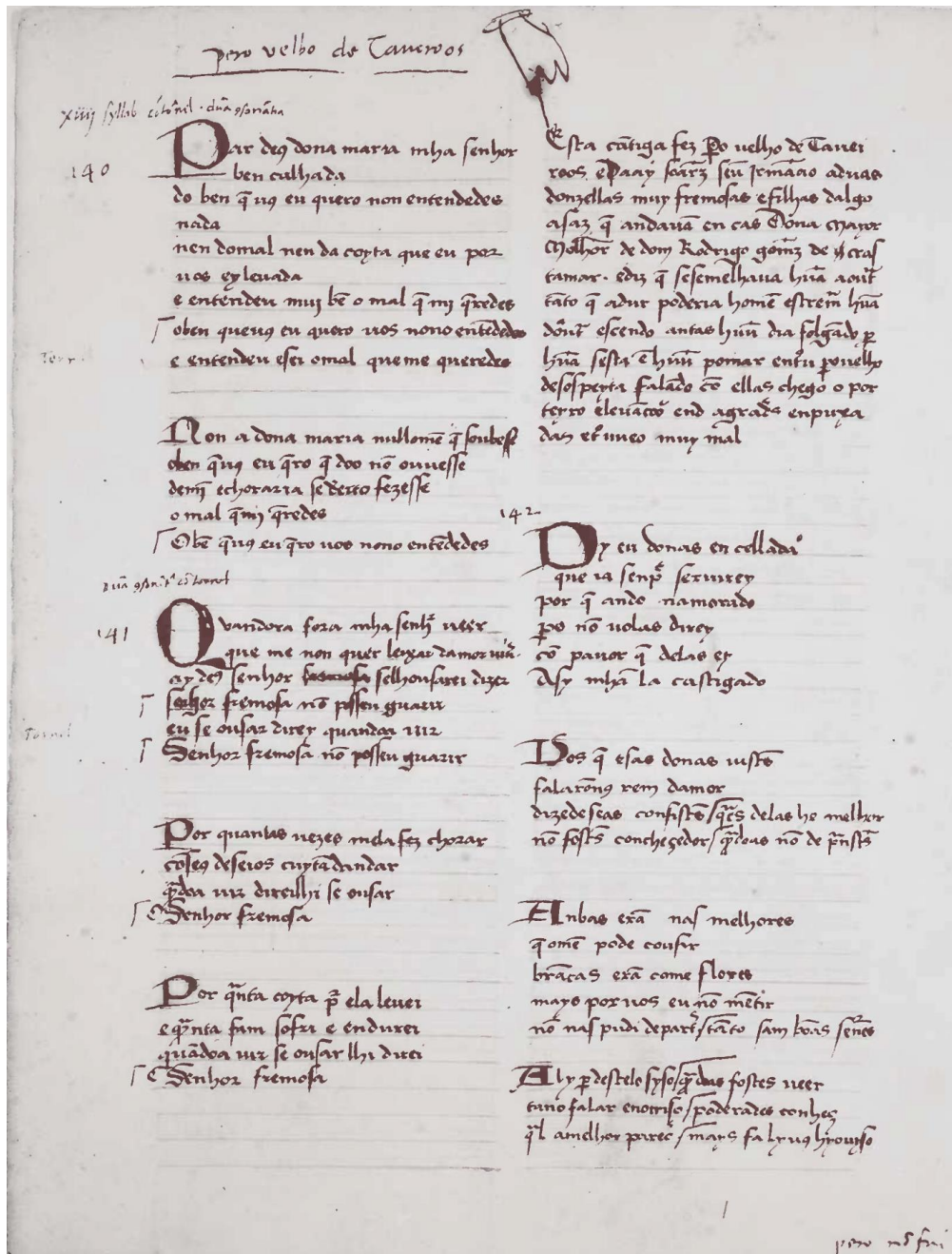
Neste trabalho, discutiremos, a partir de um dos textos transmitido exclusivamente por um cancionero, em um trecho complexo do códice e cuja autoria é duvidosa, os principais problemas e dilemas do editor dessa tradição poética.

### PAR DEUS DONA MARIA MHA SENHOR BEN TALHADA

A cantiga cujo *incipit* é “Par Deus Dona Maria, mha senhor ben talhada” foi transmitida exclusivamente por B, no verso do atual fl. 35 e recebe o número 140, escrito por Angelo Colocci na margem esquerda, à altura da segunda linha do texto.

A cantiga B 140 é a primeira transcrita na coluna *a* do fl. 35v, após o nome do trovador “Pero Velho de Taveros”, escrito por Angelo Colocci. Nesse fólio há uma série de notas colocianas, a saber, à esquerda, abaixo do nome do trovador, lê-se “XIII sillab”, que indica que o humanista contou 14 sílabas nos versos; na sequência, à mesma altura do fólio, leem-se as seguintes notas: “cõ tornel” (ou seja, com refrão) e “d’ũa consonãtia” (isto é, rimas consoantes). Mais abaixo, à altura do refrão, lê-se “tornel”. Ainda na coluna *a*, na sequência, vem a cantiga 141 (numeral escrito à esquerda do primeiro verso), antecedida pela nota “Dũa 9sonã<sup>a</sup> cõ tornel”, o que significa que Colocci identificou ser uma cantiga de refrão com rimas consoantes. A palavra “tornel” é escrita a altura do quinto verso, à esquerda, para chamar a atenção do refrão, que é identificado por um “L” invertido à esquerda dos versos 4 e 6. Veja-se a reprodução do referido fólio na Figura 1.

Figura 1 – Fl. 35v do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (1982)



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

A coluna *b* do fl. 35v inicia-se com uma longa rubrica explicativa que antecede a tenção entre Pero Velho de Taveirós e seu irmão Pai Soares de Taveirós<sup>8</sup>, cantiga de número 142. A rubrica é antecedida pelo desenho de uma mão, que aponta para seu início. A tenção ocupa o resto da coluna e discute um tema não inédito na poética dos irmãos: o

<sup>8</sup> A grafia dos nomes dos trovadores varia nos manuscritos, porque não havia um padrão ortográfico, e também nas edições, pois cada editor adota critérios próprios de uniformização. Neste trabalho, vamos modernizar a grafia pela norma portuguesa. As formas divergentes aparecerão nas citações.

de surpreender damas no gineceu<sup>9</sup>. O fólio possui, ainda, uma anotação colocciana “Pero nõ fui”, que é o reclamo da cantiga que inicia o fl. 36r, col. *a*. Essa anotação está no canto inferior direito. Ressalte-se que todas as notas, bem como o desenho da mão foram feitos por Angelo Colocci, que mandara copiar o cancionero, e são indicativos de que este códice foi escolhido pelo humanista como seu exemplar de estudo da lírica peninsular.

O fl. 35 pertence ao atual caderno 4, que é peculiar no conjunto atual do manuscrito, pois se trata de um sênio, quando a tendência é que B apresente quínios (FERRARI, 1993, p. 119). Como já foi dito, seu reto está em branco, contendo apenas o numeral 35 no canto superior direito. O fólio que o antecede, o 34, transmite 4 cantigas do trovador Nuno Eanes Cerzeo: duas no reto e duas no verso. O fólio 36, pertencente a outro caderno atípico, pois trata-se de um terno que teve três fólios cortados, inicia-se com a rubrica que apresenta a cantiga 143, de Martin Soares, “Pero non fuy a ultra mar”. Essa é uma cantiga satírica, portanto, não deveria estar nesta sessão, que é majoritariamente formada por cantigas de amor. Na sequência, col. *b*, há uma rubrica que antecede uma tenção entre Martin Soares e Pay Saores de Taveirós, cujos três últimos versos da última estrofe e uma única *finda*<sup>10</sup> estão no verso, col. *a*, e todo o resto do fólio está em branco.

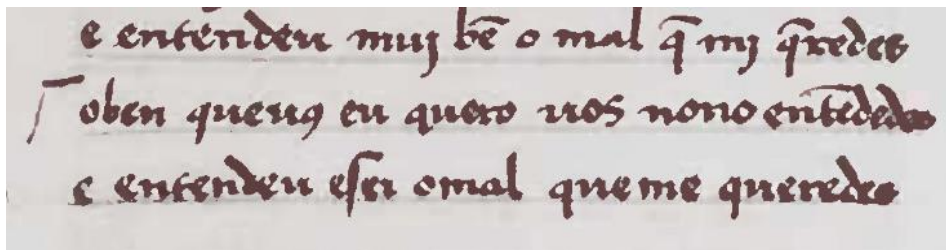
B 140 é uma cantiga de amor, embora rompa com um dos princípios fundamentais do gênero, que é o segredo do nome da amada. O fato de o nome da *senhor* aparecer no primeiro verso não é um procedimento canônico do gênero e registra-se em poucos textos que estão no limiar entre os gêneros amoroso e satírico. Formalmente, B 140 é uma cantiga de refrão, com duas estrofes de rimas singulares: *aaaBBB*, em que a rima *a* da primeira estrofe é *ada* e da segunda *esse*. As estrofes possuem três versos longos, de 13 sílabas, de rima grave ou feminina: “ada” I/“esse” II. O refrão, também com 3 versos, de 12 sílabas, rima grave *edes*, apresenta algumas idiossincrasias na cópia. Colocci marca apenas os dois últimos versos em ambas as estrofes.

---

<sup>9</sup> Pai Soares de Taveirós é o autor da famosa cantiga de guarvaia, transmitida exclusivamente por A, no fl. 9r, col. *b*, cujo número de sequência no Cancioneiro é 38. Nessa cantiga, o eu poético declara haver surpreendido a senhor “em saia”, ou seja, sem manto, portanto, na intimidade, fora do ambiente da corte.

<sup>10</sup> Nas tenções, o usual é que haja no mínimo duas findas, uma de cada trovador.

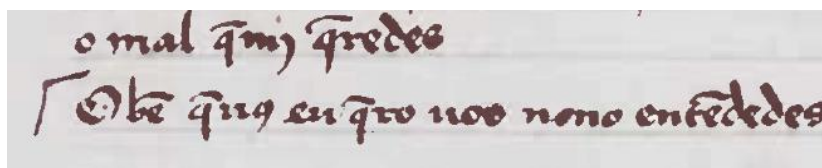
Figura 2 – Fl. 35v do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (1982)



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

Na segunda estrofe, o quarto verso ou primeiro do refrão apresenta um problema de cópia, porque reproduz-se apenas seu final, o que não é comum, pois, em geral, por questão de economia, o copista repete o início do primeiro verso do refrão a partir da segunda estrofe. Haveria uma lacuna no exemplar de cópia ou o copista se equivocou?

Figura 3 – Fl. 35v do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (1982)



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

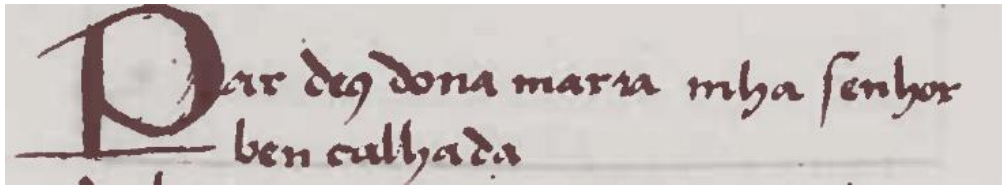
Esses fatos geraram discordância de interpretação dos editores da cantiga, que se dividem entre os que seguem a indicação colocciana e consideram apenas os versos

o ben que vos eu quero, vós non o entendedes, / e entend' eu e sei o mal que me queredes"; e aqueles que incluem os versos 4 e 10 no refrão: "e entend' eu mui ben o mal que mi queredes / o ben que vos eu quero, vós non o entendedes, / e entend' eu e sei o mal que me queredes.

Na segunda linha da cantiga, v. 1, há um erro óbvio que foi corrigido por todos os editores. No manuscrito lê-se "Par de<sup>9</sup> dona maria mha senhor / ben calhada" (grifo nosso). O copista copiou um "c" em lugar de "t", o que pode ter sido lapso, quer pela semelhança das letras, quer pela ignorância da língua que copiava ou ainda pela existência de erro no exemplar de cópia, que ele simplesmente reproduziu.



Figura 4 – Fl. 35v do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (1982)



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

## AS EDIÇÕES DA CANTIGA B 140

A primeira edição crítica de B 140 foi a de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, em 1904, no Cancioneiro da Ajuda<sup>11</sup>. O texto fixado pela romanista foi reproduzido pela equipe coordenada por Mercedes Bréa, que em 1996 publicou pela Xunta de Galicia o *corpus* completo da lírica profana galego-portuguesa (BRÉA, 1996). Embora não tenha sido transmitida por A, Carolina Michaëlis de Vasconcellos a incluiu na suposta “terceira lacuna” do Cancioneiro da Ajuda<sup>12</sup>. A romanista atribui a cantiga 140, bem como a 141, que vem na sequência, a Pero Velho de Taveirós e, seguindo Colocci, considera que o refrão tem apenas dois versos: “O ben que vus eu quero, vos no’-no entendedes; / e entend’eu e sei o mal que me queredes.”

Para Carolina Michaëlis, formalmente seria uma cantiga de refrão: 2x(4+2) com senários duplos e esquema aaabBB<sup>13</sup>. A editora emenda o verso 10 com uma conjectura duvidosa: “[por que vus quero ben,] o mal que mi queredes”, o que se constitui uma interferência bem maior do que a possibilidade de simplesmente repetir o início do verso 4: “**e entend’ eu mui ben** o mal que mi queredes”, corrigindo o provável equívoco de Angelo Colocci.

Graça Videira Lopes, que edita a cantiga no portal Cantigas Medievais Galego-Portuguesas (Projeto Littera), considera que o refrão tem apenas dois versos, embora registre em nota de leitura, v. 10, a possibilidade de que ele pertença ao refrão, e cita José

<sup>11</sup> Neste trabalho, citaremos a edição de 1990, da Imprensa Nacional / Casa da Moeda, que reproduz a edição de Halle, de 1904.

<sup>12</sup> O manuscrito denominado Cancioneiro da Ajuda transmite, em seu estado atual, 310 cantigas. A edição de Carolina Michaëlis, entretanto, publica 467 cantigas, com a justificativa de preencher as lacunas de A com os textos constantes nos cancioneiros copiados na Itália (B e V).

<sup>13</sup> VASCONCELLOS, 1990 [1904], p. [773].

Rios Milhán (2018)<sup>14</sup>. Entretanto, ao transcrever o verso 10, opta por registrar a lacuna inicial, sem propor emenda, tampouco ousa afastar-se das edições anteriores que seguem a indicação de Colocci à risca. Registra a possibilidade de dupla atribuição, e em nota explicativa, detalha as possibilidades de interpretação da mão desenhada por Colocci. Na mesma nota, cita o trabalho de Deborah González (2013), que fez um estudo sobre a “manciña indicadora” em B. Lopes informa que a estudiosa citada concluiu pela indicação das cantigas 140 e 141 a Pero Velho.

A edição da cantiga na base de dados do Centro Ramón Piñeiro, coordenada pela filóloga Mercedes Bréa, traz uma leitura atribuída a González, cuja referência infelizmente não consta na bibliografia. Entretanto, ao cotejarmos o texto do portal como o de González (2016), vê-se que a proposta de leitura se afasta bastante da edição que diz ter sido seguida, por adotar o refrão de dois versos<sup>15</sup>, e por atribuí-la, inicialmente, a Nuno Eanes Cerzeo, embora registre a possibilidade de pertencer a Pero Velho de Taveirós, enquanto González (2016) a atribui a Pero Velho<sup>16</sup>.

O projeto Universo Cantigas, coordenado pelo filólogo Manuel Ferreiro (La Coruña), atribui a cantiga a Pero Velho de Taveirós e registra em nota a possibilidade de que pertença ao cancionero de Nuno Eanes Cerzeo. No que se refere à estrutura, considera que o refrão possui três versos e emenda o v. 10, com o início do v. 4: “[e entend’eu mui ben] o mal que mi queredes”. Ao referenciar as edições críticas do texto cita Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1990 [1904]), Déborah González (2016) e Graça Videira Lopes (2011), no projeto Littera.

Analisando as edições críticas disponíveis e abstraindo os critérios de uniformização da língua, já que tais variantes seriam do interesse de estudiosos da língua, é possível problematizar as soluções adotadas pelos editores. A primeira questão diz respeito

---

<sup>14</sup> José Rios Milhán editou a cantiga B 140 em *Lírica trovadoresca em língua portuguesa. Exercícios ecdóticos 1*, onde considera os versos 4 e 10 como parte do refrão. Entretanto, ele não é o primeiro a sugerir essa solução de edição, pois o trabalho de Déborah González (2016) já fazia tal proposição. É estranho que Lopes cite os trabalhos de González (2013, 2018), mas desconheça a edição de Pero Velho de Taveirós publicada em 2016.

<sup>15</sup> González (2016) adota um refrão de três versos.

<sup>16</sup> Déborah González e António Souto Cabo publicaram em 2018 as cantigas de Nuno Eanes Cerzeo e não incluíram a cantiga B 140, o que reforça a atribuição a Pero Velho.

ao refrão. Talvez induzido pelo erro, provavelmente constante no exemplar de cópia, que traz apenas o trecho final do v. 10 (“o mal que mi queredes”), Colocci marcou apenas os dois últimos versos de cada estrofe como refrão (Cf. Figura 3). Dos editores mencionados, Carolina Micahëlis foi a que tomou a pior decisão, pois optou por emendar o verso valendo-se da *divinatio*. O resultado é que a romanista termina por apresentar ao leitor um verso espúrio, porque falseado, inexistente no original. A solução de Lopes (2011) de registrar a lacuna é a mais honesta do ponto de vista paleográfico, porque reproduz a materialidade do verso tal como foi transmitido por B. Entretanto, a opção de Ferreiro (2018) é a mais pertinente em uma edição crítica, porque interpretou o verso 10 como refrão e, desse modo, completou-o para restituir a integridade do poema, tomando como base o v. 4. Apesar de possuir um único testemunho, essa cantiga é de refrão e a coincidência do final do v. 10 com o final do v. 4 sugere que se trate do primeiro verso do refrão, o que torna a emenda aceitável e mesmo desejável em um edição para um público mais amplo.

Ferreiro (2018) é o único editor que oferece, ainda, a leitura paleográfica do texto, o que atende aos interesses dos estudiosos da língua, preenchendo, assim, uma lacuna no âmbito da lírica galego-portuguesa, pois as edições diplomáticas são até então pouco acessíveis. B teve uma edição diplomática parcial, realizada por Molteni (1880), que traz somente os textos não editados por Monaci (1975), em sua edição do Cancioneiro da Vaticana. Essas duas edições, assim como a edição diplomática de A, realizada por Carter (1941) circulam muito restritamente.

O v. 3 também é motivo de discordância entre os editores. No manuscrito lê-se “nen domal nen da coyta que eu por vos ey levada”. Carolina Michaëlis lê “nen do mal, nen da coita, qu(e) eu por vós ei levada”, mantendo o “eu”, mas indicando a crase com o “e” de “que”, para corrigir o verso hipémetro. Os demais editores expurgaram o “eu”, desnecessário. Ferreiro (2018) argumenta que “o paralelismo construtivo na cantiga (eu no v. 2 de cada estrofa, ausente no v. 3) indica que o debemos omitir.”, e reforça o

argumento referindo a outras ocorrências da expressão “coita que por vós + aver / sofrer / levar”, em que o sujeito pronominal está igualmente ausente<sup>17</sup>.

## SOBRE A ATRIBUIÇÃO DA CANTIGA B140

Como foi visto, a atribuição de autoria da cantiga B 140 oscila entre Pero Velho de Taveirós e Nuno Eanes Cerzeo, segundo os editores. Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1990 [1904]), Tavani, no *Repertorio Metrico* (1967), depois no *Dicionário* (1993), e Ferreiro (2018) a atribuíram a Pero Velho, o portal MedDB coordenado por Bréa, opta por imputar sua autoria a Cerzeo, embora registre a possibilidade de ser de Pero Velho, enquanto Lopes (2011) limita-se a apontar a dupla possibilidade, sem tomar partido.

Conforme se pode observar na Figura 1, o nome de “Pero Velho de Taveiroos” foi escrito pela mão de Colocci no coluna *a* do fl. 35v, antes do texto da cantiga, procedimento normal nas indicações de autoria nos cancioneiros copiados na Itália. Outra fonte de indicação utilizada pelos estudiosos da lírica profana galego-portuguesa, a *Tavola Colocciana* (GONÇALVES, 1979, p. 409), traz explicitamente a indicação de Pero Velho como autor da cantiga. Veja-se a Figura 5.

Figura 5 – Tavola Colocciana

|                                |
|--------------------------------|
| 79. Vaasco Praga de Sendin.    |
| 104. Joan Soayrez Ssomesso.    |
| 129. Nun'Eanes Cerzeo.         |
| 140. Pero Velho de Taverroos.  |
| 144. Martim Soarez.            |
| 145. Paay Soarez de Taverroos. |
| 151. Martin Soares.            |
| 173                            |

Fonte: GONÇALVES, 1976, p. 409.

<sup>17</sup> “Máis aínda, ao longo do corpus as construcións do tipo coita que por vós + aver / sofrer / levar nunca presentan o suxeito antecedendo o verbo: da gran coita que por vós ei (90.26); nen me val coita que por vós sofri (138.27); nen mui gran coita que por vós levei (261.4); e a gran coita e o grand’afan, / ..., / que por vós sofro (280.4); a gran coita que por vós ei, senhor (636.5); que sab’a coita que por vós sofri (814.13); ena coita d’aqui / que por vós ei (926.17).” (FERREIRO, 2018).

O questionamento da autoria foi introduzida por D’Heur (1973, p. 30), que interpretou a mão desenhada ao alto no centro do fólio, apontando para a rubrica no início da coluna *b*, como um indicador de que o nome “Pero Velho de Taveiros” refere-se à rubrica que antecede a cantiga B 142, que é uma tenção entre Pero Velho e Pai Soares, e não ao início de novo ciclo. Em tese, a mão corrigiria um erro de atribuição. Assim sendo, as cantigas 140 e 141 pertenceriam a Nuno Eanes Cerzeo, fechando seu ciclo iniciado no fl. 32v, com a cantiga 129.

A posição de D’Heur foi posta em dúvida por Gonçalves (1976, p. 435-436), mas adotada por Oliveira (1994, p. 92), que afirma:

No caso de Pero Velho estamos perante a única composição que dele nos foi transmitida pelos cancioneiros, uma tenção com o seu irmão Paio Soares, precisamente o autor que o segue nessa secção, após as duas cantigas de Martin Soares para aí deslocadas.

Tavani (1993, p. 552), entretanto, reafirma sua posição de atribuir as cantigas 140 e 141 a Pero Velho:

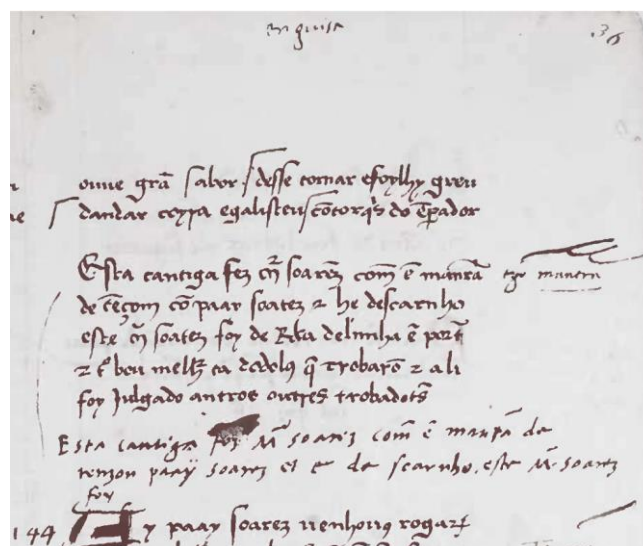
O \*Cancioneiro da Biblioteca Nacional atribui-lhe – além da tenção com Pai Soarez, sobre tema amoroso (*Vi eu donas en celado*, RM, 135, 3/115, 11 = B 142) – duas \*cantigas de amor, uma das quais em estilo paródico (Par Deus, dona Maria, mia senhor ben talhada. RM, 135, 1 = B 140) e a outra, de estrutura invulgar, pois o \*refram é uma glosa do último verso da \*cobra (*Quand’ora for mia senhor ver*, RM 135, 2 = B 141). Alguns críticos quiseram adjudicar estes dois últimos textos a \*Nun’Eanes Cerzeo, cujas cantigas de amor precedem as três composições de Pero Velho: mas a presença no códice de uma rubrica com o nome do nosso trovador escrito em cima da coluna onde é copiada a primeira dessas composições, e a página em branco que separa a secção de Nun’Eanes Cerzeo da de Pero Velho, não deixam dúvidas sobre a atribuição, aliás, confirmada pela \*Távola Colocciana.

A problemática da atribuição, portanto, ainda está em aberto e suscita dúvidas e debates, como demonstram as diferentes posições adotadas pelos editores dos três principais portais de divulgação do *corpus* da lírica galego-portuguesa na internet.

## A atribuição de autoria da cantiga 140 e as características codicológicas de B

Já foi afirmado que a cantiga B 140 foi transmitida em um setor problemático do códice, o caderno 4, formado por seis bifólios (sênio), o que o diferencia do padrão de cinco bifólios (quínio), característico de B. Outra especificidade é o fato desse caderno apresentar a ocorrência de três mãos (c, d, b, c), ou seja, três dos seis copistas de B trabalharam nele. O último fólio tem o reto em branco e a cantiga em questão encontra-se no verso no início da coluna *a*. O caderno seguinte é um terno que apresenta apenas os três primeiros fólhos. Seus pares foram cortados. Apesar de sua pequena extensão, o caderno 5 foi escrito por duas mãos: c, d. O primeiro fólio do caderno traz a cantiga indicada no reclamo do canto inferior direito do fl. 35v “pero ñ fui”, que pertence a Martin Soares e é uma sátira, portanto, um texto estranho em uma sessão de cantigas de amor (SOUZA, 2002, p. 19). A segunda cantiga transmitida pelo fl. 36r é uma tenção entre Martin Soares e Pai Soares de Taveirós, irmão do trovador Pero Velho. A tenção termina no fl. 36v, que fica em branco a partir do final da cantiga. Curiosamente, a mãozinha indicativa de Colocci, mais estilizada, foi desenhada neste fólio, col. *b*, com o dedo indicador apontando para o início da rubrica que antecede a tenção entre Martin Soares e Pai Soares (Figura 6). Tal como no fl. 35v, a mãozinha aponta para a rubrica explicativa.

Figura 6 – Fl. 36r, col. b do Cancioneiro da Biblioteca Nacional



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

Ambos os textos apontados pelas mãozinhas são rubricas que antecedem tenções e essas são as primeiras ocorrências desse gênero no cancionero. Ambas as rubricas trazem uma série de informações que permitem saber mais sobre os trovadores envolvidos e as relações que os estreitam. A primeira informa que Pero Velho e Pai Soares são irmãos, e explica o assunto tratado no texto, a saber, Pero Velho narra um episódio ocorrido na casa do nobre galego Rodrigo de Trastâmara, onde o trovador relata haver surpreendido duas donas muito belas e bastante semelhantes, quando essas faziam a sesta em um pomar, ele falou com elas, mas foi expulso pelo porteiro<sup>18</sup> aos safanões. A segunda rubrica informa sobre a relação de proximidade entre Pai Soares, que aparece na primeira tenção, e Martin Soares, trovador, cujas cantigas de amor vêm na sequência das de Pai Soares. Registre-se, ainda, que a rubrica traz uma espécie de “vida” do segundo trovador, única ocorrência na lírica galego-portuguesa<sup>19</sup>.

Há duas notas coloccianas na parte inferior do fl. 36v: “cuidava” e “Amha senhor a temho”, que está riscada. O fl. 37r inicia com uma cantiga que também está riscada, a cantiga B 496, de Alfonso X, cujo início está no fl. 110v. Na coluna *b*, l. 6, inicia-se o ciclo das cantigas de amor de Pai Soares e se estende até o fl. 38r, cuja coluna *b* não foi inteiramente escrita. Todo o verso deste fólio está em branco, exceto pelo reclamo, na margem inferior esquerda, “pero q punhen”. Na sequência, há indício de três fólhos cortados, sendo que o terceiro apresenta margem residual bem ampla e no reto pode-se ler o número 32 escrito por Colocci (FERRARI, 1979, p. 97).

Na recensão crítica acerca do trabalho de Anna Ferrari (1979), Elsa Gonçalves (1983) retomou a questão da proveniência dos fólhos do atual caderno 5 e, a partir de observações

---

<sup>18</sup> “Esta cantiga fez Pero Velho de Taveiroos e Paai Soarez, seu irmão, a duas donzelas mui fremosas e filhas-d’algo as[s]az que andavan en cas Dona Maior, molher de Don Rodrigo Gomez de Trastamar. E diz que se semelhava ãa a outra tanto que a dur poderia homen estremar ãa da outra; e sendo ambas ãu dia folgando per ãa sesta en ãu pomar, entrou Pero Velho de sospeita; falando con elas, chego[u] o porteiro e levantó-o end’a grandes empuxadas e trouve-o mui mal.” (FERREIRO, 2018)

<sup>19</sup> “Esta cantiga fez Martin Soarez come en maneira de tençon con Paai Soarez, e é d’escarnho. Este Martin Soarez foi de Riba de Limia, en Portugal, e trobou melhor ca todo-los que trobaron, e ali foi julgado antr’os outros trobadores.” (FERREIRO, 2018). As vidas eram muito comuns na lírica occitânica tão bem conhecida por Colocci. Mas na tradição galego-portuguesa essa é a única ocorrência.

pontuais feitas pela filóloga italiana sobre a constituição dos cadernos 5, 12, 13 e 14, estabeleceu a origem dos fls. 36, 37 e 38. O fl. 36, de início, pertenceria ao caderno 4, enquanto os fls. 37 e 38, a princípio, faziam parte do caderno 14<sup>20</sup>. Provavelmente, em função destes deslocamentos, explicam-se as divergências de atribuição das cantigas entre B e C. No caderno anterior, entretanto, a correspondência entre B e C é cabal.

O caderno 4 de B inicia-se no fl. 24, que transmite as três últimas estrofes da cantiga B 89 (“A Deus grand’oje, mha senhor”), de Vasco Praga de Sandim, cujo ciclo se inicia no fl. 21v com a cantiga B 79. O ciclo de Sandim estende-se até o fl. 27r, com a cantiga B 103; na sequência, vem a cantiga B 104, atribuída a Johã Soarez Ssomeso, cujo ciclo se estende até o fl. 32v, que transmite os três últimos versos da cantiga B 128. A cantiga B 129 é precedida da rubrica atributiva (mão de Colocci) “Nun’Eaños Cerzeo q fez estas cantigas damor”. O ciclo de Cerzeo termina no fl. 34v, com a cantiga 137. Conforme já foi dito, o fl. 35r está em branco, mas poderia conter mais dois textos pertencentes a Sandim<sup>21</sup>, que não foram transmitidos por B, as cantigas 138 e 139. No verso do fólio em branco, acima, centralizado na coluna *a*, antes da cantiga 140, lê-se o nome de “Pero Velho de Taveiroos”, tal como o de Sandim, na coluna *a* do fl. 21v, antecedendo a cantiga B 79, o de Someso, na coluna *b* do fl. 27v, antecedendo a cantiga B 104, e a rubrica que antecede o ciclo de Cerzeo, no fl. 32v, portanto, no fl. 35v, segue-se o padrão de indicação de autoria e de abertura de novo ciclo.

As divergências entre C e B são pontuais e, no geral, ocorrem em trechos problemáticos do códice, onde se tem cadernos atípicos, fólhos cortados e indícios de deslocamentos, como no caso do caderno 5. Pela indicação da Tavola Colocciana, a cantiga 143 deveria pertencer a Pero Velho, mas a rubrica que a antecede diz claramente que é de Martin Soares, trovador que divide a autoria da cantiga seguinte com Pai Soares de Taveirós, irmão de Pero Velho: trata-se da tenção B 144 (“Ay paay Soarez venho vo9

---

<sup>20</sup> Esse caderno, assim como os dois que o antecedem, é de formação irregular. A ordenação primitiva pode ser entendida atentando para um detalhe observado por Anna Ferrari: o copista tinha o hábito de numerar os fólhos na parte superior direita, com pequenas barras verticais e minúsculos numerais arábicos.

<sup>21</sup> A numeração de B é progressiva e casos de erro na sequência acontecem com pouca frequência, porém a ordem neste trecho do códice é perturbada pela ausência das cantigas 138 e 139. A sequência salta de 137 (fl. 34v) para 140 (fl. 35v).



rogar”). O ciclo de Pai Soares recomeça na sequência com a cantiga 145 e se estende até o reto do fólio 38, cujo verso também está em branco. Logo após há uma sequência de seis fólhos cortados na origem, no fl. 39r, recomeça o ciclo de cantigas de amor de Martins Soares. Portanto, os deslocamentos de fólhos nessa parte do códice podem ser interpretados como o propósito de devolver as cantigas de Pai Soares (B 145 a B 150), que foram copiadas erradamente após as do rei castelhano D. Afonso X, no caderno 14, para o setor onde se encontravam as cantigas de amor e restituir a produção do trovador ao setor original. É preciso destacar que em A, as cantigas de Pai Soares e de Martin Soares estão em sequência, respectivamente: A 31 (acéfala) = B 146, A 32 = B 147, A 33 = B 148, A 34 = B 149 e A 35 = B 150<sup>22</sup>; A 40 = B 152<sup>23</sup> (acéfala), A 41 = B 153, A 42 = B 154, A 43 = B 155 (...) A 60 = B 171.

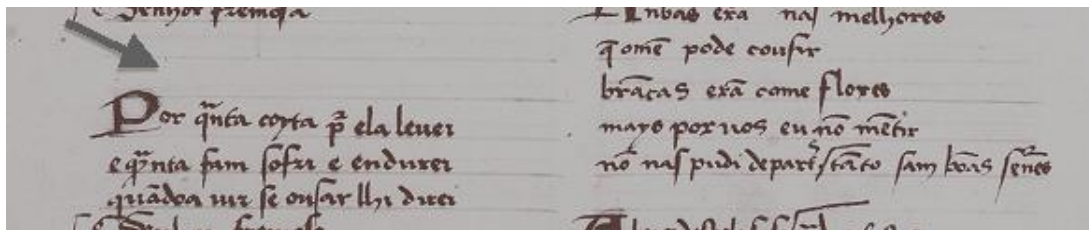
É fato que B não transmitiu as cantigas 138 e 139, que deveriam ter sido copiadas no fólio 35r, que está em branco, portanto, o ciclo de Sandim parece estar incompleto. A cantigas desse trovador não foram transmitidas em A devido a uma lacuna existente no códice, o que não nos permite conhecer atualmente esses textos. Em B, ao contrário de A, um ciclo novo pode ser iniciado no meio de um fólio, em qualquer coluna, mas o fato de o fl. 35v iniciar com o nome de um trovador antes da cantigas 140 e a autoria dessa cantiga ser confirmada pela Tavola Colocciana são dois argumentos bastante sólidos para se imputar a autoria das cantigas 140 e 141 a Pai Soares de Taveirós. Entretanto, em seu estudo sobre a estrutura dos cancioneros da tradição manuscrita da lírica galego-portuguesa, Jean-Marie D’Heur defendeu a hipótese de que B 140 não pertenceria a Pero Velho, argumentando que a mão desenhada por Colocci relacionaria o nome do trovador à rubrica que antecede a tenção entre os irmãos Taveirós (D’HEUR, 1973, p. 30).

---

<sup>22</sup> O cancionero da Ajuda transmite quatro cantigas de Pai Soares que não constam em B.

<sup>23</sup> O Ciclo de Martin Soares em A inicia com a cantiga correspondente a B 152, enquanto em B inicia-se com a cantiga que correspondente a A 61, que em A foi transmitida apenas a primeira estrofe.

Figura 7 – Fl. 35v do Cancioneiro da Biblioteca Nacional



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

A partir de então, os editores tenderam a imputar a autoria de B 140 e B 141 a Cerzeo ou, no máximo, a oferecer o benefício da dúvida. É preciso, pois, examinar o sentido desta mãozinha desenhada por Colocci, se de fato poderia ser interpretada como uma correção e, para tanto, é necessário verificar como são feitas as correções em B, se a mãozinha é uma ocorrência rara como sugeriram outros estudiosos e se é possível inferir a que se presta nas diversas ocorrências.

#### A mãozinha indicadora de Colocci em B. Possíveis significados

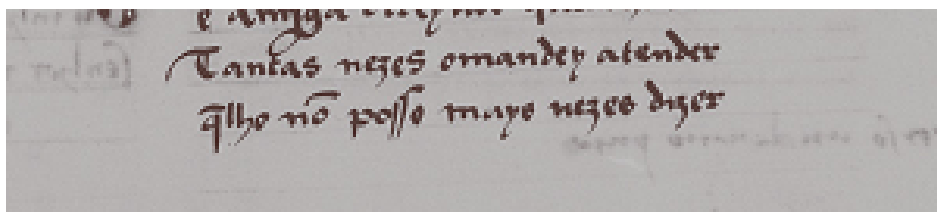
A tarefa de examinar a recorrência da mãozinha indicadora de Colocci em B, conforme já foi citado anteriormente, foi realizada por González (2013). Segundo a filóloga, a mãozinha com o dedo indicador estendido pode ser percebida, ainda que um tanto estilizada, em mais de uma dúzia de fólhos em B, bem como em V e em C (GONZÁLEZ, 2013, p. 40). Em B, o desenho aparece em rubricas atributivas, explicativa ou codicológicas, conforme classificação proposta por Gonçalves (1994). Após exaustiva análise da ocorrência da mãozinha indicadora, González conclui que “[...] a función principal da manciña foi, essencialmente, a de incidir nos contidos dun texto ou dunha parte del” (GONZÁLEZ, 2013, p. 52). Portanto, em nenhuma ocorrência, a mãozinha teve a função de corrigir, ao contrário:

Acompañando as diferentes rubricas, Colocci empregaría o signo para destacar o nome dun autor ou outras referencias onomásticas. Tamén para remarcar a presenza dunha expresión determinada, que frecuentemente anotou e/ou subliñou, ás veces, as que prestou atención noutras partes do cancioneiro. Tamén se serviría da singular marca para chamar a atención sobre a totalidade dunha rubrica. Naqueles contextos en que a manciña pode entenderse motivada pola información atributiva que contén unha *razo*, vemos que, se Colocci volver a copiar o nome do trobador, a atribución aparece escrita frecuentemente entre a prosa e a cantiga ou

nunha marxe do folio, pero nunca nunha posición que poida dar lugar a equívocos na asignación das cantigas. (GONZÁLEZ, 2013, p. 52-53)

A mãozinha indicadora de Colocci parece ter função de dar destaque a algum aspecto que chamou a atenção, que despertou o interesse do humanista. Sua primeira ocorrência em B é no fl. 15v, onde se observa o dedo indicador estendido apontando para o nome do trovador, autor das cantigas da sequência: “Fernã figeyra Y figueyro de lemos”.

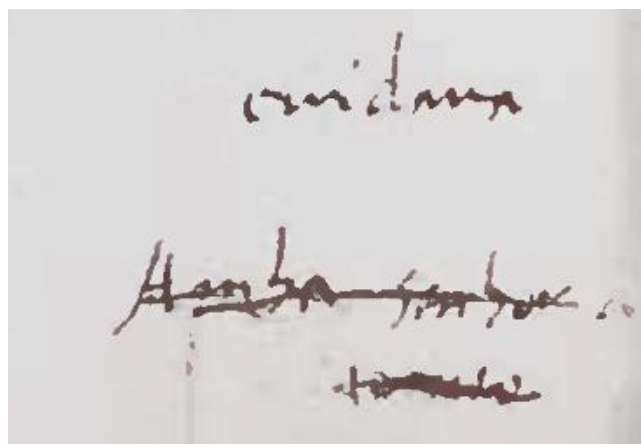
Figura 8 – Fl. 15v, col. b do Cancioneiro da Biblioteca Nacional



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

Por outro lado, é possível verificar em B ocorrências de correção de erros cometidos quer pelo copista, quer por Colocci. Um primeiro exemplo, pode ser verificado no fl. 36v, margem inferior direita, no reclamo, onde Colocci riscou “A mha senhor atemho” e escreveu acima “cuidava”, que corresponde à primeira palavra do *incipit* da cantiga seguinte, 145, fl. 37r, pertencente a Pai Soares:

Figura 9 – Fl. 36v do Cancioneiro da Biblioteca Nacional



Fonte: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

Outro exemplo de correção pode ser visto no fl. 37r, onde se observa que a cantiga 145 é antecedida por nove estrofes de uma cantiga acéfala, que ocupam toda a coluna *a* e o

início da coluna *b*, riscadas com um traço vertical levemente inclinado para a direita. Trata-se da cantiga B 496, iniciada no fl. 110v, do caderno 14, de autoria do rei castelhano Afonso X, cujo *incipit* é “Quēde guerra levou cavaleyres”. Colocci cortou e deslocou os fólhos que faziam par com os atuais fls. 108 e 109 do caderno 14, atualmente fls. 37 e 38 do atípico caderno 5, e riscou as nove estrofes finais da cantiga. Uma atitude no mínimo curiosa, que parece demonstrar que o humanista colocou em segundo plano uma longa cantiga pertencente ao gênero satírico, atribuída ao rei castelhano alcunhado o Sábio, para privilegiar o resgate da ordem que se acredita ser a do exemplar de cópia, trazendo as cantigas de amor de Pai Soares para antes das de Martin Soares.

A análise da estrutura de B, nos cadernos 4 e 5, local onde figuram as cantigas cuja atribuição suscitou discussão por parte da crítica, a ocorrência da mãozinha indicadora, ainda que não tão bem desenhada como a do fl. 35v, que aparentemente está destacando algum aspecto que despertou a atenção do romanista reforçam a interpretação de Carolina Michaëlis e Tavani, que atribuíram as duas primeiras cantigas do fl. 35v a Pero Velho. Por outro lado, observa-se que em todas as correções realizadas ao longo da cópia de B, optou-se pela anulação do erro com um risco e posterior reescrita da forma correta. Portanto, excluindo-se o argumento de que a mãozinha pode indicar correção, resulta bastante sólida a hipótese de que as cantigas 140 e 141 sejam efetivamente de Pero Velho de Taveirós.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cantiga “Par Deus Dona Maria, mha senhor ben talhada” é exemplo das dificuldades de edição e de identificação de autoria dos textos pertencentes à lírica trovadoresca galego-portuguesa. O testemunho único, a estreita relação entre os três principais cancioneiros e os problemas apresentados pelos códices na atualidade dificultam a atividade de edição. O fato de os manuscritos contarem com poucos estudos codicológicos é um fator potencializador dessa complexidade. No geral, os editores

copiam as edições anteriores, registram as divergências de interpretação, mas passam ao largo das questões pertinentes à estrutura dos manuscritos.

Embora não possamos afirmar com certeza, a análise do manuscrito que a transmitiu nos permite descartar hipótese de que a cantiga pertença a Nuno Eanes Cerzeo. Além da confluência entre a indicação de C e de B, que a atribui a Pero Velho de Taveirós, temos o indício de que o deslocamento de fólhos, realizado por Colocci, pretendia reintegrar as cantigas do irmão de Pero Velho, antes copiadas entre as do rei castelhano, para o espaço mais coerente, onde estavam a produção dos poetas coetâneos: Pero Velho, Pai Soares e Martin Soares. Ademais, a análise estilística e temática também aproxima a cantiga em questão de outras pertencentes aos irmãos Taveirós: além da referência à “dona em saia”, ou seja, no espaço próprios da mulheres, a cantiga B 140 aproxima-se noutro aspecto da cantiga A 38, trata-se do desvelamento da identidade da amada. A cantiga A 38, de Pai Soares de Taveirós traz, nos versos 11/12, menciona-se o nome do pai da dama “e uus fila de don paay / moniz”. Estas coincidências temáticas não parecem ser triviais.

No que se refere às edições, a análise das principais obras demonstra que o portal Universo Cantigas disponibiliza uma leitura crítica com critérios de uniformização linguística bem definidos e respeito ao texto do manuscrito, mas recuperando os elementos próprios do texto poético. Além do mais, o referido portal traz uma transcrição paleográfica inteiramente fiel ao códice, em que mantém, inclusive, as abreviaturas e notas coloccianas. A edição paleográfica vem preencher a lacuna existente até então, que é a de disponibilizar para os estudiosos da língua uma leitura confiável e fiel ao manuscrito.

## REFERÊNCIAS

BASE de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB) [base de datos en liña]. Versión 3.6.1. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para Investigación en Humanidades. Disponível em: <http://bernal.cirp.gal/ords/f?p=MEDDB3:2>. Acesso em: 28 out. 2019.

BREA, M. (coord.). **Lírica Profana Galego-Portuguesa**. *Corpus* completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1996.

CANCIONEIRO da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti). Cód. 10991. Reprodução fac-similada com apresentação de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

CARTER, Henry H (ed.). **Cancioneiro da Ajuda**: a diplomatic edition. New York: Modern Language Association of American, 1941.

D'HEUR, J.-M. Nomenclature des troubadours galiciens-portugais (XIIe-XIIIe siècles). *In: Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Calouste Gulbenkian, 1973. v. 7.

FERRARI, A. Cancioneiro da Biblioteca Nacional. *In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (org. e coord.). Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Tradução José Colaço Barreiros e Arthur Guerra. Lisboa: Caminho, 1993. p. 119-123.

FERRARI, A. Formazione e struttura del canzoniere portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (cod. 10991: Colocci-Brancuti). Premesse codicologiche alla critica del testo (materiali e note problematiche). *In: Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Calouste Gulbenkian, 1979. v. 15.

FERREIRO, Manuel (dir.). **Universo Cantigas. Edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa**. Universidade da Coruña, 2018. Disponível em: <http://universocantigas.gal>. Acesso em: 28 out. 2019.

GONÇALVES, E. La Tavola Colocciana autori portughesi. *In: Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Calouste Gulbenkian, 1976. v. 10.

GONÇALVES, E. O sistema das rubricas atributivas e explicativas nos cancioneros trovadorescos galego-portugueses. *In: ACTAS DO XIX CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOXÍA ROMÁNICAS, 19., Actas [...] Universidad de Santiago de Compostela, 1994. p. 979-990.*

GONÇALVES, E. Recensão crítica Anna Ferrari. Formazione e struttura del canzoniere portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (cod. 10991: Colocci Brancutti). Promesse codicologiche alla critica del testo (Materiali e noti problematiche)”. **Romania**, Paris, t. 104, p. 403-412, 1983.

GONZÁLEZ, Déborah. As cantigas de Pero Velho de Taveirós. Edición e estudo. *In: CORRAL DÍAZ, Esther; FIDALGO FRANCISCO, Elvira; LORENZO GRADÍN, Pilar (ed.). Cantares de amigos*. Estudos en homenaxe a Mercedes Brea. Santiago de Compostela:

Universidade de Santiago de Compostela, 2016. p. 441-451. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/26276907/As\\_cantigas\\_de\\_Pero\\_Velho\\_de\\_Taveiros.\\_Edici%C3%B3n\\_e\\_estudo?email\\_work\\_card=interaction\\_paper](https://www.academia.edu/26276907/As_cantigas_de_Pero_Velho_de_Taveiros._Edici%C3%B3n_e_estudo?email_work_card=interaction_paper). Acesso em: 28 out. 2019.

GONZÁLEZ, Déborah. Esta cantiga fez Pero Velho de Taveiros e Paai Soarez, seu irmão... A manciña indicadora no Cancioneiro da Biblioteca Nacional (códice 10991). **Revista de Cancioneros Impresos y Manuscritos**, n. 2, 2013. p. 31-60. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/13445255/Esta\\_cantiga\\_fez\\_Pero\\_Velho\\_de\\_Taveiros\\_e\\_Paai\\_Soarez\\_seu\\_irm%C3%A3o...\\_A\\_manci%C3%B1a\\_indicadora\\_no\\_Cancioneiro\\_da\\_Biblioteca\\_Nacional\\_c%C3%B3dice\\_10991\\_](https://www.academia.edu/13445255/Esta_cantiga_fez_Pero_Velho_de_Taveiros_e_Paai_Soarez_seu_irm%C3%A3o..._A_manci%C3%B1a_indicadora_no_Cancioneiro_da_Biblioteca_Nacional_c%C3%B3dice_10991_). Acesso em: 02 dez. 2019.

GONZÁLEZ, Déborah; SOUTO CABO, António. **El arte de trovar de amor. Nuno Eanes Cerzeo y su producción poética**. Edición y estudio de Déborah González. Estudio biográfico de José António Souto Cabo. Alessandria: Ed. dell'Orso, 2018. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/35928160/El\\_arte\\_de\\_trovar\\_de\\_amor.\\_Nuno\\_Eanes\\_Cerzeo\\_y\\_su\\_producci%C3%B3n\\_po%C3%A9tica.\\_Edici%C3%B3n\\_y\\_estudio\\_de\\_D%C3%A9borah\\_Gonz%C3%A1lez.\\_Estudio\\_biogr%C3%A1fico\\_de\\_Jos%C3%A9\\_Ant%C3%B3nio\\_Souto\\_Cabo.\\_Alessandria\\_ed.\\_dellOrso\\_2018](https://www.academia.edu/35928160/El_arte_de_trovar_de_amor._Nuno_Eanes_Cerzeo_y_su_producci%C3%B3n_po%C3%A9tica._Edici%C3%B3n_y_estudio_de_D%C3%A9borah_Gonz%C3%A1lez._Estudio_biogr%C3%A1fico_de_Jos%C3%A9_Ant%C3%B3nio_Souto_Cabo._Alessandria_ed._dellOrso_2018). Acesso em: 02 dez. 2019.

LANCIANI, G.; TAVANI, G. (org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Tradução José Colaço Barreiros e Arthur Guerra. Lisboa: Caminho, 1993.

LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. **Cantigas Medievais Galego Portuguesas** [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011. Disponível em: <http://cantigas.fch.unl.pt>. Acesso em: 16 nov. 2019.

MOLTENI, Enrico (ed.). **Il canzoniere portoghese Colocci-Brancuti**; pubblicato nelle parte che completano il Codice Vaticano 4803. Halle: Max Niemeyer, 1880. Ed. diplomática.

MONACI, Ernesto (ed.). **Il canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana**. [Ed. diplomática]. Halle: Max Niemeyer, 1875.

OLIVEIRA, A. R. **Depois do espectáculo trovadoresco**. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV. Lisboa: Colibri, 1994.

RIOS MILHÁM, José. **Lírica trovadoresca em língua portuguesa**. Exercícios ecdóticos 1. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/33877336/L%C3%ADrica\\_trovadoresca\\_em\\_l%C3%ADngua\\_portuguesa.\\_Exerc%C3%ADcios\\_ecd%C3%B3ticos\\_1\\_](https://www.academia.edu/33877336/L%C3%ADrica_trovadoresca_em_l%C3%ADngua_portuguesa._Exerc%C3%ADcios_ecd%C3%B3ticos_1_). Acesso em: 02 dez. 2019.

SOUZA, R. B. de. **Os fremosos cantares do trovador Martin Soares**. São Paulo: USP, 2002.

TAVANI, G. **A poesía lírica galego-portuguesa**. Tradução Para o galego de Rosario Álvarez Blanco e Henrique Monteagudo. Vigo: Galaxia, 1991.

TAVANI, G. **Ensaio portugueses**. Filologia e Linguística. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

TAVANI, G. Pero Velho de Taveirós. *In*: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Tradução José Colaço Barreiros e Arthur Guerra. Lisboa: Caminho, 1993. p. 552.

TAVANI, G. **Repertorio metrico della lirica galego-portoghese**. Roma: Ateneo, 1967.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Cancioneiro da Ajuda**. v. 1. Reimp. da ed. de Halle, 1904. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.





# **INTERFACE PALEOGRAFIA E FILOGIA:**

## **PROBLEMAS DE LEITURA E EDIÇÃO DAS CANTIGAS DE AMIGO ATRIBUÍDAS A JOÃO DE REQUEIXO<sup>1</sup>**

**Fabiana Prudente**  
Universidade Federal da Bahia

### **INTRODUÇÃO**

Estima-se que os primeiros registros da lírica profana em línguas românicas datem do século XII, no sul da França, em região que genericamente se designou como Provença – daí a primeira designação como lírica provençal –, mas que incluía Gasconha, Tolosa, Limousin, Alvernia, Delfinado e Aquitânia, sendo esta última considerada o berço da lírica medieval. Espalhado pela região da Península Ibérica no século XIII, com o advento da cruzada albigense, o movimento, cujo legado registra-se escrito em cancioneros

---

<sup>1</sup> A realização deste trabalho resulta de uma série de discussões teóricas entre a autora e a pesquisadora medievalista Profa. Dra. Risonete Batista de Souza, sem a qual não seria possível a execução desta pesquisa.

(coletâneas das cantigas manuscritas organizadas em códices) e pergaminhos soltos (especificamente o Pergaminho Vindel e o Pergaminho Sharrer), teve como principais agentes culturais os trovadores, segréis e jograis, aos quais se devem a criação e difusão de uma tradição poética viva e cantada.

Responsáveis pela função civilizatória e pela disciplina das paixões apregoada pelo amor cortês, os trovadores eram pessoas da corte, nobres cavaleiros reconhecidos como poetas e compositores da nobreza, em muitos casos, segundos filhos que não receberiam o morgado como herança e dependiam do cortejo de donzelas para assegurar a continuidade da riqueza e do legado. Os segréis, embora também fossem nobres, possuíam poucos recursos, o que os obrigava a “[...] usá-las súas aptitudes poéticas e musicais como medio de subsistencia”<sup>2</sup> (OLIVEIRA, 1994, p. 36). Os jograis, por sua vez, eram “[...] de orixe non nobre, a función da cal consistiria en cantar e toca-las composicións dos trobadores”<sup>3</sup> (OLIVEIRA, 1995, p. 36).

Essa distinção de funções ampara-se na *Declaratio* de Afonso X que visava à desvalorização dos jograis em face à nobre figura dos trovadores, designando como ‘trejeitadores’, ‘arremedadores’ e até ‘cadelas’ aqueles jograis que, descumpridores de sua função de mero executante, seguidor, auxiliar e tocador dos trabalhos de autoria dos trovadores, ousavam-se a criar trovas. Uma leitura rápida da admoestação do rei conduz à óbvia conclusão de que, se foi preciso que sua figura redigisse tal reprimenda, é porque a criação de cantigas já não estava restrita aos muros da corte na figura do trovador, de modo que “a *Declaratio* limitase a confirmar algo que, na práctica, os cancioneros xa nos dicían hai longo tempo, ou sexa, a incorrección da asimilación do xograr a um simple executante”<sup>4</sup> (OLIVEIRA, 1995, p. 39).

Compreendendo-se, pois, o caráter socioeconômico hierarquizante que recai sobre a distinção de trovadores e jograis, pode-se supor a partir disso a ausência de informações sobre João de Requeixo (ou Joham de Requeyxo, como se grafa nos cancioneros), jogral

---

<sup>2</sup> Tradução livre: “[...] usar suas aptidões poéticas e musicais como meios de subsistência”.

<sup>3</sup> Tradução livre: “[...] de origem não nobre, cuja função seria cantar e tocar as composições dos trovadores”.

<sup>4</sup> Tradução livre: “A *Declaratio* apenas confirma algo que, na prática, os cancioneros nos dizem há muito tempo, ou seja, a assimilação incorreta de jogral a um simples executante”.

galego a quem se atribui a autoria de um conjunto de cinco cantigas que aqui se estuda. A respeito dele, estima-se que tenha vivido no povoado de Requeixo, atual região da Galícia, provavelmente em meados do século XIII. Tania Vázquez García (2016) afirmou que:

Rey Somoza tratou de constatar na documentación do mosteiro de Oseira a datación do noso autor e precisar tamén a súa identidade. Tal e como se observa no seu traballo, a referencia máis fiable que no axudaría a situar Johan de Requeixo nun marco temporal é a mención nunham concesión foral de 1247 que realiza o abade de Oseira Don Mendo a ‘Johannes de Requexo Iaycus’. Nesta referencia observamos que tanto a cronoloxía da doazón que se refire como a mención ao noso autor concordan coa ofrecida polos manuscritos.<sup>5</sup> (VÁZQUEZ GARCÍA, 2016, p. 155-156).

Ao citar Antônio Rey Somoza, porém, Vázquez García parece apressar-se em precisar o que Rey Somoza (1999) apresentou como hipótese de identificação no trabalho *Possibles identificacións do xograr Johan de Requeixo na documentación do mosteiro de Oseira* (REY SOMOZA, 1999), uma vez que o nome Johannes e a designação toponímica como sobrenome eram triviais entre plebeus. Desse modo:

Os elementos biográficos dispoñibles dependen, case totalmente, das deducións extraídas da análise crítica da colocación do mesmo nos cancioneiros. A referencia nas súas composicións á ermida do Faro remítenos ó lugar probable da súa orixe: a galega comarca chantadina de Lugo, onde, amais dunha ermida com este nome, existe um poboado chamado Requeixo.<sup>6</sup> (OLIVEIRA, 1995, p. 141-142)

Apesar de faltarem dados biográficos para estudar João de Requeixo, a memória social das cantigas atribuídas a sua figura nunca esteve tão viva, o que se deve às referências toponímicas à tradição religiosa da romaria à Ermida do Faro. De fato, a romaria em devoção à virgem do farol, descrita nas cantigas de Requeixo, ocorre até os dias atuais entre 8 e 9 de setembro na região de Lugo, a caminho da ermida, de modo que

---

<sup>5</sup> Tradução livre: “Rey Somoza tentou encontrar na documentação do mosteiro de Oseira o nome de nosso autor e também precisava de sua identidade. Como pode ser visto em seu trabalho, a referência mais confiável que ajudaria a colocar Johan de Requeixo em um período de tempo é a menção de um arrendamento de 1247 concedido pelo abade de Oseira Don Mendo a ‘Johannes de Requexo Iaycus’. Nessa referência, notamos que tanto a cronologia da doação referida quanto a menção de nosso autor estão de acordo com a fornecida pelos manuscritos”.

<sup>6</sup> Tradução livre: “os elementos biográficos disponíveis dependem quase inteiramente das deduções extraídas da análise crítica de sua colocação nos cancioneiros. A referência em suas composições à capela do farol nos lembra o provável local de sua origem: a região chantadina galega de Lugo, onde, além de uma ermida com esse nome, existe uma vila chamada Requeixo”.

a procissão se registra em guias de festas populares da Galícia (GONZÁLEZ REBOREDO, 1997; BASILIO BELLO, 2019).

Em 2004, foi lançada a *Homenaxe poética ao trovador Xohán de Requeixo*, em livro e CD, com as cinco cantigas musicadas e interpretadas por César del Caño, organizada pela *Comisión Organizadora Homenaxe Xohán de Requeixo* (ALONSO MONTERO, 2005, p. 507). A homenagem, que não se furta de nomear Requeixo trovador – nem de transcrever seu nome segundo a grafia galega contemporânea –, foi apresentada a público em um recital poético e musical no dia 3 de janeiro de 2004, quando

[...] a Comisión de homenaxe fixo entrega pública a um membro numerário da Real Academia Galega dun escrito no que mil personas da comarca de Chantada comunicaban ó presidente daquela institución o desexo de que, nun ano próximo, o Día das Letras Galegas fosse dedicado a Johan de Requeixo.<sup>7</sup> (ALONSO MONTERO, 2005, p. 507)

Também em 2004 foi monumentalizado o conjunto de cantigas atribuídas a Requeixo em cinco monolitos espalhados ao longo do percurso da romaria à ermida do Faro (SOUTELO, 2010).

Figura 1 – Monolito contendo a primeira cantiga atribuída a Xohán de Requeixo



Fonte: SOUTELO, 2010.

<sup>7</sup> Tradução livre: “[...] a comissão de homenagem fez a entrega pública a um membro permanente da Real Academia Galega de uma carta em que mil pessoas da região de Chantada comunicavam ao presidente dessa instituição o desejo de que, no próximo ano, o Dia das Letras Galegas fosse dedicado a Johan de Requeixo”.

O esforço galego em produzir e dar visibilidade a um legado poético em torno de João de Requeixo data, como se percebe, do início do século XXI, quando se fortaleceu um movimento expressivo de valorização identitária da Galícia através da retomada de posse da textualidade medieval produzida em seu solo ou com suas referências toponímicas. O que não se pode descartar é a ideia de que, em nome da revalorização da história cultural de seu povo, a monumentalização dos textos que são testemunhos culturais de um passado produz imagens desfocadas dos tempos pretéritos ou, nos dizeres da tradição filológica, constrói-se aí uma *vulgata*. É por tal razão que se faz necessária a leitura paleográfica e filológica das versões registradas nos cancioneros manuscritos em face às edições preparadas sob os cuidados filológicos de maior circulação nos dias atuais, que seriam as bases de dados digitais de projetos coordenados por Mercedes Brea (1996) e por Lopes e Ferreira (2012).

## NOTAS PALEOGRÁFICO-CODICOLÓGICAS SOBRE OS CANCIONEIROS

Além dos pergaminhos soltos de Vindel e Scherrer, a lírica profana galego-portuguesa encontra-se registrada em três cancioneros: o Cancioneiro da Ajuda (A), manuscrito medieval<sup>8</sup> do século XIII-XIV que se encontra na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa; e os cancioneros espúrios, isto é, que não pertencem à lírica galego-portuguesa medieval, mas que transmitem os textos por ela produzidos, como os cancioneros quinhentistas da Biblioteca Nacional (B) e da Vaticana (V), ambos produzidos entre 1525 e 1526, sob a supervisão do humanista italiano Ângelo Colocci. Desses três cancioneros, apenas os coloccianos da Biblioteca Nacional e o da Vaticana (doravante identificados por B e V, respectivamente) transmitem as cantigas de João de Requeixo, visto que o cancionero da Ajuda registra apenas cantigas de amor, excluindo as cantigas de amigo e de escárnio e maldizer.

---

<sup>8</sup> Segundo Maria Ana Ramos (2000, p.115, v. *Cancioneiro da Ajuda*), o manuscrito inacabado seria o único cancionero medieval galego-português, contendo 88 fólios, nos quais se distribuem 310 cantigas de amor (único gênero identificado no códice) atribuídas a 38 autores.

Os cancioneiros podem ser entendidos, nas definições de Mercedes Brea, como uma “compilação de textos em verso de vários autores, selecionados e ordenados por um compilador” (BREA, 2000, p. 114, v. *cancioneiro*). Tais princípios de seleção e ordem orientam-se pelo agrupamento das cantigas segundo o gênero (amor, amigo, escárnio e maldizer), com a “tendência para ordenar os autores começando pelos mais importantes”, de modo que “no caso de cancioneiros coletivos, pode intervir também um critério seletivo aplicado aos trovadores, distinguindo os ‘maiores’ e os ‘menores’” (BREA, 2000, p. 114, v. *cancioneiro*).

Nessa perspectiva, a posição que as cantigas aqui estudadas ocupam no conjunto dos cancioneiros B e V, assim como a referência toponímica a Requeixo (comum aos nomes plebeus), indicam que João de Requeixo:

É o último autor da secção das cantigas de amigo do cancioneiro de jograis galegos situado na mesma secção de B/V. O nome deste autor e o topónimo Requeixo são comuns a Portugal e à Galiza [...]. A referência nas suas cantigas de amigo à ermida de Faro, tem situado este autor na província de Lugo, na Galiza, onde, além de uma ermida com este nome, existe uma povoação chamada Requeixo. Pelo nome e pelo tipo de composições – cinco cantigas de romaria –, tem sido visto como jogral, condição para que parece apontar igualmente a sua colocação nos cancioneiros. (OLIVEIRA, 1994, p. 363)

Uma vez que “os cancioneiros galego-portugueses não fornecem mais dados dos trovadores além do nome, por vezes a origem, por vezes também a condição social, na rubrica ou título atributivo” (BREA, 2000, p. 115), resta aos filólogos interpretar a recepção do texto a partir de sua posição nos cancioneiros B e V, buscando compreender aspectos codicológicos e paleográficos que elucidem questões referentes às edições que fazem circular tais textos.

#### AS CANTIGAS DE REQUEIXO EM B e V

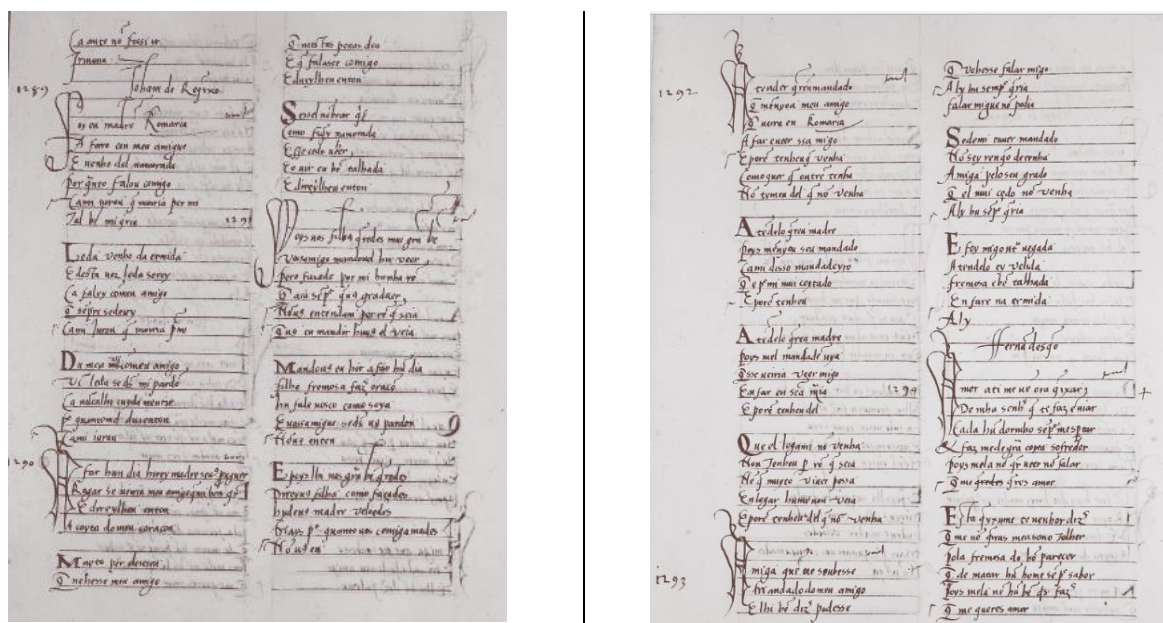
Enquanto o cancioneiro da Ajuda apresenta exclusivamente o gênero cantiga de amor, limitando-se também aos poetas da corte, o cancioneiro B é o mais rico não somente em termos de gênero (apresenta as cantigas de amor, de amigo, de escárnio e maldizer) como também por focar a produção de jograis e segréis, além de apresentar a *Arte de*

trovar nos fólhos iniciais. Já o cancionero V, com data semelhante a B, apresenta uma seleção das cantigas presentes em B, possuindo um aspecto de resumo apressado deste.

Uma análise codicológico-paleográfica desenvolvida por Ana Ferrari (2000) indica que o cancionero quinhentista da Biblioteca Nacional trata de 355 folhas em papel 280 x 210 mm, agrupadas em 41 cadernos (4 bínios, 5 ternos, 7 quaternos, 21 quínios, 2 sénios e 2 hepténios) que registram vestígios de talões, fólhos em branco e mutilação (fólhos rasgados). Tem-se um manuscrito completo em tinta preta e sem cores, constando, como já se afirmou, da *Arte de Trovar* (incompleta) no primeiro caderno. B apresenta cerca de 1560 composições nos 3 gêneros principais, atribuídas a cerca de 150 trovadores e jograis. O cancionero foi escrito por 6 copistas: 5 deles utilizavam variedades da escrita gótico-bastarda e um – o copista principal – utilizava cursiva itálica chancelaresca. A disposição da mancha escrita nos fólhos dá-se em duas colunas, com linhas variantes entre 31 e 40. As composições presentes no cancionero são numeradas por Colocci de 1 a 1664.

Em B, as 5 cantigas de João de Requeixo encontram-se no fólho 271 recto e verso, precedidas da indicação autoral e iniciadas por letra capitular com adorno, conforme se observam as Figuras 2 e 3:

Figuras 2 e 3 – Fac-símile do fólho 271 recto e verso, respectivamente, de B



O Cancioneiro da Biblioteca Vaticana, por sua vez,

Saiu do mesmo scriptorium no qual, nos anos que precederam o saque de Roma (1527) e na Cúria papal, foram copiados (com toda a probabilidade por volta de 1525-26) sob a direção e por ordem de Colocci outros testemunhos da lírica galego-portuguesa [...] e ele também traz os sinais da pressa com que – quer por causa dos funestos acontecimentos históricos quer por causa da disponibilidade apenas provisória do cancioneiro modelo – (muito lacunoso) – foi realizada a cópia. (FERRARI, 2000, p. 123)

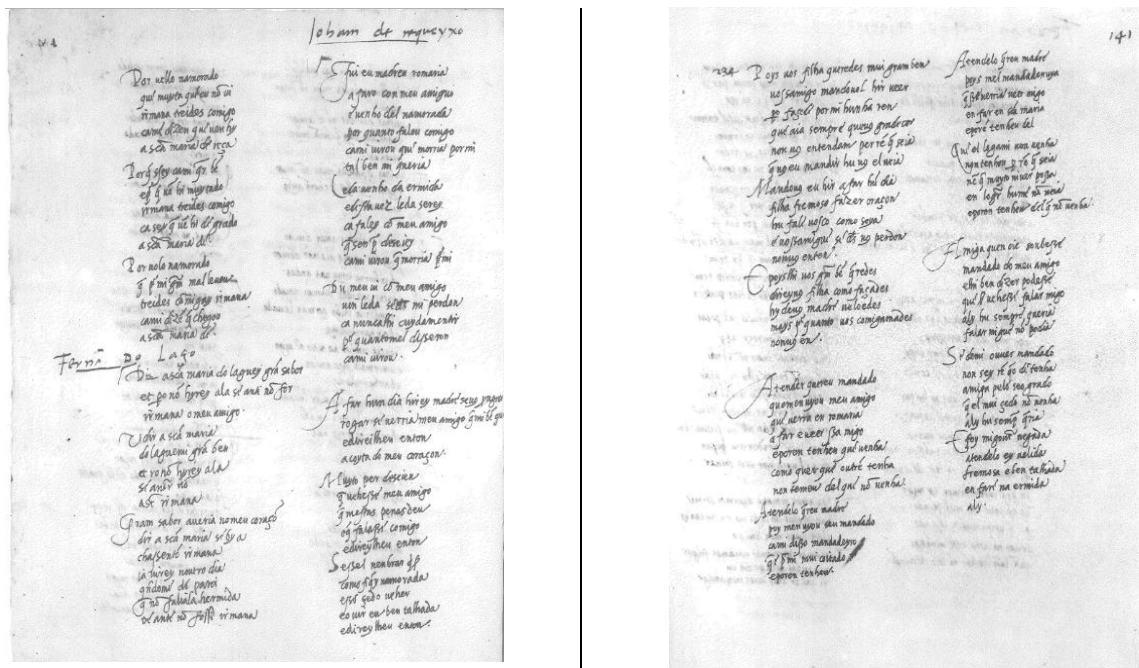
Ferrari (2000) supõe ter havido um *scriptorium* curial onde foram produzidos simultaneamente B e V, esse último constando 210 folhas de papel de 300 mm x 200 mm, precedidas de fólhos de guarda, todos agrupados em onze cadernos, transcritos por copista único em escrita cursiva humanística utilizando-se de tinta sépia corrosiva, o que causa passagem da escrita do recto para o verso e provoca dificuldade de leitura. Com cerca de 1200 composições, dispostas em duas colunas na maioria das folhas, em recto e verso, V apresenta cantigas trovadorescas, textos tardios e espúrios, e uma série de lacunas que, juntamente à questão da dupla numeração de folhas imputada por Colocci ao sistema de referências numéricas e à sinalização da lacuna inicial, dão a entender que se trata de

uma cópia com toda a probabilidade destinada a oferta ou troca (ambas praxes frequentíssimas entre os humanistas), por isso de maior valor como livro, mas de menor cuidado filológico em confronto com seu gémeo B, destinado ao uso pessoal de Colocci (FERRARI, 2000, p. 125).

Em V, as 5 cantigas de João de Requeixo encontram-se distribuídas ao verso do fólio 140 e no recto fólio 141, precedidas da indicação autoral e apresentadas na mesma ordem e versificação que B:



Figuras 4 e 5 – Fac-símiles do verso do fólho 140 e recto do fólho 141, de V



Fonte: G. V. LOPES; M. FERREIRA (2011-2012).

Caracterizadas pela voz feminina, pela referência ao objeto de afeto como amigo e pela consumação do encontro (que não ocorrem nas cantigas de amor trovadorescas), as cantigas de amigo possuem temática plebeia e não se ambientam no contexto da corte. As cantigas de amigo atribuídas a Requeixo apresentam, ainda, outras temáticas, que as identificam no subgênero de romaria e madre, características que evidenciam sua riqueza cultural. É necessário pontuar que apresentam um ciclo narrativo, isto é, há uma continuidade no encadeamento dos fatos descritos entre as cantigas, como se contassem uma história.

Na primeira cantiga, lê-se “Foy eu, madr’, en Romaria / A faro con meu amigue / E venho del namorada / Por q̄nto falou comigo / Ca mi jurou q̄ morria por mi / Tal bẽ mi q̄ria”, o que indica tratar-se de uma cantiga do subgênero romaria (BREA, 1999), típica de algumas cantigas ibéricas, em que se identificam peregrinações religiosas a algum santuário. Nessa cantiga, a personagem, após retornar da romaria ao farol, onde conseguiu falar e receber juras de amor de seu amado, confessa-se à mãe, indicando o seu pertencimento a outro subgênero: as cantigas de madre (SODRÉ, 2008). Essa cantiga

compõe a coleção de textos trovadorescos editada por Segismundo Spina em 1972, que a define como:

Cantiga de romaria, em que a donzela enamorada confia à mãe os bons resultados da peregrinação ao santuário de Faro – lugar montanhoso da Galiza. A cantiga de Requeixo, pobre de ideias, consiste apenas na narrativa de um fato e na exposição singela da euforia espiritual da moça em amores satisfeitos: é uma imagem idílica, cheia de frescura, destes passeios à ermida, num lugar silvestre, momentos estes que favoreciam às donzelas a realização de seus sonhos amorosos. Aqui a relação entre a mãe e a filha assume aspectos diferentes: note-se a liberdade com que a moça se dirige à mãe para relatar o sucesso do passeio, bem como a confiança que esta deposita na filha – que teve naturalmente permissão para ir à romaria acompanhada do amigo. (SPINA, 1972, p. 354)

A presença da *joy*, isto é, da alegria do amor correspondido, não permanece na cantiga seguinte, quando se verifica a coita d’amor, temática comum das cantigas de amigo: “A far hun dia hirey madre se uus<sup>1</sup> prouguer / Rogar se ueeria meu amigo q̃ mi ben q̃r / E direylheu enton / A coyta do meu coraçõ”. Aqui, a personagem informa à mãe o seu desejo de encontrar o amado e declarar seu amor a ele. Ela frisa que deseja ir ao farol, se a mãe a permitir, e indica saber que o amigo lhe quer bem, o que poderia confirmar a ordem das cantigas, tendo em vista que a declaração do afeto do amigo lhe veio na primeira cantiga.

Enquanto as duas primeiras cantigas apresentam o monólogo da personagem em tom de confissão, a terceira cantiga confirma o aspecto dialógico dessa sequência de Requeixo, trazendo a mãe como eu lírico e figura central da cantiga (SODRÉ, 2008, p. 21) em resposta à súplica da filha, com tom de aconselhamento: “Poys uos filha q̃redes mui grã bẽ / Vossamigo mando vol hir ver, / Pero fazede por mi hunha rẽ / Q aia sēp<sup>r</sup> q̃ uos agradecer, / Nõ uos entendam per rẽ q̃ seia / Q uos eu mand’ir hu uos el veja”. Note-se que se trata de uma mãe que convalesce ao pedido da filha e informa que irá mandá-la ao farol para que se encontre com o amado, sob o pretexto de fazer orações.

Na quarta cantiga, onde se lê “Atender q̃rẽu mandado / Q mē uyou meu amigo / Q ueira em Romaria / A far’ e ueer ssa migo / E por ã tenheu q̃ venha / Como quer q̃ outrẽ

<sup>1</sup> Optou-se por conservar a grafia em u, ao invés de vus (forma atual ‘vos’) em respeito à escrita do texto de base.

tenha / Nõ teme del q̃ nõ venha”, nota-se que a donzela recebeu por um mandadeiro um recado para encontrar o amado na romaria (que, na terceira estrofe dessa cantiga, terá especificado o destino: “en Far’, em Santa Maria”), e deseja atender ao chamado, embora tema que ele não compareça ao encontro marcado às escondidas, no alto da torre do farol da ermida de Santa Maria. O hábito de ir à romaria como pretexto para encontros amorosos é registrado também ao final da última cantiga, quando se lê, na terceira estrofe, “E foy mig ouf uegada / Atendelo ey velida / fremosa e bẽ talhada / Em far e na ermida / Aly hu semp<sup>r</sup> q̃ria / falar migu e nõ podia”, indicando que a personagem viu o seu amado, mas não pôde falar com ele.

Como se pode perceber, a ordem de apresentação das cantigas em B e V conduzem a uma interpretação sobre a totalidade do ciclo narrativo, indicando que a personagem inicia a narrativa retornando da romaria e recebendo as juras de amor de seu amigo, sofrendo de amor e saudade e expressando seu desejo de voltar ao farol, sendo aconselhada e autorizada por sua mãe sobre nova romaria, recebendo recado do seu amante para novo encontro no farol e lamentando que, em romaria, só lhe foi possível vê-lo de longe.

Era de se esperar que as edições realizadas sob critérios filológicos respeitassem a fenomenologia dos códices de base. Entretanto, as edições digitais consultadas, pelos seus próprios mecanismos de indexação e busca de documentos, pela necessidade de apresentar um texto acessível a um grande número de leitores não especializado, e ainda pela necessidade de padronizar critérios para todas as cantigas de B e V, negligenciam diversos aspectos da textualidade de B e V. É precisamente sobre esse assunto que se desenvolve a seção a seguir.

## **ANÁLISE DE EDIÇÕES DAS CANTIGAS DE REQUEIXO: COMENTÁRIO SOBRE A PRIMEIRA CANTIGA**

Não há dúvidas de que o advento digital vem revolucionando os modos de leitura e as relações leitor/texto/edição. Através de edições disponibilizadas na Internet, a

democratização e a internacionalização de conteúdos têm possibilitado a reinserção de textos de outras culturas, períodos e civilizações nos círculos de leitura. No âmbito da lírica medieval galego-portuguesa, dois projetos se destacam: a *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB)* do Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades (CRPIH), dirigida pelas pesquisadoras Mercedes Brea e Pilar Lorenzo Gradín (2019 [1998])<sup>2</sup>; e a base de dados *Cantigas Medievais Galego Portuguesas*, organizada pelo Projeto Littera, do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a responsabilidade de Graça Videira Lopes e Manoel Pedro Ferreira (2011-).

Com uma interface de fácil navegação, simples e funcional, o MedDB dispõe de uma ferramenta de busca simples por trovador, através da qual encontra-se o nome de Johan de Requeixo ocupando o número 067 da lista, organizada em ordem alfabética. Ao seleccionar o trovador, aparece, na coluna esquerda da tela, uma ficha autoral bastante sucinta, com uma nota biográfica extraída de Oliveira (1994). Na coluna direita, tem-se a barra de busca de cantigas, onde se pode ver, na Figura 6, que as cinco cantigas listadas se apresentam em ordem alfabética. Ao clicar na cantiga, o texto aparece em uma caixa de diálogo cinza, com o refrão destacado em itálico:

---

<sup>2</sup> Disponibilizada no domínio <http://bernal.cirp.gal/ords/f?p=129:2:::NO::>, a referida base teve sua primeira versão publicada em 1998. Atualmente, encontra-se na versão 3.6.2, de novembro de 2019, o que demonstra o recorrente esforço em manter o programa atualizado e de fácil navegação.

Figura 6 – Interface da base de dados MedDB

The screenshot shows the MedDB interface with the following content:

**Trobadores**  
 Trobador: [067] Johan de Requeixo

**Autoria**

Tipo: **Autor**  
 Nº: **067**  
 Nome: **Johan de Requeixo [JReq]**  
 Orixe: **GALEGA (Fiabilidade: probable)**  
 Condición social: **Indeterminada**  
 Actividade: **1240-1280**  
 Período: **1240-1300**  
 Biografía: Probablemente xograr galego, da provincia de Lugo, onde existe unha aldea chamada Requeixo na que hai unha ermida dedicada a Santa María de Faro, tantas veces invocada polo xograr nas súas cantigas de romaría. Téndese a considerar que exerceu a súa actividade poética a finais do século XIII; non obstante, a súa colocación nos cancioneros permite agrandar o marco cronolóxico da súa actividade e encadralo entre o segundo e o último cuarto do século XIII (Oliveira 1994: 363).

**Cantigas**

Cantiga: **Fui eu, madr', en romaría a Faro con meu amigo**  
 Selección Cantiga  
 A Far' un dia irei  
 Amiga, quen o' ouvesse  
 Atender quer' eu mandado, que m' enviou meu amigo  
**Fui eu, madr', en romaría a Faro con meu amigo**  
 Pois vos, filla, queredes mui gran ben  
 Falei con meu amigo  
 e venho d' el namorada por quanto falou comigo,  
*ca mi jurou que morria  
 por mi; tal ben mi queria!*

Leda venho da ermida e d' esta vez leda serei,  
 ca falei con meu amigo, que sempre muito desejei,  
*ca mi jurou que morria  
 por mi; tal ben mi queria!*

Du m' eu vi con meu amigo vin leda, se Deus mi perdon,  
 ca nunca lhi cuid' a mentir por quanto m' ele diss' enton,  
*ca mi jurou que morria  
 por mi; tal ben mi queria!*

Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB). (ISSN 19)

Fonte: BREA; GRADÍN, 2019 [1998].

A base de dados do Projeto Littera, por sua vez, apresenta uma interface de maior complexidade, com maior detalhamento, fac-símiles dos cancioneros, notas explicativas em *hiperlinks* e *design* arrojado, o que torna a navegação mais lenta, se comparada com o MedDB. Há uma grande quantidade de indexadores, com possibilidade de buscas pelo autor (em ordem alfabética ou de aparição nos cancioneros), pelas cantigas, por gênero, por cancionero, por tipo, por tema (e subtema). Há ainda a possibilidade de consultar versões musicadas de algumas cantigas. Ao selecionar, nas buscas, o nome o autor João de Requeixo, abre-se uma página na qual se lê, na coluna central, informações sobre nacionalidade, nota biográfica e referências, e na coluna da direita, listam-se *links* de acesso a cada uma de suas cantigas, por ordem alfabética e (em destaque azul na Figura 7) a opção “ler todas as cantigas (por ordem dos cancioneros)”:

Figura 7 – Interface da base de dados Cantigas Medievais Galego-Portuguesas

Fonte: LOPES; FERREIRA, (2011-).

A comparação entre o manuscrito presente em B e o texto transcrito em MedDB e no Projeto Littera evidencia uma série de interferências realizadas no manuscrito collociano, conforme se verifica no quadro abaixo:

Quadro 1 – Comparação do manuscrito B com o texto das edições consultadas

| Manuscrito B | Manuscrito V | MedDB  | Projeto Littera   |
|--------------|--------------|--|---|
|              |              | <p>Fui eu, madr', em romaria a Faro com meu amigo e venho d' el namorada por quanto falou comigo, ca mi jurou que morria por mi; tal ben mi queria!</p> <p>Leda venho da ermida e d' esta vez leda serei, ca falei con meu amigo, que sempre muito desejei, ca mi jurou que morria por mi; tal ben mi queria!</p> <p>Du m' eu vi con meu amigo vin leda, se Deus mi perdon, ca nunca lhi cuid' a mentir por quanto m' ele diss' entom, ca mi jurou que morria por mi; tal ben mi queria!</p> | <p><b>João de Requeixo</b></p> <p><b>1</b> Fui eu, madr', em romaria a Faro com meu amigo e venho del namorada por quanto falou comigo, ca mi jurou que morria por mi, tal ben mi queria.</p> <p><b>5</b> Leda venho da ermida e desta vez leda serei, ca falei con meu amigo que sempre [muito] desejei, ca mi jurou que morria por mi, tal ben mi queria.</p> <p><b>10</b> D'u m'eu vi com meu amigo, vim leda, se Deus mi perdon, ca nunca lhi cuid'a mentir por quanto m'elej diss'entom, ca mi jurou que morria por mi, tal ben mi queria.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

A primeira alteração editorial que se identifica é a opção pela apresentação de versos longos, unindo os versos 1 ao 2 e o 3 ao 4 de cada verso presente nos manuscritos, o que altera a quantidade total de cobras e também o modo de pensar as rimas. A respeito dessa decisão, é curioso que a edição do Projeto Littera tenha optado por apresentar a numeração de linhas a cada 5, uma vez que a numeração do texto editado não corresponde à numeração dos manuscritos. Outra opção editorial de apresentação pode-se identificar na escolha tipográfica que replica o refrão abreviado nos manuscritos, de modo que no MedDB observam-se os versos do refrão em itálico, sempre ao final das estrofes, e o texto fixado pelo Projeto Littera opta pelo recuo da margem esquerda para indicar o refrão. Ainda se deve apontar o acréscimo de pontuação ao texto, o que introduz ritmo e entonação na performance oral, podendo esses não serem os mesmos que o contexto medieval produziu.

Destaca-se o desenvolvimento de abreviaturas por suspensão e contração, identificadas por notas tironianas ou, como se lê no início da penúltima linha da cantiga em B (f.271r, col.a, L.22), suspensão por letra abreviadora e letra sobreposta em “P(*or*)”. É importante frisar que algumas abreviaturas de contração se mantiveram no texto editado através do uso do apóstrofo, o que se justifica pelo cuidado em preservar a métrica do texto através das sílabas sonoras. Foram realizadas também, em ambas as edições mencionadas, padronizações de formas vacilantes (como se pode observar na primeira palavra da cantiga, grafada “Foy” em B e “Fui” em V, variação que evidenciava a mudança linguística em curso, posto que os dois testemunhos são do mesmo período) e correção de *lapsus calami*. Esses últimos se identificam em dois pontos da primeira cantiga em B: no décimo verso (f.271r, col. a, L.16), no qual se observa uma transmutação silábica na última palavra (a forma “*sedeiey*”, que já aparece corrigida em V para “*deseiey*”); e no 12º verso (f.271r, col. a, L.19), em que consta uma emenda na entrelinha superior (<mi>[vi↑]).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O critério de desenvolvimento das abreviaturas caracteriza as modalidades de edição semidiplomática (no caso de textos de tradição monotestemunhal) e crítica, como neste caso, para o texto de tradição politestemunhal, tendo como princípio o estabelecimento de um texto único com base na comparação de dois testemunhos. Um ponto necessário à reflexão é que, apesar de McGann (1983) entender que toda edição crítica é histórica (ainda que a edição busque legitimar uma única forma textual) na medida em que preserva a história do texto e de suas transformações no aparato das variantes, as configurações de apresentação das edições digitais desfiguram algumas características originais do texto manuscrito sem conservar um aparato que permita ao leitor a reconstituição da lição lavrada nos manuscritos.

As edições apresentadas evidenciam uma postura intervencionista, uniformizadora e, em alguns casos, modernizadora, uma vez que adotam o itinerário metodológico das edições críticas. As formas linguísticas vacilantes, próprias do contexto de bilinguismo galego-português, evidenciam um estado de formação das línguas românicas e devem ser preservadas em edições conservadoras para fins de estudos linguísticos.

As edições digitais, pelas suas próprias ferramentas de busca e acesso, não obedecem à ordem de apresentação dos textos nos cancioneiros, criando novas formas de interpretação do ciclo narrativo das cantigas de Requeixo. Tais edições, apresentadas desprovidas das indicações de critérios editoriais, se usadas para fins de pesquisa científica podem comprometer os resultados da análise. Dessa forma, pode-se afirmar que os bancos de textos MedDB e Projeto Littera possuem alto valor por propagar textos do medievo entre leitores do tempo presente da Galícia e de Portugal, respectivamente. Entretanto, o pesquisador que desejar deter-se nos aspectos linguísticos, métrico, cultural, paleográfico do texto, não poderá eximir-se da consulta ao fac-símile do manuscrito, o que já é disponibilizado pelo Projeto Littera em alta qualidade.



## REFERÊNCIAS

- ALONSO MONTERO, Xesús. Fortuna literaria (e artística) de Johan de Requeixo e as súas cinco cantigas (noticias e textos). *In*: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel; COUCEIRO PÉREZ, Xosé Luís; FERNÁNDEZ REI, Francisco (org.). **As tebras alumeadas**: estudos filolóxicos ofrecidos em homenaxe a Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2005. p. 499-508.
- BELLO, Basilio. La Romaría da Virxe do Faro de Brantuas, ¿en imáxenes! **La Voz de Galicia**, A Coruña, 9 set. 2019. Disponível em: <https://www.lavozdeg Galicia.es>. Acesso em: 1 out. 2019.
- BREA, Mercedes. Cancioneiro (verbete). *In*: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2000. p. 113-115.
- BREA, Mercedes. Las Cantigas de romería de los juglares gallegos. *In*: FORTUÑO LLORENS, Santiago; MARTÍNEZ ROMERO, Tomàs (coord.). **Actes del VII Congrés de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume, 22-26 de setembre de 1997. v. 1, 1999. p. 381-396. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3005716>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BREA, Mercedes; GRADÍN, Pilar Lorenzo. **Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB)** [base de datos en liña]. Versión 3.6.2. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, 2019 [1998]. Disponível em: <http://www.cirp.gal/meddb>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- FERRARI, Ana. Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti) (verbete). *In*: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2000. p. 119-123.
- FERRARI, Ana. Cancioneiro da Biblioteca Vaticana (verbete). *In*: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2000. p. 123-126.
- GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé M. **Guía de festas populares de Galicia**. Reconquista, Vigo: Editorial Galaxia; Xunta de Galicia, 1997.
- HOMENAXE poética ao trovador Xohán de Requeixo. Barcelona: Gráficas Dueto, 2003.
- LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro *et al.* **Cantigas Medievais Galego-Portuguesas** [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, [2011-]. Disponível em: <http://cantigas.fcsch.unl.pt>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, António Resende de. **Depois do espetáculo trovadoresco**: a estrutura dos cancioneros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

OLIVEIRA, António Resende de. **Trobadores e xograres**: contexto histórico. Salamanca: Edicións xerais de Galicia, 1995.

RAMOS, Maria Ana. Cancioneiro da Ajuda (verbete). *In*: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2000. p. 115-117.

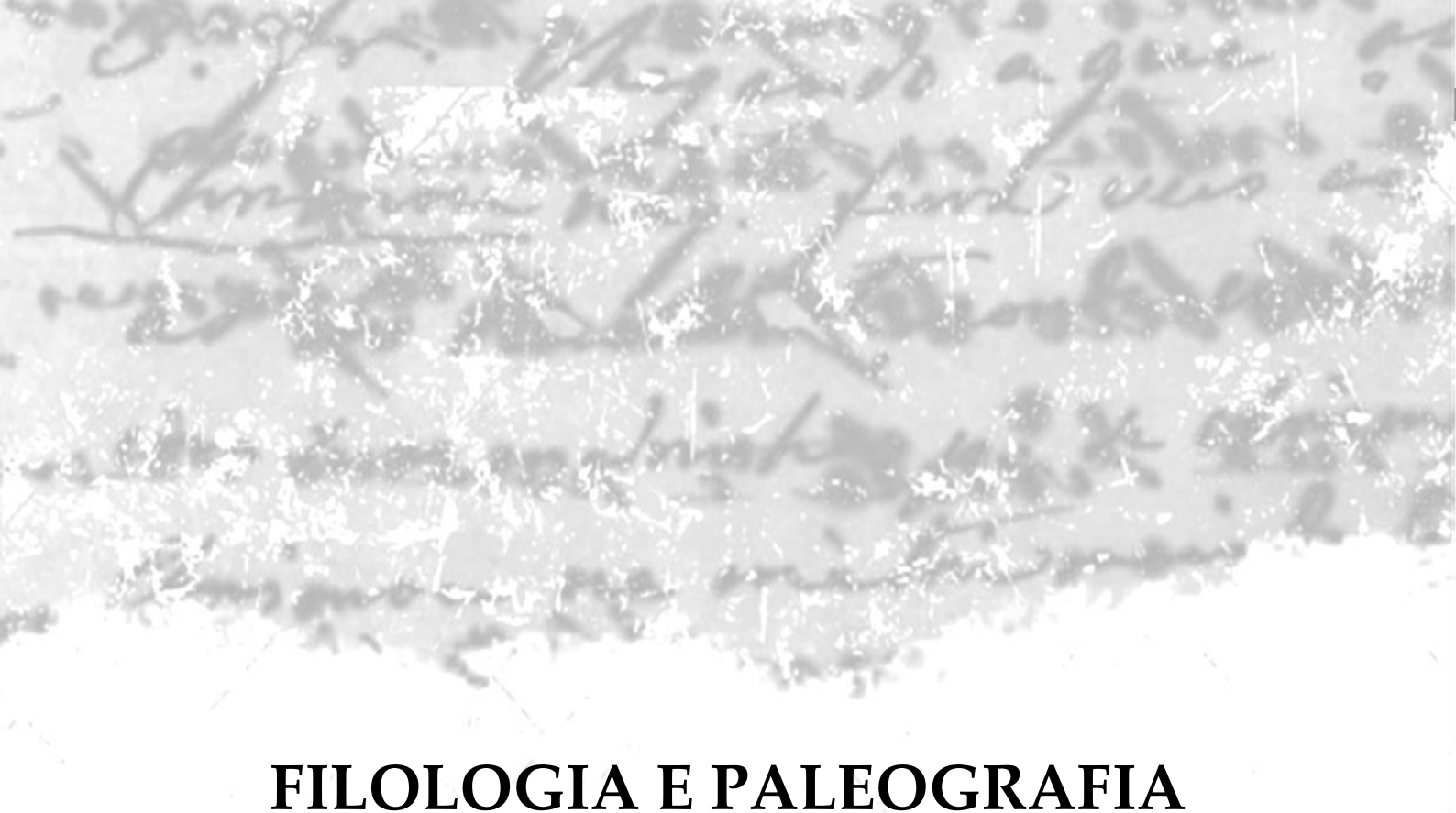
REY SOMOZA, Antonio. Posibles identificacións do xograr Johan de Requeixo na documentación do mosteiro de Oseira. IX CENTENARIO DE LA FUNDACIÓN DEL CÍSTER, 1999. **Actas del congreso internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal**, v. IV, Zamora: Ediciones Monte Casino, 1999, p. 1893-1910.

SODRÉ, Paulo Roberto. **Cantigas de Madre galego-portuguesas**: estudo de xéneros das cantigas líricas. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñero para a Investigación em Humanidades, 2008.

SOUTELO, Salomé. Cantigas de amigo en pedra. **Faro de Vigo**, 26 jul. 2010, Vigo: Prensa Ibérica. Disponível em: <https://www.farodevigo.es/portada-deza-tabeiros-montes/2010/07/26/cantigas-amigo-pedra/459077.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SPINA, Segismundo. **A lírica trovadoresca**: estudo, antologia crítica, glossário. Rio de Janeiro: Grifo, 1972. (Coleção Littera, v. 2).

VÁZQUEZ GARCÍA, Tania. Johan de Requeixo, xograr esquecido das terras de Asma. **Alicerces**, Revista de Estudos do Miño Medio, n. 2, 2016, Chantada, Lugo: Irmandade Cultural País do Faro, p. 153-169.



# **FILOLOGIA E PALEOGRAFIA EM RELAÇÃO PARA LER O TEXTO TEATRAL (ESCRITA, SUJEITO E CENSURA)**

Débora Souza  
Universidade Federal da Bahia

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Na Filologia, em sentido restrito, como Crítica Textual, temos nos ocupado da preservação, da transmissão e da edição de textos (manuscrito, datiloscrito, impresso, digital, escrito, oral<sup>1</sup> ou misto), valendo-nos, para tanto, de um diversificado conjunto de saberes e de habilidades, atuando no processo de construção de representações do mundo social, na circulação de narrativas e, por conseguinte, na atualização e produção de sentidos, por meio de diferentes modos de leitura.

---

<sup>1</sup> Os textos orais também são objeto da Crítica Textual e cabe ao editor “[o] estabelecimento de normas gerais e de normas específicas para a conversão dos textos orais em textos escritos” (SILVA, 1994, p. 59).

Ao compreender a Filologia como um procedimento crítico de leitura de textos, o filólogo tem sido convocado a “[...] problematizar a tradição ocidental [...] e recepcionar todas as possibilidades de crítica humanística, fruto [...] dos movimentos feministas, negro, latino-americanos, asiáticos e de outras tradições [...]” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 58). Em meio a vestígios e a resíduos nos/e dos arquivos, pessoais e/ou públicos, a pesquisa filológica, em favor da presença, muitas vezes, tem o efeito, e não necessariamente a função, de reivindicação, ao possibilitar outras leituras bem como o compartilhamento de determinado conhecimento sociocultural a respeito de um sujeito, de uma instituição, de uma sociedade.

O texto, nessa abordagem filológica, é estudado como objeto material e social, documento/testemunho de um lugar e de uma época, que, após o crivo do pesquisador, pode vir a tornar-se monumento e remeter ao passado (LE GOFF, 1994). Entendemos “texto”, a partir de sua etimologia (tēxtŭs/tēxtŭm), do latim *texere*, tecido, como trama composta de diversos elementos, materialidades e linguagens, e, por isso, compreende “[...] datos verbales, visuales, orales y numéricos en forma de mapas, impresos y música, archivos de registros sonoros, de películas, vídeos y la información computerizada [...]”<sup>2</sup> (MCKENZIE, 2005 [1991], p. 31).

Nesse sentido, estabelecemos um diálogo com a Paleografia, como história da cultura escrita, na qual, nos últimos anos, pesquisadores têm buscado investigar as práticas de ler e escrever, indo ao encontro de estudos desenvolvidos no campo da história social da escrita. De acordo com Castillo Gómez (1995), nas décadas de 1970 e 1980, a Paleografia passou por uma renovação, na qual os pesquisadores se voltaram para os processos de difusão e função da escritura, interpelando o objeto de estudo, os instrumentos de investigação e a metodologia da Paleografia.

Conforme peculiaridades do objeto de estudo, em uma leitura crítica do documento, o pesquisador irá interpelar o texto, em seus aspectos materiais e históricos,

---

<sup>2</sup> Tradução nossa: “[...] dados verbais, visuais, orais e numéricos em forma de mapas, impressos e música, arquivos de registros sonoros, de filmes, vídeos e a informação computadorizada [...]” (MCKENZIE, 2005 [1991], p. 31).

bem como buscará informações acerca dos sujeitos envolvidos nos processos de produção e transmissão, situando-o em determinado contexto sociocultural (PETRUCCI, 2002). Então, no lugar teórico da Filologia, em sua relação com a Paleografia, propomos, neste artigo, tecer uma leitura crítica acerca de textos teatrais da artista baiana Nivalda Costa, produzidos no período de 1975 a 1980, os quais resultam de atividades de pesquisa e de experimentação, e integram a *Série de estudos cênicos sobre poder e espaço* (SECPE)<sup>3</sup>.

Essa série é constituída pelos textos *Aprender a nada-r* [1975, 9f. / 7f.]<sup>4</sup>, *Ciropédia ou A iniciação do príncipe*, *O pequeno príncipe* (1976, 13f. / 15f.), *Vegetal vigiado* [1977, 10f.; 1978, 16f.], *Anatomia das feras* [1978, 12f. / 11f.], *Glub! Estória de um espanto* [1979, 10f.] e *Casa de cães amestrados* [1980, 19f.], textos escritos (no e) para o palco como manifestos, por Nivalda Costa, que assumiu muitos papéis, principalmente, de dramaturga, diretora e intelectual, denunciando abusos de poder e incitando o público a buscar saídas, a transformar a realidade<sup>5</sup>.

Consideramos o texto teatral um objeto material e histórico, documento e testemunho a partir do qual podemos ler vestígios da ação de diferentes sujeitos, colocando em cena, por conseguinte, a prática de escrita da supracitada artista, o uso coletivo de cópias do texto por parte de profissionais e o trâmite censório da época. Nessa perspectiva, neste estudo filológico, tecido no diálogo com outros saberes, buscamos construir um conhecimento a respeito dos supracitados textos teatrais que compõem a SECPE, documentos que têm uma história individual e coletiva inscrita em suas

---

<sup>3</sup> Este trabalho resulta dos estudos desenvolvidos em nossa tese de doutoramento, intitulada *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa: arquivo hipertextual, edição e estudo crítico-filológico*, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Borges (UFBA), no âmbito do Grupo de Pesquisa *Nova Studia Philologica*, Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC).

<sup>4</sup> Estes textos, em sua maioria, não são datados. Reconstruímos a datação a partir de entrevista, documentos de censura e matérias de jornais e fazemos o registro das informações entre colchetes. No caso de tradição plural, indicamos o número de folhas de cada um dos testemunhos, com o uso de barra.

<sup>5</sup> Elaboramos e defendemos a tese *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa: arquivo hipertextual, edição e estudo crítico-filológico*, no Curso de Doutorado, na linha de pesquisa *Crítica e processos de criação em diversas linguagens*, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da UFBA, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Borges (UFBA). Tese disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29881>. Acesso em: 29 jul. 2019.

materialidades, de acordo com os modos de circulação e de uso, os sujeitos envolvidos, as instituições de guarda etc.

## O TEXTO TEATRAL: ESCRITA, SUJEITO E CENSURA

As modalidades de transmissão e de circulação dos textos teatrais diferem de outros por se tratar de um texto para ser encenado, não destinado à leitura silenciosa, de uso coletivo e aberto à reescrita a cada ensaio e/ou encenação. Geralmente, durante a montagem da peça, o texto teatral é xerocopiado e distribuído para todos os envolvidos, sobretudo os atores que compõem o elenco, por se ter ali, além das falas, indicações cênicas que orientam os mesmos em diversos aspectos. Em entrevista, Deusimar Pedro [Souza] (2018, informação verbal)<sup>6</sup>, membro do Grupo Testa fundado por Nivalda Costa em 1975, que participaria da encenação de *Veredas: cenas de um grande sertão*, na condição de ator e de cenógrafo, relatou que, na época dos ensaios, viajou para Pernambuco para um encontro de estudantes e teve todos os seus pertences furtados, inclusive, a sua cópia daquele texto e o livro *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (SOUZA, 2019).

Essa forma de transmissão, de uso e de circulação do texto por um grupo de teatro, tende a gerar, ao longo do tempo, diferentes versões e/ou testemunhos, transformando, significativamente, tanto a materialidade quanto a historicidade do texto, contribuindo sobremaneira com o processo de instabilidade e de dispersão textuais. Precisamos considerar, ainda, que se trata de textos teatrais censurados e, portanto, é prudente, conforme aponta Souza (2012), obtermos conhecimento prévio quanto ao funcionamento dos órgãos de Censura no que tange à liberação dos espetáculos teatrais, em todo o Brasil, durante a ditadura militar, por parte do Departamento de Polícia Federal (DPF).

De acordo com Garcia (2008, p. 91-92, grifo nosso),

[...] a censura teatral, realizada no **período de 1968 a 1975 em âmbito federal**, cumpria alguns trâmites. Em primeiro lugar, **o interessado na apresentação da**

---

<sup>6</sup> Informação obtida em entrevista concedida por Deusimar Pedro Soares Sousa e Rosângela Aparecida Soares Sousa, em 31 de maio 2018, à ETTC, no Terreiro Ilê Axé Opó Afonjá, em Salvador.

**peça requeria autorização da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) na cidade de origem e enviava a documentação necessária para análise do texto na capital federal. [...]. Em primeira instância, três censores analisavam o texto teatral. De modo geral, o dirigente censório nomeava técnicos de censura para as seções de censura ao cinema, teatro e congêneres, televisão e rádio. Se os três pareceres fossem similares, o dirigente censório acatava as sugestões e emitia portaria; se fossem divergentes, convocava nova comissão.**

Em seguida, tinham-se, como resultado, duas situações nas quais a peça era vetada na íntegra ou o texto era liberado, com ou sem cortes, com classificação etária livre, proibida para menores de 10, 12, 14, 16 ou 18 anos. No primeiro caso, o diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP),

[...] através de malote e radiograma, **solicitava às instâncias regionais devolver duas cópias do texto teatral e comunicar à pessoa responsável a interdição do texto; no segundo caso [liberada com ou sem cortes], encaminhava o script da peça e autorizava os órgãos regionais a designar dois técnicos de censura para examinar o ensaio geral.** Estes dois funcionários deslocavam-se ao local do ensaio para assistir ao espetáculo teatral e, em seguida, **confeccionavam relatórios sobre a encenação para enviar para a matriz censória** [anexando, se necessário, cópia(s) do texto]. (GARCIA, 2008, p. 92, grifo nosso).

Após a conclusão do exame censório do texto teatral, a depender dos pareceres, encaminhava-se aos órgãos regionais uma das vias do texto, autorizando a realização do exame do ensaio geral, bem como se emitia Certificado de Censura, válido por cinco anos em todo território brasileiro. Após essa última avaliação, na qual se observavam os elementos cênicos e o texto verbal, encaminhava-se um relatório ao diretor da DCDP, que deliberava de acordo com os registros apresentados naquele documento. Ressaltamos, contudo, que, na prática, esse procedimento sofria alterações, variando de acordo com fatores diversos.

A partir da segunda metade da década de 1970, procede-se uma mudança em relação ao órgão administrativo censório, uma descentralização. Garcia (2008, p. 189-190) esclarece que

[...] o diretor da DCDP, Rogério Nunes, publicou, no final de 1975, uma instrução de serviço que delegava a censura de peças teatrais aos órgãos regionais de São Paulo e Rio de Janeiro que, por sua vez, deveriam cumprir os seguintes **critérios de tramitação. O interessado na montagem do espetáculo dava entrada no requerimento de censura e apresentava três cópias do texto ao órgão regional.**

**Com a efetivação do protocolo, uma cópia da peça era encaminhada à censura em Brasília e duas eram analisadas pelos censores estaduais. Além disso, o órgão censório regional elaborava relatório do ensaio geral e emitia certificado de censura provisório.** Para finalizar o processo de censura, o órgão central verificava os pareceres e relatórios confeccionados pelos técnicos de censura e substituíam o documento provisório emitido pela censura estadual.

Inicialmente, somente os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro desempenhavam essa atividade, continuando os outros a encaminhar os textos teatrais ao órgão central para exame censório e expedição de certificado. É importante ressaltar, como aponta Garcia (2008, p. 190), que existia ainda uma medida anterior à descentralização dos serviços de Censura em que os Estados, desde 1975, tinham autonomia para examinar peças infantis e de grupos amadores a serem encenadas nos próprios Estados, enviando, contudo, cópias a Brasília para arquivamento. Nesse procedimento, quando os responsáveis pelo espetáculo desejassem certificado válido para todo o Brasil, a DCDP já tinha os textos.

Em fins de 1978, o processo de descentralização da censura teatral estava consolidado, “[...] nos estados com número igual ou maior a três técnicos de censura [...]” (GARCIA, 2008, p. 189), e o serviço fomentado por órgãos regionais. Advertimos, contudo, que, apesar de o Grupo Testa ser um grupo de teatro amador e de os textos terem sido submetidos à Censura no período de 1975 a 1980, de acordo com os documentos reunidos na série “Documentação censória”, os textos teatrais em questão foram submetidos ao exame censório central, federal. Todavia, em alguns documentos, há registro de acordos feitos entre a Superintendência Regional da Bahia, SR/BA, e Nivalda Costa, o que demonstra certa autonomia por parte dessa instância.

Segundo Fagundes (1974, p. 144-145), no campo da diversão pública, que inclui as peças teatrais, “[...] para congregar o elenco das coisas proibidas é necessário combinar o artigo 41 do Decreto nº 20.493/46, os artigos 2º e 3º da Lei nº 5.536/68, o art. 1º do Decreto-lei nº 1.077/70, com o art. 20 do Decreto nº 69.845/71”. Como resultado, não será liberada a comunicação social que:

- I) Atente contra a segurança nacional, por conter, potencialmente:
  - a) Incitamento contra regime vigente;
  - b) Ofensa à dignidade ou ao interesse nacional;
  - c) Indução de desprestígio para as forças armadas;



- d) Instigação contra autoridade;
- e) Estímulo à luta de classe;
- f) Atentado à ordem pública;
- g) Prejuízo para as boas relações diplomáticas.

II) Fira princípios éticos, por constituir-se, em potencial, em:

- a) Ofensa ao decoro público;
- b) Divulgação ou indução aos maus costumes;
- c) Sugestão, ainda que velada, de uso de entorpecentes;
- d) Fator capaz de gerar angústia, por retratar a prática de ferocidade;
- e) Sugestão à prática de crimes.

III) Contrarie direitos e garantias individuais, por representar, potencialmente:

- a) Ofensa a coletividade; ou
- b) Hostilidade à religião (FAGUNDES, 1974, p. 144-145).

Os textos teatrais, em estudo, foram submetidos a tais trâmites legais e avaliados, em sua maioria, como ofensivos, por atentar contra a segurança nacional e ferir princípios éticos. Conseqüentemente, a tradição dos mesmos é formada por uma ou duas das três vias do texto encaminhado à DCDP, por Nivalda Costa, para obter liberação do espetáculo. Logo, a história desses textos é atravessada pela instância censória, que interferiu diretamente no processo de transmissão dos mesmos, deixando marcas em sua materialidade, como carimbos, da SBAT e/ou da DCDP, inscrições/sinalizações, com uso de ponto de interrogação, chave e/ou asterisco, e breves anotações, à mão.

Destacamos, nesse sentido, **marcas de três sujeitos**, da própria **Nivalda Costa**, em suas campanhas de reescrita e de revisão, pois tinha o cuidado de revisar o texto datilografado; dos **censores**, que inseriram e/ou destacaram palavras, expressões, trechos, à caneta esferográfica ou a lápis; e do **datilógrafo**, um amigo de Nivalda Costa, que, ao transcrever o texto manuscrito de Nivalda Costa, por meio de máquina mecânica ou elétrica, realizou algumas intervenções. Lembremos, ainda, que por se tratar de textos datilografados, em sua maioria, apresentam-se também marcas formais do processo de (re)produção, próprias da ferramenta utilizada, a máquina de escrever, principalmente a mecânica, como substituição por sobreposição, letras elevadas por falha das teclas, e outros.

## SABERES EM DIÁLOGO PARA CONSTRUIR UM CONHECIMENTO ACERCA DO TEXTO TEATRAL

No âmbito dos estudos filológicos, tomamos de outros campos teórico-metodológicos saberes para a nossa prática. Destacamos, neste trabalho, o vínculo estabelecido entre Filologia e Paleografia para construir um conhecimento a respeito dos textos teatrais censurados de Nivalda Costa, bem como de suas práticas de escrita, em contexto ditatorial. Nesse sentido, para exemplificação, passamos a analisar a tradição e o processo de transmissão e circulação de um dos textos da SECPE, a saber, *Anatomia das feras*.

A tradição do texto *Anatomia das feras* é constituída por três testemunhos, o primeiro, **AF<sup>NAEXB</sup>**, datiloscrito, pertencente ao Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia (NAEXB), apresenta reescritas e revisões autorais; o segundo, **AF<sup>NAEXB1</sup>**, datiloscrito proveniente do mesmo acervo, possui carimbos da **SBAT-BA** e da **DCDP- DPF** e anotações, à mão, de técnicos de Censura; e o terceiro, **AF<sup>AN</sup>**, reprodução datiloscrita sob a guarda da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Série Teatro) (COREG-AN-DF(DCDP)), possui carimbos da **SBAT-BA** e de “CORTE” e também anotações à mão. Esses dois últimos testemunhos são duas das três vias do texto encaminhado à DCDP para exame censório, contudo, apresentam distinções no que diz respeito ao processo de circulação.

O testemunho **AF<sup>NAEXB</sup>** (COSTA, [1978a]) é um datiloscrito, com 12 folhas e 308 linhas, apresentando, à folha 1, título do texto, descrição do cenário, lista de personagens e atos, e das folhas 2 a 12, a narrativa. As folhas, exceto a última, são numeradas em algarismos arábicos, no ângulo superior direito. À margem esquerda, há marcas de grampo e de clipe enferrujado e duas perfurações, centralizadas, em todas as folhas. Ao longo do texto, em alguns trechos, a tinta está em processo de apagamento, o que dificulta a leitura.

Esse testemunho apresenta campanhas de reescrita e de revisão autorais, à mão, em tinta azul e preta, em quase todas as folhas. Há substituições e acréscimos de palavras e de expressões correspondentes a indicações cênicas, bem como destaque de passagens ou de

falas de personagens, com o uso de caneta esferográfica, em tinta azul. Há ainda algumas anotações em letra de imprensa, que se encontram rasuradas, provavelmente, realizadas por algum ator envolvido na montagem do espetáculo. Essa hipótese coaduna com o comentário feito por Nivalda Costa, durante entrevista, em 2010, quando demonstrou surpresa quanto à existência e ao arquivamento desse testemunho no NAEXB. Para a mesma, quem doou deveria ser próximo a ela, por se tratar de texto usado no trabalho com atores.

O testemunho **AF<sup>NAEXB1</sup>** (COSTA, 1978b) é um datiloscrito, com 11 folhas e 292 linhas. No suporte papel, amarelado devido à ação tempo, à margem esquerda, há marcas de duas perfurações e de grampo enferrujado. As folhas encontram-se numeradas, em algarismos arábicos, sublinhados, no ângulo superior direito. Registram-se carimbos, em formato circular e à tinta preta, da **DCDP**, com a sigla do **D.P.F.**, no ângulo superior direito, em todas as folhas, rubricados, ao centro, à tinta azul; e, somente à folha 11, há também um carimbo da **SBAT-BA**, em tinta azul, no ângulo inferior direito, rubricado, ao centro, à tinta preta.

Há ainda anotações, à mão, realizadas por técnicos de Censura, ao longo do texto, a partir das quais sinalizam palavras, trechos, falas e cenas, com o recurso de sublinha, chaves, “x” e pontos de interrogação. Esse texto foi examinado por dois técnicos de Censura que, inicialmente, emitiram em um único parecer seus julgamentos, negando, de forma veemente, a liberação do texto da peça. O mesmo encontra-se arquivado na Bahia e não em Brasília, provavelmente, pelo fato de ter sido enviado a SR/BA, quando se informou àquele órgão a decisão da não liberação do espetáculo pelo diretor da DCDP, por meio de ofício. De acordo com os trâmites oficiais, a instância regional era responsável por informar a decisão ao requerente e devolver, ao menos, uma das vias do texto.

O testemunho **AF<sup>AN</sup>** (COSTA, 1978c), outra via do texto encaminhado a DCDP para exame censório, com 11 folhas, é uma reprodução datiloscrita proveniente da COREG-AN-DF(DCDP) e compõe o processo censório da peça, no qual se encontram reproduções de um requerimento, três ofícios, um parecer, um radiograma, um relatório e três fichas de protocolo, além de um Certificado de Censura, esse pertencente ao Arquivo Pessoal de

Nivalda Costa. Apresenta carimbo da **SBAT-BA**, no ângulo inferior direito, em formato circular, às folhas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, rubricados, ao centro.

Há palavras, expressões e frases sublinhadas e passagens demarcadas por chaves, à mão, exceto a primeira folha. Sinalizou-se o veto a duas falas, com o recurso de retângulo, feito à mão, e de carimbo “CORTE”, às folhas 4 e 5. Tais marcas foram realizadas pela técnica de Censura e Chefe da SR/BA, à época, durante exame do ensaio geral, conforme se registra no relatório censório encaminhado a DCDP, juntamente com o texto da peça.

Os testemunhos **AF<sup>NAEXB</sup>** e **AF<sup>AN</sup>** possuem diferenças entre si quanto à inserção e à supressão de palavras e frases, contudo, a distinção substancial se dá por meio de três elementos que constam somente no testemunho **AF<sup>NAEXB</sup>**: (i) a construção “Che”fe; (ii) a informação quanto aos “Textos subsidiários” (COSTA, [1978a], f. 11), aos textos usados na elaboração de *Anatomia das feras*; e (iii) a folha 12, na qual se apresentam sete frases construídas a partir de *Fragmentos de un evangelio apócrifo*, de Jorge Luis Borges (2001 [1969]), uma das obras tomadas por Nivalda Costa. Essas omissões evitaram, em alguma medida, o conhecimento, por parte dos órgãos de Censura, dos autores e das obras consultados, o que poderia despertá-los quanto ao teor ideológico trabalhado e criar mais um obstáculo à liberação.

Nesse texto, composto por seis atos, I – Pré-idade ou O caos da liberdade, II – Gênesis, III – A colonização, IV – O êsmo, V – A ruptura e VI – A história de não liberdade, e doze cenas (COSTA, [1978a]), a teatróloga traçou, em perspectiva antropológica e linguagem simbólica, “[...] a evolução histórica do homem, desde o homem-animal da pré-história, até [à] fera-urbanizada, de nossos dias [1978] [...]” (ANATOMIA..., 12 jun. 1978, p. 11), para discutir e refletir sobre a sociedade moderna, “[...] tecnizada e repressiva, dentro de uma visão afro-latino-americana [...]” (ANATOMIA..., 12 jun. 1978, p. 11).

A trama transcorre em um sanatório, “SANATÓRIO B/ REPUBLIC NOT FREE” (COSTA, [1978a], f. 2), dirigido por um presidente opressor, o personagem Ernst Bravos Fortes, com apoio de uma equipe de enfermeiros, que tratam os “doentes” como prisioneiros e/ou insetos. Dentre esses, há um grupo de revolucionários, os personagens “Che’fe”, “Sidney Ca(u)stro”, “B. Rosso”, “Enigma I, O Poeta” e “Walter Pereira Rochas”,

que se rebelam contra a violência e a opressão vivida, e, junto a outros sujeitos aprisionados, promovem uma luta armada, uma rebelião.

Na configuração cênica, há uma alusão à Revolta dos Malês, em que se busca despertar o público baiano para a necessidade de luta contra o regime ditatorial (COSTA, 1999 *apud* DOUXAMI, 2001). A Revolta dos Malês, movimento político, ocorreu em 25 de janeiro de 1835, em Salvador, quando africanos muçulmanos, na condição de escravos urbanos, organizaram-se e planejaram um levante contra o governo, a escravidão e a intolerância religiosa, visando à tomada de poder (REIS, 1986). A expressão *malê*, de *imalê*, na língua iorubá significa muçulmano, africano conhecido como *nagô*, na Bahia (REIS, 1986).

Ao longo do texto teatral, o grupo revolucionário demonstra insatisfação quanto à opressão e à violência por parte do presidente Ernst Bravos Fortes, e desejo de fazer justiça com as próprias mãos. Para tanto, juntam-se a outros grupos, estudam e planejam, em reuniões secretas, um levante contra aquele ditador:

CA(U)STRO – Você acredita que tudo que se processa à revelia da justiça, ficará docemente sem tribunais e sanções?

“CHE”FE – Exceto que sejamos um novo tribunal, sim. Não devemos esquecer que o mundo hoje é policiado e uno (COSTA, [1978a], f. 3).

CA(U)STRO – Amanhã o coisa falará ao povo e não poderemos fazer nada.

“CHE”FE – Poderemos estudar-lhes os atos, para surpreendê-los depois... (COSTA, [1978a], f. 4).

Assim como naquela rebelião histórica, a Câmara Municipal foi atacada porque ali se encontrava preso um dos líderes malês (REIS, 1986), no texto teatral, são apresentados dois casos de prisão, dos personagens Walter Pereira Rochas e Enigma 1, O Poeta. No primeiro, somos surpreendidos com a aparição daquele personagem suado e ferido, à sexta folha, após fugir da prisão, em um encontro com “Che”fe, Ca(u)stro e B. Rosso, que comemoram a volta do companheiro. No segundo, durante a organização efetiva do levante, ocorre, à nona folha, a prisão do personagem Enigma 1, O Poeta. Leiamos as referidas passagens, respectivamente:

CHEGADA DE WALTER P. ROCHAS SUADO E FERIDO.

ENIGMA 2 – Alegro-me companheiro, vamos cuidar de você e vamos nos esconder.

FOGEM

NO ESCONDERIJO: CHEFE, CA(U)STRO E B. ROSSO.

ENIGMAS 2 e 3 (carregando Walter P. Rochas) – Nossa águia de volta da ida.

“CHE”FE – Estás vivo companheiro, e juntos seremos dessa longa noite, as astutas vigílias.

CA(U)STRO – Vigílias prá que o sol nos ilumine e possamos devolver a esses malignos o seu repugnante fardo.

TRATAMENTO DO FERIDO / CONVERSA GESTUAL (COSTA, [1978a], f. 6).

CENA D: CAMINHADA (GESTUAL)

CHEFE, CA(U)STRO E B. ROSSO

BLACK

CENA E: A TRAMA (GESTUAL)

WALTER P. ROCHAS E ENIGMA 3

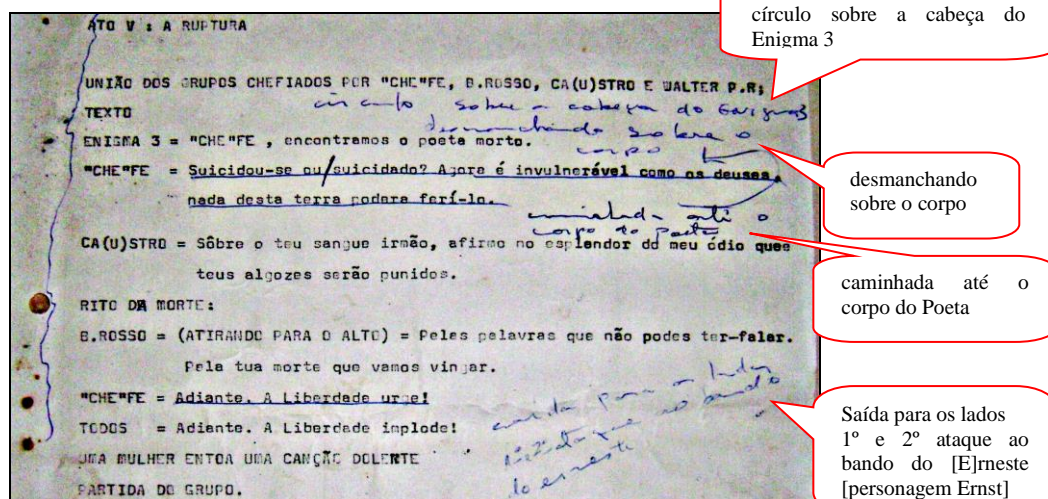
BLACK

CENA F: PRISÃO DO ENIGMA I, DOENTE I, DOENTE 2.

CENA G: AGONIA DO POETA [...] (COSTA, [1978a], f. 9).

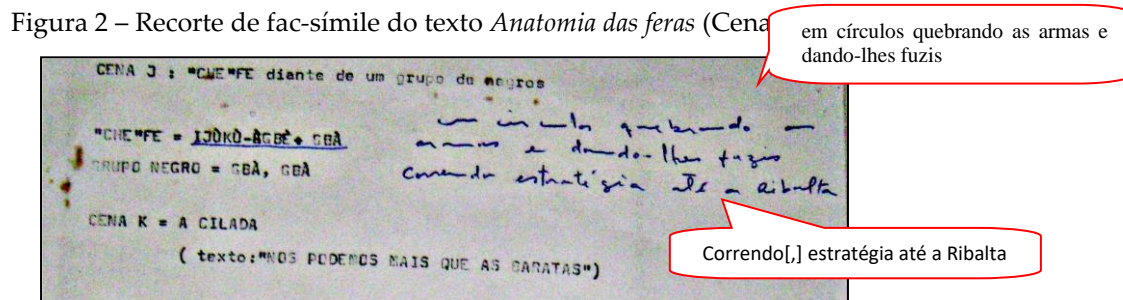
A prisão e a posterior morte do último personagem impulsionam a ação dos revolucionários, a luta por justiça. Ca(u)stro e B. Rosso, junto a “Che”fe, Walter Pereira Rochas e outros, juram vingá-lo, realizam um breve rito por sua morte e partem armados para dar prosseguimento ao planejado, atacando, de forma inesperada, os opressores. Leiamos, à figura 1, a referida cena e as indicações cênicas feitas, à mão, por Nivalda Costa, relevantes para melhor entendimento do ato:

Figura 1 – Recorte de fac-símile do texto *Anatomia das feras* (Ato V: A ruptura)



Fonte: COSTA, [1978a], f. 10. NAEXB

Ainda neste ato, após a partida do grupo, há duas cenas relevantes, a J e a K. Na cena J, ocorre um encontro entre o personagem “Che”fe e um grupo de negros, que também participam do levante. Eles cumprimentam-se em um dialeto africano, possivelmente iorubá (Cf. Figura 2). Em matéria de jornal, registra-se que o elenco era formado por atores e atrizes, negros, brancos e mestiços que “[...] caracteriza[va]m a própria miscigenação latina, ora se expressando em português, ora em espanhol<sup>7</sup> e mesmo algumas vezes em yorubá” (ANATOMIA..., 27 jul. 1978, p. 6). Reis (1986) afirma que, naquele período, a maioria dos escravos da Bahia, oriundos da África, falavam a língua iorubá.



Fonte: COSTA, [1978a], f. 11. NAEXB.

É importante lermos também, nesse trecho, a anotação manuscrita autoral sobre a quebra das armas (brancas) do grupo negro e a entrega de fuzis ao mesmo, remetendo-nos à Revolta dos Malês, uma vez que, naquele levante, os africanos escravizados usaram espadas, facas e outros objetos contra a tropa imperial que os massacraram, a distância, com armas de fogo (REIS, 1986). Muitos historiadores pontuam essa questão do armamento desproporcional, como aspecto relevante na derrota do malês.

A cena K, “A CILADA”, é construída a partir do texto “Nós podemos mais que as baratas” (COSTA, [1978a], f. 11), um texto-sonoro usado como pano de fundo para ação dos “[...] personagens [que] percorrem espaços cênicos ensinando [...] o público a

<sup>7</sup> O uso do espanhol é feito pelo personagem Enigma 1 – O Poeta, em algumas falas construídas a partir dos poemas do chileno Ricardo Eliecer Neftalí Reyes Basoalto (1904-1973), mais conhecido como Pablo Neruda, que esteve no Brasil, em 1945, quando participou do comício em homenagem a Luis Carlos Prestes, no estádio do Pacaembu, no Rio de Janeiro. Em 1950, no México, Neruda publicou a obra *Canto General*, tomada por Nivalda Costa, considerada pelos críticos como uma epopeia lírica, em que o poeta denuncia os traidores da América, adversários políticos, evoca a esperança de libertação e postula uma poesia a serviço dos pobres (SOUZA, 2012).

silabar/soletrar o poema-frase em questão, [...] poema-frase [que] se repete gravado [...]” (COSTA, 2011). Esse texto sonoro é reproduzido por uma instância mecânica situada fora do campo de ação, em *off*, que podemos ler como a “moral da história”.

No poema “Nós podemos mais que as baratas”, possivelmente, construído a partir da obra *A Metamorfose*, de Franz Kafka (1963 [1915]), a alusão à barata remete ao presidente do sanatório, sujeito que pode ser vencido. Na fala dos personagens, há remissões ao presidente como a “barata” (COSTA, [1978a], f. 6) e, correlacionada à obra *O coisa*, de Oswald de Andrade (1971 [1943]), como “o coisa” (COSTA, [1978a], f. 4 e 9).

Relacionamos essa cena à Revolta, ao momento em que uma patrulha surpreendeu o grupo de negros na Ladeira da Praça Municipal de Salvador, desencadeando-se a violenta batalha que terminou com prisão, tortura e morte de mais de 70 negros (REIS, 1986). Entretanto, no texto teatral, com base nas anotações manuscritas feitas por Nivalda Costa e nas cenas seguintes, do ato VI, acreditamos se tratar de uma “cilada” criada pelo grupo revolucionário, de uma emboscada arquitetada contra o presidente e seus aliados.

No Ato VI, ocorre o principal embate, a luta entre aqueles sujeitos, que termina com a vitória dos revolucionários. Esse ato é caracterizado como uma síntese da peça, uma “[...] volta às raízes, as mesmas que os colonizadores pensaram destruir ao longo do processo de sedimentação de seus ideais. É [...] a ‘remontação das origens como forma de sobrevivência’ [...]” (ANATOMIA..., 27 de jul. de 1978, p. 6). Temos:

ATO VI: A HISTÓRIA DE NÃO LIBERDADE (Resumo e final)  
a) VOZES GRAVADAS SERVEM DE FUNDO PARA A AÇÃO  
b) LUTA  
CENA L: A VITÓRIA  
(Texto: O aprendizado do L)  
Hasteamento das bandeiras  
Exercício de símbolos – Canto  
NIVALDA COSTA (COSTA, 1978b, f. 11).

Se na rebelião dos malês o ataque não foi bem sucedido, e esses foram mortos, presos e fuzilados (REIS, 1986); no levante do Testa, o grupo revolucionário vence o ditador. Em *Anatomia das feras*, a dramaturga-diretora não fez somente uma alusão, mas reescreveu a história, de forma cênica, revisitando e transformando alguns dos



acontecimentos mais importantes: a prisão, a cilada, o armamento usado pelos negros e o final do levante. Aludir à Revolta dos Malês é retomar o passado com vistas à análise do presente, buscando despertar a sociedade para a necessidade de transformação, e mais, é uma revalidação de um episódio da história brasileira, de uma luta do povo africano, como um exemplo que pode ser seguido, em uma lógica temporal interativa. Essa faceta teatral vai ao encontro da ideia de Guinsburg, Faria e Lima (2006, p. 238), de que a “[...] identidade de propósitos e o anseio de liberdade no passado, (re)atualizados no presente, adquirem teor didático-pedagógico [...]”.

Ao analisar esse texto, dois técnicos afirmaram haver uma “[...] contestação político-ideológica, contra determinado poder [...]” (PARECER..., 1978), “[...] toda uma simbologia conotativa [que] mostra uma subversão de valores [...], e o [...] mais agravante: a derrubada do poder pela luta armada [...]” (PARECER..., 1978). Eles realizaram uma leitura crítica do enredo e dos personagens, indicando possíveis alusões a personalidades de contextos históricos reais.

O personagem “Ernst Bravos Fortes”, mentor do sanatório, conforme o Parecer censório n.º 2158/1978, faz referência a Ernesto Geisel, presidente do Brasil de 1974 a 1979, que, de acordo com notícias divulgadas na imprensa baiana, da época, no final do mês de junho de 1978, veio a Salvador, onde permaneceu por dois dias, para inaugurações e contatos políticos (GEISEL..., 28 jun. 78). Conforme Costa (2010), performativamente, o personagem constrói-se em alusão a Jânio Quadros, presidente do país no ano 1961.

“Sidney Ca(u)stro” é relacionado a Fidel Castro, líder de um grupo de revolucionários que derrubou o governo de Fulgêncio Batista e implantou o regime comunista em Cuba, na década de 1960. “Che’fe”, de acordo com a construção dos outros personagens e por essa forma ser apresentada somente no testemunho não submetido aos órgãos de Censura, possivelmente, faz alusão a Ernesto Rafael Guevara de La Serna, conhecido como “Che” Guevara, companheiro de Fidel, foi um dos líderes da Revolução Cubana, impulsionou a instalação de grupos guerrilheiros em vários países da América Latina (SOUZA, 2012).

“B. Rosso” foi identificado como “Brasil Vermelho”, “elemento ou grupo contra-revolucionário” (PARECER..., 1978), personificação da nação contra-revolucionária, personagem disposto a transformar a realidade opressora e alienante, a “política do pão e circo” desenvolvida pelo presidente, para quem “[...] [t]udo tem que ser motivo de festa em OF NOT FREE” (COSTA, [1978a], f. 4, grifo do autor). Destacamos que em um elenco formado majoritariamente por homens, entre eles Jango Machado, Fernando Passos, Roberto Reis, José Carlos Silva, Djalma Vila, Ubirajara Reis e Carlos Alberto de Lima (ANATOMIA..., 12 jun. 1978), a dramaturga-diretora escolheu uma das quatro atrizes, Alda Miriam, para interpretar o personagem, “B. Rosso”, conforme programa da peça.

Depois de analisar os personagens, os técnicos de Censura julgaram que, tanto no conteúdo quanto na forma de apresentação, a dramaturga-diretora “[...] desenvolve uma temática político ideológica subversiva, que ainda que veladamente contraria flagrantemente o Art. 41 alínea c do Decreto 20.493 [...]” (PARECER..., 1978), opinando “[...] PELA NÃO LIBERAÇÃO DO referido texto” (PARECER..., 1978, grifo do autor). Com base no parecer, o diretor da DCDP/DPF encaminhou, no dia 27 de junho, a SR/BA, o Ofício n.º 912/78, informando que a liberação do texto teatral foi negada por contrariar as normas censórias vigentes. Essa decisão está registrada, também, à mão, na ficha de protocolo.

Contudo, após quase um mês da decisão pela não liberação do texto, o supracitado processo censório foi retomado, fato que não se explica nos documentos consultados. No dia 24 de julho, o diretor da DCPD/DPF emitiu a SR/BA o Radiograma n.º 114, mensagem transmitida via rádio, na qual autorizava que se realizasse o exame do ensaio geral, ficando a liberação a depender dessa avaliação a ser registrada em relatório.

No relatório do ensaio geral, elaborado em 25 de julho, a técnica de Censura e Chefe do SCDP/SR/BA M.H.G., antes de narrar a respeito do exame em si, apresenta um parágrafo sobre a situação, fazendo remissão àqueles documentos, o radiograma e o ofício, o que deixa ainda mais patente a lacuna existente nesse processo censório. Nesse documento, a técnica registrou as restrições, a omissão do nome dos personagens “[...] ERNEST e CAUSTRO a fim de evitar qualquer semelhança com pessoas de fato [...]”

(RELATÓRIO..., 1978), os cortes e a impropriedade máxima, devido ao “[...] clima de constante violência” (RELATÓRIO..., 1978).

*Anatomia das feras* foi encenada<sup>8</sup> dois dias após a realização do exame do ensaio geral, ficando em cartaz, no Solar do Unhão, pela primeira vez, de 27 a 30 de julho, às 21 horas, patrocinada pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (ANATOMIA..., 27 jul. 1978); essa instituição, provavelmente, intermediou a situação quanto à liberação e à encenação junto aos órgãos de Censura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos seis textos da SECPE é marcada pelo processo de circulação dos mesmos, (i) pelo uso coletivo de cópias do texto por membros do Grupo Testa, durante ensaios ou leituras dramáticas, momentos propícios a registro de intervenções nas cópias (que, principalmente após montagem do espetáculo, têm destinos variados) e (ii) pelo trâmite censório da época, no qual se enviavam três vias do texto a DCDP, em Brasília, para exame, e, a depender do caso, havia o encaminhamento de uma ou duas daquelas vias para a SR/BA, para exame do ensaio geral ou para devolução ao requerente, informando a não liberação.

Temos testemunhos diversos, 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> ou 3<sup>a</sup> via do texto encaminhado à DCDP, testemunhos anteriores e posteriores a essas cópias, testemunhos compostos, testemunhos incompletos, com construções textuais semelhantes e outras diversas, com campanhas de

---

<sup>8</sup> Na realização deste espetáculo, temos **texto e direção geral**: Nivalda Costa; **elenco**: Jango Machado, Fernando Passos, Roberto Reis, José Carlos Silva, Djalma Villa Gois, Ubirajara Reis e Carlos Alberto de Lima, Alda Miriam, Carlos Cruz, Elma Antunes, José Carlos Bastos, Jaciara Menezes, América Branco, Gil Santana; **direção musical**: Marco Antônio Queiroz e Edu Nascimento; **instrumentistas**: Edu Nascimento, sopro; Vovô, Cabral, Robert Villefranche, percussão; Marco Antônio Queiroz, cordas; **composições**: Marco Antônio Queiroz, Edu Nascimento e Vovô (que fizeram canções, especialmente, para a peça); **cenografia**: Deusimar Pedro [Sousa]; **coreografia**: Fernando Passos; **Assistente de coreografia**: Estácio Fernandes; **figurino, criação e confecção**, respectivamente: Equipe e Nivalda Costa, e Solange; **maquiagem**: Rosa Soares Souza; **objetos de cena**: Nivalda Costa; **elementos de capoeira**: Mestre Cafuringa; **fotografia**: Eloísa Kahler; **slides**: Robert Calowell; **iluminação**: Rita Matos; **sonoplastia**: João Américo; **contra-regra**: Jaciara Menezes e José Carlos Bastos; **divulgação**: Carlos Alberto de Lima; **cartaz e programa**: Vauluizo Bezerra; **produção executiva**: José Romário Pacheco; **assistente de produção**: Djalma Villa; **patrocínio**: Fundação Cultural do Estado da Bahia; **produção**: Testa (BEZERRA, jul. 1978; FRANCO, 1994).

reescrita e de revisão, à mão, autorais e anotações não autorais. Marcas essas que em *Anatomia das feras*, em especial, nos ajudam a melhor compreender o texto e os movimentos de produção de sentido empreendidos em cena.

Considerando tais questões, respeitando cada um dos testemunhos dos textos em seus aspectos materiais e históricos, tecer um diálogo entre Filologia, Paleografia e outros saberes é uma estratégia de leitura para “colocar em cena” a diversidade e a historicidade textuais, potencializando diferentes modos de leitura, e, por conseguinte, dar a conhecer Nivalda Costa e seus textos, documentos/testemunhos de uma época.

## REFERÊNCIAS

“ANATOMIA das Feras” será levada em julho no Solar do Unhão. **Jornal da Bahia**, Salvador, p. 11, 12 jun. 1978.

“ANATOMIA das Feras”: uma sátira ao real. **Jornal da Bahia**, Salvador, p. 6, 27 jul. 1978.

ANDRADE, Oswald de. O coisa. *In: Obras Completas* 5. ed. Ponta de Lança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971 [1943]. p. 70-73.

BEZERRA, Vauluizo. **Anatomia das feras**. [Programa impresso]. Salvador, jul. 1978. Promoção da Fundação Cultural do Estado da Bahia.

BORGES, Jorge Luis. **Elogio da sombra**. Tradução Carlos Nejar e Alfredo Jacques. São Paulo: Globo, 2001 [1969].

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. *In: BORGES, Rosa et al. Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. De la paleografía a la historia. De las prácticas del escribir. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL A HISTORIA A DEBATE*, Santiago de Compostela. **Anais** [...]. Santiago de Compostela, 1995, p. 261-271. Disponível em: <http://dspace.uah.es/>. Acesso em: 07 set. 2016.

COSTA, Nivalda Silva. **Os roteiros teatrais Aprender a nada-r e Anatomia das feras**. [Entrevista cedida a] Débora de Souza. Salvador, fev. 2011. 1 CD. Local: Biblioteca do *Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO/UFBA*.

- COSTA, Nivalda Silva. **Ditadura militar na Bahia**. [Entrevista cedida a] Luís César Souza e Iza Dantas. Salvador, nov. 2007. 1 CD. Local: Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira – AMAFRO.
- COSTA, Nivalda Silva. **Anatomia das feras**. [1978a], 12 folhas.
- COSTA, Nivalda Silva. **Anatomia das feras**. 1978b, 11 folhas.
- COSTA, Nivalda Silva. **Anatomia das feras**. 1978c, 11 folhas.
- DOUXAMI, Christine. Teatro negro: a realidade de um sonho sem sono. **Afro-Ásia**, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2001. p. 313-363. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura & liberdade de expressão**. São Paulo: Edital, 1974.
- FRANCO, Aninha. **O teatro na Bahia através da imprensa: século XX**. Salvador: FCJA; COFIC; FCEBA, 1994.
- GARCIA, Miliandre. “**Ou vocês mudam ou acabam**”: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). 2008. 420f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- GEISEL chega a Salvador amanhã. **Diário de Notícias**, Salvador, 28 jun. 1978.
- GUINSBURG, Jacó; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de. **Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- KAFKA, Franz. **A Metamorfose**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1963 [1915].
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1994.
- MCKENZIE, D. F. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005 [1991].
- PARECER n. 2158/78. Brasília, 16 jun. 1978.
- PEDRO [SOUSA], Deusimar Soares; SOUSA, Rosangela Aparecida Soares. **Nivalda Costa, teatro baiano e Grupo Testa**. [Entrevista cedida a] Débora de Souza e Carla Ceci Rocha Fagundes. Salvador, maio 2018. Formato MP3. Local: Terreiro Ilê Axé Opó Afonjá.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura**: primera lección de Paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/86759036/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. Crítica Textual: conceito – objeto – finalidade. **Confluência**: revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 7, 1º sem. 1994. p. 57-63.

SOUZA, Débora de. **Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa**: arquivo hipertextual, edição e estudo crítico-filológico. 2019. 449f. 2 v (um volume em site). Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29881>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SOUZA, Débora de. **Aprender a nada-r e Anatomia das feras, de Nivalda Costa**: processo de construção dos textos e edição. 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8528>. Acesso em: 14 jan. 2016.



# **PALEOGRAFIA E FILOGRAFIA NO ESTUDO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A ESCRavidÃO**

**Eliana Correia Brandão Gonçalves**  
Universidade Federal da Bahia

## **PRIMEIRAS PALAVRAS**

As considerações aqui expostas visam a tecer breves reflexões sobre os diálogos viabilizados pela Paleografia e pela Filologia no estudo de documentos históricos de diversos tipos documentais produzidos no contexto escravista dos séculos XVIII e XIX, e disponibilizados em acervos nacionais e estrangeiros. Esses documentos apresentam vestígios das narrativas dos modos de vida e das relações sociais e políticas desenvolvidas nos contextos de escravização.

Particularmente, o estudo de textos produzidos em épocas pretéritas prescinde de uma análise criteriosa, relacionando os aspectos da materialidade dos textos à interpretação

dos perfis estruturantes dos tipos documentais. Além disso, é por meio dos diferentes usos da escrita, verificados nas diferentes espécies documentais, que vínculos são estreitados e diálogos são produzidos entre Paleografia, Filologia e Diplomática, mostrando que as produções escritas resultantes de perfis escriturais apresentam variação sociocultural, espacial e temporal.

É fato que as instituições de guarda, municipais, estaduais e estrangeiras, são responsáveis pela guarda de acervos permanentes (BACELLAR, 2008). Dessa forma, os documentos inventariados na referida pesquisa fazem parte, no geral, dos acervos: da Fundação Biblioteca Nacional, depositária oficial de vários manuscritos referentes à história dos escravizados no Brasil e na Bahia; do Arquivo Público do Estado da Bahia; e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, que guarda os documentos recebidos, produzidos, registrados e acumulados pelos órgãos vinculados à administração militar, judicial e eclesiástica do império colonial português e, conseqüentemente, os documentos de todas as antigas colônias portuguesas, que foram catalogados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, em 2009 (BELLOTTO, 2006).

As fontes documentais são relevantes e podem ser objeto de interesse para diversos pesquisadores. No entanto, cada pesquisador seleciona o inventário de documentos de acordo com seus objetivos e suas práticas. Nesse aspecto, as reflexões mobilizadas nesse texto são decorrentes do projeto de pesquisa, que recebe o apoio do CNPq, FAPESB e PERMANECER-UFBA, intitulado “Memórias de violências e (re)existências: edição e estudo linguístico”, coordenado por mim e desenvolvido por uma equipe de trabalho no âmbito do GEFILL – Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – no Instituto de Letras da UFBA<sup>1</sup>. O projeto tem por objetivo realizar estudo filológico e linguístico de textos históricos de diversos tipos documentais entre os quais Cartas, Requerimentos, Ofícios e Consultas, que registram narrativas das memórias de violências e resistências, entre as quais a violência étnico-racial, em contextos de escravização, e a violência de gênero, com

---

<sup>1</sup> O GEFILL – Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais está vinculado ao Grupo de Pesquisa Nova Studia Philologica.



base em textos do século XVII ao XX. Portanto, não há como encontrar os rastros das relações escravistas em uma única instituição de guarda nem em um único documento.

Em particular, os documentos históricos que narram os contextos da escravatura nos séculos XVIII e XIX formam inventários marcados pela diversidade tipológica, cronológica e sociocultural. Esses inventários nem sempre são sistemáticos, temáticos e exaustivos, considerando os sujeitos que produziram e/ou os sujeitos que receberam os documentos, pois normalmente os acervos apresentam os documentos considerando a datação e, por vezes, a seção ou série, dificultando o trabalho do pesquisador. Para tanto, o mapeamento, a edição e o estudo de documentos históricos, concernentes aos contextos de escravatura, também cumprem esse fim de reconstituir, reler e reavaliar os registros da história social e linguística no Brasil, buscando práticas editoriais que levem em conta os diferentes modelos editoriais (BORGES; SOUZA, 2012; GONÇALVES, 2018; 2017); preservem “[...]as características do corte sincrônico representado pela língua em que o texto foi vasado (TELLES, 2009)”; e permitam a comparação de diferentes testemunhos e a organização das variantes localizadas nos textos, por meio de programas adotados na edição, possibilitando o estabelecimento de um texto em formato digital sobre suporte eletrônico, com o fim de tornar mais rápido e eficiente o acesso do leitor ao texto (LOSE, 2006; CAMBRAIA, 2005, 2007).

## PALEOGRAFIA, FILOGRAFIA, DIPLOMÁTICA E OS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

A Paleografia apresenta diversas acepções e concepções que enfatizam desde a sua etimologia do grego *palaios* “antigo” e *graphien*, “escrita”, até as definições veiculadas em diversos manuais que ora enfatizam o seu caráter técnico ora enfatizam a sua atuação como área do saber como pode ser visto nos manuais de Prou (1910), Millares Carlo (1942), Battelli (1949), Berwanger e Leal (1995, p. 12), Dias e Bivar (1986) e Andrade (2010). Nesse contexto, a Paleografia pode ser interpretada como arte, ciência ou técnica, que media a leitura, datação e decifração dos caracteres extrínsecos dos textos escritos ou pode ser apresentada como área que viabiliza a leitura e a interpretação do documento,

considerando seus aspectos materiais e as questões socioculturais e históricos que envolvem a composição do texto (PETRUCCI, 2003; CASTILLO GÓMEZ, 2003).

Mas é preciso pensar que os conceitos se atualizam de acordo com as questões e as necessidades do nosso tempo e não seria diferente com o conceito de Paleografia. Para Saéz Sánchez e Castillo Gómez (1999, p. 27), a Paleografia "[...] pasa a definirse en virtud de la consideración del hecho escrito como un producto sociocultural cuyo estudio e interpretación provee de un conocimiento más rico del pasado y el presente<sup>2</sup>."

Dessa forma, contemporaneamente, a atuação da Paleografia vai além da técnica ou da decifração, levando-se em consideração as variações históricas e sociais das formas escriturais, a relação entre produção e difusão da escrita e as diferenças de suportes, se manuscrito, impresso ou digital. A Paleografia institui-se, portanto, como espaço aberto de discussão para a diversidade de significações das práticas culturais da escrita.

Nesse caminho, a Paleografia estuda historicamente a escrita, seus materiais, os tipos caligráficos e seus usos e os debates sociais, culturais, ideológicos, históricos e políticos, que problematizam a produção do texto, como o problema da interpretação das abreviaturas, a questão das mudanças decorrentes da transmissão textual e os usos linguísticos do passado, registrados no texto, e que são indispensáveis no estudo da história da língua.

A escrita passa por mudanças vinculadas aos seus suportes, aos seus produtores e seus leitores. Nesse viés, o documento histórico que registra essa escrita precisa ser estudado "enquanto instrumento de poder", a fim de recompor as mudanças nos papéis sociais na história da escrita. Na leitura de Le Goff (1996, 547), o documento é resultante de uma montagem da história, em parte objetiva e em parte subjetiva, e dos grupos sociais, considerando as "[...] épocas sucessivas, durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado ainda que pelo silêncio".

Desse modo, reitera-se a relevância das práticas envolvidas nos usos da escrita e os contextos socioculturais e históricos que circundam os documentos históricos, atentando

---

<sup>2</sup> Tradução livre: "[...] passa a definir-se em virtude da consideração do fato escrito como um produto sociocultural cujo estudo e interpretação proporcionam um conhecimento mais rico do passado e do presente".

para a datação tópica e a datação cronológica dos documentos e as técnicas utilizadas na execução da escrita. Portanto,

Atualmente, as práticas de pesquisa paleográfica têm sido compreendidas como [...] resultante das atividades humanas e da nossa expressão social e cultural, estudando, nesse sentido, os seus registros gráficos em geral, a finalidade ideológica e os modos de escrever e suas inscrições em variados suportes, tipos caligráficos e materiais, nos diversos momentos da história. Nesse caminho da escrita, articulando com Petrucci (2003) e outros paleógrafos italianos, a Paleografia segue em seu contexto analítico, propondo um método de abordagem global, no qual se reivindicam estudos de variados testemunhos escritos. Nessa busca, por uma Paleografia social e política, ou melhor, por uma nova história das práticas de produção e uso da cultura escrita, é necessário atentar aos contextos sócio-culturais, as formas e condições de produção do texto, os usos sociais da escrita de forma mais ampla e reflexiva, visto que os textos registram variados modos de confrontos pelos diversos segmentos sociais. (GONÇALVES, 2018, p. 128)

A análise de documentos históricos também vai depender das escolhas metodológicas adotadas pelo pesquisador diante da pluralidade de seu objeto e de seus objetivos. Na leitura e interpretação dos documentos sobre o Brasil, é preciso considerar “todos aqueles relacionados à América Portuguesa, quer oriundos dela quer oriundos da sede do Império Português” (DIAS; BIVAR, 1986, p. 18), contanto que façam referência às realidades do Brasil, a fim de reavaliar a história das maneiras de escrever, das condições de produção e difusão do testemunho, mas também dos modos de ler e da função que a sociedade atribui à escrita.

A história de um texto é complexa, pois sua produção está fundada no sujeito, na linguagem, no discurso. Em particular, os documentos históricos viabilizam o conhecimento de outros prismas historiográficos, pois “cada registro de um texto escrito constitui um *testemunho*” (CAMBRAIA, 2005, p. 63) dos usos linguísticos, das imagens dos lugares e dos sujeitos conhecidos e anônimos que figuram nas narrativas históricas sobre o Brasil. Dessa forma, o encontro e a articulação da análise paleográfica, diplomática e filológica contribuem de forma ímpar na leitura, reconfiguração e reavaliação desses documentos históricos.

Na análise paleográfica, a relação entre materialidades e contextos socioculturais e históricos de produção, circulação e recepção dos documentos será a força motriz do

pesquisador, considerando que as escritas são múltiplas, no tempo e no espaço, e da mesma forma os tipos caligráficos são diversos. Nesse sentido, a Paleografia traz contribuições para a pesquisa com documentos, na leitura interpretativa das marcas presentes na materialidade, referentes ao estudo da difusão das práticas de leitura e escrita; à análise das funções e utilizações da escrita nas sociedades históricas, em diferentes contextos; ao estado de conservação do suporte do documento, a exemplo da corrosão do papel proveniente da tinta, danos causados por insetos, umidade, rasgaduras etc.; à habilidade do *scriptor* com a pena, considerando os diversos níveis de execução da escrita que vão se relacionar às variadas formas de acesso à escrita, por meio do ensino, e à diversidade sócio-cultural do *scriptor*; aos tipos de instrumentos e materiais da escrita; à diversidade de tipos caligráficos e morfologia das letras; à familiarização com o sistema baquigráfico para a interpretação das abreviaturas; ao conhecimento dos sinais estigmológicos (pontuação, divisão silábica, fronteira de palavras, paragrafação e acentuação); e ao reconhecimento da diversidade do repertório linguístico utilizado no documento, que por vezes, pode apresentar unidades lexicais em desuso ou desconhecidas.

Na análise diplomática, é enfatizado o estudo de todos os documentos produzidos no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica (RONDINELLI, 2002). Para Bellotto (2002), os documentos podem ser analisados pela Diplomática, considerando: fórmulas diplomáticas obrigatórias, ou também chamadas de coordenadas, vinculadas às espécies documentais, que são determinadas pelos objetivos dos atos jurídicos; e variantes composicionais, relativas ao teor pontual e circunstancial articulados às especificidades do ato aplicado a um fato, pessoa ou assunto. Dessa forma, o estudo diplomático analisa as estruturas que se repetem relativamente nos documentos com o mesmo perfil tipológico, ação que viabiliza a leitura de textos históricos (ACIOLI, 1994; BERWANGER; LEAL, 1995, p. 17). Contemporaneamente, a Diplomática também é utilizada de forma crítica na compreensão do complexo processo de produção dos documentos, observando a sua tipologia documental e normatizando parâmetros metodológicos que norteiam o tratamento do documento de arquivo.

Na análise filológica de edição e de leitura crítica e interpretativa dos dados linguísticos e históricos dos textos, a ação crítica e metodológica da Filologia possibilita que cada produção textual seja entendida como testemunho que resulta da ação do tempo, do espaço e da cultura. Para Gonçalves (2018, p. 135), a leitura filológica remete

[...] a etapas criteriosas de edição que perpassam pela reflexão sobre a história social do documento, os materiais disponíveis, a delimitação de critérios de edição consoantes com o objetivo da edição e o público-alvo, [...] e a apresentação do texto editado propriamente dito, [...] [requerendo do editor o] conhecimento da escrita do texto, do sistema ortográfico da época, além do sistema baquigráfico, visto que os documentos históricos apresentam diferenciadas abreviaturas.

Nesse viés, o trabalho filológico é uma atividade crítica de reconstrução, que mobiliza soluções diferenciadas, adotando critérios teórico-metodológicos, de acordo com a diversidade textual, finalidade da edição e o público-alvo. A prática interpretativa da Filologia percebe o texto como produto da cultura e da história e, portanto, o acesso a esses fragmentos da memória é realizado por meio desse aparato teórico-metodológico adotado pelo editor na leitura do documento histórico, norteador também seus objetivos e suas escolhas na hora de conceituar documento e na escolha do tipo de edição. Fundamentada em uma postura crítica e interpretativa, o editor precisa estar atento para não criar dados de língua, ao propor leituras equivocadas dos textos. Essa prática criteriosa fundamenta o labor do editor na escolha dos critérios e na sua ampla divulgação aos leitores, sinalizando ao leitor, quando se trata do texto e quando se trata de intervenções editoriais. Essas relações descritas podem ser observadas na figura a seguir:

Figura 1 – Alguns norteadores na escolha dos critérios de edição



Fonte: elaborado pela própria autora.

Como pode se notar, essas escolhas operam entre a objetividade e a subjetividade, entre a distância e a proximidade, pois também são escolhas articuladas aos interrogantes do nosso tempo em relação aos outros tempos. Nessa trilha,

[...] é o contemporâneo que fraturou as vértebras de seu tempo (ou quem percebeu a falha ou o ponto de quebra), ele faz dessa fratura o lugar de um compromisso e de um encontro entre os tempos e as gerações (AGAMBEN, 2009, p. 71).

## A LEITURA DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS E A ESCRAVIDÃO

Nas curvas de descontinuidades das narrativas históricas, ler criticamente os documentos históricos é nos reportarmos a um passado no qual não estivemos, buscando os rastros, pois esse é o lugar que nos restou para buscarmos os restos, os vestígios da memória fraturada, que o passado e o tempo perpetuaram, e que só encontram visibilidade períodos depois, na reconfiguração e reavaliação das narrativas.

As memórias de violências e resistências étnico-raciais em contextos de escravatura são bastante recorrentes na documentação histórica sobre a Bahia. Em particular, esses documentos, referentes à história do Brasil e da Bahia, podem ser localizados em diversas instituições de guarda, entre as quais a Biblioteca Nacional, depositária oficial de vários manuscritos disponibilizados em instituições de guarda, nacionais e estrangeiras, entre os

quais os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que foram catalogados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, em 2009.

O Projeto Resgate, inserido no Projeto Memória do Brasil e com aprovação do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, reuniu as fontes documentais do antigo Conselho Ultramarino, relativas às antigas capitanias hereditárias do Brasil e constante em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino. Essa ação coordenada pelo Ministério da Cultura do Brasil, por meio de sua Assessoria Especial, em parceria com instituições de guarda brasileiras, reitera a importância de políticas de gestão cultural de documentos constantes nos arquivos estrangeiros, como aquelas desenvolvidas pelo Projeto Resgate (2009).

Os contextos da escravatura são registrados em diversos tipos documentais que compõem os 19.610 documentos sobre a Bahia, catalogados pelo projeto Resgate e provenientes do antigo Conselho Ultramarino. Esse inventário de documentos é composto por diversas tipologias documentais, a exemplo de Cartas, Ofícios, Requerimentos, Pareceres, Consultas e Avisos, que fazem referência a questão da escravatura.

Em especial, o século XIX foi marcado pelas relações tensas e conflituosas envolvendo as relações escravistas diante da desumanidade nos contextos de trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar e na exportação e importação de escravos da África (TAVARES, 2001). A seguir, é apresentado um fac-símile de uma Carta que registra os vestígios das relações escravistas no século XIX:

Figura 2 – Fac-símile do fólio 1r de Carta do Conselho Ultramarino – 14 de fevereiro de 1811 – Bahia  
Carta de Felisberto Caldeira Brant Pontes ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] conde das Galveias  
[D. João de Almeida Melo e Castro] sobre o tratamento a ter com os escravos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Dados coletados por Tamires Sales de Quadros – bolsista CNPq-UFBA – no período de agosto de 2018 a julho de 2019.





diversas cenas dos complexos contextos que envolvem a questão da escravatura, além de ações de resistência por parte dos escravizados, por meio das revoltas, sublevações e insurreições.

Nesse caminho, a edição de Cartas e de outros tipos documentais oportuniza atos partilhados de leitura, por meio de uma análise criteriosa dos contextos sociais, que fragmentam a percepção do senso-comum e instaura outras conexões interpretativas, por meio da compreensão crítica dos materiais e das condições de produção dos textos, mas também das articulações dialógicas promovidas pela Paleografia, Filologia e Diplomática.

## **PALAVRAS FINAIS**

A pesquisa com documentos históricos se constrói a partir da reflexão crítica sobre os textos e suas materialidades e inscrições, organizada por meio de produções editoriais que cumprem finalidades distintas, considerando a relação entre o tempo de produção e o tempo de recepção do texto e as novas pautas que compõem o contemporâneo. Essa análise crítica-interpretativa se fundamenta na práxis paleográfica, filológica, diplomática e histórica, a fim de acompanhar o percurso sinuoso do texto. Para tanto, a construção das significações das narrativas, presentes nos documentos históricos, é passível de interpretação e decorre de ações coletivas, de produtores e leitores. Por fim, editar também é de certa forma intervir no texto, propor outras vias de leituras. Mas essas intervenções precisam ser mediadas e sinalizadas ao leitor, compartilhadas por meios de aparatos teórico-metodológicos que favorecem a recomposição e reconfiguração do processo de produção, circulação e recepção dos documentos históricos.

## **REFERÊNCIAS**

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE; FUNDAJ; Massangana, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE, Maria Cecília Jurado de. Paleografia. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (org). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 9-27.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BATTELLI, Giulio. **Lezioni di Paleografia**. 3. ed. Roma: Città del Vaticano, 1949.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. As espécies documentais. *In*: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. p. 45-90. (Projeto Como Fazer, v. 8)

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 2. ed. Santa Maria: EDUFSM, 1995. (Série Livros Didáticos)

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento. Filologia e edição de texto. *In*: BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

CAMBRAIA, César Nardelli. Edições digitais como base para análises lingüísticas: revisão crítica de experiências. *In*: SEMINÁRIOS DE ESTUDOS FILOLÓGICOS – SEF, **Anais [...]** 2. ed. Organizado por Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. Salvador: Quarteto: 2007. p. 13-24.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia para o período colonial. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1986. p. 11-38. (Estudos CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, nova série, n. 11)

GONÇALVES, Eliana C. Brandão. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. **Revista da ABRALIN: Associação Brasileira de Linguística**, v. 16, n. 2, p. 191- 218, jan./fev./mar./abril de 2017.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. A Paleografia na leitura da documentação histórica sobre a Bahia. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento (org.) **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte: EDUFBA, 2018. p. 125-142.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

LOSE, Alícia Duhá. A Crítica Textual e as novas tecnologias. TEIXEIRA, Maria da Conceição R., QUEIROZ, Rita de Cássia R. de, SANTOS, Rosa Borges dos. (org.) **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 63-78.

MILLARES CARLO, Agustín. **Paleografía española**. Barcelona; Buenos Aires: Labor, 1942.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura**: primera lección de Paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

PROU, Maurice. **Manuel de Paléographie**: latine et française. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1910.

QUADROS, Tamires; JESUS, Pollyana Macêdo de; GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Comentários paleográficos de documentos históricos: carta do século XVIII. *In*: LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Livia Borges Souza et al. (org.). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE PALEOGRAFIA, 1. **Anais** [...] Salvador: Memória & Arte, 2019. p. 260-275.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Paleografía e historia de la cultura escrita**: del signo a lo escrito. Madrid: Síntesis, 1999. p. 21-31. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/6784/Paleografia%20Historia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jan. 2016.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

TELLES, Célia Marques. A chamada lição conservadora na edição de textos. **Scripta Philologica**, Feira de Santana, n. 5, p. 253-266, 2009.



# **GESTOS DE ESCRITAS DE MULHERES NEGRAS NA BAHIA DOS ANOS 80**

Rosinês de Jesus Duarte  
Universidade Federal da Bahia

## **PRIMEIRAS PALAVRAS**

O gesto de escrever, de marcar qualquer suporte com símbolos, foi desde muito cedo um privilégio de poucos. Na Mesopotâmia, a escrita cuneiforme estava restrita aos mestres da escrita – os escribas – que construíam uma casta aristocrática. No Egito, esse gesto era sagrado, plasmado pelos hieróglifos, escrita sagrada, dos deuses. Um pouco mais tarde, o sistema alfabético inventado pelos povos do Oriente Médio significou um elo de comunicação entre os povos, pois permitiu anotar com a mesma escrita várias línguas da região (MANDEL, 2006, 17). Esse sistema foi imitado, adaptado a diversas sociedades e, rapidamente, as escritas alfabéticas foram sendo disseminadas tanto no Oriente, como no

Ocidente. Esse gesto, agora materializado pelos alfabetos, permitiu que o homem traduzisse o seu pensamento e se diferenciasse de outras espécies de animais.

Esses gestos eram produzidos através de materiais advindos de três dos reinos da natureza: mineral, vegetal e animal. Esses materiais: mármore, bronze, argila, papiro e pergaminho ao serem tocados pelos instrumentos (*stylus*, estilete, *calamus*, pena) através do gesto de escrever transformaram-se em monumentos escritos, um dos tesouros da humanidade. Na pedra foi gravada a primeira lei dos hebreus, segundo os escritos do Velho Testamento, na argila seriam constituídas as Bibliotecas da Mesopotâmia. Ainda do reino mineral, provieram os metais nobres onde eram confiados os textos importantes ou tocados de sacralidade. Era no bronze que os romanos escreviam os seus tratados de paz e, acima de tudo, a sua famosa Lei das Doze Tábuas (MARTINS, 1998). Desse modo, a importância do documento/momento deixado na humanidade era também medida a partir do material e instrumentos que lhe materializavam. Nessa perspectiva, questionar sobre os aspectos materiais desses gestos de escrita que caracterizaram as escritoras negras da década de 80 do século XX, é chamar a atenção para o fato de que esses aspectos conferem também credibilidade ao escrito e (in)viabilizam a sua rota de circulação em determinados meios sociais.

Nesse contexto, a língua e conseqüentemente a escrita foi e continua sendo o maior meio de dominação cultural praticada pelo homem. Por essa razão, por exemplo, Carlos Magno, no fim do império romano e das “invasões bárbaras”, no intuito de criar uma unidade de pensamento cristão no Ocidente, impôs a prática do latim e da *carolingia* em todas as *scriptorii* que existiam no Império (MANDEL, 2006). O movimento inverso também pode ser resgatado na história das civilizações,

toda vez que um povo queria recuperar a liberdade, sua primeira reivindicação era a reapropriação da língua e da escrita, provas de sua própria existência e de sua identidade, primeiros sinais de liberdade. (MANDEL, 2006, p. 171)

Os gestos de escrita de mulheres, então, são vistos aqui como esse “sinal de liberdade” de que fala Ladislav Mandel (2006), é o gesto necessário para instaurar sua

existência nas letras da história da literatura. No Brasil, esses primeiros movimentos em prol da liberdade e da criação de uma identidade feminina através do monumento escrito começam a ser registrados no século XVIII e consolidados só a partir do século XIX. Segundo Norma Telles (2011, p. 402), a escrita no século XIX – século do romance em que se difunde a prosa cotidiana – “estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações”.

É válido lembrar que o discurso sobre o feminino firmado no século XVIII definiu a mulher a partir de dois prismas distintos e contrários entre si: a imagem maternal e delicada, vista como “força do bem”, e as usurpadoras de atividades que não lhes eram atribuídas, vistas como “força do mal”. Sendo assim, o ato criador da escrita, foi tido como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres “uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria”. A mulher, portanto, “é musa ou criatura, nunca criadora” (TELLES, 2011, p. 403). Ainda assim, diante desse cenário, as mulheres, as pertencentes à burguesia branca, em geral, que já eram leitoras, lançaram mão da pena e se puseram a escrever. Sabemos, no entanto, que a conquista do território da escrita foi e é, para alguns sujeitos-mulheres, ofício muito difícil no Brasil. Desde o manifesto de Nísia Floresta (séc. XIX), passando pelos “cadernos-goibadas”<sup>1</sup> de que fala Lygia Fagundes Telles, dos escritos da “menina atrevida”, Zélia Gattai (1982) até chegar à contemporaneidade, percebemos uma irritante ausência da escrita de mulheres negras na história da escrita em nosso país.

No século XIX, temos a maranhense Maria Firmina dos Reis, inaugurando a autoria feminina na história literária do Brasil, mulher negra – apesar das diversas investidas da historiografia em embranquecê-la – escreve o primeiro romance de autoria feminina no Brasil, *Úrsula*. Isso exposto, a intenção neste breve artigo é direcionar os holofotes para a

---

<sup>1</sup> Essa expressão “cadernos goiabada” foi cunhada por Lygia Fagundes Telles para referir-se aos cadernos onde as senhoritas, antes de casar-se, escreviam seus segredos, uma espécie de diário. Após o casamento, essas escritas, os segredos, se misturavam às receitas, anotações diárias, pois segredos já não cabiam às senhoras casadas. (TELLES, 2011; VIEIRA, 2017).

escrita de mulheres negras que invadiram o “clube privê”<sup>2</sup> da cena literária na Bahia, no final do século XX. Faremos isso a partir da análise de aspectos paleográficos de um romance cuja primeira publicação data de 1981, percorrendo as cinco perguntas elaboradas por Armando Petrucci (2003), a fim de interrogarmos os documentos escritos para análise paleográfica.

## **SOBRE OS LUGARES TEÓRICOS EM INTERFACE: PALEOGRAFIA E CRÍTICA FILOLÓGICA**

Armando Petrucci (2003) na introdução de *La ciencia de la escritura. Primera lección de Paleografía*, afirmando seguir a linha de Jean Mallon, diz que a Paleografia é uma disciplina que se configura como uma autêntica “história da cultura escrita” e, por isso, “se ocupa da história da produção, das características formais e dos usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos em uma sociedade” (PETRUCCI, 2003, p. 7-8). Sendo assim, partimos desse lugar da Paleografia para ler a produção literária das escritoras negras da Bahia durante a década de 80, em diálogo com a Crítica Filológica, entendida por Arivaldo Sacramento de Souza e Rosa Borges como “uma prática interpretativa que objetiva a leitura de textos a partir das coordenadas e diretrizes histórico-culturais que os tornaram possíveis” (BORGES; SOUZA, 2012). Ainda pensando nessa perspectiva transdisciplinar, em que não precisamos delimitar as fronteiras de cada disciplina, mas atravessá-las por meio do diálogo que tem como fim último empreender um procedimento crítico de leitura, partilhamos, mais uma vez, a contribuição de Arivaldo Sacramento de Souza (2018, p. 76), quando afirma:

Assim, por exemplo, o tipo caligráfico ou o suporte podem proporcionar o entendimento dos usos sociais de um texto, informações sem as quais procedimentos críticos de leitura poderiam falhar, miseravelmente, em suas conjecturas históricas.

Nessa perspectiva, os aspectos materiais de um texto nos fornecem dados importantes para uma crítica filológica que seja pautada no compromisso de trazer a lume

---

<sup>2</sup> Expressão usada por Mirian Alves (2010) para referir-se ao fechamento da escrita literária no Brasil para as mulheres negras.

testemunhos escritos que foram pilhados<sup>3</sup> da história da cultura escrita da sociedade baiana face a um mercado editorial bastante restrito a determinados grupos sociais. Desse modo, para situar especificamente o que estamos considerando gestos de escrita, recorreremos ao conceito de Rafael Tadachi Miyashiro (2015): “um intervalo tempo-espço no qual o corpo atua, e tem como fronteiras a intenção e a intenção materializada”. Sendo assim, consideramos gestos de escrita aqui não como o ato de (re)produzir símbolos gráficos, mas como o ato de resistência de produzir uma escrita literária a partir de um corpo ao qual sempre foi negado o *status* de escritor, intelectual, produtor cultural, é pensar como esse evento se deu através de um corpo de mulher negra. Para pensar esses gestos de escrita, bem como o produto (texto) desses gestos, seguimos o método indiciário proposto por Ginsburg (1989) e suscitado por Petrucci (2003), quando apresenta as seguintes questões:

- O que? Em que consiste o texto, porque precisamos transcrevê-lo?
- Quando? Época em que o texto foi escrito no testemunho que estamos estudando.
- Onde? Zona ou lugar onde se fez a obra em questão.
- Como? Com que técnicas, com que instrumentos, sobre que materiais, de acordo com que modelo o texto foi escrito.
- Quem o realizou? A que ambiente sociocultural pertence o executor e qual era no seu tempo e ambiente a difusão social da escrita.
- Para quem foi escrito esse texto? Qual a finalidade específica do testemunho em particular e qual poderia ser a finalidade ideológica e social de escrever na sua época e no seu lugar.

O projeto *Processos de produção, transmissão e circulação de textos de mulheres negras na Bahia: uma cartografia a partir da década de 80*, sob minha coordenação, teve início em 2018. Nesses dois anos já encontramos produções de aproximadamente 12 mulheres baianas que escreveram textos literários nessa década. No entanto, dados biográficos e bibliográficos

---

<sup>3</sup> Entendemos *pilhar* aqui a partir da discussão empreendida por Henrique Freitas (2016) sobre *pilhagens teóricas e epistêmicas*. Refere-se ao ato de subtrair ou apropriar-se de elementos constitutivos de saberes subalternos, sem que seja feito qualquer agenciamento ou mesmo referência dos sujeitos envolvidos na produção desse conhecimento. O fato dessas escritoras não ocuparem a cena da História Literária da Bahia é um exemplo de *pilhagem epistêmica*.



que nos permitissem dar seguimento à pesquisa, encontramos de apenas quatro escritoras, são elas: Aline França, Fátima Tinchão, Makota Valdina e Nivalda Costa.

Para o presente artigo, selecionamos o romance *Mulher de Aleduma*<sup>4</sup>, de Aline França, em duas edições: a primeira de 1981 e a segunda de 1985. Sendo assim, percorremos as perguntas de Petrucci (2003), no intuito de apresentar o referido texto e sua autora e, assim, chamar a atenção para o fato de que a História da cultura escrita do povo negro no Estado mais negro do Brasil ainda precisa ser (re)contada.

O contexto de produção é o final dos anos 70, década em que emerge o Movimento Negro no Brasil, em que há um levante do povo negro organizado para seguir lutando contra uma nova escravidão: o racismo velado, com máscara de democracia racial. A escritora é Aline França, mulher negra, militante do Movimento Negro Unificado (MNU) que, através de sua escrita, dribla o fechamento do grande mercado editorial e consegue, com o auxílio da Organização Clarindo Silva que financiou a revisão, diagramação e impressão da primeira edição, publicar *Mulher de Aleduma*:

Em certo continente da Terra, há milênios atrás proveniente do espaço longínquo surgiu um negro de aparência divina, com uma missão de iniciar a proliferação de uma raça que futuramente viria a se tornar, na história desse continente, um componente de relevante importância. Era Aleduma, um Deus Negro, de inteligência superior, vindo do planeta IGNUM, governado pela Deusa Salópia. (FRANÇA, 1981, p. 7)

O trecho acima marca as primeiras linhas do romance que conta a estória do povo da Ilha de Aleduma. Em uma dimensão oposta ao que se praticava nas letras literárias do Brasil da época, Aline França, na esteira do que Deleuze considera um empreendimento de saúde, “inventa um povo que falta” (DELEUZE; GUATARRI, 1997). O povo da Ilha de Aleduma descende do povo de IGNUM, planeta governado pela Deusa Salópia que tem o mensageiro, o velho Aleduma como aquele que irá escolher um lugar para a multiplicação do seu povo, ele, o Deus Negro, “com os pés voltados para trás”, escolhe a Terra e, após a

---

<sup>4</sup> As graduandas Elane Paixão Correa e Ailla de Aquino Silva escreveram, sob minha orientação, um artigo em que elaboram uma proposta de edição crítica do romance *Mulher de Aleduma*. O artigo intitulado **Edição crítica de um fragmento de A mulher de Aleduma**: a sociologia dos textos frente à obra de Aline França será publicado nos Anais do II Seminário Nacional de Paleografia, 2019.

terrível escravidão que acomete o seu povo, tem a Ilha de Aleduma, antiga Coinjá, como ponto de resistência, um lugar de refúgio para aqueles que fugiram da escravidão e dominação dos brancos. O povo de Aleduma resiste à dominação de povos brancos, conservando suas crenças, seu culto ao Deus negro, Aleduma e a Deusa Salópia. A Ilha de Aleduma é o lugar na terra escolhido para o “refúgio dos negros que conseguiram fugir das amarras da escravidão” (FRANÇA, 1981). A mulher de Aleduma era uma mulher local que tinha o poder de comunicar-se com seres divinos de IGNUM<sup>5</sup> ao mergulhar na lagoa Filha Doce. A trama do romance se desenrola em torno da escolha de uma nova virgem que ajudaria a atual Mulher de Aleduma, Maria Vitória, a se comunicar com as divindades de IGNUM, através do mergulho na Filha Doce. A jovem seria escolhida por Aleduma e o povo saberia quem seria, através dos sinais do divino.

Esse pequeno resumo da obra responde à pergunta no que consiste o texto e por que ele precisa ser transcrito e conservado, é um romance que (re)inventa uma história do povo negro, dando-lhe um lugar de protagonismo e de heroísmo. A necessidade de transcrevê-lo e resguardá-lo dá-se pelo fato de, até o presente momento, só termos encontrado um exemplar da primeira edição em Salvador. Esse exemplar encontra-se na Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO-UFBA), em boas condições de conservação, porém, pela capa ter passado por um processo de restauro pouco adequado às condições materiais do livro, muitas páginas encontram-se em estado de oxidação. Exatamente por esse motivo, nos instigamos a fazer uma leitura de aspectos materiais desse exemplar em comparação com um exemplar da 2ª edição que foi publicado em 1985, pela editora Ianamá.

## UMA LEITURA DA MATERIALIDADE DOS TEXTOS DA DÉCADA DE 80

A sociologia dos textos, os estudos sobre história cultural e história da escrita (CHARTIER, 2002; 2009; McKENZIE, 2003; PETRUCCI, 2003) já nos advertiram da impossibilidade de se ler criticamente um texto preterindo sua materialidade, ou seja, o

---

<sup>5</sup> Partilhando da ideia de que os símbolos gráficos, bem como a sua disposição na página significam e conferem sentido ao texto, mantivemos a palavra IGNUM em maiúsculas porque assim ela aparece em todo o romance.

suporte, o *layout*, a disposição da mancha escrita, os aspectos gráficos etc., são elementos constitutivos de uma leitura minuciosa que deve ser feita pelo filólogo e também pelo paleógrafo. Sendo assim, a leitura dos aspectos materiais foi o percurso metodológico escolhido para compreender a sociabilidade que tornou possível a produção e a circulação de textos de autoria negro-feminina nas últimas décadas do século XX. Esse percurso nos permite, ainda, perceber como a recepção dos gestos de escrita de mulheres negras é também condicionada pela leitura e experimentação da sua materialidade.

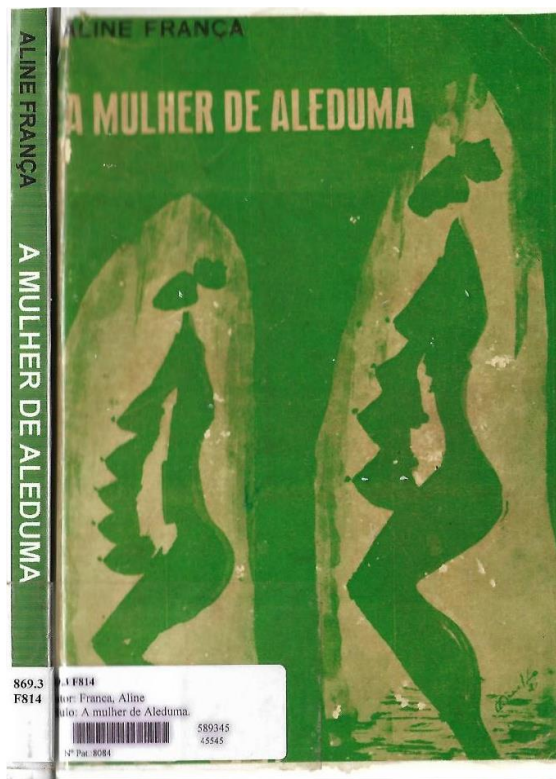
Como já foi salientado anteriormente, as condições de produção e de publicação de textos literários escritos por mulheres negras na década de 80 eram bem precárias e restritas. Fato que é comprovado pelo material literário que encontramos: em sua maioria revistas agenciadas por coletivos de homens e mulheres negras que estavam se firmando neste momento, como é o caso da *Série Arte e Literatura*, produzida pelo CEAO-UFBA. A publicação de livro solo, como é o caso de *Mulher de Aleduma*, nessa época era um evento reservado a um número incipiente de escritoras, na Bahia, até o momento, encontramos apenas Aline França. Por isso, a escolha de fazer a análise material de apenas um documento/monumento escrito dessa história da escrita desses sujeitos-mulheres-negras.

Interrogar o documento escrito a partir da questão proposta por Petrucci (2003) do como, com que técnicas, com que instrumentos, sobre que materiais o texto foi escrito, nos leva a alguns aspectos da análise paleográfica, quais sejam: aspectos materiais e aspectos gráficos.

Antes de falar de aspectos materiais das duas edições, é válido ressaltar que a primeira edição foi subsidiada pela Organização Clarindo Silva. Clarindo Silva é produtor cultural, durante as décadas de 70 e 80 promoveu várias ações culturais: encontro de artistas, lançamentos, espetáculos etc., no espaço cultural da Organização que levava seu nome, hoje conhecida por ser o espaço de um dos mais antigos restaurantes do Centro Histórico de Salvador, o Restaurante Cantina da Lua. Em entrevista concedida ao nosso grupo de pesquisa, Clarindo Silva afirmou que o espaço era frequentado por muitos artistas, ativistas do movimento negro e diversas personalidades soteropolitanas. Segundo o produtor cultural, a Organização não tinha, inicialmente, o objetivo de agenciar a

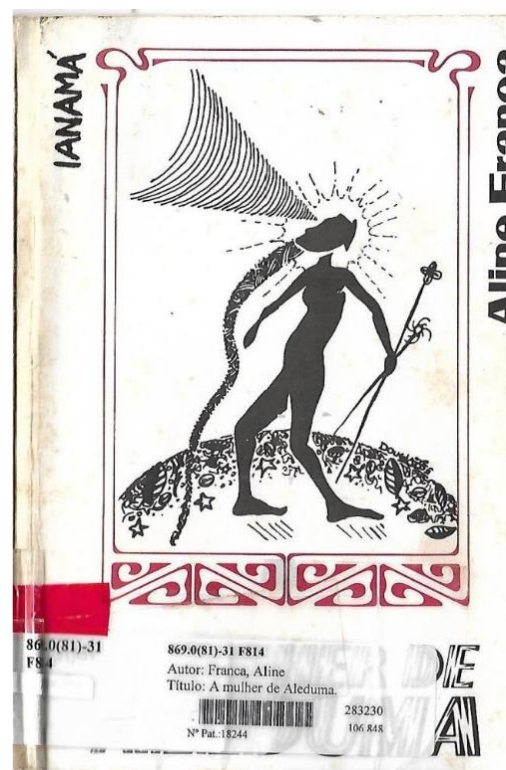
publicação de livros, no entanto, frente ao recorrente fechamento da editoras baianas e brasileiras para a produção literária de autoria negra, ele percebeu a necessidade de criar um selo editorial para viabilizar a publicação de alguns escritores, dentre eles, está Aline França. Desse modo, o contexto da publicação da primeira edição de *Mulher de Aleduma* foi de um imprevisto e ousadia de alguns agentes sociais que desejaram ver a ideia materializada. A Organização Clarindo Silva, então, financiou a diagramação de todo o livro, terceirizando todo esse processo através da Gráfica São Judas Tadeu. Sendo assim, na primeira edição (Organização Clarindo Silva) é possível flagrar alguns lapsos no que tange à revisão: pontuação, repetição de trechos, etc. Na segunda edição, publicada pela editora Ianamá, já se percebe um trabalho de revisão da pontuação, a correção da repetição de trechos e, ainda, outra divisão de capítulos. Na figura a seguir, podemos observar as capas das duas edições:

Figura 1 – Capa da 1ª edição, 1981



Fonte: Biblioteca do CEAO-UFBA

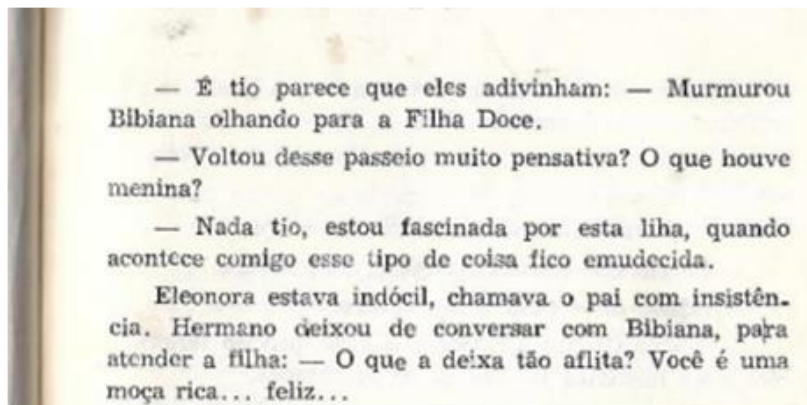
Figura 2 – Capa da 2ª edição, 1985



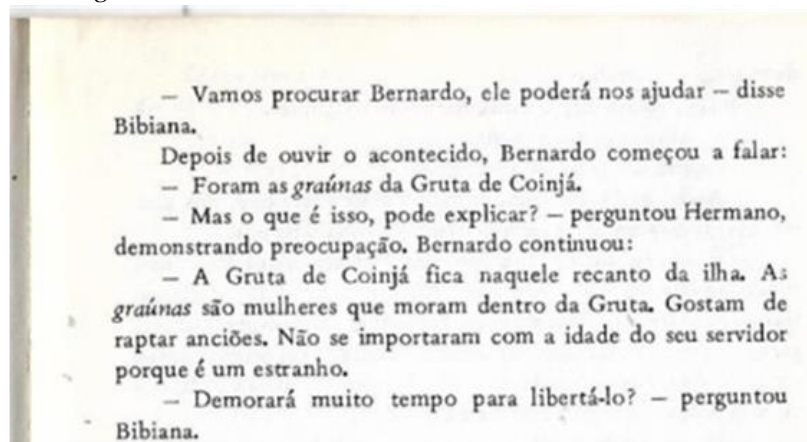
Fonte: Biblioteca Universitária Reitor  
Macedo Costa-UFBA

Esse exemplar da primeira edição (Figura 1) possui uma capa restaurada. Recebeu outra encadernação com capa dura. Não encontramos outro exemplar com capa original. Vanilda Mazzoni (2019) fez um diagnóstico inicial desse exemplar e nos informou que para a restauração da capa foi feita uma fotocópia colorida da capa original para ser colada à capa dura que recebe um forro de papel adesivo transparente como acabamento. A restauradora aponta, ainda, para o fato de que o papel ácido usado nas folhas de guarda, no ato da restauração, é o responsável pela presença de *foxing* (manchas de contaminação fúngica, o que provoca oxidação da celulose, deixando manchas no papel) nas páginas iniciais e finais do exemplar em questão.

De acordo com Araújo (2008), papéis com elevada acidez residual têm permanência limitada. Visto que, com o passar do tempo, amarelecem e se tornam quebradiços. Sendo assim, “na produção de livros e outros materiais impressos, que precisem ser preservados durante o maior tempo possível, deve ser dada preferência a papéis alcalinos” (ARAÚJO, 2008, p. 347). Para o corpo do texto (o miolo), o papel usado em ambas as edições é amarelado, opaco, como é recomendável para livros de leitura. No entanto, podemos perceber que o papel utilizado na primeira edição tem gramatura maior, é mais espesso, apresentando maior aspereza que o papel usado na 2ª edição. Observamos, então, que a segunda edição, publicada por uma editora mais profissionalizada, visou, portanto, aos custos mais baixos com suporte. Visto que quanto menos espesso é o papel, menor o custo do livro, tanto na impressão quanto na distribuição, principalmente quando esta é feita por via postal (ARAÚJO, 2008, p. 346). A fonte escolhida em ambas as edições contemplam o princípio da legibilidade, no que diz respeito ao formato. No entanto, na primeira edição (Figura 3), observamos margens maiores e fonte em tamanho maior, o que facilita a leitura e proporciona mais conforto ao leitor. Por sua vez, na 2ª edição (Figura 4), o tamanho da fonte é bastante reduzido, comprometendo bastante o critério de legibilidade exigido nos livros. Como podemos observar na figura a seguir:

Figura 3 – Fac-símile da 1ª ed. de *Mulher de Aleduma*, 1981.

Fonte: Biblioteca do CEAO-UFBA.

Figura 4 – Fac-símile da 2ª ed. de *Mulher de Aleduma*, 1985.

Fonte: Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa - UFBA.

Ao referir-se à linguagem escrita na era eletrônica da história da escrita, Ladislav Mandel salienta:

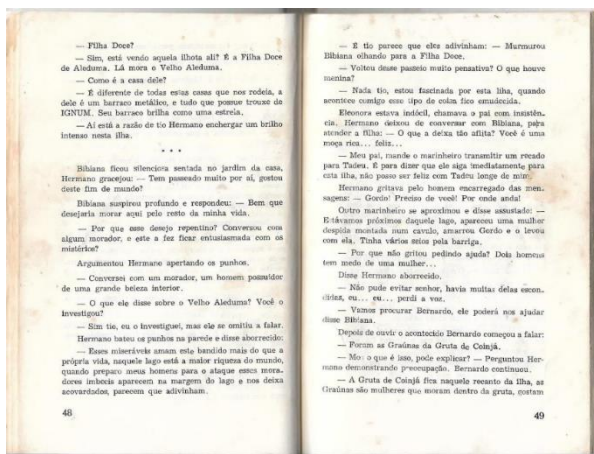
[...] as qualidades perceptivas e sensoriais de uma escrita organizada numa página do texto manuscrita traduzirão a própria personalidade do autor, enquanto que numa página tipográfica encontraremos muito mais a imagem de uma sociedade e o reflexo de sua identidade cultural (MANDEL, 2006, p. 173)

Se a página tipográfica espelha a sociedade e reflete a sua identidade cultural, podemos inferir que existem espelhos diferentes de acordo com o sujeito que imprime suas letras na página. Face a um mercado editorial excludente, as imagens tipográficas que refletem a identidade cultural do povo negro na Bahia, em especial as mulheres, são escassas e, quando vem a público, são materializadas com poucos recursos, o que só



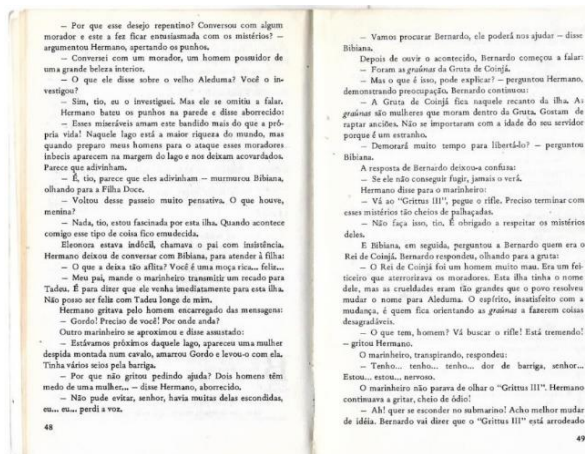
demonstra que nesse cenário há, implicitamente, a seleção de quem pode escrever as letras literárias na sociedade baiana nesse período. Nas figuras a seguir, podemos visualizar a *mise-en-page* das duas edições comentadas:

Figura 5 – Fac-símile da 1ª ed., Organização Clarindo Silva & Cia LTDA: 1981, p. 48-49.



Fonte: Biblioteca Reitor Macedo Costa - UFBA

Figura 6 – Fac-símile da 2ª ed. Ed. Ianamá: 1985, p. 48-49



Fonte: Biblioteca do CEAO-UFBA

É válido salientar que a circulação desse romance foi muito intensa na década de 80. A primeira edição, com uma tiragem bastante reduzida, vendeu todos os exemplares na noite do lançamento, ocorrido em 1981 no Instituto de Geociências da UFBA, durante o Encontro de Entidades Negras da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Apesar de ter tido uma tiragem pequena, o livro teve reconhecimento internacional, o que levou a escritora a participar de diversos eventos literários e jornais no exterior. A segunda edição, publicada pela editora Ianamá, teve dois lançamentos: na sede do Bloco Afro Ilê Aiyê e no Teatro Castro Alves. Pelos registros de empréstimos das edições, percebemos que houve circulação dos exemplares até metade da década de 90, aproximadamente. Salientamos que apesar da completa escassez de exemplares do livro nas bibliotecas públicas de Salvador (apenas as duas bibliotecas universitárias possuem exemplares), o livro teve circulação relativamente ampla no exterior e, até hoje, diferentemente do que ocorre em Salvador, nove bibliotecas norte-americanas e uma biblioteca alemã têm *A mulher de Aleduma* disponível em seus acervos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história da cultura escrita, “escolher a escrita de quem vai entrar para história é um ato político” (MONTE, 2019), por isso explicitamos nosso compromisso ético e democrático de inscrever essas escritas nesse lugar privilegiado da história cultural de uma sociedade. Entretanto, a dificuldade de acesso, o estado de conservação e organização das poucas obras encontradas nos acervos públicos que visitamos, até o momento, denunciam que a história da cultura escrita do povo negro na Bahia ainda precisa ser contada. Essas mulheres, aqui representadas através do exemplo de Aline França, driblaram, com a força de suas letras, um mercado editorial excludente e hegemonicamente branco e masculino da Bahia do final do século XX e, ainda que em condições materiais pouco satisfatórias, fizeram os seus textos circularem, através de um agenciamento coletivo entre seus pares. Respondendo a questão por que escrevem? Podemos responder: escrevem para existirem. Seus gestos de escrita são manifestos! Elas arrombam a porta do *clube privê* da literatura na Bahia e, a partir de seus gestos de escritas (re)inventam seus povos, criam e resgatam suas memórias ancestrais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam. **BrasilAfro autorrevelado**: Literatura Brasileira Contemporânea. Belo Horizonte: Nandayala, 2010.
- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Princípios da técnica de editoração. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: Editora da Unesp, 2008.
- BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012.
- CHARTIER, R. A mediação editorial. In: CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia L. M. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FRANÇA, Aline. **A mulher de Aleduma**. Salvador: Fundação Clarindo Silva, 1982.



FREITAS, Henrique. A Arkhé e o Xirê: das pilhagens epistêmicas à literatura-terreiro. *In*: FREITAS, Henrique. **O arco e a arkhé**. Ensaios sobre literatura e cultura. Salvador: Ogum's Toques negros, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, [1989], 2016, p. 143-180.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los poderes de la filología**. Dinámicas de una práctica académica del texto. Tradução Aldo Mazzucchelli. México, D.F: Universidad Iberoamericana,

MANDEL, Ladislav. **Escritas**. Espelho dos homens e das sociedades. São Paulo: Ed. Rosari, 2006.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. ilustr. rev. atual. São Paulo: Ática, 1998. p. 17-68.

MAZZONI, Salignac Vanilda. **Diagnóstico referente ao livro Mulher de Aleduma**. Salvador: Ateliê de Restauração Memória & Arte, 2019. (Informação verbal de acesso restrito)

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

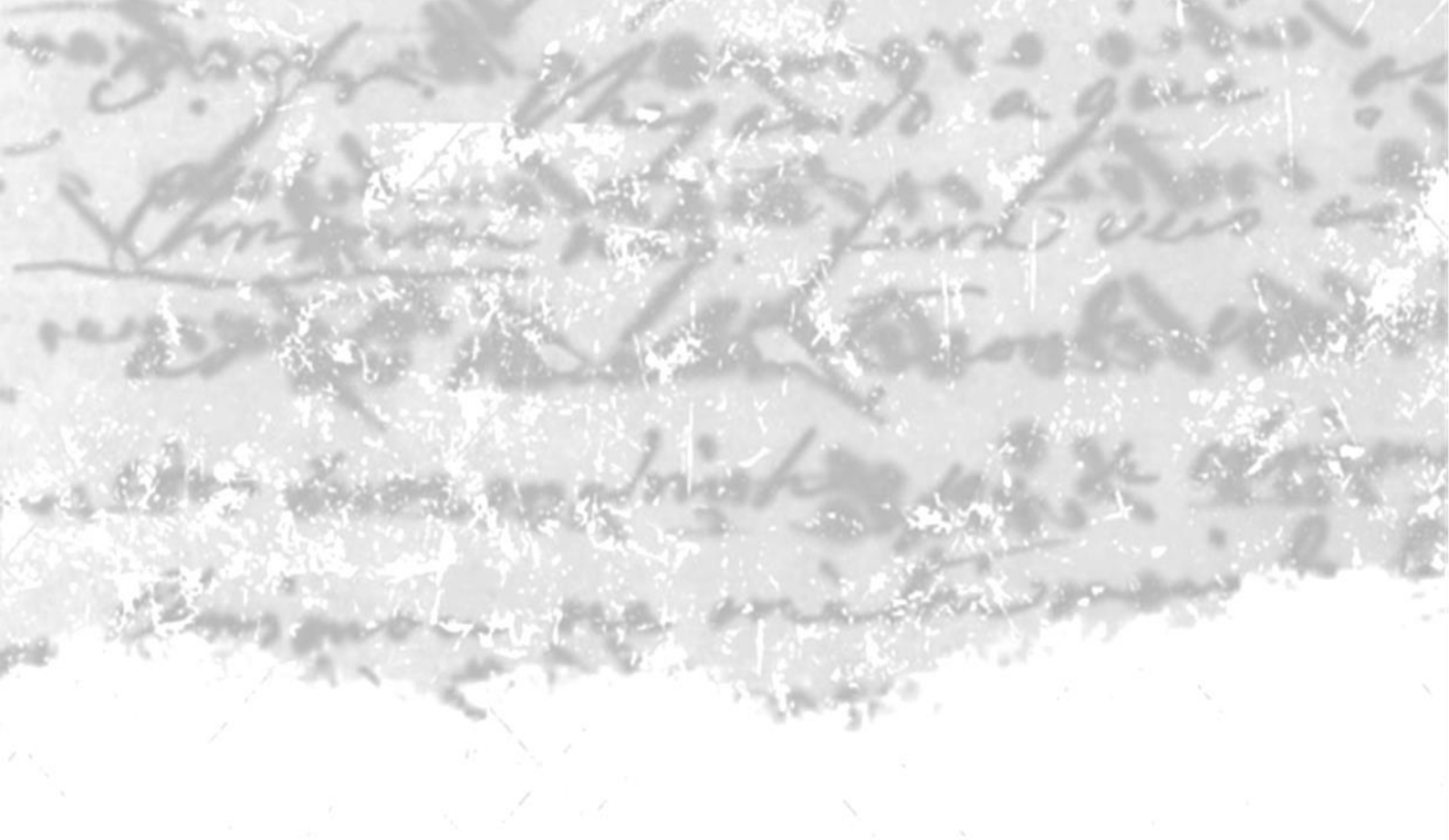
MONTE, Vanessa. Comunicação verbal. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE PALEOGRAFIA. Instituto de Letras. UFBA. Salvador, 2019.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura**: primera lección de paleografía. Tradução Luciano Padilla Lopes. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SOUZA, Arivaldo Sacramento. Aspectos paleográficos para a crítica filológica. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 401-442.

VIEIRA, Nancy Rita Ferreira. Sobre a escrita de mulheres: dicções contemporâneas *In*: VIEIRA, Nancy; BRITTO, Milena. **Mulheres em cena**. Literatura e Imagem. Salvador: EDUFBA, 2017.



# CONSIDERAÇÕES PALEOGRÁFICAS EM MANUSCRITOS BAIANOS DE CRIME DE CURANDEIRISMO

Celina Márcia de Souza Abbade  
Universidade do Estado da Bahia

## INTRODUÇÃO

Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes. (MACHADO DE ASSIS)

Etimologicamente, o termo Paleografia deriva do grego *παλαιός* 'antigo' + *γραφή* 'escrita', logo, poderíamos dizer que a Paleografia é o estudo de textos manuscritos antigos que também estuda a origem, a forma e a evolução da escrita e dos sinais gráficos utilizados

para essa escrita. Mas essa disciplina também evoluiu com o tempo e esses textos antigos passaram a ser transcritos se utilizando das novas tecnologias ampliando as suas tarefas como a digitalização de imagens, criação de novas técnicas de higienização, restauração, preservação e tratamento dos textos. Assim, a Paleografia não perde a sua função, mas a amplia a cada nova tecnologia. A compreensão, leitura e transcrição dos textos manuscritos permanecem na busca de preservar o que foi escrito (os textos), assim como seus suportes (códices, livros, certidões, mapas, cadernos etc).

Segundo Cambraia (2005, p. 23), a Paleografia é basicamente o estudo das escritas antigas. Complementa afirmando que, modernamente, ela apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática. Teórica, preocupando-se em entender como se constitui sócio-historicamente o sistema de escrita. E pragmática, capacitando leitores modernos que avaliam a autenticidade de um documento com base na sua escrita, assim como interpretam de maneira adequada as escritas antigas.

Sabendo que a Paleografia é uma ciência auxiliar da Filologia e de todas as demais ciências que se debruçam sobre o documento escrito, partimos de um manuscrito para tratar das características extrínsecas do seu texto, mostrando que estudo paleográfico dos manuscritos pode contribuir para a elucidação desse texto e assim, como em uma revelação fotográfica, poder devolver esse texto revelado e límpido aos que se interessam pela história da humanidade.

O documento selecionado foi o manuscrito com 20 fólios, datado de 1902-1903, de número 257 da caixa 14, série CRIME da seção JUDICIÁRIO do acervo de documentos manuscritos baianos pertencente ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), encontrado durante o estágio pós-doutoral em Estudos de Linguagens realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana na Linha de Pesquisa “Aquisição, Variação e Mudança Linguística no Português”, inserido no Projeto “Língua e Cultura: estudos sobre o léxico”, sob a supervisão da Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

A proposta aqui é a de realizar considerações paleográficas acerca do documento, apresentando algumas de suas características extrínsecas, facilitando a leitura e transmissão

do mesmo, comprovando a importância da preservação de textos antigos visando, acima de tudo, ao resgate histórico e cultural e um povo.

Ao falar de textos, nos remetemos à Filologia, ciência que estuda a língua em toda e sua amplitude, cuja uma de suas tarefas é a de preservar e resgatar o patrimônio sociocultural e histórico de uma civilização a partir de seus documentos escritos. Nessa perspectiva filológica, buscou-se aqui apresentar algumas considerações paleográficas acerca de um documento do sertão baiano, datado do início do século XX, encontrado no acervo de documentos manuscritos baianos da Universidade Estadual de Feira de Santana que trata de uma denúncia de “crime de curandeirismo”, motivada pelo interesse do léxico relativo às crenças. Uma vez que já realizo pesquisas no campo das crenças acerca do vocabulário Espírita desde 2012, fui em 2016 ao acervo do CEDOC em busca de documentos que tivessem alguma relação com crenças ou religiosidade.

Ao conhecer o acervo e me familiarizar com o mesmo, encontrei dois documentos na seção judiciário que tratavam de crimes de curandeirismo, ou seja, alguém que esteja se utilizando de orações e ervas para promover a cura alheia. E isso era crime à época. Um desses documentos ficou comigo e o outro foi entregue à supervisora pós-doutoral para juntas caminharmos nos estudos filológicos desses documentos em busca de ampliar os conhecimentos filológicos a partir da edição paleográfica dos documentos e, em seguida, seu estudo lexical.

## SITUANDO O DOCUMENTO

O Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), conta com uma vasta documentação, tanto cível quanto crime, dos séculos XIX e XX, referente à Feira de Santana e cidades circunvizinhas.

Formado, em sua maioria, por documentos de origem jurídica, reunindo fontes para pesquisas sobre relações sociais na família, cotidiano, trabalho, vida política e econômica, bem como sobre a escravidão nas regiões de Feira de Santana e Riachão do Jacuípe, o acervo do CEDOC guarda documentos variados como a documentação Judiciária da Comarca de

Feira de Santana vindas do fórum Desembargador Filinto Bastos compostos de documentos das varas crime e cível, assim como do Tabelionato de Notas. Datam dos séculos XIX e XX até a década de 1980. Os processos-crime são compostos de 2.756 peças, datadas entre 1883 e 1975, das quais uma dessas peças é o nosso documento de base, datado do início do século XX, mais precisamente de 1902-1903. Os processos-cíveis contam com aproximadamente 14.000 documentos. Ainda podemos encontrar os Livros de Notas do período de 1835 a 1930. Também contém: documentos judiciais da Comarca de Riachão do Jacuípe; documentos da Biblioteca de Apoio do CEDOC (BACEDOC); documentos do Acervo do pesquisador José Luís Pamponet Sampaio, esses voltado para o processo de industrialização de Salvador e Recôncavo Baiano nos séculos XIX e XX; documentos do Acervo de História Oral (fitas cassete e transcrições respectivas contendo depoimentos de personagens (anônimos e populares) da história de Feira de Santana; e o acervo de Partituras da Filarmônica 25 de Março, de Feira de Santana.

O documento apresentado aqui para as considerações paleográficas é um testemunho único em estado de degradação física. Trata-se, conforme já foi dito, do documento datado de 1902-1903, número 257, arquivado na estante 1, caixa 14, série CRIME da seção JUDICIÁRIO exposta em vinte fólios, conforme podemos ver na figura a seguir da ficha que classifica o documento no acervo.

Figura 1 – Classificação do documento realizado pelo CEDOC

Sumário

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA  
LEVANTAMENTO GERAL  
DOS NÚCLEOS DOCUMENTAIS

CLASSIFICAÇÃO

| E  | Cx | Doc |
|----|----|-----|
| 01 | 14 | 257 |

NÚCLEO: FORUM DESEMBARGADOR FILINTO BASTOS  
SEÇÃO: JUDICIÁRIO SÉRIE: Proc. Crime  
SUBSÉRIE: Denúncia - Curandeirismo  
LOCALIDADE: FSA N.º FOLHAS: 20  
DISTRITO: (Mangabeira) Sede PERÍODO: 1902-1903

PARTES E/OU INTERESSADOS: Igidero de Tal (Reis), Soama de Tal (out ma)  
OBS.: Autora: A Justiça Pública.  
A capa está solta.

Fonte: Celina Márcia Abbade

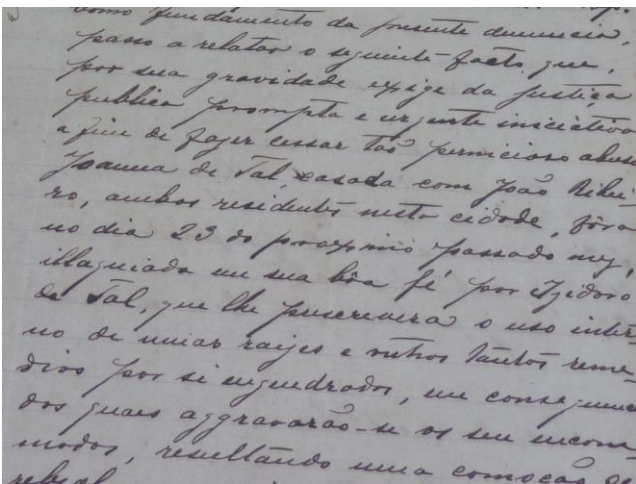
Inicialmente, foi realizada a edição paleográfica. A partir da edição realizada, pode-se observar características extrínsecas do documento que serão apresentadas mais adiante.

Enfim, a proposta aqui é a de, a partir da edição e considerações paleográficas, resgatar um pouco acerca da história e cultura feirense deixado em seus textos.

## AS LEIS CRIMINAIS NO BRASIL E O CRIME DE CURANDEIRISMO

Conforme já foi dito, o documento trata de um crime da época, intitulado crime de curandeirismo, cujo acusado é Izidoro Joaquim Alves, pronunciado com o nome de Izidoro de Tal, que era lavrador e morador da Mangabeira, povoado de Feira de Santana. A vítima é Joanna de Tal, casada com João Ribeiro, o qual fez a denúncia. E o crime cometido foi o de “prescrever o uso interno de raízes e outros tantos remédios”, conforme consta no fólio 2 recto no documento do início do século XX. Vejamos:

Quadro 1 – Fólio 2r

|   |  |
|---|--|
|  | <p>como fundamento da presente denuncia passo a relatar o seguinte facto que, por sua gravidade exige da justiça publica prompta e urgente iniciativa a fim de fazer cessar tao pernicioso abuso. Joana de Tal, casada com João Ribeiro, ambos residentes nesta cidade, fora no dia 23 do próximo passado mez, ella guiada em sua bôa fé por Izidoro de Tal, que lhe prescrevera o uso interno de umas raízes e outros tanto remédios por si engendrado, em consequência dos quais agravarão-se os seus incommodos, resultando uma comoção cerebral.....</p> |
|---|--|

A cura através de ervas naturais remonta a tempos antigos. O próprio conceito de saúde e doença se misturava com a ideia de pecado, castigo divino, maldição etc, nos primórdios da civilização. A medicina grega já tinha a cultura da cura através de

substâncias da natureza, além dos cultos aos deuses. E, durante muito tempo, a cura era buscada através da fé, de rezas e de ervas curativas, prescritas por curandeiros e curandeiras, também conhecidos como bruxos, magos, feiticeiros, benzedores. Na Idade Média, muitas dessas pessoas foram queimadas nas fogueiras sob a acusação de atos demoníacos.

No Brasil, a cultura indígena favoreceu essas curas com ervas da natureza e também com benzeduras. Quanto mais longe dos grandes centros culturais, mais perto o povo está dos curandeiros devido principalmente à carência da medicina alopática. Vale ressaltar aqui que o documento em questão diz que o “crime” ocorreu em Mangabeira, uma comunidade rural do interior da Bahia, em que a figura do curandeiro estava inserida e era respeitada por muitos como figura ilustre em suas comunidades, sendo respeitados e procurados sempre que alguém necessitasse de seus cuidados.

Se formos ao dicionário, veremos que o curandeiro é a “pessoa que se dedica a curar, sem ser médico” (BUENO, 1966). O curandeiro do documento em questão utilizava ervas para curar as pessoas e era respeitado na comunidade. Até que a vítima chega em estado terminal e suas ervas não conseguem manter a sua vida. Nesse momento, o curandeiro passa de herói para vilão e se torna o culpado pela morte do enfermo. Mas estamos falando da relação do curandeiro com a população. As leis brasileiras não se esqueceram desses “médicos do povo”, tidos por muito como milagreiros, por outros como charlatões, e pela lei como criminosos.

Fazendo uma retrospectiva das leis criminais no Brasil, vamos perceber que até 1830, período da colônia portuguesa, não existia um Código Penal próprio brasileiro. O povo era submetido ao Livro V das Ordenações Filipinas ou Código Filipino. Essas ordenações eram uma compilação jurídica do período em que o rei da Espanha era o mesmo de Portugal, devido ao domínio castelhano. Mesmo com a independência de Portugal, o Código Filipino foi confirmado por D. João IV para continuar vigorando em Portugal e, por extensão, em suas colônias. Mas, desde essa época, o crime era confundido com o pecado e com a ofensa moral, punindo-se severamente os hereges, feiticeiros, benzedores e curandeiros.

Com a proclamação da independência do Brasil, em 1830, D. Pedro I sancionava o Código Criminal do Império. Esse período foi marcado pelas chamadas revoltas regenciais e o objetivo dessa nova legislação era o de reestabelecer o equilíbrio político e coibir os “crimes” praticados pelos escravos.

Em 1890, surge o primeiro código penal da República do Brasil. Foi com base nesse código que o acusado no documento supracitado foi condenado. Trata-se de capítulo III *dos crimes contra a saúde pública*, artigo 158. Vejamos:

**Art. 158.** Ministar ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno, ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim o offleio do denominado *curandeiro*:

Penas – de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho único. Si do emprego de qualquer substancia resultar à pessoa privação, ou alteração temperaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funções physiologicas, deformidade, ou inhabililação do exercicio de órgão ou apparellio orgânico, ou, em summa, alguma enfermidade:

Penas – de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

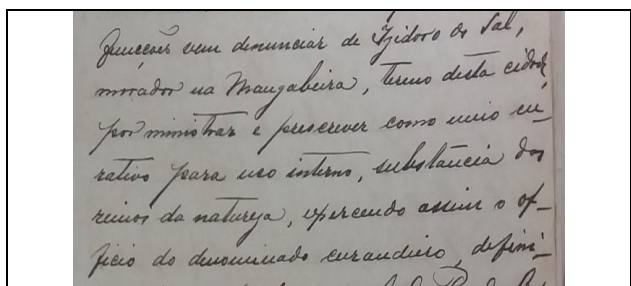
Si resultar a morte:

Pena – de prisão cellular<sup>1</sup> por 6 a 24 annos. (BRASIL, 1890)

## A DENÚNCIA

De acordo com o fólio 2r do documento, no dia quatro de agosto de 1902, ocorre a denúncia feita pelo esposo da vítima que acabara falecendo de uma “comoção cerebral” após as ervas e remédios prescritos pelo curandeiro, conforme vimos um trecho no quadro 1 e seguimos com outro no quadro a seguir:

Quadro 2 – fólio 2r

|   |   |
|---|---|
|  | <p>funções vem denunciar de Izidoro de Tal, morador na Mangabeira, termo desta cidade por ministrar e prescrever como meio curativo para uso interno, substancia dos reinos da natureza, exercendo assim o officio do <b>denominado curandeiro</b><sup>2</sup>, defini-</p> |
|---|---|

<sup>1</sup> Que envolvia trabalho dentro do presídio.

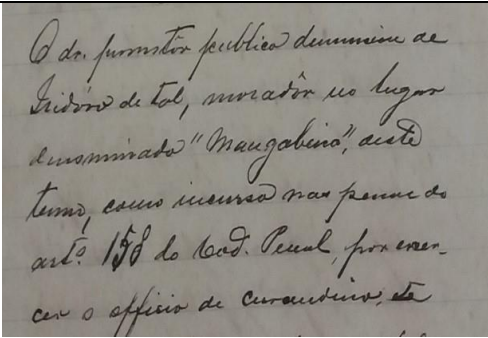
<sup>2</sup> Grifo nosso.



## A SENTENÇA

No dia dez de setembro de 1902, um mês após a denúncia, aparece no folio 11v a sentença de condenação dada pelo promotor, de acordo com a Art. 158 do Código Penal supracitado, vigente à época. Segue um trecho da sentença:

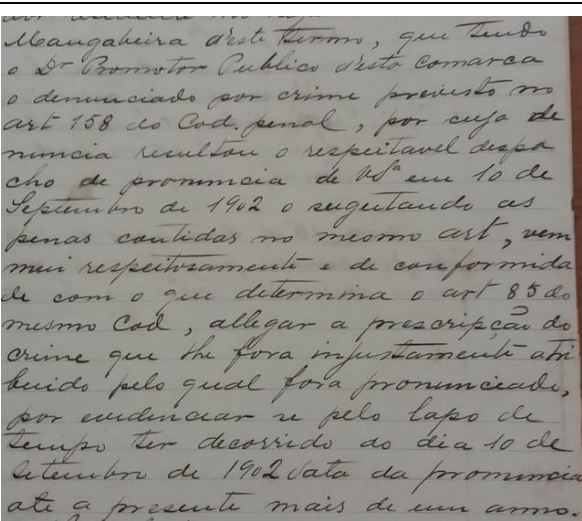
Quadro 3 – fôlio 11v

|   |  |
|---|--|
|  | <p>O dr. Promotor publico denominou de Isidoro de tal, moradôr no lugar denominado "Mangabeira", deste termo, como incursão nas penas do artº. 158 do Cod. Penal por exercer o officio de curandeiro ...</p> |
|---|--|

## A DEFESA

Passaram-se um ano e três meses para que a defesa se pronunciasse, em 15 de dezembro de 1903, conforme texto do fôlio 4r. O estado desse fôlio é bem mais conservado que os anteriores.

Quadro 4 – fôlio 14r

|   |  |
|---|--|
|  | <p>Mangabeira d'este termo, que tendo o Dr. Promotor Publico desta comarca o denunciado por crime previsto no art. 158 do Cod. penal, por cuja denuncia resultou o respeitavel despacho de pronuncia de V.Sª em 10 de Setembro de 1902 o sujeitando as penas contidas no mesmo art, vem mui respeitavelmente e de conformidade de com o que determina o art 85 do mesmo Cod, allegar a prescripcao do crime que lhe fora injustamente atribuido pelo qual fora pronunciado, por evidenciar se pelo lapo de tempo ter decorrido do dia 10 de Setembro de 1902 da da pronuncia ate a presente mais de um anno.</p> |
|---|--|

A defesa procedeu conforme Art. 85 do Cod. Penal de 1890, alegando que o crime estaria prescrito, uma vez que passara mais de um ano do ocorrido e a pena não ultrapassaria seis meses. Segue o artigo 85:

Art. 85. Prescrevem:

**Em um anno, a condemnação que impuzer pena restrictiva da liberdade por tempo não excedente de seis mezes;**

Em quatro annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo de dous annos;

Em oito annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo de quatro annos;

Em doze annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo de oito annos;

Em dezeseis annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo de doze annos;

Em vinte annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo excedente de doze annos. (BRASIL, 1890)<sup>3</sup>

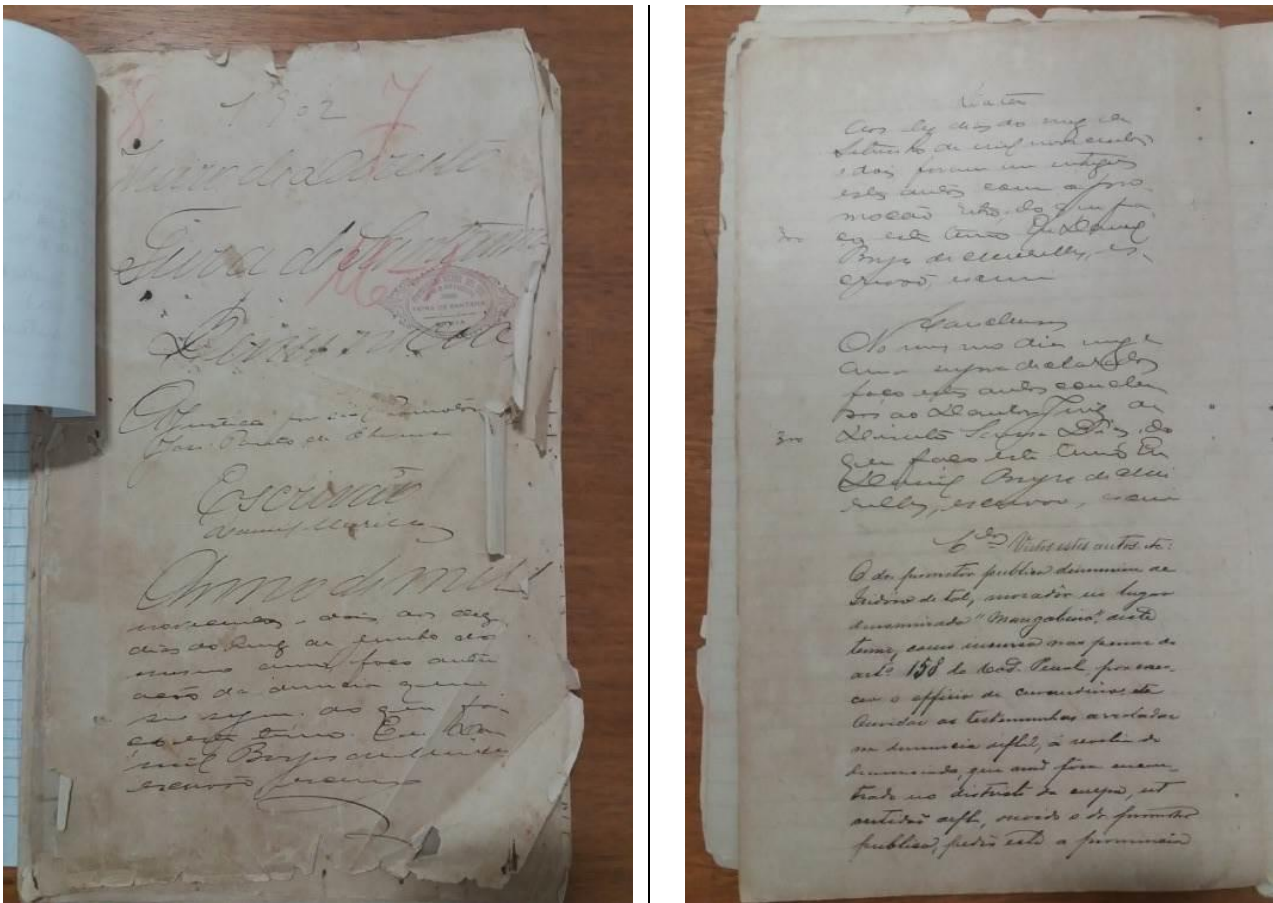
## DESCRIÇÃO EXTRÍNSECA DO DOCUMENTO

O processo queixa-crime de curandeirismo encontra-se, na maioria dos fólhos, em bom estado de conservação. Apesar de o primeiro fólho encontrar-se desgastado pelo tempo e com alguns rasgos nas bordas, a maioria encontra-se como o fólho 11v, conforme ilustrações a seguir.

---

<sup>3</sup> Grifo nosso.

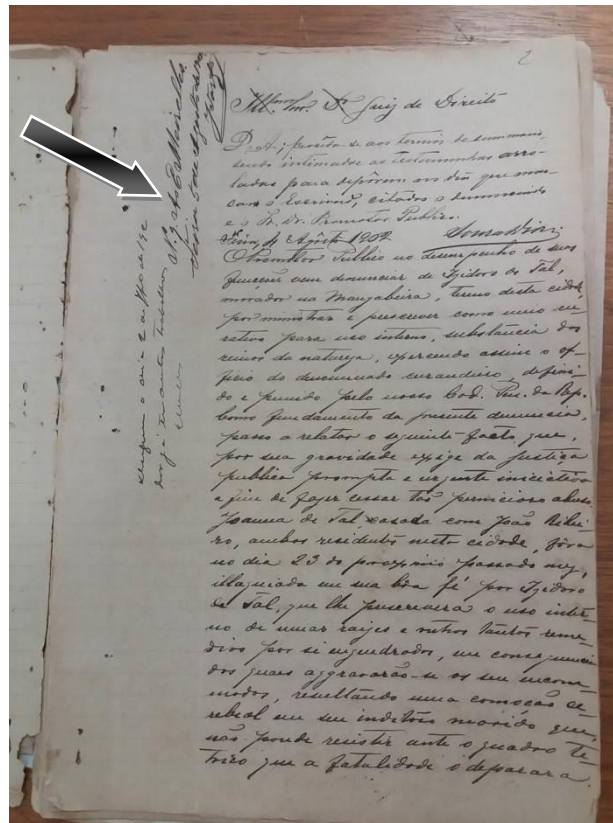
Figura 2 – fólio 1r e fólio 11r



Fonte: Celina Márcia Abbade

Todo o documento está escrito em papel almaço, com os fólhos numerados no recto e sem numeração no verso. Alguns fólhos possuem escritas na lateral esquerda do texto, conforme pode ser visto no fólio 2 recto.

Figura 3 – fólio 2r



Fonte: Celina Márcia Abbade

Dos 20 fólhos, nove estão sem texto, apenas com um risco ondulado em todos eles: 3v, 7v, 13v, 15v, 16r, 16v, 17r, 19v, 20r.

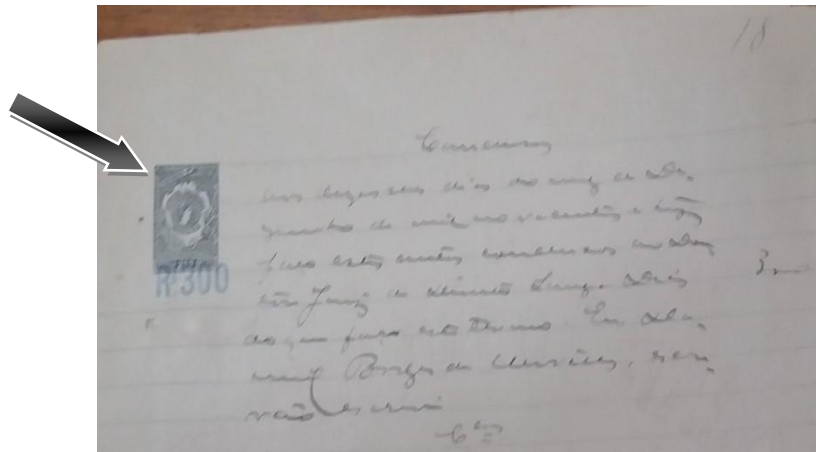
Figura 4 – Fólhos sem texto



Fonte: Celina Márcia Abbade

Três, dos 20 fólios, contêm o mesmo carimbo: 14r, 15r, 18r. Segue a ilustração do fólio 18recto:

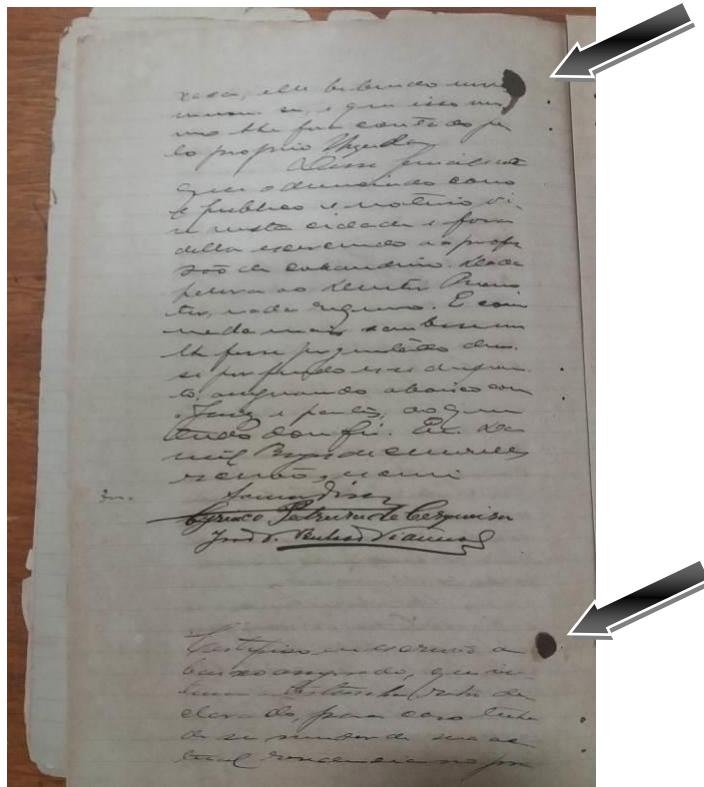
Figura 5 – Carimbo no fólio 18r



Fonte: Celina Márcia Abbade

Algumas manchas de tinta aparecem no fólio 7v, conforme veremos a seguir:

Figura 6 – manchas no fólio 7v



Fonte: Celina Márcia Abbade

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos paleográficos nos possibilitam retratar um documento e realizar uma análise minuciosa de suas características gráficas, estéticas e textuais. Indo muito além de uma transcrição, revela aspectos do texto que nos possibilitam resgatar a história e memória do mesmo.

Tentou-se aqui, a partir das contribuições dos estudos paleográficos, avançar e contribuir, a partir dos resultados alcançados, na pesquisa de investigações lexicológicas e estudo dos campos lexicais.

A Paleografia cumpre o seu papel de tratamento de um texto, preservando o que foi escrito, assim como os seus suportes, de acordo com os recursos que as novas gerações lhe proporcionam.

Acredita-se, nesse sentido, que é necessário a ampliação e expansão dos estudos paleográficos como contribuição em diversas pesquisas de todas as áreas que se utilizam dos textos escritos para o resgate e preservação do patrimônio histórico e cultural de um povo, pois, em toda e qualquer sociedade, existe uma intensa relação entre as manifestações linguísticas e culturais.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2. ed. Recife: UFPE; Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2003.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: UFSM, 1991.

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 24 ago. 2019.

BUENO, Silveira. **Grande Dicionário Prosódico e Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1966.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEDOC. Disponível em: <<http://www5.uefs.br/cedoc>>. Acesso em: 29-01-2017.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. 3. impr. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado no Instituto Houaiss de Lexicografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. **Documentos do acervo de Monsenhor Galvão**: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007.



# **ANTONIO DA CUNHA BROCHADO (1689-1749): TRAJETÓRIA, BIBLIOGRAFIA E OBRA MUSICAL**

**Pablo Sotuyo Blanco**  
Universidade Federal da Bahia

**Pablo Iglesias Magalhães**  
Universidade Federal do Oeste da Bahia

## **INTRODUÇÃO**

Antonio da Cunha Brochado é um personagem desconhecido nas Letras, mas é, até o presente estudo, o primeiro brasileiro a ter impresso notações musicais, em duas novenas publicadas em 1744. As informações sobre sua trajetória são esparsas e não existe qualquer estudo acerca da sua produção musical ou intelectual. Assim, o principal objetivo deste artigo consiste em investigar a trajetória de Antonio da Cunha Brochado e analisar a sua obra musical.



Até o presente, a principal nota biográfica sobre o músico Antonio da Cunha Brochado está na Biblioteca Lusitana, do seu contemporâneo Diogo Barbosa Machado.<sup>1</sup> Ele e seus irmãos viviam em Portugal quando Machado coligiu as informações que publicou na sua obra de referência, servindo, por essa razão, como fonte segura. Além de Machado, a nota do bibliógrafo baiano Augusto Victorino Alves Sacramento Blake é importante por consignar que Antonio da Cunha Brochado nasceu na Cidade da Bahia, em 1689.<sup>2</sup> Ambos confirmam que o músico era filho do desembargador português Belchior da Cunha Brochado e da baiana D. Maria Francisca Paula e Almeida.

### A FAMÍLIA BROCHADO ENTRE A BAHIA E PORTUGAL

Belchior da Cunha Brochado, após concluir o curso na Universidade de Coimbra, em 1675,<sup>3</sup> ingressou nos quadros do Tribunal da Relação da Bahia em 17 de maio de 1687, designado para o cargo de desembargador na referida Capitania. No ano seguinte, em 1688, Brochado contraiu núpcias com D. Maria Francisca Paula e Almeida, filha do capitão Sebastião Barbosa de Almeida e de D. Vicência da Silva, gerando nove filhos.<sup>4</sup> Gregório de Matos Guerra (1636-1696) louvou esse casamento, afirmando que “Pois já se dão as mãos espada e pena” (TOPA, 1999, p. 138), representando uma aliança entre as letras e as armas.

A família materna de Antonio da Cunha Brochado já possuía certo prestígio na Capitania da Bahia. Seu avô materno era um veterano das Guerras Neerlandesas (1624-1654), tomando parte na Armada do Conde Vila Pouca de Aguiar para expulsar as tropas de Sigismund von Schkoppe da Ilha de Itaparica em 1647 e servindo por 22 anos na Bahia, em Sergipe e no Rio São Francisco:

---

<sup>1</sup> Cf. Machado (1741, p. 340; 1759, p. 50).

<sup>2</sup> Cf. Blake (1883, v. 1, p. 146-147). Antes de Blake, João Manuel Pereira da Silva indicou 1689 como a data de nascimento de Brochado. (Cf. SILVA, 1848, p. 537-538).

<sup>3</sup> Leitura de bacharel de Belchior da Cunha Brochado. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=7674715>

<sup>4</sup> Além de Antonio da Cunha Brochado, o casal teve Ambrósio; Bartolomeu; Teotônio; José; Bernardo; Mateus; Joana Inês da Cunha Brochado, além de outra menina que não nos chegou o nome.

Sebastião Barboza de Almeyda, q' consta haver servido nas guerras do Brasil deste anno de 647, ate o de 668 q' são 22 anos continos, de soldado, alferes e capitão de infantaria; e embarcou-se neste Reyno, na armada com q' o Conde de Villa Pouca passou a B.a no dito ano de 647, a desalojar os olandezes da Ilha de Taparica, aonde ficou servindo em tudo o que se offereceo naquella praça & seu reconcavo contra os inimigos q de ordin.ro infestavão aquella costa, ajudando a lhe impedir que não lançassem g.te em terra, Indo por duas vezes a servir na fortaleza do morro de São Paulo, para defender as Villas de Camamu, Boipeba & Cairu, e as embarcações que dellas conduzião os mantim.tos para sustento da B.a , & os navios q' vinhão de mar em fora acoissados dos piratas, & Indo os olandezes com huã armada de 30 vellas a queimar os navios de V.A. e de particulares q' estavam no Rio de Matuim, se achou em sua defença, ajudando a apagar o fogo, q se pegou huã noite na Capitania Bom Jhus de Portugal, achando-se tambem nas fortificações que fizeram na B.a com a ocazião do avizo que V. A. mandou ao g.or Alexandre de Souza de(rasurado) q' hia aquella praça huã armada olandeza, em cujo trabalho continuou de dez.ro de 667, ate Agosto de 668 (...) Indo tãobem ao Rio de São Fran.co e a Sergipe del Rey em serv.o de V.A.<sup>5</sup>

É possível que Sebastião Barbosa de Almeida ainda estivesse vivo em 1697, quando teve seus serviços reconhecidos pelo Rei de Portugal, que lhe concedeu o “entretenimento”.<sup>6</sup> Seu neto deve ter crescido ouvindo o avô narrar histórias de suas aventuras militares no Recôncavo baiano e outras partes da América portuguesa.

Antonio da Cunha Brochado crescera em um momento de florescimento intelectual da Cidade da Bahia. Além de Antonio Vieira, pela urbe também circulava Bernardo Vieira Ravasco, o poeta Antonio Botelho de Oliveira, o orador e também músico frei Eusébio da Soledade (n. Eusebio de Matos, 1629-1692) e, é claro, seu controverso irmão, o poeta Gregório de Matos Guerra. Belchior da Cunha Brochado transitou nessa rede intelectual, tornando-se próximo de Gregório de Matos, que também cursara Leis em Coimbra (1661) e serviu no cargo de Juiz do Cível em Lisboa. Gregório de Matos dedicou-lhe pelo menos quatro sonetos (cf. TOPA, 1999). Em 1689, Belchior passou a maior parte do ano no Rio de Janeiro investigando os procedimentos do Bispo daquela diocese e de outros personagens.

---

<sup>5</sup> Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU). Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca, Caixa 20, Documento 2361. Consulta do Conselho Ultramarino para nomeação de pessoas para a companhia de infantaria vaga na Bahia por morte de Lourenço de Araújo de Góis. É nomeado Sebastião Barbosa de Almeida. Lisboa, 7 de junho de 1670.

<sup>6</sup> AHU. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca, Caixa 32, Documento 4043. Consulta do Conselho Ultramarino para nomeação de pessoas para o posto de capitão de infantaria vago na Bahia pelo entretenimento concedido a Sebastião Barbosa de Almeida. Lisboa, 21 de fevereiro de 1697.

Pelos seus serviços no Tribunal da Relação, Belchior da Cunha Brochado passou a gozar de prestígio e reconhecimento também nas esferas políticas da Bahia, na medida em que o governador-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho afirmou que “O Dez.or Belchior da Cunha Brochado serve nesta R.çam de Dez.or dos Aggravos com boa satisfação, assy do seu procedim.to como de suas letras”.<sup>7</sup> Em junho de 1694, Belchior foi nomeado provedor da Fazenda da Relação da Bahia.<sup>8</sup>

Na opulenta Cidade da Bahia dos anos de 1690, o menino Antonio da Cunha Brochado cresceu cercado pela arquitetura sagrada da capital, que impressionou até mesmo o velho jesuíta Antonio Vieira (1608-1697), pois já não mais reconhecia as edificações da sua juventude quando retornou da Europa em 1681. Dentro do perímetro urbano, na Freguesia da Sé, onde nasceu o personagem que nos ocupa, o rapaz facilmente poderia circular pela Catedral, no episcopado de D. João Franco de Oliveira (Condeixa-a-Nova, 1642-Miranda do Douro, 2 de agosto de 1715), transitando também pela Igreja dos jesuítas e pela Igreja e convento de São Francisco. O Colégio da Companhia de Jesus, centro intelectual da América portuguesa, estava no seu apogeu. Na porta norte da Cidade da Bahia localizava-se a Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo e na porta sul o Mosteiro de São Bento. Por conta da sua idade, ainda que não existam provas materiais, é possível que Antonio da Cunha Brochado tenha iniciado seus estudos na Bahia, já que aos seis anos os meninos de origem portuguesa eram instruídos nas primeiras letras e no catecismo.

Belchior da Cunha Brochado retornou para Portugal, levando sua família, por volta de 1697 ou início de 1698, quando o jovem Antonio devia ter cerca de 8 anos, visto que a carta o nomeando desembargador da Relação do Porto foi expedida em abril de 1698.<sup>9</sup> Não permaneceu muito tempo no Porto e foi transferido para a Casa de Suplicação, em Lisboa,

---

<sup>7</sup> AHU. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca, Caixa 29, Documento 3717. Carta do Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, dando conta do procedimento dos desembargadores do Brasil. Bahia, 17 de julho de 1692.

<sup>8</sup> Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. v. 16. Provisões – Patentes e Alvaraes (1693-1695), Rio de Janeiro, p. 103-105.

<sup>9</sup> PT/TT/RGM/B/0009/3548 Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 9, fl. 387v, 16 de abril de 1698. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1863951>

onde a família residiu nas proximidades da Porta de Santo André, também conhecido por Postigo de Santo André ou Arco de Santo André, uma das antigas portas da capital portuguesa, erigida ao fundo da Calçada da Graça e inserida na cerca fernandina da cidade, que ia entestar na do Castelo de São Jorge, fechando-a.

## FORMAÇÃO E CARREIRA POLÍTICA

A única referência sobre a formação de Antonio da Cunha Brochado, já residente em Portugal, foi registrada também por Barbosa Machado, afirmando que “Instruído nas letras humanas, aprendeu Filosofia no collegio [jesuíta] de Santo Antão, de Lisboa, [...] passando à Universidade de Coimbra, se applicando ao estudo de Jurisprudência Cesarea, [recebendo] o grau de Licenciado” (MACHADO, 1741, p. 340). Ainda segundo o bibliógrafo português, Brochado retornou para Lisboa, onde ocupou o cargo de Juiz da Índia, e Mina, ingressando na diplomacia portuguesa, para acompanhar seu tio José da Cunha Brochado (1651-1733), nomeado plenipotenciário à Corte de Madrid. Retornando a Portugal, posteriormente, foi eleito Conselheiro da Fazenda Real.

Antonio da Cunha Brochado abandonou a carreira política, ingressou na vida religiosa e foi ordenado Presbítero “considerando com mais desenganada reflexão que no século não podia conseguir tranquilidade, que desejava o seu espírito”. Retirou-se para o Claustro do Real Convento de Santa Cruz de Coimbra, “onde professou o Instituto Canônico Augustiniano a 16 de julho de 1735”, adotando o nome de Antonio de Nossa Senhora do Carmo. Faleceu em 7 de janeiro de 1749, “em o Real Convento de S. Vicente de Fora, sendo Prior do mesmo” (MACHADO, 1759, p. 50). Isto é tudo o que se conhecia sobre Antonio da Cunha Brochado.

A partir do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi possível recuperar parte da trajetória de Antonio da Cunha Brochado. Ali está custodiado a sua Diligência de Habilitação para ser Familiar do Santo Ofício, que tramitou pela Mesa de Consciência e Ordens, em agosto de 1707, quando contava cerca de 18 anos, antes mesmo de ingressar na

Universidade de Coimbra.<sup>10</sup> Os seus ascendentes, de ambas as partes, já possuíam ligação com a Inquisição portuguesa. Seu avô paterno, Antonio da Cunha da Fonseca, natural de Belém e tenente no Castelo de Lisboa, casado com Joana do Quental, natural de Atouguia, foi Familiar do Santo Ofício. Seu bisavô na Cidade da Bahia, pai de Vicência da Silva, Manoel Aires Netto, também fora Familiar do Santo Ofício. Isso dava à família o *status* social da “limpeza de sangue” e de que eram cristãos-velhos.

P.la not.a q' temos e se nos deu nesta mesa achamos, q' An.to da Cunha Brochado, q' pertende ser familiar, contheudo na petição inclusa q' V.S. nos manda informar, he xvo, e com capaçid.e p.a servir a ocupação q'pertende, e assim nos parece q' V.S. lhe faça a m.ce q' pede: V.S. mandará o q' for servido: Lx.a em Mesa 26 de Ag.o de 707. [assinaturas]<sup>11</sup>

Esse é o único conjunto documental no qual Belchior da Cunha Brochado é consignado como natural da Vila de Cascaes e Antonio da Cunha Brochado aparece, conforme já dito, como natural da Bahia. Em outros documentos, posteriores à sua Diligência de Habilitação (1707-1712), pai e filho se declaram como naturais de Lisboa, estratégia possivelmente utilizada para facilitar trâmites burocráticos.

A 8 de outubro de 1711, começaram os depoimentos das testemunhas arroladas em Lisboa, que conheciam bem a linhagem paterna de Antonio da Cunha Brochado, mas nada podiam afirmar da linhagem materna.<sup>12</sup> Uma das testemunhas, João da Penha Lobato, diz que “o conheci menino por se criar no Castelo [de São Jorge], mas não sabe onde nascoo e he agora morador ao Postigo de S. Andre”.<sup>13</sup> Outras testemunhas apenas afirmavam saber que nascera na Bahia, não podendo fornecer mais elementos do que isso.

As informações prestadas inicialmente foram insuficientes e foi necessário convocar testemunhas que possuíam alguma proximidade com a família na Cidade da Bahia. O processo de habilitação foi retomado a 29 de fevereiro de 1712.<sup>14</sup> A primeira testemunha

---

<sup>10</sup> PT/TT/TSO-CG/A/008-001/1504A – Cota atual: Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 55, doc. 1157. (1707-1712) <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4485452>

<sup>11</sup> Idem, fl. 2.

<sup>12</sup> Idem, fl. 11.

<sup>13</sup> Idem, fl. 13.

<sup>14</sup> Idem, fl. 25.

foi “Jacinta Maria de Mello filha de Manoel de Mello que foi Capp.am de Infantaria na Cidade da Bahia”.<sup>15</sup> É ela quem confirma a freguesia onde nasceu Brochado:

disse que conhece a Antonio da Cunha Brochado Estudante na Universidade de Coimbra natural da Cidade da Bahia, frg.a da See e morador nesta cidade em caza de seu pay e o conhecim.to que dele tem he por amizade que teve com seus parentes na d.a Bahia. [...] disse que conhece ao Dezembargador Belchior da Cunha Brochado e a sua molher D. Maria Fran.ca Paula de Almeyda, Pays do d.o Antonio da Cunha Brochado, elle natural desta Cidade de Lisboa e ella da d.a Bahia e moradores nesta Cidade na frg.a de S. Andre, e o conhecim.to que dela tem he de meninice da mesma por serem naturais da mesma Cidade da Bahia e os ver e lhe falar m.tas vezes.

A segunda testemunha foi “Izabel Maria Patoja Veuva de Manoel de Mello governador que foi nomeado p.a São Thome, natural da Cidade da Bahia e hoje moradora nesta Cidade de Lisboa”. Izabel Pantoja confirma que Antonio da Cunha Brochado era “natural da Cidade da Bahia da frg.a da See (...) e o conhecimen.to que dele tem he desde o nasim.to do mesmo, por amizade que tinha com sua May e avoz Maternos”.<sup>16</sup> Confirma-se, portanto, que Antonio da Cunha Brochado nasceu na Freguesia da Sé, na Cidade da Bahia.

A terceira testemunha arrolada foi o capitão Honorato Ramos, mestre de campo na capitania da Bahia, que afirmou conhecer Sebastião Barbosa de Almeida e Vicencia da Silva e que “ella veo com seu genro [Belchior da Cunha Brochado] p.a Lisboa aonde faleceo”.<sup>17</sup> A quarta e última testemunha foi o Padre Mestre Fr. Ignacio Ramos, “Religioso da ordem de N.S.a do Carmo desta Cidade onde de prezente assiste e natural da Cidade da Bahia”. Disse conhecer Belchior da Cunha Brochado e sua esposa Maria Francisca Paula e Almeida “e o conhecim.to que dele tem he pelo conhecer na Bahia haverá dezoito annos, della por saber que era filha de seus Pays, com quem elle testemunha m.ta amizade”. Afirmou conhecer Sebastião Barbosa e Almeida e sua esposa há mais de 30 anos, por “terem grãde amizade”.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Idem, fl. 27.

<sup>16</sup> PT/TT/TSO-CG/A/008-001/1504A – Cota atual: Tribunal do Santo Officio, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 55, doc. 1157. (1707-1712) <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4485452> f. 28v.

<sup>17</sup> Idem, fls. 29v-30.

<sup>18</sup> Idem, fls. 31-31v.

No Arquivo da Universidade de Coimbra foi possível recuperar a trajetória acadêmica de Antonio da Cunha Brochado, que está registrado como natural de Lisboa. Matriculou-se em Leis na referida Universidade a 01 de outubro 1707, quando ele deveria ter por volta de 18 anos. Tornou-se Bacharel em 19 de maio de 1711, formando-se em 28 de maio de 1712 e Licenciado a 08 de julho do mesmo ano.<sup>19</sup>

Também na Torre do Tombo está o Processo de Leitura de Bacharel de Antonio da Cunha Brochado, datado de 10 de dezembro de 1712, suplicando que “deseja servir a V. Mag.e nos Lugares de Letras”. Nesse documento, Brochado

Declara-se [...] q' elle he natural desta C.de de Lisboa, Filho do Dez.or Belchior da Cunha Brochado Corregedor do Crime da Corte e Caza, natural da mesma cidade, e de sua mulher D. M.a Fr.ca de Paula Almeyda natural da Bahya.<sup>20</sup>

Por qual razão teria omitido sua naturalidade?

Pelo menos três dos seus irmãos também ingressaram na Universidade de Coimbra. O primeiro foi Bartolomeu da Cunha Brochado, formado em Leis e Cânones.<sup>21</sup> Segundo o Padre Frei Ambrósio da Cunha Brochado, religioso da Santíssima Trindade, formado na Faculdade de Teologia em 1732,<sup>22</sup> seguido por frei Bernardo da Cunha Brochado (Bernardo do Espírito Santo), religioso do colégio da Graça, matriculado em Teologia em 1731 e ordenado em 01 de outubro de 1740.<sup>23</sup> Outro irmão, Padre frei Theotónio Brochado, se tornou Prior da Graça de Santarém.<sup>24</sup>

Bernardo e Theotónio, além de agostinianos, fizeram parte da Academia Scalabitana de Santarém (REIS; SERRÃO, 2005, p. 567 e 598). Há registros de que o

<sup>19</sup> PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/005726 <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=188896>

<sup>20</sup> ANTT. Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra A, mç. 1, n.º 27. Processo de Leitura de Bacharel de Antonio da Cunha Brochado, fl. 1. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=7667824>

<sup>21</sup> Disponível em <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=188935>

<sup>22</sup> Disponível em <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=188890>

<sup>23</sup> Disponível em <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=188909>. Na Biblioteca Pública Municipal de Évora, em Portugal, Cod. CVII / 1-9 a fl. 149 existe o manuscrito da: *ORAÇÃO académica que recitou na Academia Scalabitana em 21 de setembro de 1751, Fr. Bernardo do Espírito Santo Brochado, eremita agostiniano, sobre D. Affonso Henriques ter-se armado cavalleiro a si próprio em Samora, tendo só 14 annos, e sendo infante.*

<sup>24</sup> Na Biblioteca Pública Municipal de Évora, em Portugal, Cod. CIX / 1-2 a fl. 3 folhas, existe uma: *ORAÇÃO que recitou na Academia Scalabitana em 8 de outubro de 1752 o Padre Fr. Theotónio Brochado, Prior da Graça de Santarem.*

primeiro utilizava música nas suas missas. De acordo com Maria de Fátima Reis, “A intensidade cultural a Cristo passou ainda a ser reforçada na igreja dos eremitas de Santo Agostinho, a partir de 1748, quando se colocou na capela colateral do evangelho, de Cristo crucificado, a imagem do Santíssimo Coração de Jesus, no dia 25 de Agosto, com missa cantada e sermão pregado por Fr. Bernardo da Cunha Brochado” (REIS; SERRÃO, 2005, p. 369). Os irmão de Antonio da Cunha Brochado merecem, não obstante, estudo à parte.

Foi possível recuperar a trajetória política de Antonio da Cunha Brochado. Com cerca de 22 anos, tornou-se fidalgo cavaleiro, por Alvará de 28 de fevereiro de 1711.<sup>25</sup> Em seguida, com apenas 24 anos, recebeu carta de mercê, nomeando-o para o cargo do Juiz da Índia e Mina, por três anos.<sup>26</sup> Findo os três primeiros anos, foi reconduzido ao mesmo cargo.<sup>27</sup>

Foi José da Cunha Brochado, seu tio paterno e diplomata português de primeira plana, que impulsionou a carreira política de Antonio da Cunha Brochado.<sup>28</sup> Significativo número de códices com suas missivas está conservado nas principais bibliotecas e arquivos portugueses, sendo possível encontrar entre elas algumas cartas de autoria do seu sobrinho (Figura 1). Pelo reconhecimento dos serviços de José da Cunha Brochado na Inglaterra, D. João V “foy servido fazerlhe mercê da Commenda de S. Pedro do Sul da Ordem de Christo, a qual elle cedeo na pessoa de seu sobrinho, o Desembargador Antonio da Cunha Brochado”.<sup>29</sup> Outras mercês lhe foram concedidas, como a que consta no alvará de filhamento de fidalgo cavaleiro com 20.000 réis de moradia e um alqueire de cevada por dia, concedido a Antonio da Cunha Brochado.<sup>30</sup> Não há dúvidas de que o músico era

---

<sup>25</sup> ANTT, Livro 5 das Mercês d’ElRei D. João V, fl 31.

<sup>26</sup> PT/TT/RGM/C/0005/03102 Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 5, f. 31. Lisboa, 15 de setembro de 1713. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1878566>

<sup>27</sup> PT/TT/RGM/C/0005/26395 Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 5, f. 683-683v. Lisboa, 5 de novembro de 1716. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1878567>

<sup>28</sup> Sobre o tio de Antonio da Cunha Brochado, ver: DELGADO, 2000.

<sup>29</sup> ANTT, Ordem de Cristo e Convento de Tomar, liv. 169 (1721-1724), Mesa da Consciência e Ordens, Tombo das Comendas, n.º 527, aprovação do tomo de 1721-1724. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7871627>; Ver também: Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, Liv. 3, fl. 19v. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1876956>

<sup>30</sup> PT/TT/RGM/C/0005/03101 Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 5, f. 31 <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1878565>



um homem com bons recursos financeiros, mas também não há notícia de que tivesse casado ou tido filhos.

Figura1 – Assinatura de Antonio da Cunha Brochado



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Rio de Janeiro, caixa 17, doc. 3.523.

A 8 de Julho de 1728, com cerca de 39 anos, o Rei de Portugal, D. João V, “nomeou para Conselheiro da sua fazenda, ao Doutor Antonio da Cunha Brochado” (GAZETA, 1728, p. 223). Há um hiato na sua trajetória até 1735, quando ingressa no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

## A OBRA DE ANTONIO DA CUNHA BROCHADO

Até o momento, é difícil reestabelecer a trajetória religiosa de Antonio da Cunha Brochado. Em data incerta, mas por volta de 1740, passou do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra) para o Real Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Ambos os mosteiros pertenciam aos Cônegos Regulares da Ordem de Santa Cruz.

Uma pista tanto para a formação musical quanto para a adoção do nome religioso de Cunha Brochado pode residir em sua rede de sociabilidade com frades carmelitas, particularmente alguns naturais da Bahia ou que serviram no Convento de Salvador. O carmelita Frei Ignacio Ramos (Bahia, 1650-Lisboa, 18 de novembro de 1731) admitira ter “grande amizade” com os pais e avós de Brochado.<sup>31</sup> Filho de Manoel Ramos Parente e dona Andreza Cazada Ramos e irmão do jesuíta Domingos Ramos (Bahia, 1653-Roma, 1728), recebeu o escapulário a 17 de julho de 1672 no convento da Bahia. De acordo com Blake (v.3, p. 277-278)

<sup>31</sup> PT/TT/TSO-CG/A/008-001/1504A – Cota atual: Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mc. 55, doc. 1157. (1707-1712) <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4485452>

ahi estudou philosophia e theologia e, sendo já pregador applaudido, foi á Lisboa em 1685 por causa de negócios de família; foi depois à Roma como representado para votar como procurador do vigário provincial do Brazil no capitulo celebrado no convento de Santa Maria Transpontina a 27 de maio de 1692 e voltou com o titulo, que representara, conferido pelo geral da ordem frei João Feixo de Villalobos. Foi visitador e reformador geral dos conventos de Pernambuco; tornou á Portugal e à Roma em 1700 como procurador geral da provincia; obteve no capitulo celebrado em 1704 os privilégios de ex-vigario provincial e definidor perpetuo; foi secretario da provincia e prior do convento de Lisboa, entrando em exercício em 1714 e escreveu: — Ramos Evangélicos, divididos em sermões panegyricos e doutrinaes em varias celebridades. Lisboa, 1724, 1726, 1727 e 1731, 4 tomos in-4° — O 2° tomo contém só sermões quaresmaes. (BLAKE, v. 3, p. 277-278)

Outro influente carmelita que manteve relações de proximidade com a família Brochado foi Frei Aleixo da Soledade, vice-provincial do Carmo da Bahia, que, aos 40 anos e residente no convento de Lisboa, serviu de testemunha no processo de habilitação de licenciado de Antonio da Cunha Brochado, afirmando conhecer a ele e todos seus ascendentes na Bahia. Essa aproximação entre Brochado e os carmelitas, particularmente os da Bahia, pode explicar as origens da sua formação musical, mas isso precisa ser investigado com mais profundidade.

Foi após entrar na vida conventual que Antonio de Nossa Senhora do Carmo passou a imprimir sua obra, de orientação religiosa. O livro que lhe assegurou algum reconhecimento à época foi o

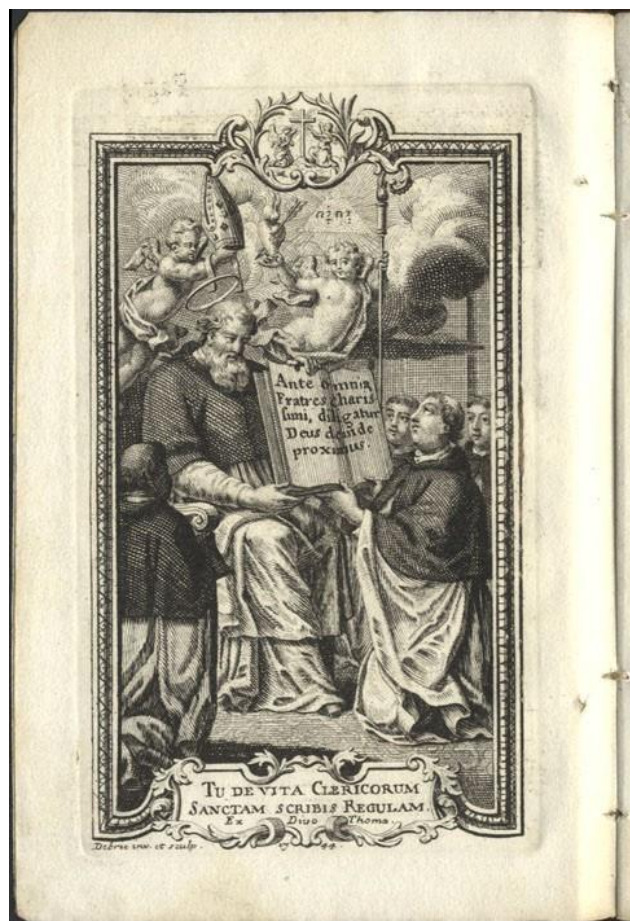
Retiro Espiritual para hum dia de cada mez, muito util para a reforma dos costumes, e para dispor-se com hua santa vida para hua boa morte. Escreveu-o em Francez hum P. da Companhia de Jesus, e o traduzio de Italiano em Hespanhol O Mestre Joseph Altimirano, e o dedicou ao Verbo Eterno Encarnado nas Entranhas Purissimas de Maria Santissima Senhora nossa, Traduzido na lingua Portugueza por hum zeloso da salvação das almas, Conego Regular da Reforma da Congregação de Santa Cruz de Coimbra. Muito util também para as pessoas, que não podendo retirar-se, se applicarem attentamente a leitura das Meditações, que nelle se expeden. Coimbra: na Officina de Antonio Simoens Ferreyra, Impressor da Universidade, 1738.

O livro foi bem recebido e teve 2ª edição em 1741, pelo mesmo impressor. O tradutor esconde-se sob o pseudônimo de “Hum zeloso da salvação das almas”. As demais edições, a partir de 1764, foram vertidas para a língua portuguesa a partir do texto

francês, não constituindo obra de Brochado. As traduções do *Retiro Espiritual...* daquela data em diante são da autoria de D. Ildefonso da Madre de Deus, nascido em Lisboa a 26 de novembro de 1737, também “cônego regrante de Santo Agostinho, cuja murça tomou no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a 4 de novembro de 1758” (SILVA, 1859, p. 216-217).

As duas novenas impressas em 1744 em Lisboa merecem particular atenção. Alguns exemplares da *Novena de Santo Agostinho* apresentam uma gravura assinada “Debrie inv. et sculp.”. Trata-se do gravador Guilherme Francisco Lourenço Debrie (?-1755), requisitado artista daquela época, indicando o esmero com que esses exemplares foram preparados. (Figura 2)<sup>32</sup>

Figura 2 – Gravura representando Santo Agostinho criada e realizada por Debrie



Fonte: Brochado (1744b, [p. 2])

<sup>32</sup> Exemplo dessa distinção entre exemplares fica evidente entre os exemplares disponíveis na Universidade de Coimbra e na Biblioteca Nacional de Portugal. A gravura da figura 2 só aparece no exemplar disponível em Coimbra.

Os exemplares das duas Novenas são raríssimos atualmente. Na Biblioteca Nacional de Portugal existe um exemplar da *Novena de Santo Agostinho* (R. 22532//5 P.) e outro da *Novena de São Francisco* (R. 22532//6 P.), cujo exemplar pertenceu a Ernesto Soares (1887-1966) e está na coleção que tem o seu nome (FCGBG: R 41). Da primeira, existe um exemplar na Biblioteca Geral da Fundação Calouste Gulbenkian (R 41).<sup>33</sup> Na Universidade de Coimbra também existe um exemplar da *Novena de Santo Agostinho* e na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP), existe um exemplar da *Novena de São Francisco* que pertenceu a Rubens Borba de Moraes<sup>34</sup> (Figuras 3 e 4). Em carta datada de 14 de agosto de 1963, Moraes escreve a um livreiro português que “As duas novenas de Antônio da Cunha Brochado são dessas brochurinhas que somente o amigo é que as podia encontrar. Assim graças a sua amabilidade vou enriquecendo meus autores brasileiros dos tempos coloniais” (MARTINS FILHO, 2018, p. 136). O bibliófilo nunca conseguiu exemplar *da Novena de Santo Agostinho*.

Ainda existem questões não respondidas sobre a produção intelectual de Antonio da Nossa Senhora do Carmo. Sacramento Blake (v. 1, p. 146-147) registra que deixou “Diversas traducções do castelhano – entre as quaes a obra com o titulo de – Retiro espiritual para cada um dia do mez e disposição de uma santa vida para a boa morte. Lisboa, 1738”. Não há, contudo, registro de que tenha legado outras traduções do castelhano e isso pode ser especulação do bibliógrafo baiano. Blake ainda diz que Brochado deixou as “Meditações para o oitavario do Natal. Lisboa, 1743”. Se realmente chegou a ser impresso em 1743, até o presente não foi possível encontrar exemplar. Barbosa Machado, todavia, afirma que ficaram manuscritas as “Meditações para o Oitavario de Natal, 4. M.S.” (MACHADO, 1759, p. 50). Deve-se considerar que o Abade de Santo Adrião de Server teve acesso aos manuscritos da família Brochado antes de 1750, por intermédio de Bartolomeu do Espírito Santo, registrando que

---

<sup>33</sup> Disponível em <http://purl.pt/35450>

<sup>34</sup> Há um exemplar da *Novena de Santo Agostinho* na coleção do professor Pablo Magalhães, adquirido em 2018, junto ao livreiro Francisco Pinto dos Santos Brito, na Livraria Cólófon, em Guimarães.

Todos estes M.[anuscrito]s. [de José da Cunha Brochado] conserva com a merecida estimação em seu poder o Ilustrissimo Bartholomeu da Cunha Brochado Prelado da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa Sobrinho do Author (MACHADO, 1752, p. 845).

Outro elemento possível de ser observado é a circulação das obras de Antonio da Cunha Brochado na América portuguesa. As diversas edições do Retiro Espiritual circularam por quase todas as capitanias do Brasil, constituindo-se em um *best seller* setecentista. Há o registro de que exemplares da *Novena para a Festa do Seráfico Padre São Francisco* foram trazidos para Pernambuco até o início do século XIX, em 2 de março de 1803, para José Bernardes Lima, por intermédio do seu procurador em Lisboa, o capitão Joaquim Ignacio Mavignier.<sup>35</sup> É possível que as duas novenas tenham circulado também por outras Capitanias, particularmente da Bahia, apesar de ainda não ter sido possível localizar registro que abone isto.

Figura 3 e 4 – Frontispícios das novenas publicadas em 1744



Fonte: Brochado (1744a, [p. 1]; 1744b, [p. 1])

<sup>35</sup> ANTT. Real Mesa Censória, Caixa 161 - 1803.

## A MÚSICA DAS NOVENAS DE FR. ANTONIO DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Segundo já foi estabelecido, ambas novenas foram publicadas em Lisboa, no ano de 1744, na Oficina de José da Silva da Natividade, quem, segundo consta em outras das suas publicações, era “Impressor da Sereníssima Casa e Estado do Infantado, e da Sagrada Religião de Malta”, cuja oficina, em 1751, ficava “por detrás da Igreja de Santa Justa”<sup>36</sup> (atual Igreja de São Domingos), no bairro do Rossio, em Lisboa.<sup>37</sup>

A *Novena para a festa do seráfico padre S. Francisco...* conta com 50 páginas orientadas verticalmente, e foi publicado em formato oitava (14 x 10 cm).<sup>38</sup> Por sua vez, a *Novena para a festa do grande padre e santíssimo patriarca Aurélio Agostinho* conta com 48 páginas impressas no mesmo formato.<sup>39</sup> Ambas as edições parecem ter combinado as técnicas de impressão conhecidas como xilografia e de tipos móveis. Segundo Pedrosa Cardoso (2012, p. 103),

A aplicação dos caracteres moveis aos símbolos da escrita musical, iniciada em Itália e França nas primeiras décadas de Quinhentos, entrou rapidamente em Portugal. Foi D. João III quem incentivou as artes da impressão musical, pois em 1533 e 1535 saíram as primeiras obras de música impressa.

Infelizmente, as únicas fontes disponíveis das novenas que aqui nos ocupam são as impressas, não se dispondo (ainda) de manuscritos ou quaisquer outras fontes documentais musicográficas relativas às mesmas.

---

<sup>36</sup> cf. Almeida (1964, p. 4); e *Catálogo* (1970, p. 104). Talvez por erros tipográficos no seu índice remissivo, inclusive, esse impressor parece se confundir, por vezes, com José (ou Joseph) da Silva (ou Sylva) Nazareth, sendo, por tanto, alvo de futuras pesquisas. (cf. *Catálogo*, 1974, p. 188-189)

<sup>37</sup> Deste impressor se sabe que, segundo consta no processo inquisitorial localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (cf. Fundo Tribunal do Santo Ofício, Subfundo Inquisição de Lisboa, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/02630, disponível em <https://digitalr.arquivos.pt/details?id=2302558>) em 1753 declarou ter sido “responsável pela impressão clandestina do *Diálogo Jocosério...* e *Grosseria da Iluminação...*, obras dadas como impressas em Valença, por Antonio Balle, em 1751 e 1752 respectivamente.” (MARTINS, 2012, p. 370).

<sup>38</sup> Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7586>.

<sup>39</sup> Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/4039>.

Em termos calendários, confirmando o que as publicações indicam em cada um dos dias das novenas, sendo a Festa de São Francisco no dia 4 de outubro (comemoração do sepultamento do santo em 1226), a novena começaria 10 dias antes, isto é, em 25 de setembro. Por sua vez, a Festa de Santo Agostinho acontecendo todo 28 de agosto, (dia da morte do renomado bispo de Hipona em 430), sua novena começaria no dia 19 do mesmo mês.

Tendo já estabelecido o contexto carmelitano de produção, circulação e recepção do uso destas novenas, cabe agora realizar o estudo e análise de cada uma delas, visando a produzir as correspondentes transcrições paleográfica que permitam ao Núcleo de Estudos Musicográficos (NEMUS) da UFBA publicar as edições críticas resultantes.

## ANÁLISE DAS NOVENAS

A fim de verificar o grau de originalidade dos textos e músicas utilizados pelo autor, foi realizada uma busca exaustiva (incluindo buscas textuais e melódicas) em todas as bases de dados relativas a música e canto-chão do século XVIII disponíveis.<sup>40</sup> Enquanto os textos utilizados musicalmente são todos de uso comum no âmbito devocional católico, cada um com a sua história e tradição<sup>41</sup>, com relação às músicas podemos afirmar que, tomadas como unidades melódicas aplicadas aos textos presentes nas novenas, são originais.

A análise estrutural de cada uma das novenas (Tabelas 1 e 2) permite afirmar que, segundo as categorias em que as práticas devocionais identificáveis na igreja católica (tríduos, setenários, novenas, trezenas) podem ser classificadas, já definidas e explanadas em trabalhos anteriores (cf. SOTUYO BLANCO, 2004c, 2004d, 2004e), essa novena corresponde ao tipo PL (paraliturgia) sem a presença, porém, de jaculatórias, talvez devido ao seu uso monacal, não leigo.

---

<sup>40</sup> Foram consultadas as seguintes bases de dados: Musica Hispanica (<http://musicahispanica.eu/>), Cantus Index (<http://cantusindex.org/>), Global Chant (<http://globalchant.org/>), Cantus (<http://cantus.uwaterloo.ca/melody/>), Portuguese Early Music (<http://pemdatabase.eu/>), e RISM OPAC ([www.rism.info/](http://www.rism.info/)).

<sup>41</sup> Os textos não estão incluídos neste texto por extrapolarem o limite e objeto deste trabalho. Eles estarão presentes na edição crítica prevista.

Em ambos casos, a música composta por Frei Antonio de Nossa Senhora do Carmo (secularmente conhecido como Antonio da Cunha Brochado) aparece apenas no 1º Dia de cada publicação. Do 2º a 9º dia se indica a repetição dos cantos constantes no 1º dia, só mudando o Ponto da Meditação, incluindo um diferente para cada dia da novena. No entanto, embora os versos e orações tenham rubrica indicando serem cantadas, em nenhum dos casos os exemplares impressos incluíram a música. Talvez se sobreintenda que tais textos deveriam utilizar melodias preexistentes em uso no convento carmelitano.

Embora os quadros 1 e 2 pareçam indicar diferenças substanciais entre ambas as novenas, sobretudo em termos da quantidade de texto incluído nas diversas seções, as suas estruturas não parecem tão diferentes quando comparadas lado a lado, apenas se diferenciando na ausência dos versos que seguem à 1ª seção e a substituição do Hino pela Sequência logo após o Ponto de Meditação (Quadro 3).

Uma vez que visamos à edição crítica dessas novenas, foram também analisados diversos elementos relativos à grafia dos textos, à notação musical e à correlação entre ambas. Tais questões, aqui denominadas como textuais, semiológicas e fraseológicas respectivamente, a suas ocorrências foram também incluídas na Quadro 3.

Quadro 1 – Estrutura da Novena para São Francisco

| SEÇÃO       | TEXTO                                | Rubrica de canto | Musicografia | Autor Musical* |
|-------------|--------------------------------------|------------------|--------------|----------------|
| [INVOCAÇÃO] | <i>Spiritus Paráclitus</i>           | SIM              | SIM          | ACB            |
| VERSOS      | <i>Veni Sancte Spiritus</i>          | SIM              | NÃO          | ANI            |
| ORAÇÃO      | <i>Adsit nobis, quaesumus Domine</i> | SIM              | NÃO          | ANI            |
| HINO [1]    | <i>O Divi amoris</i>                 | SIM              | SIM          | ACB            |
| PONTO       | Meditação                            | NÃO              | [FALADO]     | -              |
| HINO [2]    | <i>Jam noctis umbra obduxerat</i>    | SIM              | SIM          | ACB            |



|              |   |     |     |     |
|--------------|---|-----|-----|-----|
| LADAINHA     | <i>Kyrie</i>                              | SIM | SIM | ACB |
|              | <i>Pater de coelis</i>                    | SIM | SIM | ACB |
|              | <i>Sancta Maria</i>                       | SIM | SIM | ACB |
|              | <i>Agnus Dei</i>                          | SIM | SIM | ACB |
| ANTÍFONA [1] | <i>Sub tuum praesidium</i>                | SIM | SIM | ACB |
| VERSOS       | <i>Ora pro nobis, Sancta Dei Genitrix</i> | SIM | NÃO | ANI |
| ORAÇÃO       | <i>Gratiam tuam, quaesumus Domine</i>     | SIM | NÃO | ANI |
| ANTÍFONA [2] | <i>Communicavit Christi</i>               | SIM | SIM | ACB |
| VERSOS       | <i>Ora pro nobis, beate Francisce</i>     | SIM | NÃO | ANI |
| ORAÇÃO       | <i>Deus, qui Ecclesiam tuam</i>           | SIM | NÃO | ANI |

\* ACB = Antonio da Cunha Brochado; ANI = Autor Não Indicado. Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 2 – Estrutura da Novena para Santo Agostinho

| SEÇÃO        | TÍTULO / <i>Incipit literário</i>     | Rubrica de canto | Musicografia | Autor Musical* |
|--------------|---------------------------------------|------------------|--------------|----------------|
| [DEPRECAÇÃO] | <i>Augustine lux doctorum</i>         | SIM              | SIM          | ACB            |
| ORAÇÃO       | <i>Familiam tuam quaesumus Domine</i> | SIM              | NÃO          | ANI            |
| HINO         | <i>O Divo amoris</i>                  | SIM              | SIM          | ACB            |
| PONTO        | Meditação                             | NÃO              | [FALADO]     | -              |
| SEQUÊNCIA    | <i>De profundis tenebrarum</i>        | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Verbo Dei dum oberit</i>           | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Firmans fides, formans mores</i>   | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Mundus marcens et inanis</i>       | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Clericalis vitae formam</i>        | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Sic multorum pro salute</i>        | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Salve gemina confessorum</i>       | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Amen</i>                           | SIM              | SIM          | ACB            |
| LADAINHA     | <i>Kyrie / Christe / Kyrie</i>        | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Christe audi nos</i>               | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Pater de coelis</i>                | SIM              | SIM          | ACB            |
|              | <i>Sancta Maria</i>                   | SIM              | SIM          | ACB            |

|              |   |     |     |     |
|--------------|---|-----|-----|-----|
|              | <i>Agnus Dei</i>                            | SIM | SIM | ACB |
| ANTÍFONA [1] | <i>Sub tuum praesidium</i>                  | SIM | SIM | ACB |
| VERSOS       | <i>Ora pro nobis, Sancta Dei Genitrix</i>   | SIM | NÃO | ANI |
| ORAÇÃO       | <i>Gratiam tuam, quaesumus Domine</i>       | SIM | NÃO | ANI |
| ANTÍFONA [2] | <i>Praesul sanctissime Augustine</i>        | SIM | SIM | ACB |
| VERSOS       | <i>Ora pro nobis, beate Pater Augustine</i> | SIM | NÃO | ANI |
| ORAÇÃO       | <i>Deus, qui Ecclesiam tuam</i>             | SIM | NÃO | ANI |

\*ACB = Antonio da Cunha Brochado; ANI = Autor Não Indicado. Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 3 – Estruturas comparadas e problemas identificados nas seções das novenas

| Novena para São Francisco |  | Novena para Santo Agostinho |  |
|---------------------------|--|-----------------------------|--|
| SEÇÃO                     | QUESTÕES A REVISAR                       | SEÇÃO                       | QUESTÕES A REVISAR                       |
| [INVOCAÇÃO]               | Textuais                                 | [DEPRECAÇÃO]                | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas |
| VERSOS                    | -  | [SEM VERSOS]                | -  |
| ORAÇÃO                    | -  | ORAÇÃO                      | -  |
| HINO [1]                  | Fraseológicas                            | HINO                        | Textuais; fraseológicas;                 |
| PONTO                     | -  | PONTO                       | -  |
| HINO [2]                  | Textuais; fraseológicas                  | SEQUÊNCIA                   | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas |
| LADAINHA                  | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas | LADAINHA                    | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas |
| ANTÍFONA [1]              | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas | ANTÍFONA [1]                | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas |
| VERSOS                    | -  | VERSOS                      | -  |
| ORAÇÃO                    | -  | ORAÇÃO                      | -  |
| ANTÍFONA [2]              | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas | ANTÍFONA [2]                | Textuais; semiológicas;<br>fraseológicas |
| VERSOS                    | -  | VERSOS                      | -  |
| ORAÇÃO                    | -  | ORAÇÃO                      | -  |

Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre as questões de natureza textual, se destacam as relativas à grafia dos textos (latinos e vernáculos) em uso no século XVIII e que serão devidamente atualizadas na edição, incluindo as versões diplomáticas e modernas dos textos das diversas seções no correspondente aparato crítico. (Exemplo 1)

Exemplo 1 – Grafia de latim típica do séc. XVIII (Novena para S. Francisco, Hino [1])



Fonte: Brochado (1744a, p. 10)

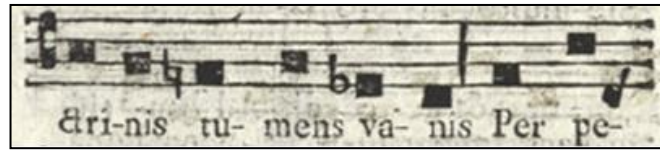
Por sua vez, as questões de natureza semiológica, vinculadas à notação musical em uso, se concentram no uso aparentemente inadequado de barras e guiões, assim como a mudança de claves em virtude de possíveis considerações de cunho editoriais e não musicais. Em poucos casos consta o uso de alterações em notas diferentes do si bemol, como são os casos do mi bemol e mi bequadro que aparecem na última frase musical da Deprecação que inicia a novena para Santo Agostinho (Exemplo 2), quanto do sol bequadro e do fá bemol na segunda frase musical do *Mundus marrens et inanis* da Sequência na mesma novena (Exemplo 3).

Exemplo 2 – Alterações na nota mi (Novena para S. Agostinho, Deprecação)



Fonte: Brochado (1744b, p. 4)

Exemplo 3 – Alterações nas notas sol e fá (Novena para S. Agostinho, Sequência)

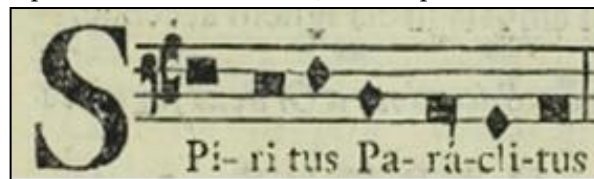


Fonte: Brochado (1744b, p. 12)

Finalmente, cabe referir às questões de natureza fraseológica, tanto no que diz respeito à correlação entre número de notas e de sílabas a serem entoadas nessas notas, quanto aos diversos contornos melódicos utilizados nas diferentes seções das novenas.

Em termos gerais, a música apresenta três tipos de cantilena: a) silábica (na qual cada sílaba do texto é entoada numa única nota, apresentando uma relação de um nota por sílaba, como aparece no Exemplo 4); b) neumática (onde sílabas são cantadas com até 5 notas, como se expõe no Exemplo 5); e c) melismática (que apresentam sílabas cantadas com mais de 5 notas, segundo se observa no Exemplo 6).

Exemplo 4 – Tipo de cantilena silábica (Novena para S. Francisco, Invocação)



Fonte: Brochado (1744a, p. 3)

Exemplo 5 – Tipo de cantilena neumática (Novena para S. Agostinho, Deprecação)



Fonte: Brochado (1744b, p. 3)

Exemplo 6 – Tipo de cantilena melismática (Novena para S. Agostinho, Deprecação)

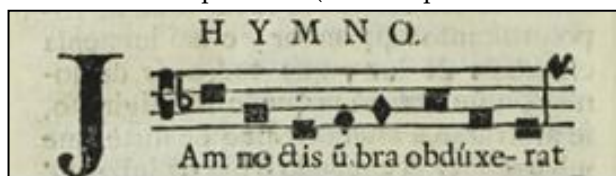


Fonte: Brochado (1744b, p. 4)

A análise detalhada das frases mostra que, para além das novenas aproveitarem os três tipos de cantilena, em alguns casos o número de sílabas no texto resulta maior que o

número de notas escritas (Exemplo 7), surgindo assim um problema de relevância, sobretudo em termos da eventual execução e interpretação musicais (também denominada de *performance* musical), pois, faltando notas para o texto, decisões relativas a quais notas inserir nesses casos, deverão ser tomadas (Quadro 4).

Exemplo 7 – Mais sílabas que notas (Novena para S. Francisco, Hino [2])



Fonte: Brochado (1744a, p. 10)

Quando comparados os tipos de cantilena utilizados nas diversas seções das novenas, as semelhanças observáveis entre as Ladainhas e as Antífonas subsequentes (Quadro 5), nos obrigam a lançar um olhar mais profundo nessas seções. Assim, foi possível perceber que, fora o caso da última Antífona (cujos textos e músicas são diferentes), nos casos das Ladainhas e das respectivas primeiras Antífonas, o compositor não apenas utilizou os mesmos textos como também as mesmas músicas, como se expõe na coluna central da Quadro 5, resultando no reaproveitamento de 74 frases musicais, ou, em termos proporcionais, de aproximadamente 50% das músicas que nos ocupam.<sup>42</sup>

Quadro 4 – Tipos de cantilenas utilizadas e problemas identificados

| Novena para São Francisco |                                   | Novena para Santo Agostinho |                                     |
|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| SEÇÃO                     | TIPO DE CANTILENA                 | SEÇÃO                       | TIPO DE FRASES                      |
| [INVOCAÇÃO]               | Silábica; neumática               | [DEPRECAÇÃO]                | Neumática; melismática              |
| VERSOS                    | -                                 | [SEM VERSOS]                | -                                   |
| ORAÇÃO                    | -                                 | ORAÇÃO                      | -                                   |
| HINO [1]                  | Silábica; neumática<br>[PROBLEMA] | HINO                        | Neumática; melismática              |
| PONTO                     | -                                 | PONTO                       | -                                   |
| HINO [2]                  | Silábica<br>[PROBLEMA]            | SEQUÊNCIA                   | Silábica; neumática;<br>melismática |
| LADAINHA                  | Silábica; neumática               | LADAINHA                    | Silábica; neumática                 |

<sup>42</sup> Mais exatamente 51,03% das 145 frases musicais na Novena para São Francisco e 43,79% das 169 frases musicais na Novena para Santo Agostinho.

|              |                        |              |                        |
|--------------|------------------------|--------------|------------------------|
|              | [PROBLEMA]             |              | [PROBLEMA]             |
| ANTIFONA [1] | Neumática              | ANTIFONA [1] | Neumática              |
| VERSOS       | -                      | VERSOS       | -                      |
| ORAÇÃO       | -                      | ORAÇÃO       | -                      |
| ANTIFONA [2] | Neumática; melismática | ANTIFONA [2] | Neumática; melismática |
| VERSOS       | -                      | VERSOS       | -                      |
| ORAÇÃO       | -                      | ORAÇÃO       | -                      |

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 5 – Estruturas das seções das novenas comparadas musicalmente

| Novena para São Francisco |              | COMPARAÇÃO | Novena para Santo Agostinho |              |
|---------------------------|--------------|------------|-----------------------------|--------------|
| SEÇÃO                     | Nº DE FRASES | MUSICAL    | Nº DE FRASES                | SEÇÃO        |
| [INVOCACÃO]               | 8            | ≠          | 7                           | [DEPRECAÇÃO] |
| VERSOS                    | [só texto]   |            | [só texto]                  | VERSOS       |
| ORAÇÃO                    | [só texto]   |            | [só texto]                  | ORAÇÃO       |
| HINO [1]                  | 29           | ≠          | 31                          | HINO         |
| PONTO                     | [só texto]   |            | [só texto]                  | PONTO        |
| HINO [2]                  | 29           | ≠          | 47                          | SEQUÊNCIA    |
| LADAINHA                  | 74           | ≡          | 74                          | LADAINHA     |
| ANTIFONA [1]              | 8            | ≡          | 8                           | ANTIFONA [1] |
| VERSOS                    | [só texto]   |            | [só texto]                  | VERSOS       |
| ORAÇÃO                    | [só texto]   |            | [só texto]                  | ORAÇÃO       |
| ANTIFONA [2]              | 5            | ≠          | 10                          | ANTIFONA [2] |
| VERSOS                    | [só texto]   |            | [só texto]                  | VERSOS       |
| ORAÇÃO                    | [só texto]   |            | [só texto]                  | ORAÇÃO       |

Fonte: Elaborado pelos autores

Essa repetição por parte do autor musical, além da recorrência dos mesmos problemas nos casos em que o número de sílabas é maior que o número de notas em alguns dos versos parece ter induzido a decisão, por parte do impressor, de utilizar as mesmas matrizes ou pranchas para imprimir ambas publicações, assim poupando tempo e dinheiro e, dessa maneira, permitindo produzir ambas publicações no mesmo ano. (Exemplos 8 e 9)



Exemplo 8 – Comparação da música e textos das Ladainhas de ambas novenas

Novena S. Francisco ← [música e textos idênticos] → Novena S. Agostinho

Y-ri-e-lé-i-son.  
Chri-ste-e-lé-i-son.  
Ky-ri-e-lé-i-son.  
Chri-ste au-di nos, Chri-ste exaudi nos.  
Pa-

Pater de Coelis Deus, miserere nobis.  
Fili Redemptor mundi Deus, miserere nobis.  
Spiritus sancte Deus, miserere nobis.  
Sancta Trinitas unus Deus, miserere nobis.  
San-cta Ma-ri-a, o-ra pro no-bis.  
Agnus De-i, qui tollis pec-cá-ta mundi,  
Par-ce no-bis D. mine.

Y-ri-e-lé-i-son.  
Chri-ste-e-lé-i-son.  
Ky-ri-e-lé-i-son.  
Chri-ste  
Chri-ste au-di nos, Chri-ste exaudi nos.  
Pater de Coelis Deus, miserere nobis.  
Fili Redemptor mundi Deus, miserere nobis.  
Spiritus Sancte Deus, miserere nobis.  
Sancta Trinitas unus Deus, miserere nobis.  
San-cta Ma-ri-a, o-ra pro no-bis.  
Agnus De-i, qui tollis pec-cá-ta mundi,  
Par-ce no-bis D. mine.

LADAINHA

As mesmas pranchas

Fonte: Brochado (1744a, p. 11-14; 1744b, p. 14-17)

Exemplo 9 – Comparação da música e textos das Antífonas [1] de ambas novenas

Novena S. Francisco ← [música e textos idênticos] → Novena S. Agostinho

ANTIPHONA.  
S  
Ub tu-um praefi-di-um con-  
fa-gimus, sancta De-i Ge-ni-  
trix, no-stra depre-ca-ti-o-nis ne-  
de-spi-ci-as in necessi-ta-ti-  
bus, sed à peri-cu-lis eun-tis li-  
be-ra nos semper, vir-go glori-ô-  
sa, & be-ne-di-cta.

ANTIPHONA.  
S  
Ub tu-um praefi-di-um con-  
fa-gimus, sancta De-i Ge-ni-  
trix, no-stra depre-ca-ti-o-nis ne-  
de-spi-ci-as in necessi-ta-ti-  
bus, sed à peri-cu-lis eun-tis li-  
be-ra nos semper, vir-go glori-ô-  
sa, & be-ne-di-cta.

ANTÍFONA

As mesmas pranchas

Fonte: Brochado (1744a, p. 14-15; 1744b, p. 17-18)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos avançado substancialmente na identificação e no conhecimento biográfico e musical deste personagem tão peculiar e, ao mesmo tempo, tão tipicamente luso-brasílico,

compositor natural da Bahia e atuante na primeira metade do século XVIII, cuja rede de sociabilidades e produção musical o destaca no cenário coevo setecentista. Embora as questões aqui levantadas não impeçam uma primeira tentativa de transcrição paleográfica musical, eles apontam para aspectos que podem interferir seriamente na interpretação musical.

Assim, antes de podermos produzir a desejada edição crítica de ambas as novenas, restam alguns problemas ainda precisando serem melhor pesquisados visando a possíveis e necessárias respostas<sup>43</sup>, sobretudo no que diz respeito à formação musical do autor (Jesuíta? Carmelitana? Secular?) e ao momento e local de criação das músicas destas novenas (Lisboa? Coimbra? Outro local?). Esses problemas, a depender das informações que eventualmente surgirem, podem condicionar o entendimento não apenas do contexto musical de produção, circulação e recepção das novenas e dos Modelos Pré-Composicionais (MPC)<sup>44</sup> envolvidos, ali incluindo, além das tradições relativas ao cantochão no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, todo o arcabouço teórico-musical luso-brasileiro que eventualmente incidiram no processo criativo,<sup>45</sup> assim modificando substancialmente o resultado editorial paleográfico musical.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Lopes de. **Notícias históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1964.

BLAKE, Augusto Victorio Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. 7 v. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902.

---

<sup>43</sup> Pesquisas futuras estão sendo previstas para acontecer em diversos locais de Portugal e do Brasil ainda em 2020.

<sup>44</sup> Ao leitor interessado no conceito, funcionamento e aplicação dos MPC, sugerimos a leitura de Sotuyo Blanco (2003a, 2003b, 2004a, 2004b, 2007) e Nunes; Sotuyo Blanco (2004).

<sup>45</sup> Considerando que as novenas foram impressas apenas um ano depois da 1ª edição do *Theatro Ecclesiastico* de Frei Domingos do Rosario (Lisboa, 1743), a revisão do contexto teórico-musical a ser considerado poderia incluir autores tais como Juan Martinez (Alcalá de Henares): *Arte de Canto llano* (1512), Mateus de Aranda (Coimbra): *Tractado de canto llano* (1533); *Tractado de canto mensurable* (1535); Vicente Lusitano (Oliveira): *Introductione facilissima, et novissima, di canto fermo, figurato, contraponto semplice, et in concerto* (1553); Pedro Talésio (Coimbra): *Arte de cantochão* (1618); António Fernandes: *Arte de música de canto dorgam, e canto cham* (Lisboa, 1626); e Manuel Nunes da Silva: *Arte mínima* (Lisboa, 1685), dentre outros.



BROCHADO, Antonio da Cunha. **Novena para a Festa do Seráfico Padre São Francisco que se celebra nos Mosteiros dos Cônegos Regulares da Reformada Congregação de Santa Cruz de Coimbra**. Lisboa: José da Silva da Natividade, 1744a.

CATÁLOGO da Coleção de Miscelâneas. Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral, Coimbra, 1970. (v. 281 a 285).

CATÁLOGO da Coleção de Miscelâneas. Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral, Coimbra, 1974. t. 7.

CARDOSO, J. M. Pedrosa. Em busca do peculiar na música sacra portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII, *In*: CARDOSO, J. M. Pedrosa; MIRANDA, Margarida Lopes de (coord.). **Sons do clássico: no 100º aniversário de Maria Augusta Barbosa**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 101-122.

DELGADO, Maria Rosalina. **José da Cunha Brochado (1651-1733): o homem e a sua época**. Lisboa: Ed. U. Lusíada, 2000.

GAZETA de Lisboa Occidental, n. 28, 8 jul. 1728.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica, na qual se compreende a notícia dos autores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente**. 4 v. Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741 [v. 1]; na Officina de Ignacio Rodriguez, 1747 [v. 2] e 1752 [v. 3]; na Officina Patriarcal de Francisco Luis Ameno, 1759 [v. 4].

MARTINS FILHO, Plínio. **Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho**. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018.

MARTINS, Maria Teresa Payan. **Verdadeiro Método de Estudar**. *In*: MARTINS, Maria Teresa Payan. **Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. p. 354-373.

NUNES, Bárbara Brazil; SOTUYO BLANCO, Pablo. A novena de Nossa Senhora da Conceição da Praia: um estudo contextualizado da prática musical. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABET – Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos, 2. **Anais [...]**, 2004, Salvador: Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), 2004.

REIS, Maria de Fátima, SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura**. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. t. 3.

SILVA, João Manuel Pereira da. Biographia dos brasileiros distinctos por lettras, armas, virtudes, etc. Fr. Francisco de São Carlos. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 2ª serie, t. 3. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1848. p. 524-542.

SOTUYO BLANCO, Pablo. **Novena para a Festa do Grande Padre e Santíssimo Patriarcha, Aurelio Agostinho**, Bispo de Hipponia e Doutor da Igreja, que se celebra nos Mosteiros dos Cônegos Regulares da Reformada Congregação de Santa Cruz de Coimbra. Lisboa: José da Silva da Natividade, 1744b.

SOTUYO BLANCO, Pablo. **Modelos Pré-Composicionais nas Lamentações de Jeremias no Brasil**. 2 v. (Tese de Doutorado em Música), Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003a.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Modelos Pré-Composicionais nas Lamentações de Jeremias no Brasil. *In*: CONGRESSO DA ANPPOM, 14, **Anais [...]**, 2003, Porto Alegre, 2003b.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Modelos Pré-Composicionais nas canções de Oswaldo de Souza. **ICTUS** (PPGMUS/UFBA), Salvador, v. 5, p. 29-44, 2004a.

SOTUYO BLANCO, Pablo. As Lamentações de Jeremias no Brasil: Modelos Pré-Composicionais (Resultados Pré-Finais). *In*: ENCONTRO DE MUSICOLOGIA HISTÓRICA. Musicologia histórica brasileira: integração e sistematização, **Anais [...]**, 5., 2004b, Juiz de Fora, MG. p. 16-27.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Triduos e Novenas em Salvador (Bahia): Aspectos estruturais comparados. *In*: ENCUENTRO CIENTÍFICO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MUSICOLOGIA, **Actas [...]**, 5., 2004, Santa Cruz de la Sierra. Música Colonial Iberoamericana: interpretaciones en torno a la práctica de ejecución y ejecución de la práctica. Santa Cruz de la Sierra: Asociación Pro Arte y Cultura, 2004c. p. 121-134.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Tríduos e novenas em Salvador: aspectos diacrônicos nessa prática religiosa e musical. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABET - Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos, **Anais [...]** 2., 2004, Salvador: Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), 2004d.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Tríduos e novenas em Salvador: relações de prestígio e poder através da prática devocional e musical. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABET – Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos, **Anais [...]** 2., 2004, Salvador: Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), 2004e.

TOPA, Francisco (ed.). **Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos – v. 2: Edição dos sonetos**. Tese (Doutoramento em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. Disponível em:  
[https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/\\_documents/gm-iii.pdf](https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/gm-iii.pdf)



# O LATIM DE SANTO ANTÔNIO OU AS TREZENAS MANEIRAS DE REZAR

Arivaldo Sacramento de Souza  
Universidade Federal da Bahia

## PATAKORI: “O QUE SERIA DE MIM SEM A FÉ EM ANTÔNIO”?

Começo com um relato que me serve aqui como interesse pela interface ensino-e-pesquisa! Segunda-feira pela manhã, corredor dos pavilhões de aula da Federação da UFBA, encontro uma turma de *Introdução à Linguística Românica* aflita para responder-me à questão proposta para avaliação: haveria, então, um proto-romance – estado intermediário entre o suposto latim e as línguas românicas? Teria havido um “latim vulgar”, aquele que supostamente teria sido o ventre no qual surgiram as línguas românicas? Orientavam as reflexões textos de Serafim da Silva Neto, Vidos, Pierre Bec, Roger Wright, Célia Telles, Nilton Vasco da Gama, Thomas Finbow e um longo repertório de Políticas Linguísticas na România.

Eis que, de repente, lembro-me das minhas aulas de romanísticas ministrada pela medievalista Risonete Batista de Souza, aquela que me inoculou com o veneno dos estudos medievais e filológicos. Nessa aula, ela traçava um paralelo entre o latim eclesiástico e o latim falado pelas diversas populações romanizadas. A metáfora utilizada, numa brusca aproximação, era a do culto a Santo Antônio, cujas rezas eram proferidas em latim e circulavam entre os fiéis em cadernos que saíam de mão em mão nas trezenas, ano após ano, de geração a geração. A *magistra* dizia: vocês imaginem que o latim ali rezado estava amparado pela fonologia da língua portuguesa de cada fiel. Acreditem, pois, que, guardadas as diferenças, o latim clássico e o eclesiástico, quando deixaram de ser amplamente mobilizados pela sociedade, eram pronunciados também conforme a “gramática” desses outras gerações de falantes que já viviam outra realidade de língua, por muitos chamados “romance”.

Além desse latim, os cadernos de trezena na Bahia abrigam elementos do sincretismo com as religiões de matrizes africanas. Em especial, com o Orixá Ogum, na tradição Ketu, ou inquice Nkossi, na nação Angola. Esse aspecto abordarei noutro momento, embora aqui tenha obrigação de entender que, no catolicismo popular, e na expressão da Lei de Santo, Nkossi pode ser aproximado de Ogum, mas não pode ser traduzido por Santo Antônio. Tal fato nos coloca em alerta para revisar as condições de produção do afamado “sincretismo”, pois, ainda que socialmente a valoração esteja inteira na tradição católica, as famílias negras soteropolitanas usam estrategicamente esse aventado sincretismo como modo de resiliência e de respeito ao nome do santo que lhes firmam as cabeças. É assim que, muitas vezes, o santo católico é só um nome socialmente difundido, dito para reservar o fiel de dizer o nome de quem a/o rege em vã ocasião, ou simplesmente para efeitos didáticos para os “ariocós”.

Mas, voltando à aula, enquanto eu narrava a excelente proposição de Risonete Souza, uma aluna, explodindo de emoção e reconhecimento com o tema, disse-me que sua avó, dona Valdinéa Cardoso, tinha um caderno desses que utilizava ano após ano para rezar o Santo Antônio. Pedi-lhe por aulas seguidas que me trouxesse o caderno para que pudesse ler e compreender a tradição escrita da expressão de fé negra ainda resistente na

Bahia do século XXI. Prontamente, Jaisy Cardoso aceitou a proposta e hoje aqui estou tocando o caderno para, paleograficamente, pensar a respeito da oralidade e escrita numa das expressões de fé juninas mais populares: a trezena de Santo Antônio.

Nesta discussão, tratarei dos elementos materiais da escrita do caderno, composição, aspectos de autoria e de circulação social do texto na variada forma de expressão do latim. Para um nível de análise mais grafemático-fonético, elejo o *Deus nos Adjuvator* que é uma das orações escritas no caderno de Dona Valdinéia Cardoso, moradora da Ladeira do Pepino, entre o Dique do Tororó e o Engenho Velho de Brotas. Esse local é majoritariamente constituído por negros, onde se abriga a fé em “Tonho”. Em seguida, observarei as estratégias grafemáticas utilizadas para registro da reza em alfabeto latino, numa escrita cursiva de orientação humanística, tecendo, por vezes, comentários fonético-fonológicos que importam para pensar as estratégias para escrita na língua de deus e dos santos.

## DA REZA DE ANTÔNIO

As rezas para Santo Antônio na Cidade da Bahia começam no início do mês de junho e seguem até o décimo terceiro dia do mês quando é, de fato, o dia dele no calendário litúrgico católico. Em Portugal, a devoção é amplamente difundida desde o século XVI, principalmente em Coimbra, cidade na qual há uma capela no Colégio de Jesus (MARTINS, [2019]). Certamente para o Brasil, o culto a Santo Antônio estabeleceu-se como empreendimento colonial português e logo encontrou adesão e popularidade por se tratar de um Santo a quem se pode pedir diretamente providências para vida material e afetiva.

Em Salvador, no bairro chamado Santo Antônio Além do Carmo, há uma Igreja de Santo Antônio onde todos os anos são realizadas trezenas e missas, de hora em hora no dia 13 de junho. Do lado de fora da Igreja há, ao longo da semana, apresentação de bandas, barracas de comidas típicas e muita atração para as crianças e adolescentes. Pessoas de todos os cantos da Cidade vão até o bairro para a “Festa de Santo Antônio”. Foi

assim que cresci, aguardando todos os anos a próxima trezena, em que sairia a pé, da Liberdade para o Santo Antônio Além do Carmo. Além dessa igreja, há também outra dedicada ao santo localizada na Ladeira da Barra. Essa menor, com recorte de classe que reproduz diapasão entre a orla e o miolo desta Cidade da Bahia. Lá também há festejos que não descreverei aqui em virtude dos objetivos e do espaço destinado a este texto.

Numa investigação acerca dos tríduos e novenas em Salvador, conforme dados da antiga Bahiatursa, Pablo Sotuyo Blanco afirma:

Anualmente em Salvador, segundo a Bahiatursa, acontecem doze novenas (incluindo a semana de N. Sra. da Guia), nove tríduos, e uma trezena. Essas 22 referências parecem poucas quando comparadas com as mais de 50 informadas pela Arquidiocese de São Salvador, devido a que várias das datas só celebradas em mais de uma paróquia. Finalmente, foram registradas dezesseis (8 tríduos, 7 novenas e 1 trezena [...]), complementadas com entrevistas aos protagonistas. (SOTUYO BLANCO, 2004, p. 2).

Fora do âmbito da instituição religiosa, famílias de diversas configurações também “rezam” o Santo Antônio e, segundo a tradição mais negro-orientada, aqueles que nascem no mês ou perto do dia devem receber o nome do santo. É assim que tenho tio, primo e amigos que se chamam Antônio. A configuração do culto em casa pode ser em tríduo, sendo o terceiro dia o 13 de junho, ou uma trezena, ao fim da qual é servido um banquete que me inspirou e justificou a presença em várias rezas durante a infância e adolescência.

No caso analisado, o caderno instrumentaliza ambas as vertentes (tríduo ou trezena). Mas, tomo aqui uma importante decisão: não enveredarei por uma etnografia da trezena, contudo tomarei o textos das rezas como objeto material a partir do qual a minha memória, pertencente a uma Comunidade de Interpretação afrodiáspórica do Recôncavo Baiano, será mobilizada como elemento da cena na qual o caderno é possível, em louvor ao Santo.

Essa comunidade se pergunta, como prenuncia o alento da letra de J. Veloso, interpretada por Maria Bethânia:

Que seria de mim, meu Deus,  
sem a fé em Antônio?

A luz desceu do céu,  
clareando o encanto,  
da espada espelhada em Deus,  
viva, viva meu Santo!

Saúde que foge,  
volta por outro caminho;  
Amor que se perde  
nasce outro no ninho;  
Maldade que vem e vai  
vira flor na alegria,  
trezena de julho  
é tempo sagrado  
na minha Bahia

Antônio querido,  
preciso do seu carinho.  
Se ando perdido,  
mostre-me novo caminho.  
Nas tuas pegadas claras,  
trilho o meu destino  
Estou nos teus braços  
como se fosse  
Deus menino  
(SANTO ANTÔNIO, 2003)

Essa letra aponta o tom do rito de Santo Antônio. A proximidade, a maneira de pedir, o uso do nome direto sem que se diga antes “Santo”. Os temas da prece: o amor, a saúde, o (mau) olhado, a orientação espiritual. Mas, admira-me – e aqui preciso reiterar – os 4 últimos versos em que há menção à “espada espelhada em Deus”, uma clara referência ao “ofanje” (alfanje, arabismo que talvez mostre os caminhos dos malés na Bahia presentes nas religiões de matrizes africanas), espada ritual do rum de Ogum/Nkossi, orixá/inquice dos caminhos, que abre os caminhos que ainda não foram feitos e que traz a coragem e a força de desbravar o mundo.

## DA COMPOSIÇÃO DA FÉ

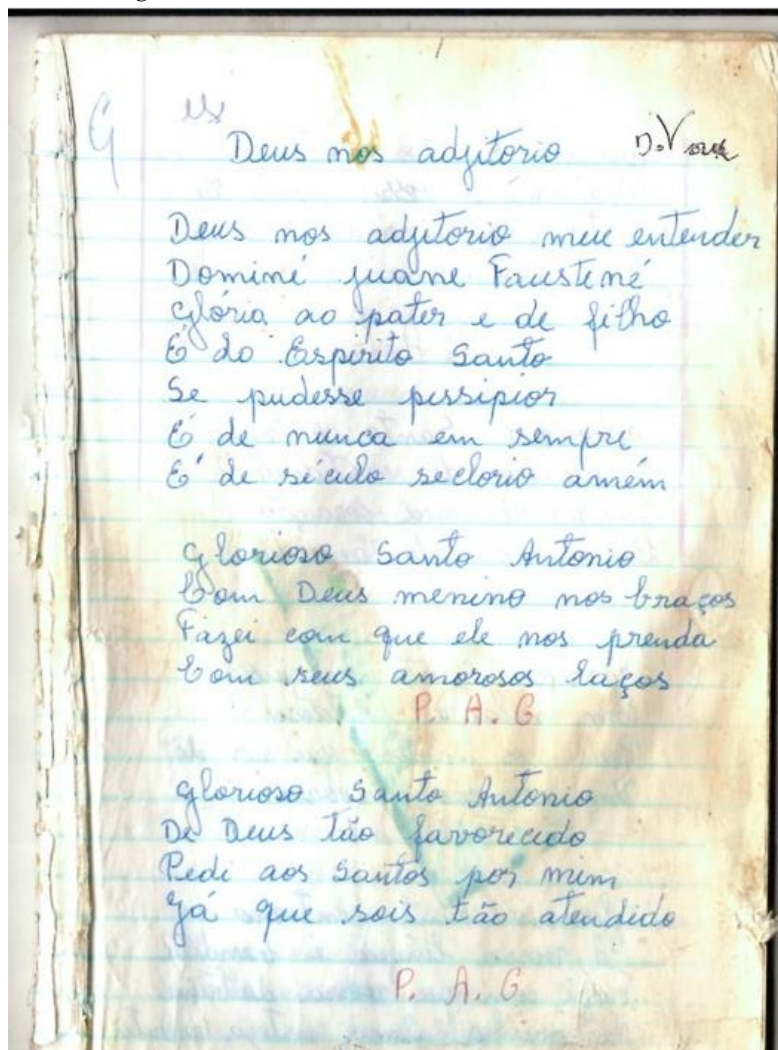
O aspecto relacionado à musicalidade não será apresentado aqui, haja vista não ter sido realizada nenhuma incursão etnomusicológica. Assim, procederei à leitura paleográfica do caderno a partir de uma abordagem filologicamente orientada. Ao pensar



nessa condição filológica, quero dizer que elementos da cultura material serão lidos a partir das injunções sociais que tornaram possível o texto. A Paleografia, pois, não será um conjunto de técnicas que auxiliarão o bom desempenho da análise linguística, mas a escolha teórico metodológica para ler a expressão gráfica da fé em Antônio, materializada pelas orações aos santos católicos. Tal perspectiva será constituída na interface com os estudos grafemático-fonéticos, embora não deseje apostar nas discussões de norma linguística, nem esteja disposto a pensar mãos inábeis como uma possível metáfora para índices de letramento. Se sujeitos não oficialmente letrados tomam o instrumento e se lançam à escrita, estão, portanto, demonstrando sua extrema habilidade de reexistir num contexto de opressão e exclusão provocada pelo racismo no Brasil. Saber escrever em si já é um caminho de guarda, de virtuosa capacidade de integrar-se (SACRAMENTO; NASCIMENTO, 2019).

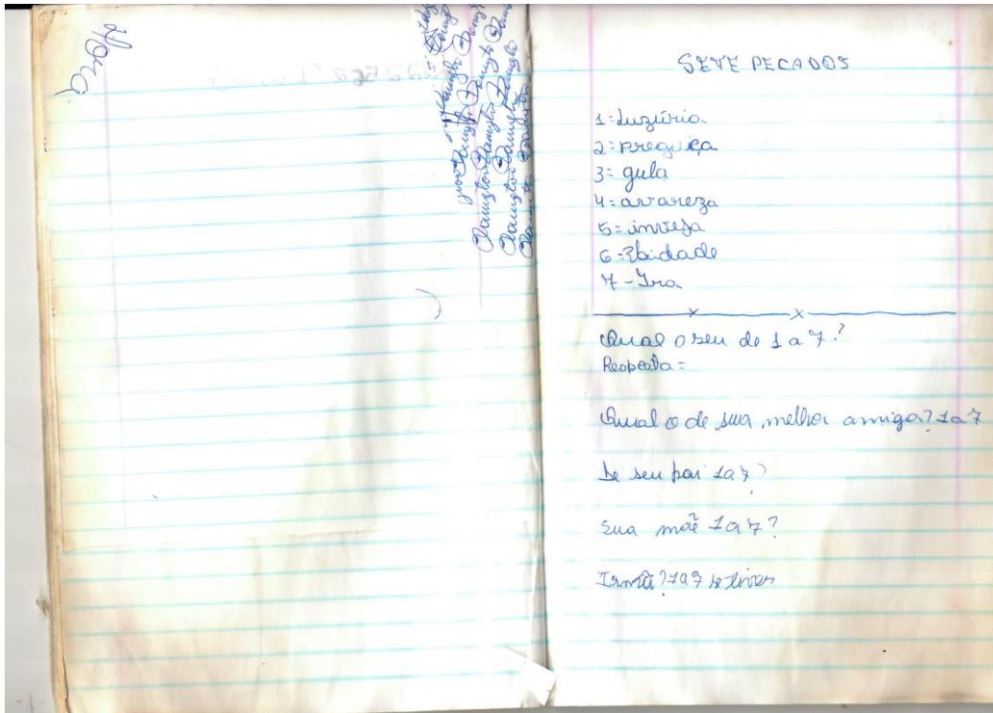
## DO CADERNO

O Caderno (figura 1) chegou-me às mãos sem a capa, com a costura da encadernação exposta e já bastante deteriorada. Trata-se, possivelmente, de um caderno com pauta azul e margens direita e esquerda em vermelho, medindo 14,5cm X 21cm. Possui 44 folhas, das quais 3 estão rasgadas pela metade, à maneira de como se tomam pedaços de folha para anotar bilhetes. Certamente pelo uso, há desgastes, rasgos e perfurações facilitadas por uma grande mancha de líquido que esmaece as linhas seguintes e põe em expansão o tom vermelho da linha que separa a margem, chegando quase a apagá-la por completo. A escrita cursiva da segunda metade do século XX, em esferográfica azul, não chega a ser atingida e resiste à mancha em toda a extensão do texto; além dela há títulos em esferográfica vermelha.

Figura 1 – Fac-símile do *Caderno de Santo Antonio*

Fonte: Acervo pessoal de Dona Valdineia Cardoso

Na parte mais central do miolo do livro, já perto da costura, aparecem marcas de folhas de papel cortadas à tesoura que sugerem uma providência para um novo uso do suporte: seriam as rezas? Não sei ao certo. Entretanto, além das orações, depois de folhas vazias, aparecem anotações corriqueiras de várias outras mãos com variados índices de letramento (jogos de perguntas-e-respostas típicas de estudantes da fase escolar, receitas de bolos, lista de guloseimas, sorvete, quibe, pizza, números de contas bancárias). Tudo isso faz crer que se trata de um caderno que esteve à mão e foi manuseado por toda a família: de avó a netos.

Figura 2 – *Scriptores* do caderno

Fonte: Acervo pessoal de Dona Valdineia Cardoso

No recto da sexta folha do caderno, aparece o ponto alto imagético do Caderno. Há uma única representação de Santo Antônio, num santinho, colado ao final dos versos da oração, conforme a figura 3:

Figura 3 – Santinho de Santo Antônio de Lisboa



Fonte: Acervo pessoal de Dona Valdineia Cardoso

As páginas cortadas do início do Caderno, por outro lado, também podem mostrar o caráter incompleto das orações e cânticos que compõem a trezena. Desse modo, apontarei apenas para a disposição das orações ao longo do suporte, mas não necessariamente o ritual da reza de Santo Antônio. A seguir, apresento os títulos dos cânticos ou das orações, indicando as folhas de ocorrência:

| FOLHA | REZAS E CÂNTICOS          |
|-------|---------------------------|
| 1r    | Deus nos adjitorio        |
| 2r    | Ladainha de Santo Antonio |
| 3r    | Agnus Deus                |
| 3v    | Incenso                   |
| 4r    | As três Ave Maria         |
| 5r    | Salve Rainha              |
| 6v    | Jaculatória               |
| 7r    | Bendito                   |
| 8r    | Bendito                   |
| 10r   | Bendito                   |
| 11r   | Bendito                   |
| 12r   | Bendito                   |
| 14r   | Bendito                   |
| 18r   | Responso                  |
| 19r   | Responso                  |
| 21r   | Abenção                   |
| 22r   | Oferecimento              |
| 23r   | Hino de Santo Antonio     |
| 25r   | Adeus do último dia       |
| 26r   | Oferecimento              |
| 28r   | Bendito                   |
| 29r   | Hino ao Senhor do Bomfim  |

Dessas ocorrências, analisarei apenas a saudação litúrgica que aparece inicialmente no Caderno e que, segundo a fiel, introduz o rito da trezena. Em entrevista mais recente com a matriarca e fiel a Santo Antônio, fiquei sabendo que o nome “trezena” é usado metonímica e metaforicamente para referir-se à reza. E, então, pode haver trezenas de 3 dias (tríduos) ou de 13 (trezenas, *stricto sensu*).

## DA ESCRITA DA LÍNGUA DAS ORAÇÕES

Voltando ao texto que será objeto de nossa investigação, apresentarei a transcrição diplomática da saudação presente no manuscrito e, ao lado, o cotejo com a perspectiva latina. Essa colação não vai servir para mostrar as falhas na grafia da língua latina, mas apontará como a fiel consumiu, grafema a grafema, a possibilidade real de falar com seu deus pela mediação de seu santo, tomando posse da língua que é a maior representação de deus no mundo Ocidental.

|    | LATIM DE SANTO ANTÔNIO          | LATIM PADRÃO                       | TRADUÇÃO                            |
|----|---------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
|    | Deus nos adjitorio              | Deus in adjutorium                 |                                     |
|    | Deus nos adjitorio meu entender | Deus in adjutorium meum intende    | Ó Deus, vinde em meu auxílio        |
|    | Dominé juane Faustiné           | Domine adjuvandum me festina       | Ó Senhor, apressa-te em ajudar-me   |
|    | Glória ao pater e de filho      | Gloria Patri, et Filio,            | Glória ao Pai, ao Filho             |
| 5  | É do Espírito Santo             | et Spiritui Sancto,                | e ao Espírito Santo.                |
|    | Se pudesse pissipior            | Sicut erat in principio,           | Como era no princípio,              |
|    | É de nunca em sempre            | et nunc, et semper,                | agora e sempre.                     |
|    | É de século seclorio amém       | et in saecula saeculorum.<br>Amen! | e nos séculos dos séculos.<br>Amém! |
|    | Glorioso Santo Antonio          |                                    |                                     |
| 10 | Com Deus menino nos braços      |                                    |                                     |
|    | Fazei com que ele nos prenda    |                                    |                                     |
|    | Com seus amorosos laços         |                                    |                                     |
|    | P. A. G.                        |                                    |                                     |
|    | Glorioso Santo Antonio          |                                    |                                     |
|    | De Deus tão favorecido          |                                    |                                     |
| 15 | Pede aos Santos por mim         |                                    |                                     |
|    | Já que sois tão atendido        |                                    |                                     |
|    | P. A. G.                        |                                    |                                     |

Das possibilidades sinalizadas acima, acredito que as mudanças que acomodam a saudação litúrgica latina em uma dimensão mais vernacular reiteram algumas transformações fonético-fonológicas já documentadas, como, por exemplo, no *Appendix Probi*. Tal fato não pode nos servir de argumento para uma defesa de que as mudanças produzidas decorrem de uma deriva secular a que todas as línguas naturais estão sujeitas. Acredito que a fiel, ao aclimatar a oração em sua expressão mais vernacular, dispôs do repertório fonológico românico encontrando processos de assimilação, acréscimos que desfazem encontros consonantais e regularizam padrões silábicos ou cancelam fonemas em sínopes, apóopes que não possuem riqueza funcional no português brasileiro. Esse é o latim de falar com os deuses.

Assim, não é que as mudanças atestadas pela *scripta* tenham sido iniciadas no período do *Appendix* de Probo, mas – e isso é preciso sempre colocar em destaque – as possibilidades de mudança fonológica integram o ampliado repertório românico que tem o latim como um dos fatores, mas não único ou exclusivo, já que os contatos linguísticos ao longo da história foram responsáveis pelas transformações linguísticas. Então, não se trata de saber a origem, o ponto inicial, mas de entender que o falante, letrado ou não, enquanto proficiente na materialidade linguística da “latinidade” (repertório partilhado pelas línguas produzidas em contato com o Latim), como diria Gauger (1989), acessa o arranjo de possibilidades de transformação linguística.

Lembro também que muitas das soluções encontradas pela fiel, em vários contextos, assemelham-se às transformações decorrentes de “relatinizações” como as do contexto do Humanismo e do das Ciências mais duras em suas práticas taxonômicas. Embora possa observar esse processo, só uma investigação mais ampliada, com *corpora* mais robusto, poderá falar em regularidades na história da língua.

A disposição do texto no Caderno não revela o caráter responsivo do texto latino mais canônico nas duas primeiras linhas. Por certo, é uma informação compartilhada pelos católicos que, nas missas ou rezas mais privadas, conhecem a liturgia, de modo que a anotação no caderno não precisa dessa marca física. Desde o título, indicado com caneta esferográfica de tinta vermelha, podem ser vistas as estratégias de grafia que

correspondem, na maior parte das vezes, àquilo que se pronuncia. Em “Deus nos adjutorio”, quando confrontado com o texto latino, há a lição *nos* na posição de *in*, isto é, suponho que a opção por um pronome em lugar da preposição latina seja motivado pelo contexto da prece, que é um pedido de auxílio, ajuda. Com isso, não descarto a hipótese de que, ao copiar a receita, ela o tenha feito produzindo os sentidos que sua fé expressa, ou seja, traduzindo (?).

A seguir, na segunda linha, logo observo que o título é um excerto do primeiro verso, quase um *incipit* que traz acrescentadas duas palavras “meu entender”, diferentemente do texto latino que diz: *meum intende*. As mudanças são apócope do *-m* latino e uma substituição de falso cognato entre *intende* (percorrer em direção a) e “entender”, ainda que entender passe a funcionar na construção do sentido que se quer expressar ao se rezar.

De outro modo, na terceira linha, a única coisa que é mantida é o vocativo *Domine*, o gerundivo de *ADJVARE ME* (*adjuvandum* – para ajudar-me) e o verbo no imperativo presente *festina* (vir rapidamente, apressar) desaparecem em prol de uma expressão que parece ter-lhe soado melhor: “juane Faustiné”.

|                       |                              |
|-----------------------|------------------------------|
| Dominé juane Faustiné | Domine adjuvandum me festina |
|-----------------------|------------------------------|

Na linha que segue há uma mudança de natureza sintática: em lugar de *Gloria Patri, et Filio*, a forma escolhida revela a preferência pela forma com preposição “ao pai”, o que nos faria supor que há uma escolha em direção à construção com preposição substituindo a morfologia casual do dativo, uma tradução, portanto. Todavia, a tese não se sustenta, pois, na sequência, há *e de filho* e *do Espírito Santo*, e, como é sabido, a preposição *de*, em português, não estabelece esse tipo de relação sintática. Noto também a compreensão de *Filio* como *filho*, o que tanto pode ser a semelhança fônica, ou pela lógica da Santíssima Trindade (Pai, filho e Espírito Santo), mas também pelo processo de palatalização da lateral diante da semivogal [i] > [ʎ].

De modo contrário, pela estrangeirização ou estereotípiia da língua latina pronunciada na Cidade da Bahia, nos versos seguintes, quero destacar sobretudo, a alternativa escolhida para *in principio*, qual seja: *pissipior*. Nesse caso, a opção não é pela domesticação do latim às categorias, mas suponho que pela hipercorreção, no sentido de alcançar os padrões dessa língua. Em

seguida, o *nunc* (agora) é dado por *nunca*; e quando é a vez de *semper* por *sempre*, por metátese, ou por substituição dada a sonoridade. Além disso, o conectivo *et*, num contexto sonorizador, será sempre representado por *é de*, como em *É de nunca, é de século*. A consoante final *-t*, em *et*, para o português sofreu apócope, porém, na percepção da reza, a consoante oclusiva sonoriza-se em *d*.

Por fim, a última linha da saudação litúrgica, a expressão *século seclorio* mostra mais que uma acomodação fonológica, mas uma medida que compreende *saecula* pela forma singular *século* e *saeculōrum*, ambas com a monotongada *ae > ε*, por muitos apontada como gatilho para mudança do vocalismo tônico no sistema qualitativo itálico. Ademais, essa última forma genitiva plural passará pela síncope da pré-tônica, ao contrário do que há para as línguas românicas do ocidente que terão no acusativo o caso lexicogênico e realizarão a síncope da pós-tônica: *seculum > seclo*, *siglo* (esp.), *siècle* (fr.). De modo contrário, a síncope da pré-tônica é motivada pelo fato de não se partir do caso acusativo, mas do genitivo plural *seculōrum* cuja tônica cai na penúltima sílaba por ser longa. Por isso, há *seclorio*.

## BENÇA DE SAÍDA

Essa leitura não aponta para os erros, nem se diverte com as soluções grafematicamente representadas da expressão oracional da reza de Santo Antônio, materializada no *Caderno de Trezena de Santo Antônio*, como a dona a ele se refere. Ao pensar na construção material dessa expressão de fé, particularizada na trezena para Antônio, penso que é preciso entender as orações em latim como objeto de culto sagrado, tal qual o terço, por meio da materialidade do caderno, da escrita e da língua. É um caderno pelo qual ela ainda tem muito apego e lembranças de suas rezas.

Isso justificaria o cuidado, a disposição e a imagem do santo colada na folha, agora altar. Sem entender essa dimensão espiritual que motiva e organiza o Caderno, sem entender as providências de *mise-en-page* do texto escrito, há risco de tomá-lo por objeto científico para estudo linguístico, esterilizando a complexidade cultural a partir da qual é possível compreender esse Caderno.

Esse uso social do latim, ou melhor, das orações latinas, conferem na repetição uma diferença crucial: um respeito às tradições católicas, de onde certamente foram tomadas as orações e onde vários negros resistiram em irmandades, tornando possíveis a vida de seus semelhantes em



igual medida. Mas, sobretudo, a trezena é a crioulização, no dizer de Édouard Glissant (2005), que não se subordina ao elemento do catolicismo frequentemente narrado como sincretismo.

Quando penso no sagrado cultuado em casa, na expressão da fé numa dimensão mais cotidiana, fora das instituições mais tradicionais, no ambiente privado, entre amigos e familiares que sabem, no silêncio e no respeito que há, que se está pedindo providência à Natureza, à Tecnologia, aos Caminhos. A Ogum. Não posso deixar de ver nisso a estrutura cervical que manteve as negras formas de reinventar a vida deste lado do Atlântico, muitas vezes dando destino à dor em nome da sanidade.

Ao final da conversa com Dona Valdineia Cardoso, perguntei se ela via alguma relação com orixás, ela respondeu-me, entre sorrisos: “meu filho, ao final damos mungunzá (comida de santo na Bahia) ou feijoada que é de Ogum”. Nas religiões de matrizes africanas, a comida não está fora do ritual, é mais uma expressão do sagrado de que é preciso se apropriar para nutrir o corpo e conseguir o que se pede. Comer da comida da Trezena é bênção para as cabeças dos fieis.

Patakori!

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Valdinéa. **Caderno de Trezena de Santo Antônio**. Salvador: [s.n.], [19--].

GAUGER, Hans Martin. **Introducción a la lingüística románica**. Vers. esp. de Elisabeth Schaible e José Garcia Álvarez. Madrid: Gredos, 1989.

GLISSANT, E. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

MARTINS, Fausto. Devocção e culto a Santo António “Lusitano” na Companhia de Jesus: sécs. XVI-XVIII. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8619/2/3198.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOREIRA, Marcello. **Critica Textualis in Caelum Revocata?** Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, 2011.

SACRAMENTO, Arivaldo; NASCIMENTO, Hervickton. Entre a Filologia e a Linguística Histórica: o texto como artefato histórico. **Macabéa: Revista Eletrônica do Netlli**, v. 8, n. 2., jul.-dez. 2019, p. 473-487.

SANTO ANTÔNIO. Intérprete: Maria Bethânia. Compositor: J. Velloso. *In: BRASILEIRINHO*. Intérprete: Maria Bethânia. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2003. 1 CD, faixa 5.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Tríduos e Novenas na Bahia: aspectos estruturais comparados. **Encuentro Científico Simpósio Internacional de Musicologia**, 5. Santa Cruz de la Sierra: 2004.

